

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 201

OUTUBRO-DEZEMBRO

1948

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



1950

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil

O ESCUDO DE BELEM DO PARÁ

Desembargador VIEIRA FERREIRA

Voltara eu do Purus em fins de 1907 quando de passagem por Belém tive ocasião de manusear a bordo uma publicação oficial em que vinha desenhado e descrito o brazão daquela cidade.

Tendo procurado e conseguido, creio, explicar-lhe o sentido, escrevi para o *Jornal do Comércio* um artigo que foi publicado no número de 6 de janeiro de 1908.

* * *

Escrevi:

“A armaria das cidades brasileiras não é rica e a sua inópia ressalta ainda mais quando se coteja com o sortimento de escudos que decoram na Europa os mais insignificantes burgos.”

“A diferença explica-se bem pelas épocas em que umas e outras se estabeleceram: na América, onde as metrópoles infundiram o mesmo espírito nos povos de suas colônias, num tempo em que as grandes navegações alargavam o sentimento, propondo-se à posse de imensas porções do globo, o patriotismo não podia murar-se no acanhado recinto de uma praça, nem mesmo contentar-se com o escasso território de uma cidade importante e seus arrabaldes.”

“Não iriam fazer timbre de direito na maior cidade e seu termo homens que só compreendiam a partilha do orbe por hemisférios.”

“Por isso não presidiu à fundação das cidades americanas um entusiasmo local bastante para elevar ao lado dos

símbolos da nacionalidade outros que significassem o amor ao núcleo urbano, que se formava apenas como célula de mais vasto organismo.”

“Acrescente-se que na exploração do novo continente as povoações eram muitas vezes, na intenção dos povoadores, estabelecimentos meramente provisórios, que havia falta de instrução nos colonos e a sua avidez e espírito mercantil eram incompatíveis com as preocupações políticas e artísticas que supõe a feitura de um brazão.”

“Entretanto, algumas cidades nossas adotaram armas e entre elas nenhuma foi mais feliz do que Belém na formação das suas, embora até hoje tenham considerado como enigmas indecifráveis as figuras e legendas que se vêem no escudo daquela nobre capital. Foi o que averigüei folheando o *Album da cidade de Belém* no salão do vapor *Pará*, em meu regresso do Alto Purus.”

“Vou dar a decifração dos enigmas, transcrevendo primeiro”, escrevi no artigo, “as páginas do *Album* em que se acham formuladas com a descrição do escudo.”

* * *

Lê-se no *Album*:

“Atravessando quase três séculos, passando por sucessivas épocas de organização e de ordem, ileso no largo período monárquico, no período republicano, o brazão de armas adotado nos pri-

meiros tempos coloniais pelo senado municipal foi mantido até hoje.”

“Com a evolução do Estado e na sua fase atual o escudo é mais uma reliquia do passado do que um bração de armas. Os desenhos e pinturas, de reprodução em reprodução, conservaram até o presente a peça primitiva com todos os respectivos emblemas, mas a tradição não o descreve nem explica os pensamentos que presidiram a sua feitura.”

“Dêste modo o arcaico escudo é também um enigma que se oferece ao historiador e ao arqueólogo.”

“Compõe-se o bração de armas de um grande escudo esquartelado, tendo na parte superior dois braços semelhantemente dispostos, um sustentando um cesto com frutas e o outro com um cesto de flores; nesta parte há duas inscrições latinas: — *Vereat aeternum*, por baixo do cesto de flores, *Tutius latent*, em igual posição, com referência ao cesto com frutas.”

“A parte superior esquerda ostenta em um fundo de prata um sol retrógrado, com a inscrição: — *Rectior cum retrogradus*.”

“Na linha inferior, à direita, há um castelo de prata em campo azul, cingido à roda das ameias por um colar de pedrarias, do qual pende um escudo de ouro com as quinas portuguesas; à esquerda, em verdejante campina, um boi e uma mula miram o sol retrógrado.”

“Por cima dêstes animais lê-se: — *Nequaquam minima est*.”

“As inscrições latinas, que deveriam ser a base da investigação, pecam por ambíguas. Houve, sem dúvida, alteração das frases primitivas.”

“*Vereat aeternum* é uma frase incorreta: não há verbo latino que possa afeitar a forma *vereat*; a inscrição deve ser — *Ver cat aeternum* (Caminhe a primavera eterna).”

“Por baixo do cesto com frutas lê-se: *Tutius latent* (Escondem-se com mais segurança).”

“Basta um confronto dêstes dizeres para ressaltar a ambiguidade do sentido; o que, porém, está bem claro é a alusão à eterna primavera dos trópicos, à frutificação quase constante de nossas árvores; cestos com flores e frutas simbolizam a fertilidade do solo, a pujança da vegetação.”

“A inscrição — *Rectior cum retrogradus* (caminha melhor quando retrógrado) afigura-se de difícil explicação, especialmente pela circunstância de caminhar o sol de oriente para ocidente.”

“Supor que o sol simboliza a civilização americana, reverberando do novo continente para o velho, parece-nos uma interpretação incompatível com as idéias daquele tempo. O castelo com as quinas encerra talvez uma alusão ao poderio das armas portuguesas. O boi e a mula devem representar a indústria pastoril que tanto prosperou no Estado; a inscrição, entretanto, nada adianta sobre o caso.”

“*Nequaquam minima est*. De modo nenhum é a menor. É mais provável que tais dizeres se refiram antes à cidade que àquela indústria.”

“No Evangelho de São Mateus, capítulo II, vers. 6, cita-se a profecia de Miquéas a respeito da cidade de Belém (onde nasceu Cristo) do modo seguinte: “Et tu, Bethleem, terra Juda, nequaquam minima es in principibus Juda, ex te enim exhibit dux qui regat populum meum Israelis.” E tu, Belém, terra de Juda, não és a menor (isto é, de menos consideração) entre as principais de Judá, porque de ti sairá o condutor que há de comandar meu povo de Israel.”

“Bem pode ser que haja analogia entre a inscrição *Nequaquam minima est* e esta profecia; dizer que a cidade recém-fundada não seria a menos importante entre

as do Brasil era afirmar uma verdade que o futuro incumbiu-se de demonstrar.”

“A pobreza de nosso arquivo colonial no período de 1616, ano da fundação de Belém, a 1681, data dos mais antigos documentos da primeira secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Estado, conseqüente a um naufrágio do secretário José Duarte Cardoso, em 1726 (1) impede notícias mais claras sobre o escudo municipal.”

Até aqui o *Album da cidade de Belém*.

* * *

“Mas não impede (a perda a que se refere o *Album*)”, disse continuando o meu artigo, “como hei de mostrar, a explicação mais completa das misteriosas alegorias e legendas. Elas se referem ao clima, à fertilidade da terra, ao nome e posição astronômica da cidade.”

Ver est aeternum, a primavera é eterna, ou é uma eterna primavera. Não pode ser *ver eat*, como quer a notícia do *Album*, mas *ver est*, separando-se as palavras errôneamente ligadas e substituindo por *s o a* de *eat*.

Ver eat aeternum, caminhe a primavera eterna, seria um voto descabido quando se trata de um fato certo, como a continuidade da primavera naquela paragem.”

Tutius latent, sob os dois braços sustentando flores e frutas, no quartel superior da destra, quer dizer que a cidade está em terras extremamente férteis e que por isso mesmo se ocultam com mais segurança na sua exuberante flora, sempre florescente e frutífera.”

“Uma terra, quanto mais fértil, mais se embuça na sua vegetação, ao passo que os desertos e descalvados estêreis se mostram inteiramente despídos. É a razão de

não se verem os corpos em que se entroncam os braços que oferecem frutas e flores.”

Rectior cum retrogradus, em relação ao sol, dá a latitude da cidade, que está quase no equador; por isso é que o sol lhe dardeja os raios mais a prumo, *rectior*, quando regressa dos trópicos. Não se trata aqui do atrazo diário do sol em relação às estrêlas, de cêra de quatro minutos, que aparenta um movimento do ocidente para oriente, mas de sua volta dos trópicos no tempo que medeia entre solstício e equinócio.”

Nequaquam menema est, por cima do boi e do asno que se vêem no quartel inferior da sestra, dá o nome de Belém, como diz o *Album*, ainda que hesitante, quando admite a possibilidade de referir-se à indústria pastoril do Estado, mas essa indústria só começou no Pará em 1702.”

“Não há melhor alegoria ao nome da cidade do que as que se referem à sua homônima da Judéia. Ora, nas representações do menino Jesus na mangedeira de Belém figuram ordinariamente o boi e o asno, de que não se trata nos Evangelhos, mas cuja presença como integração da natividade é crença tradicional, que se apoia nas palavras do profeta Isaías: *Cognovit bos possessorem suum et asinus praesepe domini sui*. O boi conheceu o seu possuidor e o asno o estábulo de seu senhor.”

“Santo Agostinho referiu também ao natal a seguinte passagem de Habacuc: *Domine, consideravi opera tua et pavi*. Senhor, considere as tuas obras e fiquei aterrado. *In medio duorum animalium cognosceris*. Entre dois brutos manifestar-te-ás.”

“É o que explica no escudo da nossa Belém estarem os ditos animais de cabeça erguida, como quem admira alguma coisa, que não pode ser o sol do quartel superior.”

(1) “Vede *Anais da Bibl. e Arq. Públ. do Pará*, tomo I, doc. 177, pág. 239.”

“Se se tratasse de uma alusão à indústria pastoril, pelo menos o asno, que não é ruminante, estaria roendo a herva das abundantes pastagens paraenses. Entretanto, o asno e o boi, maravilhados, olham para a mesma banda, como quem presencia algum grande acontecimento.”

“Quanto ao castelo com as quinas, esto de inteiro acôrdo com o autor da notícia, quando diz que “encerra talvez uma alusão ao poderio das armas portuguezas”. Acrescento, porém, que em armaria é muito comum castelos representarem cidades; assim só as quinas se referem à soberania portugueza; o castelo é a imagem da princesa que se espelha nas águas da baía de Guajará.”

“E se não é a que dou a interpretação do seu escudo, recorram à sagacidade de Édipos mais atilados.”

Foi o que escrevi no primeiro artigo.

* * *

Dois dias depois li o seguinte no *Jornal do Comércio*:

“Escreve-nos pessoa competente:

“Parece-nos que no escudo das armas de Santa Maria de Belém do Grão Pará, segundo antigamente se chamava a capital do Estado do Pará, há alguma coisa mais interessante que a interpretação da sua significação heráldica: é a demonstração da sua existência legítima e autenticidade. Ora, essas são duvidosas, se houvermos de aceitar uma opinião do autorizadíssimo VARNHAGEN. O nosso sábio historiador, com efeito, no postfácio da 2.^a edição (Lisboa, 1872) de sua *História das lutas com os Holandeses*, contestou a existência das armas do Maranhão e Pará, “que nunca foram dadas por quem as poderia dar”. E claramente atribui a invenção desses dois emblemas heráldicos ao jesuíta P. José de MORAIS, autor da *História da Companhia de Jesus do Maranhão e Pará*, publicada pelo se-

nador CANDIDO MENDES em suas *Memórias para a história do Maranhão*.”

“Até hoje, que eu saiba, ninguém contestou ou retificou a asserção do ilustre historiador, que aliás se esqueceu de desenvolvê-la e fundamentá-la.”

“Em todo o caso não me parece que o fizesse levianamente e sem motivo; portanto, sempre tive e continuo a ter por duvidoso o tal escudo de Belém do Pará, do qual não falam, certamente por o desconhecerem, BAENA e ACCIOLI, nem o analista BERREDÓ, nem outro autor de nosso conhecimento, senão aquêle jesuíta. Não será o caso do *testis unus testis nullus*?”

Ainda hoje não sei quem mandou essas doudas observações.

* * *

Levaram-me a escrever outro artigo assim concebido:

“O sentido que dei no *Jornal do Comércio* de 6 de janeiro aos emblemas e legendas que figuram no escudo de Belém do Pará, mostrando que se referem à fertilidade do solo em que está situada aquella cidade, suscitou algumas observações da parte de pessoa conhecedora do assunto, a qual, em comunicação publicada no número de 8, afirmou que mais interessante do que a significação heráldica do escudo era a demonstração de sua legitimidade e autenticidade.”

“Ora, essas são duvidosas”, diz, “se houvermos de aceitar uma opinião do autorizadíssimo VARNHAGEN. O nosso sábio historiador no postfácio da 2.^a edição (Lisboa, 1872) de sua *História das lutas com os Holandeses*, contesta a existência das armas do Maranhão e Pará, que nunca foram dadas por quem só as poderia dar.”

“Diz mais o douto comunicante que até hoje não consta que alguém haja contestado ou retificado a asserção do ilustre historiador.”

“Entretanto”, objetei, “a significação heráldica do escudo torna insustentável a opinião de VARNHAGEN, quando o considera apócrifo, supondo-o uma invenção do padre José de Moraes.”

“Este jesuíta não podia ter sido o autor de um braço cujos símbolos e dizeres elle não comprehendia, como demonstra o trecho em que descreve o escudo.”

“Com effeito, lê-se na sua *História da Companhia*, edição de 1860:

“Por agora quero acabar este capítulo com a breve noticia das armas com que se enobreceu em seus princípios esta illustre cidade, que devendo estar gravadas em mármore, para eterno monumento de sua grandeza, apenas as encontramos depois de muito estudo e diligências em um dos antigos escritos de nosso cartório do Pará, que também os papéis são bronzes em que se perpetuam as mais plausíveis e illustres memórias. Foram, pois, as armas da cidade de Belém do Grão Pará um escudo grande esquartelado, de uma parte do qual, em campo azul, se via um castelo de prata e nêle um escudo de ouro com as quinas de Portugal, pendente de um trancelim de pedrarias. Em cima do castelo, de ambos os lados, saíam dois braços, um, oferecendo um cesto de flores, com a inscrição por baixo — *Vereat aeternum*, em outro um cesto de frutas com a inscrição — *Tutius latent*; do outro lado, em campo de prata, um sol retrógrado, correndo do poente para o oriente, e a inscrição — *Rectior cum retrógradus*, e logo outra — *Nequaquam minima est*, com um boi e mula por baixo, olhando para o mesmo sol.”

“Já dei” observei no artigo, “no *Jornal do Comércio* de 6, a verdadeira interpretação destes símbolos e dizeres, mostrando ainda que *Vereat aeternum* é uma deformação de *Ver est aeternum*, grudado o sujeito ao verbo e posto nêste um a em lugar de s.”

“Para ver agora que o padre José de Moraes não possuía a intelligência do escudo que descreve, basta notar que elle entende por sol retrógrado o sol caminhando de oeste para leste. Ora, não se trata de tal movimento ou atrazo diário do sol em relação às estrêlas, mas o sol em Belém é *rectior*, ou mais se aproxima da vertical, *cum retrógradus*, isto é, quando regressa dos trópicos, porque Belém está quase no equador.”

“A interpretação que supõe o sol mais vertical quando se atraza é simplesmente absurda.”

“Pensava, além disso, o padre José de Moraes que os quadrúpedes do quartel inferior da esquerda olham para o sol, que está no quartel superior. É o mesmo que pintar em um quadro o caçador fazendo pontaria em uma caça que se acha em outro. Se, os animais e o sol formassem um conjunto, o escudo seria terçado e não esquartelado”.

“Sob o *Nequaquam minima est* há um boi e um asno, que se acham de cabeça erguida em attitude contemplativa, como quem assiste a um grande successo, porque ao nome de Belém se associa a idéia de natal, em cujas representações figuram tradicionalmente o boi e o asno. *Cognovit bos possessorem suum et asinus praesepe domini sui*, declamava Isaías.”

“E o padre José de Moraes estava tão alheio à intelligência do escudo que, sendo jesuíta instruído, trocava o asno tradicional por uma híbrida mula, sem querer de certo ridicularizar a tradição.”

“Por isso com muito jeito foi encerrando o capítulo da maneira seguinte:

“A intelligência destas armas quero deixar aos curiosos e sábios leitores, por nos parecer já tempo de continuar o fio de nossa história pelo que diz respeito à primeira entrada de nossa Companhia neste vasto terreno do Pará e Amazonas.”

“Ladêia assim a solução do problema, sem deixar transparecer que não sabia resolvê-lo; já se tinha, porém, comprometido na própria descrição do escudo.”

“Se êle procurou em cartório as armas da cidade, é que já antes de 1759, quando dedicou sua história à rainha, tivera notícia da existência delas. Procurou porque lhe constava que em seus princípios Belém se enobrecera com armas e achou, porque realmente estas existiam.”

“Invenção, forjadura, improbidade, é que aqui já se não pode supor, faltando ao jesuíta a exata significação heráldica do escudo cuja feitura lhe foi atribuída.”

“Portanto, já em meados do século XVIII era corrente que Belém tinha seu braço de armas e contra esta posse imemorial é que não vale a contestação de VARNHAGEN, escorada numa acusação injusta, como vimos.”

“Tal posse, atestada por um testemunho irrecusável, presume-se legítima, isto é, adquirida de uma maneira permitida pelas leis; deve supor-se que foi tomada sem infringir a *Ordenação*, V, 92, e leis extravagantes sobre o uso dos braços e armas, não sendo necessária a exibição do diploma em que as deu quem podia dar: *Nec enim possessori incumbit necessitas probandi* (Código de Justiniano, IV, 19, 2).”

“Nem por certidões negativas em todos os arquivos do mundo se provaria a asserção de VARNHAGEN, sendo como é facilímo o extravio de um documento antigo.”

“Em uma obra de BARBOSA sobre os braços das cidades portuguesas que se fizeram representar na aclamação de Dom Pedro V, vê-se que não há notícia dos reis que as concederam à maior parte delas. Não se põe em dúvida por isso a sua legitimidade.”

“Além disso, a necessidade de uma concessão formal só era importante quando se tratava de famílias, como se evi-

dencia pelo princípio da *Ordenação*, V, 92: “Como os braços das armas e apelidos que se dão àqueles que por honrosos feitos os ganharam, sejam certos sinais e prova de nobreza e honra, e dos que dêles descendem, é justo que essas insígnias e apelidos andem em tanta certeza que suas famílias e nomes se não confundam com os dos outros que não tiveram iguais merecimentos.”

“E as usurpações de nomes e armas não eram para temer por parte das cidades e vilas como das pessoas singulares. Um bom exemplo se dá no próprio nome de Belém, tomado pela capital do Pará, sem que alguém até hoje a tenha confundido com a sua homônima da Judéia, salvo algum raríssimo engano da administração do Correio (2).”

“Também só às armas gentílicas se refere MELLO FREIRE, quando fala da competência que tinha o rei de armar Portugal criado por Dom João I, de formar os escudos das famílias, compor e interpretar os seus emblemas, segundo o regimento que lhe foi dado por Dom Manuel. *Institutiones juris criminalis*, V., 8”

“Mas o lado jurídico desta investigação tem hoje interêsse meramente arqueológico, visto não haver lei que iniba os municípios de adotarem as armas que quizerem.”

“Todo o direito sobre o uso de braços de armas está reduzido a dois artigos do Código Penal (o de 1890), arts. 379 e 380, ainda modificados pelo 72, § 2.º da Constituição da República (a de 1891). Por essa legislação assiste aos municípios na escolha de suas armas o mesmo direito que tem um colégio particular de adotar para seus alunos o estandarte ou distintivo que lhe parecer, com tanto que não cometa a contravenção do art. 379 ou o

(2) Vi uma vez em Sena Madureira uma carta endereçada para o Acre, que fôra ter a São João d'Acre na Asia, de onde foi recambiada para o Brasil com abundante carimbagem.

crime do art. 338, 8.º, do citado Código Penal, o que só um particular pode fazer (3).”

“E fôsse o brazão de armas de Belém um invento do padre José de Moraes, teria hoje a consagração de uma legítima insígnia, pois, tanto a cidade de Belém, como o Estado do Pará, com êle marcam os volumes de suas mais ricas publicações oficiais.”

“Portanto, o escudo de que se trata estaria devidamente legitimado, quando não tivesse por si a presunção de legitimidade, que resulta de uma posse longeva, e o nosso grande historiador fêz grave injustiça ao da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará.”

E aqui terminou meu segundo artigo sôbre o escudo.

* * *

Devo referir agora um fato relativo à situação política e administrativa do Pará naquêl tempo, quando por ali passei em fins de 1907, vindo de Sena Madureira, onde exercia desde 1906 o cargo de juiz de distrito (equivalente ao de direito) do Alto Purus.

Foi a bordo do vapor *Pará*, no pôrto de Belém, que decifrei os símbolos e dizeres do escudo da cidade. Procurei logo o intendente municipal (o prefeito), que era então o senador estadual Antônio Lemos. Na intendência (prefeitura) me fizeram saber que para falar com S. Ex.ª eu devia deixar o meu cartão e daí a três dias ir saber o dia por êle designado. Mas o *Pará* ia partir à tarde.

Lembrei-me dos costumes democráticos do Império, quando a existência de

um imperador tornava impossível a multiplicação dos régulos.

* * *

São passados quase quarenta anos e só agora soube pelo livro *Belém* (Aspectos geo-sociais do município) de ERNESTO CRUZ, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Instituto Genealógico Brasileiro, que o barão de Bagé teve em mãos em Portugal um opúsculo de frei Cristóvão de Lisboa, custódio dos capuchinhos no Pará, impresso em 1648 nas oficinas de Paulo Crasbeck, e que, sendo o barão presidente da província de abril de 1827 a julho de 1830, forneceu a descrição para o desenho do escudo, mais tarde transportado para a tela por Maurice Blaise, professor da escola normal do Pará.

VARNHAGEN de certo só conhecia a descrição do padre MORAIS.

Informa-nos o ilustrado autor de *Belém* que o quadro está hoje no solar do barão de Guajará transformado em museu histórico.

Transcreve em seguida o que se lê no *Album*, o que escrevi no meu primeiro artigo e parte do que escreveu o pintor TEODORO BRAGA contra a minha interpretação, principalmente no que se refere ao castelo, em que viu as armas do fundador da cidade, ou uma alusão “a sua própria pessoa, quer tenha sido composto o escudo de Belém por Castelo Branco, quer o tenha sido por autoridade posterior àquêl na administração da cidade”.

Ê, como se vai ver, a idéia de frei Cristóvão. Mas então no escudo, pendurado às ameias do castelo, não deviam estar as quinas, que são armas de Portugal, e sim as de Francisco Caldeira Castelo Branco, inexistentes nêl.

Pois, as armas dos Caldeiras apresentavam em campo azul, sôbre uma base de prata, três caldeiras negras com bocais

(3) Esse direito foi alterado pelo art. 2.º da Constituição de 1937 e Decreto-lei n.º 4.545, de 31 de julho de 1942, mas restaurado pelo art. 195 da Constituição de 18 de setembro de 1946.

de ouro, entre flores de liz também de ouro, como as descreve o *Dicionário popular* (Histórico, Geográfico, etc.) de Manuel PINHEIRO CHAGAS (1880).

E as da família Castelo Branco têm somente num escudo indiviso um leão em pé voltado para a destra, e sobre o escudo outro leão, menor, na mesma atitude, como se pode ver no *Anuário Genealógico* de MOYA, publicado em São Paulo.

Demais, o autor do escudo não foi nenhum tolo, como seria Castelo Branco, se, em vez das indicações de nome e local de Belém, quisesse perpetuar no escudo a circunstância de ser de família nobre.

Se outro foi o autor do braço, que interesse teria em assinalar a nobreza de Caldeira?

Uma explicação chocha como essa torna evidente a pobreza hermenêutica de frei Cristóvão.

Referindo-se ao meu artigo e ao de Teodoro Braga, diz ERNESTO CRUZ à página 28 de seu livro: "Das duas traduções transcritas se infere que os seus autores desconheciam as preciosas *Razões das cousas do Estado do Maranhão*, obra de autoria de frei CRISTÓVÃO DE LISBÔA."

"No entanto, o enigma que tanto preocupava os estudiosos no princípio dêste século estava já decifrado..."

Vamos ver como.

"Há 260 anos, que é o espaço que me-
deia entre a publicação do opúsculo do
custódio dos capuchinhos do Maranhão
e Pará, e os trabalhos divulgados pelos
dois ilustres heraldistas."

Não sou heraldista, nunca fui e creio
que nunca serei. Meti-me a heraldista;
é coisa diferente.

"Vejam", continua, "como frei
CRISTÓVÃO DE LISBÔA, que foi contempo-
râneo de Bento Maciel Parente, Pedro
Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e
Baião de Abreu, e com êles trabalhou na

conquista da gleba dos hereges, explica a
origem e os motivos do braço."

E transcreve, citando em nota DE AL-
MEIDA GENU, *Dois braços*, a seguinte
Razão (x) do livrinho de frei Cristóvão:

"Bento Maciel, que foi senhor capi-
tão-mor da capitania do Pará, de 1621 a
1626, depois de ter mandado reconstruir
o forte deixado no comêço por Francisco
Caldeira, o qual era de paliçada e se acha-
va muito arruinado, fazendo-o de taipa
de pilão da parte do mar e do rio Piriuna
e de cestões da parte da terra, onde ha-
viam as habitações, julgara que fôra bom
princípio dar um escudo de armas à ci-
dade nascente e organizou sob os conse-
lhos de Pedro Teixeira, Aires de Sousa
Chichorro e Francisco Baião de Abreu,
um braço em quatro dividido, tendo no
primeiro dois braços, apresentando cestas
com flores o primeiro, e com frutas o
segundo, e por baixo dêles uma faixa com
as legendas *Ver est aeternum, Tutius
latent*, alusivas aos rios Amazonas, onde
tudo é verdura e maravilha, e ao Tocan-
tins, pela sua posição escondida às vistas
dos exploradores."

Dêsse trecho conclui-se que frei Cris-
tóvão, que só chegou em abril de 1625,
não estava em Belém, quando se fez o
escudo, ou, se estava, por se ter feito de-
pois, não participou de sua feitura, o que
lhe permitiria conhecer os motivos da in-
sígnia.

Viu o escudo já desenhado e não se
informou com o autor ou com pessoa
competente do verdadeiro sentido que ti-
nham os emblemas e as legendas.

É possível, mas pouco provável, a sig-
nificação que aventa para os braços com
cestos de flores e frutas.

Devo observar que, se no opúsculo do
capuchinho está mesmo *Ver est aeternum*,
como no meu primeiro artigo eu asseve-
rei que devia ser, não se explica o errado
Vereat que se vê nas pinturas do escudo
senão fazendo-as tomadas aos escritos

do padre José de Moraes, onde existe o erro, e não à descrição feita por frei Cristóvão, trazida pelo barão de Bagé de Portugal em 1825, segundo nos informa ERNESTO CRUZ.

Mas continua frei Cristóvão:

“Na parte do pontal interior vê-se pintado um castelo de prata, fazendo crer o fundador, com um colar de pérolas distintivo de nobreza, por sôbre a porta principal, do qual pendem as quinas portuguesas com cinco castelos de ouro em escudo azul, para dizer que Francisco Caldeira vinha de família nobre...”

Esse “fazendo crer” faz crer que o capuchinho aventura somente uma hipótese, mas uma suposição bem absurda, essa de ser o fundador de Belém representado por um castelo, pelo fato de chamar-se Castelo Branco. De modo que Bento Maciel, em vez de procurar símbolos para a cidade, fosse inventá-los para um homem.

Além disso colar de pérolas nunca foi, que me conste, distintivo de nobreza, nem as quinas portuguesas são castelos, como diz o custódio, mas escudos. São cinco, do latim *quiní*, rodeadas por sete castelos, se as armas vem completas.

Nem se trata de um colar de pérolas, mas de uma corrente ou trancelim que pendura o escudo português às ameias do castelo.

E continua:

“... e do castelo saindo uma estrada que mostra o caminho que devem seguir todos os sucessores de Caldeira, isto é, o da obediência dos maiores.”

Com esse dispautério se explica nas *Razões* um simples pormenor de paisagem.

“No segundo quadro superior”, diz ele, “há um sol poente em campo de prata... Este sol poente diz a hora em que Francisco Caldeira lançou fundo no

local próximo ao que escolhera para dar fundamento à sua conquista, e tem por baixo uma faixa com o dístico *Rectior cum retrogradus*, para dizer que guardou a aurora do dia seguinte, como foi sempre costume dos conquistadores portugueses, para fazer o seu desembarque...”

“Isto é”, traduz ele, “*Mais prudente* (fazer o desembarque) *quando voltado* (do seu caminho ordinário).”

Rectior nunca significou “mais prudente”, nem *retrogradus* simplesmente o que volta, mas o que volta para traz. *retro*, pelo mesmo caminho, ainda que não atinja o ponto de partida.

Demais, seria admiravelmente inepta a escolha da hora do desembarque da expedição como fato digno de perpetuar-se nas armas da cidade.

Supô-lo é fazer injustiça a quem concebeu com tão inteligente oportunidade os símbolos e dizeres convinhaveis ao núcleo urbano que se queria honrar com um braço expressivo.

Quem seria o seu autor? Foi um dos companheiros de Bento Maciel indicados por frei Cristóvão, aquêle cuja proposta mereceu a preferência, por parecer a melhor de tôdas.

Era pessoa douta em letras sacras e em letras profanas, como o atestam o trecho bíblico tomado ao Evangelho, para o nome da cidade; e a legenda *Ver est eternum*, ministrada por Ovídio, quando nos pinta nas *Metamorfoses* (I, 2, v. 18) as beatitudes da idade de ouro, entre as quais punha o gôzo de uma eterna primavera.

Foi parte o autor do escudo nas “navegações grandes” contadas nos *Lusíadas* e mostrou possuir, na determinação heráldica da latitude astronômica de Belém, com três palavras latinas, as suficientes noções de cosmografia.

Os capitães das conquistas portuguesas, como Bento Maciel e seus compa-

nheiros, tinham o espírito constantemente preocupado com a posição astronômica dos lugares a que iam chegando nas suas expedições e a posição quase equatorial de Belém era sugestiva como característica importante, digna de figurar nas suas armas.

Diz ainda frei Cristóvão:

“A derradeira parte do braço faz ver um prado, onde pastam uma mula e um boi, que então espantados olham para o céu, tendo ao lado os dizeres *Nequaquam minima est*, significando o nome da cidade da Judéia, que Francisco Caldeira escolhera para o da capital de sua conquista, e da qual dissera o profeta que não seria a menor de todas.”

Nesse trecho foi mais feliz o custódio franciscano, salvo onde tomou o asno por uma mula.

Mas a notável *Razão* termina com um desconchavo de marca, por si só bastante para atestar a insuficiência de frei Cristóvão como autoridade na explicação dos emblemas e dizeres do escudo.

Pois diz: “A posição em que se acham os animais quer revelar o viço dos campos e a indústria que podem ali perfeitamente se combinar, e ainda a *surpresa dos selvagens, ao verem desembarcar os europeus tão semelhantes.*”

Como se os selvagens do Pará fôsem eqüideos ou bovideos, para serem representados pelos dois quadrúpedes!

A posição de animais que olham para o céu revelando o viço dos campos é positivamente um dislate.

O advérbio “ali” nesse trecho mostra que frei Cristóvão já não estava em Belém quando o escreveu, tão alheio à verdadeira significação do escudo, talvez somente para não omitir o fato.

ERNESTO CRUZ, à pag. 24 do seu precioso livro dá o ano 1625 para a data do escudo. Em abril desse ano é que chegou frei Cristóvão a Belém, mas o governo de Bento Maciel Parente começara em 1621, sendo provável que já não se cuidasse mais do escudo em 1625.

Seja como fôr, o custódio dos capuchinhos do Pará compromete o seu testemunho com tantos absurdos.

Em todo o caso atesta, confirmando a veracidade contestada a MORAIS, a existência do escudo e a época de sua feitura.

Tê-lo-ia visto na fachada de algum edificio, ou, como o padre, no papel somente? É mais provável a segunda hipótese.

Certo é que não tinha a inteligência de todos os seus motivos.

* * *

Nenhum exemplar do braço de Belém nos chegou daqueles tempos, no papel ou na pedra. Foi restituído com as indicações descritas por frei CRISTÓVÃO, ou pelo padre MORAIS, como parece resultar do *Vereat*.

Ambos enganaram-se tomando por uma mula o asno tradicional e essa mula se transformou depois em cavalo, nas pinturas do escudo.

Preferiram os pintores formas equinas as muares, deram mais elegância ao eqüideo, encurtaram-lhe as orelhas, fizeram-lhe cair as crinas sobre o pescoço.

Privaram, irreverentes, o quadrúpede bíblico das grandes orelhas asininas, com que em Belém escutou os vagidos do Deus menino, ao nascer na mangadoura, e ouvia os mugidos bovinos do seu companheiro do presépe!



BRASÃO D'ARMAS DA CIDADE DE BELEM

ESTUDO SÔBRE AS DISPOSIÇÕES A INSERIR NA NOVA CONSTITUIÇÃO RELATIVAMENTE À DEFESA NACIONAL E ÀS CLASSES ARMADAS

Coronel J. B. MAGALHÃES

Estudo sôbre as disposições a inserir na nova Constituição relativamente à defesa nacional e às classes armadas data de 1932 e foi publicado no *Arquivo de Direito Militar* (Ano III, n.º 1 — 1946), dirigido pelo Auditor Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, sendo agora reproduzido na *Revista do Instituto Histórico* de modo mais completo se bem que ainda com algumas supressões.

Recomenda o autor, que o elaborou na qualidade de oficial do Estado Maior do Exército, algumas supressões de trechos a conterem dados e referências, que, embora decorridos mais de quinze anos, podiam dar ensejo a falsas interpretações, muito embora fôsem extraídos de publicação divulgada, sem nenhuma preocupação de sigilo.

A nota com que o *Arquivo de Direito Militar* apresentou o trabalho da autoria do major João Batista Magalhães, hoje coronel, revelando a importância dêsse escrito, é do seguinte teor:

“Entre os serviços que se levarão a conta do Arquivo de Direito Militar, na obra penosa de investigação das fontes de nosso Direito, há-de figurar, de certo, o da divulgação do presente trabalho da lavra do então major J. B. Magalhães.”

“Solicitada a colaboração dêsse ilustre militar para a reconstrução política do país, na elaboração da reforma constitucional, êle apresentou como resultado de suas meditações um interessante memorial, publicado em folheto, em edição de 19 exemplares numerados, com o título — *Estudo sôbre as disposições a inserir na nova Constituição relativamente à defesa nacional e às classes armadas* — pelo major J. B. Magalhães, Imprensa Militar, Estado Maior do Exército, 1932; e, logo a seguir completava sua contribuição com outro *Estudo relativo aos dispositivos constitucionais que regem os domínios de fronteiras* — dactilographado em tiragem reduzida, em razão da natureza da matéria que versava.”

“Esses trabalhos, divulgados agora utilizando os exemplares da propriedade do seu eminente autor, inspiraram, como se sabe, grande parte dos preceitos que constituem o título VI da Constituição de 1934 — *Da Segurança Nacional*.”

“Noticiou-se, na época, que o general Góis Monteiro, a quem coubera a tarefa de redigir para o ante-projeto de Constituição o capítulo referente à defesa nacional e às classes armadas, ao discutir-se a matéria, no seio da sub-comissão de que era membro, declarou, nobremente, o nome do autor da exposição escrita que sôbre o assunto apresentara como justificação das medidas que propunha.”

“Na ata da sessão de 16 de fevereiro de 1933, em que o fato ocorreu, publicada no *Diário Oficial* e no *Jornal do Comércio*, e reproduzida de José Afonso Mendonça de Azevedo (*Elaborando a Constituição*, pág. 877), embora não se registasse o episódio com êste detalhe, consignou-se, entretanto, o suficiente para assegurar que fôra nos opúsculos do então major J. B. Magalhães que o ilustre general se apoiara, para justificar as medidas que conseguiu introduzir no ante-projeto e foram mais tarde adotados no texto definitivo.”

“Lê-se, com efeito, no ponto citado do trabalho de Mendonça de Azevedo, o seguinte trecho, relativamente ao que se passou na 31.ª sessão da sub-comissão, em data de 16 de fevereiro de 1933:

“O Sr. Góis Monteiro (as leituras dêste discurso serão publicadas depois) — Começa dizendo quase não poder comparecer à sessão hoje, para dizer algumas palavras a respeito da matéria da qual é relator.”

“Não teve tempo para escrever nenhuma defesa das idéias que propugna, no trabalho que teve ocasião de distribuir por escrito a todos os membros da sub-comissão?”

IV — Exame dos dispositivos a figurarem na nova Constituição, acêrca do assunto em aprêço;

V — Conclusão.

CAPÍTULO I

APANHADO SINTÉTICO SOBRE A EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL E DE SUAS INSTITUIÇÕES MILITARES

1. Moreira Guimarães em seu estudo sôbre a *Organização da Fôrça Militar*, publicado em 1916, assinala que desde a origem duas mentalidades têm convergido para a formação de nossa fôrça militar: a *mentalidade dos exércitos profissionais* e a *mentalidade miliciana*:

“Indubitavelmente, porém, diz êle, da confluência de duas correntes — uma que se origina dos 600 soldados portugueses, de que fala Miralles, os quais vieram de Portugal e acompanharam Tomé de Sousa à Bahia em 1549, e a outra oriunda das milícias que se organizaram em terras brasileiras — é que nasceu o ainda hoje fraco organismo da fôrça militar do Brasil.”

Nossa organização militar mergulha assim suas raízes, até o mais remoto período colonial da formação brasileira. Partindo daí, a evolução militar do Brasil se traduz por uma curva de máxima e mínima, hesitante, refletindo a política geral e também as conseqüências das condições geográficas locais e do estado de formação do nosso povo. Pode-se, analisando a aludida curva da nossa evolução militar, verificar sobejamente como dependem os organismos militares dos estados de civilização dos povos e da capacidade de seus dirigentes políticos.

A curva referida é, como em qualquer outro país, um reflexo do estado da evo-

lução geral; por isso, atesta a deficiência política dos nossos homens que parece jamais terem compreendido bem o importante instrumento civilizador que soem ser Exército e Marinha nacionais, quando inteligentemente preparados.

2. Contemplando a curva evolutiva de nossa organização militar e procurando interpretar os aspectos surgidos nas diversas fases da história nacional e decorrentes das instituições militares de nossa terra, fácil será discernir-se o porque de nossas deficiências, bem como o melhor meio de as corrigir, pois a história é o registro dos fatos do passado, cujos erros cumpre remover.

O êrro, mesmo envelhecido, é a única coisa que não merece respeito, dizia Saint-Hilaire.

3. Dois pontos ferem desde logo ao espírito de quem contempla o conjunto de nossa evolução militar:

— O primeiro é a mentalidade miliciana, predominante em nossa gente desde os tempos coloniais;

— O segundo é a falta de continuidade na ação de nossos políticos em relação às coisas de interesse nacional; e a êsse respeito, onde êles se mostram mais tenazes é, justamente no desprezo das questões.

Esses dois fatos por si sós são suficientes para explicar determinados aspectos militares do Brasil.

Ambos resultam, certamente, de condições de ordem geral de nossa civilização e de circunstâncias peculiares ao país; há, ademais, um terceiro aspecto de nossas características, ainda hoje flagrantemente dominante: é a *incapacidade de execução* que nos avassala, em contraste com nossa ardente e fácil imaginação sonhadora. São, porém, coisas de subconsciente que compete à inteligência atenta do homem responsável e ao sentimento vivo do patriota, corrigir ou atenuar.

4. Desde a origem, desde 1500, jamais se levou a cabo, no Brasil, uma qualquer reforma militar: as medidas decretadas têm ficado sempre no papel, pelos dois terços do mínimo. Mal iniciadas, são logo abandonadas, empenhando-se os homens no pensamento de novas reformas.

Essa mesma incapacidade de execução é ainda consequência de outras causas também profundas: o ceticismo, nascido do contacto simultâneo com várias raças em estados de civilização diversos, coabitantes da mesma terra; a falta de *espírito de previsão*, nascido da abundância da terra e da herança dos hábitos do índio.

5. O *espírito miliciano* é talvez o único responsável por esse flagelo contra o qual parece haver unanimidade nas manifestações da opinião pública moderna, tal é o que se chama o *militar político*.

É, porém, tão profundamente arraigado que, mesmo os que reconhecem o mal e o acusam publicamente, desde que tenham idéias a defender ou a impor em matéria política, logo se lembram do militar político e tentam atraí-lo ou neutralizá-lo.

Muitos militares há, por outro lado, que, condenando o *militar político* mas sem o querer, mesmo nessa atitude, adotam palavras e práticas do *militar político*.

A mentalidade miliciano explica, pois, a atração mútua que tem existido entre nós, entre a política e as classes armadas.

A falta de continuidade nos esforços, filha da versatilidade do espírito político, sempre agitado entre a conquista do poder ou sua manutenção e as questões de verdadeira política, traduz a razão por que têm ficado incompletas as nossas reformas.

O *ceticismo* e a *imprevisão* nos mostram por que somos férteis na prática das *meias medidas* e nas soluções *ataman-*

cadadas, com que procuramos resolver as crises intransferíveis, sem jamais levar verdadeiramente em conta a própria experiência.

6. São vícios e defeitos que perduram há quatro séculos e parecem hereditários do concurso das três raças fundamentais de nossa formação:

- A portuguesa, de caráter emigratório e aventureiro;
- A índia, fetichista, aventureira e imprudente;
- A negra, fetichista, rotineira e sentimental.

7. Entretanto, miliciano ou não, com vícios e defeitos, nunca faltaram à nossa gente preciosas qualidades guerreiras.

Desde os remotos tempos coloniais que essas qualidades se revelaram de modo inconfundível. Preando índios, transpondo os limites do tratado de Tordesilhas; lutando contra prepotências de todos os matizes e expulsando o estrangeiro, nossa gente bem mostra do que é capaz nas lutas armadas e na resistência a fatores geográficos dos mais ponderáveis.

A própria *mentalidade miliciano*, se por um lado é fator entre os que mais têm impossibilitado nossa organização normal de acôrdo com as características e as necessidades da guerra moderna, por outro, é uma manifestação de espírito guerreiro.

Foi de fato sob verdadeira forja de atitudes viris que se caldeou o sentimento de nossa nacionalidade, o qual despertou cedo e cresceu à sombra das inadvertências de Portugal e de sua impotência povoadora, quase circunscrita à colonização e à exploração comercial de sua conquista americana. Mas de tal modo era forte a raça e de tal valor era o credo católico que a alentava, que em tudo dominou as terras conquistadas, ao ponto de assegurar *unidade* à parte do mundo que nos tocou como Pátria.

Esse aspecto da nossa formação histórica é um precioso elemento básico para a sólida constituição de nossa potência militar, cujo valor será inestimável, se convenientemente aproveitado.

8.ª A primeira tropa militar de que dispôs o Brasil era forçosamente tropa portuguesa e aqui chegou trazida por Tomé de Sousa, em 1549. Consistia no *corpo de tropa* (600 soldados, 400 homens casados e outros muitos criados d'El-Rei), com que teve início "o louvável serviço e militar exercício".

No século XVI ainda, em 1570 e 1574, se estabelece oficialmente o sistema miliciano criado pelo rei guerreiro Dom Sebastião, e que não deu todos os resultados esperados, porque deixou de ser cumprido conforme as prescrições do "regimento".

Fixa-se, então, um processo normal para o preenchimento dos diversos postos da hierarquia militar nas *cidades, vilas e conselhos*; e se define uma *organização das forças*.

Estas deveriam constituir-se em "companhias de 250 homens repartidos por dez esquadras" e enquadradas por "um capitão, um alferes, um sargento, um meirinho, um escrívão e dez cabos".

As companhias formar-se-iam com gente da mesma localidade. Não sendo isso possível, elas e mesmo as esquadras poderiam ser constituídas com pessoal das localidades vizinhas, mas sempre de modo a *terem fácil reunião* e um *enquadramento regional*. O efetivo das companhias poderia reduzir-se a 100 homens, se deficiente a população.

Essa organização, que parece ter sido a primeira a ter ficado no papel, com as que se lhe seguiram depois no correr dos séculos, visava talvez a corrigir os inconvenientes de "regimentos" anteriores, criados por força das circunstâncias *sem a necessária regra científica com que melhor se consegue a união e a boa ordem*

e os quais figuravam nos forais das capitanias de 1534 e que dispunham: — "os moradores povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir com o capitão se lhe fôr necessário".

9. Nesse tempo a força se constituía assim por essa larga e vaga obrigatoriedade, toda de caráter feudal bem acentuado como impõe o regimento de 1548 "os capitães das capitanias, os senhores de engenho e de fazenda deviam ter armas defensivas e ofensivas, sendo para os capitães no mínimo dois falcões e seis bérços, 40 arcabuzes ou espingardas, 40 espadas, etc., e os senhores de engenho, casas fortes, 4 bérços, 10 espingardas, 20 espadas, 10 lances, etc.".

10. Dêsse embrião de forças militares vindas da Europa e com os recursos em armamento também originários de lá se formou a força com que nossa gente conseguiu ampliar a conquista portuguesa e defendê-la vitoriosamente contra os intrusos de outras origens européias, forjando em labuta secular a nova nacionalidade.

A princípio um pouco incoerente, dado o concurso de causas e costumes divergentes, foi o nosso povo a pouco e pouco, favorecido pela mestiçagem e pelo abandono relativo em que o deixava a metrópole, criando unidade e consistência.

Adquiriu assim o sentimento da solidariedade, do interesse próprio, comum a todos os habitantes da terra e que lhe permitiu fazer vitoriosamente a guerra holandesa:

"negros boçais e negros ladinos, reinóis e morambos; mulatos, caboclos, cabirobas, mamelucos, enfim tôdas as denominações, sentiram-se mais aproximados uns dos outros que do invasor holandês; daí uma guerra começada em 1624 e levada até o fim sem desfalecimento, durante trinta anos".

11. A organização militar, surgida do regimento miliciano de Dom Sebastião que, embora imperfeitamente aplicado, permitiu obter a vitória, perdeu-se, enfraquecendo em grande parte no decorrer dos tempos. É que era miliciano e às milícias faltam logo persistência, continuidade e solidez, desde que não as mantêm vivas o labutar dos campos de batalha.

12. No século XVII o estado de nossa força militar era um quase nada: — “no Rio Grande do Sul, diz Varnhagen, um capitão, um alferes, quatro cabos e oitenta soldados; no Rio de Janeiro, vinte e nove arcabuzeiros, dois tambores e um bombeiro; no Recife, vinte e duas peças de bronze e trinta e duas de ferro cuado; etc., etc.”.

A disciplina não era brilhante e tudo o mais parecia refletir aqui os acontecimentos políticos de Portugal, sobrevindos à derrota de Alcacer Quebir.

13. No século XVIII há sensível melhoria com a ação do grande POMEAL. Data dessa época o famoso código dos vinte e nove artigos de guerra, insertos no regulamento de infantaria de 1763, pelo célebre Conde de Lippe, alemão de origem e discípulo de Frederico, ao serviço de Portugal.

Cria-se, por instâncias do conde de Oeiras, um corpo de tropas regulares, sob o comando de um chefe único, o general JOÃO HENRIQUE BOHEM, dispondo de artilharia, infantaria e cavalaria, somando ao todo seis regimentos e duas companhias de cavalaria e mais um corpo de engenheiros e artilheiros, cujo chefe era o brigadeiro JAKUES FUNK. Em caso de necessidade, essa tropa deveria ser reforçada por tropas auxiliares formadas de gente do país.

Há, portanto, na força militar do Brasil, nessa época, duas partes distintas:

- Tropas regulares metropolitanas;
- Tropas auxiliares indígenas;

quer dizer, regime militar ainda com caráter miliciano, pois as tropas auxiliares seriam formadas em caso de necessidade, isto é, improvisadas.

14. Surge, então, um problema extremamente difícil, o do *Recrutamento*.

Naquela época, como se verá adiante ainda por muito tempo na monarquia, a presença do negro escravo nas fileiras era óbice sério ao recrutamento de boa qualidade.

O serviço militar tomou, pois, aqui um sentido inferior, pejorativo, de que se afastaria o homem livre.

O que disse em 1766, escrevendo na Bahia, o conde de Azambuja, bem explica a situação a tal respeito:

“Nesta terra há vários homens de bem, dos quais muitos fogem de servir na tropa, porque queriam fazê-lo com distinção. A mim bem lembro-me a êste respeito pôr em prática a instituição dos cadetes por me parecer havia aqui ter bom efeito.”

15. Aparece destarte a instituição dos cadetes, para remediar e prover o serviço militar de gentes de boa qualidade de que não podia prescindir.

A repugnância das elites pelo serviço militar entre nós havia sido já assinalada desde antes pelo governador da Bahia, nestes termos: “em todo distrito desta Capital, he mui abominavel o nome soldado, e por esse motivo não ha ninguem que por seu gôsto queira sentar praça...”, sem que houvessem sido convenientemente remediados tais inconvenientes.

Resulta, pois, uma crise crônica de *efetivos*, como consequência lógica de um tal estado de coisas.

16. No século XIX, com a vinda de Dom João VI, há sensível melhoria.

Cria-se o primeiro regimento de cavalaria em 13 de março de 1808, data em que também se decretou o serviço militar de oito anos para voluntários e recrutados, os quais se podiam eximir do serviço, pagando uma quota ou fornecendo um substituto. Outros corpos são criados em seguida: batalhão de caçadores em São Paulo; caçadores a pé e a cavalo na Bahia; legião de tropas ligeiras em São Paulo; caçadores no Ceará, Piauí, etc., etc.

Em 1815 o Brasil é reino e suas instituições militares avançam mais, embora as reformas *não obedeçam a plano algum de conjunto*, sujeito à execução metódica. Dois fatos culminam nessa época: a *questão das promoções* e a do *ensino militar*.

Instituiu-se o merecimento, visando melhorar os quadros do Exército que *tinham alguns defeitos*:

“Os soldados faziam exercícios só uma vez por mês, além de andar sempre em atraso o sôlido, eram tão mal remunerados que precisavam para poder se manter e às famílias trabalhar noutros mistéres, dividindo seus lucros com os oficiais, os quais a trôco da espórtula fechavam os olhos a vil irregularidade de serem os soldados do rei, ao mesmo tempo, sapateiros, pescadores, etc.”

17. No período colonial não foram notáveis as instituições de nosso ensino militar, o que parece natural, pois os oficiais do Exército regular provinham todos da metrópole.

Entretanto, sentiu-se aqui necessidade em tal sentido, embora nada de definitivo se houvesse feito, nem mesmo de metódico ou progressivo sobre o assunto, mesmo com um caráter elementar. O que se conhece da questão reduz-se a pouco.

Sabe-se da existência da “Aula de Fortificação do Rio de Janeiro” em 1699, da “Academia Militar” em 1738, e também da “Aula de Fortificações e Artilharia de 1770”, donde parece ter surgido já no período de Dom João VI, em 1810, a fundação da Academia Real Militar, cujas aulas se abrem depois em abril de 1811, na Academia do Trem.

Em 1812 muda-se de local; a Academia vai funcionar onde é hoje a Escola Politécnica.

Essa é a origem de nosso ensino militar, cujo desenvolvimento é moroso, como se verá adiante.

18. Resumindo a época colonial, pode-se acentuar que:

— Não tinha a organização militar do Brasil caráter de força militar regular e permanente, o que apenas começou a sentir-se depois da vinda de Dom João VI:

— Suas características predominantes eram milicianas e de forças improvisadas;

— O único período verdadeiramente florescente, no ponto de vista disciplinar, foi aquele em que dominou POMBAL, em virtude da influência do conde de LIPPE;

— Entre as dificuldades predominantes, avultaram as relativas ao recrutamento, inclusive dos quadros;

— O ensino militar não logrou nessa época organização regular, sistemática, e duradoura, o que apenas se iniciou em 1810;

— Houve constante crise de efetivos;

— Não foram resolvidas de modo satisfatório as questões relativas à formação normal da hierarquia, isto é, a questão das promoções.

19. Fechando o exame do ciclo colonial de nossas instituições militares, será interessante assinalar que durante o mesmo foram focalizados a bem dizer todos os principais problemas de nossa forma-

ção militar: quadros, recrutamento, efetivos e ensino. Daí, portanto, nascem os defeitos e vícios que em maior parte nos acabrunham ainda.

E convirá ainda observar a influência considerável da *mentalidade miliciana*, de que, desde essa época, vivem impregnadas nossas coisas militares, mentalidade que explica a tendência da política em se servir dos militares e a destes em se envolver nas questões políticas, como se referiu anteriormente.

20. Os inconvenientes da organização miliciana foram cedo reconhecidos e, parece, veem sendo combatidos desde a organização dos corpos regulares do general BOHEM e, sobretudo, depois das criações do tempo de Dom João VI. Ressurgidos, porém, com certa energia na era dos vice-reis, como transparece da remodelação de que fala o conde de REZENDE em 1791, organizando as forças militares em 1.^a, 2.^a e 3.^a linhas, os corpos milicianos voltam vivamente à tona em 1822 com a criação da Guarda Cívica.

E' assim que começa o Império, quando providencia para dispor de uma força militar. Esforça-se êle, porém, decisivamente, em melhorar o que já existe.

Baixa Instruções regulamentando as promoções em 4 de dezembro dêsse ano, cria novos corpos, dos quais um batalhão de caçadores em Paraíba do Norte; unifica o sôldo das tropas da Côrte, pondo-os em correlação com os das tropas da província; cria o batalhão de artilharia de libertos, o regimento de estrangeiros e o Batalhão do Imperador. Além disso, não descarta dos órgãos que hoje chamariamos dos serviços, pois organiza o Comissariado Geral do Exército, o Depósito Geral dos Recrutados; fábricas e arsenais, melhorando a herança colonial do Real Trem e da Real Fábrica da Casa de Armas da Conceição.

Tudo isto representa um formidável esforço de Dom Pedro I para dotar o Brasil de recursos militares.

Parece orientar os seus esforços em todo o sentido, obtendo resultados que o contentam. Em sua fala do Trono, pinta em côres vivas a situação que encontrou e discorre sôbre a que parece ter atingido.

Ouçamo-lo:

“O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população, e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo.”

“Nos arsenais do Exército tem-se trabalhado com tôda atividade... Todos os reparos de artilharia, das fortalezas desta Côrte estavam totalmente arruinados; hoje, acham-se prontos... Construíram-se em diferentes pontos os mais apropriados para nêles se obstar a qualquer desembarque, e mesmo em gargantas de serras a qualquer passagem do inimigo, no caso de haver desembarcado (o que não será fácil), entrincheiramentos, fortins, redutos e baterias novas, etc., etc.”

21. Todavia os problemas continuavam de pé, exigindo solução. Em 1825 (época das guerras platinas) o Imperador pensa na remodelação da officialidade, afastando os mercenários e nacionalizando de fato o Exército; em consequência, saem do Brasil 14.000 soldados estrangeiros. Em 1826 é criado, no Rio Grande do Sul, um corpo de lanceiros.

Em 1831, o Exército dispõe, no papel, de 16 batalhões de Caçadores, 4 corpos de Cavalaria, 5 Corpos de Artilharia de posição e um a cavallo; e tem uma Legião das três armas em Mato Grosso.

22. Não se poupa, portanto, o Império a esforços reformistas. A reorganização e a criação de novas unidades de tropa ou órgãos militares são freqüentes e às vészes anuais.

Entretanto, será difícil e mesmo impossível, descobrir qual a razão militar dominadora de conjunto, a que obedecem.

Parecem ser motivos, causas particulares e estranhas à defesa nacional.

Assim, em 1833, aparece nova reforma, mas desta vez fato notável apresentando certa sistematização: — *Estado-Maior, Corpo de Engenheiros*, Companhia de artífices do trem de artilharia, repartições civis e militares, 8 Batalhões de Caçadores, 4 Corpos de Cavalaria, 5 de Artilharia de posição, 1 Corpo de Tropas ligeiras de Mato Grosso, 7 Divisões do Rio Doce, 2 Companhias do Maranhão, 1 Corpo de Pedestres do Espírito Santo, 1 Companhia de Pedestres de Goiás.

23. Evidentemente, parece que a reforma de 1833 vai marcar era decisiva em nossos anais militares, pelas suas proporções.

Cria um Estado-Maior, o que parece indicar haverem as autoridades governamentais sentido a necessidade de um órgão capaz de zelar pelas necessidades da defesa nacional.

Entretanto, em 1836, clama Araújo Lima:

“O Exército e a Marinha têm prestado serviços à ordem e à liberdade; e maiores ainda poderão prestar, se os organizardes com a força e a disciplina que exige o seu nobre destino!”

É fatal, portanto, nova reforma a qual se decreta em 1839. Adianta pouco, naturalmente. Nêsse mesmo ano é publicado novo regulamento para a Escola Militar.

Em 1840 cria-se o Colégio Militar do Imperador.

24. Em 1841 não cessa a onda reformadora...

Evidentemente não é o pensamento da guerra, não são as considerações do interesse superior da defesa nacional que determinam tais atividades e ânsias reformistas. São interesses talvez de reclame eleitoral e, em todo caso, estranhos à idéia da causa pátria a qual requer ponderação e atividade metódica. Esta a verdade.

Os problemas continuam sem solução, conforme se depreende da fala do Trono de 1848, em que Pedro II assim se exprime:

“Recomendo à vossa consideração o exame da lei que organizou a Guarda Nacional e das que regulam as promoções no Exército e Armada, e a maneira de fazer-se o recrutamento.”

Promoção, efetivos, recrutamento, reservas, tudo requer novamente ser examinado.

Em 1851 há um progresso notável, surge a divisão territorial militar: — criam-se seis distritos militares e é novamente reorganizado o Exército. Nêsse mesmo ano se estabelece no Rio Grande do Sul um “Curso de Infantaria e Cavalaria”.

25. Em 1853 é criado um órgão importante “o Quartel Mestre General”. Em 1854 surgem as “Escolas Regimentais”.

Em 1855 nova reforma se opera no ensino militar. É criada na fortaleza de São João uma “Escola de Aplicação”, para onde passam os dois últimos anos da “Escola Militar”.

26. Continuam as reformas, e desta vez as medidas introduzidas traduzem preocupações com o recrutamento dos quadros. Em 1856 exige-se um ano de

Curso da Escola Militar para a promoção a alferes aluno, posto criado em 1840 para estímulo da mocidade estudiosa.

Nêsse mesmo ano de 1856 a questão do recrutamento ainda não estava resolvida e Caxias reclamava uma lei de recrutamento para o Exército "*sua lei essencial, sua principal lei orgânica*".

27. Em 1858 não estavam ainda as autoridades do Império satisfeitas. Nova reforma vem se processar no ensino militar. As escolas existentes transformam-se: — uma sob a denominação de Escola Central, vai ser a base da atual Escola Politécnica. A outra se transforma em Escola Militar de Aplicação, na qual figura o curso de Estado-Maior. A do Rio Grande do Sul, recebe o nome de Escola Militar Preparatória.

28. Em 1860, vésperas da guerra do Paraguai, o Exército se compunha de corpos fixos das províncias e de tropa móvel, à guisa de Reserva Geral. O efetivo que era antes de 20.000 homens, aliás nunca atingido, baixava em 1863 a 14.000, dos quais 10.000 eram de tropa móvel e 4.000 de tropa fixa.

Nêsse mesmo ano, porém, procede-se ainda à reforma no ensino militar. Os cursos de Artilharia, Engenharia, Estado-Maior, passam a ser professados na Escola Central.

29. O Paraguai nessa época havia feito notável esforço militar. Mantinha em armas um efetivo de 80.000 homens e a nação, submetida a um regime político especial, podia suportá-lo, como o suportou disposta a lutar até a última extremidade. Não cuidou somente seu governo da preparação material; fê-lo também no ponto de vista moral.

No Brasil, onde ninguém pensava em guerra e talvez somente em eleições, tudo ia ser improvisado.

Em 1864 o efetivo fixado era de 18.000 homens, mas *faltando cavallhada, o pes-*

soal era deficiente. Os depósitos de material bélico e os arsenais não se encontram providos de material!

É evidente, pois, que não foi continuado o esforço construtor de que falava Dom Pedro I, chegando-se a ficar desprovido de tudo. Sobreveio então a guerra e a faia do Trono de 6 de maio de 1865, anuncia:

"O governo brasileiro no firme propósito de vingar a soberania e honra ultrajada, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do Exército e Armada para a guerra a que fomos provocados por aquela república."

30. Entretanto, a necessidade é mestra e ensinou a solucionar o caso, embora acarretando despesas demasiado grandes e prolongando assás a duração da luta com tôdas as suas conseqüências.

Além disso, é oportuno refletir, perdiam-se benefícios outros de uma boa preparação militar desde o tempo de paz, tais como:

- Ação civilizadora sobre o povo;
- Reações sobre a indústria nacional;
- Tornar menos provável a guerra, por serem mais reduzidas as possibilidades de vitória do inimigo.

Nêsse período, o que há de mais notável como progresso militar é que apparecem *Divisões e Corpos de Exército* e em 1867 tôda a Artilharia passa a constituir *reserva geral* na mão do comando em chefe: — "Os corpos de artilharia não pertencerão a nenhum dos corpos de Exército, sendo todos incluídos na brigada desta arma que fica diretamente subordinada a este comando em Chefe", ordena Caxias.

31. Passada a guerra os sangues *negro e índio* reagem sobre o branco e perde-se a lição da experiência. Os problemas mi-

litares continuaram a existir sem solução, sufocados pelo espírito miliciano das tropas e das populações e pelas leviandades de nossos políticos, eternamente imprevidentes e ametódicos.

Assim prossegue a nossa vida militar, quando a política, exploradora renitente do patriotismo dos militares e da *alma miliciano de seus quadros*, gera a questão militar que os quadros transformaram em caso político, tudo culminando com o advento da República em 1889.

32. Entretanto, após a guerra do Paraguai sobrevém a nova reforma do ensino militar. É o célebre regulamento de 1874, que precede à separação completa entre os estudos militares e civis. *É a era do general Polidoro.*

“A Escola Central transforma-se em Escola Politécnica, diz o general Tasso, subordinada ao Ministério do Império, e surge a Escola Militar com o seu anexo: a Escola Preparatória. O curso da Escola Militar consta de cinco anos. Os quatro primeiros formam o curso de Estado-Maior e todos os cinco o de engenharia militar.”

Essa reforma do ensino apresenta um considerável progresso, mas ainda muito incompleto. Os cursos de Estado-Maior e de Engenharia Militar não se distinguem senão pela cultura a mais que em um ano suplementar é dada ao engenheiro.

Em 1889 dá-se um passo decisivo para a frente pelo menos teoricamente: cria-se a Escola Superior de Guerra, mas com três cursos (Artilharia, Engenharia e Estado-Maior). Embora estes dois últimos ainda pareçam confundidos, já se fala em prática completa de Estado-Maior em tempo de paz e de guerra.

33. Resumindo a rápida revista passada no período correspondente ao Império, podemos concluir que os *problemas*

da defesa nacional e da conveniente organização permaneceram sem solução.

Desde os efetivos do Exército até o seu aprovisionamento em material, tudo persiste em crise.

Sobrevinda a necessidade iniludível e premente da guerra, o recurso foi improvisar.

Só não se improvisaram os grandes chefes, porque estes já existiam, feitos com o saber adquirido na experiência das campanhas internas e externas, anteriormente realizadas.

É interessante observar que os serviços não tinham uma organização propriamente militar. A *remonta* era feita sem sistema e sem método, arrebanhando-se os animais nos campos quando era preciso. Felizmente nessa época, eram abundantes, principalmente na zona sul do país.

Os reabastecimentos da tropa eram contratados *com civis*, que forneciam o necessário, levando-o até ela.

A guerra do Paraguai poderia, portanto, ter constituido para nós uma fonte de larga experiência.

Entretanto, terminada a luta, ninguém pensou mais nesses assuntos. Nem mesmo no ensino militar ela repercutiu, de um modo prático e lógico:

“Qual a influência que a guerra exerceu em nosso ensino militar?” — pergunta o general Tasso Fragoso.

Pode-se responder sem a mais leve hesitação: — Nenhuma.

É que ao nosso espírito sobra a imaginação sonhadora e à nossa ação tem faltado sempre a objetividade precisa.

* * *

34. No ciclo republicano as dificuldades da organização militar e do aparelhamento da defesa nacional cresceram enormemente. Não só a guerra requer aumento de meios para sua eficácia, mas

nda porque os nossos vizinhos, notadamente os argentinos e os chilenos, desenvolviam sua civilização e potência militar de modo notável. A preponderância da potência de fogo no combate e o empreendimento intensivo de estrada de ferro como arma estratégica, impuseram necessidades consideráveis não só de aparelhamento, como de cultura técnico-militar.

Em tais condições fazia-se necessário, impunha-se à República, um esforço muito maior do que o que era exigido do Império.

Ao mesmo passo o Brasil crescia em população e progredia materialmente.

A *fronteira* já não apresentava as mesmas condições que anteriormente. O Rio Grande, a região mais exposta do país a um ataque vindo do estrangeiro, ficava a mercê do inimigo, cujas vias férreas numerosas e bem providas podiam despejar distância relativamente pequena, quase nula, massas de invasão importantes, bem organizadas, instruídas e providas de material moderno. E o Rio Grande nessa época era já celeiro do Brasil.

De outro lado, entre este celeiro e o resto imenso do Brasil que dêle se nutria, eram escassos os meios de comunicação. Os primórdios da República só existia a via marítima. Nem a atual via férrea, nem mesmo uma simples estrada de rodagem figuravam em nossas cartas.

O mesmo se passava no tocante às comunicações do Norte com o Centro.

Para Oeste, era o sertão imenso, com o qual as comunicações somente se tornavam possíveis, através do Prata ou pela área amazônica.

35. Cabiam, pois, à República sérios problemas a resolver e tanto mais quanto o Império nos legava uma tradição guerreira indiscutivelmente honrosa sob muitos pontos de vista; porém, nos transferia um poder *militar exíguo*, para cujo fortalecimento não se havia aproveitado dos

ensinamentos da experiência colhidos no passado.

O Império nos dava uma tradição de guerras vitoriosas, mas ao mesmo tempo nos conferia vícios de educação e de organização militares a corrigir, os quais, sem serem banidos completamente, nos haviam de impedir que sustentássemos a mesma linha de sucessos até então obtidos nos campos de batalha.

O que de mais precioso nos legava o Império, no ponto de vista militar, era a gloriosa tradição dos grandes chefes militares.

Além disso, a experiência inaproveitada de uma guerra de cinco anos, realizada em teatro longínquo; o espírito antimilitar, impregnado no povo, dificultando a cultura militar da nação; e pior do que tudo isso, a idéia de *improvisação* como remédio capaz e bastante para atender às grandes crises. Eis o que resultou da Guerra de 1864-1870. A disciplina tinha por base o castigo corporal; entre os oficiais havia obediência, porém, não bastante esclarecida. A instrução da tropa era puramente formalística e rotineira, sem *objetividade* justificável; nem os exercícios de tiro se faziam sistematicamente. Os corpos, que mais trabalhavam faziam em regra, isto até ao ano de 1908, um chamado *exercício geral* por semana, de ordem unida, e assim mesmo precedido de sumariíssima instrução de manêjo de armas.

Nas escolas, onde o ensino militar havia progredido incontestavelmente, dominava ainda a cultura teórica geral sem a objetivação suficiente dos aspectos verdadeiramente militares. A própria arte militar era ministrada sob a forma de discursos, moldados nas fórmulas do passado. Seu estudo se caracterizava por teorias, nem sempre bem compreendidas. Nenhuma idéia de aplicação a êle se ligava.

A mocidade era trabalhada nessas Escolas sob a influência das escolas filosóficas, científicas e religiosas mais do agrado dos professores; no início da República esse fato culminou.

De outro lado, as questões de limites e de demarcação passaram como sobrecarga entre os problemas que o Império legou à República; na mesma ordem de idéias se apresenta toda uma organização nacional a realizar.

A grande obra do Império consistiu em manter-se e consolidar-se a unidade da Pátria. Haveria a República de vencer na ordem econômica a crise do trabalho, produzida com a libertação necessária dos escravos; na ordem política, surge dominantemente a insuficiente educação das massas populares e a mentalidade reinante no povo em consequência do longo período da escravidão; que a bem dizer separava os homens em dois campos: senhores e servos.

À República caberia ainda *povoar o solo* e criar os meios materiais necessários à vida de um povo moderno.

E não é só. Tendo sido a República obra prática e mesmo teórica dos militares, esse mal — o do militar político legado pelo Império, que Calógeras aponta como remontando à exploração feita em torno do acidente havido entre Cavias e Zacarias Góis de Vasconcelos em 1869, nela se desenvolveu consideravelmente nos tempos iniciais do novo regime.

No ponto de vista da organização militar do país e no dos aspectos mais interessantes da defesa nacional, pode-se dizer em resumo que passaram do Império à República, *sem solução*, os mesmos problemas que aquêle havia herdado da colônia, tais como o dos quadros, o do adequado ensino profissional, o do recrutamento e os que dizem respeito de modo geral à organização de toda a sorte, agora tornados muito mais amplos e difíceis em face das condições novas do problema

da guerra e em vista da errônea orientação impressa pelas reformas já efetuadas.

36. A República, legítima e inevitável herdeira do Império, porém, mais jovem, viva e ardorosa, terá de caracterizar-se pelas reformas sucessivas a empreender às vêzes sob agitação febril.

Começa ela, já em dezembro de 1889, fazendo uma reorganização no Exército. Procedem-se às promoções em massa, por serviços relevantes (*serviços políticos*) e se faz até a aclamação de generais.

Mais tarde, outra reforma de vulto que aparece, é a do ensino militar em 1890, efetuada sob a responsabilidade do egrégio Benjamim Constant, a qual é um modelo de organização e de lógica. Ela é, porém, consentânea com o espírito teórico e filosófico da época. Não corresponde por isso, às necessidades de ordem prática nem é de molde a desenvolver a cultura militar propriamente dita, o gosto pelo estudo e o trato dos assuntos militares. Torna-se assim contraproducente.

Consoante tal reforma, as Escolas Militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre passam a ter um curso geral de quatro anos, destinado à preparação científica fundamental dos futuros oficiais, e mais um ano complementar para cada arma (Infantaria, Cavalaria e Artilharia).

A Escola Superior de Guerra continuava reservada aos cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior (dois anos para cada curso).

A segunda reforma dessa época diz respeito à lei de promoções em 1891, com vindo observar que ela perdura até hoje sem alteração, no seu grande conjunto apenas sofreu modificações em certas questões de minúcia. É uma lei defensável em teoria que perdura há 41 anos embora não haja quem conteste seus defeitos no ponto de vista prático. Ela tem resistido ao tempo, por causas estranhas às necessidades do progresso. Essa lon-

ga duração não se pode explicar nem por suas virtudes, nem pelo espírito conservador que nos seja peculiar. Infelizmente, o que tem contribuído para a sua vigência até hoje não é a excelência dos seus métodos e princípios, mas a insuficiência da nossa mentalidade, baseada numa falsa concepção das coisas militares.

37. Até 1898 não varia muito a estrutura geral de nosso Exército que então tem caráter nítido de força política em cujos campos de batalha vive empenhado sem cessar. Apenas, antes dessa data, cumpre assinalar a reorganização de 1894, que influi pouco na existência do Exército.

Acontecimento de vulto para nossa evolução militar se verifica nêsse período, com a criação do *Estado-Maior do Exército*, em outubro de 1896, muito embora sem as atribuições que hoje lhe são peculiares. A nova reforma do ensino em 1898 não implica em progresso; é, talvez, consequência da revolta política da Escola Militar em 1897.

O Governô Campos Sales que se iniciava nêsse ano, empenhou-se em consolidar a paz interna implantada por seu antecessor e em reconstruir as finanças delapidadas pelo largo período de crises de tôda ordem, sobrevindas nos primórdios da República; destarte, não empreendeu grandes reformas militares.

Todavia o general Mallet, ministro da Guerra, tipo magnífico de soldado e de ministro, culto e severo, inicia uma reforma com muita lógica e sabedoria.

Começa pelo quadro de oficiais, que procura depurar, introduzindo a exigência de curso das escolas para o oficialato e estabelecendo a eliminação sucessiva dos oficiais sem curso que existem nas fileiras do Exército. Empreende ainda a reforma do material, no que é tollido em grande parte pelas *aperturas financeiras da época*...

A reforma do ensino de 1898 parece que se destina a combater o excesso de teorias do regime de 1890. Não logro atingir, porém, a idéia nítida do problema; sente os inconvenientes e não os sabe remover.

Simplifica e reduz a teoria, mas no conjunto, se mostra inferior àquela, porque quebra a harmonia perfeita e lógica de sua concepção, nem por isso tornando mais prático o ensino.

Ambas fazem bachareis e não soldados. O plano de ensino das duas reformas torna-se praticamente negativo e se limita a desenvolver na officialidade de um gôsto imoderado pelas abstrações e um *pedantesco* e quase ridículo desprezo pela cultura verdadeiramente profissional; é *chic* os militares de então ignorarem as relés coisas da militança, de que se não ocupavam.

Querendo-se corrigir o mal, apenas avaliado imprecisamente, fez-se uma reforma sem resultado prático.

Essa reforma de 1898 concentra o ensino militar superior na Escola Militar. Aí são ministrados os assuntos relativos às três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), num curso chamado *Geral*; e os de Engenharia e Estado-Maior, num outro denominado *Especial*.

Esse regime perdura até 1905, isto é, até ao ano que se segue a uma revolta militar, provocada pela política.

Adota-se então nova orientação. Aparecem: a Escola de Guerra, a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, a Escola de Artilharia e Engenharia, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia e a Escola de Estado-Maior.

É a primeira vez que aparece entre nós uma *Escola de Estado-Maior*.

Continuam depois novas reformas do ensino. Cumpre assinalar as de 1914, 1918, e 1919, que são a bem dizer inócuas parecendo não raro terem sido influenciadas por interesses de ordem pessoal.

Tais reformas não correspondem a uma mudança de estrutura do Exército, nem se estribam em necessidades da evolução dêste, o qual continua se arrastando em luta com vícios antigos.

Ao contrário, tôdas elas pretendem ser o ponto de partida de uma regeneração que se há de operar pelo próprio valor das medidas que contêm.

Elas encerram um êrro manifesto, que se agrava ainda pela insinceridade com que parece terem sido efetuadas e executadas.

Reduzem a teoria — o pomo da discórdia — mas não organizam a prática, como seria desejável. Decresce assim o nível cultural do Exército e nem por isso se eleva o índice profissional.

38. Não foram porém, sòmente reformas de ensino que se processaram no período que vai de 1898 a 1919; não cessaram as idéias evolutivas lançadas por Mallet.

Nêsse período adquiriu-se material novo para o Exército; por outro lado, reorganizou-se, desenvolvendo-a, a Fábrica de Cartuchos que absorveu o Laboratório Pirotécnico em 1900 e reformou-se a Fábrica de Pólvora da Estrêla.

Em 1901 cria-se uma Fábrica de Pólvora sem Fumaça.

Nêsse mesmo ano reorganiza-se novamente o Exército, realizando-se desta vez um verdadeiro progresso, pois que se criam *grandes unidades* de um tipo especial, denominadas *Brigadas Estratégicas*.

E para melhor assinalar o sentido novo que toma a mentalidade militar e o novo rumo que é dado à organização da defesa nacional, decreta-se a primeira lei do Serviço Militar obrigatório pelo sorteio.

Em 1915 prossegue a reforma extinguindo-se a Guarda Nacional, instituição mais política que militar criada em 1831.

Em 1917 progridem as idéias relativas a nova ordem de coisas, imprimida ao

nosso mecanismo militar; cria-se o Corpo de Officiais da Reserva de 1.^a Linha e firma-se o princípio de *Exército Nacional*, em definitiva substituição ao antigo *profissional*.

Organiza-se, com os remanescentes da extinta Guarda Nacional, o Exército de 2.^a Linha, em 1918.

Em 1919 a organização militar das Brigadas Estratégicas se transforma em Divisões, estas dotadas de órgãos dos serviços.

Nêsse ano tenta-se um passo gigantesco de enorme importância para o futuro — Estabelece-se a necessidade de que os candidatos ao generalato tenham o curso de Estado-Maior.

39. No govêrno Rodrigues Alves que sucedeu a Campos Sales, Rio Branco, ministro do Exterior, e estadista alentado no ambiente europeu, fêz com que se sentísse a necessidade de uma profunda reforma na organização militar, a qual culminou depois na criação das Brigadas Estratégicas acima referidas, durante o ministério Hermes; êste chefe cuja ação estimulante se vinha já exercendo, desde o tempo em que esteve à frente do Quarto Distrito Militar, introduziu aqui o hábito de realização das grandes manobras regionais. Rio Branco sugere e logra aprovação por parte do govêrno, a remessa de oficiais, para servirem no Exército alemão.

De regresso à Pátria, alguns dos que estagiaram nêsse Exército promovem uma série de reformas e criam pela primeira vez no Brasil um “Regulamento de Instrução”.

Há nos corpos uma verdadeira febre de atividade profissional: as sub-unidades vivem. Torna-se sistemática a instrução dos recrutas; pratica-se o tiro, bem como equitação e desportos; há competições e festas militares.

Funda-se uma revista militar e aparecem os chamados *jovens turcos*.

Nosso Estado-Maior começa a desempenhar o seu principal papel, o de responsável pela instrução técnica do Exército e pela preparação para a guerra; nêsse sentido organiza uma série de regulamentos interessantes, moldados nos alemães.

Tôda essa atividade e todo êsse progresso é, porém, puramente interno e se processa sobretudo nas camadas inferiores do Exército. Fica incompleto. Os chefes apenas consentem, quando não criam entraves sérios pela resistência passiva ao seu desenvolvimento.

É uma fase de progresso que apenas se inicia, embora com notável impulsão e que vai culminar com o contrato da Missão Militar Francesa, verdadeira conquista da mentalidade nova do Exército sobre a antiga.

Nêsse período, a maior reforma cabe ao Ministério Hermes, criando o Serviço Militar obrigatório pelo Sorteio, a organização regional militar do Brasil e dos corpos do Exército em Grandes Unidades.

Entretanto, como os interesses militares marcham quase sempre divorciados da política não medram completamente tais reformas, por que aquela lhe nega os meios e ainda, envolve o organismo militar em suas tramas. O serviço militar tem contra êle os chefes eleitorais e a ojeriza existente no povo desde a época do escravo nas fileiras; ao Exército fica faltando material; não há quartéis, embora se haja iniciado a criação da Vila Militar no Rio; não existem campos de instrução, de que apenas marca um esboço conseguido com a adaptação de antigas fazendas pertencentes ao Estado, a região de Gericinó.

As Unidades permanecem com os efetivos orçamentários *menores que o mínimo admissível* para instrução; por isso, esta só pode ser ministrada imperfeitamente; surgem, assim, os quadros de unidades sem efetivos.

Mas o movimento que se havia operado no Exército era promissor. Havia trabalho e entusiasmo em grande parte da juventude militar.

40. Tal era em resumo a situação de nosso Exército, quando sobreveio a guerra de 1914. Talvez do sentimento de que seríamos envolvidos nessa guerra, mesmo a contra gôsto, de modo direto ou indireto, emanou o surto de um movimento pró-organização militar, verdadeiramente intenso. Funda-se a Liga de Defesa Nacional. O poeta Olavo Bilac, seguido de outros espíritos inteligentes e apoiado num grupo de jovens militares, empreende uma propaganda empolgante do Serviço Militar.

A mocidade corre aos quartéis para se militarizar, quer normalmente, quer sobre a forma especial prevista na lei do Serviço Militar, chamada dos *voluntários de manobras*.

As linhas de tiro prosperam. Fundam-se novas e se desenvolvem as antigas; elas organizam batalhões, dos quais alguns dêles apresentam em parada com ares de tropa de elite.

Entretanto, todo êsse ardor, todo êsse movimento que parecia indicar sensível e profunda mudança nos costumes, nos sentimentos, na mentalidade de nosso povo, fica inaproveitado quase por completo.

Passado o ardor, deparamos com a *in-submissão* de conscritos que chegam a deixar os quartéis vãos; fenecem as linhas de tiro e muitas desaparecem.

41. Evidentemente, não há negar que até 1918 o fato mais importante registrado nos anais militares é a lei do *Serviço Militar*.

Embora tenha sido forçoso subordiná-lo ao dispositivo constitucional fixando as formas possíveis para o nosso recrutamento, o Serviço Militar foi o instrumento que deu origem verdadeiramente à re-

forma da mentalidade popular, face às coisas militares.

A instrução dada nos corpos e a que era ministrada nas linhas de tiro e nas Escolas de Instrução Militar eram sem dúvida imperfeitas e insuficientes; mas a incorporação sobre uma ou outra forma, a obtenção da *caderneta do reservista* agora figurando como um dos interesses do cidadão, representam uma conquista considerável. Ficou destarte abalada a resistência que nos quatro séculos anteriores perdurou contra a nossa organização normal, eficiente.

42. Nosso progresso militar era, porém, quase nulo diante do acréscimo formidável das necessidades novas.

Enquanto o conseguíamos de modo hesitante e incompleto, sem lograr atingir e realizar qualquer objetivo previamente assentado, sem jamais haver executado firmemente qualquer das reformas começadas, a Argentina e o Chile avançam em eficiência militar. Este contrata uma missão para instruir e organizar o seu Exército e aquela, professores estrangeiros para as suas escolas.

Ambos praticam com êxito o serviço militar, já integrado amplamente nos costumes.

Além disso, enquanto as vias férreas argentinas formam densa rede, provida de quatro tentáculos lançados para a fronteira, nós conseguimos somente lançar um tênue e extensíssimo cordão umbilical para o Sul e outro para o Oeste. O Norte continua apenas ligado pela via marítima. E o que é pior, não temos nenhuma idéia lógica e precisa do problema militar, cada vez mais complexo e difícil de resolver.

As condições da guerra moderna, reveladas na Europa, surpreendem-nos inteiramente descuidados.

43. Decide-se, então, o nosso governo, tentado pela intensa propaganda que de

há tempos vinham fazendo os nossos jovens militares cognominados de *jovens turcos* a contratar uma missão estrangeira para o nosso Exército.

O contrato da missão não corresponde à idéia de governo tão pouco foi promovido pelos chefes do Exército ou da política nacional. As reformas e progressos militares vão se procedendo, a despeito da displicência de uns e da resistência de outros.

Os efeitos que se esperam da atuação da missão ficam em consequência diminuídos, em relação ao que era de esperar.

Ela foi colocada num plano especial, mais ou menos à margem do Exército.

Sua ação não se exerce senão através das escolas e quase que incide exclusivamente sobre os oficiais dos postos mais baixos da hierarquia.

Daí um resultado funesto: — cresce a indisciplina no Exército, pois a custa da cultura nova que recebem as camadas inferiores, ficam em plano duvidoso as demais camadas que na realidade deveriam ser verdadeiramente superiores, em especial no que se relaciona com o saber profissional. Estas últimas como que se alheiam das necessidades novas.

44. A missão chefiada pelo general Gamelin, aqui chegou em 1919. Depois de ajuizar nossas condições militares gerais e do estudo de nossas instituições militares, Gamelin empreende uma série de reformas, cujo principal escopo era dotar-nos de uma doutrina de guerra, de modo a que soubéssimos por nós mesmos avaliar as necessidades e raciocinar sobre o problema da guerra.

Criou-se logo a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinada a tenentes e capitães visando ministrar os conhecimentos técnicos e táticos das armas e os relativos ao emprego das pequenas unidades e aos métodos de instrução.

Criou-se uma Escola de Intendência, cujo serviço cujas finalidades conhecemos não foram muito imperfeitamente. Desenvolveu-se a Escola de Veterinária fundada anteriormente pelo esforço tenaz e diligente de um médico militar, e se procurou difundir o emprêgo do Serviço de Saúde em campanha, as transmissões, etc. Organizou-se pela primeira vez no Brasil, o Serviço de Remonta, questão importantíssima que sempre havíamos desprezado.

O ponto culminante, porém, dessas reformas é sem dúvida a que se processa na Escola de Estado-Maior. A esse respeito diz o general Tasso Fragoso:

“Sem dúvida, como vê-lo provei, esta Escola já existia com um plano de estudos aceitável, mas faltava-lhe o essencial: professores competentes e autorizados para ensinar-nos a arte do comando. Em uma palavra: faltava a esse organismo, ao parecer robusto e sedento de vida, a alma capaz de animá-lo.

Seus antigos professores, verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falavam de operações a que, na verdade, nunca haviam assistido.

Que diferença, senhores, com os mestres franceses!

Estes, além da preparação teórica escolar, tinham vivido o drama da guerra, labutando anos a fio na conquista da vitória definitiva para os aliados. Por isso o ensino que nos proporcionam tinha um sánete de realidade impressionadora e convincente.

Devemos confessar, com absoluta lealdade e sem o mínimo vexame, que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado-Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de pro-

vê-las, depois que a Missão nô-lo ensinou.”

45. A influência da Missão Militar Francesa através de tais escolas — bem se pode avaliar — foi profunda e intensa.

A tal respeito no ano passado assim se exprimiu ainda o general Tasso Fragoso em palavras incisivas que bem sintetizam o resultado colhido com a colaboração da Missão Francesa:

“Foi nos cursos desta Escola e particularmente nas manobras de quadros no terreno que o general Gamelin conduzia com rara mestria, pondo-nos à frente de várias Divisões associadas em Exércitos e tocando a fundo em todos os problemas relativos ao repouso, ao movimento e ao combate das tropas, que sentimos a complexidade da arte de comandar e a necessidade imprescindível de sabê-la a fundo, antes de nos atirmos à aventura de dirigir operações de guerra. E esse ensino continuou com seus sucessores e ainda hoje perdura com o general Huntziger.

Quanto ignorávamos e quanto aprendemos, di-lo a nossa consciência profissional.

Vêde, por exemplo, o Serviço de Saúde: não nos faltavam médicos competentes, mas faltava-nos, de modo absoluto, o conhecimento da tática sanitária.

Vêde ainda o Serviço de Intendência e a facilidade com que lhe apreendemos o mecanismo. Agora estamos habilitados para evitar a fome e poupar-nos outro desastre como o da retirada da Laguna. Demos a prova disso nas operações realizadas no Paraná.

Estamos colhendo os frutos de um trabalho pertinaz e confortador.

O nosso progresso é tão grande, que desbordou para o mundo civil. A terminologia de certos dos nossos compatriotas em suas conversações denuncia por vêzes a fonte de que promanam.”

E acrescenta depois o ex-chefe do Estado-Maior do Exército:

“A obra operada pela Missão Francesa merece o qualificativo de extraordinária. A sua colaboração nos problemas orgânicos, a sua atuação nas escolas e os Regulamentos modelares que possuímos em todos os ramos da profissão, são um resultado surpreendente, que patenteia o esforço meritório, tanto da parte dela como da nossa.”

Entre as reformas de vulto que se processaram sob a inspiração da Missão, pode-se assinalar, afora as do ensino, a reorganização do Exército em 1921, a dissolução das unidades da 2.^a linha em 1922, o *ensaio de mobilização*, que foi procedido nesse mesmo ano; a criação da aviação em 1923 e a dos serviços com finalidade verdadeiramente objetiva, isto é, visando não a paz, onde tudo é fácil, mas a guerra.

46. Não foram, porém, colhidos todos os frutos possíveis da ação da Missão. Mesmo o resultado do ensino nas Escolas ficou consideravelmente diminuído, por várias causas, algumas de ordem interna do Exército, outras de ordem superior.

Em primeiro lugar, cumpre recordar que era imperfeito o aparelhamento das escolas, que faltavam meios de trabalho muitas vezes essenciais, e que a ação da Missão sobre o Exército — sem aludir às Escolas — se exercia escassamente, através dos regulamentos que o Estado Maior do Exército produzia com sua colaboração.

Suas manobras de quadros não eram imitadas pelos comandos responsáveis; nem os chefes mostravam qualquer interesse pelos seus ensinamentos.

O próprio governo não prestigiava os cursos feitos sob a direção dos mestres franceses.

Aqueles que se distinguiam nesses cursos, mesmo os que por seu valor eram aproveitados como professores, muitas vezes se viam preteridos na promoção por outros que saíam das Escolas com notas mediocres e até reprovados.

Como poderia em tais condições produzir melhores resultados a Missão?

A consequência disso foi que, gran parte da oficialidade deixou-se levar pela lei do menor esforço e não se integrou nas novas necessidades profissionais.

Por outro lado, houve um recrudescimento considerável da nossa mentalidade militar pelas tendências políticas; ressurgiu a *alma milicianiana*, tendo como consequência o longo período de motins militares, os quais, iniciados em 1922, culminaram com a revolução de 1934.

47. O ano de 1922 marca em nossa evolução um ponto culminante da eterna crise militar. Nessa época se chocam vivamente duas mentalidades opostas: a herdada de subconsciente e a adquirida pela cultura e pelo labor; noutras palavras, a *milicianiana* e a que se mostra consciente das características e necessidades da guerra moderna.

Qual delas triunfa? Vence a segunda, embora possam a isso contradizer as aparências.

A vitória, porém, não é fácil. Continuam pelos tempos afora as perturbações de toda ordem, entretanto, cada turma de oficiais saídos das novas Escolas marca um acréscimo sensível entre aqueles que se apercebem do verdadeiro rumo de nosso aparelhamento militar das causas de entraves.

Estes últimos formam, todavia, camadas baixas da hierarquia, que não logram dominar horizontes suficientemente amplos. Pouco frutifica no conjunto, a sua influência. A opinião pública alheia e não se apercebe do que se processa no seio do Exército; da mesma sorte acontece com os grandes responsáveis pela direção nacional, que se limitam a atender às solicitações mais berçantes, sem que saibam ou possam mesmo discernir as causas profundas que entorpecem o organismo militar.

Por mais que a propaganda se intensifique, se torne insistente e flagrante, embora não encontre resistência nos espíritos, esbarra, entretanto, na insuficiência irreparável do sentimento.

Os grandes atos, capazes por si sós de mudarem definitivamente a face das coisas militares, não se decretam nem se praticam.

Apesar disso, no período que precede imediatamente à revolução de 1930, duas reformas se processam, anunciando de modo nítido a vitória da mentalidade construtora das novas gerações, que sabem e sentem ser o *chefe* a alma e a vida dos Exércitos e serem as *reservas* elemento imprescindível na guerra.

Ambas não são completas; todavia, se esboçam enérgicamente e no bom sentido.

Uma, a que tende a dar ao Exército *chefes*, de acôrdo com as características dos tempos modernos; ela se fundamenta nas exigências dum *quantum* de saber profissional, indispensável à promoção. A última reforma da lei do ensino e a designação de uma comissão de oficiais para estudar a reformada lei de promoções de 1891, se harmonizam com este anelo, visado para regular o acesso aos diversos postos do Exército.

Outra, reside na criação dos *Centros de Preparação de Officiais de Reserva*, que, além do valor imediato que representa em relação à ampliação dos qua-

drões de oficiais, em vista da mobilização militar, visam, como meio indireto, inocular seguramente, dado o processo de recrutamento para tais Centros nas camadas de nossa elite social, o conhecimento das necessidades da guerra moderna e o gôsto pelas coisas militares.

Todavia, ambas representam conquistas obtidas à custa de tenaz propaganda, verificada de baixo para cima. Elas emergem do indiferentismo ou da incompreensão que ainda reinam no âmbito das necessidades irredutíveis e iniludíveis; todavia, não podem se desenvolver convenientemente e apresentam apenas percentagem fraca do rendimento de que seriam capazes.

Nesse período, imediatamente anterior à revolução de 1930, surge um órgão novo no nosso aparelhamento para a guerra, ao qual a *propaganda* sempre eivada de esperanças, atribuía virtudes capazes de remover tôdas as dificuldades até então apostas ao mecanismo militar nacional: cria-se o *Conselho Superior de Defesa Nacional*.

Tão alheia, porém, vivia a política em relação aos interesses da nossa defesa militar que este novo órgão nem chega a funcionar.

Esse simples fato demonstra que nos falta uma *política militar* e explica, por outro lado, porque não têm medrado as reformas projetadas, que jazem quase sempre improdutivas e inacabadas.

48. Finalmente, resumindo o quadro de nossa ainda hesitante evolução militar no período republicano, pode-se dizer que ela se caracteriza por duas conquistas notáveis: a instituição do Serviço Militar obrigatório é a regeneração da cultura militar, tornada mais objetiva e prática pela ação da Missão Militar Francesa.

Não foram tais conquistas, porém, completas e acabadas; contra elas se insurgiram e reagem ainda as heranças do passado, a saber:

— A velha incompreensão do papel, das necessidades e da psicologia das classes armadas, por parte das camadas de nossa elite social;

— As tendências do *subconsciente militar* entre os próprios quadros do Exército.

Por estas razões principais, as conquistas republicanas apenas têm se mantido à custa de enormes sacrifícios de toda espécie individuais e coletivos, materiais e morais. A juventude republicana é como uma força que ocupa sólida base de partida, porém, sem conseguir desembocar para o ataque. Os que se lhe opõem, a que se lance para a frente à hora H, estão fortemente sustentados pela poderosa força de inércia de um passado secular!

Manter essa base de partida é já meia vitória: esse mínimo há de ser conseguido pelos novos. Para prosseguir no ataque, porém, com sucesso, é preciso ter-se o apoio de uma poderosa artilharia capaz de quebrar os obstáculos que impedem a progressão: certamente esta será retomada, ao preço de trabalho, cultura, pertinácia. Dispondo de tais armas não há duvidar dos resultados, pois a favor do êxito conspiram a lógica do destino e as necessidades do futuro.

49. Essa rápida análise feita sobre o nosso evoluir militar bem mostra como têm sido lentos e hesitantes e sempre incompletos os aspectos militares de nossa vida nacional.

Parece que nossa evolução é presidida por uma vaga idéia das necessidades e por isso se caracterizam por incompletas, donde insuficientes em face dos objetivos a atender-se.

As reformas empreendidas não inspiram convicção e por isso se caracterizam por incompletas, donde insuficientes em face dos objetivos a atender-se.

Todavia não se pode negar uma senda de progresso, mormente no período re-

publicano, embora os óbices causados pela herança do passado e pelas perturbações derivadas da política.

Infelizmente, a velocidade com que se opera esse progresso é muito inferior dos nossos vizinhos do sul e não se correlaciona com o desenvolvimento considerável da guerra moderna. Por isso, apesar do que já se conseguiu, pode-se dizer que a nação está hoje menos defendida que ao tempo das guerras da bacia do Prata ou mesmo da pugna holandesa.

De 1930 para cá os fatos são sobejamente conhecidos: as perturbações de ordem política e o processo revolucionário em que os militares têm tomado ampla parte, não permitem ainda tirar-se uma conclusão. No entanto aparecem gravíssimas alterações de ordem militar. Só o futuro, porém, dirá em que sentido tais perturbações rumaram.

“A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.” (*Capítulo da História Colonial* — Capistrano de Abreu.)

CAPÍTULO II

EXAME SUMÁRIO DA SITUAÇÃO MILITAR DO BRASIL

“On ne voit que par ce qu'on fait”

FOCH.

1. O apanhado sobre a evolução militar que vimos de fazer, põe em evidência quão descuidado tem o Brasil se mantido no tocante à satisfação de suas necessidades militares.

Acontece, então, como ficou atrás assinalado, que a proporção que se avança no tempo mais e mais se torna complexo

e vasto que o problema a resolver; por outro lado, os organismos militares dos nossos vizinhos se expandem e se completam, o que acarreta para o Brasil a necessidade de acompanhá-los seguramente.

Entretanto, esse escopo não tem sido alcançado.

Com efeito, o Brasil de primeira potência naval na América do Sul que era no tempo do Império passou à categoria de terceira. Quanto às suas organizações de terra, elas são presentemente inferiores às da Argentina; esta se mostra mais rica em material e apresenta capacidade maior de mobilização e de concentração, embora seja cêrca de três vêzes menos populosa que o Brasil.

2. De outro lado, em quanto ella possui, há mais de trinta anos, um Serviço Militar organizado de modo a lhe assegurar a constituição de reservas e os complementos de seu Exército no momento da mobilização, o Brasil, apenas em 1908, consegue se iniciar nessa trilha. Sòmente em 1922 pôde ensaiar um ato de mobilização, mero exercício, cujo resultado, se bem que lisonjeiro até certo ponto, dada a mentalidade e o espírito antimilitarista do povo e das elites, não demonstra haja se atingido o grau que seria lícito atingir-se em condições ditadas por severa aplicação.

3.
4.

5. Cada nação, cada povo tem de realizar em face do problema da guerra uma solução inteiramente particular, e só o pode fazer inteligente e satisfatóriamente, se não desprezar nenhum dos fatores que entram na questão. Estes são essencialmente:

- a configuração geográfica;
- a vizinhança e as relações internacionais;
- o desenvolvimento em geral, principalmente econômico;
- a potência industrial e a natureza de suas indústrias;
- as tradições e a formação histórica.

6. As condições da guerra moderna se podem definir em poucas palavras:

- ella emprega na luta todos os recursos em efetivos, materiais e morais de que a nação é suscetível de se utilizar;
- ella se estende, por causa dos meios aéreos, da espionagem e do emprêgo de agentes especiais a todo o território nacional;
- nela, a rapidez de ação e atuação por surpresa de tôda ordem assumem importância decisiva.

Essas características da guerra moderna exigem, em consequência, uma preparação meticulosa e ampla, abrangendo todos os aspectos: técnico, econômico, material, intelectual, moral.

Até à época napoleônica as guerras se passavam entre agrupamentos de forças constituídas nos estados representados pelos reis.

Nessa época ellas se tornam nacionais, não só pelo interesse como pela constituição das forças combatentes; mas o campo de ação ainda fica restrito às possibilidades de atuação das tropas, unicamente terrestres.

A partir de 1870, ou melhor da aplicação do vapor à via férrea o emprêgo judicioso dêste novo meio nas mãos do estrategista, torna possível a utilização de massas de homens cada vez mais numerosas, aumentando o raio de ação das nações em armas e ampliando a capacidade manobreira dos exércitos.

Hoje com os veículos motorizados e sobretudo por causa da aviação e aerosta-

- as condições da guerra moderna;
- a posição geográfica;

ção, da arma química e até microbiológica, não apresentam mais limites as possibilidades e a extensão de ataque de um adversário, tais os meios que este pode empregar.

Hoje, a guerra não reveste só o aspecto nacional; ela é total, isto é, envolve na luta os recursos nacionais de toda sorte e se estende a todo território nacional.

Perdeu-se a antiga noção: *beligerantes* e não *beligerantes*.

A mobilização das forças nacionais para a luta não aproveita só os homens moços e válidos para o campo de batalha. Mesmo os velhos, as mulheres e os menores podem ser por ela utilizados, não para lutar no campo de batalha dos exércitos em campanha, mas no interior, nas usinas, na agricultura, na defesa aérea das localidades, etc.

A transformação produzida na concepção da guerra foi portanto profunda e de tal modo que a mínima falha nos cuidados de sua preparação pode ser fatal.

“La forme prise par la guerre de 1914-1918 — diz a exposição de motivos da lei francesa de Organização da Nação para a guerra — a mis en défaut toutes les prévisions généralement admises avant 1914. Il a fallu, par suite, improviser, sous la pression des circonstances, une organisation nouvelle, dont la réalisation fut lente et difficile.”

Essa dificuldade resulta justamente das características da guerra moderna, que acarretam consequências até então imprevisíveis.

Diz a esse respeito o mesmo documento:

“La guerre moderne est infiniment variée dans ses aspects, dans son rythme, dans ses milieux d'élection, dans les moyens que son développement nécessite, et la loi de

ces variations échappe à toute analyse préalable.

La guerre modifie profondément l'équilibre économique d'un pays.

Elle affaiblit sa puissance de production agricole.

Elle développe certains besoins, elle en crée de nouveaux, elle en supprime peu.”

“Elle ébranle et paralyse parfois le mécanisme des échanges extérieurs (importation et exportation), soit du fait des hostilités proprement dites, soit par le fléchissement du crédit national, soit par les craintes qu'inspirent aux neutres les représailles de l'ennemi.

Elle trouble le fonctionnement des organismes de répartition (transport, commerce), soit par affaiblissement immédiat ou progressif de ces organismes, soit par les charges supplémentaires dont elle les grève, soit, enfin, par la difficulté qu'elle soulève dans l'accodement judicieux les uns aux autres des besoins nouveaux et des ressources correspondants.

Elle oppose au jeu normal des lois économiques des obstacles difficiles à franchir; par là, elle fait naître des causes supplémentaires de déséquilibre: le resserrement de la production et des échanges, la hausse des prix, le commerce clandestin, la spéculation, la panique du consommateur, etc.

Dans l'espace, l'activité de guerre du pays s'échelonne en profondeur de la ligne du front vers les régions les plus éloignées de l'intérieur du territoire, celui-ci produisant sans répit les armes, le matériel, les moyens de subsistance, que vont ensuite s'accumuler et s'aneantir aux abords de celle-là.

Aussi bien les exigences de l'armée et les grands courants de transports destinés à les satisfaire sont ils capricieux et changeants, comme le sort des batailles, et c'est là une autre cause de désarroi."

Não se poderia melhor sintetizar o quadro sumário das conseqüências de uma guerra moderna.

Basta agora imaginar-se a proporção que tais conseqüências podem tomar num país como o Brasil, de organização nacional precária, ou mesmo praticamente inexistente, de extensíssimo território onde as comunicações entre as grandes e pequenas divisões geográficas são raras, nulas ou extremamente tênues; de recursos industriais precários, principalmente tratando-se dos que interessam à produção de material de guerra e mormente sendo obrigado a valer-se dos mercados estrangeiros para satisfazer grande parte de suas necessidades capitais.

O rápido exame que vimos de proceder sobre as condições da guerra moderna, põe em foco evidentemente a importância e a necessidade de que os povos modernos tenham uma organização completa, com o mínimo de falhas, na previsão de serem envolvidos pelo flagelo da guerra. Em uma palavra, a *mobilização nacional* deve estar estudada e ter sua execução preparada nos mínimos pormenores.

Ela compreende, de um modo geral, os seguintes aspectos:

1.º A mobilização militar, que consiste na reunião de efetivos e meios necessários à formação das forças militares em campanha, compreendendo esta os três ramos essenciais em que se constitui:

- órgãos de comando;
- tropas e
- serviços.

2.º A mobilização econômica, que consiste na organização a dar-se aos elemen-

tos formadores da economia nacional, de modo a se assegurar não só as necessidades das formações militares para viver e combater, como as da população do interior.

3.º A mobilização financeira, cujo destino é prover, por operações de crédito e outros meios de que pode dispor a nação, as necessidades em dinheiro exigidas pela guerra.

4.º A mobilização científica, que consiste na orientação das pesquisas de ordem científica, de modo a desenvolver os próprios meios de luta e a pesquisar as respostas aos meios novos que o inimigo põe em ação.

5.º A mobilização moral que tem por fim esclarecer a nação sobre a guerra e sustentar seu moral em estado de elevação, de maneira a evitar as conseqüências funestas decorrentes do derrotismo ou da falta de confiança e ainda das propagandas e atuações tendenciosas.

Qualquer que seja o aspecto da *mobilização nacional*, ela compreende sempre uma série de operações de aparência simples, mas que requerem um mecanismo bem montado para que se possam efetuar:

- em primeiro lugar, é preciso *definir as necessidades*, necessidades das forças em campanha, necessidades do interior;
- em seguida, proceder a avaliação dos recursos; a adaptação dos recursos às necessidades; a obtenção dos suplementos a fim de cobrir as faltas;
- e, finalmente, repartir os recursos.

Essas diferentes operações constituem obra a ser executada pelos departamentos administrativos do governo, assistidos por técnicos militares ou somente pelos órgãos militares. A assistência de militares junto aos diversos ramos da administração é indispensável porque são eles os

elementos especializados na matéria, no mecanismo e nos processos da mobilização.

Seja porém, como fôr, a mobilização nacional exigirá órgãos de direção e de coordenação e órgãos de execução.

Os órgãos de direção são naturalmente os Ministérios do tempo de paz ou os que se criarem por efeito mesmo da mobilização, cuja ação é conjugada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional.

Os de execução são essencialmente os *órgãos regionais*, reunidos em torno da *Região Militar* ou do comando territorial.

As questões compreendidas pela mobilização são interpenetrantes, o que exige a existência de um elemento de decisão capaz de discernir em que ordem devem ser atendidas e em que preferência devem se executar na hipótese de litígio. Esse é um dos papéis mais importantes do Conselho Superior da Defesa Nacional.

Os transportes, por exemplo, que se podem classificar em tempo de guerra nos seguintes agrupamentos:

- *militares* — os de tropa ou materiais servindo a estas, quando em operações; de elementos partindo de um órgão militar ou devendo chegar a um órgão militar, de um modo mais geral;
- *nacionais* — aquêles que são organizados e determinados por conta do governo para serventia pública;
- *comerciais* — aquêles que se operam para serviços de ordem particular; têm nessa discriminação a ordem em que devem ser atendidos ou satisfeitos.

Entretanto tais sejam as circunstâncias e a natureza dos transportes a efetuar, poderá acontecer que determinado transporte militar seja menos importante ou urgente que um transporte nacional. Nesse caso, o governo intervém junto ao

órgão dos transportes nesse sentido; ora, o órgão capaz de discernir, em momento de crise, a preferência a dar-se, é naturalmente o Conselho Superior de Defesa Nacional.

A questão relativa à *mão de obra* é também da máxima importância e envolve interesse de todos os ramos da atividade. Não se trata só de colocar homens em armas; é preciso fazê-lo sem desorganizar os transportes e os demais serviços. Cabe naturalmente ao Ministério do Trabalho *mobilizar a mão de obra*, para o que é indispensável tenha êle conhecimento exato das necessidades da agricultura, da indústria, do comércio e sobre tudo da mobilização militar.

Materialmente, não aproveita a nação em tempo de paz o trabalho sistemático das mulheres e dos homens idosos, dos maiores de 14 anos de ambos os sexos; para fazê-lo, durante a guerra, é preciso que se o organize, e essa organização deve ser preparada para assumir um tal regime. Ainda mais, não basta ter disponível a mão de obra, é preciso dispor-se também de matéria prima e de maquinismo e isso implica em fixar-se o que existe no tempo de paz e o que será preciso transformar, obter ou completar em tempo de guerra.

Completando as idéias, que aliás as citações precedentes fazem bem compreender, no que concerne a extensão do problema da mobilização atual, deve-se concluir que não só o Exército e Marinha precisam ter em dia os seus planos de mobilização. Todos os ministérios, todos os ramos do governo que regem as atividades nacionais, desde as intelectuais (Ministério da Educação) até os trabalhos dos campos, das usinas e comércio (Ministério da Agricultura), dos transportes (Viação), da utilização da mão de obra (Ministério do Trabalho), etc., etc., da mesma sorte, as diferentes ramificações desses departamentos governamentais precisam ter preparada sua mobili-

zação, de modo a poderem funcionar sem perturbações e sem as acarretar aos outros órgãos, em caso de guerra.

Estas as necessidades que decorrem modernamente do caráter da guerra nacional e total.

7. A posição geográfica do Brasil é central no mundo físico. Ele tem parte de seu território no hemisfério N. e a grande massa de suas terras no hemisfério S.

Faz face à África e comunica-se facilmente com toda Europa e com a América do Norte, sendo intermediário quase forçado desses continentes em suas relações com as nações do Prata.

Suas comunicações com os povos do Pacífico não são fáceis, precisando-se contornar a América do Sul, ou pelo canal de Panamá, ou pelo estreito de Magalhães.

Confina com quase todos os países da América do Sul, com os quais estabeleceu limites, em consequência do encontro das correntes colonizadoras, espanhola e portuguesa; só não vizinha com o Chile e o Equador.

Sua configuração geográfica se caracteriza por uma *massa central*, encravada entre a grande bacia do Amazonas e a do Paraguai e Paraná; essa região central se alarga ao N. e se estreita ao S. Entre o planalto e o mar se interpõe uma longa e estreita faixa de terras que confina pelo limite interior com a chamada Serra do Mar; esta faixa se identifica ao N. com o conjunto, formando a região característica e intermediária do Nordeste; ao S. descamba sobre as planícies e coxilhas dos pampas.

Todo o território forma um país de terras contínuas, possuindo as médias de todos os climas, sem calores extremos nem frios excessivos.

Sua população não encerra nenhum núcleo estrangeiro inassimilado ou inassimilável. De outro lado, não há popu-

lações brasileiras que habitem regiões submetidas à soberania de outros povos.

Repartida por imenso território, sua população o é muito desigualmente. Ela se condensa na parte centro-meridional e em toda a faixa contigua ao mar, sendo este a via nacional de comunicação principal e até há muito pouco tempo, única. A população relativa é extremamente fraca, embora o território, desprovido completamente de desertos ou partes inabitáveis, tenha capacidade para conter 10 a 15 vezes a que conta atualmente.

A civilização a que ascende esse povo não penetrou ainda integralmente na massa popular; por toda a parte observa-se um nível médio elevado, havendo, no entanto, dissimilhanças e considerável afastamento entre os habitantes dos sertões recônditos, os quais se aproximam do estado de vida primitiva, e os dos grandes centros; todavia, reinam no conjunto os mesmos sentimentos religiosos e a mesma língua une a todos.

O estado agrícola predomina de modo quase absoluto, sendo de notar em grande parte a predominância das atividades pastoris.

A indústria começa apenas a se constituir em torno dos principais centros, não tendo sido possível, por questões de combustível e outras, explorar intensamente o ferro de que o país é imensamente rico.

Essa mesma agricultura, mal orientada de início, reduziu-se quase à exploração de um produto único, de que de há pouco tempo começa a se libertar, o *café*.

As nações vizinhas não se lhe avantajam em estado de civilização, salvo a Argentina que sob vários aspectos, sobretudo nos pontos de vista agrícola, industrial e comercial, o ultrapassa, havendo alcançado notável desenvolvimento.

A natureza dos produtos que o Brasil explora não o tornam um concorrente em

relação aos seus vizinhos; mas esta é uma situação momentânea que tende a se alterar, pois, ele é capaz de produzir quase todos os produtos de consumo universal, se inteligentemente cultivados. Aliás, essa situação já começa a se modificar, por motivos diversos, repercutindo energicamente na economia e no equilíbrio da vida nacional, pois, que outros povos da América e das Colônias europeias se empenham na cultura de produtos que, como o café e a borracha, eram anteriormente verdadeiro monopólio brasileiro.

Não há, portanto, aqui causas de guerra imediata. Mas não obstante o progresso universal, persistem as que se fundamentam nos velhos fatos da história, cujas raízes se entrelaçam às lutas coloniais decorrentes da fixação de limites, e nas reminiscências da política imperial. E persistem ainda as que se assentam nas pendências das velhas raças portuguesas e espanhola transplantadas para a América, e que se manifestam aqui sob várias formas e em épocas diversas.

De outro lado, o futuro se apresenta cheio de interrogações, dada a grave crise econômica em que há quase três lustros se vem debatendo o Mundo, fato de suma importância para nós, por isso que dependemos do estrangeiro e *vemos o nosso território como ponto de convergência de correntes imigratórias diversas e de interesses de toda ordem.*

Entre as correntes imigratórias que nos procuram, cumpre assinalar a japonesa, terrível competidora da raça branca e que enlaça a América do Sul, depois de se lhe fecharem as portas dos Estados Unidos, pelo Oeste e por Leste; assim, ela disputa a entrada pelo Peru e pelo Brasil, através de São Paulo e da Amazônia.

As relações internacionais do Brasil, são por tradição pacíficas, tendo sua diplomacia dado já demonstrações práticas

do espírito acomodaticio e até de idealismo, predominantes nas suas atitudes e condutas.

Nem por isso, porém, ficam daqui afastadas as possibilidades de guerra.

A concorrência econômica e comercial que se fazem às nações, cria problemas sérios para um futuro mais ou menos próximo e tanto mais quanto cada uma procura bastar-se a si mesma, quer pela metrópole, quer pelas suas colônias. O método adotado, segundo o qual cada um trata de fechar as portas à importação e de forçar os outros países a aceitarem seus produtos de exportação, engendra crises ainda mais graves para o futuro, se o rumo ora seguido não fôr modificado.

Além disso, se na verdade conosco, diretamente, não há pendências quanto às questões de limites, todavia ainda as há entre países confinantes, os quais se reivindicam direitos territoriais reciprocamente; em tais pendências podemos ser envolvidos mesmo a contragosto.

Entre estas, podem-se citar as questões entre a Bolívia e o Paraguai e entre o Peru e a Colômbia que assumem considerável importância no momento atual.

Em conclusão, não é impossível uma guerra na América do Sul em que sejamos parte, mais ou menos diretamente interessada; não é impossível uma guerra fora da América, em que sejamos envolvidos; também não o é, uma guerra que tenha por teatro a própria América do Sul, envolvendo direta ou indiretamente os interesses de todas as nações que constituem este continente.

Admitamos mesmo que as probabilidades de tais calamidades sejam afastadas; mesmo assim, será pouco consciencioso deixar de considerar uma tal hipótese, enquanto fôr ela possível.

8. Tomando em consideração os aspectos recém-aludidos, consideremos su-

mariamente cada uma das possibilidades de guerra, formuladas.

A primeira hipótese — guerra na América do Sul em que sejamos parte, mais ou menos diretamente interessada — leva a considerar três grandes teatros: a região sul do país, a região oeste do país, a região da bacia do Amazonas; a região NE. é pouco interessante, salvo no caso de conquista por uma potência marítima.

De todas elas, a que se refere ao Sul do país é a mais interessante e perigosa, pela presença da Argentina, cuja superioridade militar atual é incontestavelmente marcada sobre nós.

Não é desprezível, pelas dificuldades que oferece a natureza especial dos teatros de operações, a relativa ao N. (bacia do Amazonas) e a O., onde as questões correspondentes aos reaprovisionamentos em geral e ao Serviço de Saúde, em especial, assumem proporções bastante sérias. O teatro Amazônico exigirá de outro lado condições especiais de cooperação com a Marinha e com a aviação, visto como as vias de comunicações forçadas são os rios, afluentes da grande caudal e a região que é coberta de grandes matas.

Vemos assim que as hipóteses de guerra nos levam a estudar uma preparação com feitiço local e bastante particular, preparação que se complica ainda, se admitirmos que a guerra poderá abranger simultaneamente dois ou mais dos referidos teatros.

Por mais diferentes, porém, que sejam as condições do desenrolar de operações de guerra num ou noutro de tais teatros, a preparação não necessitará ser feita com a mesma intensidade e desenvolvimento em toda a parte, nem o Brasil comportaria as despesas necessárias a esse amplo aspecto da questão.

Os elementos de ação utilizáveis num teatro o são em grande maioria noutro, bastando para isso algumas pequenas operações de adaptação.

Quanto ao caso de uma guerra extra-continental ou no continente, interessando a todos os países, a preparação deverá ser a mesma já referida, bastando que se a complete no último caso, principalmente pelas medidas atinentes à coordenação dos esforços resultantes dos acôrdos que se façam entre os governos, notadamente no que se refere às vias de comunicação internacionais (*).

9. Finalmente, vejamos a situação em que se encontra o Brasil em vista das necessidades assinaladas de preparação atual da nação para atender-se à hipótese de uma guerra possível.

A eficácia dessa preparação gira em torno dos seguintes elementos:

- órgãos de direção, visando os trabalhos de mobilização;
- órgãos de execução, para pôr-se em jôgo o mecanismo da mobilização;
- órgãos técnicos ou de preparação.

De modo geral a preparação abrange o elemento *homem* e o elemento *materia*, isto é, o elemento que faz a guerra e o que lhe serve de instrumento.

10. Pode-se dizer sem exagêro que os órgãos de direção da *mobilização nacional* no Brasil falcem por completo. Certo tem o Govêrno as responsabilidades legais por essa preparação e dispõe de um Conselho Superior de Defesa Nacional.

Mas êsse Conselho criado sômente há cerca de um lustro, não logrou ainda funcionar e os departamentos através dos quais exerce o Govêrno sua ação não têm organização, capaz de se lhe atribuir esse papel *mobilizador*.

(*) Notar, que isto foi escrito em 1934!

A mobilização que se apresenta na aparência extremamente simples, torna-se na prática obra difícil e requer trabalho considerável. Não há legislação bastante a respeito; tudo o que existe se reduz a meros regulamentos militares, forçosamente incompletos. Se aos órgãos de direção e coordenação se ligam tais deficiências, fácil é imaginar o que se passa com os de execução.

A mobilização reveste caráter *regional*. Sobre isso, possuímos apenas a Região Militar que atende unicamente a um aspecto da questão. Nem os Estados, nem os Municípios têm papel *mobilizador nacional definido* em leis e traduzido por atos; apenas em certas leis e regulamentos militares, a bem dizer afloram estas obrigações modernas.

Há, portanto, todo um formidável trabalho a realizar e tanto mais considerável quanto é imperfeita e inacabada nossa própria organização do tempo de paz.

11. O acabamento dessa organização, ou melhor a consecução de um estado tão perfeito quanto possível de progresso na organização militar de um povo, interessando a todos os aspectos de sua vida, desde os morais até os materiais, só pode ser realizada depois de uma análise profunda acerca dos elementos essenciais sobre que se terá de construir a organização em aprêço. Entre esses elementos, os que derivam do fator histórico são essenciais, porque traduzem o modo de pensar e de agir das massas, traço de união de seus hábitos e costumes os quais derivam do subconsciente e formam a mentalidade sem o que nada é possível obter-se.

É dessa análise, do conhecimento das causas, do porquê e da maneira por que se processam tais fenômenos, que poderão surgir os remédios capazes de combater os males e inconvenientes existentes e de orientar economicamente as reformas necessárias, a fim de que se po-

nhá em acôrdo os meios com as necessidades.

12. Os elementos que devem servir de base para a construção militar de um povo, são o Exército e a Marinha, as instituições militares permanentes, com seus Estados-Maiores, suas organizações regionais e seus serviços técnicos.

É fatalmente em tórno desses organismos que se há de organizar a nação para a Guerra; pelos seus técnicos e sob a orientação decorrente dos estudos feitos sobre a guerra — sua razão primordial de existência — pelos Estados-Maiores e órgãos de comando é que o governo terá de orientar sua atividade no bom sentido.

Não estão, porém, nossas instituições militares em condições de exercer um trabalho firme, no sentido requerido. (*) Sua evolução não se completou nem jamais foi posta em dia, como vimos no retrospecto histórico, traçado no capítulo anterior. Sua instrução, só após a ação da Missão Militar Francesa, começou a orientar-se de conformidade com as necessidades profissionais, não se fazendo sentir, todavia, com a mesma intensidade sobre a totalidade dos quadros. O valor desses é portanto relativamente fraco, pois lhes falta *homogeneidade*.

De outro lado, a inobservância dos próprios regulamentos de instrução, cujas prescrições capitais ainda não são totalmente cumpridas senão em certos corpos e cujas finalidades máximas (manobras anuais) raramente o são, não permite o exercício e o desenvolvimento da capacidade prática dos indivíduos mais adiantados, cumprindo assinalar que esses males se apresentam agravados pelas imperfeições de uma lei de promoções praticamente inadequada e pela perma-

(*) Notar que isto foi escrito em 1934.

ênça de hábitos de uma mentalidade obsoleta. Acrescente-se a isso que as influências políticas têm agido de modo requente e com absoluta preponderância nas promoções e será fácil aquilatar do valor atual das nossas forças militares.

Nem mesmo os *Estados-Maiores* que não a parte mais selecionada e culta e, portanto, a menos suscetível de se condicionar a êsses males, têm escapado inteiramente às ações destruidoras. Contra eles fazem-se campanhas injustas e demolidoras; no quadro dêsse serviço adme-se a participação de elementos que jamais poderiam dêle fazer parte, a não ser por uma redução de exigências de ingresso, de todo inadmissível, demonstrando-se desta sorte a incompreensão de suas necessidades, de suas responsabilidades, de seus destinos nacionais e de seu considerável e insubstituível papel na organização eficiente da defesa nacional.

Todavia, dispõe já o Exército de número apreciável de oficiais de quase todos os postos, possuindo até idéia suficiente do problema militar e boa consciência profissional, com os quais seria possível fazer-se obra sólida.

Fácil é, portanto, avaliar-se que a própria instrução militar, ministrada aos cidadãos em virtude da lei do serviço militar, é deficiente e incompleta, falhas que se agravam pela escassez ou inexistência do aparelhamento material com que se debate o Exército desde muito.

A razão de tal estado de coisas que se observa na instrução militar de terra, não pressupõe sejam exclusivamente responsáveis seus membros. As reações que nela se verificam dependem do governo e da nação. As cogitações de ordem profissional fazem surgir em seus elementos mais seletos o conhecimento perfeito das necessidades e das medidas adequadas. Não se logra obter as soluções, vencer as resistências que se opõem ao progresso

da organização militar da nação, pois que essas resistências são criadas pela *incompreensão dos governos e pelos sentimentos e tendências impregnadas nas massas pelo acervo do passado, pelos fatores históricos*.

Não são portanto, elas, elementos dependentes que estão em atraso, é a nação, são sobretudo os responsáveis, os influentes na direção nacional que não podem prevenir as necessidades nem prover dos meios de progresso os diversos órgãos.

Ora, se, sob o aspecto verdadeiramente militar da questão, êste é o estado em que nos achamos, claro é que em todas as outras faces da vida nacional que se podem ligar a hipótese de uma guerra, nada ou quase nada existe que não seja por efeito do acaso ou então produto de divagações excitadas por sentimentos imprecisos.

Caracteriza êsse estado, por exemplo, a ausência de um plano geral de comunicações, de modo que as linhas a construir atendam ou pelo menos não contrariem aos interesses da defesa nacional em caso de guerra. Para fazer face ao que atualmente ocorre, aliás parcialmente, decretou o governo êste ano uma lei de organização do serviço militar ferroviário. Que se reflita sobre as quantias dispendidas em obras dispensáveis ou adiáveis, tais como em duplicação das linhas férreas por estradas automóveis; em estradas de rodagem e ferrovias orientadas sobre as fronteiras, sem que as linhas necessárias e indispensáveis aos transportes de concentração existam, etc., e ver-se-á a que ponto poderia ter atingido a organização de nossa segurança, sem prejuízo do desenvolvimento econômico e até com vantagens para a unidade nacional, se um plano de conjunto concebido sob a diretriz de uma idéia nacional houvesse sido elaborado.

É típico e elucidativo o que se passa com a nossa rede de comunicações. Não obedece o traçado geral a uma idéia na-

cional, que enlace o território num sistema coenente de ligações, visando-se o aproveitamento dos rios navegáveis; não se subordina esse plano a um outro, de colonização e povoamento e de exploração geral do solo; não há lógica nem ligação entre as diversas rédes ferroviárias, cujas características técnicas não permitem fazer um tráfego contínuo de umas para outras; e no próprio desenvolvimento das rédes ferroviárias regionais não se obedece a uma diretriz nitidamente definida.

Parece, e na realidade o é: tudo se faz aos pedaços, sem vistas mais largas e amplas que a dos interesses locais, quando não dominam influências de ordem pessoal.

Nas chamadas estradas estratégicas, apelação que se não regateia e que não prevalece entre nós em face dos argumentos nascidos de uma boa análise, os interesses em regra mais contrariados são os da própria defesa nacional; é o que sucede toda a vez que se lança para a fronteira uma rodovia de bom rendimento ou uma via férrea, sem que as comunicações à retaguarda tenham o desenvolvimento conveniente, erro que é tanto mais perigoso e funesto quanto mais próximos forem os centros de recursos dos vizinhos e mais fáceis suas comunicações com a fronteira, como é óbvio.

13. Resumindo as considerações anteriores, podemos concluir que, no ponto de vista militar, o que o Brasil carece atualmente é ser *organizado*. Assim se define com justeza e justiça a situação militar do Brasil.

Este trabalho de organização deve começar pelas classes armadas, Exército e Marinha, de modo a dotá-los de pessoal instruído e de material, dos órgãos que lhes faltam e da legislação reclamada de modo que possam, pelas suas relações com a nação, exercer o papel capital de

elemento preparador para a eventualidade de uma guerra, isto é, de órgão técnico da guerra. A reforma precisa ser profunda e a partir dos *elementos de base* sendo levada até alcançar a perfeita separação em caso de guerra entre as esferas de ação do governo e do comando.

A base dessa organização deve forçosamente existir na própria constituição da República, que é onde deve ser consignado o modo pelo qual se organiza e vive a nação brasileira. É a lei de base de toda legislação do tempo de paz e deve conter em si os elementos essenciais da organização da guerra, sem encerrar, porém, regras ou dispositivos que impeçam o rendimento das instituições de caráter militar e o desenvolvimento que lhes fôr necessário, de acôrdo com as circunstâncias.

E essa lei deve indispensavelmente levar em conta a evolução operada, sem perder, porém, de vista que a guerra acarreta necessidades improteláveis, às quais não se podem impor limites artificiais nem dominar-lhes o curso sem risco de prejuízos totais.

14. Veremos a seguir como a constituição de 1891 era insuficiente no ponto de vista de nossa organização militar e como não levou em conta o estado da evolução geral da guerra, e o grau de desenvolvimento e as manifestações da nossa própria evolução, impedindo, entretanto os legítimos progressos, muitas vezes apenas esboçados à custa de interpretações sofisticadas.

Não há negar que, diante de uma corrente intensa de evolução, só podem produzir efeitos aparentes e momentâneos as resistências que se opõem ao seu curso natural porque acabam sempre por ser desbordadas pela sua impetuosidade. Tais resistências são apenas, na realidade, perturbadoras. Mas são perturbadoras. É preciso saber evitá-las.

CAPÍTULO III

EXAME DA MATÉRIA RELATIVA À DEFESA NACIONAL CONSIG- NADA NA CONSTITUIÇÃO DE 1891

“Numa palavra, não se tinham vistas de conjunto, não se dominava a situação com calma: em vez disso só havia uma mistura confusa de desejos, de esperanças, de tentativas e esforços impotentes.” (*Gambeta e seus Exércitos* — VON DER GOLTZ).

1. A primeira idéia que surge ao espírito de quem estuda a Constituição de 1891 é a de que os Republicanos vitoriosos na jornada de 15 de novembro de 1889 acreditavam que o não ter o Brasil tantos agressivos bastaria para assegurar a paz. E por isso não cogitaram se não superficialmente do problema militar.

A matéria militar ou de interesse da defesa nacional figura, então, acidentalmente, e esparsa, na lei básica; nesta, parece ter havido maior interesse em restringir-se a possibilidade de organização do país para a guerra, e os meios dela incumbidos, do que em assegurar ao máximo os recursos atinentes ao provimento da defesa nacional em caso de guerra inevitável, hipótese que a própria Constituição no entanto admite.

Acreditavam talvez que o apêlo obrigatório aos recursos jurídicos, às cortes internacionais de justiça, era bastante para manter a integridade do território e intacta a honra nacional; esqueceram-se, porém, da brutalidade ainda reinante nas relações internacionais, onde a força dos tratados só tem prevalecido quando não preponderam as egoísticas.

Não previa a Constituição de 1891 as reações que na ordem interna, nos direitos e deveres dos cidadãos e nas atividades dos poderes que regem a Nação, devem surgir em caso de guerra. Sobre

esse assunto, ela, documento fundamental, silencia.

Prefere ao contrário tratar com mais carinho das restrições ao *serviço militar* e desenvolver a legislação sobre as questões de interesse individual dos militares.

Certo, esses interesses não são desprezíveis; merecem ao contrário, grande atenção porque se refletem sobre os de caráter geral e nacional; todavia, dada a ausência da matéria principal que deveria figurar na lei básica, foram elas talvez causa de que em toda a legislação decorrente predominassem sempre as considerações de ordem pessoal sobre as de caráter geral.

Evidentemente, os Constituintes de 1891 não focalizaram convenientemente o problema da defesa nacional, nem levaram em linha de conta o estado do desenvolvimento que se impunha para as instituições militares entre nós, olvidando o grau de cultura cívica alcançado pelo povo brasileiro, como também desprezaram as necessidades da guerra e suas características nacionais, já conhecidas naquela época.

Por outro lado, o ardor do proselitismo filosófico, religioso e o romantismo político então reinantes, nessa fase de neofitismo republicano, deram formas preponderantes aos aspectos de igualitarismo e de liberdade dos militares em relação ao povo e dêste em face das obrigações militares; foram, por isso, as causas da nossa depauperada expressão como valor militar, justo no momento atual. Não se compreendeu que o dever militar do povo é essencial em face da manutenção da vida nacional, e que a disciplina militar é incompatível com o exercício de certas liberdades políticas por parte dos militares. Por isso, restringiram-se as obrigações militares dos cidadãos e ampliaram-se os direitos políticos dos militares.

É o que acabamos de assinalar rapidamente, o que principalmente ressalta aos

olhos do analista dos textos constitucionais, no que se refere ao assunto em apreço, como veremos a seguir.

2. Para maior facilidade de exposição, gruparemos os assuntos consignados no texto que vamos percorrer, do seguinte modo:

a) os relativos ao estado de guerra e à organização da nação para a guerra;

b) os referentes aos deveres dos cidadãos em face das necessidades da defesa nacional;

c) os que dizem respeito aos militares de carreira.

3. Consideremos o primeiro grupo de disposições:

Prevê a Constituição de 1891 a possibilidade de uma guerra e regula como pode ser a mesma declarada.

É faculdade que cabe essencialmente ao Congresso (Câmara e Senado) conforme o art. 11: "autorizar o Governo a declarar a guerra". Entretanto há a seguinte restrição: "se não tiver lugar ou malograr o recurso do arbitramento e a fazer a paz". Pode, no entanto, o Governo "declarar a guerra imediatamente nos casos de invasão ou agressão estrangeira" (art. 48, n.º 8).

Vê-se portanto que é admitida a possibilidade de *uma guerra inopinada*, sem o recurso aos meios de resolução pacífica das contendas internacionais. Apesar das proibições que se encerram no art. 88: os "*Estados Unidos do Brasil em caso algum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si, ou em aliança com outra nação*" e das restrições anteriormente citadas que impõem o dever de recursos prévios aos meios pacíficos e jurídicos para derimir as dúvidas internacionais, essa idéia não conduz, como seria lógico, à adoção das medidas naturalmente decorrentes, asseguradoras dos interesses nacionais em tal caso.

Não fica a Constituição a quem cabe a responsabilidade de preparar a nação para a guerra, se ao Governo se ao Con-

gresso: nada diz a tal respeito. Apenas, tratando da Organização Federal (título I), estabelece no art. 14:

"As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."

Parece, portanto, que para os constituintes de 1891 bastava fossem as instituições militares permanentes suficientes para a *defesa da Pátria no exterior* e a *manutenção das leis no interior*; ora, essa idéia não correspondia ao caráter da guerra de então, já nacional e provida de recursos bélicos de tal importância que relegavam para um passado longínquo as cargas de cavalaria; nem levava em linha de conta a nossa própria história, a experiência severa da guerra do Paraguai.

Que Exército de pé de paz, *permanente*, não seria necessário ao Brasil para equilibrar, fazer face ao Exército Argentino de campanha com todas as suas reservas instruídas?

A lei de fevereiro de 1891 não considerava essa forma de organização econômica das forças nacionais, quando mobilizadas para a guerra, como aconteceu após a Revolução Francesa e se firmou definitivamente depois da experiência da Guerra franco-prussiana de 1870.

E tanto era incompleto o espírito dos legisladores de então, que a solução prática do problema visando a constituição de reservas, no Brasil, encerra um sofisma contra a lei básica, o qual se traduz no serviço militar obrigatório, sofisma que, através do tempo, passa a se justificar pela força iniludível das circunstâncias e da necessidade.

Na realidade os nossos cidadãos não eram obrigados ao serviço militar senão

pelo sorteio feito para preencher os claros deixados pelo voluntariado sem prêmio, como o dispõe o § 4.º, do art. 87:

“O Exército e a Armada compor-se-ão pelo voluntariado sem prêmio, e em falta dêste, pelo sorteio previamente organizado, etc.”.

E essa composição do Exército é repartida pelos Estados de acôrdo com as quotas fixadas anualmente para cada um:

“O Exército Federal, diz o art. 87, compor-se-á de contingentes que os Estados e o Distrito Federal são obrigados a fornecer constituídos de conformidade com a lei ânuia de fixação de fôrças.”

Verdade é que pelo art. 86 “todo brasileiro é obrigado ao serviço militar em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais”, mas tal obrigatoriedade se dá evidentemente em caso de defesa da Pátria e da Constituição, de acôrdo com as leis federais. Em tempo de paz, porém, Exército e Marinha se compõem, como define o art. 87, pelos contingentes fornecidos pelos Estados e pelo voluntariado, e só em falta dêste pelo sorteio.

Não têm, portanto, os cidadãos não sorteados deveres militares, salvo se se tratar da defesa da Pátria e da Constituição, a que se refere o art. 86.

Vê-se bem que, dadas as condições atuais da guerra exigindo Exércitos e, portanto, homens que saibam manejar e empregar as armas e manobrar, utilizar o terreno, atacar e defendê-lo, temia a nação, em caso de agressão estrangeira, de esperar que os cidadãos para isso se preparassem, embora a guerra, em face da necessidade de *defesa da Pátria*, já houvesse sido declarada pelo Governo. Ora, tal defesa para ser possível antes que os êxitos inimigos por sua rapidez obriguem à nação se sujeite às imposições

de sua vontade, exige a presença de um exército permanente, de efetivo considerável e dispondo de depósitos fartamente providos de material, pois que teria êle de fornecer os instrutores aos cidadãos, ignorantes de tudo o que diz respeito à guerra, e de fazer face ao mesmo tempo ao inimigo, apenas com seus próprios recursos. Solução difícil, anti-econômica e de eficiência duvidosa.

Inspiraram-se talvez os diretores políticos de então nos casos particulares da Inglaterra e dos Estados Unidos, mas não levaram em consideração a situação insular, da primeira e virtualmente do segundo; a poderosa esquadra de ambos, as tradições especiais dos Estados Unidos, cujos vizinhos imediatos não se lhes podem comparar em potencial militar.

Há ainda na Constituição de 1891 outras disposições que interessam à organização da guerra, ou melhor à execução da guerra.

Assim é que o art. 48, n.º 3, diz que ao Presidente da República compete “exercer ou designar quem deva exercer o comando supremo das fôrças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil quando forem chamadas às armas em defesa interna ou externa da União”.

No que se relaciona com a preparação da organização prévia dos meios de defesa nacional, contém a lei básica apenas algumas indicações que primam pela imprecisão. Elas se reduzem ao que se lê no art. 34 sôbre as atribuições do Congresso:

- no n.º 17 “fixar anualmente as fôrças de terra e mar” e
- no n.º 18 “legislar sôbre a organização do Exército e Armada”;

e no art. 48, tratando das atribuições do Presidente da República:

- n.º 4 “administrar o Exército e a Armada e distribuir as respectivas fôrças, conforme as leis fe-

derais e a necessidade do Governo Federal”;

— n.º 5 “prover os cargos civis e militares de caráter federal salvo as restrições expressas na Constituição”.

Além da imprecisão que resulta de tais dispositivos, a redação destes textos e de outros, aliás já citados, cria uma certa confusão sobre o que a lei fundamental define como forças armadas, forças de terra e mar, Exército e Marinha, pois emprega indiferentemente estas designações, sem que se possa discernir se são equivalentes ou não.

Evidentemente, pela redação dada aos dispositivos aludidos, parece que há diferença entre tais designações e que demais, é legítima a existência no país de *forças armadas não federais*, quer de terra, quer de mar (art. 48, ns. 4 e 5), forças que escapam à alçada do Governo Federal, e só lhe ficam subordinadas em caso de guerra (art. 14, art. 48, n.º 3).

Fácil será imaginar o que seria hoje do Brasil se os Estados possuissem suas esquadras (forças de mar), além das forças de terra outras que não as polícias respectivas.

Também não é difícil prever como seria precária a *defesa nacional*, exercida por *forças federadas*, reunidas apenas na hora da guerra e preparadas diferentemente. Seria a torre de Babel.

Para permitir a utilização das polícias em caso de guerra, foi preciso que a política interna procedesse a acordos com os Estados, acordos estes que são uma espécie de tratados de aliança entre a União e os Estados.

Mas a evidência de que não levou a Constituição em boa consideração as necessidades da guerra, se verifica através do único dispositivo contendo matéria de *instrução militar*, que é pormenor manifestado. Diz o § 2.º do art. 97: “A União se encarregará da instrução dos corpos e

armas e da instrução militar ou superior”; mas somente nos corpos e armas do Exército Federal, segundo os termos desse artigo. Nem mesmo da instrução da Armada se cogitou na Carta Fundamental.

Quem se incumbirá da instrução dos cidadãos, de todos os brasileiros obrigados à defesa da pátria, na previsão da guerra?

É que de fato se previa a desnecessidade das reservas, julgando-se como bastantes para a guerra as forças permanentes, do tempo de paz.

Eis, de acordo com o até aqui exposto, tudo quanto a antiga Constituição encerrava sobre a hipótese de guerra e sua preparação; tais doutrinas políticas de modo algum podem corresponder à realidade prática e seus inconvenientes apenas ser, somente em mínima parte, compensados pelas interpretações tendenciosas.

Vejamos agora os assuntos correspondentes ao grupo b, isto é, as disposições concernentes aos deveres dos cidadãos perante a defesa nacional.

4. O único dispositivo constitucional pelo qual são obrigados os cidadãos à defesa nacional é o art. 86 já citado, sujeita, entretanto, essa obrigação às restrições resultantes do disposto no próprio art. 86, o qual se refere somente ao caso de ser preciso praticar o ato de defesa. Além disso, o texto do § 4.º, do art. 87 impõe o voluntariado como princípio absoluto para o recrutamento do Exército, princípio esse a ser observado mesmo em caso de guerra, conforme é do espírito da lei. Parece, aliás, que esse parágrafo completa a intenção encerrada no art. 86.

De outro lado, não é o cidadão obrigado a prestar serviços em *defesa da Pátria* que não sejam militares; isso mostra a impossibilidade ou as dificuldades, salvo o caso de excepcional compreensão de deveres morais, à custa de uma

psicologia fora do normal por parte do povo brasileiro, que teria de enfrentar o Governo para prover às necessidades da defesa nacional em caso de guerra, justamente na situação que tôdas as facilidades decorrentes das leis e de uma completa preparação para a guerra, não seriam nunca demais para remover os embaraços naturais da crise.

Condicionado o Governo às disposições da Constituição de 1891, como poderá êle, sem *violência*, organizar a nação para a guerra, numa época em que a *técnica predomina*, e reveste extremo desenvolvimento, difícil de ser alcançado por exigir cultura intelectual, física e moral e *tempo assás prolongado*; e quando a defesa nacional se procede paralelamente nos campos de batalha, nas usinas, nos campos, nos laboratórios em tôda parte em suma, onde se exerce a atividade humana?

Levem-se agora em conta os nossos antecedentes históricos, as nossas negligências em presença dos interesses de ordem militar e se poderá bem avaliar o que seria uma guerra contra nós, assentada sobre tais bases.

5. Antes de passarmos ao exame das disposições do grupo 6, as que dizem respeito aos militares de carreira, convém deter a atenção um pouco sobre certas consequências do regime militar adotado pela Constituição de 1891, isto é, em virtude das disposições que contém e, de outro lado, pela ausência de algumas que deveria conter. Duas avultam sobremodo graves: uma delas, cria ou desenvolve a tendência separatista nos Estados; outra, furta ao Governo meios eficazes de promover ou desenvolver a unidade nacional.

Pertencem à primeira categoria os dispositivos constitucionais que permitem a existência no Brasil de forças armadas sem caráter federal ou escapando ao seu contrôlle. Daí resulta que os Estados se tornam de certo modo potências

militares internas, alargando a idéa exagerada de autonomia de que gozam legítima e utilmente no seio da União. Não podendo o governo federal, por dificuldades financeiras e outras, manter um exército federal superior à metade dos meios estaduais somados, pelo menos, vê-se forçado, como se tem visto, a apelar para as forças regionais, estimulando dessarte o regionalismo e consequentemente a tendência separatista. Daí resulta ainda talvez que o governo federal, habitando-se nas cogitações da política interior a suprir a falta de um exército por forças regionais, tende a descuidar-se do desenvolvimento e aparelhamento dos federais, fato extremamente perigoso em caso de conflito internacional.

Na segunda categoria se alinham os que, impondo ao governo restrições à preparação dos cidadãos para a guerra, privam e impedem, ou no mínimo dificultam, que se constitua um *serviço militar suficientemente amplo* e completamente organizado, ou melhor impedem à Nação fazer um serviço completo de mobilização nacional, utilizando os cidadãos conforme suas aptidões e instruindo-os nos misteres que lhes caberá desempenhar em caso de guerra.

Destarte, vê-se o Governo impossibilitado de apelar para um dos meios mais eficazes, senão o mais enérgico, de manter e desenvolver a unidade do espírito nacional, pela participação comum dos brasileiros nos trabalhos em torno da idéia suprema e única da defesa nacional, o que acarretaria, sem dúvida, forte ação educativa, dando a todos preocupações comuns, irmanando numa mesma ordem de atividades as diversas classes e camadas sociais. Além disso, seriam facilitadas as soluções de diversos problemas governamentais, porque, a coordená-los e orientá-los, havia nos espíritos êsse traço de sentimentos solidários e *uma base para o estabelecimento de uma unidade mental*.

De outro lado, a natureza nacional da guerra moderna é a utilização que ela faz de todas as energias vivas ou latentes da nação fariam surgir estímulos consideráveis ao engrandecimento nacional, caso as cogitações sobre a defesa nacional fôsseem desse modo orientadas.

Ao contrário disso, os dispositivos constitucionais conduzem antes ao desprezo pelas cogitações dessa ordem, contribuindo fortemente para o enfraquecimento da coesão nacional.

6. Consideremos agora o último grupo dos dispositivos constitucionais que nos interessam, ou sejam os que dispõem sobre os militares.

Grande número dêles atende perfeitamente às condições especiais da vida militar e tratam de compensar com certas garantias e vantagens as restrições ao bem estar material que sofrem os militares em relação aos outros cidadãos da República. As garantias e vantagens se destinam evidentemente a assegurar o prestígio moral da classe militar e a pô-la em condições de exercer, com a maior independência e com o mínimo de preocupações de ordem material os misteres da profissão militar, permitindo, pois, que os militares a ela se consagrem inteiramente.

Outras, porém, aberram desse critério e conferem aos militares direitos incompatíveis com as sujeições disciplinares que lhes são próprias.

Outras ainda, evidentemente em contradição com as precedentes, deixam em suspenso a precisa compreensão da qualidade do militar de carreira, dando lugar a que entre os *militares e funcionários*, muitos indivíduos, alguns mesmo de elevado saber, procurem não ver distinção de fato.

Examinemô-las sucessivamente.

As que tratam de assegurar compensações aos militares figuram em regra

da Seção II, do Título IV, onde se faz a "Declaração de Direitos".

Aí, pelo art. 74, "as patentes, os postos e os cargos inamovíveis são garantidos em toda plenitude". Não é a garantia privativa dos militares, pois que são mencionados de roldão postos, patentes, cargos inamovíveis; salvo, porém, a confusão que daí poderá resultar, é medida justa e necessária.

A idéia do art. 74 é completada pelo art. 76, que regula a condição única em que os *oficiais* perderão suas *patentes*; dessa vez como rara oportunidade, o texto constitucional trata aos militares em separado. Diz o referido artigo:

"Os oficiais do Exército e da Armada só perderão suas patentes por condenação em mais de dois anos de prisão, passada em julgado nos tribunais competentes."

Nessa ordem de idéias continua a Constituição pelo art. 77, estabelecendo que "os militares de terra e mar terão fóro especial nos delitos militares".

E no § 1.º — "Este fóro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar, cujos membros serão vitalícios, dos conselhos necessários para a formação de culpa e julgamento dos crimes."

Quanto aos deveres dos militares, deveres constitucionais, nada difere em relação aos outros cidadãos, salvo no que é inerente às próprias obrigações das forças armadas.

No Título V, tratando de disposições gerais, incluiu ainda o legislador deliberações que permitem aos militares faculdades de revisão de processos findos, em matéria crime; essa faculdade é concedida pelo art. 81 das mesmas disposições gerais. O art. 85 confere aos "oficiais do quadro e das classes anexas as mesmas patentes e vantagens que aos do Exército nos cargos de categorias correspondentes".

É este último artigo (85), pelo seu texto, a demonstração do espírito meio hesitante com que a Constituição de 1891 legislou sobre a matéria militar, pois admite correspondência entre os *quadros* e as *classes* anexas, da Armada com os do Exército por categorias, o que praticamente não se coaduna com a realidade.

De resto, a que *quadros* e a que *classes* anexas se refere a Constituição?

Serão os *quadros* e as *classes* anexas existentes? A matéria seria compreensível se se pudesse determinar quais os *quadros* contemplados com tal vantagem.

Quanto a ser extensível ao *quadro* e *classes* anexas, que as necessidades reveladas no futuro induzem a criar, é uma disposição que longe de trazer vantagens, só pode trazer embaraços ao Governo e desvantagens à Nação, onerando-a por antecedência e sem razão. Em todo caso, isso é um pormenor que não interessa à constituição nacional.

7. Antes de terminar a rápida revista que vimos de passar na matéria militar da primeira Constituição Republicana, convém assinalar o item 3.º do § 1.º do art. 70, pelo qual se estende aos *alunos das escolas militares de ensino superior o direito de votar nas eleições para os cargos políticos*.

Esse dispositivo é evidentemente filho do espírito político reinante na época nas classes armadas; é, ao mesmo tempo, um prêmio aos serviços políticos prestados pelos alunos militares na primeira revolução republicana.

Ele mostra de outro lado que não tinham os legisladores os olhos fixos no futuro e nem levavam em conta a experiência do passado e a realidade do presente. Tratando de assunto militar, de interesse da defesa nacional, deveriam ver que a alma, o cimento, o essencial nas organizações destinadas a guerra, é a *disciplina*; que o *voto dado pelo militar fere de frente a existência da disci-*

plina a qual não pode ser apenas formalística, pois que precisa, para ter valor real, existir no pensamento e no sentimento. E isso só se consegue com uma cultura da inteligência e do coração em nada contrariadas.

O direito de votar conduz o militar que o exerce a marchar exatamente em sentido contrário. Examine-se em que consiste esse direito e o que ele necessita para ser convenientemente exercido.

É evidente que *votar é escolher*; e para escolher, é preciso analisar, comparar, criticar, julgar. Tudo isso certamente contrária ao espírito disciplinar, moralmente por se tratar de eleger superiores hierárquicos, isto é, aquêles que vão mandar, ensinar, orientar, dirigir!

Além disso, o direito de votar supõe como consequência lógica o direito de agremiação política, de coparticipação em correntes políticas, de reunião em partidos, porque é condição natural para seu maior rendimento. Ora, esses *atos* e tudo o mais que deles decorre, serão compatíveis com o espírito disciplinar das classes armadas? Imagine-se o que irá por um regimento de infantaria onde os chefes, maiores e coronéis, pendam por idéias conservadoras, os capitães sejam liberais e os tenentes socialistas adiantados! A não ser que se suponham tais homens desligados das dependências feitas aos elementos psicológicos fundamentais, bem se poderá ver que não têm o governo e a nação em tal unidade um elemento de garantia da ordem e das instituições!

Se, cerrando de mais perto a questão, levarem-se em linha de conta as características intrínsecas do brasileiro, o seu estado evolutivo social, suas tradições e costumes, não será difícil concluir que, em invés de elemento de ordem, tal unidade será um índice de desordem latente!

Outra coisa não acontece na vida da Escola Militar durante o período republicano em que ela se insurgiu contra o

Governo Federal em 1897, 1904 e 1922; tais fatos foram o resultado das tendências e opiniões políticas!...

8. Resumindo, parece legítimo concluir que as disposições constitucionais de 1891:

a) se bem que prevejam o caso de guerra, não estipulam quais serão as relações naturais e as modificações que poderá sofrer a organização da nação brasileira, em tal eventualidade;

b) prevêem, sumariamente, a quem cabe a responsabilidade do Comando Supremo; entretanto confundem *comando de operações* com *direção da guerra*, e conferem ao Governo as responsabilidades do Comando, quando, pela natureza de suas funções, só lhe deve caber a da direção da guerra;

c) impõem à nação um *organismo militar* permanente inadequado e impedem ou dificultam a sua transformação num instrumento de guerra moderno, porque não deixam ao Governo ou ao Congresso autoridade bastante para organizar a nação desde a paz conforme as necessidades da guerra;

d) impõem aos cidadãos o dever de defesa da Pátria, mas restringem essa obrigação a ser cumprida nas fileiras das *fôrças armadas*, fazendo supôr que as necessidades imperiosas da guerra não vão além de tais fileiras;

e) criam o serviço militar obrigatório, mas sob a forma de suplemento, no caso de insuficiência do voluntariado, impedindo dêsse modo, ou ao menos dificultando ou retardando a constituição de reservas instruídas;

f) não prevêem órgão algum para assumir as responsabilidades da mobilização nacional para a guerra, nem conferem aos que mandam criar as responsabilidades relativas a êsses iniludíveis misteres; pois Exército e Armada, fôrças armadas, quer federais quer regionais, são meros órgãos de execução na guerra e

agentes de sua preparação, tendo uma esfera de ação limitada;

g) dão aos militares direitos políticos que são incompatíveis com o espírito disciplinar, impôsto pela própria constituição e pela natureza de suas funções profissionais.

Preciso será portanto que a próxima Constituição saiba suprir as faltas e corrigir os defeitos, conservando o que fôr possível e melhorando o que deva ser substituído.

CAPÍTULO IV

EXAME DOS DISPOSITIVOS A FIGURAREM NA NOVA CONSTITUIÇÃO

“... une certaine entente des choses de la guerre est indispensable à la direction politique des États.” (CLAUSEWITZ, citado por MORDACQ).

1. Resta agora, como consequência natural do estudo anteriormente feito, examinar a matéria relativa às questões de interesse da defesa nacional, que deve figurar de modo explícito na futura lei básica da nação brasileira. Os dispositivos constitucionais que traduzem essa matéria deverão necessariamente atender ao caráter da lei fundamental e resultar das análises anteriormente procedidas sobre a nossa evolução militar, sobre a situação atual; e derivar das necessidades de ordem interna e externa da União, bem como das condições da guerra moderna; demais, devem ter em vista não só atender aos mistérios do presente como estimular ou permitir o progresso até o mais remoto futuro possível.

O *caráter da lei* em apêço é o que deve caracterizar toda aquela capaz de regular, entre os homens, as relações de sua vida em sociedade. Estas, porém, quando o livre arbítrio conduz a infringir ou contrariar as que regem a natureza social da vida humana, não são duradouras ou então se tornam inexecutáveis.

Não pode ser a Constituição, embora seu destino leve a encará-la como eminentemente estável, uma lei *imutável*; mas sendo *orgânica e fundamental*, destinada a regular uma fase da vida nacional em seu conjunto, deve ser capaz de durar o mais possível, permitindo o progresso e assegurando a estabilidade necessária da ordem interna, que êsse progresso requer.

Ora, para realizar essa condição, preciso será que ela interprete e não contrarie as leis naturais da sociedade, que emanam da análise dos registros da história; êstes permitem verificar a evolução da sociedade e a dependência de uns fenômenos sociais em relação aos outros.

A análise da nossa evolução militar põe em foco a mentalidade miliciana da nossa gente e da nossa tropa e também a incompatibilidade que daí resulta, para se atingir a um estado de organização eficaz; mormente em face das condições da guerra moderna.

Deve, portanto, levar em conta o futuro constituinte, êsse fenômeno e considerar que, apenas de pouco tempo para cá, elementos da própria tropa se aperceberam dêle, sem que tenha havido ainda tempo suficiente para generalizar-se a boa concepção, de maneira a penetrar no subconsciente de todos ou ao menos, de boa maioria.

A análise referida evidencia ainda não ter a nossa elite idéias precisas, claras, práticas sobre o *problema militar* nacional, em torno do qual têm gravitado várias vêzes as mais sérias questões, tanto na esfera nacional como na internacional.

Essa análise demonstra ainda facilidade nula de previsão em matéria militar, por parte dos responsáveis pelo governo temporal e ausência de continuidade nas soluções adotadas, embora tenha sido essas sempre incompletas, peculiares a certos aspectos das questões nem sempre tratadas em boa ordem e habitualmente desviadas do sentido conveniente.

A nossa situação presente pode ser considerada como um estado de crise militar resultante das insuficiências acumuladas do passado e agravadas pelo acúmulo de fenômenos correlatos com uma *mentalidade antiquada* (mentalidade miliciana ou política dos militares) e com suas conseqüências anárquicas, não obstante os tenazes esforços de elementos de escol para evitarem uma terrível derrocada.

As *necessidades de ordem internacional* são, sob certos aspectos, contraditórias.

Enquanto de um lado as nações ocidentais se congregam e multiplicam entre si os pactos, os acôrdos e convenções, para eliminar a guerra da face da terra e combinar restrições aos *armamentos nacionais*, de outro, as guerras e suas ameaças explodem sob as formas mais diversas, provocadas quer por questões puramente econômicas (causa primordial das relações internacionais modernas), quer por fenômenos de ordem política ou histórica, excitados pelas razões de fundo ou pretextos econômicos, conforme a interpretação objetiva dos materialistas modernos.

Para o Brasil o fenômeno militar atual se agrava, sujeito ao desenvolvimento e, embora as crises intercorrentes nos povos vizinhos, cujo desenvolvimento geral, sobretudo no que interessa mais de perto ao fenômeno da guerra (indústria, vias de comunicação, instrução), se acentua com aceleração crescente.

Por outro lado, o fenômeno militar brasileiro se complica, levando-se em conta as *necessidades de ordem interna da União*. Há a considerar a êsse respeito não só o volume total da população como as diferenciais dos diversos grupos de que ela se forma, e sobretudo a grande diferença entre os elementos mais retardados e os mais avançados, permitindo a fácil sujeição dos primeiros aos segundos. Cumpre ainda meditar sobre a ma-

neira por que se reparte essa população pelo território e sobre as mesclas coloniais de que tem sido ela injetada, sem um método convenientemente estudado.

Sob outro aspecto o sentimento regionalista e a prática mal conduzida de cêrca de meio século de federação, com excessos de autonomia locais, são outros tantos motivos a considerar nas cogitações de ordem constitucional.

As condições de guerra moderna acentuaram a necessidade de uma preparação completa, incessante e minuciosa, capaz de pôr em funcionamento o mecanismo nacional da guerra, sem retardo e em pleno rendimento no momento propício. Essa preparação consiste essencialmente na repartição judiciosa das funções, na determinação do papel a ser desempenhado pelos cidadãos em caso de guerra; no preparo, pela instrução e pelo treinamento, para que tais funções se desempenhem sem hesitações danosas; no provimento dos materiais necessários à luta e à vida; e no mecanismo geral de renovamento de todos os recursos necessários, para que a guerra possa ser sustentada até a solução favorável da questão que se debate por êsse recurso violento.

Não pode ser, dada a extensão formidável dos interesses em jogo, tal preparação feita somente pela autoridade militar ou pelos *órgãos militares* permanentes, pois, que não é mais a guerra puramente militar e sim a *nacional* e *total*. Preciso é que todos os órgãos da vida do tempo de paz tomem parte definida nessa preparação, pois que todos terão uma função na guerra, quando esta surgir. Cada qual deve ser capaz de cuidar de sua própria *mobilização*.

Assim sendo, vê-lo logo aparecer a necessidade de um órgão que coordene as atividades em vista da preparação para a guerra e afaste as dúvidas e colisões que surgem no trato dos interesses peculiares a cada um, estabelecendo as preferências a serem observadas conforme

o maior ou menor interesse de cada qual no resultado de conjunto a ser obtido.

2. Tendo em vista as considerações que precedem, ensaiaremos determinar daqui por diante, os pontos que deveriam figurar na nova Constituição.

3. O estado de guerra difere essencialmente do do tempo de paz por ser um estado de crise, de tensão máxima das forças vitais de uma nação pela conservação da sua própria vida ou pela imposição de vontades e tendências nacionais. Este estado de crise sobrevém, quer em consequência de um processo lento em que as causas latentes da guerra se acumulam até a explosão em virtude de uma excitação mais forte, quer por uma qualquer razão de ordem nacional, surgida de súbito e de modo imprevisível.

Seja porém como fôr, a nação que passa do estado de paz ao da guerra o faz num tempo mínimo, sem transição visível.

De outro lado, por maior cuidado e meticulosidade com que se preparem os meios de prover às necessidades da guerra, essa preparação basta apenas, a bem dizer, para *iniciar a campanha*, onde as necessidades vão logo ultrapassando tôdas as previsões criteriosamente feitas de acôrdo com os dados conhecidos. Modifica-se, em tal situação, completamente o ritmo da vida nacional, que passa a não ser mais regido pelos interesses do bem estar e dos progressos ordinários da civilização, porém, sim pelo das necessidades imperiosas, urgentes e inadiáveis da guerra. Não podem, então, servir para o tempo de guerra as normas de viver na paz. Os direitos e poderes dos responsáveis pela direção da nação se ampliam, em consequência, na mesma proporção em que se restringem os direitos e garantias dos governados.

É portanto matéria a regular constitucionalmente. É certo, num momento de crise, em que a lei predominante é a das

necessidades, nenhuma imposição legal prevalecerá no sentido de as contrariar. Mas, se a própria lei não souber prever as modificações de regime para se atender a uma tal emergência, corre o risco de ser desrespeitada ou então dá lugar a que surjam, para os responsáveis pela direção da nação, dificuldades sérias. Nem tudo e nem todas as previsões são facilmente aceitas. Dá-se, em regra, justamente o contrário.

Daí o fato das resistências, desconfianças e tenazes oposições aos poderes responsáveis pela conduta da guerra, quando esta não se exprime somente por sucessos ou quando pareça prolongar-se demasiadamente. Os que assim procedem, não percebem muitas vezes que, lançando a desconfiança e enfraquecendo o poder, apenas agravam os males que pretendem corrigir, cujas verdadeiras causas lhes escapam.

Será, portanto, sobre esse assunto, o primeiro dispositivo constitucional a consignar, isto é, o que regule as consequências legais internas do estado de guerra.

Não bastará, como fazia a Constituição de 1891 em seu belo espírito republicano, interdizer a guerra de conquista direta ou indiretamente feita, com ou sem aliança e definir a quem cabe a responsabilidade de fazer a guerra e concluir a paz ou prever o caso de agressão inopinada; é preciso além disso determinar quais as reações de ordem interna que a declaração de guerra produz fatalmente.

Ora, sendo a necessidade a lei predominante na guerra, e sendo essas necessidades sempre urgentes e intransferíveis, não admitindo soluções protelatórias, deverá a nova constituição determinar a *suspensão de todos os direitos e garantias vigentes no tempo de paz que acarretem prejuízos de modo direto ou indireto em relação às operações militares ou quaisquer outras atinentes aos interesses da defesa nacional*.

Assim orientados poderão os nossos futuros legisladores e governantes prever e prever as necessidades de um estado de guerra sem que a satisfação dessas necessidades vá esbarrar em causas retardadoras e prejudicar-se por discussões biantinas.

4. Outro ponto a ser encarado pela nossa futura lei básica, resulta ainda das características da guerra moderna e da subtileza com que se apresenta uma tal crise na vida nacional. Trata-se da extensão tomada pela guerra que se transformou em *geral e total* impondo a necessidade de uma preparação tão cuidadosa e tão completa quanto possível.

Nada deve escapar a esse tal trabalho de previsão, desde a especificação dos direitos e garantias constitucionais que perdem sua força obrigatória, até a reorganização do organismo governamental, de modo a que neste figurem os órgãos exigidos pela condição da vida nacional em face das premências da guerra. Essa preparação total, em que nada escapa ou deve escapar, para que a guerra se faça e termine no mais breve prazo e para que cause o mínimo de prejuízo à nação, traduz-se pelo que se chama vulgarmente *plano de mobilização*. O *plano de mobilização nacional*, isto é, o quadro geral da organização nacional a prevalecer em consequência do estado de guerra, a fim de prover no decorrer do tempo, às necessidades desta, não abrangerá somente as forças militares, mas a de todas as forças morais, intelectuais e sociais, visando-se o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis de toda ordem.

Não só os Ministérios da Guerra e Marinha têm o dever de organizar seus planos de mobilização, mas todos os demais, porque cada um deles tem uma função em caso de guerra, isto é, pode receber missões a desempenhar, de acordo com as suas aptidões.

O mesmo acontece em relação aos homens e mulheres, porque a todos interessa a defesa nacional. É o caso, por exemplo, da utilização da *mão de obra* necessária à atividade nas usinas, nos campos, nos serviços públicos e nos exércitos, mediante um criterioso exame das necessidades de cada serviço e do grau de importância de uns em relação aos outros.

Ora, todo êste formidável trabalho de previsão, de coordenação e de provisão, precisa ter um órgão especial que dêle se incumba. Não poderão ser disso encarregados os órgãos do governo de tempo de paz, *sem que se faça a conveniente transformação*. Para tal, êsses órgãos serão constituídos e grupados de um modo apropriado dispondo de elementos especializados, capazes de exercício de semelhantes funções, e constituindo como que um aparelho a parte, pronto a funcionar sem solução de continuidade, com o mecanismo adaptado ao estado de guerra.

Esse novo elemento a participar do aparelho governamental da nação, é o que podemos chamar o Conselho Superior da Defesa Nacional.

Seu papel essencial é estudar na paz o problema da guerra e *preparar a mobilização nacional*, isto é, a passagem do regime de paz ao de guerra. E' portanto um *órgão constitucional*.

Em tempo de paz, deve ter tód'a autoridade necessária para prover às necessidades da guerra, mas as suas decisões que impliquem em restrições aos direitos e garantias constitucionais, ou que imponham novas obrigações aos diversos elementos constitutivos da nação sobrecarregando-os de onus legais, devem logicamente depender, para poderem vigorar, do beneplácito daquêles aos quais incumba legislar sobre a paz.

Em tempo de guerra, sendo a lei da guerra predominante, suas decisões devem ser revestidas da máxima autoridade, salvaguardadas as prerrogativas in-

transferíveis da soberania nacional. Nessa oportunidade, êle serve ao Governo como *órgão informante*.

5. As condições especiais da América do Sul e de nossos possíveis teatros de operações podem apresentar-nos casos de guerra que não exigem a *mobilização nacional total*. De outro lado, por melhor organizada que seja a nação para a guerra esta pode surgir sem que a preceda uma *declaração formal*. Os sintomas de que ela se aproxima, as ameaças de guerra, aconselham a que se tomem determinadas medidas de mobilização com caráter preventivo, as quais para não alarmar nem precipitar acontecimentos que se poderão, afinal, resolver por processos pacíficos e dignos do estado atual da civilização humana, se devem processar discretamente e sigilosamente. Elas implicam, porém, em cessação do pleno gozo dos direitos constitucionais do tempo de paz, aos indivíduos por elas atingidos, o que precisa ser previsto na própria lei fundamental, a fim de evitar-se ou a prática de violências, de caráter extra-legal, ou o alarde de questões inoportunas.

Eis aí, pois, outros tantos dispositivos que, decorrendo naturalmente das condições do estado de guerra, devem figurar na lei como seus naturais corolários.

E tais dispositivos impõem, de outro lado aos responsáveis pela direção da Pátria o dever de exigir-se da nação o mínimo de sacrifícios, no caso de terem sido improficuos os meios de evitar a guerra; ao mesmo tempo, êles lhes permitem reduzir ao mínimo os precalços iniciais, próprios de qualquer guerra, quando se olvidam as boas medidas de prevenção.

Estas condições estabelecidas no sentido de precisar o estado de guerra e suas conseqüências, convirá, como fazia a Constituição de 1891, designar quais as autoridades a quem compete declarar a guerra. Apenas, como modalidade nova, deve ser conferido ao governo a atribui-

ção de poder mobiliizar secreta e parcialmente, como medida de prevenção, os elementos necessários, *sobretudo à cobertura*, para evitar-se qualquer surpresa dos adversários.

6. Regulado o estado de guerra e provida a nação dos meios de sua preparação para tal emergência, preciso será definir desde logo, nos próprios fundamentos da organização geral, as responsabilidades dos órgãos de *direção* e as dos de *execução*.

O interesse que naturalmente todos assumem pelo desenrolar dos acontecimentos, decorrentes de uma guerra declarada, estado de crise nacional caracterizado por situações agudas se sucedendo em ritmo previsível, pois que esse ritmo depende das ações e reações dos adversários e de múltiplos outros fatores escapando ao poder dos homens, conduz facilmente à intromissão de uns na esfera de ação de outros, sobretudo quando os sucessos não correspondem aos desejos e expectativas gerais. Essas intromissões são, na maior parte das vezes, funestas. Os que se mostram descontentes e sófregos porque as coisas não ocorrem na medida dos seus desejos e esperanças, por não possuírem dados suficientes para julgar os acontecimentos e, na maior parte das vezes, não tendo capacidade para bem julgar as conveniências ao se intrometerem na esfera alheia somente conseguem *prejudicar a obtenção dos melhores resultados*.

Tais conflitos têm ocorrido sempre entre os poderes e os políticos dos governos, parlamentares ou não, entre os quais avultam os que nos oferecem a guerra da Secessão Americana e a Grande Guerra de 1914.

Na primeira, enquanto o governo do Norte influa na conduta das operações e ditava manobras aos seus generais, os federais, apesar da grande superioridade de seus recursos, notadamente indus-

triais, financeiros e marítimos, sofriam derrotas e eram ameaçados de perder a guerra. Isso se dava por dois motivos principais:

- a incompetência militar do governo, que não sabia ver senão interesses políticos aparentes e imediatos e não podia perceber que esses mesmos interesses seriam melhor atendidos à custa da vitória militar contra os adversários, obtida fôsse onde fôsse, embora se impusessem certos riscos;
- a influência das correntes da opinião pública, política ou não, sobre o governo, que se revelava demasiadamente sensível à mesma e que é ainda mais incompetente do que aquêle para julgar do valor das operações militares; disso resultava ser a sua atenção desviada dos verdadeiros rumos, impedindo-o de compreender o problema pela forma que se impunha.

Na guerra de Secessão os nortistas só lograram a vitória, depois que conseguiram separar as funções políticas das de ordem militar, ou seja a *direção da guerra da conduta das operações*; nêsse momento Grant dispõe de suficiente liberdade de ação para obter os resultados vitoriosos em correlação com o seu valor militar e com os recursos postos à sua disposição.

Na Grande Guerra em França, os acontecimentos se sucedem, dêles resultando noções extremamente instrutivas acêrca da questão que nos ocupa; dêles, o governo tira, através da exposição de motivos da lei *Sur l'organisation générale de la Nation pour le temps de guerre* e apresentada pelo ministério de Raymonde Poincaré admiráveis e elucidativas conclusões. Diz o referido documento sob o título *Le Haut-Commandement*:

“Le rôle du Gouvernement dans la direction de la guerre militaire,

ainsi que les relations existantes entre le Gouvernement et le Haut-commandement, se sont présentées successivement, de 1914 à 1918, sous des aspects différents.

De la mobilisation à décembre 1915, le Gouvernement n'intervient, par l'intermédiaire du Ministre de la Guerre, que dans la préparation et la répartition des moyens.

De décembre 1915 à mai 1917, le commandement en chef de l'ensemble des armées est exercé par le commandant en chef du théâtre principal; l'action du Gouvernement est limitée à la production des moyens (Ministère de la Guerre et de l'Armement).

De mai 1917 à avril 1918, le Gouvernement agit effectivement, non seulement sur la constitution des moyens, mais aussi sur la préparation et coordination des opérations par l'intermédiaire du Chef d'état major général placé au près du Ministre de la Guerre.

D'avril 1918 à l'armistice, l'organisation reste la même; mais, par suite de l'institution du commandement inter-allié cette action gouvernementale se fait sentir par l'intermédiaire de deux personnalités distinctes :

- Chef d'état-major général, dépendant du Ministre de la Guerre, pour la création des moyens;
- Général commandant en Chef les armées opérant en France, pour la préparation des opérations.

Dans la marine, le principe initial de l'organisation du commandement a, par contre, été maintenu. Il n'y a jamais eu, en dehors du Ministre, le Commandant en chef unique des forces de mer mobilisées.

Le Commandant unique n'a même pas été constamment réalisé sur chacun des théâtres d'opérations.

Le Département s'est réservé la direction de certaines organisations nouvelles, quel que soit le théâtre sur lequel elles étaient appelées à opérer. La dualité de commandement qui en est résultée ne fut pas toujours sans inconvénients.

Les enseignements de la guerre semblent donc avoir précisé par la marine, la nécessité d'un commandement en chef unique, assurant la coordination des opérations sur les divers théâtres, ainsi que la répartition moyens entre eux, et résidant en outre assez près du Gouvernement pour recevoir facilement ses instructions.

Pour l'armée de terre, le système qui, théoriquement, semble présenter le maximum d'avantages est celui dans lequel une autorité unique exerce simultanément son action sur les armées et l'intérieur. Ainsi se trouve en effet réalisée une coordination étroite de la préparation des moyens et des conditions de leur emploi. Cette conception fut appliquée de mai 1917 à avril 1918.

Teutefois, l'expérience a démontré qu'une même personnalité pouvait difficilement assurer cette double tâche, et celle-ci a été partagée ultérieurement entre le Commandant en Chef des armées et un autre officier général nommé Chef d'état-major de de l'intérieur.

Aussi bien il est peut-être illusoire de chercher à associer, en les concentrant dans une seule main, l'utilisation et la préparation des moyens, cette dernière n'est plus en effet, l'œuvre d'un seul Département ministériel; il est très certain que, dans l'avenir comme dans le passé il faudra confier à des Ministères diffé-

rents la réunion des effectifs, la fabrication de l'armement, etc...

Des lors la coordination "préparation — emploi" ne peut-être assurée que par le Gouvernement lui-même, et la formule adoptée, tant par le Département de la Guerre que, par celui de la Marine, dans les décrets actuels qui font coexister en temps de guerre deux hautes autorités militaires distinctes, ayant respectivement action sur les armées et sur l'intérieur est en accord avec cette nécessité.

En définitive, l'action militaire implique :

- une détermination préalable des buts à atteindre par la force des armes, en fonction de la direction donnée à l'ensemble de l'effort national;
- une préparation des moyens nécessaires au développement des opérations;
- l'emploi des ces moyens, c'est-à-dire l'exécution des opérations militaires.

La première de ces tâches est d'ordre exclusivement gouvernemental, la seconde appartient aux Départements ministériels qualifiés, la troisième est du ressort des commandants en Chef.

Mais, bien entendu, du fait que la préparation des moyens militaires sera confiée à plusieurs Départements ministériels, cette collaboration nécessitera une coordination des efforts que le Gouvernement seul est à même d'assurer.

Dans la même ordre d'idées, les événements non militaires réagissant constamment sur les opérations et réciproquement, il appartiendra au Gouvernement d'apporter, dans le fonctionnement de l'ensemble du

système de forces mis en jeu par la guerre, une action régulatrice correspondant aux circonstances.

Pour éclairer ses décisions sur la préparation à la guerre, le Gouvernement dispose dès le temps de paix du Conseil Supérieur de la Défense Nationale. Ce même organisme, sous réserve de modifications à sa composition, ou à son fonctionnement, lui fournira encore, à la mobilisation, l'instrument d'études et la documentation nécessaire.

Les considérations qui précèdent conduisent à l'organisation suivante pour le temps de guerre :

- a) la direction générale de la guerre incombe au Gouvernement qui dispose, pour l'aider dans cette tâche, du Conseil Supérieur de la Défense Nationale et de ses organes annexes.
- Il fixe les buts à atteindre par la force des armes et détermine en conséquence les moyens nécessaires.
- b) La préparation et l'entretien de ces moyens sont du ressort des départements ministériels intéressés (Guerre, Marine, etc.), entre le quels le Gouvernement établit la coordination nécessaire.
- c) La direction des opérations est assurée par les Commandants en Chef des forces armées de terre et de mer, d'après les directives du Gouvernement.

Vê-se, após uma tão completa e nítida exposição, que não satisfaz às necessidades da guerra moderna o simples artigo da Constituição de 1891 pelo qual se dava ao Presidente da República o Comando Supremo das forças de terra e mar, reconhecendo nêle não a postura de um

chefe de Estado, mas as raías de um *ca-cique* e deliberando como se comandar fôsse uma função possível de exercer sem *nenhuma preparação*.

É que desconhecia a Constituição de 1891 a significação prática da função de comandar e confundiu-a com a de *direção de guerra*, que é a que cabe ao Chefe do Governo como Chefe da Nação.

Ora, as três funções: dirigir a guerra fixando os fins a atingir pelas forças militares; empregar essas mesmas forças conforme os fins a atingir e as circunstâncias de cada momento; provê-las de meios correspondentes às necessidades das operações, são funções distintas que não podem ser exercidas sem órgãos específicos correspondentes. O acúmulo de tais funções em um só órgão exige dêste um trabalho, múltiplo e forçado que não pode ser desenvolvido com simultaneidade; fatalmente, a cada momento, êle será obrigado a prejudicar umas em detrimento de outras de menor importância aparente.

A separação ao contrário, permite a organização do trabalho pela especialização dos órgãos correspondentes; donde faculta o máximo rendimento de cada um e o funcionamento de todos em atividade simultânea. A única dificuldade, o único precalço é que, sendo tais funções interdependentes, faz-se necessário regular seu exercício sem quebra das subordinações naturais. Esse será o papel do órgão diretor.

Deverá, portanto, definir a Constituição o papel e a responsabilidade do Governo na guerra, competindo a êste:

— Dirigir a guerra e prover com os elementos que dêle dependem as necessidades das tropas em operações.

A autoridade militar incumbirá:

— Conduzir as operações conforme as diretivas do governo.

7. Cabe, agora, considerar a existência dos órgãos *técnicos* da preparação da nação para a guerra, *Exército e Marinha*.

No quadro atual da guerra moderna, o Exército e a Marinha do tempo de paz nada mais são do que o *núcleo* em torno do qual a nação se organiza para combater. Eles são, como se diz vulgarmente, os *quadros da nação em armas*, e seu principal papel em tempo de paz é *ins-tituir a nação para a guerra*. São eles que estudam as hipóteses de guerra, decorrentes da política do Governo; eles estudam os meios que o engenho e a indústria humanas criam, suscetíveis de, convenientemente empregados, impedir as ações destruidoras das forças adversas, neutralizando-as temporariamente ou destruindo-as de vez, ou capazes de permitir efeitos ofensivos superiores aos meios de defesa do adversário.

Além disso, para que os trabalhos de uma tal pesquisa não se tornem inúteis, cabe-lhes também estudar e preparar os melhores métodos de emprêgo e, em seguida, industrializar os cidadãos e treiná-los na prática de tais métodos e processos.

São, portanto, os *órgãos permanentes das forças militares* de um povo, os órgãos nucleadores das necessidades da guerra; são eles que fornecem aos outros elementos reclamados pela mobilização os guias e conselhos para o seu próprio preparo.

Para poder atingir todos os fins, cumpre realizar uma *força permanente* capaz de satisfazer, por outro lado, às necessidades da manutenção da ordem interna na Federação. Eles devem representar, assim, um elemento de *força de coesão* da Pátria, ameaçada constantemente pelas tendências centrífugas que resultam do espírito regional e da prática das autonomias locais quando excessivas ou abusivas.

Essa missão, que, por si só, serviria para justificar a existência das forças

permanentes, o Exército e a Marinha a preenchem tanto melhor quanto, por sua organização, regime e repartição pelo território, mais perfeitamente se adaptam à concepção e ao sentimento da Pátria comum, em vista do caso de defesa contra um inimigo exterior.

Sua composição e sua repartição pelo território nacional deverão visar, portanto, êsse duplo aspecto:

— o que decorre da consideração das necessidades de previsão de uma guerra externa;

— o que resulta da consideração das necessidades da ordem interna.

Essas idéias vão orientar a quem cabe decidir o assunto, isto é, ao Governo, atendidas naturalmente as advertências do órgão responsável pela preparação da guerra e balanceados os prós e contra surgidos de uma e outra dessas considerações. Aliás, não se contrariam êstes últimos na prática, a ponto de se criarem embaraços. As decisões adotadas na previsão da guerra externa satisfazem, em regra, com pequenas acomodações e complementares, aos misteres da paz interna.

Entretanto, cumpre observar que não seria aceitável o raciocínio em sentido inverso, pois a *guerra externa* é mais ampla e complexa. Assim, por exemplo, a determinação dos efetivos e sua localização prevendo as necessidades da cobertura, podem importar em que o centro de gravidade das forças se desloque para certos pontos, onde o acúmulo destas não se justificaria como previsão das necessidades de manutenção da ordem interna.

Preciso então se faz que a Constituição precise o papel das forças permanentes e defina a quem cabe organizá-las, administrá-las, distribuí-las e empregar-las num caso ou noutro.

Aliás, não se descuidaram totalmente disso os constituintes de 1891: fizeram-no, porém, de modo imperfeito. De-

ram a entender que os principais papéis, mesmo exclusivos, únicos, das forças armadas permanentes eram o de barrar os passos ao invasor ou de sustentar as instituições no interior. Não viram êles que, para satisfazer ao primeiro caso, teriam elas, durante a paz, o dever de funcionar como *órgãos de preparação e*, na guerra, como *órgãos de enquadramento*; isso, de resto se verifica de modo mais nítido para o Exército do que para a Marinha.

Não viram, de outro lado, que, olvidando na expressão constitucional essa função primordial das classes armadas, não orientariam convenientemente os seus destinos e dariam lugar a erros de interpretação quando se tratasse de aparelhá-las convenientemente para o desempenho pleno de suas funções, e isto requer seja a Nação conhecedora dos seus afazeres, em caso de guerra, o que vai influir na repartição das forças pelo território, etc.

E essa lacuna se manifesta ainda mais acentuada, quando a Constituição de 1891 em seu art. 87, §§ 2.º e 4.º, do mesmo estabelece, sob preocupação evidentemente restritiva, que o Exército se comporá de contingentes regionais fornecidos pelo voluntariado e só excepcionalmente pelo sorteio e que à União cabe instruir os corpos e armas e prover a instrução militar superior.

São falhas a corrigir na nova lei orgânica da República, a qual não precisará descer a pormenores quanto à maneira de compor as forças armadas, nem dizer a quem cabe instruí-las, pois que outro não pode ser senão o Governo Federal; ao contrário, porém, deve precisar o seu papel de modo completo e coerente com as razões de sua existência, o que será suficiente para a sua orientação administrativa.

Além disso, tratando-se da existência de *forças armadas* no território da União, é indispensável que a Constitui-

ção determine que nenhuma força, sob qualquer forma, possa existir sem o controle do Governo Central e sem sua aquiescência. Admitir o contrário, seria atentar contra a segurança nacional e criar um perigo para a paz interna.

A existência de outras forças, além das da União, é justificável numa federação onde há diversos graus de soberania, para que estas unidades federativas, assim admitidas, disponham de um instrumento de força a opor aos que se rebelam contra elas. No caso brasileiro, principalmente, esses instrumentos não devem poder competir com os da União, a única entidade dotada de completa soberania, e servir de elementos de reação contra ela. Indica-o nossa experiência.

Eis aí outro ponto importante que não deve escapar ao exame dos constituintes, ao tratarem das *forças armadas* dos Estados Unidos do Brasil.

De um modo rápido e bastante sumário temos comentado os elementos essenciais ao arcabouço nacional, concebido em vista da fatalidade de uma guerra e verificado como dele decorre naturalmente, hoje em dia, o instrumento de força necessário à manutenção da estabilidade do governo e de suas instituições.

8. Esse aspecto do arcabouço constitucional até aqui encarado, porém, ficaria inútil ou reduzido a ínfimo rendimento, se aos cidadãos não coubesse o dever de servir à Pátria, no momento preciso, na *oportunidade adequada*, quer incorporados às forças armadas, quer no interior do País.

O homem é o elemento essencial da guerra. É ele quem a sustenta. Seu valor, porém, é relativo, variável com o grau da capacidade de ação de que é dotado; os fatores principais de sua capacidade são:

- o valor moral;
- o caráter;

— o grau de instrução e o desenvolvimento intelectual;

— as condições de resistência física.

Os melhores instrumentos de guerra, manejados por homens de valor moral discutível são um perigo para a humanidade e para a própria pátria; empregados por homens sem caráter, desprovidos de intelectualidade e sem resistência física, podem se tornar inúteis ou ficar inaproveitados.

Um instrumento de guerra, para assegurar a defesa nacional, precisa poder funcionar imediatamente com bom rendimento, na oportunidade conveniente.

Ora, para que isso se dê, é preciso que todos estejam *industriados e tenham a prática bastante* das funções que lhes estão reservadas pela mobilização ou conheçam os atos que a cada um compete na eventualidade da guerra.

Daí decorre, como consequência imediata, o dever de receber a instrução necessária, para que o serviço em defesa da Pátria possa ser prestado.

E como esse dever de *defesa da Pátria é principal*, surge legitimamente a exclusão do direito ao gozo das vantagens da cidadania e mesmo o das instituições públicas aos que se mostrarem remissos ou tardos no cumprimento desse dever, como consequência imediata do desinteresse pela mais dominante entre as obrigações sociais modernas, sem embargo de outras punições.

Não basta agora, como se fez em 1891, obrigar o cidadão ao serviço militar em defesa da Pátria e da Constituição. É preciso que ele seja compelido a estar sempre pronto a prestar esse serviço, militar ou não, de acordo com as necessidades da Pátria e com as suas aptidões.

Deverá então a nova constituição obrigá-lo a receber o destino da mobilização que lhe couber e a preparar-se para o seu desempenho nas melhores condições,

de conformidade com as leis que regem o assunto.

É um dever que deriva da própria forma da guerra hodierna, que evoluiu do aspecto *nacional ao nacional-total*, e se expandiu muito além da zona própria dos campos de batalha e dos teatros de operações, até abarcar todo teatro da guerra.

Mas, não é somente o serviço militar que reclama a Pátria para fazer a guerra; ela necessita de todos os serviços para viver e sustentar a luta.

Não quer isto dizer que se vá tornar preciso manter a todo mundo *sob bandeira*, porém, é indispensável que o governo possa lançar mão de todos, em caso de necessidade, competindo-lhe aplicar convenientemente e inteligentemente as leis que a respeito forem postas em vigor.

Isto pôsto, considere-se agora que a concepção aqui admitida sobre o papel das classes armadas, acarreta para os que dela fazem parte, deveres severos e obrigações, sendo fácil imaginar-se o quanto são absorventes de dedicação e o quanto exigem de despreocupação e desinteresse pelas *condições da vida particular* por parte dos *quadros de oficiais*, permanentes e semi-permanentes.

Por outro lado, as classes armadas, como forças que o são devem obedecer a um destino superior; elas são hierarquizadas sob uma idéa preponderante. Têm sua aplicação determinada em lei e, por isso, devem ser essencialmente obedientes a quem a lei indicar como responsável por tal aplicação. Assim acontecendo, não lhes compete interpretar o grau de *sabedoria* daqueles a quem têm contas a prestar. A crítica, nêsse particular, lhes é naturalmente vedada, pois que tal exame poria em dúvida a autoridade daquelle que a lei designa como responsável pela *aplicação da força*.

Foi sábia a Constituição de 1891, declarando-as *essencialmente obedientes*

aos seus superiores hierárquicos. Não o foi, porém, nem lógica com tal idéa, ao atribuir às classes armadas, com o caráter de forças permanentes, certas faculdades.

Deu-lhes regalias contraditórias com essa regra de obediência por ela própria instituída, autorizando-as a exercer a *crítica mediante o direito do voto* sobre a conduta dessas mesmas autoridades a quem devem ser essencialmente obedientes. Esse, o fato real.

Ora, os cidadãos que exercem a *autoridade*, são designados por eleição e periodicamente mutáveis. Segue-se daí que aos militares em atividade, *constituindo a força permanente*, deve ser vedado o direito de votar. Se assim não fôsse, concorreriam êles próprios para escolher a autoridade a quem deveriam depois tornar-se essencialmente obedientes, o que equivaleria a anular o princípio da hierarquia, ou, ao menos, a torná-lo hesitante e enfraquecido.

E isso, em se tratando de instituições destinadas a agir na guerra onde o *maior crime é a inação*, importaria em reduzir-se em proporção ruínosa o valor prático de tais instituições.

Deve, pois, a nova Constituição negar o direito de voto aos militares em atividade.

Não só nesse particular deve ela restringir a cidadania dos militares.

Faz-se ainda necessário que os da ativa não se deixem *distrair* por quaisquer atividades que não tenham cunho profissional. A tarefa de preparador da guerra, de monitor da preparação nacional para essa eventualidade e as que lhe caberá na própria guerra, exige que o militar se empenhe em cumpri-las à custa de todas as suas possibilidades.

Deve constituir para êle uma obrigação formal a de fazer progredir sempre o seu valor e capacidade profissionais o mais possível, de modo que, advindo a guerra, esteja a par do que mais per-

feito houver nos assuntos que lhe cabe tratar e haja atingido o máximo desenvolvimento de que é capaz. O exercício de qualquer outra profissão deve lhe ser então vedado.

Evidentemente, certos indivíduos fora do comum poderão ter capacidade para exercer simultaneamente, em determinadas condições outros afazeres. Mas a atividade que assim dispersariam poderia ainda ser consagrada ao melhor aperfeiçoamento das armas.

Esse labutar fora das lides profissionais, redundando por consequência em prejuízos para a Nação e deve ser constitucionalmente impedido, seja qual fôr o aspecto que revista. É medida, além do mais, necessária, para maior eficiência social da ação educativa dos quadros na preparação da nação para a guerra. Eles devem constituir um *caso à parte* dos outros cidadãos no seio da nação, sem o que não disporão do prestígio bastante ou correrão o risco de vê-lo diminuído pela competição nas outras atividades.

Na Europa, onde os costumes derivam de necessidades prementes de longa data, não tem sido talvez necessário introduzir em texto de lei regras de conduta que ressaltam sem esforço do consenso geral. Aqui tais regras devem aparecer traduzidas em dispositivos de lei, porque não são suficientemente construtivas nossas tradições.

Um golpe de vista retrospectivo sobre o período de nossa história republicana evidencia a esse respeito exemplos verdadeiramente escandalosos.

Temos tido vários *militares* que fizeram sua carreira militar de *alferes a general* na Câmara e no Senado, sem jamais haverem ingressado um só dia no seio do Exército ou da Marinha, gozando de privilégios incontestavelmente indevidos! Outros são professores vitalícios, etc.

Alguns acumulam vencimentos militares e outras vantagens exclusivas dos militares, segundo a Constituição de 1891, com as de outras carreiras que professam. E ao mesmo tempo que tal se dá, ficam o Exército e a Marinha privados de seus serviços militares.

Ora, acresce ainda que a carreira militar é daquelas que envolvem conhecimentos em evolução constante e que exigem a manutenção de todos os seus elementos em perfeita forma de treinamento físico e intelectual. Em tais condições, como poderia os *privilegiados* do professorado ou da política prestar serviços militares correspondentes aos seus postos, após cinco, dez e mais anos de abandono e absoluta despreocupação profissional?

Este erro, permitido pela Constituição de 1891, deve, portanto, ser evitado na nova organização nacional.

Mas, absorvendo a carreira militar as atividades individuais, físicas e intelectuais e mesmo morais, e devendo ser intolerante para os transvios; exigindo dos verdadeiros profissionais abnegação completa e despreocupação dos próprios interesses, em contrário às tendências da natureza social humana e das necessidades da vida social moderna e, mesmo para que possam gozar do prestígio social que é necessário ao bom desempenho de suas funções nacionais, impõe-se que os militares gozem de certas vantagens e que o Estado lhes assegure o bem estar material indispensável.

Surge daí a necessidade de conceder-se aos militares a intangibilidade de suas patentes e postos, o fóro especial para os delitos militares, e os vencimentos, comportando estes uma parte irredutível, *intangível* — o soldo — o qual só perderá esse caráter no caso da prática de atos infamantes ou degradantes por parte do militar.

Isso, porém, não basta.

Se o militar é essencialmente obediente à lei e à hierarquia por ela estabelecida, preciso será que possa gozar da maior independência moral, sem o que a sua submissão tornar-se-á pejorativa e contraditória, com a cultura moral e a firmeza de caráter de que necessita e que *devem ser suas maiores e mais distintas qualidades*. Não é suficiente que ele adquira o direito à intangibilidade de sua própria situação hierárquica. Cumpre também para maior dignidade de sua obediência, que a lei defina como se constitui essa hierarquia, no seio da qual vive o militar como parte integrante; ela, aliás, nada mais é ou deve ser do que uma escala de valores positivos rigorosamente selecionados.

De tais considerações surgem, portanto, matérias de caráter verdadeiramente constitucional, como, aliás, em parte, o reconheciam os constituintes de 1891.

9. A situação dos militares retirados da atividade, isto é, dos que deixam de fazer parte dos quadros permanentes ou semi-permanentes das forças armadas, é diferente e conduz a que não gozem dos mesmos direitos nem sofram as restrições a que se condicionam os que exercem funções militares ativas.

Seus deveres se reduzem. Para que se mantenham a par dos conhecimentos necessários ao respectivo papel, em caso de guerra, basta que a isso consagrem tempo relativamente reduzido. E eles podem, assim, dar às suas atividades outras aplicações.

O direito de voto já não mais lhes é vedado, pois eles deixam o seio das classes armadas para ingressar na coletividade em geral. Os direitos de que gozavam na atividade militar passam a ter, então, relatividade com as condições da inatividade. Assim, é preciso que a Constituição conceda uma certa flexibilidade ao legislador futuro e o oriente, de modo que tais questões possam ser por ele re-

guladas de acordo com as circunstâncias do momento, com o interesse nacional e o das próprias classes armadas, bem como de conformidade com as causas e razões da passagem do militar à inatividade. Preciso é considerar que essa passagem à inatividade pode-se dar por motivos diversos, seja como um direito do militar, a um prêmio ou uma consequência lógica das necessidades militares, seja como punição.

No primeiro, como no terceiro caso, há necessariamente gradações a estabelecer, o que cumpre ao legislador ordinário, mas este precisa encontrar fundamentos e orientação no próprio texto constitucional.

Quanto às classes militares semi-permanentes, a dos oficiais inferiores ou sargentos, os interesses da defesa nacional conduzem a limitar o tempo em que podem prestar serviços militares na atividade; é indispensável, entretanto, que, ao abandonarem as fileiras, o governo lhes assegure, pelo processo mais conveniente, os meios capazes de garantir suas subsistências. Basta considerar que tais elementos passam nas fileiras o tempo correspondente à melhor época de sua vida; delas saem ainda em boas condições de atividade, mas retardados seriamente para se encaminharem em outras atividades.

10. A legislação constitucional sobre os militares não ficará ainda completa, se não for definida a sua responsabilidade pelos atos que praticarem ou de que forem mandantes. Apesar de todo o rigor na escolha dos elementos que devem preencher os cargos da hierarquia, é possível haja as imperfeições resultantes da própria natureza humana, visto que errar é uma das suas características. Ora, como manter a *disciplina*, alicerce fundamental das classes armadas, se não ficar firmada a isenção de responsabilidade daqueles que determinarem ou executa-

rem atos, por ordem superior? Do mesmo modo, podem ser praticados erros e abusos por interpretação tendenciosa de ordens recebidas, as quais, encampadas pela autoridade superior, tornam esta responsável.

11. Finalmente, apesar de sua banalidade, deve ser matéria constitucional, a título de complemento natural e legítimo dos privilégios e da situação dos militares, o uso privativo dos uniformes e distintivos que a lei determinar como próprios da classe militar e dos seus diversos elementos constitutivos.

Dado o prestígio natural que decorre de sua situação no seio da sociedade, e, sobretudo, o que lhes resulta do hábito da mais rigorosa disciplina intelectual, estabelece-se uma tendência entre os outros elementos da sociedade à imitação, pelo uso, dos uniformes e das insígnias dos militares, de modo a, com elles, se confundirem tanto quanto possível. Decorrem daí prejuízos para o prestígio das classes militares, pela vulgaridade de seus símbolos e pela impropriedade com que são usados; esses prejuízos refletem sempre desastrosamente sobre as instituições militares.

12. Discutidos assim rápida e sumariamente os pontos de maior interesse para a fixação da matéria constitucional referente aos assuntos militares, apresentamos um projeto de redação dos mesmos.

O que há agora a considerar nêsse ponto de vista é a necessidade de que a lei constitucional consigne essa matéria reunida e não esparsa, como figurava na lei de 1891.

Toda ela deve constituir um título ou um capítulo especial da Constituição. A *defesa nacional* é um aspecto da vida nacional, é uma função primordial do Governo e de todos os elementos que constituem a nação; estão em nível idêntico às funções de administrar, a de legislar e a de justiça, de modo que o res-

peitante àquele aspecto deve ser tratado em condições análogas a estes últimos.

De outra parte, as forças permanentes são uma instituição social, um *instrumento do governo*; organizam-se sob princípios determinados e em vista de funções constitucionais precisamente definidas e diferentes de todas as outras.

Ora, a *defesa nacional* tem nelas um dos seus fatores práticos e teóricos preponderantes, o que conduz a reunir sob o mesmo título a legislação referente a uma e às outras, com a conveniente coordenação. Se se deve abrir um *título especial* na constituição ou apenas um capítulo sob a égide de um título mais grandioso e imponente, será isso assunto a decidir, tendo em vista a feitura geral do documento.

Do mesmo modo, haverá, no texto que propomos, modificações a fazer decorrentes da apreciação do conjunto a ser adotado; também haverá complementos a introduzir no texto proposto, em consequência da mesma consideração. Por último, aceitas as idéias aqui expedidas, hão de surgir complementos e modificações a fazer no conteúdo constitucional, no tocante aos outros assuntos dêles constantes.

Seja como fôr, porém, o que consignamos a seguir parece matéria digna de consideração e representa o essencial que decorre dos fatores influinte na questão em apreço — *a experiência do passado, as aspirações do futuro e o conhecimento do presente*.

TÍTULO... (CAPÍTULO...)

DA DEFESA NACIONAL E DAS INSTITUIÇÕES MILITARES

Art. 1.º A declaração de estado de guerra implica na suspensão automática de todos os direitos e garantias constitucionais, vigentes no estado de paz, que acarretam prejuízos de modo direto ou

indireto em relação às necessidades das operações militares ou quaisquer outras atinentes à defesa nacional.

§ 1.º Para satisfazer às necessidades da defesa nacional em caso de guerra, o Governo decreta a mobilização geral ou parcial, nacional ou somente militar da nação.

§ 2.º A mobilização parcial por ser determinada como medida preventiva, em caso de possível perigo ou de ameaça declarada contra a integridade do território ou da honra nacional.

Em tais condições, pode deixar de ser um ato público, por atingir apenas a certos indivíduos ou organizações nacionais. As condições de sua duração máxima serão fixadas em lei.

§ 3.º A mobilização é meticulosamente preparada pelo Governo desde o tempo de paz, de modo a que em caso de emergência todos os elementos necessários à guerra possam ser empregados no menor prazo possível, de acordo com as leis que regem o assunto.

§ 4.º As necessidades da mobilização nacional em caso de guerra são previstas e preparadas pelo Governo por intermédio do Conselho Superior da Defesa Nacional, das instituições militares permanentes, e dos órgãos especiais criados para atender às necessidades nacionais em caso de guerra, de acordo com a lei de organização geral da Nação para a Guerra e as leis e regulamentos que regem as instituições militares.

§ 5.º O Conselho Superior da Defesa Nacional se constitui sob a direção do Presidente da República e se rege conforme a lei especial que o organizar. Dêle fazem parte obrigatoriamente os ministros de Estado e os Chefes militares designados para exercer comandos importantes em caso de guerra, sendo seus vice-presidentes o general e o almirante aos quais caibam os comandos em chefe do Exército e da Marinha em tal emergência.

§ 6.º As decisões do Conselho Superior da Defesa Nacional terão força de lei, ficando *ad referendum* do Congresso, quando envolvam aumento de despesa ou contrariem leis por êle estabelecidas.

Art. 2.º A direção política da guerra cabe ao Governo, porém, as operações militares são de exclusiva competência e responsabilidade da autoridade militar que tiver sido por êle designada para exercer o comando.

§ 1.º Em caso de guerra intestina ou grave perturbação da ordem pública, pode o Governo praticar atos de guerra sem decretar a mobilização, mas de acordo com a legislação especial que reger o assunto.

§ 2.º A desmobilização geral ou parcial será decretada pelo Governo, desde que tenham cessado os motivos que a determinaram; será expressa por meio de atos da mesma natureza que os correspondentes à mobilização e segundo o método que fôr conveniente.

Art. 3.º A declaração de estado de guerra ou a da mobilização geral compete ao Poder Executivo, devidamente autorizado pelo Congresso. A êle também compete fazer a paz, ficando suas condições *ad referendum* do Congresso.

§ 1.º Em caso de invasão ou agressão estrangeira tem o Poder Executivo autoridade para declarar a guerra imediatamente e proceder aos atos impostos pela necessidade da defesa nacional.

§ 2.º A guerra não será declarada, salvo em caso de agressão ou invasão do território nacional, sem que tenham sido empregados ou tentados sem êxito os recursos pacíficos, inclusive o arbitramento.

§ 3.º Em caso algum o Brasil se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação.

Art. 4.º As forças militares permanentes são instituições nacionais, destinadas à assegurar a defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições nacionais.

§ 1.º Em caso de guerra elas se compõem dos recursos que lhes advêm da mobilização e se organizam de conformidade com os planos de mobilização assentados pelo Conselho Superior da Defesa Nacional.

§ 2.º A organização das forças armadas é determinada em Leis Gerais de Organização.

§ 3.º Periódicamente, conforme for estabelecido pelo poder competente, são fixados, em leis especiais, os efetivos de tempos de paz, suas organizações pormenorizadas e sua repartição pelo território da República.

Art. 5.º Nenhuma força armada poderá ser organizada no território da República sem o consentimento do Governo Federal, ao qual compete privativamente a limitação de seu efetivo máximo, a sua organização, a natureza da instrução a lhe ser ministrada, a discriminação de seu armamento e as condições de seu recrutamento.

Para os efeitos dêste artigo, considera-se força armada qualquer agrupamento de indivíduos subordinados a uma hierarquia e dispondo de quaisquer meios de combate, mesmo simulados.

Parágrafo único. Uma lei geral fixará as condições gerais a que obedecerá a organização das polícias estaduais ou municipais e sua utilização em caso de guerra ou de mobilização.

Art. 6.º Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar e outros necessários à defesa da Pátria e das instituições nacionais, na forma das leis federais, podendo lhe ser dado em caso de mobilização o

destino que se harmonizar com suas aptidões, quer nas forças armadas, quer na organização do interior.

§ 1.º Nenhum cidadão brasileiro poderá gozar de seus direitos políticos ou exercer qualquer ato público sem provar que se acha quites com seus deveres para a defesa nacional, na forma das leis em vigor.

§ 2.º O militar de qualquer posto ou categoria em serviço ativo nas forças armadas não pode exercer o direito de votar, nem qualquer profissão estranha ao serviço das armas.

§ 3.º O oficial em serviço ativo nas forças armadas, de qualquer posto ou categoria, que for nomeado e aceitar qualquer cargo público de caráter permanente não privativo da qualidade de militar é considerado inativo e excluído do respectivo quadro, percebendo as vantagens que lhe couberem na forma da lei.

§ 4.º O oficial em serviço ativo nas forças armadas que aceitar cargo público, não privativo da qualidade de militar, de nomeação ou eleição e de caráter temporário, será considerado agregado ao respectivo quadro, sendo mantido no lugar que ocupar sem alteração e sem contar quaisquer vantagens inclusive tempo de serviço. Aquele que em tal situação permanecer por três anos ou mais será considerado inativo percebendo as vantagens que lhe couber em lei.

Art. 7.º Os cargos públicos desempenhados pelos funcionários militares e os postos de hierarquia militar são acessíveis a todos os brasileiros na forma das leis em vigor.

§ 1.º As patentes e os postos são garantidos em toda sua plenitude aos oficiais em atividade, ou dela retirados na forma das leis em vigor.

§ 2.º Os oficiais das forças armadas ativos ou não só perderão suas patentes e postos por condenação por prazo su-

perior a dois anos de prisão, passada em julgado nos tribunais competentes.

§ 3.º Os oficiais das forças armadas terão seus vencimentos fixados em lei especial, de que uma das partes — sôlido — será fixa e inerente à patente, o qual só poderão perder em caso de sentença passada em julgado ou de nomeação ou eleição para outros cargos públicos, não privativos da qualidade de militar.

O sôlido, por morte do oficial de patente, ou do militar de caráter semi-permanente falecido em serviço, reverte conforme fôr estabelecido em lei, em benefício da família.

§ 4.º Os oficiais retirados da atividade em virtude de sentença passada em julgado mas em gozo de suas patentes, poderão ter seus vencimentos inclusive o sôlido reduzidos na proporção que fôr fixada em lei.

§ 5.º O pessoal de caráter semi-permanente das classes armadas, sem patente, de tempo de serviço maior de cinco anos e máximo limitado em lei, oficiais inferiores, sub-oficiais, sargentos ou graduados, terá, terminado o respectivo tempo de serviço, preferência, de acôrdo com sua situação militar e habilitações, para a nomeação para os cargos públicos ou quaisquer outros, em que o Estado tenha competência para influir, nas condições que forem fixadas em lei.

Os que se inutilizarem durante o tempo de serviço militar, por moléstia ou acidente que os impossibilite de obter meios de subsistência serão amparados pelo Estado na forma da lei.

Art. 8.º Os processos militares findos, em matéria crime, poderão ser revistos, a qualquer tempo, em benefício dos condenados, pelo Supremo Tribunal Federal para reformar ou confirmar a sentença.

§ 1.º A lei marcará os casos e a forma de revisão que poderá ser requerida pelo sentenciado, por qualquer outra pessoa

ou *ex-officio* pelo Procurador Geral da República.

§ 2.º Na revisão não podem ser agravadas as penas prescritas pela sentença revista.

Art. 9.º O acesso dos oficiais na hierarquia militar obedece a condições fixadas em lei, de modo que fiquem asseguradas as condições de valor mínimo a realizar em cada pôsto e definidas as condições de preferência para a promoção. De modo algum poderá um oficial ser promovido pela simples consideração de serviços prestados.

§ 1.º Os títulos e postos militares são privativos da qualidade de militar e não podem ser concedidos em caráter honorífico.

§ 2.º O uso dos uniformes e sinais distintivos dos militares é privativo da qualidade de militar e regulado na forma da lei.

Art. 10. Os militares são os responsáveis únicos, conforme as prerrogativas inerentes ao seu pôsto, pelas omissões, abusos e erros que cometerem no exercício de suas funções, ficando isentos dos mesmos os que lhe são subordinados, caso êstes sejam de conformidade com suas ordens ou não tenham sido por êles responsabilizados efetivamente em tempo útil, de acôrdo com a lei.

CAPÍTULO V CONCLUSÃO

Mane, thecel, phares.

1. Não obstante as modificações incessantes que se operam, o mundo moderno — evidentemente em fase de transição que se processa em busca de um estado de equilíbrio ainda incerto e variável, julgado conforme o critério filosófico ou religioso de quem aprecia os acontecimentos humanos e sociais — encontra na guerra, *persistindo, de modo*

veniente, o recurso violento da política. Medite-se sobre o que se passa, no próprio momento atual, em torno da Mandchuria e na América do Sul, no Chaco e em Letícia!

De há tempos a esta parte, sem dúvida, e, notadamente após a formidável crise e as conseqüências da guerra mundial, multiplicaram-se os atos internacionais e mesmo nacionais, tendentes a eliminar as chamadas causas de guerra entre os povos. Há, nesse sentido, um esforço considerável que tem logrado certos resultados práticos, incontestavelmente, em benefício da manutenção da paz.

Mas, ao passo que isso se dá, não cessam as guerras e não cessam suas ameaças mais ou menos amoldadas às contingências novas da vida da humanidade.

É possível, no entanto — possível e desejável — que, em prazo talvez relativamente breve, venham as nações a adotar um *modus vivendi* que elimine a guerra entre os povos, tal, pelo menos, como a concebemos hoje.

Até, porém, que seja banido inteiramente êsse processo de resolver as discórdias entre as nações e que estas possam descurar dos meios de defesa pelas armas, com todos os seus horrores, vai uma nova fase na vida da humanidade. Para extingui-la, será preciso que se levante muito mais o nível médio moral dos homens, de maneira que reine entre êles, e no seio das nações, costumes de fato pacíficos, decorrendo, *destarte, por toda a parte, a confiança*.

Enquanto isso se não dá e enquanto nas conferências internacionais pró-paz ou desarmamentistas rugem ódios, rivalidades ou despeitos e paira a desconfiança em torno da sinceridade das palavras, dos gestos e das atitudes alheias, correm as nações riscos sérios, se se desprezarem de seus meios de defesa.

2. Não são as medidas de organização militar interna, nem as de preparação

nacional contra a eventualidade de uma guerra, a causa das lutas armadas. É a política que orienta e dita as atitudes; são o estado de cultura e de sentimentos dominando nos povos, as verdadeiras causas das *efusões sangrentas*.

Assim acontecendo, não há como considerar inúteis ou prejudiciais as instituições militares. Não é o fato de sua existência o responsável pelo desencadeamento das guerras. Ao contrário, são as guerras que dão origem as instituições militares e as mantêm, sobretudo na forma e no desenvolvimento que revestem.

Ao contrário de inúteis ou nocivas, concorrem as instituições militares para o desenvolvimento e o progresso das nações. Elas congregam os cidadãos em torno de um ideal comum de vida intensa; desenvolve-lhes o sentimento da solidariedade e da disciplina; fazem-nos compreender a evidência, a relatividade do individualismo em face dos interesses de conjunto; e, subordinando de modo decisivo o indivíduo à coletividade, contribuem para a estabilidade da ordem social.

Tais resultados são, portanto, lisonjeiros e não podem causar mal estar ao mundo e são tanto mais perfeitos e benéficos quanto melhor compreendidas e melhor tratadas são as instituições militares de um povo.

3. A ideologia pacifista dos republicanos de 1889 em nada contribui para evitar o estado de guerra latente, que coexiste na América do Sul e alhures.

Ao contrário, parece mesmo que excita, pelo abandono e imperfeição de nossas organizações militares a que essa mentalidade conduzia, certas veleidades perigosas.

Entretanto, dadas as tradições da política internacional do Brasil, desenvolvidas acentuadamente no período republicano, no sentido das soluções pacíficas dos dissídios internacionais e da justiça

entre as nações uma força militar correspondente à grandeza do país e as suas possibilidades normais, muito haveria de aumentar-lhe o prestígio e as influências benéficas que lhe são peculiares tradicionalmente.

4. Se, sob o ponto de vista exterior, é lícito prever-se que tal influência emana do desenvolvimento lógico de nossas possibilidades militares efetivas, no ponto de vista interno não serão menos consideráveis os benefícios que daí podem resultar.

Nação nova, habitando um país de vasto território, de população desigualmente repartida e composta de agrupamentos em estados diversos de civilização; condicionada a utilizar-se do emigrantismo de raças e povos diversos; com os seus problemas econômicos ainda em esboço; dispondo de comunicações relativamente imperfeitas e escassas; cheia de imensas possibilidades; adotando um regime acentuado de federalismo, por força sobretudo da vastidão de seu território e de outros fatores geográficos; nela as instituições militares serão, quando bem organizadas e utilizadas, um elemento precioso de progressão.

As cogitações de ordem militar caracterizam-se pela necessidade imprescindível de coordenação e pela de economi-

de esforços, sob a idéia de um desenvolvimento contínuo e incessante da força realizada.

As cogitações dessa ordem, envolvendo todos os interesses nacionais, isto é, tudo que representa vida em uma nação, possuem considerável poder estimulante sob todos os aspectos; e são de molde a orientar segura e coerentemente as atividades governamentais. Tudo está em que se as leve a fundo e seriamente.

5. Finalmente, procuramos tanto quanto possível neste trabalho discutir a questão sob o ponto de vista particular do caso brasileiro, sem cogitarmos das soluções encaradas e adotadas por outros povos, inda mesmo aquêles que se reorganizaram constitucionalmente nos últimos tempos.

Fizemô-lo propositadamente, para fugir à influência de razões alheias e para não correr o risco de menosprezar as que derivam de nossas próprias circunstâncias.

Entretanto, se se quiser fazer um paralelo entre a forma de nossa solução e dos outros povos, notadamente europeus, cumprirá que se não percam de vista as diferenças de ambiente, aqui e lá; e se tenham em boa conta os costumes que lá dominam, arraigados a séculos de vida intensa.

JOAQUIM MURTINHO

Conferência proferida a 21 de dezembro de 1948 por VIRGILIO
CORREIA FILHO

A circunstância de provir da mesma longínqua cidade sertaneja, a cuja luz radiosa Joaquim Duarte Murtinho abriu os olhos a 7 de dezembro de 1848, é somente ela, poderia explicar a escolha, para lhe esboçar o perfil, de quem nenhuma outra semelhança patenteia com o egrégio cuiabano, cujo centenário o Brasil comemora, agradecido à sua atuação memorável.

Acompanhar-lhe a trajetória pela vida afora, corresponde a relembrar um vulto digno da galeria plutarquiana, cuja ascensão aos mais altos postos resultou da força de vontade a serviço da curiosidade científica.

Quando o pai, Dr. José Antônio Murtinho, procedente de Valença da Bahia, onde nascera a 2 de setembro de 1814, aceitou a nomeação, por decreto de 1 de outubro de 1839, de "Cirurgião-Mor e Diretor dos Hospitais Regimentais da Província de Mato Grosso", com a gradação de tenente, mal suspeitaria que novo rumo tomaria a sua existência, ao conhecer a Capital matogrossense.

Lá residia a jovem Rosa Joaquina, órfã do português Joaquim Duarte Pinheiro, sargento-mor, que deixara viúva a cuiabana Rosa Laura de Campos.

Encontraram-se. Ele, na pujança da mocidade, aceitando de bom grado a cuiabanação que se processava em sua individualidade.

Ela, de exuberante juventude aureolada pela formosura.

Em breve, estava constituído novo lar, em que dominava a bondade de Dona Rosa Joaquina.

O escritor português, Joaquim Ferreira Moutinho, que bem o conheceu, testemunhou em páginas repassadas de simpatia o ambiente familiar, consagrado à prática de virtudes cristãs.

Enquanto o médico atendia à clientela, a esposa completava-lhe a assistência aos pobres, que recebiam de suas mãos os remédios indicados pela receita gratuita, alimentos para a dieta e, não raro, alguma roupa. A residência era-lhe de costume freqüentada pelos que nada possuíam e tinham esperança de incluir-se na lista dos beneficiários de sua caridade.

À luz de tão generosos ensinamentos, começou Joaquim Duarte Murtinho a conhecer a face boa da vida, que não tardaria a toldar-se.

Primeiramente, pela separação inevitável, quando se fez mister continuar ao longe a aprendizagem.

O Seminário Episcopal, fundado pelo Bispo Dom José para futuros religiosos, aceitava também alunos que não se destinassem ao sacerdócio, mas lhe era limitado o programa, que não abrangia todas as disciplinas exigidas pelo curso secundário. Nem haveria escolas particulares de mais alto nível.

Assim, os três primeiros filhos do Dr. José Murtinho, ultimados os estudos em Cuiabá, teriam que partir para distantes centros, onde escolas de maior

âmbito lhes proporcionassem meios de adquirir novos conhecimentos.

Amigo da família, ao empreender longa viagem sertaneja, ofereceu-se de boa mente para os agregar à sua comitiva.

Aceita a proposta, chega a hora da despedida...

É a matrona, ao abençoá-los pela derradeira vez, não pôde conter as lágrimas, imitada pelos filhos. O lenço encarnado com que as enxugava escapou-lhe da mão trêmula, e o mais jovem dos viajantes, Joaquim, apressou-se em guardá-lo como reliquia.

Era um gesto indicativo de fina sensibilidade, que lhe manteria sempre a recordação daquêle momento doloroso.

Tornar-lhe-ia à imaginação o quadro final, que tanto o angustiará.

E sufocaria os soluços que lhe viessem à garganta, como outros conterrâneos de idade comparável, também afastados do seu lar com análogos objetivos.

Seguissem embarcados, águas abaixo, via Assunção, Buenos Aires e Montevideu, com a vista deslumbrada pelos aspectos desconhecidos, que se lhes depa-
ravam a cada passo, ou enveredassem pelo caminho de tropeiros, estirados por chapadões sem fim, a surpresa dos panoramas inesperados mal suavizaria as mágoas de separação.

Não mais o afagariam os carinhos maternos. Nem sentiria a presença paterna a guiá-lo nos momentos de indecisão. Fazia-se homem precocemente, para decidir por si, em qualquer circunstância.

Ao fim de morosa viagem pelos sertões goianos e mineiros, considerou-se capaz de enfrentar as realidades nem sempre risonhas da vida.

Em Petrópolis começou o Colégio Kopke, onde se matriculou, bem como os irmãos, José e Manuel.

Em breve prazo julgou-se habilitado para os exames que a Escola Central exigia dos candidatos a frequentá-la.

Por dezembro de 63, submeteu-se às provas, de inglês, francês e latim.

A de Filosofia, em janeiro de 65, franqueou-lhe a inscrição para ser argüido em gramática portuguesa, aritmética e geografia, a que mais tarde se juntaria história (1868), e por fim retórica, quando ultimava o curso de engenharia civil, com distinção em Economia Política, de que era catedrático Silva Paranhos.

Já não receberia, entretanto, a láurea acadêmica, ao fim dos estudos, com a mesma satisfação que previra ao encetá-los.

A inspiradora do seu destino, cujo amor lhe encantava os devaneios de estudante incansável, desaparecera em Cuibá, emudecida pela varíola, que lhe influtou o lar outrora ditoso.

Não mais lhe poderia oferecer o prêmio de seus esforços durante a separação.

Era mister, porém, perseverar, uma vez que não lhe estava ao alcance remediar os estragos resultantes da epidemia de 1867, de conseqüências trágicas na Capital de Mato Grosso, onde se revelou mais mortífera que a própria guerra contemporânea.

Todavia, dispôs-se a auxiliar o pai viúvo na educação dos filhos mais novos.

Para tanto, fazia-se mister adquirir meios seguros de subsistência.

Bacharel em ciências físicas e matemáticas, em março de 1870, não lhe tardou convite para coadjuvante de ensino, que lhe proporcionaria ensejo de revelar qualidades admiráveis de professor.

A vocação despertara-se-lhe vigorosamente desde os bancos escolares, para benefício dos colegas.

Mas a Escola Central imprimiu-lhe realce maior, de maneira que a reforma de 1875 já o encontrou emparceirado a mais doutos lentes.

Atribui-se-lhe colaboração preponderante na organização da Escola Politéc-

nica, mercê da amizade que o ligava ao diretor, visconde de Rio Branco, seu examinador de Economia Política e sa-gaz apreciador de valores ainda mal aproveitados.

Desligou-se o estabelecimento dos elos regulamentares, que associavam a engenharia civil à militar.

E embebeu-se de aspirações científicas o programa, que abrangia até cadeiras de acentuada significação especializada.

Ainda que não o tivesse elaborado, o certo é que não encontrou Murtinho parceiro de correspondentes aptidões e boa vontade para lecionar várias matérias. sucessiva ou simultaneamente.

A Escola nascente abrangia seis cursos, dois dos quais se destinavam às “Ciências Físicas e Naturais” e “Ciências Físicas e Matemáticas”, enquanto os demais cuidariam de preparar futuros engenheiros geógrafos, civis, de minas, de arte e manufaturas.

No Curso Geral, frequentavam os alunos as aulas de álgebra, geometria, cálculo diferencial e integral, física experimental e meteorológica, mecânica racional e aplicada, química inorgânica e noções de mineralogia, botânica e zoologia além de desenho.

Quem o ultimasse poderia escolher um qualquer dos ramos especializados a que se jugasse mais inclinado.

Em maioria, preferiam os estudantes o curso de engenharia civil, cujas turmas só minguariam em 1877, com o mínimo de 15, correspondente à transição do regulamento velho para o novo.

A seguinte, porém, apresentou 40, e com pequenas oscilações manter-se-ia na dezena próxima, ao passo que a estatística referente ao “Curso de Ciências Físicas e Naturais”, acusaria o máximo de 9, diplomados em 1877, para ir progressivamente decaindo até o mínimo de 1 em 1884.

Era justamente nêsse ramo, de frequência diminuta, que a Joaquim Murtinho caberia pontificar.

Ao frequentá-lo, explicaria o relatório da Diretoria de 1878, “os alunos adquirirem conhecimentos completos de botânica, zoologia, química orgânica, mineralogia, geologia e análise química”.

Era-lhe a biologia industrial, entretanto, considerada como que o fêcho luminoso e “criação de iniciativa brasileira”.

Em tais condições, foi convidado a regê-la o professor Clemente Jobert, que desistiu antes de terminar o biênio para o qual o contrataram.

Urgia dar-lhe substituto idôneo.

E a escolha recaiu em Joaquim Murtinho, catedrático de Zoologia, que também se ocupava de química orgânica.

De outra feita, substituiria a Saldanha da Gama, seu amigo, em botânica.

Destarte, percorria tôdas as matérias do “Curso Especializado”, com agilidade mental comparável à de André Rebouças, em outro ramo.

Eram ambos capazes de preencher qualquer vaga no corpo docente, por impedimento de algum colega.

Conhecedor cabal da matéria, sabia o professor clareá-la com a luz da sua inteligência.

Dêle diria Licínio Cardoso, com a autoridade de lente da Escola Politécnica onde teria captado a ressonância das preleções de Murtinho.

“A sua exposição era ditada como modelo de eloquência sóbria. Ele condensava, com admirável clareza, em fórmulas sintéticas o que andava esperso em longos desenvolvimentos analíticos”.

Além das preleções, que lhe deram nome de da, mas sumiram com o desaparecimento da última geração de seus alunos o zelo no magistério, manifestava-se-lhe por meio dos exercícios práticos, realizados em companhia da turma.

Não seria apenas rápida excursão pelas fazendas e paragens previamente escolhidas.

A leitura dos relatórios que apresentou à Diretoria basta para lhe definir a personalidade de pesquisador exímio, que se interessava pela zoologia, ao colher e analisar espécimes destinados ao Gabinete da Escola, e também economista, ao examinar as condições da lavoura cafeeira e condições de trabalho, em que se apoiava.

Os conceitos que formulou evidenciam a agudeza rara de sua observação e preseteza em tirar deduções dos fatos notados.

A fama de professor, todavia, não costuma perdurar além da vida de seus alunos, ainda que fervorosos.

Esbate-se no tempo, quando não lhe fixa a letra de forma os ensinamentos orais.

Outros fatores contribuiriam para empanar a nomeada de Murtinho em sua cátedra.

Primeiramente, o número reduzido dos matriculados no Curso em que lecionava. Depois, o renome adquirido em outras localidades.

Ainda era aluno da Escola Central, quando iniciou os estudos na Faculdade de Medicina, onde o precedera o irmão José, que se doutorou em 1871.

Por algum tempo, os clientes que procurassem o consultório dos jovens médicos, na praia de Botafogo, 186, poderiam escolher o tratamento, por meio de alopatia receitada pelo mais velho, ou, sala vizinha, a terapêutica indicada por Hahnemman, de que se fez paladino ardoroso o irmão, formado a 15 de dezembro de 1873.

Tão confiante se achava na eficácia do sistema preferido, que não titubeou em contraditar a autoridade máxima dos adversários oficiais.

Pleiteara, com outros colegas do Instituto Homeopático, de iguais convicções,

a criação de duas cadeiras na Faculdade de Medicina, cuja Congregação endossou a argumentação contrária, sustentada por Tôrres Homem, que então sobranceava os domínios da clínica médica.

Em defesa da pretensão, a que prestara irrestrito apoio, Murtinho enviou ao *Jornal do Comércio* convincente série de 34 artigos, "que no seu conjunto representam uma excelente exposição da doutrina e da terapêutica de Hahnemman", consoante afirmou Licínio Cardoso.

Assumiu, por essa época, a direção dos "Anais da Medicina Homeopática", em que se manteve por trabalhoso quinquênio.

Não cessava a propaganda transbordante da homeopatia, pela palavra, como pelo exemplo, ao atender aos enfermos, na própria casa onde residia com vários amigos, em cujo número se incluíam até alguns discípulos e conterrâneos.

Fêz-se mister, em breve prazo, abrir segundo consultório no centro urbano, à rua da Quitanda, 38, onde pudesse mais facilmente ser encontrado por quem não quisesse ir a Botafogo.

Avultou-lhe o prestígio profissional, que lhe foi gradativamente beneficiando as finanças particulares.

As provações dos primeiros tempos pouco a pouco se esqueciam.

Já se lhe avolumavam os haveres, permitindo-lhe o gesto delicado de renunciar aos proventos do magistério no Colégio Aquino, cujo diretor se mostrara, certa vez, apreensivo com onerosos compromissos financeiros decorrentes da mudança de séde.

Perguntado por Murtinho, confidenciou-lhe a causa dos seus receios.

Prontamente replicou-lhe o professor não cogitasse do pagamento, que lhe seria devido, pois abria mão, em benefício do estabelecimento de ensino, onde continuaria a lecionar isento de qualquer interesse pecuniário.

Também a clínica muitas vezes exerceria sem intuitos de lucro, ao visitar doentes desprovidos de recursos.

Medicava-os e, não raro, ainda completava a receita com a dieta, obediente à lembrança materna, que lhe inspirava atos de solidariedade humana.

Quando assim procedesse, porém, a discrição aumentava-lhe a iniciativa, que jamais se destinaria à divulgação.

Se o inspirava o propósito de alistar-se entre os apóstolos da bondade, sabia dissimular habilmente.

Ao revés, timbrava em aparentar frieza de sentimentos, raiando pela rispidez, que afastava escusadas intimidades.

Não seria médico de fisionomia aberta aos consulentes, salvo quando atendesse a velhos amigos.

Não obstante, adquiriu nomeada comparável aos maiores facultativos, do naipe de Torres Homem, com quem discutiu o problema da criação de cadeiras de ensino da homeopatia, na Faculdade de Medicina, de Francisco de Castro, a quem sucedeu no tratamento de grave doença do marechal Malet, ministro da Guerra, de Miguel Couto, que sucessivamente exerceram o primado no exercício da clínica alopática, durante o longo período de sua atuação profissional.

Posto não pretendesse angariar amizades, por meio da medicina, crescia-lhe progressivamente a fama de profissional, cujo êxito Licínio Cardoso explicaria, com a dupla autoridade de professor na Escola Politécnica e defensor da homeopatia.

“O médico em Joaquim Murтинho não era somente o cientista ilustrado; era, sobretudo, a extraordinária perspicácia; de tal acuidade era o seu tino, tal a sua penetração, que êle parecia adivinhar, às vezes, quando a propedêutica com todas as suas formas de exame e de inquéritos na busca de diagnóstico, conseguia gaguejar apenas”.

Com expressões análogas, realçou-lhe Teodoro Gomes a profunda cultura especializada.

“Conhecia bem todas as ciências tributárias da arte médica, afirmou o presidente do Instituto Hahnemanniano, principalmente a fisiologia normal e patológica, que eram a base de seus admiráveis diagnósticos”.

Tal a imagem que perdurou entre os que tiveram ensejo de conhecê-lo.

Era um adivinho dos males alheios, que definia com precisão, ao fim de rápido exame, do qual tirava conclusões certas, como se estivesse com o seu olhar devassando a intimidade do funcionamento do organismo enfermo.

Com a prosperidade econômica, rompeu-lhe a natural aspiração de exercer função política e de aplicar os seus capitais em indústrias de larga envergadura.

Duas concessões obteve do Governo Provisório, em favor do irmão mais moço, Francisco Murтинho, também diplomado em engenharia civil.

Referia-se a primeira à construção da estrada de ferro, de Catalão a Cuiabá, via Goiás, enquanto a outra permitia a fundação de um estabelecimento de crédito, sob a denominação de “Banco Rio e Mato Grosso”.

Duas oportunidades abriram-se desta forma para empreendimentos industriais.

Enquanto, porém, aquela não passaria de simples aspiração irrealizável, a outra geraria o primeiro instituto bancário em Mato Grosso, fecundo em consequências econômicas, não obstante fadado a sosso-brar.

Além das operações de crédito, pretendia, sob a arguta presidência, desenvolver a colonização em dez núcleos agrícolas, de 50 mil hectares cada um, de acordo com o Decreto n.º 528.

Quando encetava apenas as suas transações, o Banco adquiriu o monopólio da

utilização dos ervais matogrossenses, cujo arrendatário, Tomás Laranjeira, lhe solicitava auxílio financeiro para ampliar a sua empresa.

Do entendimento resultou a formação da "Companhia Mate Laranjeira", cujo florescimento contribuiu sobremaneira para lhe avolumar os haveres.

À frente dos trabalhos, o Dr. Antônio Corrêa da Costa, hábil engenheiro convidado para a magna incumbência, começou por montar o posto de comando na velha fazenda "Três Barras", à margem esquerda do Paraguai, onde abriu o posto a que, em homenagem ao seu mestre e amigo, deu o nome de *Pôrto Murtinho*, sede nova da Empresa Mate Laranjeira, que se conservava em Concepción, vila paraguaia.

Planeou e construiu a primeira via férrea em Mato Grosso, através do pantanal, para ligar Pôrto Murtinho a terreno sobranceiro às alagações, em São Roque, ao alcance das carretas acoguladas de mate, que descessem dos ervais planaltinos.

Assim, mercê do descortino providente, Joaquim Murtinho construiu crescente patrimônio de sua família, não obstante as alterações ulteriores, que lhe aumentaram o número dos associados.

É uma das raras empresas industriais, desenvolvidas ao calor do Ensilhamento, que não ruiu, ao encerrar a fase febril das emissões a todo o transe.

E, em Mato Grosso, ainda avulta como por ventura a mais poderosa organização de indústria extrativa, que possui reservas para atravessar, isenta de abalos nocivos, as crises periódicas, de intensidade vária, a que se acha sujeita a própria economia matogrossense, apesar de basear-se em diferentes ramos de atividades.

À sua conta, averbou a fundação de Pôrto Murtinho e o desbravamento da faixa orientada para leste, onde intensificou as concentrações urbanas de Bela Vista, Ponta-Porã, também cidades, além

de formar povoados inúmeros, entre os quais sobressai Campanário, a que não falta o conforto dos centros progressistas.

Ao solicitar a cooperação do amigo de confiança para ativar o desenvolvimento da Companhia, escreveu-lhe com franqueza Joaquim Murtinho:

"Espero que nos auxilie e não entre em explicações porque tudo espero do seu espírito esclarecido e sua honradez incontestada..."

Precisamos não nos absorver só na política e tratar do progresso material da nossa terra".

Já se confessava político, e em verdade começava pelos mais altos postos.

As primeiras tentativas para obter mandato de representante de Mato Grosso na Câmara Legislativa não lhe foram favoráveis.

Da última eleição realizada pelo Império participaria apenas como adversário da candidatura oficial, que o Ministério recomendara ao eleitorado matogrossense.

Combateu-a pelas colunas do *Diário de Notícias*, que a pena de Rui Barbosa iluminava.

Vitorioso embora nas urnas, Carlos de Laet não conseguiu falar em nome da Província distante.

Sobreveio a República, e a subversão dos valores políticos propiciou a escolha de Joaquim Murtinho para a Constituinte Federal.

Patentear-se-ia nesses domínios inesperada modalidade de sua atuação patriótica.

Não freqüentava a tribuna, preferindo trabalhar no silêncio das comissões.

Quando, porém, lhe era concedida a palavra, sabiam os senadores que não iriam ouvir mero discurso destinado às galerias. Quando o tema lhe era do agrado, esplanava-o doutrinariamente, como se estivesse diante dos seus antigos alunos da Escola Politécnica.

Impôs-se destarte à consideração dos seus pares, que lhe acatavam a opinião bem fundamentada.

Entre os que lhe admiravam o saber e caráter, contava-se o próprio vice-presidente da República, Manuel Vitorino Pereira que, substituto de Prudente de Moraes, em grave crise, decidiu solicitar-lhe a colaboração.

E então o douto professor de várias disciplinas, o médico de conceito firmado entre os contemporâneos, o senador de idéias arraigadas, surgiu com as responsabilidades de ministro da Viação.

Logo se evidenciou que trazia mensagem a comunicar aos patrícios.

O relatório dos trabalhos referentes à sua pasta franqueou-lhe ensejo de propagar as idéias que lhe abrasavam o entusiasmo.

Redigiu-lhe a "Introdução" com o propósito de torná-las conhecidas para proveito do Brasil.

Pouco lhe importava remar contra a maré.

Estava acostumado a guiar e não a ser conduzido.

"Non ducor, duco", poderia servir-lhe de divisa.

Por isso, afirmaria, sem titubear, contra os conceitos dominantes:

"A idéia errônea e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo da nossa libertação, cada vez mais completa, dos produtos da indústria estrangeira, foi provocando a aspiração de estabelecer emprêsas industriais de todos os gêneros, para se conseguir aquêlê desideratum pseudo-patriótico:

De outro lado, a grande ilusão financeira, de que mal acabamos de sair, fez-nos acreditar na existência de capitais enormes, de riquezas inexgotáveis e mais que suficientes para realizar aquela aspiração."

Nesta passagem, fulminaria, de um só golpe, a inflação geradora do ensilhamento e o surto industrial baseado no proteccionismo alfandegário.

"Esta solicitação dos pseudos-capitais procurando colocação a todo transe, acrescentaria, convicto, reunida ao esforço pseudo-patriótico para a nossa emancipação industrial absoluta, gerou a estrutura atual da organização viciosa, porque ela daria como resultado a extinção do comércio internacional e o isolamento dos povos e porque nenhum povo dispõe nem das aptidões, nem dos elementos naturais, nem dos recursos econômicos para realizar semelhante aspiração".

Tanto condenava o abuso das emissões desproporcionadas ao real movimento comercial, dando causa às especulações desordenadas, como a formação artificial de indústrias, que não poderiam perdurar em regime normal de concorrência.

"Daí resulta, frisava, que deixamos de importar produtos que só podemos fabricar com grande esforço e por alto preço, para importarmos produtos que poderíamos fabricar com pequeno esforço, por preço baixo e com lucros reais para os capitais nêles empregados."

"Importamos cereais para não importarmos ferragens; importamos gado para não importarmos sêda."

E sintetizava em expressões claras o seu pensamento:

"O nosso patriotismo exulta com esta política industrial curiosa: importamos caro aquilo que podíamos produzir barato, fórmula que representa degradação econômica, pois que ela se traduz no emprêgo dos nossos capitais e do nosso esforço para elevar o preço dos objetos de consumo, tornando a vida cada vez mais dura e mais difícil."

Espeilha-se nesta passagem a orientação econômica de Joaquim Murtinho, logicamente derivada de seus princípios de seleção natural.

Em relação ao comércio, como à indústria, cumpria ao Estado permanecer apenas como testemunha da luta pela sobrevivência dos mais bem dotados e elementos de êxito.

Garantiria a ordem, sem dúvida, entre os concorrentes, sem mostrar preferência a favor de uns ou de outros.

O resultado seria evidentemente favorável aos consumidores, se lhe seguissem o lema, que lhe parecia convir ao Brasil: "produzir barato aquilo que só podemos importar caro e importar barato aquilo que só podemos produzir caro".

Como raciocínio, de cristalina clareza, nada havia que objetar, uma vez aceitas as premissas.

Se, porém, levado às últimas consequências, jamais deixaria o Brasil de ser "país essencialmente agrícola", como certa vez fôra qualificado.

Ainda nesses domínios, urgia modificar a orientação adotada, e entregar exclusivamente aos lavradores a defesa dos seus interesses.

Ao Estado cabia apenas garantir a "Ordem por meio da Liberdade", mantendo a paz a todo o transe e fazendo desaparecer tôdas as peias regulamentares que entorpecem os movimentos da atividade industrial.

Nenhuma intervenção deveria exercer em benefício de classe alguma, pois que: "o protecionismo contribuiria talvez para o desenvolvimento exagerado de grandes fortunas, que, entre nós, poderiam criar uma espécie de aristocracia do dinheiro".

Firmadas as suas diretrizes na questão industrial, passou a examinar o problema agrícola, cujo principal produto já se encontrava "sob a ação de uma crise profunda e de difícil solução".

Referiu-se ao comércio e à imigração, que o levou a conceituar: "não defendendo, nem sustento o nativismo intolerante; precisamos de elementos estran-

geiros para povoar o nosso país, para fecundar as nossas riquezas naturais, melhorando as condições de nossa vida material, mesmo para ceder-nos algumas qualidades morais que não possuímos em quantidade suficiente; mas devemos ter sempre em mente que o nosso poder assimilador é fraco, e que, se nosso esforço pelo progresso material não fôr refletido e moderado, a nossa nacionalidade sofrerá golpes profundos e irreparáveis".

Criticou, em seguida, o regime adotado nos empreendimentos ferroviários, para concluir:

"A agricultura, a indústria e os serviços custeados pela União deviam ser as três árvores produtivas de nossa riqueza.

"Só a agricultura, porém, produz na realidade; os serviços custeados pela União de um lado, e a indústria de outro lado, transformaram-se em parasitas, uma sob a ação do socialismo, a outra pela influência do protecionismo."

E concentrando os fogos contra o perigo mais ameaçador, repetiu:

"A causa de todos êsses males, o inimigo a combater é o ideal socialista, que infiltrando-se em nossa sociedade transforma cada um de nós em um mendigo do Estado. É a confraria de pedintes, que se estende por todo o nosso território. É necessário reagir com coragem e tenacidade proporcionais à grandeza da obra a realizar, implantando em nosso espírito o ideal individualista, ideal de energia, ideal de trabalho, ideal de independência, a que o povo inglês deve tôda a sua enorme grandeza."

E assim pensando, rematava, após considerações de análogos propósitos:

"É necessário, Sr. presidente, republicar a República".

O conceito gravou-se na memória dos contemporâneos, mas os ensinamentos afiguravam-se em demasia doutrinários, embebidos de pensamentos spencerianos.

Houve, todavia, quem lhe prestasse cuidadosa atenção para lhes exaltar a significação.

Campos Sales, governante de São Paulo, exultou e, elevado à Presidência da República, lembrou-se do ministro de idéias firmes, para lhe confiar a pasta da Fazenda.

A prova a que iria submeter-se Murтинho era das mais difíceis.

O Brasil angustiava-se na crise inflacionista, culminada nos excessos do Ensilhamento, com as suas finanças desequilibradas, com o câmbio enfraquecido como jamais ocorrera, com o crédito a exigir a moratória concedida pelo primeiro *funding loan* de que se fêz fiador o próprio presidente eleito.

A gestão financeira exigia pessoa capaz de sobrepujar as dificuldades que não lhe faltariam.

Isento de injunções partidárias na composição do seu ministério, decidiu Campos Sales convidar para seu colaborador o ministro da Viação, em cujo relatório prontamente reconheceu "um excelente programa de govêrno, traçado com grande elevação e muito patriotismo, sobretudo com rara coragem".

Eram as qualidades que devia paten-tear o executor do contrato com os cre-dores estrangeiros.

Não se fêz Murтинho de rogado. Aceitou a incumbência, decidido a dar-lhe cabal desempenho.

E apressou-se em tomar as primeiras providências, obtida a necessária autori-zação que lhe concedeu o Congresso, para modificar o regulamento do impôsto de consumo.

Como iria atuar?

Explicou longamente, ao dar conta dos primeiros resultados colhidos.

"Bsses três agentes financeiros: a re-dução das despesas em todos os ramos da administração pública, para corres-ponder ao empobrecimento atual do

país; o impôsto de consumo, para cor-responder à nossa viciosa organização industrial (com o protecionismo de in-dústrias artificiais); e o impôsto em ouro, para corresponder ao mercado de câmbio, em que uma enorme massa de papel-moeda, desvalorizada, imprimia o cunho de uma sensibilidade doentia, constituem os três aparelhos de adapta-ção de nosso organismo financeiro ao nosso meio econômico."

Formulada a equação, dedicou-se a re-solvê-la com a sua inteligência peregrina e firme decisão de vencer.

Não conhecia embaraços intransponí-veis.

Como as suas providências restritivas contrariavam interêsses particulares e postulados de outras doutrinas econô-micas, viu contra o seu programa avolumar-se a grita de fogosos adversários.

Na imprensa, bruxoleava o talento de Patrocínio, ainda capaz de empreender campanhas demolidoras.

A eloquência de Fausto Cardoso aba-lava a Câmara dos Deputados com as suas terríveis catilinárias.

A Associação Comercial insurgia-se contra as medidas do inflexível ministro da Fazenda.

Certa vez, maior onda de protestos, decorrente da falência do Banco da Re-pública, realçou-lhe sobremaneira o des-temor diante do perigo.

Procurou-o, aflita, a diretoria, e co-municou-lhe as dificuldades em que se via, sem recursos para satisfazer os com-promissos.

Pôs-lhe o ministro à disposição £ 300.000, de fundo de garantias, e mais £ 400.000, mediante a indispensá-vel autorização do Congresso, cuja anu-ência não seria difícil conseguir.

A diretoria repeliu o auxílio oferecido.

Só lhe convinha papel-moeda, em quantia estimada por 50:000.000, apro-ximadamente comparável à que saíra da circulação pelo resgate.

Fora dessa resolução, inevitável seria a bancarrota, acompanhada de graves conseqüências.

Sem reboços, assim o declarou a Campos Sales o diretor, em conferência de 6 de setembro.

Se o banqueiro queria apenas experimentar a têmpera do ministro da Fazenda ou pretendia alijá-lo do posto de comando, com a ameaça do cataclismo financeiro, logo verificaria a inconsistência de suas esperanças.

Ciente do que se passava e dos comentários alarmantes no mercado monetário, julgou Murtinho asado o momento para estadear a rizeja de suas convicções.

Dirigiu-se ao Catete, onde expôs a Campos Sales as minúcias do incidente que estava provocando volumosa onda contra o Governo.

E não querendo concorrer para aumentá-la, uma vez que reconhecia dirigir-se contra sua pessoa à opinião bancária, apressava-se em apresentar o seu pedido de demissão, que daria completa liberdade de ação ao presidente da República.

Replicou-lhe êste que nenhuma ocasião seria menos propícia para alguma alteração no Ministério, onde o sucessor teria que manter a mesma orientação, impugnada pelos interessados, surdos aos imperativos do contrato de 15 de junho, que vedava categoricamente a solicitada providência.

À vista da recusa, destarte justificada, anuiu Joaquim Murtinho em permanecer no cargo, que lhe permitiria operar sem restrição alguma, fiel às doutrinas econômicas de que se mostrava acérrimo defensor.

E como era fatal, sem o calor de novas emissões, sobreveio a bancarrota, cujas conseqüências o ministro cuidou de limitar apenas ao estabelecimento, que ruuiu espetacularmente, sem causar aba-

los comparáveis às ocorrências anteriores, como de 1864, quando faliu a Casa Bancária Souto.

Não o amedrontavam os escarcéus, ainda quando animados pela palavra arrebatadora de Fausto Cardoso.

Sobranceiro aos agravos, prosseguiu em sua missão reabilitadora das finanças brasileiras. E o êxito coroou-lhe a dedicação.

A taxa cambial de $5 \frac{5}{8}$ registrada em abril de 1898, por ocasião de ser negociado o *funding-loan*, foi gradativamente subindo a $6 \frac{7}{8}$ — $7 \frac{7}{8}$ — $7 \frac{31}{32}$ — $8 \frac{5}{32}$ — $8 \frac{5}{32}$ — $8 \frac{1}{16}$.

Não se deixava, porém, arrebatado pelo êxito. “O entusiasmo que tenho pelo resgate de papel-moeda, reciocinava, não me cega, a ponto de não ver os perigos que êle pode trazer, se não fôr executado com grande prudência e extraordinário critério.”

Em tôdas as providências, que adotava, definia-se o doutrinário, a que não faziam mossa as agressões.

Conhecia a bifurcação que se deparava aos administradores, com “o caminho estreito e tortuoso da política de expedientes e a estrada reta e larga da política dos princípios, que acabo de vos apresentar”, afirmava ao presidente.

“A primeira é fácil de percorrer: os benefícios que nela encontramos são de efeitos imediatos, embora transitórios.”

Ao revés, “a estrada da política de princípios é áspera e rude; os resultados longínquos, mas seguros, que ela nos oferece, só podem ser percebidos por aquêles que têm a clarividência e a serenidade de espírito no estudo destas questões.”

Mas aquela “é a política da máscara com que se procura ocultar ao país e seus próprios males; é a política de narcótico que insensibiliza a nação para as

suas próprias dores, tirando-lhe a consciência da necessidade de uma reação enérgica e viril contra os agentes que ameaçam destruí-la”.

Provou, pelo exemplo pessoal, que era possível aos governantes praticar a “política da franqueza e da lealdade, que não esconde as verdades duras e amargas que o país precisa conhecer”.

E proclamou, a propósito, “que o dever mais espinhoso, mais árduo, mas também o mais nobre e patriótico é resistir calmo, firme e inabalável a essa onda em que se misturam a ignorância e a má fé de uns com as paixões partidárias de outros”.

Por bem conhecer o seu dever e saber cumpri-lo à risca, suplantando todos os obstáculos, conseguiu resgatar mais de 90.000.000\$000 de papel-moeda, assim como vultosa porção de vários empréstimos, estabelecer o imposto de consumo, em proporções amplas, a cobrança dos direitos alfandegários parcialmente em ouro.

Em consequência das providências que tomou com firmeza intransigente, a taxa cambial elevou-se a 10 1/2, e foi-lhe possível, apenas findo o contrato do *funding loan*, contrair empréstimo de libras.... 15.000.000 para o resgate das estradas de ferro, “sem nenhuma hipoteca, nem mesmo a das próprias estradas resgatadas”.

Desde 1859, assegurou A. de Roure, não obtinha o Brasil condições tão favoráveis para análogas transações, ao par, com o juro de 4 %, amortização de 1 1/2 % e prazo de 60 anos.

Ao deixar o Ministério da Fazenda, podia ufanar-se de ter bravamente restaurado o crédito nacional.

Mas ainda iria defendê-lo no Senado Federal, para onde foi credenciado pelo eleitorado de Mato Grosso.

Intérprete da “Coligação”, para definir o significado e os propósitos da candidatura de Afonso Pena, viu, com pesar, o situacionismo preferir soluções contrárias às suas diretrizes filosóficas.

Para não combater o projeto da Caixa de Conversão e do Convênio de Taubaté, preferiu retirar-se do Senado pela renúncia.

Era o maior sacrifício que poderia fazer, para não enfraquecer o governo, em cuja ascensão lhe cabia incontestável parcela de responsabilidade.

Chefe da delegação brasileira ao IV Congresso Internacional Americano, como substituto de Joaquim Nabuco, recebeu, em Buenos Aires, homenagens desvanecedoras, como, aliás, lhe tinha acontecido pouco antes, em Portugal, França e Inglaterra. ao viajar pela Europa, onde encontrou admiradores de sua gestão financeira, a começar de Rothschild.

Ao julgamento dos estranhos que lhe exaltavam os gloriosos feitos, juntar-se-ia o da Posteridade, que no dia imediato ao seu falecimento, a 19 de novembro de 1911, começou a expressar-se pela voz oracular de Quintino Bocaiuva.

Sucessor de Murinho na Presidência do Senado Federal, ao dar ciência aos seus pares da notícia lutuosa, acrescentou:

“Dê-se pode dizer que foi um forte e um bom, que atravessa o oceano tempestuoso da vida espalhando benefícios, fazendo o bem e procurando com esforço e tenacidade a felicidade dos outros, procurava com o esforço de sua atividade as vantagens coletivas, dos quais devia promover o bem geral da coletividade da qual ele era, como individuo, uma esperança e um conforto.”

E por ter sido um forte e um bom, orientado pela ciência, mereceu as homenagens consagradoras por ocasião do centenário do seu nascimento.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o acolheu em seu quadro social, não deixaria de prestar o seu concurso à glorificação de quem ensinou o Brasil a ter confiança em seus próprios

valores para a restauração de sua vida econômica e financeira.

É o maior ensinamento legado à Posteridade pelo sagaz financista, que soube transformar uma fase de angustiante depressão em aurora promissora dos fecundos empreendimentos, que imortalizariam a Presidência de Rodrigues Alves.

SEGUNDO CENTENÁRIO DO CARTÓGRAFO PADRE DIOGO SOARES

Comunicação feita no Instituto Histórico, sessão de 21 de dezembro de 1948

O padre Diogo Soares faleceu nas minas de Goiás em 1748, há, portanto, dois séculos. Veio para o Brasil como chefe da missão cartográfica nomeada pelo Alvará de El-Rei Dom João V, de 18 (nalgumã via, 19) de novembro de 1729, de que faziam parte, além dêle o padre Domingos Capassi, dois serventuários, e quantos no Brasil achasse conveniente agregar, pois o Alvará lhe dava poderes bastantes, com ordens vindas para êsse efeito ao vice-rei e a todos os mais governadores e altos funcionários do Brasil. A incumbência científica, oficial, era de *fazer mapas de todo o Estado do Brasil "não só pela marinha, mas pelos sertões, com tôda a distinção para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada Bispoado, Govêrno, Capitania, Comarca e Doação"*.

Ambos os geógrafos chegaram ao Brasil em fins de 1729 ou começo de 1730. O padre Capassi, italiano, faleceu prematuramente a 14 de fevereiro de 1736 no Colégio de São Paulo, sucumbindo a uma grave doença de dois meses. Sobreviveu-lhe 12 anos o padre Diogo Soares, que de todos os jesuítas matemáticos do Brasil foi o que deixou obra mais perdurável.

A série dêstes jesuítas matemáticos iniciou-se logo no século XVI com o padre Gaspar de Samperes, engenheiro militar, espanhol, construtor da primeira fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte (depois remodelada),

e ainda foi um dos heróis do Arraial do Bom Jesus de Pernambuco.

Inácio Staffort (ou Lee), inglês, autor da *Geometria de Euclides*, esteve no Brasil em 1640.

Manuel do Amaral, português, professor da Universidade de Coimbra, trabalhou e faleceu no Pará em 1698.

Aloísio Conrado Pfeil, suíço, missionário do Amapá e do rio Negro, pintor, matemático insigne e cartógrafo, faleceu em 1701. A um trabalho seu chamou "documento decisivo" o barão do Rio Branco para vencer a questão de limites com a Guiana Francesa.

Valentim Estancel, morávio, professor de Matemática na Universidade de Praga e de Olmutz, e da Aula da Esfera do Colégio de S. Antão de Lisboa, viveu no Brasil 42 anos até 1705, em que morreu na Bahia. Deixou várias obras impressas, uma das quais, "*Uranophilus Caelestis*", dedicada a Bernardo Vieira Ravasco; e entre as inéditas, o "*Typhys Lusitano ou Regimento Náutico*", com desenhos e tabelas feitas no Brasil, por 1672, de que publicou modernamente alguns capítulos Joaquim de Carvalho na Revista *Biblos*, da Universidade de Coimbra.

Felipe Bourel, alemão, professor de Matemática da Universidade de Coimbra, missionário e fundador da atual cidade de Apoi (Rio Grande do Norte), onde faleceu em 1709.

Jacob Cocleo (Jacques Cocle), francês. Tendo declinado o convite em 1660

para ficar professor de Matemáticas em Portugal, veio para o Brasil e aqui viveu meio século, até 1710, deixando notável obra cartográfica. Entre outros serviços, prestou um, a que devem estar gratos os baianos, pois sendo missionário do Ceará, foi o intermediário entre o conde de Óbidos e os jesuítas da Amazônia na passagem para a Bahia da cultura do cacau.

Se o Brasil, como a China e o Japão quando lá chegaram os portugueses, fôsse também *nação* preexistente, não teriam faltado aqui mestres para estudos superiores de Matemática. Mas o Brasil não preexistia, *fez-se*. E esta construção era empresa mais urgente de que qualquer outra, por aquela razão elementar de que *primus est esse, deinde philosophare*. Não faltaram, porém, desde o começo, as aulas de *Algarismos* e de *Aritmética*, de que à proporção que se ia formando o Brasil, se subiu até a *Faculdade de Matemática*, já existente no colégio da Bahia nos meados do século XVIII.

A curiosidade da ciência aplicada, que o ensino das Matemáticas produziria no meio colonial brasileiro, de formação incipiente, mas progressiva, ajuiza-se pelas referências daquêl tempo, como esta, da aptidão do capitão José de Góis de Moraes, filho do capitão-mor Pedro Taques de Almeida, que sabia tirar “a raiz quadrada de cabeça e por pena”; a perícia dos Irmãos Pilotos da Companhia, os seus construtores navais, a obra dos seus arquitetos; e ainda outras edificações, cais e guindastes no Rio e na Bahia, canais e pontes na Fazenda de Santa Cruz e noutras paragens dos Estados do Rio e Espírito Santo; e em São Paulo a Ponte do Guaré, feita pelos mesmos jesuítas, que constitui, diz Afonso de E. Taunay, a maior manifestação de engenharia civil, neste gênero, em terras paulistanas, até ao tempo da Independência.

Nem parecem alheias a esta preocupação científica certas manifestações literá-

rias, como a do padre Prudêncio do Amaral que canta a mecânica do Engenho do Açúcar, e a do padre José Rodrigues de Melo, que canta a Ponte do Guandú e as comportas hidráulicas da Fazenda de Santa Cruz. Por sua vez, João Daniel, já em forma menos literária, tenta, no seu famoso livro, a aplicação teórica dos ventos à navegação fluvial do Amazonas.

Entre estas atividades científicas dos jesuítas do Brasil, se situa o nome que hoje se recorda no 2.º centenário de seu falecimento.

Diogo Soares nasceu em Lisboa, em 1684. Ensinou Humanidades e Filosofia na Universidade de Évora e Matemática na Aula da Esfera do Colégio de S. Antão, de Lisboa. Foi humanista e orador de estilo claro, — preparação remota para a sua obra científica. O opúsculo *Diogo Soares, S.I., Matemático, Astrônomo e Geógrafo de Sua Majestade no Estado do Brasil* (1684-1748). *Com carta inédita a El-Rei Dom João V* (Lisboa, 1947) traz a descrição sistemática de cada uma das espécies que deixou, inéditas ou publicadas. Examinando-as, verifica-se logo que toda a obra científica de Diogo Soares pertence ao Brasil e se divide em cinco categorias:

1. Obra de Topografia Militar.
2. Obra de Cartografia.
3. Obra de Astronomia Matemática.
4. Obra de Ciências Nacionais.
5. Obra de Pesquisa Documental.

1 — A *Obra de Topografia* realizou-se quase toda ao chegar, no primeiro semestre de 1730, enquanto esperava que as noites do Rio se clarificassem em maio para as observações astronômicas. Andou, riscou, desenhou a baía de Guanabara e as suas fortalezas. Da atividade de Diogo Soares nesta matéria conhecem-se e conservam-se oito plantas no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, e no Arquivo Militar do Rio de Janeiro.

2 — A *Obra de Cartografia* é representada por 14 mapas (o primeiro datado da Colônia do Sacramento, 1731). Os mapas vão do Rio da Prata até Cabo Frio. Os dois últimos, de Santos a Cabo Frio, fê-los com a colaboração de Domingos Capassi. Os outros trazem todos só o nome de Diogo Soares. Talvez mais algum lhe deva atribuir, embora com cópias posteriores, feitas durante a última viagem (à roda de 1747), às Minas e a Goiás.

3 — A *Obra de Astronomia Matemática*, ou seja de Latitudes e Longitudes. Em colaboração com Domingos Capassi, até fins de 1835, em que este adoeceu, para não mais se levantar. Ainda que na publicação, feita na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 45 (1882) aparecem englobados os dois nomes, quando as datas forem posteriores a 1735 as observações astronômicas já não poderão ser senão de Diogo Soares, no período de sobrevivência (1736-1748). A instalação dos instrumentos de observações astronômicas em 1730 no Rio de Janeiro parece data a reter na história dos Observatórios Astronômicos do Brasil. São as mais antigas observações, de caráter científico feitas por Portugueses no sertão do Brasil, de que se conservam as Tabuadas.

4 — *Obra de Ciências Naturais*. Com as observações astronômicas e levantamento cartográfico, Diogo Soares ia compondo uma "História Natural dos Rios, Montes, Árvores, Ervas, Frutos, Animais e pássaros, que há no Brasil". Consta o fato, ignora-se o paradeiro do livro. Talvez o tivesse conhecido o padre Manuel Beça, da Companhia de Jesus, falecido em Roma e que deixou uma *Corografia do Brasil*; e não é inverossimil que os manuscritos de uma destas duas corografias tivesse chegado ao conhecimento de Aires do Casal.

5 — *Obra de Pesquisa Documental*. Para se documentar, Diogo Soares, seis

meses depois de chegar ao Rio de Janeiro, escrevia a Dom João V, em julho de 1730: "Tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo e Cuiabá, Rio Grande e da Prata e vou procurando outras..."

Dêste seu trabalho de pesquisa salvou-se a preciosa *Coleção D. Diogo Soares*, existente na Biblioteca Pública de Évora. Conheceu-a Varnhagen e publicou uma das "Notícias Práticas" da *Coleção na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, IV (1842). Outras se publicaram mais tarde, no vol. 69 (1908).

* * *

Nas suas linhas sumaríssimas, é esta a obra, de incontestável valor, e utilidade que deixou Diogo Soares, nos seus 18 anos brasileiros de atividades científicas. E enquanto assim trabalhava no Hemisfério Ocidental, outros jesuitas da Assistência de Portugal presidiam no Hemisfério Oriental ao Tribunal das Matemáticas (Academia das Ciências) de Pequim. O presidente da Academia de São Petersburgo, Ivan Korff, camareiro da imperatriz Catarina, escrevia-lhes em 1737, agradecendo a contribuição que davam para o progresso da Astronomia e da Matemática e para o conhecimento das Ciências Naturais. Que é precisamente o mesmo campo científico de Diogo Soares no Brasil. A ciência dos padres do Oriente, abriu a China ao conhecimento da Europa e por sua vez deu a conhecer à Europa o grande império do Céu. A Rússia, intermediária terrestre entre o Oriente e o Ocidente, estava então integrada na civilização européia. Fato que se registra para dizer que ao sobrevir pouco depois a perseguição geral, Catarina, lembrada dos serviços prestados à ciência pelos jesuitas, declarou que não

podia prescindir dêles, para a instrução e educação da mocidade católica do seu Império (Polônia e Rússia Branca); e negou o *exequatur* ao Breve de Supressão de 1773, dando oportunidade à Companhia de continuar a existir. Efeito útil da ciência sem dúvida inesperado para muitos ministros, reis e favoritos de reis. Claro está que a atividade dos jesuitas no Brasil, tinha que revestir outros aspectos para a formação material e

sobretudo espiritual e moral da nova nação que ia nascer do nada, que era o Brasil, quando os portugueses chegaram em 1500. Mas também no setor das ciências exatas, quando o Brasil cresceu, se assinalou com vigor a presença da Companhia de Jesus. Significado e razão de ser, desta breve, humilde e fugidia comemoração bicentenária.

SERAFIM LEITE, S. J.

DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE (*)

FEIJÓ BITTENCOURT

Meus senhores:

Nesta casa em que por um dever de justiça se contam os séculos a passarem sobre a vida dos homens assinalando-se o direito que muitos têm de estarem na lembrança de todos, hoje ela está reunida e de portas abertas para que se diga e se ouça a verdade a respeito de três nomes ligados à vida, ao desenvolvimento e à grandeza do Brasil.

Dois já foram lembrados. Um era escritor e cartógrafo, matemático e botânico, e foi o primeiro em que se falou. O segundo, ouvistes que era um estadista famoso e médico de notabilidade invulgar. Aquêlê viveu há dois séculos e no tempo colonial; êste, foi vulto que apareceu com a República. Mas entre a colônia e a República, houve um Império brasileiro, e entre os que são lembrados com o desdobrar das centenas de anos transcorridos, sobre a passagem de alguns, pelo mundo, há um vulto cuja existência vai do Império a declinar para a República que desponta, tendo êle tido especial significação entre os republicanos brasileiros.

No dia 2 dêsse novembro último, lá se foi um século contado do dia em que na cidade de Fortaleza, no Ceará, nasceu Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho. Era o primeiro a trazer desde o bêrço o nome que tinha, embora se sobrenomeasse filho para designar a si, distintamente de seu pai que também foi Domingos José Nogueira Jaguaribe.

É que o pai não tivera sempre êsse nome e de comêço se chamara Domingos José Nogueira dos Santos.

Mas de fato não houvera um só Domingos José Nogueira dos Santos e sabe-se que existiu um outro, porque aquêlê que chegaria às altas posições da vida pública e veio a merecer a grandeza de um título de visconde, deixou de se chamar Nogueira dos Santos como o outro Nogueira dos Santos de quem hoje não se sabe mais. Passou a se chamar Nogueira Jaguaribe, sobrenome que hoje ouvimos esquecidos ou talvez mesmo sem saber que Domingos José, antes tinha sido Nogueira dos Santos.

Uma ocorrência curiosa fêz, pois, a troca de nome. Na escola de Olinda quando o inspetor de alunos chamava a um Domingos José Nogueira dos Santos, eram dois a acudir, e a fim de evitar a confusão, achou êle de assinalar o que era de Jaguaribe, pelo que sabia da precedência do rapaz. Nogueira Jaguaribe foi assim um sobrenome que surgiu de um expediente de inspetor de alunos. Mas cala fundo na consciência de quem era rapaz.

De fato o sobrenome de Jaguaribe lembraria a Domingos José a sua terra. As recordações dela é que vieram a êle fazendo-o mudar de nome. Era natural que essas recordações insistentes convencessem Domingos José do que êle veio a fazer. Acabou crente de que era melhor que se chamasse Jaguaribe. Resol-

(*) Conferência proferida em 21-11-948.

veu, pois, conjugar dois sobrenomes sonóros, impressionantes: um dêles tão novo — Jaguaribe — mas a acompanhar outro antigo, e já de velha tradição.

Se surgia novo o sobrenome de Jaguaribe, Nogueira de fato era velho sobrenome. Lembrava os Nogueiras. Recordava a gente de têmpera a compor aquêlê troço de bandeirantes a se lançar pelo Brasil a dentro em um mundo de conquistas, abrindo caminho com Domingos Jorge Velho, originário da vila de Parnaíba (São Paulo), e que já chegara ao norte do Brasil. No drama da penosa conquista de terra já vinham, na bandeira de Jorge Velho, os Nogueiras. A consciência do esforço despendido em alcançar e se apoderar do Piauí, primeiramente, e depois do Ceará, multiplicando-se assim as provações, os revezes da natureza inhospita, bravia e cheia de surpresas, o que faz por certo que o homem se transforme temperando a alma que se apaga ao local para êle uma lembrança viva do quanto lhe custara o solo que pisava.

Há uma tal bravura, uma especial consciência de si por parte dos que se apoderaram dêsse chão, que lhes dá certo timbre, convicção própria, e apêgo à terra já dêles, para que se fale então em cearenses. Os Nogueira Jaguaribe eram pois, como descendentes dessa gente, dos que são, pois, cearenses, porém mais cearenses.

Ora certa vez um moço foi ter ao visconde do Rio Branco, que estava já no fim da vida, e também no apogeu da carreira pública, pedindo-lhe um prefácio para um romance que escrevera, com o título de *Os herdeiros de Caramuru*. Pedir um prefácio de romance a um estadista da craveira de Rio Branco, causa estranheza se não se souber das relações que ligam essas duas figuras tão opostas: um moço romancista, homem da fantasia, e um estadista consumado, es-

pírito sutil, distante do sonho, olhos argutos fixos na realidade.

Outra estranheza: o próprio título do romance.

Mas na verdade o romancista tomara da pena para discorrer àcerca de uma personagem, logo a primeira vista a mais sedutora do livro e a quem o escritor se refere por meio das palavras na verdade mais delicadas e expressivas, para dizer:

— “os olhos lindos e pretos, mais brilhantes que o onix tinham as pupilas tão grandes quando indicavam a placidez da sua alma, quanto ficavam pequenos e imperceptíveis quando ela se sentia presa de grandes idéias.”

Não se há de ser mais gentil e tocante ao se descrever a moça, que trazia a placidez na alma, e só a atenção firme de magnetizador era capaz de fixar e perceber aquelas pupilas tão “pequenas e imperceptíveis quando ela se sentia presa de grandes idéias”. É preciso penetrar na alma humana com incalculável força de sugestão, para ela se lhe ir revelando à flor dos olhos, nos seus segredos íntimos, que são as suas “grandes idéias”. Ora, não é só isto. Olhos mais brilhantes que o onix! Sim, Iracema tinha os cabelos mais pretos que a asa da graúna, disse Alencar. Aquêlê modo de personalizar as criaturas dizendo o que elas têm mais que todos, mais que tudo está, pois, em um romancista e no outro. Em Jaguaribe e em José de Alencar. Em ambos a mesma maneira de dizer.

De fato se está na mesma casa, na mesma família. Parentes próximos são Jaguaribe e José de Alencar. Porém, vem a talho um episódio dramático, e sobremaneira impressionante ocorrido na família dos dois escritores.

O nordeste é uma região, às vêzes, cortada pela miséria trazida pelo clima e, às vêzes, pelas agitações políticas que caem sôbre aquelas paragens onde o homem se isola, para ter reencontros de uma dramaticidade e violência de ímpeto

implacável. Basta que a política os separe, para êles surgirem desumanos.

E então não há cena mais emocionante do que esta que ocorreu.

Os adversários do capitão de Ordenanças, e vereador Leonel Pereira de Alencar, chegam tocaiados para estarem nas medianias do canavial de um capitão, membro da Câmara Municipal do lugar. A traição de repente irrompe em chamas ateadas no canavial, todo então numa só labareda para desaparecer no fogaréu, o dono do sítio, e chefe de família. E depois? Depois... depois uma pobre mulher que consegue fugir, viúva, mãe de filhos órfãos de pai. Essa imagem de criatura perdida no seu destino e largada no deserto das estradas em que foge, cercada pelo silêncio que cala em redor d'êlé, mudo, sem lhe dizer nada do horrendo crime que lhe desfez o lar, faz que ela siga sòzinha, no seu desespero.

Mais adiante uma pousada que ela tem de fazer apreensiva, para lhe nascer o último fruto do lar desmoronado — uma criança, uma filha: sim a mãe de Domingos José Nogueira Jaguaribe, o autor do romance que foi ter às mãos de Rio Branco, e aquela que mais tarde seria viscondessa de Jaguaribe, porém então apenas Clodes Santiago de Alencar, irmã de Bárbara de Alencar, mãe de José Martiniano de Alencar, o imortal romancista brasileiro.

Clodes Santiago de Alencar nascia estando a sua mãe na mais triste condição de desamparo em que havia de se encontrar u'a mulher aflita por seus filhos.

São, pois, êsses sentimentos apurados na provação, que sabe enfrentar a mulher brasileira e que talvez lembrados em uma família fizeram escrever, como escreveram, os dois romancistas e primos irmãos.

José de Alencar dirá da submissão e candura que revelou a mulher brasileira, se demorando em falar da candura e sub-

missão de amor de Iracema, que é índia, pelo guerreiro branco; Jaguaribe já procura dizer da bondade e da brandura de sentimentos dessa mulher brasileira pelo sangue, pelos que são da sua casa e da sua convivência, isso então quando descreve Madalena de olhos mais brilhantes que o onix. Com isto surge então um tipo de mulher que será o de sempre no Brasil. E com a descrição dêsse tipo surge a imagem de brasileira, que não tem o ímpeto das mulheres de outras terras, nem sabe do preciosismo das que são civilizadas, mas tem a descrição e doçura de sentimentos, a submissão meiga com que saiu das selvas brasileiras.

No romance de Jaguaribe, a criatura virgem e moça simples, descende de Diogo Alvares Correia, que se unira à Paraguaçu, mas traz ela consigo, como herança materna, os sentimentos da índia brasileira, dócil e afetuosa, mas já a viver em um meio modificado que se forma pela primeira vez, nêle então preponderando o europeu. Tem com isso uma outra vida a mulher do Brasil. Jaguaribe mostra como se revelam os sentimentos dela, no novo grupo familiar. E a família que fundou Caramuru no Brasil, é um lar único entre todos que existiam então no mundo, e no qual se dá o primeiro encontro, a primeira aproximação, para se adaptarem, os elementos entre si estranhos, e que contudo gerariam a civilização brasileira.

De comêço um contraste entre êles. A expressão do livro de Jaguaribe é notável quando ao invés de caracterizar pessoas como nos romances da distração de espírito das criaturas mundanas de hoje interessadas em saber das criaturas da sua convivência, segue o romancista outro caminho. Não é um retrato de Caramuru que êle nos traça. Mas o elemento social, o comerciante que Caramuru representa, é que Jaguaribe nos descreve, revolvendo particularidades da História. Não é êsse o feitiço geral dos

romances. Mas o romance de Jaguaribe é um rastro da verdade que êle seguiu, e pelo qual vão os historiadores de hoje. Uma intuição excepcional há nisto. E há a surpresa causada por aquêlê que ainda muito cedo quer lançar uma compreensão do Brasil: compreensão que seria mais tarde a compreensão dos historiadores mais audaciosos e reformadores da História Universal. Vale, pois, a inteligência que tanto se antecipou ao critério que é de agora.

A escravidão para Jaguaribe seria, pois, a violência, a imposição do europeu a viver de uma economia intensa, universal, dirigida e que entretanto se lança na América que é apanhada nas suas rédes. Não haveria mais sômente a economia doméstica, restrita, do aborígene, a seguir livre ritmo próprio. Mas chegava à América o europeu apegado ao que nem por sombra era mais a economia doméstica, a arte de dirigir a casa como significava o têrmo remotamente, para que êle, europeu, ditasse ao Brasil a Economia Política, a abranger nações, a incentivar povo e a arrastar consigo todos os homens da terra.

A imposição da Economia Política e do seu regime, ao índio, para que êste entrasse na esfera de um sistema universal, tirou o silvícola da sua economia doméstica, fazendo, entretanto, do homem livre o escravo, integrado na Economia Política do europeu, assomante na sua complexidade e extensão.

Quer dizer que o europeu comerciante vindo à América, havia de escravizar o aborígene americano. Não o atraía para a vida européia; mas subjuga-o a si. De fato Bodin, autor que versou a teoria da Soberania pela primeira vez, e que levou a pena ao papel para versar assuntos econômicos diria, pois, ao ter de falar da descoberta do novo mundo: o acontecimento despertaria, de maneira incalculável, a escravidão.

O branco queria o homem selvagem em prol da sua economia. Mas a índia é que pôde escapar à triste condição. Conviva do branco, o acompanhou na condição de mulher, sim, e de espôsa. A posição dela seria especial. Ficava, pois, entre as duas raças. De um lado a sua; do outro a do branco, dominante. Essa criatura levada por destinos tão excepcionais, mas a mercê dos seus sentimentos de mulher, foi o elemento plástico em que a literatura brasileira plasmou as suas primeiras grandes criações nessa série de vultos a começar por Moema, e, certo dia, com o tipo de Madalena de olhos mais brilhantes que o onix, grande placidez de alma submissa, mas entregue às grandes idéias que por certo lhe despertaram grandes sentimentos: esta é, pois, a curiosa herdeira de Caramuru, por ser filha dêle.

O romance que Jaguaribe escreveu, começa com o seguinte episódio. Certa vez Madalena assiste, em seu lar, a um dos meninos da família de Caramuru, espancar bárbaramente a uma escravazinha índia. A pobre rapariga reage, mas no desfôrço desesperado ainda queimou as mãos nas brazas de que se utilizava nos serviços domésticos. Para fugir ao castigo por ter reagido, teve a indiazinha que fugir. É Madalena que ainda a esconde enquanto as mãos da índia estavam em chagas. Cura a rapariga. E depois, deixa que ela busque a selva em que se enfunaria livre. Senhores, esta era a primeira vez que o coração da mulher brasileira bate comovido a proteger os que se evadem da escravidão, implantada no Brasil pelo europeu. É a primeira vez que êsse sentimento desperta no seio pode dizer-se que da primeira família brasileira que se formou. Eis, pois, o grande sentimento de liberdade pôsto em face do embate dos povos, pôsto em face do contraste das civilizações, e a despertar no coração da mulher brasileira, logo no coração que havia de formar, no co-

ração dos brasileiros, o sentimento de liberdade que é a civilização a se formar no Brasil. Venha êle descrito nesse romance, *Os herdeiros de Caramuru*, que não deixará de ser significativo.

Um romance que explica outro romance. *Os herdeiros de Caramuru* é pôsto em confronto com *Iracema* para melhor se compreenderem os dois livros. Mas *Os Herdeiros de Caramuru* se eleva à altura de uma concepção social de que o autor parece ter tido plena consciência. E por que um prefácio do visconde do Rio Branco? Talvez Jaguaribe corresse à casa do político para ter um alento, para saber se compreendiam a interpretação que êle daria à história social brasileira, compreensão que lhe parecia ser um raio de luz reveladora de novo aspecto do pensamento humano a se elevar acima do horizonte da História.

O livro ficou pronto em 1877. Rio Branco morreria em 1880 quando o romance veio à público, então falando em contrariedades, expectativas que falharam, quem sabe se desiludido Jaguaribe do apêlo que fêz para que lhe compreendessem o livro, ficando êle entretanto sem resposta.

Motivos do coração, laços de amizade é que levavam Jaguaribe esperançoso a bater à porta de Rio Branco. O visconde era a figura inconcussa que tinha ficado do Gabinete de 7 de abril de 1781, ministério que é um apogeu, o ápice, um esplendor máximo na vida política do país. Ora êsse ministério é que aproxima o moço romancista do velho estadista, para que o velho político veja no moço literato as recordações que se lhe ficaram em mente acêrca de quem estêve a servir naquele ministério de grande relevo.

Há dois governos, dois Gabinetes máximos na vida política do Brasil: o da *Conciliação*, reunido em 1853; e o de 1871, com Rio Branco à frente.

Situações equivalentes enfrentariam aquêles dois conselhos da Coroa.

Em 1853 é o ministério da Conciliação que sobe ao poder. Mas gabinete de conciliação porque tinha havido a revolução Praeira, em que se desconjuntara o equilíbrio político com a insurreição, em Pernambuco, do partido liberal a que pertencia Chichorro. A conciliação é, pois, uma reabilitação geral da política. É uma retomada do equilíbrio dos partidos, mas reunidos então todos depois de uma dispersão geral dos liberais. É um ministério em que as questões de administração passam ser postas em dia para que o governo se reabilite perante o público depois da política se ter desmandado na revolução. É um ministério de idéias precisas. É um ministério que se apresenta com grave responsabilidade, atento na situação do momento.

Parece-se com êsse ministério de 1853, o de 1871, pela situação grave que atravessa. Não é com a crise revolucionária que êle se encontra; mas com a guerra do Paraguai terminada. Trouxe essa luta uma questão para o tapete da política. Não sei se diga que se lhes deva chamar questão militar. Questões militares chamaram as dos altos nomes de figuras galardoadas, que surgiram em choque com a administração fazendo vacilar a política em tórno delas. Mas a de agora, que precedera essa que ficou sendo conhecida como a questão militar, era outra, e não era bem prenúncio da que sobreviria, mas era a questão militar de sempre, de todos os exércitos que se retiraram do campo de batalha embora vitoriosos.

A luta com o Paraguai fôra cheia de indecisões, demorada, penosa, e os que dela voltaram traziam os nervos esgotados, ora relaxados, ora super-excitados pelos sacrifícios, que lhe davam direito de falarem em nome dos serviços que ao povo prestaram com o risco de vida. Eis uma multidão de homens para se rea-

justar à vida, mas com os méritos que firmaram à custa de sofrimentos suportados na guerra. Eram êles os retirantes de onde viveram nas incertezas e amarguras, que é a vida durante a guerra; e queriam, pois, uma certeza de vida, porque voltavam à paz.

Ora na frente do ministério que se reuniu nessa ocasião estava, pois, José Maria da Silva Paranhos, o primeiro Rio Branco.

É o vulto que atrai o olhar de todos, e de quem todos param diante a fim de lhe admirarem o caráter e a austeridade do homem político que êle foi. O maior historiador político do Império, que todos reconhecem como sendo Joaquim Nabuco, traça aquêlê retrato de Rio Branco, em que diz ter êle tôdas as qualidades de chefe. Era “um presidente do Conselho ideal” e “só êle reuniu as qualidades diferentes opostas”. As de “dominar o capricho, as oscilações e as ambições do Parlamento como conservar sempre inalterável o favor, as boas graças do imperante”. Mas na balança do julgamento político, punha Nabuco em primeiro lugar as qualidades que em Rio Branco seriam para o historiador as de agradar o monarca, aquelas que tornam o político em um áulico; qualidades de contrapêso êle também as tinha e seriam as adquiridas, as especiais, as de dominar o parlamento, as de subjugar a política.

Êsse retrato cheio de restrições em que se marcam, na fisionomia do retratado, traços muito particulares, é a de uma personagem que não traria assim consigo qualidades de imaginação, quer dizer, alma, espírito, verdadeiramente gênio político criador.

Rio Branco seria assim para Joaquim Nabuco uma figura que, em parte, tangenciou a política. E para se reunirem a êle no ministério não havia políticos, mas, sim, figuras expressivas, porém não políticos se da política Rio Branco se afastava um pouco, dela não provindo.

Então a se referir aos ministros de Rio Branco, Nabuco lhes chama discípulos, quer dizer, figuras que se aproximavam do chefe do governo sem representarem uma força, mas para receberem dêle todo impulso que Paranhos comunicava à situação artificial que se atravessava.

Não se pode entretanto dizer que Rio Branco não tivesse expressão se não procurava passar sempre a frente da política lançando uma palavra, uma expressão que intrigasse, que agravasse, que procurasse alterar o sentido que fôsse o do momento político. Era êle um cerimonioso; mas isso não impediu que tivesse surgido em situações dramáticas para trazer a emocionada opinião pública em tôrno dêle: ora esta havia de ouvi-lo.

E, por sua vez, não se há de dizer que os ministros de 71 fôssem discípulos. De alguns Rio Branco foi criteriosamente ao encaço e quero referir-me ao ministro da guerra, cuja pasta êle não preencheu logo como que procurando quem a ocupasse até que encontrou o nome conveniente.

Tratava-se de pessoa capaz de resolver as questões militares dos exércitos que voltam do campo de batalha e soubesse atender a todos em geral, mas principalmente a cada um em particular. Êsse alguém devia ter vindo do campo de batalha, conhecendo ali os que nêle estiveram. Servia e muito para ocupar o posto, quem fôra auditor de guerra, conhecedor de todos, e dos casos mais graves ocorridos no campo de luta, informando-se por certo com os chefes que ali conduziram as forças armadas, e se dirigindo, com conhecimento dos homens, aos que dessem motivo ao julgamento dos seus atos.

Nêsse pôsto serviria, e bem, Domingos José Nogueira Jaguaribe, pai do romancista que ainda algum dia quis, de Rio Branco, um prefácio para um romance seu.

Para figura de ministro necessário, habilmente escolhido, surge o antigo magistrado, político que por fim ingressaria levado pelas mãos do imperador ao Senado, provocando então um atrito em que o seu sobrinho, cujo nome de literato todos aclamam hoje mas cujo valor de teorista e escritor político muitos esquecem, não se lembrando das páginas em que êle escreveu. Domingos Jaguaribe sobrelevava-se a José de Alencar na significação de ser uma personagem, que representava fielmente a política de Pedro II.

Não era, pois, um ministério de discípulos, de aprendizes na arte política, êsse chefiado pelo visconde de Rio Branco. O ministro da guerra representava, pois, a solução no desentendimento que houve por fim entre o imperador e José de Alencar, receoso o monarca da ambição de acesso político manifestada por êste a quem o talento poliforme o ia tornando num Proteu, a quem receiar na sua transformação constante.

O tio de José de Alencar era mais velho que o autor de Iracema, era melhor relacionado com o meio simples e tradicional do Ceará, conhecendo ali cada um de per si, para que fôsse o cearense hospedeiro, a casa acolhedora de todo cearense vindo à Corte, e, por isso, preferi-lo o imperador para o Senado foi a solução mais prudente, mais relacionada com as forças reais da política, com a sociedade provinciana, elemento com que contar ao invés de se empenhar na solução impressionante acompanhando uma figura surpreendente que atravessasse as altas esferas da política brasileira.

Penso que se pode dizer que Jaguaribe era o Paço, e era mais o Paço do que Rio Branco. E há indícios disso.

Nas passagens dêsse ministro pelo governo, ocorre um fato que ficou como que esquecido e que, entretanto, esclarece,

creio eu, o caráter, o procedimento político da Corôa do Brasil.

Tinha Domingos José Nogueira Jaguaribe filho, terminado com brilhantismo o curso de medicina, se doutorava com distinção pela tese apresentada. Chegou a ser nomeado interno do Hospital de Polícia, prestando logo depois provas que o classificaram em primeiro lugar no concurso para interno do Hospital Militar. Vem o processo às mãos do ministro da Guerra, e, no caso, seria o pai que nomearia o filho. É verdade que o direito do primeiro classificado era um direito incontestável; porém Jaguaribe pai não nomeou Jaguaribe filho, para a admiração dos que hoje sabem da ocorrência.

Longe, perdida no passado, como que se nos escapa essa negação de nomear a quem mais provou saber para ocupar um cargo, a que se chegava pelo concurso. Não nomear era, neste caso, provar que de si o governo afastava toda suspeita de nepotismo, de proteção. Era essa abstenção em parte uma censura a Rio Branco pai que trouxera José Maria da Silva Paranhos filho, para a política, para a Câmara dos Deputados, em que êle, moço, apresenta para destaque seu, o projeto de lei que libertou os nascituros, aliás uma das mais famosas iniciativas do governo, submetida à aprovação do Parlamento. A crítica então feita a Paranhos, o ataque dos adversários a êle, seria a acusação a caminhar à bôca pequena e a dizer a respeito do pai a favorecer o filho, o que se torna num rumor de crítica que desagrade o monarca, de quem entretanto diziam ter em Rio Branco o ministro ideal. Toda aquela recriminação que foi ficando na história política do Império queimaria a alma de Dom Pedro II para que procurasse desfazer a má impressão causada pelo seu ministro predileto a abrir carreira política ao filho, para que talvez seja o motivo do imperador, por sua vez,

impedir uma nomeação de cônsul do Rio Branco filho.

O monarca como que castigava o moço, publicamente, pelo que publicamente se passou a favor dêle beneficiado com o acesso que lhe dera o pai na política. Rio Branco filho, que vivia de fato na companhia da alegre rapaziada do seu tempo, ficou sendo o único com o labéu de estroina. Labéu êsse que lhe atirou em cima a política, pela posição a que êle chegara nela, sendo filho de quem era.

Agora a pergunta em que insistir: Não era a recusa de Jaguaribe em nomear o filho num caso em que negar a nomeação era um absurdo, a insinuação, a advertência do político e senador tão da política do Paço, feita ao presidente de Conselho, por aquêlo que a podia mandar fazer?

Neste caso, o ministro da Guerra, que primeiro teve Rio Branco, no ministério de 1871, não era um “discípulo” que lhe recebesse as lições: foi precisamente o contrário...

E a figura de Rio Branco pai, que Joaquim Nabuco aponta como o ministro *ideal* do imperador, não era assim tão do imperador. O retrato que se deve apontar como sendo o melhor retrato que lhe traçaram é o de Machado de Assis quando dizendo das suas recordações do Senado, descrevia as que lhe ficaram do discurso de defesa em que Paranhos justificou o convênio de 20 de fevereiro. Cercado que estava Montevidéu, apressou-se Rio Branco em assinar a paz em vez de primeiramente tomar a cidade de assalto. Os que estavam no Rio de Janeiro clamaram contra as condições em que negociaram essa paz antes de dominado o inimigo fatalmente perdido. A brecha que a política abriu na situação dominante no momento, deixou passar todo tumulto levantado contra o homem que acêitara uma das situações mais con-

venientes, e nas vésperas da luta com o Paraguai, para se acertarem as questões pendentes na ocasião em que uma outra guerra mais séria ia se desencadear.

Mas tratava-se de uma solução urgente, e a única que Paranhos podia e soube dar.

Entretanto teve êle de pisar as ruas que o levavam “sòzinho e condenado” até chegar ao Senado no dia em que se defendia num famoso discurso de oito horas.

A política, depois de afastada a gravidade da interpelação política que levava admitir Rio Branco, do pôsto em que fôra enviado ao sul para resolver as questões do Prata, ainda apanhou na rua as seguintes questões: — a bandeira nacional ofendida e que não fôra desagradada no pacto de 20 de fevereiro; os brasileiros supliciados e que não mereceram se punissem os seus algozes — enfim casos que impressionam a imaginação pública e eram catados para que Rio Branco se justificasse, e prestasse contas à opinião pública.

Rio Branco ficou desde então uma figura que do seio de um triste episódio de confusão política, se erguia sobranceiro e disto fêz a sua fôrça política, a sua fôrça moral de vítima das paixões desencadeadas, e que êle enfrentou com um estoicismo que não se viu igual em nenhum dos políticos do seu tempo.

A sua atenção estava, pois, voltada para o povo. Quando Rio Branco subiu ao poder em 1871, e encontrou diante de si a questão militar, pensou também no escravo ponderando que era preciso dar (e isto certa vez escreveu o seu filho, a melhor testemunha da sua vida) uma condição social à raça negra de tantos préstimos na luta para vencer o Paraguai. Quer dizer: até a questão servil se correlacionou no seu governo com a questão militar, que o presidente de Conselho em 1871, confiou a Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Mas, significativa ficou sendo a atitude de Jaguaribe pai no ministério, pela sua suficiência, pela sua dedicação, pela sua correção e pela sua discrição. O fato é que Jaguaribe deixou o ministério com o filho sem nomeação, para que só mais tarde, aquêlê que se formara em 1874, fôsse viajar a Europa, o que representaria o maior acontecimento para um rapaz daquela época.

Na Europa, Jaguaribe filho se deparou com surpresas. Médico que era, teve logo a atenção voltada para Charcot, e Charcot era a fisiologia do sistema nervoso, ainda mal desvendada como um maquinismo montado e cujos desarranjos não se sabia como concertar. Daí a idéia de repudiar as degenerescências irremediáveis. As conseqüências dessas degenerescências na vida social, estava até nos romances de Zola, com as suas descrições de multidões desordenadas, perturbadoras e perturbadas, frutos de um sistema nervoso decaído, desfeito pela miséria, e era êsse escritor a acudir aos ensinamentos de Claude Bernard, criador da fisiologia moderna, quem dos novos ensinamentos médicos tira os grandes panoramas de uma humanidade trágica, principalmente constituída de operários.

Charcot como que desanimara de afastar os males que desmantelavam a alma dos pobres doentes do sistema nervoso e era êle a lhes amortecer o desespero de espírito, entorpecendo-os, abatendo-os a custa de brumoreto, o seu medicame de sempre, quando não empregava o recurso brutal do hipnotismo em que reduzia a alma da criatura humana à ditadura da vontade do médico: sim, e dizem que êle era uma figura napoleônica para então se tornar impressionante.

Leon Daudet que conheceu Charcot de perto, certa vez vai surpreendê-lo, só, no escritório, o olhar fixo e desesperado "de tantos horrores que vira" nas enfermidades que pensou em curar; e de outra

feita ouviu-o dizendo entre dentes que a verdade está no ditado espanhol a asser-toar que os homens andam a mercê do destino a lhes trazer as piores enfermidades, como as moscas a servirem de brinquedo nas mãos das crianças.

O magnetismo, que Charcot soubera com que empirismo e com que cabotismo praticara Mesmer, era para o médico francês a intervenção de uma força oculta, desconhecida ainda, mas poderosa contra o homem. Encontra Charcot essa força com que interferir no funcionamento da psicologia do homem, no que êle tem de mais delicado: os nervos e o cérebro. Época triste era essa. A moléstia assume então proporções nunca vistas. O médico, diz Leon Daudet, substituiu o padre, o guia espiritual, para acudir, nas quedas da alma humana, o psiquiatra. E a neurastenia é a preocupação de todos, como preocupação igual já fôra o escrúpulo moral. Ninguém cuida mais de u'a moral a seguir, mas de um estado psíquico doentio, a afastar. Tudo passa a ser higiene, higiene da alma, saúde a resguardar: e ninguém mais fala em moral.

A par disso, uma descrença em curar um espírito doente, degenerado, ao mesmo tempo que há uma visível despreocupação com a moral. A imoralidade é tara. O crime é tara. O grande criminoso um tarado, "um criminoso nato", que Lombroso quer a sociedade o repila, levando-o à morte. A pena, não é mais um ato público, um castigo, uma ameaça da sociedade; mas a liquidação de um caso particular, sem efeito público, o que como tal deve ser encarado.

Todos os nomes da época, de Charcot a Lombroso, são a mesma concepção.

A fisiologia a que Claude Bernard reduziu os estudos na época, é o campo estreito em que se encerrou uma geração apoucada em saber sômente do funcionamento mecânico do corpo humano, para que se dissesse: há homens ainda de boa

conformação e outros que vão nascendo ou vão ficando de conformação degradada. Triste quadro da ciência é esse. Mas, por fim, virão os que seriam os *melhores*, se tornando reacionários e Paul Bourget, por exemplo, que observa, no romance *O discípulo*, a crise de consciência dessa espécie de sábios, mostrava nêsse caso a necessidade de restabelecer pouco a pouco as forças espirituais na alma humana. É Bourget que estudando a alma, surge com a concepção, dos "casos de consciência" em que aponta, para interessar a todos, as forças espirituais postas em jogo concorrendo com expressão própria para o bom funcionamento do sistema nervoso.

Jaguaribe Filho seria um dêsse que devemos considerar *dos melhores*. De fato êle trouxe da França a prática do hipnotismo, mas o applicou em suggestionar os alcólatras curando-os do vício. Procurou fazer o bem empregando a força magnética que a Europa inteira aceitava como elemento de cura dos doentes mentais. De fato ainda veremos, para honra e glória do médico brasileiro, que êle foi em tudo como aquêles que se tornaram, como já dissemos, nos melhores.

A sua viagem à Europa fôra uma viagem em busca de cultura. Jaguaribe se apodera do que a França, então o grande centro de estudo, apresenta de mais palpitante. Volta ao Brasil um magnetizador exímio. Mas na sua pátria estavam as grandes questões sociais, a escravidão a respeito de que êle se carteia com Joaquim Nabuco para uma ação de conjunto, pensando em escrever, com o grande orador e escritor do abolicionismo, um livro em colaboração.

Vem o dia em que a luta pela libertação dos escravos se feriu. A atitude de Jaguaribe nessa luta estava muito além do que ia ocorrendo ao léu dos acontecimentos, e era êle homem de idéias precisas, bem definidas, muito apuradas, para

não concordar com o desfecho tumultuoso da questão.

Sempre foi Jaguaribe um escritor que deu forma nítida às suas idéias, por êle emitidas com sinceridade. Interessava a êle que delas tivesse conhecimento o monarca por versar Jaguaribe assuntos de ordem geral, os quais fundamentava nos seus conhecimentos raros de estudioso das ciências médicas. Na biblioteca do imperador (a qual ficou no Brasil), estão as obras de Jaguaribe com a dedicatória em que confessa o seu apreço e respeito pelos imperadores. Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina. Mas no trabalho que escreveu sob o título de Organização do trabalho, aliás em tudo, e por tudo, novo, a dedicatória diverge de tôdas que fez. Com certa insistência, talvez com certo brado de impaciência, insiste êle em que Pedro II tivesse a *pa-ciência* de ler aquêles escritos.

É o escrito em que se vão encontrar as proposições de mais originalidade.

Primeiro: recomenda se substituisse a escravidão pela servidão. A servidão é de depois de ter vigorado o direito romano, e assenta em um contrato perpétuo, mas em um contrato em que originariamente estiveram frente a frente o senhor e o servo, o contratante e o contratado. A ressalva à dignidade humana que se pensou fazer nêsse instituto medieval por excelência, é evidente, se essa servidão, é como a *encomienda* em que o rei de Espanha pensou resguardar a pessoa do índio, do homem peninsular que penetrava na América para colonizar ameaçando a liberdade do indígena.

Idéias antigas retomava Jaguaribe, mas idéias que êle soube inovar como ninguém quando conjuga, com surpresa dos homens de hoje, a servidão que êle reabilitava e que era significativa, ao salário mínimo. Sim, o *salário mínimo*! Já aludia êle a um "*mínimo dos salários*".

Ninguém jogou com as idéias, antecipadamente, como Jaguaribe no livro

Organização do trabalho. A expressão "organização do trabalho" era por sua vez, muito nova, e saía da moderna Economia Política. Mas a maneira com que Jaguaribe applicava essas idéias ao Brasil, fêz que êle despertasse a atenção de Lombroso, um dos grandes nomes do materialismo científico que dominou a Europa. E o que escreveu, o italiano é significante a respeito da obra de Jaguaribe; disse aquêlê:

- que Jaguaribe lançará tanta luz sobre as condições do seu país;
- que êle toca em tão importantes problemas morais;
- e que, antes com ecletismo, nas doutrinas, o que é raro achar-se nos cientistas do antigo como do novo mundo, dá êle brilhante solução para os problemas que enfrentou.

Uma linguagem inteiramente modificada é a do criminalista célebre, nome representativo do espírito científico da época, ao se referir a Lombroso.

A palavra *moral* como que volta de novo a pena de Lombroso para êle se referir a importantes problemas, quer dizer problemas que avultam a seus olhos, pela primeira vez, com a realidade brasileira. Uma compreensão das coisas como não vinha sendo a da ciência da Europa. Eis, pois, o que significam as palavras a dizerem de um ecletismo que Lombroso diz ser raro de achar-se nos cientistas do antigo e do novo mundo. Mas um ecletismo que o escritor extremado em suas concepções de uma ciência materialista, já parece aceitar.

E a novidade de tanta luz lançada sobre as questões de doutrina, como novas questões sociais de um país novo.

Tudo que estava Jaguaribe afirmando, modificava a linguagem de alguém da velha guarda, a respeito de uma concepção que ainda impressionava com o seu apogeu recente e, aspecto materialista.

Mas também Lombroso desta vez escreve em termos em que não escrevera até então. Esta reviravolta no pensamento de Lombroso é que dá a justa medida do pensamento de Jaguaribe.

Mas a escravidão se aboliu, e não houve a modificação que Jaguaribe quis ela fôsse tendo, começando então pela instituição do instituto da servidão, já pensando êle em pôr em prática o salário mínimo a que algum dia ainda teve de entrar na legislação dos povos.

Feita a abolição como foi feita, esperou Jaguaribe pela República; consequência imediata da desorganização social em que ficou o Império. No recinto dêste Instituto Histórico, ao se fazer o elogio por ocasião da morte de Jaguaribe, alguém aventou que êle não irrompeu em campanha a favor da República para não estomagar seu pai tão da Monarquia. Não deve ser esta a razão do seu comedimento. Não cuidou êle de pregar a república porque viu que, pela República, só se havia de esperar. Era republicano, e o fez saber à princesa Isabel, quando, por ocasião de darem o título de visconde a seu pai, insistindo ela em que lhe dessem o título de barão de Jaguaribe, recusou a distinção por não ser monarquista. Estava assim afastado do regime, em que pese a contrariedade do seu pai monarquista de coração. Pedro II, êste sim, já sabia das suas convicções republicanas, e certa vez o provocou com a surpresa de perguntar pelos republicanos em São Paulo:

— Cada vez são mais, majestade! retorquiu Jaguaribe.

E o monarca que não perdia terreno, respondeu na altura dizendo:

— Mostram ser inteligentes, Dr. Jaguaribe. Eu mesmo seria republicano se não fôra monarca do Brasil.

Para os republicanos a República seria uma experiência. E ela o foi para Jaguaribe.

Deputado que se elegeu nas últimas horas do império, representava bem um homem da ocasião. Mas deputado que continuou a ser na República, teve de definir a sua atitude em face dela.

Rompe com a Câmara de que fazia parte, exonerando-se do mandato que exercia, incompatibilizado com uma casa de legisladores que deixava de lado, sem pronunciar devidamente, os projetos de lei por êle apresentados. O seu protesto de rebeldia foi então dizer: fechassem-se as Câmaras! e se governasse o país nos municípios e com os municípios. Esta era uma frase de que diziam facilmente neste Instituto: uma utopia!

Fôsse uma utopia era, entretanto, uma réplica. E o município, na história do pensamento brasileiro, descrito nas páginas do historiador Pereira da Silva, de quem diz Nabuco ter sido a primeira lição de história constitucional brasileira, era êsse município que Jagoatibe queria se pusesse revolucionário acima do Congresso republicano. Era o município que pensaram em ter encontrado descrito, nas páginas de Alexandre Herculano, o grande mestre em História.

Mas há um município revolucionário que Augustin Thierry procurou descrever; e há um município de significação social lúdica, que Herculano não deixou de apontar de maneira especial.

Este grande historiador falou das diversas maneiras de surgir o município em Portugal, enunciando nada menos de quatro.

Nessas quatro, uma das maneiras significa a força social interna espontânea da localidade que se impõe, e é respeitada como revolucionária. Mas também Herculano se refere a municípios cuja formação social foi estimulada exclusivamente pelo rei. Quer dizer; tanto do estímulo do rei quanto do espírito social do povo, provém essa formação política local que é o município.

A diferença entre a doutrina de Thierry e a de Herculano não fôra feita no Brasil. Jagoaribe lançou mão da primeira. O município que êle invocava seria a força a se sobrepor às demais na República. Municípios em vez de Congresso. Mas teve êle o mérito de compreender que o município em todo caso é uma questão administrativa, e a ela se entregou êle de corpo e alma.

A administração foi a sua preocupação, o seu critério daí por diante, e começa êle então a ir ao encontro das questões administrativas, forradas do seu aspecto científico, e aparece Jagoaribe ao lado de Pereira Barreto na imprensa de São Paulo, a se bater pela melhoria e apuração dos rebanhos, e reflorestamento do Estado. Duas figuras em parte iguais são êsses dois homens. Pereira Barreto a compreender a medicina que se voltou para a higiene, para a profilaxia, para o combate da febre amarela, com o expurgo do mosquito; o que pouco depois faria a glória de Osvaldo Cruz. Mas além disso, também clínico.

Êsses dois homens, com a iniciativa do pensamento em todos os ramos da ciência aplicada, e a virem a procura do bem social, são os sábios românticos como acertaram em lhes chamar. Em São Paulo, Jaguaribe e Pereira Barreto: Jaguaribe que é, Sr. presidente do Instituto Histórico, o precursor da grande obra de se fazer de Campos Jordão, o sanatório incomparável para os doentes dos pulmões, também foi êle o homem não propriamente das teses científicas a reformar axiomas, proposições da ciência; mas o paladino da ampliação da ciência que alcança os problemas sociais: o que fez Lombroso chamar a Jaguaribe de lúcido isto é, homem que lança tanta luz sobre o seu país.

Sim; um homem de espírito culto que se põe a serviços da sociedade, como Pereira Barreto. Isto em São Paulo. Em

suma é vulto de se medir pela mesma craveira, João Pinheiro.

Todos republicanos. Mas o estigma de republicanos não deve ser um estigma com que apontar então as muitas falanges dos que foram republicanos e passaram à História. Republicanos há de facção partidária. Republicanos os há agitadores. Os temperamentos de republicanos são na verdade tão diversos. Mas uma qualidade houve de republicanos que souberam estar fora do Congresso, longe da ostentação do debate parlamentar, mas atentos nas questões brasileiras e nos seus aspectos científicos e técnicos, como aconteceu com Jaguaribe, Pereira Barreto e João Pinheiro.

O tino de cientista que encontra pistas novas, sempre o teve Jaguaribe. A sua tese de doutoramento *Aclimação das raças sob o ponto de vista de colonização, em relação ao Brasil*, já é um trabalho de valor e significativo. Mais tarde completar-se-ia êsse livro, por outro intitulado *A Colonização do Brasil*.

Cogita, pois, Jaguaribe de investigar a influência do clima e da atmosfera do Brasil, no organismo humano.

Uma vida tão movimentada de médico, hipnotizador, a quem vinham ter os casos mais emocionantes da medicina; de fazendeiro, de político, de historiador a quem interessa demoradamente a história dos Incas; de agitador de idéias: se extinguiu aos 76 anos em uma casa residencial, em cuja chácara se construiu uma capela.

Em Paris, alguém hoje presente a esta sessão do Instituto, e que estava em certa ocasião naquela cidade, ao saber do lutooso acontecimento que foi a morte de Domingos José Nogueira Jaguaribe filho, ocorrida em 1926, promoveu as manifestações que mais deveriam condizer com a sua alma de católico, e fez rezar a mis-

sa celebrada para o descanso eterno da alma de um cristão sincero. Esse era o respeitoso preito que lhe prestavam com grande elevação de espírito e respeito às suas crenças) Também falar-se-ia do cientista. Comemorar-se-iam os seus feitos. Lembrariam que êle fôra em 1901 o fundador do Instituto Psicofisiológico cuja denominação recordava bem a influência haurida entre os que fizeram época com a adesão a uma Fisiologia que pensou mais em encontrar a máquina do sistema nervoso do que saber ao que fica reduzida a alma humana, a responsabilidade moral, o dever de uma elevada aspiração, que deve sempre estar no espírito do homem.

Na Sociedade de Psicologia de Paris que se reuniu em sessão sob a presidência de Edgard Berillon, a quem coube dizer que Jaguaribe era no mundo uma das mais excepcionais figuras de médico a ilustrar o capítulo do hipnotismo. Quem, como o seu parente que acompanhava em Paris tôdas essas comemorações, pediu então a palavra para divulgar quanto sabia do seu tio; e prendeu a atenção do auditório narrando um caso clínico dos mais impressionantes.

Tinha Jaguaribe um cliente vítima do mal sagrado que só poupava o enfêrmo quando, chamado o seu médico, êste lhe ordenasse ficar calmo. A sugestão era tal que até pelo telefônio, o doente atendia ao médico hipnotizador. Mas certa vez Jaguaribe recebe um chamado urgente. Dizem-lhe que o cliente estrangulava uma hérnia e estava necessitando de urgente operação. Vai o médico ao encalço do enfêrmo já internado na casa de saúde, e então pratica uma das suas experiências mais pasmosas na arte de hipnotizar em que era exímio. Ordena que o paciente durma profundamente, e êste, na mais completa das hipnoses, é operado para depois despertar sem saber do ocorrido, e surpreso.

Não é só isto que hoje se há de dizer acêrca do cientista e médico afamado. Eu já afirmara que êle, a arrostar com o materialismo científico da época, entre os homens fôra dos melhores. Dos que, como Bourget, trouxeram o espiritualismo para a ciência, para a psicologia, para a hygiene, e cura das moléstias nervosas. E foi êle que, oito anos antes de morrer, escrevera, em 1918, uma conferência a respeito da Fé, “a Fé, sexto sentido; a Fé que cura; a Fé que convence; a Fé que vence e a Fé que retira a ciência

do caminho árido do materialismo pelo qual às vêzes vai ela se perdendo. E’ então um brasileiro daqueles que percebem o verdadeiro sentido das coisas, e há de ficar assinalado neste Instituto, lembrado de todos, apontado até mesmo às velhas civilizações no que é preciso que se lhes diga acêrca da verdade do espírito humano, e que êles enxergarão na vida de um brasileiro, filho obediente da Santa Igreja Apostólica Romana: é o que eu, finalmente, vos devo dizer.

A REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Conferência realizada em 28 de dezembro de 1948, pelo Sr. BARBOSA

— Sr. BARBOSA, DE LIMA SOBRINHO

Grande honra é poder falar da Revolução Praieira neste recinto, onde o passado encontra a ressonância de um culto comovido; e grande alegria é poder vir de longe, para vos testemunhar o aprêço que mereceis, a todos vós que sabeis guardar a tradição dos fundadores e o exemplo dos que viveram para o serviço e a glória desta casa.

Numerosos têm sido êsses devotados servidores do Instituto. A três dêles encontrei, na convivência de nossas sessões: Afonso Celso, Ramiz Galvão e Max Fleiuss. Não saberia, em verdade, silenciar-lhes os nomes; citá-los e recordá-los constitui quase um dever, ao transpor os umbrais desta sala, onde nós outros, que os conhecemos, não deixamos de os ver presentes, como que assistindo e orientando nossos trabalhos com a sua sabedoria, a sua prudência, o seu amor inextinguível ao velho Instituto.

Sei que essa tradição continua viva sob a direção atual, com o presidente embaixador Macedo Soares e seus companheiros. Por isso mesmo é que me pareceu desvanecedor o vosso convite, que só poderia ter a resposta que lhe está sendo dada, com a minha presença. Poderia eu abrir mão de um convite pessoal; nunca, porém, do que endereçastes ao meu Estado, indicando para a celebração do centenário da Revolução Praieira aquele que, por força de mandato popular, como que representa aqui o próprio Pernambuco.

Essa a expressão e o sentido de vossa atitude que vale assim por uma exaltação, desde que entendeis que são as próprias vozes pernambucanas que devem aqui dizer da glória de nosso passado. Como poderia eu recusar-me, se me desvanece a honra de falar em nome do Estado, se me orgulho de sua história movimentada, inquieta, viril, com que nos fizemos pioneiros das grandes conquistas políticas de toda a pátria? Como poderia eu deixar de vir comungar convosco no vosso pensamento de exaltação a Pernambuco?

A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Tenho para mim, Senhores, que a Revolução Praieira está à altura dessa intenção. Se outras revoluções pernambucanas obtiveram maior divulgação, estudos mais seguros, louvores mais exaltados, é que somente agora se vai compreendendo a extensão e significação do movimento da Praia. As revoluções de 1817 e 1824 tiveram feição política mais acentuada, com a defesa dos ideais republicanos, ao passo que a de 1848 parece condenada a uma excomunhão sumária, desde que foi descrita como um movimento social, a exemplo de 1710, que mal consegue também vencer as hostilidades e antipatias dos reacionários impenitentes. Basta dizer de um levante que teve sentido social e os estudiosos passam de largo, silenciam os panegiristas, temerosos de suspeitas, como quem evita visitas a casas mal afamadas.

Entretanto, sob diversos aspectos, a Revolução de 1848 supera os movimentos anteriores de 1817 e 1824. As lutas da Praia foram infinitamente mais ásperas, mais vivos os combates, maiores o merecimento e o sacrifício dos guerreiros. O número de mortos e feridos, nas pelepas de 1848 e 1849, excedeu de muito o que se registrou nas batalhas ou encontros de 1817, ou o verificado nas fileiras dos defensores e adversários da Confederação do Equador. O ataque ao Recife, a 2 de fevereiro de 1849, pode figurar entre as mais rudes pelepas de nossas guerras civis. A marcha de flanco realizada pelas hostes praieiras, com o propósito de iludir as forças adversas, que haviam seguido para o sul da provincia, mereceu do insuspeito Melo Rêgo elogios francos: "Foi, sem dúvida, admirável pela sua concepção, como pela exatidão e reputação de um general, em qualquer guerra regular."

Os encontros entre os revolucionários e os legalistas chegaram a um número alto: 35, segundo Figueira de Melo, que apresenta, da parte dos governos, 313 mortos e 513 feridos, contra 502 mortos e 170 feridos; algarismos evidentemente precários, muitos dêles dados como incertos no próprio Figueira de Melo. Melo Rêgo calculava as despesas da luta em mais ou menos 2.000 contos, ou 8,3 por cento da arrecadação total do Império naquele ano de 1848. Guardadas as proporções, êsses 2.000 contos representariam, no orçamento atual da República, mais de 1.300.000 contos de réis, tomada aquella percentagem de 8,3% sobre a despesa total do país.

Nenhuma outra revolução, no período histórico a que pertencem as lutas da Praia, isto é, no começo do Segundo Império, exigiu maior sacrifício de vidas. Nada significam as revoluções liberais de 1842, no paralelo com o esforço e as perdas da luta pernambucana. Os combates de Santa Luzia e de Venda

Grande, não obstante sua repercussão na história política do Império, estão longe daquele espírito de pugnacidade e de pertinácia, que animou os combatentes da Praia.

Quando estabelecemos êsse paralelo, nem chegamos a compreender o esquecimento, ou o desinteresse em que tem ficado a revolução pernambucana, muito mais expressiva que êsses outros movimentos, muito mais pelejada, custando sacrificios maiores e coroando um vivo debate de idéias, como não encontramos muitos na história de nosso país.

Estais certos, senhores do Instituto Histórico. Não seria possível omitir, ou esquecer acontecimento de tanto vulto, nem seria explicável que nos envergonhássemos dêsses gloriosos sucessos, quando de um e outro lado das trincheiras da Praia se despendeu bravura incomparável, para sustentar as idéias, ou os interesses, que empolgavam os partidos. Talvez por isso mesmo tenham valido êsses sucessos de 1848 para o encerramento do ciclo das revoluções liberais no Segundo Império. O esforço e o sacrifício dos Praieiros já não puderam sobrepôr os meios de defesa, com que contava o governo do país. E o desastre final da revolta veio curar os ímpetos sediciosos, com um exemplo tanto mais concludente, quando poucas seriam as provincias que se atrevessem ao esforço e se expusessem aos sacrificios que os Praieiros enfrentaram.

O ASPECTO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO

Não falta quem nos apresente essa Revolução Praieira como um acontecimento estranho, dentro da história política do Império. Observada do alto, em todos os seus aspectos, atribuindo-se a cada fator a sua importância própria e a sua influência real e positiva, não se distinguirá muito das demais revoluções ocorridas

nos primeiros lustros da história imperial.

Tinha razão Sousa Franco quando, numa sessão de 1850, na Câmara dos Deputados, observara argutamente: “É uma terrível fatalidade que o triunfo de uma certa política no país, seja sempre acompanhado de desordens. Houve em 1823. Reapareceram com o triunfo dessa política de 1826 a 1831, em 1835, em 1837, em 1840, em 1842, em 1848”.

O caso de 1823 é característico. Não podemos deixar de reconhecer, como Pereira Pinto, que “a dissolução da Constituinte é o marco milenário, donde partem os sucessos revolucionários de 1824, em Pernambuco, e o movimento político de 1831, no Rio de Janeiro”. A ascensão dos conservadores, em 1837, com a elevação de Pedro de Araújo Lima à regência do Império, trouxe a Sabinada baiana. Não foi mais a Maioridade que uma espécie de revolução liberal contra a regência de Araújo Lima, como o declara o insuspeito Pereira da Silva, que compara o movimento de 23 de julho de 1840 com o de 7 de abril de 1831, atribuindo os dois à influência do Partido Liberal e acentuando que o da Maioridade se deveria às “minorias das duas casas do parlamento, reunidas, sem caráter oficial, nos paços do Senado”.

As revoluções de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, vieram como um protesto contra a dissolução da Câmara, que ainda se encontrava no período das sessões preparatórias. O fato da dissolução valia, aliás, por uma inovação em nossos costumes constitucionais. Depois de 1823, Pedro I aprendera a viver bem com as casas legislativas, ou estas haviam encontrado o meio de se ajustarem com o temperamento arrebatado do imperador. Na fase da Regência, firmaram os conservadores, com o apoio do Senado, a tese constitucional que lhes convinha, sustentando que a Regência não tinha poderes para ordenar a dissolução da Câmara.

A nova praxe, inaugurada em 1842 por um gabinete conservador, obteve, não obstante as reações revolucionárias de São Paulo e Minas, a adesão dos liberais, que se vingaram de 1842, dissolvendo, em 1844, a Câmara conservadora eleita sob a vigência do Gabinete de 23 de março.

Esse ano de 1844 marca o início de uma fase de predomínio liberal, mantida com os Ministérios, de 2 de fevereiro de 1844, 5 de maio de 1846, 22 de maio e de 20 de julho de 1847, 8 de março e 31 de maio de 1848. Seis gabinetes para um período de quatro anos e oito meses aproximadamente, até 29 de setembro de 1848, quando subiram de novo ao poder os conservadores, sob o comando do antigo regente, Pedro de Araújo Lima.

A nova situação conservadora encontrou em funções uma Câmara, que iniciara a legislatura naquele ano e na qual predominavam os liberais. Que poderia significar para ela o gabinete Araújo Lima, com a presença de ministros como Costa Carvalho, Eusébio, Uruguai, Itaboraí, senão uma espécie de desagravo, embora tardio, da revolução da Maioridade? É certo que na Câmara Liberal poderiam ser notadas diversas correntes e tendências, com os Luzias e os Vendas Grandes, a Praia, a representação fluminense, os legionários do senador Alencar, todas elas absorvidas pela preocupação de seus interesses regionais e a eles sacrificando, comumente, a causa geral do Partido. Mas em face do Gabinete de 29 de setembro, a coesão se estabelecia de imediato e não seria possível governar-se a nova situação conservadora com uma Câmara dominada pelos adversários. A dissolução seria, de certo, fatal, mas o Gabinete preferiu uma fórmula procrastinadora, adiando as sessões para 23 de abril do ano seguinte, em vez de dissolver a Legislatura. Tolerância? desejo de chegar a um entendimento?

Ninguém se iludia com a fórmula. O que se procurava era ganhar tempo, para

poder preparar as eleições, em que deviam triunfar os conservadores. Havia que desmontar a situação liberal, colocar nos postos outras autoridades, dando-lhes margem a que a sua atuação se fizesse sentir eficazmente, na manipulação dos colégios eleitorais. A dissolução imediata obrigaria a convocar sem demora outra assembléia, que seria eleita ainda sob a influência das autoridades demitidas, com o apoio de elementos a que não tivesse podido chegar o alfange purificador do Gabinete Saquarema.

Embora permitida na Constituição do Império, nem por isso a substituição dos liberais pelos conservadores, em 1848, deixou de ter o aspecto e o sentido de um golpe de Estado. Dentro do sistema parlamentar, a demissão de um ministério, ou a modificação de uma política, deve estar em função de um certo número de ocorrências, a primeira das quais é a discordância entre o gabinete e a maioria da Câmara popular, pois, que o Gabinete governa como delegação dessa maioria. No caso, porém, a maioria da Câmara sendo liberal, só se compreenderia a indicação de um governo do mesmo partido, a menos que se acreditasse não representar mais essa maioria da Câmara a opinião, ou a vontade do eleitorado nacional. Mas como admitir essa hipótese, se a Câmara de 1848 tinha sido eleita recentemente e não havia nenhum fato extraordinário, que justificasse um recurso excepcional às fontes legítimas da soberania popular?

Demais — e esse foi sempre o ponto fraco do parlamentarismo brasileiro — uma nova eleição, presidida por um gabinete conservador representaria nada mais, nada menos que a derrubada da política liberal, a destruição ou o ostracismo, com a perda total dos postos de comando, uma vez que as urnas viviam subordinadas à influência da ação governamental, à tentação dos cargos públi-

cos, à pressão das autoridades da polícia, ao receio dos excessos fiscais, ao desejo de fugir à parcialidade e facciosismo do recrutamento militar. Nunca se viu, na monarquia, situação governamental derrotada. O partido que subia ao poder, por mais adversa que fôsse a Câmara existente, tinha ao seu alcance eleger outra assembléia, quase integralmente favorável. Não surpreenderia a ninguém que se passasse de uma Câmara unanimemente liberal para outra unanimemente conservadora, ou vice-versa. E nenhum partido, nesse particular, excedia o Conservador, na habilidade dessa manipulação eleitoral, como se pode verificar pelos resultados observados no tempo da monarquia. Qual, realmente, a prova mais concludente de compressão e de arrôcho que a presença de uma Câmara unânime? Unanimidade, nesse caso, com a diversidade de opiniões e de tendências políticas no país, só poderia provir ou de excessiva coação, ou de um reconhecimento de poderes atentos apenas à filiação partidária do candidato. Durante o Império, tivemos quatro assembléias unânimes, uma em 1850 (com uma exceção, apenas, a de Sousa Franco), outra em 1854, a terceira em 1868, tôdas conservadoras, contra uma liberal, eleita, por sinal, sob o governo do aristocrático Sinimbu, egresso do Partido Conservador. Não era o eleitorado que mudava, mas o governo, e tanto bastava. Na frase de um panfletário da época, o "polichinelo eleitoral dançava segundo a fantasia dos ministérios nomeados pelo imperador".

Essas circunstâncias, mais do que quaisquer outras, é que tornavam a queda dos liberais, em 1848, uma espécie de deposição, não obstante o pronunciamento de um pleito recente, que consolidara a maioria liberal. O argumento usado para explicar a orientação do Poder Moderador era o de que os liberais haviam fracassado no governo, não sabendo nem

mesmo coordenar seus elementos legislativos, como o provavam os numerosos ministérios organizados e a inexecução das reformas prometidas.

Realmente, era visível a falta de coesão nas hostes liberais, que não possuíam então nenhum chefe de grande influência no partido. Notavam-se os grupos, os blocos autônomos dentro da maioria parlamentar, mas também era certo que parte do fracasso dos liberais se devia à oposição tenaz do Senado vitalício e à própria ação do Conselho do Estado — organizações praticamente dirigidas pelos chefes conservadores. Como poderia realizar reformas um partido de governo, que não tinha força para eleger seus senadores, à vista da atitude apaixonada do Senado, como no caso da anulação dos dois pleitos de Pernambuco? Eleições presididas pelos próprios candidatos não eram novidade, antes e depois de 1848.

Basta aproximar, ou confrontar esses fatos, para se ver que a questão não era de justiça, mas simplesmente de partidário. Foram depostos os liberais sumariamente. É verdade que os conservadores poderiam lembrar que já haviam sofrido golpes semelhantes e que nem por isso se rebelaram. A substituição do gabinete de 20 de janeiro de 1843 tivera também a feição de uma subversão política. Mas para atenuar a revolta, havia uma razão poderosa: não fora hostilizado o partido; este, sim, é que se incompatibilizara para continuar no poder, no choque entre Carneiro Leão e o imperador. Mesmo assim, o gabinete que sucedera ao conservador estava cheio de amigos desse partido. Convém notar ainda, que os conservadores nunca chegavam a ser de todo apeados das posições, pois contavam com a proteção de sua fortuna, nem falar na simpatia, ou solidariedade do Senado e do Conselho de Estado, o que lhes assegurava posição mais cômoda e mais defendida do que a que cabia aos liberais no ostracismo. Por

outro lado, não se compreenderia que o protesto dos conservadores fôsse ao extremo da rebelião, muito embora tivessem eles aparecido várias vezes como panfletários e agitadores, como, por exemplo, na luta contra o que se denominou a facção áulica. Nunca chegaram a sofrer qualquer coisa no poder econômico e nunca tiveram para um levante o apoio e o estímulo do sentimento popular. Esse o motivo por que as revoluções no Brasil sempre foram liberais; as revoluções conservadoras costumam receber título diferente. Denominam-se contra-revolução ou golpe de Estado. Da primeira tivemos exemplo na reação subsequente ao movimento do 7 de abril, ou em seguida à vitória liberal na Maioridade do imperador. Golpes de Estado foram, sem dúvida, a dissolução da Constituinte de 1823, assim como a demissão dos liberais em 1848.

É possível que o imperador tivesse razões para essa mudança política de 1848. A atitude da maioria liberal não lhe dava esperança de uma orientação firme e ordenada. Fascinados pelos interesses regionais, os blocos da Câmara não manifestavam nenhuma ligação forte, para a realização de uma política do partido. Para se ver até onde chegava essa descoordenação, basta lembrar que um dos próceres de maior prestígio no Partido era Holanda Cavalcânti, que os deputados da Praia não toleravam. Não deixava de ter razão Nascimento Feitosa quando, recapitulando esses sucessos, escrevia, depois da revolução praieira: "Se dominava a política saquarema, tínhamos o Sr. Barão de Boa-Vista, Sebastião do Rego & Cia.; se dominava a política Santa Luzia, lá estava o Sr. Holanda, lucrando sempre a família Rêgo Barros-Cavalcânti; e o generoso partido praieiro sempre em apuros, sempre lutando, e só subsistindo pela própria força".

Por mais alto é inspirado que fôsse, porém, o pensamento do imperador —

que aliás contava, nessa época, apenas 23 anos incompletos — o certo é que a mudança da política parecera aos liberais uma violenta deposição. Tornava-se a situação ainda mais grave para os políticos da Praia, quando viam ascender à direção do gabinete um adversário ríspido, o velho Araújo Lima, cujo predomínio na política geral significara a ascendência de seus aliados de Pernambuco, os fidalgos do partido baronista, adversários da Praia.

Maltratados, já por duas vezes, pela anulação do pleito senatorial de Pernambuco, privados do poder na fase liberal, em que Holanda Cavalcânti os sobrepujara, vitoriosos nas eleições recentes, contando com o entusiasmo das causas do povo, era de supor que a deposição encontrasse da parte deles uma reação vigorosa. Que significava para eles o novo Gabinete senão o sacrifício definitivo de aspirações e esperanças, explicadas e acooçadas pelo prestígio popular do partido? E era a liquidação antes da vitória total, o golpe de graça a meio de uma luta, em que tantas vezes lhe haviam sonnegado os prêmios merecidos. Se imaginarmos o ambiente das contendas políticas em Pernambuco, a violência das paixões, a intransigência dos ódios, o furor das incompatibilidades, não será difícil reconstituir o ambiente da província, em começos de outubro de 1848, quando chegou a notícia da nomeação do novo gabinete de 29 de setembro. Restaria ver como reagiriam os praieiros diante da deposição: Capitulariam; resignados, passivos, inertes? Ou iriam defender pelas armas os direitos e as pretensões sacrificadas?

A REAÇÃO DA PRAIA

Joaquim Nabuco, nas páginas fulgurantes, e nem sempre imparciais, que escreveu a respeito da Revolução Praieira, assinalou que “os praieiros têm uma his-

tória política singular. Eles não eram liberais doutrinários, como foram posteriormente os liberais de Pernambuco. Durante a situação liberal de 1844-48, a sua principal e mais íntima aliança na corte foi com a chamada facção áulica. A deputação praieira votou as leis do Conselho do Estado e de 3 de dezembro, que os Luzias consideravam o padrão do despotismo retrógrado e contra os quais os Feijós e os Vergueiros aconselharam a revolução armada”.

Melo Matos deixou impressão semelhante: “Os Praieiros — escreveu ele — haviam militado sob as bandeiras dos gabinetes de 19 de setembro e 23 de março e só se haviam separado no tempo do de 20 de janeiro, compraziam-se em recordar seus sentimentos de ordem e respeito às leis; defendiam-se cuidadosos de do Sul e de se haverem algum dia arrependido toda solidariedade com as resistências armadas de sua cooperação na promulgação das leis de 1841. Os liberais de São Paulo e Minas, por outra parte, não se descuidaram de recordar esses martírios, os amargores da prisão e do exílio e de ressuscitar acusações que iam diretamente ferir os co-oposicionistas do Norte”.

No fundo, a Praia não passava de um partido regional, manobrando livremente no cenário político do país, atento menos a compromissos ideológicos que às conveniências de sua posição dentro da província de Pernambuco. A ascensão ao poder do Gabinete de 29 de setembro não os atingia tanto pelo aspecto conservador do Governo, quanto pela presença do aliado da família Cavalcânti, o então visconde de Olinda.

Ainda assim, a primeira atitude dos Praieiros não foi de insubordinação, ou de revolta. Urbano Pessoa insiste em que a revolta não estava nas intenções da Praia e nenhum fato se aponta, que possa comprometer o crédito dessa assertiva. Frases colhidas em discursos an-

tigos de Urbano Pessoa não parecem concludentes, quando restaurado todo o texto dessas orações. Os sucessos de 26 e 27 de junho de 1848, no Recife, não podem ser atribuídos à influência da Praia, que sempre os censurou. Feitosa, confirmando as versões conhecidas, escreveu que Nunes Machado chegara ao Recife a 17 de novembro, já depois de iniciada a revolução, preocupado com o pensamento de pacificar os ânimos, contando, para isso, com o efeito de alguma medida governamental, no sentido da anistia. A inflexibilidade do presidente foi obstáculo tão grande quanto a suspeita levantada em torno da mediação do chefe praieiro. O certo é que o período de inatividade, que os deputados praieiros passaram no Recife, quando já conflagrada a província, prova-lhes o ânimo pacífico, que ainda se revela no manifesto de 25 de novembro, quando, declaravam que, diante dos acontecimentos, não lhes restava outra alternativa que a de “acompanhar os nossos concidadãos na sua gloriosa defesa”. Acompanhar e não chefiar — eis ainda a linguagem, em fins de novembro, quase três semanas depois de iniciada a revolução.

Só em dezembro é que muda a atitude dos deputados praieiros. Decidem-se a chamar às armas os conterrâneos, para que salvassem a província das garras da “infame quadrilha luso-guabiru”. Quase um mês levaram êles a aguardar uma palavra de boa vontade, que viesse permitir a pacificação, o ensarilhamento das armas sublevadas. E o sentimento que os arrasta para os campos de batalha é o mais nobre possível, traduzido na reação dos chefes que vêm os companheiros humilhados, sacrificados, e não sabem abandoná-los, ou esquecê-los, na hora do sofrimento e da perseguição.

A atitude da imprensa praieira foi a mesma dos chefes, moderada, discreta, como quem não deseja impedir uma solução pacífica. A notícia da queda dos

liberais e da nomeação do Gabinete de 29 de setembro leva o órgão oficial dos praieiros, o *Diário Novo*, a conclamar os companheiros para que tivessem “tôda vigilância, tôda a energia, tôda a união, todos os desvelos, para dar conveniente direção às idéias e prepararmo-nos para a luta do ano seguinte, quer da tribuna, se a Câmara não fôr dissolvida, quer no campo eleitoral, se houver uma dissolução”.

O Manifesto da Sociedade Imperial, que congregava os praieiros, declarava, ainda a 22 de outubro, que a “oposição devia ser aos princípios do governo supremo; e enquanto ao governo da província, esperaremos por seus atos e só lhe faremos oposição no caso de nos ser hostil. A nossa expectativa (continuava o Manifesto) deve ser de tôda moderação; de muita prudência e de muito juízo; nenhuma agressão deve partir de nossa parte, nem mostrar-nos nimiamente susceptíveis, provocando reações ou aceitando como um desafio quaisquer atos das autoridades, que nos forem infensas. Não é certa a dissolução da Câmara, mas é provável, e devemos estar seguros para a luta eleitoral, no caso que se verifique esta hipótese”.

O presidente da província, Herculano Ferreira Pena, recebeu êsse Manifesto como formal declaração de guerra. Não nos parece, entretanto, que mereça essa interpretação a linguagem dos Praieiros que falavam apenas no uso de recursos eleitorais e não no emprêgo de armas e no desencadeamento de revoluções. Quase nas vésperas do levante, a 1 de novembro, o general Abreu e Lima escrevia a Herculano Ferreira Pena, remetendo-lhe os Estatutos da Sociedade Imperial Pernambucana, acentuando que “nesta sociedade só se respira amor à ordem, dedicação espontânea ao imperador, de quem só esperamos todos os bens para a nossa pátria e um decidido apêgo à integridade do Império”! Não se limi-

tava, aliás, a êsse protesto de fidelidade, pois que prevenia o novo presidente da província contra Borges da Fonseca, que êle considerava o “contraste” da Sociedade Imperial, pela sua notória ogeriza ao sistema monárquico de governo.

Sòmente a 8 de novembro é que se declara, no *Diário Novo*, o rompimento com o presidente Pena, que era apontado como “disposto a consumir a conquista desta terra, que não pôde ser feita pelos seus antecessores, e entregarmos ao bacamarte e ao punhal”. Ainda nesse instante decisivo, limita-se o órgão praieiro a recomendar ao presidente da Província a leitura da história de Pernambuco, “principalmente quanto aos anos de 1817, 1821 e 1824”. Veja-me bem: a primeira atitude nítida do *Diário Novo* ocorria apenas no dia seguinte ao do início da sublevação. Antes de 7 de novembro, nada se encontra na fôlha praieira, que se pudesse considerar como chamamento às armas. O jornal do partido, como os deputados, acompanhou o movimento; não chegou a dirigi-lo, ou a incitá-lo. Nem nos defrontamos, no caso, a uma revolução provocada, mas a um movimento espontâneo, que irrompeu de baixo para cima, sem ordens de comando, sem preparação e sem planos de ação, consequência inevitável de circunstâncias, que só poderão ser compreendidas com uma referência mais detida à Presidência de Herculano Ferreira Pena.

A PRESIDÊNCIA HERCULANO PENA

Observara Herculano Ferreira Pena que antes e depois de Chichorro da Gama, não houvera presidente da província de Pernambuco louvado pelo partido praieiro, ou que correspondesse às aspirações de seus dirigentes. Joaquim Marcelino de Brito e Tomás Xavier não agradaram aos próceres da Praia, embora nomeados por um gabinete liberal. Sousa Teixeira,

recebido como aliado, ou partidário, acabara desavindo e hostil. Apenas Chichorro da Gama correspondera à expectativa dos praieiros, decidido à política de derrubada e de represálias, demitindo mais de 350 empregados, se aceitarmos o testemunho de Nabuco de Araújo.

Mas essa insatisfação dos praieiros resultava menos de intransigência dêles que de circunstâncias especiais da política da Côte. Os presidentes nomeados pelos gabinetes liberais nem sempre representavam adeptos, ou simpatizantes do partido da Praia, pois que atendiam à orientação de Holanda Cavalcanti, ministro daqueles gabinetes e aliado da facção baronista de Pernambuco. Um dêesses presidentes de Pernambuco, Tomás Xavier, nomeado ao tempo do gabinete liberal de 2 de fevereiro, era tão favorável à Praia que não se constrangia de aparecer contra os candidatos dessa corrente, no pleito senatorial de 1845. O auxílio de Chichorro da Gama aos praieiros surpreendera a Holanda Cavalcanti, que dêle espera moderação e equilíbrio, o que vale dizer, imparcialidade entre as facções pernambucanas. O certo é que, ao tempo dos gabinetes liberais, o domínio dos Praieiros não fôra completo, nem pacífico. Usufruíram uns restos, ou umas beiradas de prestígio, não obstante senhores de situação excepcional, contando com a “grande maioria da província”, “quase o povo pernambucano todo”, como reconhecia Joaquim Nabuco. Daí a amargura que dêles se apossou, quando se viram definitivamente espoliados de uma situação de mando, que não haviam chegado a possuir de todo.

Aceitaram os fatos, porém, de ânimo resoluto, dispostos à peleja eleitoral, que lhes não seria de certo contrária, se o novo governo do presidente Pena não os tratasse com severidade e rigor. Decidiram-se, por isso, a aguardar os acontecimentos, cheios de esperança, vendo próximo o pleito municipal de 19 de no-

vembro, no qual deveriam ser escolhidos os novos vereadores e os juizes de paz. Contavam com um resultado favorável, se mantidos os quadros partidários, ou se não se desmandasse a autoridade no uso de represálias e na estratégia das derrubadas sistemáticas.

Como procedeu, nessa conjuntura, o presidente Pena? Há, no folclore, uma resposta elucidativa, na quadrinha que diz assim:

Quem fôr para Pernambuco
Leve contas pra rezar
Pernambuco é purgatório
Onde a gente vai *penar*.

No discurso que pronunciou em defesa de seu govêrno, o presidente Pena não escondeu os objetivos partidários, de facciosos de sua orientação. Era êle mesmo que assim se manifestava, na resposta aos ataques de Urbano Pessoa:

"Se o Sr. Urbano se limitasse a declarar que não podia ver no delegado do Gabinete de 29 de setembro um aliado do partido praieiro, um presidente capaz de favorecer e animar suas pretensões políticas, teria dito uma coisa muito ordinária, teria feito justiça aos sentimentos dêsse presidente, *de quem certamente se não podia esperar que fôsse infiel ao seu dever, iludindo a confiança do ministério que o nomeara*".

Acrescentava ainda Herculano Pena que evitar a mais pequena alteração no pessoal da polícia, ou da guarda nacional, "seria impossível ao presidente da provincia, a não querer ser tido por imbecil ou infiel a seus deveres, conservando nos empregos de confiança os inimigos do próprio ministério de quem era delegado". Parecia-lhe que sua posição não era a mesma do presidente Pires da Mota. Êste fôra delegado de um ministério, "que apenas tentava suavisar um pouco o violento domínio do partido praieiro e que vendo-se logo em crise, não pôde executar o seu programa; eu

(observava Herculano Pena) achei-me colocado em circunstâncias mui diversas." Circunstâncias que eram assim resumidas, numa carta escrita pelo presidente da provincia ao presidente do Conselho, a 25 de outubro de 1848, confessando que seu "principal empenho" era "destruir de repente os elementos de força com que contã a opposição e colocar ao mesmo tempo em todos os lugares novos funcionários, que mereçam inteira confiança ao govêrno e aos cidadãos pacíficos". Que cidadãos pacíficos? Naturalmente os correligionários daquele mesmo "partido da ordem", que o então barão de Boa Vista comandava na provincia.

O certo é que Herculano Pena começara as demissões a 26 de outubro. Doze dias depois, já andavam em 41, no empenho, que Figueira de Melo registrava, de substituir os praieiros "por pessoas aderentes à nova politica, de que era delegado" — o que constituia, no entender do comentador, — "um dever rigoroso de sua parte". No fundo, a mesma preocupação de Tosta, que sonegava decreto de anistia, para adotar uma orientação de repressão severa, não comum no império e que nos levaria, por certo, a meditar naquelas palavras de Joaquim Nabuco, quando observa que a "revolução de 1848 em Pernambuco, podia ser desejada pelo partido conservador, tão proveitosa lhe foi." Mas êsse proyeito desapareceria com uma anistia fácil, ou com uma attitude que evitasse a própria revolução. Não se esqueça, para a interpretação dos atos de Tosta, que a sua candidatura à lista senatorial de Pernambuco, depois da revolução, foi vivamente desejada pelos chefes conservadores do Império.

Quanto aos Praieiros, que podiam êles esperar do presidente Pena ou de Tosta? Verificaram que estavam diante de um plano metódico e inflexível de desmonte da politica liberal. Considerados os antecedentes da luta, os pleitos senatoriais

anulados, a sonegação do poder pela interferência de Holanda Cavalcânti, a exaltação das paixões que dominavam a província, na reação contra a oligarquia dos Cavalcânti-Rêgo Barros, bastariam os atos e a orientação da presidência da província, para que viesse a explodir o movimento revolucionário. Surgiu, aliás, como que espontaneamente, sem o conhecimento, ou a participação dos chefes do partido praieiro, ou à revelia de todos eles.

Vale a pena reconstituir êsse momento inicial. Foi em Olinda. Duas autoridades dessa cidade se demitem e ganham o interior, à frente de elementos da guarda-nacional, numa hora em que a linguagem do *Diário Novo* não saíra ainda dos limites da mais perfeita moderação. Toma a pequena tropa o caminho do litoral, recebendo refôrço no engenho Pau Amarelo, de propriedade do vice-presidente da província e dedicado praieiro Manuel Paulino de Gouveia, Muniz Feijó. Daí partem todos para outro engenho, o engenho Inhaman, pertencente ao coronel Manuel Pereira de Moraes, figura proeminente na região, antigo revolucionário de 1821, de 1824 e de 1835, comandante da segunda legião da guarda-nacional de Olinda e Igarapé. De engenho Inhaman, seguiram para Igarapé, onde, na informação de Figueira de Melo, "novos reforços se lhe foram reunindo, enviados por alguns senhores de engenhos, que simpatizavam com o movimento armado, que se tinha levantado na Província".

Assim começou a Revolução de 1848 em Pernambuco, sob a influência e o comando do senhor de engenho de Inhaman, um dos chefes animosos dessa luta, que seria por isso mesmo conhecida na região como a "guerra do Moraes", para recordação do intrépido combatente, que foi dos primeiros a pegar em armas e dos últimos a ensarilhá-las, já depois de perdidas tôdas as esperanças, quando repe-

lido o ataque ao Recife, em fevereiro de 1849.

Manuel Pereira de Moraes não foi o único senhor de engenho, com que contou a revolução de 1848. Podemos ainda lembrar os nomes de Manuel Paulino de Gouveia, Bernardo José da Câmara, Henrique Pereira de Lucena, Miguel e Luís Afonso Ferreira, Francisco José de Barros e Silva, Caetano Francisco de Barros Vanderlei, João Felix dos Santos, Feliciano Joaquim dos Santos, Antônio Feitosa de Melo, José Carlos Teixeira, Fernando Montarroios, José Claudino Leite, Antônio Correia Pessoa de Melo, Felipe Campelo, Francisco Pereira dos Santos, Francisco de Gouveia e Sousa, José Marcelino de Barros Franco, e muitos outros. Engenhos famosos apareceram como fortalezas, ou pontos de apoio dos praieiros, tais como o Verde, o Camevouzinho, o Cachoeira, o Freixeiras, o Megaipe, o Muribeca, o Conceição, o Benfica, o Camassari, o Tentugal, o Lavagem, o Pau Amarelo, etc. No Cabo — dizia o *Diário Novo* de 2 de dezembro de 1848 — "Não há reunião armada, porque os 15 maiores engenhos, os mais ricos proprietários, são praieiros". Ainda o *Diário Novo* proclamava, a 14 de novembro de 1848, que estavam à frente do movimento praieiro "homens ricos, proprietários e muito considerados". O *Guarda Nacional* falava em três mil combatentes, dirigidos por "cidadãos proprietários e honestos". Melo Rêgo escreveu que Honório mandara ocupar os engenhos União e Sebiró "para que não continuassem a prestar auxílios aos rebeldes".

Nem se compreenderia que a revolução explodisse no interior e se mantivesse na zona da mata, se não contasse com o apoio de senhores de engenho. Na verdade, a luta começou no engenho Inhaman e acabou nos engenhos Verde, União e Sebiró, derradeiros núcleos da resistência de Pedro Ivo.

Não se pode pretender que os engenhos da Praia fôsem diferentes dos outros, quanto à elevação da conduta de seus proprietários. Nabuco de Araújo, em opúsculo publicado antes da revolução de 1848, dizia que havia desembarques de africanos tanto nos engenhos dos Cavalcantis, como nos engenhos dos Praieiros. “Falais — escrevia êle — do feudalismo dessa família e dizeis que os membros dela, acastelados em suas propriedades, eram inacessíveis à autoridade pública; mas êsse feudalismo, êsse espírito altivo e arrogante é só próprio e exclusivo a alguns Cavalcantis? Não, mil vêzes não: êsse espírito anti-social, absurdo e perigoso é um vício radicado entre os proprietários do interior de Pernambuco e quicá do Império; é um vício, que nasceu da antiga organização e que as nossas revoluções e civilização ainda não puderam acabar”.

A diferença estava em que a Praia não contava apenas com o apoio dos senhores de engenho de sua facção, empenhados, naturalmente, na preservação de seu prestígio pessoal e de sua influência política, na zona ou comarca a que pertenciam. Contava ainda com as simpatias de outras classes, a popularidade extraordinária que, embora negada pelas fôlhas “guaribús”, como o *Diário de Pernambuco* e a *União*, parece hoje indiscutível, quando vemos que a reconhece e proclama o próprio Joaquim Nabuco, que ainda nos revelou a confissão feita a João Alfredo pelo velho Camaragibe — que a Praia tinha tirado aos conservadores nove décimos da população da província.

ASPECTO SOCIAL DA REVOLUÇÃO

Onde, pois, o aspecto social da revolução, se obedeceu ao comando de senhores de engenho e contou com o apoio de poderosos latifundiários? Desde “Um Es-

tadista do Império”, o tema da feição social da revolta praieira seduz e envolve os escritores, uns por simpatia por essas idéias, outros pela convicção de que semelhante interpretação constituía a melhor defesa e justificação do partido baronista.

Raramente, de certo, deixam os fatores políticos de se apoiarem em realidades sociais. Há uma espécie de clima favorável às desordens e às manifestações armadas, quando se acumulam resíduos de todos os desajustamentos, queixas e amarguras de espoliados, protestos irados dos que sufocam sob o peso de uma situação econômica desesperada. Êsses desajustamentos e queixas refletiam-se na alma sensível de Nunes Machado, “condotière” ousado das reivindicações de seu tempo, como em seus companheiros de campanha política. Eram encarnações daquele “esprit quarante-huitard”, feito de inquietação e idealismo, com tôdas as suas características de sentimentalismo humanitário e doutrinação vaga, fundando a salvação do mundo na utopia de fórmulas ingênuas e simplistas.

Vejamos, realmente, a ideologia dêsses reformadores do movimento praieiro. O projeto considerado essencial era aquêle mesmo, que a deputação praieira defendera na sessão de 1848, na Câmara dos Deputados, declarando “privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalho”, mas fixando um “prazo razoável” para a execução dessa medida. Outro projeto dos praieiros, nêsse mesmo sentido, limitava-se a exigir que as casas de negócio existentes só funcionassem quando tivessem pelo menos, um caixeiro brasileiro. Essa reivindicação, fora de Pernambuco, encontrava resistências obstinadas nas próprias fileiras liberais, mas na província, como escrevia Urbano Pessoa, não era pecado exclusivo do partido praieiro, pois que tôdas as fôlhas guaribús sustentaram a mesma doutrina.”

Nunes Machado não ia muito adiante dessa manifestação nacionalista, que êle defendia mais com os arroubos de sua oratória inflamada do que com argumentos sisudos e meditados. Em meados de 1848, o prócer da Praia já criticava a revolução francesa, que derribara, conforme suas expressões “uma monarquia que lhe procurava todos os bens e isto somente com o fim de abraçar a nuvem de uma igualdade muito mais poética do que possível”. Essa atitude do parlamentar praieiro estava em correspondência com a pregação constante da fôlha do partido, defensora exaltada da monarquia, ponto em que coincidiam Abreu e Lima o velho “caramuru” de *O Raio de Jupiter*, e Nunes Machado o decidido aliado de Aureliano e da chamada “Facção Aulica”. Nem haveria para êsse fato melhor testemunho que o nome da agremiação que os reunira, a Sociedade Imperial Pernambucana. O *Diário Novo* afirmava que “a civilização nas classes médias da França repele e repelirá tôdas as funestas conseqüências do sufrágio universal. Quando a parte mais inteligente de um grande povo, surpreendido por graves transtornos, se vê sujeita à direção do maior número, procura logo reassumir os seus direitos, repelindo a força bruta; é a inteligência que reclama os seus foros e busca elevar-se sobre o instinto das multidões desenfreiadas”.

No plano social, a atitude do *Diário Novo* não podia ser considerada muito definida. Transcrevia longos artigos publicados no *Jornal do Comércio*, do Rio, contra o projeto de organização de trabalho, defendido por Louis Blanc e seus companheiros de tendências esquerdistas. Mas divulgava também os artigos da *Barca de São Pedro*, em que o general Abreu e Lima dava expansão ao seu socialismo, pregando, com Fourier, a harmonia do trabalho, do capital e do talento e pugnando por uma nova organização democrática da sociedade, dentro da qual, como escrevia Vidal, as rique-

zas pertencessem à maioria, para que assim se evitasse a guerra civil entre os dois elementos da produção, o trabalho e o capital.

Desencadeada a revolução, a linguagem dos deputados praieiros não se modifica de maneira sensível senão quanto ao governo da provincia. A proclamação de 25 de novembro — 18 dias depois do início da sublevação — é apenas um lihele contra o presidente Herculano Pena. “O que nos cumpre fazer?” — perguntam os deputados da Praia, diante dos sucessos que ensangüentam a Provincia. E a resposta que todos êles encontravam — o manifesto tem a assinatura de Nunes Machado, Felix de Brito, Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela e Lopes Neto — era quase de resignação, ou capitulação diante do inevitável. “O que nos cumpre fazer? Acompanhar os nossos concidadãos na sua gloriosa defesa, protestar em nome da Constituição e do imperador contra tantas atrocidades cometidas pelo seu delegado”. Nenhuma reivindicação, nenhuma palavra que viesse dar sentido e altura ao movimento armado. Só no mês de dezembro é que êles sentem os deveres da nova atitude e fazem a proclamação, pregando a necessidade de reformas. Mas que reformas? O combate aos portugueses, à cessação da “terrível centralização que nos cresta”. Acima de tudo a preocupação nacionalista, na afirmação da independência, que os portugueses ameaçavam com a sua presença no comércio, fechando caminhos e atividades aos jovens do Brasil.

Iniciada a revolução, as forças radicais começam a influir, ou a preponderar, impondo reivindicações, que não estavam nos planos dos promotores da revolta. Movimentos vagamente liberais tornaram-se muitas vezes republicanos, no período da luta, como também sucede que um reformismo prudente se venha a converter numa atitude extremada, na evolução natural dos movimentos revolucio-

nários. Na insurreição praieira, essa transformação se processou lentamente. Iniciado o levante a 7 de novembro, o *Diário Novo*, em princípios de janeiro de 1849, entendia indispensável uma revisão das idéias, que deviam compor a “bandeira do movimento liberal”. Publicou então três artigos, que no fundo não passavam de um protesto contra a rispidez da ação do governo, que só pensava na força, no castigo, na violência, sem que nem ao menos aparecesse, “a par da energia, uma circunstância que faça esperar a clemência”. Insistia, porém, na reivindicação do comércio a retalho para os brasileiros. Pleiteava, pela primeira vez, a convocação de uma assembléia constituinte, que adotasse as reformas recomendadas pela experiência de tantos sofrimentos. Que reformas? A descentralização administrativa, atribuindo-se às províncias autonomia no que o *Diário Novo*, denominava o seu governo econômico. Invocava-se ainda a doutrinação da *Barca de São Pedro*, em parte transcrita no *Diário Novo*. Programa, como se vê, mal definido, sugerindo-se a convocação da Constituinte sem lhe entregar um plano já estudado e nítido. Num ponto, continuava a ser pacífico o pronunciamento da Praia: era o da fidelidade ao imperador, o do respeito ao regime monárquico.

É certo que muitas outras idéias e projetos foram atribuídos à Praia, quase sempre por paixão partidária, com o propósito de expor e prejudicar os chefes desse partido. Maciel Monteiro, baronita exaltado, os acusou até mesmo de comunismo e lhes deu ainda a responsabilidade de uma lei agrária, que ninguém chegou a conhecer, mas que podia concorrer muito, mesmo sem existir, para reforçar o sentimento partidário dos correligionários de Boa-Vista.

Sucedeu, porém, o que acontece sempre: desencadeada a revolução, tôdas as vozes discordantes da situação política vitoriosa, tôdas as esperanças de reforma,

assim como os doutrinadores sinceros, os idealistas convictos, os aventureiros e os demagogos furiosos, os exaltados de temperamento e as vítimas de desajustamentos sociais, todos foram a pouco e pouco se incorporando à sublevação praieira. Assim se definiram outras correntes, outras aspirações, ampliando o sentido da Revolução de 1848, proporcionando-lhe novos elementos para a composição de sua estrutura e de seu ideal.

O mais radical de todos êsses elementos incorporados seria o turbulento Antônio Borges da Fonseca, o veterano “Republico” das procelas de 1831, o redator de *O Nazareno*, adversário exaltado dos praieiros até o início da insurreição, perseguido e preso por êles, mas incapaz de resistir à tentação de uma luta tão próxima. Adere à revolução somente no dia 15 de novembro, já preocupado com o sentido doutrinário que se deveria atribuir ao movimento, para que não passasse como uma atitude simplesmente facciosa, mesquinha e subalterna. Sua pregação, em 1848, foi sempre no sentido da república, dentro de um programa que exigia plena liberdade individual, respeito ao direito de propriedade, reconhecimento do direito ao trabalho, de acôrdo com a manifestação recente dos revolucionários franceses, voto livre e universal, eleição direta para todos os cargos do Estado, justiça livre e gratuita, abolição da pena de morte, igualdade social, assistência hospitalar para todos, instrução acessível aos pobres, abolição de privilégios e dos títulos nobiliárquicos, extinção do poder moderador, adoção do regime federal para as províncias, atribuindo-se ao governo central um imposto, apenas, — o de importação. O Senado deveria ser eletivo. E acima de tudo, como idéia central, a necessidade da convocação de uma Assembléia Constituinte, “pensamento orgânico (dizia êle em 1848), que tem sido sempre o tema do *Nazareno*, desde que êle nasceu há seis anos”. A Praia

acabou aceitando essa idéia de seu antigo adversário, dêsse mesmo ardente e impetuoso panfletário que o *Diário Novo* considerava antes “o mais famoso anarquista do Brasil, verdadeiro bandido sem crenças, furioso mentecapto, demagogo de chinelos e o mais esforçado espoleta para planos, não de república, mas de anarquias e águas turvas”. Gentilezas a que Borges da Fonseca retrucava no mesmo tom, denominando Nunes Machado de “infame salteador político”. Coisas do passado e que não têm mais importância nessa altura do movimento, quando Borges da Fonseca, pelo seu destemor e pela sua inteligência, já é um dos líderes da Praia, envolvendo alguns de seus caudilhos, embora sem força ainda para os deputados e os políticos da facção. Assim se explica a presença de diversos elementos praieiros na apresentação do famoso “Manifesto ao Mundo”, em que Borges da Fonseca aproveitava a oportunidade para pregar e defender as idéias do “Nazareno”, como o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, o trabalho como garantia de vida para o cidadão, a abolição do poder moderador, a adoção do regime federal, a extinção do juri convencional e do sistema de recrutamento militar vigente no país. Entre os chefes da coluna do norte, signitários dêsse Manifesto de 1 de janeiro de 1849, apareciam, além do redator do *Nazareno*, o senhor do engenho de Inhaman, Manuel Pereira de Moraes, o proprietário do *Diário Novo*, João Roma, Lucena, outro senhor de engenho, João Paulo Ferreira, ex-sub-delegado de Olinda e João Batista do Amaral e Melo. Não obstante a assinatura de João Roma, o *Diário Novo*, ainda fiel aos pontos essenciais de seu antigo programa, contestava a autenticidade do “Manifesto ao Mundo”, considerando-o “uma produção apócrifa e por consequência espalhada pelos guaribús para apresentarem o partido liberal

como inconseqüente, adotando idéias tantas vezes por ele condenadas.”

Outra corrente a ser assinalada, dentro do movimento, era a do general Abreu e Lima, redator do *Diário Novo* e da *Barca de São Pedro*, mas sabendo distribuir bem a sua pregação, muito mais discreta e medida no órgão oficial do partido praieiro. Abreu Lima pleiteava uma nova divisão territorial do país, profligava a acumulação de funções judiciais e administrativas, assim como os excessos das autoridades policiais. Estaria no grupo dos socialistas, que Gide e Rist classificam “Associationnistes”, quando mostrava a necessidade da completa emancipação das classes livres, por meio de associações e do trabalho em comum.” Será isto um sonho? perguntava êle. “Pois bem, mostrai-me então o meio de acabar com o feudalismo dos grandes proprietários de terras, ou com a soberania do bacamarte no Brasil.”

Distanciado da Praia e mais próximo dos conservadores, era o “Cousin-fusco”, o mais notável publicista da época. Antônio Pedro de Figueiredo, redator de *O Progresso*, Indiferente ao pleito dos partidos, era um agitador de idéias, um propagandista consciente e pertinaz de reformas socialistas, vincuadas a uma apreciação segura e profunda das realidades brasileiras. Estudado por Alfredo de Carvalho, pelo Sr. Olívio Montenegro e sobretudo pelo Sr. Amaro Quintas, a quem devemos excelentes pesquisas sobre essa quadra agitada da história de Pernambuco, Antônio Pedro de Figueiredo, não obstante a admiração que testemunhava a Fourier, a quem considerava “o maior gênio do século”, sofre também o influxo das idéias de Saint-Simon e Louis Blanc, dando ao Estado uma função proeminente na organização econômica e antecipando assim o socialismo de Estado, que teria depois pregadores tão seguros e autorizados. De todos os jornalistas e publicistas de 1848, Antônio

Pedro de Figueiredo é o mais objetivo, o mais corajoso e profundo nas análises sociais. Hostil à grande propriedade, defende o impôsto territorial, prega os benefícios do impôsto sôbre os rendimentos, defende também, como os praieiros (que b haviam demitido do Liceu) a nacionalização do comércio a retalho. Era, como os jornalistas da Praia e como Borges da Fonseca, adepto da descentralização administrativa.

Outras vozes se faziam ouvir, na imprensa pernambucana, nêsse ano de 1848, como Inácio Bento de Loiola, jacobino à outrance, pregando a reação contra os portugueses pelas colunas de *A Voz do Brasil*, ou como Joaquim Vilela, não menos vigoroso na defesa da tese da nacionalização. João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão era um agitador ativo, em *O Grito da Pátria*. Propugnando pela forma republicana de governo, batia-se Afonso de Albuquerque Melo em *A Reforma e A Verdade*.

Correntes e vozes desencontradas, nem tôdas presas às hostes praiieras, formando, entretanto, êsse ambiente de propaganda e debate doutrinário, que constitui a nota característica dessa fase de nossa vida política. No meio das controvérsias, o partido da Praia era o partido popular por excelência, o que encontrava maior ressonância na opinião da província, que o sabia capaz de lutar pelas causas do povo, pelas necessidades da gente humilde e desajustada, enquanto o Partido Conservador representava as preocupações aristocráticas, o espírito e as conveniências de uma oligarquia sólida e satisfeita. Convém, apenas, que não exageremos as tendências reformistas da Praia, nem o sentido social da revolução, quando não há, nestes sucessos, uma interpenetração profunda entre os dois domínios da doutrinação, o social e o político, mas antes uma espécie de paralelismo, sendo ainda tese a averiguar até

onde a doutrinação social chegou a influir nos acontecimentos políticos. Que rumo teria tomado a revolução, se vitoriosa, se não o de um enquadramento na Monarquia, pela subordinação ao imperador, a quem sempre manifestaram respeito e obediência os próceres e os jornalistas da Praia?

Se não admitirmos essa separação, não chegaremos a compreender a presença de tantos senhores de engenho na revolução, nem a inação da cidade do Recife, que se conservou tranqüila enquanto a guerra ia rolando pelas comarcas do interior, envolvendo proprietários rurais, que vinham para os campos de batalha acompanhados de seus rendeiros, moradores, escravos e dependentes.

O aspecto social, mais evidente é o das idéias que a imprensa debatia, em grande parte por influência da revolução francesa. Em novembro, entretanto, as correntes radicais do movimento da França, já estavam juguladas e vencidas. Restava, porém, com o surto de revoltas em numerosos países da Europa, aquela impressão, que Abreu e Lima esposara — a da fatalidade de uma revolução no Brasil. "Ninguém pense que pode fazer parar o relógio do tempo! advertia a *Barca de São Pedro*, sustentando, embora, a opinião de que o imperador deveria colocar-se à frente de uma revolução de princípios, a exemplo do rei da Austria para evitar a explosão mais violenta e destruidora de um movimento dirigido pelo povo.

Cumpre verificar, porém, até onde êsse debate da imprensa influiu realmente na revolução que não foi desencadeada pelos propagandistas das idéias, mas pelos caudilhos do interior, que não o iam admitir a volta dos chefes prestigiados pela oligarquia Cavalcanti-Rego Barros. Não se deve ignorar o mal estar geral de uma situação em que as leis não constituíam garantia para ninguém, sob a intervenção de autoridades policiais arbi-

trárias, com uma justiça facciosa, que fornecia os presidentes de província e os candidatos aos melhores postos políticos. Os conservadores censuravam os praieiros pela ação parcial de Chichorro da Gama, atribuindo-a ao interesse da candidatura a senador; mas êles próprios faziam a mesma coisa, apresentando Tomás Xavier na lista de seus nomes e não usaram a receita com o futuro Muritiba pela violenta reação que encontraram em toda a província, mesmo de parte dos correligionários de Boa-Vista — o que de fato significa expressivo julgamento político quanto à ação do presidente que esmagara a revolta. Nabuco de Araújo era jornalista de combate nos órgãos chamados baronistas e a linguagem que êle usava estava um tanto distante da que se devia esperar daquela figura consular, que a amizade filial de Joaquim Nabuco nos descreve em “Um Estadista no Império”. Num de seus opúsculos dessa fase, Nabuco de Araújo caracterizava o predomínio da Praia como sendo “o da ineptia, da improbidade, da delapidação dos cofres públicos. “Sois desleais e infames, senhores da Praia!” exclamava êle, noutro passo. O que não o impediu de funcionar como presidente do juri, que julgou e condenou êsses senhores da Praia. Não se esqueça ainda que o recrutamento era usado como arma partidária e que encontrou para a defesa de suas iniquidades a palavra de Eusébio de Queiroz. Juntemos a êsses aspectos os agravos criados pela grande propriedade territorial o despotismo do poder econômico, a exploração dos próprios donos das terras pelos comissários do açúcar, as aflições e injustiças da miséria geral e teremos fatores suficientes para a explicação de um movimento revolucionário. “Por que vos não haveis de persuadir — perguntava Sousa Franco na sessão de 1850 da Câmara dos Deputados — que entre as queixas da população de Pernambuco e da maioria do Império há al-

gumas muito reais? Por que não acreditareis que há também brados de fome e de miséria nêsses que supondes somente de desordem, para não apoiardes essa política omissa, que lhes não responde senão com tiros de canhão e de espingardas?”

Se é que as revoluções precisam de explicação. Têm, na própria realidade, a evidência da força dos fatores que as trouxeram. Apresentar a revolução de 1848 como um ato livre e voluntário dos políticos da Praia, como fizeram os seus adversários, teria apenas sentido faccioso quando não podemos negar que os chefes foram arrastados pela onda que se formou no interior do Estado, envolvendo-os, tirando-lhes a possibilidade de outra atitude que a de chefiar a revolução, que já encontraram deflagrada. Na essência, a revolta de 1848 foi uma atitude dos caudilhos praianos em pród da autonomia, como um protesto contra o regime que na Corte decidia da presidência de Pernambuco, impondo-lhe governantes e dirigentes contra a vontade e contra o sentimento da grande maioria da província. A adoção do regime federal, em 1889, veio assim consagrar a aspiração do povo pernambucano, redimindo o sacrifício dos que tombaram no campo de batalha, ou aceitaram o exílio e o ostracismo como fórmula mais honrosa que a submissão e a renúncia.

OS SACRIFÍCIOS

Muitos sacrifícios custou realmente a luta da Praia ao povo de Pernambuco. O número de mortos e feridos excedeu o que se havia registrado nas revoluções anteriores. Depredações, perseguições, prejuízos de toda sorte afligiram a população da província. Entre os próprios chefes da política, ou entre os que comandavam a revolução, não foram pequenas as baixas, nem faltou para êles o castigo imperial. Atingido em combate, João Roma, o proprietário da tipografia

do *Diário Novo* guerreiro experiente, corajoso, veio a morrer em consequência do ferimento recebido. Presos, condenados foram as figuras preeminentes da revolução, Abreu e Lima, como Lopes Neto, Jerônimo Vilela, Lucena, Borges da Fonseca, e muitos outros. A lista de presos chegava, segundo Urbano Pessoa, a 285, fora os desterrados de Fernando de Noronha e os prisioneiros das fortalezas e dos barcos ancorados no porto. No processo do Recife, foram pronunciados 54 dos indiciados no movimento, sem contar os condenados em outras comarcas da província.

O caudilho de Igarapé, Manuel Pereira de Moraes, conseguiu fugir para o estrangeiro. Não suportando, porém, o exílio, veio para o Maranhão, de onde a pé regressou a Pernambuco, a ver se iludia a vigilância do adversário. Peixoto de Brito refugiou-se em Portugal, onde esperou pelo decreto da anistia, que veio apenas em 1852. Antônio Afonso Ferreira, deputado à Assembléia Geral, embarcou para a Europa, e enfêrmo, teve que procurar o clima da Ilha da Madeira e aí a morte o foi encontrar, antes da anistia e do regresso à pátria. Pedro Ivo Veloso da Silveira é outra vítima, que se destina à Europa e morre na viagem, sendo seu cadaver atirado ao mar, para maior realce e dramaticidade dos lances de epopéia de sua vida.

Herói supremo, temos ainda Joaquim Nunes Machado, o chefe dos “praieiros” pela popularidade conquistada com os seus méritos excepcionais de tribuno popular. Alto de estatura, presença agradável, “olhos cheios de fogo (como Macedo o descrevia) tinha voz que se prestava a todos os tons, desde a doçura da palavra com facilidade e energia, dispuinha de amabilidade aliciadora até o rugido do leão; grande força física e de coragem inabalável”.

Ao iniciar-se a revolução, Nunes Machado ainda se encontrava no Rio de Ja-

neiro. Chega a Pernambuco a 17 de novembro, 10 dias depois de deflagrada a revolta. Informado do movimento, não o considera nem oportuno, nem justificado. Aguarda, procura desesperadamente uma palavra de cordura dos adversários, uma palavra que lhe permita agir como pacificador. Mas só encontra intransigência, frieza, hostilidade. E as paixões desencadeadas dentro de seus próprios arraiais, já lhe não permitem tergiversar: ou acompanhará a revolta, ou será tido por traidor. “Eu bem anunciei que vinha ser vítima!” “declara êle aos amigos, e vou sê-lo”.

O que mais o convence e o arrasta não é tanto o receio de um julgamento injusto, mas o espetáculo daquêlê pobre povo sacrificado. “Estou resolvido — escreve êle então — a correr tôdas as vicissitudes, a que porventura possa ser levada esta bela Província, e nem duvido oferecer minha vida, se tanto fôr preciso para salvar Pernambuco das desgraças que lhe estão propinquas.” Essa a linguagem de sua proclamação no dia seguinte à sua chegada a Pernambuco.

A 15 de dezembro, já está Nunes Machado no meio da procela. A espôsa, que ficou na Côrte, escreve êle então: “É-me mais fácil morrer no campo pelejando do que consentir que se leve meus patricios a ferro e fogo, como o está fazendo o infame que nos governa”. Mas o seu clamor é baldado. Em nenhum lugar encontra êle compreensão, tolerância, indulgência. E a alma sensível do lutador refletirá o drama insuportável: “Vivo — dizia êle a 28 de dezembro — vivo entre mil aflições, cuidados e desgostos e tanto soffro, que já prefiro a morte. Não fazes uma idéia do estado desta terra; as perseguições, os horrores, a matança por tôda a parte é horrível; corre o sangue em jorros e o govêrno, em vez de usar de clemência, só tem para com os pernambucanos pólvora, bala, fôrças e prisões!” Como que morrem as esperanças

no espírito desse homem amargurado e a sua preocupação ainda é com os outros e ele procura consolar a esposa, que ficara no Rio: "Deus te queira dar resignação para soffreres os teus desgostos, que se sou eu que te os causo, afirmo-te que não é essa a minha vontade, mas sim a força irresistível de uma sorte tirana. Adeus". Vêde bem. A palavra final cai como um vaticínio sombrio, a despedida trágica e lancinante do herói desiludido.

O torvelinho o arrebatava, de novo. Já está próximo o fim, que chega de súbito, com a bala certa que o derrubou, num sobrado velho da Soledade. A causa a que se votou já está igualmente perdida. Não se sabe bem como os companheiros ainda conseguem apanhar o cadaver de Nunes Machado, a meio do tumulto da retirada e da derrota, para o depositarem numa pequena capela dos arrabaldes.

Mas seria "tirana" — como elle dizia — a sorte do tribuno liberal? Tenho dúvidas, quando recordo a fascinação que o seu nome continua a exercer sobre o povo de sua terra; quando vejo a claridade que o inunda, nesta fase do centenário. Para Pernambuco, para o povo que idolatrava, continua elle a personificar a bravura, a altivez, a generosidade.

Quando se desce ao túmulo com uma mortalha assim esplendente, é que a "fôrça irresistível" a que elle aludirá quís fundar, no chão manchado com o sangue do combatente, a glória eterna de seu nome. E a todos por isso vos asseguro que onde houver um coração pernambucano, o nome de Nunes Machado nunca será lembrado em vão, como não será lembrado em vão seu exemplo, e sobretudo o sacrificio de sua vida à causa da autonomia de Pernambuco.

SANTO ANTÔNIO, AUTOR DA IMITAÇÃO DE CRISTO (*)

J. C. DE MACEDO SOARES

"Nas cerimônias de entrega de diplomas, é costume generalizado que o paraninfo pronuncie as derradeiras palavras ouvidas pelos diplomandos ainda alunos do Instituto onde completaram os estudos. Graças à vossa escolha generosa, coube-me desempenhar, nesta festa, tão importante missão, grata, não há dúvida, mas tão cheia de responsabilidades!

É tema quase obrigatório nas orações paranínicas, desfiar conselhos aos afilelhados para que eles possam palmilhar, com segurança, a nova estrada que se lhes abre na encruzilhada da colegiatura com a vida social externa. Não desejo fugir à regra, e me proponho a também vos dar conselhos, ou melhor a vos dar um só conselho: a leitura quotidiana da *Imitação de Cristo*. Atendendo ao vosso padrinho de formatura, obtereis a possibilidade de, aceitando um só conselho, receberdes todos os conselhos de que necessitardes nas vossas horas felizes e nas vossas horas de sofrimento. Seguireis, assim, o hábito de São Inácio de Loyola, São Francisco de Sales, São Carlos e tantos outros luminares da Igreja. O Santo Papa Pio V costumava dizer: a *Imitação de Cristo* é o guia da minha vida.

MAS O QUE É A "IMITAÇÃO DE CRISTO"?

É o mais belo livro saído das mãos dos homens, porque o Evangelho delas não saiu. Este pensamento tem sido repetido por muitos escritores, Abade d'Olivet, Fontenelle, Monsenhor Dorboy e outros.

Na verdade, o Antigo e o Novo Testamento, os Atos e Palavras Sagradas pela infalibilidade do Sumo Pontífice, e as Decisões dos Concílios, decorrem da Inspiração Divina ou da assistência do Espírito Santo. Depois destes livros sacrosantos, nenhum outro supera àquele que desejo quotidianamente em vossas mãos.

A *Imitação de Cristo*, chamada também o *Livro da eterna consolação* ou o *Livro da Vida*, recebeu o seu nome das primeiras palavras do Capítulo I, do Livro I, e foi escrita provavelmente no Século XIII, o século das grandes figuras da Igreja: São Francisco de Assis, São Domingos, São Boaventura, Santo Antônio de Lisboa, São Tomás de Aquino e tantos outros. O seu autor escondeu-se humildemente no anonimato, e até hoje não foi possível identificá-lo com certeza, embora conjecturas lógicas possam ser feitas em torno de tão iluminado escritor.

A *Imitação de Cristo* divide-se em quatro livros:

- 1.º Avisos úteis para a vida espiritual.
- 2.º Instruções para a vida interior.
- 3.º Da consolação interior.
- 4.º Exortações à Sagrada Comunhão.

O primeiro livro procura despertar o anseio de seus leitores pela felicidade da vida eterna, e, focalizando a miséria humana, aconselha a meditação na morte,

(*) Oração de paraninfo realizada em São Paulo, no Externato de São José — 1948.

a fim de ser alcançada sincera emenda na vida.

O segundo livro, nos seis primeiros capítulos, ensina como se alcança a paz interior, e, nos seis últimos, como se estabelece o reino de Deus na alma cristã.

O terceiro livro, a gema preciosa das quatro jóias de tão alto valor, é um longo diálogo entre Cristo e uma alma fiel, tratando todo êle do amor de Deus, da humildade, da paz da consciência, da vida eterna e dos meios de obtê-la, concluindo o seu quinquagésimo nono capítulo pela afirmação de que *Só em Deus se deve pôr tôda a esperança e confiança*.

O quarto livro trata do Sacramento da Eucaristia, e é uma eloqüente exortação à Sagrada Comunhão, e nêle se mostra o respeito com que se deve receber Cristo, a utilidade da comunhão freqüente, e a necessidade de uma preparação perfeita para que alguém possa se aproximar da mesa eucarística.

Os capítulos de cada um dos livros da *Imitação de Cristo* são compostos de pequeninas frases que constituem pensamentos destacados, ou argumentos serials para demonstrações doutrinárias.

Para se aquilatar a beleza da linguagem da *Imitação de Cristo*, basta citar o número um do Capítulo XV, do Livro IV:

“Deves buscar com diligência a Graça da devoção, pedi-la com instância, esperá-la com paciência e confiança, recebê-la com gratidão, guardá-la com humildade, cooperar solidamente com ela e deixar a Deus o tempo e o modo em que se digna visitar-te”.

O autor da *Imitação de Cristo* não quis escrevê-la em versos, mas em todo o livro é muito comum a repetição cadenciada de certos sons. As numerosas consonâncias, assonâncias e rimas de suas frases dão-lhe um ritmo de grande suavidade e doçura.

Monsenhor Pedro Puyol, um dos mais conhecidos estudiosos da *Imitação de Cristo*, na edição que nos deu em 1886, indica magistralmente a homofonia — repetição de sons — existente no maravilhoso livro.

A rima é a homofonia da última ou das duas últimas sílabas de palavras igualmente acentuadas. É considerada rima rica quando afeta duas sílabas: *lacrmosa, dolorosa*; e rima pobre quando afeta apenas a última sílaba: *estar e turbar*.

A assonância é a homofonia da última ou das duas últimas vogais finais em palavras igualmente acentuadas: *atual, eternal*.

A consonância é rima ou assonância rudimentar. Em tôdas as línguas, a rima e o acento constituem a base da versificação.

O autor da *Imitação* não escreveu em versos, mas o fez em prosa homofônica, usando muitas vêzes da rima, outras da assonância, ou então da consonância. A homofonia era de uso freqüente nas literaturas Grega e Romana.

Entre os estudos de profundidade da *Imitação*, existem os Dicionários das suas palavras, como o de Erhard continuado pelo Abade Wandelaicourt, e o *Lexique Philologique*, de Monsenhor Puyol; e, além de vários estudos sobre a pontuação do livro, sabido é que, na Idade Média, a pontuação regravava a pronúncia e a respiração, quando modernamente ela serve para esclarecer o sentido da frase.

A *Imitação de Cristo* é um confronto permanente entre a fragilidade das nossas vitórias na terra, e a solidez das nossas esperanças celestiais. Procura êle consolar aos que sofrem na vida, encaminhando suavemente o sofredor para a perfeição evangélica, quer dizer, para a completa felicidade na vida futura.

Um santo personagem disse, certa vez, que a *Imitação de Cristo* converteu mais almas do que letras nela contidas.

COMO DEVE SER LIDA A “IMITAÇÃO DE CRISTO”

Todos devem ler a *Imitação de Cristo* como se lê normalmente um livro. Depois de terminada a sua leitura, quotidianamente deve-se abrir, ao acaso, qualquer das quatro partes, e ler o capítulo que se nos defronta.

Dom João Esberard, Arcebispo do Rio de Janeiro, aconselhava: *Abramos ao acaso o livro da “Imitação”, e logo veremos como a página, que se nos pôs ante os olhos, responde, com singular propriedade, à nossa situação presente, e como, as mais das vezes, nos faz referência de pasmar! Experimente-o quem quizer, e diga se aquelas páginas, tão cheias de misteriosa suavidade, lhe não ressoam, quais vozes do Céu, nas profundezas da alma.*

O Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom José III, disse, certa vez, a propósito da leitura da *Imitação de Cristo*: *Aberto, ao acaso, nas tribulações da vida, a Providência parece ter guiado a mão de quem o abriu, para responder, sempre de modo consolador, a quem naquele livro, consultou a Deus, e esperou lenitivo à sua dor.*

Inúmeros prelados, no mundo inteiro, têm feito a apologia de *Uma obra que tem atravessado séculos derramando, em tôda a parte, inefáveis consolações*, na lapidar frase de Dom Antônio, saudoso Bispo de São Paulo.

QUEM FOI O AUTOR DA “IMITAÇÃO DE CRISTO”?

Demonstrar, com certeza, quem escreveu a *Imitação de Cristo*, não me parece possível. É problema que ficará historicamente insolúvel. No próprio livro maravilhoso, encontramos a apologia do anonimato: *Se queres saber e aprender alguma coisa proveitosamente, deseja que não te conheçam, nem te estimem*, Livro I, Cap. II, n.º 3.

Vamos, entretanto, apenas para um prazer espiritual, alinhar os argumentos que nos levaram a colocar Santo Antônio de Lisboa entre os prováveis autores da *Imitação de Cristo*.

Na controvérsia plurisecular a propósito da autoria da *Imitação de Cristo* que apareceu anônima, cerca de sessenta nomes já foram propostos para a glória da lavra do maravilhoso manuscrito. Três nomes são, entretanto, geralmente apontados como sendo o do iluminado escritor: Thomaz de Kempis, Giovanni Gersen e Jean de Gerson.

Thomaz Hoemerken, cognominado *Thomaz de Kempis*, por ter nascido na aldeia de Kempis, próxima de Colônia, na Alemanha, viveu muitos anos num convento dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, em Swolle, na Holanda.

Giovanni Gersen foi Abade do Mosteiro de Santo Estêvão, em Verseli, no Piemonte italiano. *Jean de Gerson*, o famoso *Doctôr consolationum*, foi professor eminente e Chanceler da Universidade de Paris.

No Brasil, a tradição é kempista. Quase todos os tradutores da *Imitação de Cristo*, atribuem-na a Thomaz de Kempis. Assim, a divulgada edição das *Vozes de Petrópolis*, feita pelo ilustre Frei Thomaz Borgmeier. Também a do Padre Cabral, editada pelo Padre Alfredo Soares em honra do 2.º Cardeal brasileiro, assim considerado no prefácio: *Dom Sebastião Leme, a quem o povo e o clero do Rio de Janeiro amam, veneram e obedecem*. O Padre Leonel Franca, o mais moderno dos tradutores, e a quem não sabemos o que mais admirar: — se sua piedade comovedora ou sua cultura impressionante, também se inclina por Kempis.

O que é certo, é que a *Imitação de Cristo* apareceu sem o nome do autor, e o anonimato, em tão valiosa obra, atesta a humildade imensa de quem a escreveu.

Não cabe, num discurso paraníptico, dissertar sobre a discutida autoria do ex-

traordinário livro de eterna consolação. Desejo, entretanto, manifestar a minha convicção de que o autor da *Imitação de Cristo* foi Santo Antônio, apelidado Santo Antônio de Lisboa, porque nasceu na Capital portuguesa, mas também chamado Santo Antônio de Pádua, porque, nesta cidade italiana, viveu alguns anos, e, num convento de suas vizinhanças, veio a falecer aos 13 de junho de 1331.

Atribuir ao popular Santo Antônio de Lisboa a autoria da *Imitação de Cristo*, não é novidade. Sua Eminência o senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, ao aprovar, em 1906, a tradução feita por Monsenhor Manuel Marinho, escreveu: *Este livro de ouro é, a meu ver, o que há de melhor, depois da Escritura Sagrada; nem ele é outra coisa, senão o constante e suavíssimo eco da "Palavra divina", onde o autor se inspirou, fôsse ele Gerson ou o nosso Santo Antônio, como hoje não poucas pretendem.*

O ilustre professor Ferreira Deusdado, em seu livro *Educadores Portugueses*, como já o havia feito em artigo na "Revista de Educação e Ensino", de Lisboa, sustenta que o autor da *Imitação* foi Santo Antônio.

O ilustre Professor Ataliba Nogueira, que tão bem tem estudado a figura do santo português, já aventou, entre nós, a possibilidade de se atribuir a Santo Antônio a autoria da *Imitação de Cristo*.

Seja-me permitido, em poucas palavras, justificar a minha afirmação de que Santo Antônio foi quem escreveu a *Imitação de Cristo*.

Quase todos os que se envolveram na controvérsia da autoria, concordam nos seis seguintes postulados:

1.º A *Imitação de Cristo* foi escrita por alguém de grande saber e de imensa humildade.

2.º O autor foi um frade.

3.º Seu objetivo deveria ter sido escrever um *Livro da Vida* para os seus irmãos religiosos.

4.º A linguagem latina, semeada de neologismos, indica erudito conhecedor das línguas neo-latinas, então em formação.

5.º A doutrina da *Imitação*, admirável e singelamente exposta, apoia-se constantemente na Bíblia, e as citações que faz dos livros sagrados, são de quem cita de memória.

6.º Toda a *Imitação de Cristo* está impregnada pela piedosa fragrância seráfica.

A "IMITAÇÃO DE CRISTO" FOI ESCRITA POR ALGUÉM DE GRANDE SABER E IMENSA HUMILDADE

É sabido que, terminado, em Assis, o 1.º grande Concílio dos Franciscanos, em que tomaram parte alguns milhares de frades da nova Ordem, ficou decidido pelo Pobrezinho, que cada Superior convidaria os auxiliares que desejasse. Terminada a escôlha, verificou-se que tinham sobrado o frade português Antônio e poucos outros religiosos. É que o futuro luminar da Igreja, sendo um estrangeiro desconhecido e, provavelmente, de aspecto pouco sadio pelas suas costumadas abstinências e rigorosas flagelações, não interessou a nenhum dos Superiores. Resolveu, então, Frei Antônio procurar Frei Graziano, Superior de uma das Casas da Itália, pedindo-lhe que o levasse, porque, disse, embora de pouca valia, poderia ser bom auxiliar na copa e na cozinha. Nesta humilde condição, lavando a louça, ajudando o cozinheiro, varrendo as celas, passou algum tempo aquêle que possuía toda a ciência de seu tempo porque tinha feito, brilhantemente, seus estudos, no Convento de Santa Cruz de Coimbra, na época, talvez a mais afamada escola teológica do mundo.

Acontece que, certa vez, numa cerimônia de ordenação, realizada na Catedral de Forlì, e em que estavam presentes o Antístete local e altos dignatários dos Dominicanos e dos Franciscanos, faltou, à última hora, o orador e também não se encontravam, ali, os que lhe podiam substituir. Frei Graziano, o Superior, lembrando-se de que, nas poucas vezes que ouvira a opinião de Frei Antônio, êle se manifestara sempre com muito acêrto, mandou que êle substituisse o orador ausente. Frei Antônio, exemplar na obediência, subiu ao púlpito com a aparência de um principiante na oratória sagrada. Desceu da tribuna consagrado pregador, notabilíssimo por sua impressionante eloquência, e pelos fulgores da sua ciência teológica. Foi Frei Antônio alcunhado, desde logo, pelos outros frades, *Pater Scientiae*, Pai da Ciência. Frei Graziano informou a São Francisco aquêlê extraordinário acontecimento. E o fundador da Ordem Seráfica, que já havia reprechido Frei Pedro de Stacia, por ter criado um seminário para o estudo dos jovens, mandando mesmo interditar tal escola, não teve dúvida, diante da aparição, em condições tão milagrosas, de um grande orador abrasado na eloquência sagrada, não teve dúvida em escrever a Santo Antônio, autorizando-o a explicar a Santa Teologia, mas de forma a não deixar extinguir nêlê, Santo Antônio, o mestre, e, nos seus discípulos, o espírito da oração, segundo a regra que professavam. Foi, assim, Santo Antônio de Lisboa o primeiro Doutor franciscano nas suas três características manifestações: teólogo na cátedra, pregador no púlpito, missionário no mundo.

Só quem conhecesse, a fundo, os livros sagrados e a ciência da época; só quem conhecesse, intimamente, a alma humana, e ansiasse sempre por sossegá-la; só um espírito de entranhada humildade, seria capaz de escrever a *Imitação de Cristo*.

Condicionados tais predicados, Santo Antônio é o autor da *Imitação de Cristo*.

A "IMITAÇÃO" FOI ESCRITA POR UM FRADE

No Capítulo X, do Livro III, da *Imitação de Cristo*: *De como é doce servir a Deus depois de haver desprezado o mundo*, o autor, usando da primeira pessoa do singular, revela a sua condição de religioso, dizendo: *Nem a todos é dado deixar tudo, renunciar ao mundo e abraçar a vida religiosa. Será, porventura, muito servir-Vos eu, quando tôda a criatura está obrigada a servir-Vos? Que vos sirva não me parece grande coisa; grande coisa, sim, e admirável, é que Vos digneis receber-me a mim, tão pobre e indigno, como servo Vosso e unir-me aos Vossos servos queridos.*

Noutras passagens da *Imitação*, o seu autor manifesta, claramente, a sua qualidade de religioso, por exemplo, no Capítulo XIX, do Livro I.

A "IMITAÇÃO DE CRISTO" É UM "LIBER VITÆ"

A *Imitação* foi escrita para servir de guia a religiosos. É correntemente denominada *Liber Vitæ*, *Livro da Vida*, e a palavra vida, em linguagem monástica, quer dizer regra. Santo Antônio foi, durante algum tempo, Superior de uma das casas franciscanas, nos primeiros tempos da Ordem Seráfica, portanto, estaria perfeitamente justificado, escrevendo um livro de regras, um livro de conselhos para aquêles que viviam sob a sua orientação espiritual.

São inúmeros, nos quatro livros da *Imitação*, os capítulos dedicados aos sacerdotes, às religiosas e aos seminaristas.

Um frade, não há dúvida, escreveu a *Imitação de Cristo* para leitura dos frades seus irmãos. Êste frade foi Santo Antônio de Lisboa.

A LINGUAGEM DA "IMITAÇÃO DE CRISTO"

A língua usada, na *Imitação*, foi o latim, língua universal na época, mas infestada de neologismos. É sabido que Santo Antônio, português de nascimento, pregou muito na Itália, e também na França. Conhecia, portanto, as línguas neo-latinas, na época, ainda em formação.

A DOCTRINA DA "IMITAÇÃO DE CRISTO"

Monsenhor Pedro Puyol lembra que o autor da *Imitação* devia conhecer a fundo as Escrituras. *Por vêses, diz textualmente, o eminente crítico, êle cita textos completos, mas dá a impressão de citar de memória porque, não raro, transpõe palavras ou troca têrmos.*

Nos manuscritos da *Imitação* não existem indicações relativas aos textos tirados das Sagradas Escrituras. Em pleno século XVI, em 1566, em seu livro sobre os frades menores, Frei Marcos de Lisboa dizia que Santo Antônio conhecia de cor toda a Bíblia. Quase todos os biógrafos de Santo Antônio afirmam que êle conhecia de cor os livros sagrados.

A *Imitação* expõe admiravelmente a mais segura doutrina cristã. De Santo Antônio disse o Papa Gregório IX, que o canonizou: *Verdadeiramente êste varão de Deus é a arca viva do Sagrado Testamento.*

Em suas preleções no Convento, e em seus sermões aos fiéis e aos heréticos, Santo Antônio usava sempre de uma linguagem rica em conceitos extraídos da Bíblia, a mesma em que foi escrita a *Imitação de Cristo*.

TODA A "IMITAÇÃO" ESTÁ IMPREGNADA DA PIEDOSA FRAGRÂNCIA SERÁFICA

Todos sabem que a Regra franciscana, desde as primeiras instruções de São

Francisco de Assis, impunha sobretudo a Oração, a Caridade, a Pobreza, a Humildade e a Obediência, numa só palavra, o ascetismo integral.

Tais preceitos constituem a preocupação constante do livro magnífico. Só no II Livro, são oferecidos 27 modelos de orações. Toda a obra rescende à mais piedosa caridade. No Livro I, notadamente no Capítulo II, é impressionante a lição sobre as riquezas perecedoras. O Capítulo XIII, do Livro III, contém forte afirmação: *Aprende a obedecer, pô soberbo.* O Capítulo IX, do Livro I, diz: *Muito mais seguro é obedecer que mandar.*

A *Imitação* cita o fundador da Ordem Seráfica, dizendo: *Por isso disse ôtimamente o humilde Francisco: "E o homem vale o que vale aos olhos de Deus e nada mais".*

No Capítulo XXXII, do Livro III, é consagrada a conhecida máxima franciscana: *Deixa tudo e acharás tudo*, e no Capítulo XLIV, do Livro II, a conhecida jaculatória de São Francisco de Assis: *Ecce Deus meus et omnia, Eis o meu Deus e o meu tudo.*

Maurice Lewandowski, em seu livro *L'auteur inconnu de l'imitation de Jésus-Christ*, estuda várias passagens da *Imitação* para mostrar como o espírito da Ordem franciscana está dentro do livro maravilhoso.

Santo Antônio, frade franciscano. Professor de Teologia por determinação do próprio São Francisco de Assis, conhecia, melhor do que ninguém, naqueles primeiros anos da fundação da Ordem, o espírito seráfico que a caracterizava.

Santo Antônio, autor da *Imitação de Cristo*, impregnou-a da piedosa fragrância seráfica.

CONCLUSÃO

Volto, minhas afilhadas de formatura, ao início da minha oração. Quero vos dar um só conselho: a leitura quotidiana da *Imitação de Cristo*. Nela encontrareis os melhores avisos para os momentos difíceis da vossa vida. Lá estão as palavras adequadas às pessoas aflitas, fracas ou negligentes. Lá se encontram ensinamentos sábios para combater o orgulho,

a inveja, a impaciência, as suscetibilidades exageradas, e tantas outras fraquezas humanas. Lá se diz como obter a paz de espírito, e quão delicioso é amar a Deus sobre todas as coisas.

Lêde, minhas afilhadas, lêde, quotidianamente, o livro da *Imitação de Cristo*, que, em sendo vosso companheiro inseparável, será vosso guia, vosso consôlo, vossa perene presença em Deus Nosso Senhor.

NO INSTITUTO HISTÓRICO DO PARÁ

CARLOS CARNEIRO

Exmas. senhoras e meus senhores:

A dois motivos de maior relêvo posso atribuir a honra de minha admissão neste ilustre sodalício, de largo conceito entre os congêneres do país e no seio do culto povo do glorioso estado do Pará: a de homenagear o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ora sob a prestigiosa direção do embaixador José Carlos de Macedo Soares, outra associação de vasto e merecido renome dentro e fora das fronteiras da pátria e que me acolhe com generosa hospitalidade desde o ano do centenário de nossa independência política, e igualmente a de distinguir a marinha nacional, a classe sempre digna através dos tempos e que com tão elevado patriotismo, minhas palavras talvez suspeitas, proclamam, vem procurando servir aos superiores interesses da nossa bem amada terra.

A um e a outra deixo logo consignados os agradecimentos fervorosos, restando-me a satisfação íntima apenas de ser o instrumento de tão significativa honraria a essas duas expressões inequívocas de progresso e brasilidade, de amor às letras e às ciências e ao dever e sacrifício, como soem ser o Instituto Histórico e a Marinha de Guerra, entidades que não se divorciam pelos objetivos imediatos de aparente contraste, porque de fato se irmanam nos mesmos ideais de civismo, como de elevar bem altaneiro o nome do Brasil, fortalecendo-o, garantindo-o nos belos campos da cultura e do valimento no cenário universal.

Porque os institutos históricos podem se orgulhar da missão pacífica e profícua a que se impuseram, assumindo a guarda zelosa dos fastos da gente brasileira como a da Humanidade em geral, porque o historiador, se não tem contribuído para todo o bem desejável, por ele vem medindo esforços desde as priscas eras, todos os anos, dias, meses para apontar como os fatos se desenrolaram e como seria proveitoso que os homens públicos sôbre eles meditassem, se instruissem na sua concatenação, na tessitura dos acontecimentos desde os aparentemente desprezíveis — mas que nenhum o é, até os de maiores projeções, evitando as tremendas tragédias periódicas de conflitos entre os povos, com seu cortejo infalível de perdas em todos os setores de atividade, nas colméias humanas, nas economias internas, nos recessos das famílias, na confiança e na solidariedade recíprocas.

A História tanto mais desconhecida, às vêzes raivosamente, pelos que se julgam superhomens, capazes de modificá-la o ritmo por milênios firmado, quanto inflexível e imperturbável ela vai catalogando os episódios, revivendo os sucessos, rejuvenescendo os arquivos, caracterizando à luz impoluta e ofuscante da verdade, as personagens, os atores dos dramas pelos mais próximos ou afastados rincões da terra, neste afã pela busca do que é correto, a despeito de quaisquer forças coercitivas, que possam tentar des-

viã-la da estrada retilínea que é seu apágnio.

E a verdade acaba esplendente ao fim de alguns anos, ou mesmo um século, ou vários séculos e até quiliades de anos; e como é interessante ao término de laboriosas procuras, rebaseando in-folios, percorrendo livros nos infindáveis meandros das bibliotecas, examinando ao ensejo dos graus das lentes os minúsculos alfarrábios, e confrontando datas, compondo quadros, desenhos, pinturas e desvendando inscrições em línguas vivas ou mortas, socorrendo-se de ciências amigas, a Heráldica, a Antropologia, a Geografia, a Numismática, Arqueologia, Filosofia, com resguardos para os filósofos sôbre os quais Cícero afirmava não se poder imaginar um absurdo tão grande que não fôsem capazes de sustentar, para afinal, após tantos labores, esperanças, mais intensas ou menos vibrantes, mas sempre esperança. chegar envelhecido, cabelos brancos, o pesquisador, o historiógrafo a escrever o nome definitivamente na galeria dos Notáveis do nosso Mundo, porque desvendou o mistério dos túmulos egípcios, ou o local exato da imensa costa do país de Santa Cruz em que Pedro Álvares Cabral deixou cair a âncora de sua capitânea ou, no futuro ainda, a situação da câmara onde Hitler e sua amante encerraram mais uma carreira de sonhadores imperialistas, deixando escravizado, ao jôgo de interesses dispaes, o povo que, mais uma vez, sofre o castigo maior de confiar nos líderes como Guilherme II, pandos de orgulho, marechais das batalhas nas homúculos da Civilização.

O valor da História, embora como o de todos os imponderáveis da vida do planeta não esteja sujeito à medição por falta de unidade da mesma espécie para ser comparado, se representaria por números altíssimos se as locubrações abstratas do homem nos meandros da ciência se encontrassem com os indefinidos ou

incomensuráveis, algébricos, monotônicos ou rimanianos.

Como apreciá-lo? Talvez observando que as grandezas matemáticas avultam rapidamente quando o fazem em homologia a outras grandezas variáveis, em aumento, o valor da História se acresce minuto a minuto em proporções gigantescas porque varia na razão direta do tempo que não pára, não estaciona, não retrograda, nem diminui, na razão das populações, que crescem, melhoram, civilizam-se, atuam cada vez mais nos palcos das competições, ainda na razão direta das terras que se não dilatam nem se descontam na expressão fria de um certo número de milhões de quilômetros quadrados, se incorporam em maior porção com o avançar dos tempos na relatividade de sua influência, dos campos cultivados, de jazidas valiosas, minas magnificentes, e ainda diretamente proporcional ao número de nações e a muitos fatôres, como ela, História, imensuráveis, sem pêso, mas de considerável poder virtual.

Mensurável ou não, ao aquilatar como se apresenta ao conceito das aglomerações de homens cultos, ressalta desde logo o caráter de sua imortalidade, porque a História é imperecível justamente porque é indestrutível, na impossibilidade de ser negada, pela própria evidência de si mesma; na filosofia cartesiana "Cogito, ergo sum" encontra-se o conceito fundamental: "Aconteceu, então pertence-me" e sobretudo é ela alma e sentimento, espírito e emoção, ideologia e subjetividade como parte integrante da vida privativa dos homens e geral das nacionalidades, quotidiana do indivíduo e secular dos povos.

Não é passatempo de homens mais ou menos inteligentes, cultos e perspicazes, mas imperiosa determinação do fatalismo decorrente do ser criado à semelhança do Senhor; impera para despertar nos jovens o sentimento de patriotismo, nos mais velhos a sensação das coisas admirá-

veis ou condenáveis realizadas, sem deturpar fatos, denegrir reputações, sem idéias preconcebidas, mas com serenidade, perspicácia e juízo reto sentenciar e decidir imparcialmente, promover a educação moral e cívica, reviver o passado, laudator temporis acti.

Com o correr dos séculos veio adquirindo foros de talvez o ápice dos estudos, porque as idéias não baseadas ou justificadas pelos fundamentos históricos passam como certas teorias científicas, belas na aparência, complexas na forma, mas facilmente substituíveis por mais significativas ou por não se esteírem nas aplicações práticas.

Nem se poderia compreender a ação dos homens nas comunidades, seus pontos de vista, os meios adotados e os processos, se não os observarmos à luz da História, das origens desta e de sua fundamentação, da autoridade, inteireza e autenticidade dos documentos e das fontes.

Assim o historiador é para o altar da História o que o sacerdote é para o altar de Deus.

Fugir especialmente ao romance em lugar da verdadeira história; estilo empolgante, literatura propecta, o entusiasmo, a vibração pelos acontecimentos, não constituirão a fisionomia dos fatos nem lhes traçarão os esboços precisos, se não se escudarem na realidade, na verdade absoluta, sem peias e sem temores. Os contemporâneos assim apenas podem alinhar os episódios, registrar os nomes e as datas, observar algo de maior evidência mas, daquilo que viu ou se passou em vida, ou da época em que transitou pela terra, seu testemunho embora valioso estará longe de constituir a verdadeira história.

Os feitos heróicos e os seus agentes, os heróis, por empolgantes na imaginação patriótica dos conterrâneos, por maior isenção de ânimo de que os revis-

tam, passarão envoltos na nebulosa dos tumultos e das decisões momentâneas, mil opiniões diversas apreciando sob prismas de côres variegadas os eventos registrados.

Pedro I é figura incorporada definitivamente na História brasileira como Defensor Perpétuo do Brasil, faz hoje exatamente 126 anos, o proclamador da Independência Nacional, querida e endeusada pela teatralidade da arancada do Ipiranga, pela coragem com que se libertou, êle, príncipe, dos grilhões das Côrtes de além-mar, facilitando com o gesto mirífico a libertação do colosso que despontava no horizonte; a História guardará do príncipe novelesco apenas essa glorificação a despeito da vida libertina, da marquesa de Santos, de uma correspondência pornográfica, das hesitações, avanços e recuos, que constituem, nêle, os aspectos pequeninos dos grandes homens.

Na guerra da Independência americana, o vulto dominante no panorama de tôda a campanha, como ninguém ignora, é Jorge Washington, o homem sem par, que, para a maior nação do continente colombiano e quiçá do próprio mundo, foi considerado o melhor, o mais nobre, o mais patriota, enfim:

“O primeiro na paz, o primeiro na guerra, o primeiro no coração de seus patrícios.”

Mas se Washington, pela maioria dos comentadores foi grande como general, como político, administrador, líder incontestado de uma comunidade em pleno desenvolvimento e que já muito pressagiava para o futuro, a ninguém talvez ocorresse ser um expoente em questões navais e menos ainda que pudesse ser elevado a um gênio na arte de guerra marítima, como se verifica pela pena autorizada do Capitão de Mar e Guerra Dudley Knox no livro “The naval genius of George Washington”.

O almirante Hilary Jones no prefácio, observa com certa vaidade, que apenas prova o imenso prestígio que ainda conserva no coração dos pósteros, a figura impressionante do epônimo de sua formosa capital:

“Podemos agora justamente proclamar Jorge Washington como o nosso primeiro grande almirante.”

Qual o comentário que sugere essa metamorfose, que coloca no mesmo plano Farragut, Paul Jones e outros chefes eminentes que tanta glória trouxeram para a marinha dos ianques?

Qualquer discussão será inútil; a re-percussão dêsse livro nos meios militares da América do Norte foi considerável; o assessor técnico da Missão Naval americana na Escola de Guerra Naval, Captain Julian Wheeler, com larga fôlha de serviços no Pacífico, propôs no programa letivo do ano transacto para os alunos, todos comandantes, como leitura sobre a qual deveriam fazer uma apresentação, isto é, um estudo especial, o livro citado em que se proclama Washington o primeiro dos grandes almirantes americanos.

A História está feita e ninguém provavelmente a poderá alterar, porque a defendê-la sairiam a campo milhares de homens abalizados e, especialmente, porque tal asserção encontra apoio exuberante no sentir e no coração de seus conterrâneos. Não cremos entretanto que qualquer autor acatado, não americano do norte, defendesse com igual calor a tese. Estarão em conflito a História verdadeira e a sentimental ou heróica? Será certo que Washington merece o título, se não conheceu o meio mais rudimentar de conduzir um navio no oceano? Alguém disse com acêrto:

“As legendas são a história do povo. Sobretudo aquelas que lhes agradam os instintos, os pendores e as paixões. Nunca se lhes provará a falsidade.” (Franz-Funck-Bren-

tano; Legendes et archives de la Bastille).

Por séculos os comandantes das grandes expedições marítimas, quando os combates de abordagem eram entregues aos soldados que guarneciam as galeras ou as libúrnias ou os pentecôntoros, se escolhiam entre os eminentes guerreiros, os condutores de homens, embora nada conhecessem das manobras dos barcos nem dos complicados processos de navegação; para êstes misteres bastavam pilotos com suficiente conhecimento das paragens e que na maior antiguidade, podiam pagar com a vida os erros de estima dos quais não seriam sempre culpados; Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Villegagnon são exemplos, êste cavalheiro de São João de Jerusalém, cavaleiro de Malta portanto, a mais afamada dentre as hostes de valentes de que tanto se orgulhavam as gerações da época em que a espada não se enferrujava na bainha.

O título de capitão de mar e guerra, tão pesado para os meus ombros fracos, é apenas uma reminiscência dessa época de franca cavalaria.

Napoleão estremeceia de impaciência com as delongas de seus almirantes, especialmente de Villeneuve, entretanto homem capaz; sentia o Corso a ponta do punhal que lhe tolhia a esmagadora vitória que sonhava e representada pelo gênio de Nelson, o almirante ímpar e impetuoso; êle mesmo formulou o plano, aliás mais de um, para conseguir situação que lhe permitisse superioridade, embora por algum tempo, sobre a esquadra inglesa e atravessar com as tropas aguerridas o Canal da Mancha; o entusiasmo do chefe contagiava os imediatos auxiliares.

“Do sucesso de vossa chegada diante de Bolonha, escrevia o almirante Decrés a Villeneuve, dependem os destinos do mundo. Feliz o al-

mirante que terá tido a glória de ligar seu nome a um acontecimento tão memorável.”

Tudo falhou porque Villeneuve não chegou diante de Bolonha, mas se o fizesse, certamente Napoleão teria juntado aos inúmeros títulos para a celebridade mais o de eminente estrategista naval, porque o plano do imperador, ousado como quase todos que dêle partiam, era brilhante na concepção e exequível, se a sorte, não a valentia e o heroísmo dos marinheiros franceses que abundavam, houvesse aureolado seus almirantes com o triunfo.

Ainda aí o estudo da História poderia ser muito útil à humanidade se os homens dirigentes acreditassem na excelência de seus conceitos.

O curso da História, como dizia De-crés, estaria mudado, porque a invasão da Inglaterra realizada, os estandartes imperiais tricolores desfraldados à brisa do Tamisa, as portas do mundo se abririam ao laureado de cem batalhas; mas não houve a invasão; Hitler poderia meditar na situação semelhante quando seus soldados nazistas, conquistadores de países fracos e nobres, Polônia, Tchecoslováquia, Holanda, Noruega, Dinamarca, Bélgica e até a tradicional inimiga, a França, só dependia quase tudo para o sucesso de seus sonhos de grandeza, de fazer tremular nas ruas de Londres os símbolos da doutrina da opressão e da tirania; mas a Inglaterra continuou inabordável, como já sucedera nas onze anteriores tentativas.

Fracassara na invasão como depois na Rússia, exatamente como Napoleão 130 anos antes; o frio e a distância foram inimigos mais cruéis para os aguerridos soldados napoleônicos do que todos os exércitos que antes afrontaram; o mesmo frio e a distância persistiram em negar aos soldados até então vitoriosos dos germânicos qualquer domínio efetivo sobre as vastidões eslavas.

Seria fácil procurar reproduções semelhantes na História, com Xerxes avançando sem apoio na retaguarda, com Aníbal, chegando ao coração de Roma sem comunicações entretanto com a mãe-pátria, com Carlos V transportando-se para o continente africano, na celebrada expedição a Alger, sem linha de suprimentos, com Alcebiades invadindo a Sicília e dependendo na manutenção dos comboios de Atenas, mas que, por exemplo, não sucederia aos americanos no Pacífico, com a retaguarda garantida, unicamente dando um passo avante quando poderia, em caso de necessidade, voltar atrás apenas para mais forte tentar com relativa segurança o novo avanço. Guilherme II e Hitler, como Mussolini e Hirohito desdenharam principalmente os ensinamentos de séculos de guerras e conquistas, fielmente transmitidos à posteridade pelos cultores da ciência de Clio, com a sinceridade e a minúcia que os meios permitiram. E como diz Jurien de La Gravière, a História é também um tribunal, a que poderia acrescentar, inflexível, ante o qual continuam prestando contas de seus atentados contra os próprios compatriotas e contra a civilização, os criminosos de guerra.

Consagrando-se à verdade histórica os membros dos Institutos que a veneram no mundo inteiro devem manter a mesma persistência na tarefa humanitária de fazê-la conhecida dos homens públicos que estes mesmos, investidos das responsabilidades de condutores de homens, teimam em desconhecer, enveredando pelos erros que desfizeram nações, geraram hecatombes monstruosas e mancharam, poluíram os sentimentos que devem presidir à marcha das gerações nos caminhos do progresso.

Concitemos portanto sempre e incansavelmente os diretores de suas pátrias a respeitarem os ensinamentos da História; como nunca, está a atualidade exigindo tal premissa. Muito antes da cessação

das hostilidades em todos os países cultos do mundo, formavam-se associações ou elaboravam-se temas, reuniam-se comissões ou discutiam os gabinetes, em torno de questões de após guerra, no sentido de saber como organizar a paz se a guerra ficasse vitoriosa do lado das Nações Unidas como sucedeu; o que se depreende das afirmações dia sim, dia não; surgem na imprensa é que a paz está longe de ser conseguida verdadeiramente, e talvez se torne problema mais difícil do que congregar os materiais, intensificar a produção, construir navios, bombas, foguetes, aviões, transportar milhões de soldados, alimentar centenas de milhões de empregados nas indústrias ou nos campos de batalha, enfim o tremendo esforço de guerra para arrancar a vitória nas armas.

Assim a primeira condição da paz será compreender o homem que o espírito de imperialismo, sob qualquer forma que se apresente, mascarado de democracia ou de razões proletárias, de superioridade de raça ou de doutrina, de afinidades ideológicas ou de conceitos utilitários, não vencerá, e se vencer não perdurará, e se perdurar há de arrastar no carro de triunfo as revoluções sangrentas, o sacrifício das populações, as revoltas e as conspiratas, não haverá descanso para os dominadores, as cabeças aos poucos irão rolando por fim às mãos dos carrascos, ou espetadas nas pontas das lanças, como tantas vezes, aqui, ali e acolá ocorreu aos olhos extasiados dos espectadores.

Ao transpor os umbrais de casa tão assinalada pelas suas conquistas no campo da História e se vem fazendo respeitada e benquista como penhor de segurança dos paraenses de que tudo quanto realizarem de proveitoso para sua gente e para sua terra ficará religiosamente guardado para conhecimento da posteridade e confirmação de suas virtudes, difícil seria estabelecer um plano de apresentação dos valores reais da história desta terra se diversas são as atividades nos variados

setores em que exerceram as mentalidades primorosas.

Como militar embora da marinha, apraz-me recordar a figura já tantas vezes exaltada que impossível seria com minhas descoloridas palavras fazê-la sobressair neste recinto: a de Hilário Maximiniano Antunes Gurjão, um dos varões que mais ilustraram o Segundo Império, na opinião de Henrique de Santa Rosa, herói de Tuiuti no comando do 1.º Regimento de Artilharia Montada, de Montevidéu, de Corrientes, Sauce, Grão Chaco.

Aos homens verdadeiramente superiores é dado se fazer sempre conhecidos da posteridade por gestos de excepcional agudeza de notoriedade, sempre porém reveladores de inquestionável bravura, seja cívica, militar, pacífica ou ideológica. Os exemplos e os comentários filosóficos que sugerem são conhecidos e fora do âmbito destas palavras apressadas; a mais antiga é de Leônidas, quando Xerxes, o orgulhoso filho de Dario, no comando de um exército que era também um povo em marcha, o convida a entregar as armas:

“Vem buscá-las”: “Do alto destas pirâmides quarenta séculos vos contemplam” é um retrato de Napoleão; “l’Etat c’est moi” define uma política absolutista e um programa “quand même” de governo.

“Não há paraíso para cobardes”, Dom João d’Austria em Lépanto; Henrique IV na véspera da batalha, detalhando os postos aos seus gentis-homens, é perguntado por um deles: “E onde encontraremos Vossa Majestade durante o combate?” “No local de maior perigo”. “Veni vidi, vinci”, é César. “Meu lugar é aqui”, traça a firmeza d’alma de Rodrigues Alves, o maior de nossos presidentes republicanos; são tantas e tantas, mas só conservadas porque bosquejam o caráter singular do autor; como êles, como

os grandes homens, Gurião, fremente de heroicidade, espada desembainhada e atirando-se sobre a ponte de Itororó, exclama e assegura com a vitória um dito para sempre gravado no coração de nosso soldado: "Vejam como morre um general brasileiro!"

Como oficial de marinha recordemos o illustre paraense Altino Flávio de Miranda Correia, que conheci almirante no Rio de Janeiro, muito apreciado na classe e digno de consideração e estima dos patrícios; para julgar de suas qualidades militares bastaria consignar que, comandando a torpedeira "Gustavo Sampaio" durante a revolta da esquadra de 1894, em ocasião que a prática do torpedo era incipiente na maior parte das marinhas, conseguiu torpedear o encouraçado "Aquidaban" comandado por Alexandrino de Alencar, nas águas de Santa Catarina; a glória de Altino Correia parece brilhar mais quando o próprio Alexandrino a êle se refere na descrição do combate que fêz, cerca de dois meses depois, em pleno sertão, ao tentar a fronteira argentina, e se abrigava em ranchinho de táboas de pinho, todo aberto às intempéries, descrição publicada em folheto de 1895 na cidade de Montevidéu:

"Honra seja feita ao Sr. 1.º Tenente Altino Correia, comandante da torpedeira "Gustavo Sampaio"; a êle, somente a êle, deve-se ter sido inutilizado o "Aquidaban".

E mais adiante referindo-se à "Gustavo Sampaio":

"Esta torpedeira cumpriu o seu dever antes de fugir, — lançando um torpedo na proa do "Aquidaban" enquanto as outras desapareciam no horizonte, deixando de secundar o seu bravo companheiro, que, se fôsse auxiliado, teria escrito uma página gloriosa para a marinha de guerra brasileira e que serviria de lição às marinhas de outras nações."

Existe nêsse tópicó impressionante lição de grandeza de alma, digna do excelso marinheiro que foi Alexandrino de Alencar; havia sido cruelmente ferido em tôdas as fibras do coração vendo perdido o navio querido e obrigado a abandoná-lo, seu orgulho, como diz na narrativa, "... em despedida dolorosa e triste, misturando as lágrimas dêstes heróis com as minhas..." e no entanto reconhecia o mérito do primeiro tenente adversário que derrubara o Gigante com a nova arma, e sensacional; para o homem do combate, apaixonava-se com o feito do tenente, êle comandante, mas sabendo avaliar a obra realizada, pois, na mocidade se entusiasmara com a insidiosa arma submarina e fôra comandante das torpedeiras. Sonhara por certo alguma vez êsse feito que contra seu valoroso navio o tenente paraense, natural desta cidade, executou com singular maestria, pois, atestado pela própria vítima, mas coração generoso e espírito sensível às belas façanhas do mar.

E é tanto enlêvo para mim avivar neste recinto a figura do Almirante Alexandrino quanto se completam hoje exatamente 100 anos de seu nascimento; é data sagrada para quem conserva, como eu, no mais elevado pedestal a memória do brasileiro eminente, a quem servi na última investidura de ministro como ajudante de ordens e oficial de gabinete e que me morreu nos braços na primeira hora, triste e chuvosa, na rua da Capital a que conseguimos ligar seu nome, no dia 18 de abril de 1926.

Mas a data centenária justifica poucos minutos de atenção do auditório ilustrado e amigo para figura de realce a que atingiu o renovador da Esquadra Nacional, porque possuía todos os títulos de recomendação à maior simpatia, como raro tipo de patriota, cidadão que o país pode conservar como um de suas vaidades pelo muito que o soube elevar e pelo qual mantinha culto fervoroso e como-

vente, página escoreita a sua vida da velha bravura, de tradição do valor militar, do caráter e da fé nos seus gloriosos destinos.

Desde logo se pôde salientar traço que embelezou todos os passos de sua vida militar; a união de pensamentos que liga subalternos e comandantes, o vínculo entre chefes e subordinados, que robustece a disciplina, que não pode ser criado pela ação mecânica das leis mas é privilégio de homens excepcionais, bem acima da vulgaridade dos que chegam, vivem, passam e em breve se tornarão esquecidos, velados pela própria mediocridade.

A dedicação ao serviço, disse alguém, a paciência para suportar as pesadas e enfadonhas tarefas da rotina do trabalho, a coragem, que não deixa recuar diante dos perigos e que anima os rasgos de heroísmo, que salva as nações nos momentos decisivos, tôdas as tonalidades da escala de sacrifícios, que constituem a vida do soldado e do marinheiro, reclamam que entre o superior e o subordinado, haja mais alguma coisa do que o laço frio das diferenças hierárquicas e do cumprimento do dever. É preciso que exista êsse magnetismo que permite aos predestinados pela natureza para os postos de alto comando, exercer sobre todos os seus comandandos a fascinação inspirada pelo sentimento e pela psicologia da alma humana. É o que exatamente se verificava entre Alexandrino e seus disciplinados mas afetivos subalternos.

Na longa vida em que se contaram mais de sessenta anos apenas de serviços ao país, a quem portanto o destino conferiu a invejável prerrogativa de acumular a experiência da idade com o espírito dos jovens anos, de fato como sucedera a Tamandaré até o ocaso do Império e talvez com Saldanha nos primeiros anos da República, incarnou a Marinha durante largo trecho da vida republicana, com a indômita vontade que o tornou credor de sua gloriosa classe e da nação

a quem prestou assinalados e inegaláveis serviços.

A proporção que foi galgando os postos da carreira sempre destacado nas incumbências a seu cargo, Alexandrino se identificava com os problemas e pôde assim se honrar com os títulos justos de organizador, constituidor, criador da moderna marinha do Brasil, da qual ainda se engalana com os símbolos, as flâmulas e os galhardetes do cerimonial marítimo, o nosso encouraçado "Minas Gerais" que sob o entusiasmo delirante, — suntuoso dia da Marinha, — da população da metrópole, transpôs as águas da Guanabara há 38 anos passados, à frente do "São Paulo" já retirado da atividade e de cruzadores e destróieres e da esperança da juventude da época.

O aspecto de herói não lhe desertou a figura nem o gesto até os anos mais adiantados como o amor à carreira; fizeram isso notar fatos mezinhos da vida que no entretanto revelaram o tremendo gosto pela classe e pelo serviço, do almirante; em certo 21 de abril, dia do Inconfidente Tiradentes, resolveu brindar o povo mineiro com uma passeata em Belo Horizonte de forças do Corpo de Fuzileiros Navais; mas estava gravemente doente e no Hospital, ardendo de desejo, como qualquer guarda marinha, de apreciar a formatura dos que partiam; foi-lhe fácil, com a ordem de que desfilassem, em caminho da Estação Central pela frente da casa de saúde; não queria deixá-los partir sem o adeus, temendo que ao regresso já não pudesse admirar os seus comandados... Era assim, o velho coração de marujo batendo apressadamente por trás da janela, agasalhado, e tomando a posição algo trôpega de sentido ao vislumbrar o pavilhão da Pátria...

Não seria apenas pela esquadra nova, moderna de que foi o campeão mas pela geral transformação em todos os setores da administração porque, onde se vislumbrou medida de real progresso para a Marinha, no quarto de século em que do-

minou o ambiente das coisas navais, ou foi por êle realizado ou dêle recebia a inspiração e o influxo.

Fundou a Escola de Guerra Naval, como estabelecimento de Alto Comando, instituição que vem em contínuo progresso até agora, prestando serviços inestimáveis à formação de nossos comandantes e chefes; rompendo com a doutrina e com os melindres naturais em países de formação incipiente, contratou oficiais americanos especialistas para dirigí-la e mais tarde a Missão Naval que perdura até nossos dias.

Outro ponto de larga visão do futuro foi a do lançamento da Escola de Aviação Naval primeiro núcleo no Brasil da arma que viria pôr fim revolucionar a arte da Guerra; dessa escola saíram e continuam na atividade muitos dos nossos melhores aviadores, como o Sr. Ministro Armando Trompowski, que tantos serviços tem prestado a Aeronáutica de que Bartolomeu de Gusmão e Júlio César Ribeiro de Sousa, o poeta balonista, foram os precursores de Santos Dumont.

As Escolas de Aprendizes e Grumetes mereceram a maior atenção, porque a instituição do Aprendiz Marinheiro, nascida primeiramente no Brasil, provou, para a extensão do território e a precaridade da instrução no século primordial da independência e ainda hoje não solucionada a inteiro contento dos brasileiros, de vantagens inludíveis, chegando a se estender a todos os Estados, sendo apenas de lastimar que o Pará não se esteja beneficiando, no momento, dêsses centros de cultura e preparação cívica.

Mas ainda está seu nome ligado a muitas outras instituições navais, como a Escola de Submersíveis, o Sanatório Naval de Nova Friburgo, a Reserva Naval, com o luzídio pessoal dos Clubes de Natação e Regatas, reconstrução de prédios antiquados, criação de Escolas, montagem de estações radiotelegráficas, serviços de praticagem, e sobretudo a febril movimentação de todos, a reforma dos regu-

lamentos, modernizando-os, os navios se aprestando para a realização prática do lema "Rumo ao mar" que empolgou a mocidade naval e abriu novos horizontes às suas aspirações como as da classe na sua generalidade.

Seria entretanto bem difícil sintetizar a vida tumultuosa do oficial, comandante, revolucionário, político, administrador, irrequieto em quaisquer circunstâncias, nunca apagado, mesmo quando sem qualquer função oficial, porque se transformava em ornamento da sociedade que se deleitava com a sua companhia, sem distinção de idades, pois, a tôdas se amoldava, compreendia e com elas se extasiava.

Um de seus gestos já no fim da vida, começando o corpo a se alquebrar mas não o ânimo nem o espírito, apaixonou a opinião pública; por circunstâncias que ainda a História não deve se pronunciar definitivamente, o encouraçado "São Paulo" revoltou-se contra o governo do Sr. Artur Bernardes, de quem era Alexandrino ministro, gesto de marujos que trouxe a Nação em suspenso, ansiosa pelo resultado possivelmente desastroso para a Marinha que se orgulhava do núcleo, então magnífico, de sua frota de combate, composta dos dois excelentes encouraçados. Providências imediatas toma o ministro com a atividade extrema que o caracterizava e sem se dignar dar resposta ao ultimatum dos revoltosos, logo que o "São Paulo" deixa a baía de Guanabara, rumo ao largo, corre ao "Minas Gerais", árvore o pavilhão de ministro, parte em perseguição da unidade desgarrada, entusiasmo a marujada, encoraja os indecisos, desilude os inimigos, transformando-se, como acentua certo articulista do A.B.C., no símbolo da dignidade brasileira, acrescentando:

"O veterano das nossas naves guerreiras quis ser na defesa da ordem civil mais do que uma autoridade ministerial: e foi o caudilho da

legalidade. Desafiando a morte, expondo a frente às balas dos patriciadas, o velho almirante deu à História a atitude definitiva para a sua estátua. Por ela, as gerações do Brasil de amanhã conhecerão uma legenda impressionante... A legenda de um homem de setenta e quatro anos que serviu à Pátria e às instituições com a audácia temerária de um herói juvenil e romanesco."

Foi a lição naqueles dias tormentosos de bravura e coragem cívica do septuagenário que não hesitava em sacrificar a vida, como o fazia do conforto e do pouco de saúde que restava para manter a estabilidade do regime.

O tempo urge; seria oportuno focalizar agora as conquistas dos paraenses que vêm dignificando sua linda terra e a pátria comum com o fulgor do talento; tem sido assim com a História; muito tempo gastar-se-ia somente para enunciar os nomes e os títulos dos membros desta casa que encontraram motivos na vida nortista para obras de inapreciável valor, nos quadros das pelepas militares, ou mais árduas das contendas políticas, na formação das cidades, nas lutas religiosas, na conquista e colonização, na evolução das leis jurídicas, na organização administrativa.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro muitas vezes veio buscar entre os filhos mais distintos deste Estado, valores reais para melhorar suas fileiras e assim engrandecer-se, apoiado nos sólidos arrimos de suas inteligências e de suas culturas.

E a minha saudação comovida se estende aos novos, aos atuais historiadores, na maioria sustentáculos desta sociedade que me honrou com a admissão, e que congrega espíritos de alta competência entre os quais se me afigura necessário ressaltar a do seu brilhante, não há outro termo, presidente o Dr. Teixeira Guei-

ros, já integrado nos fastos da geração atual por numerosos títulos, de orador, político, educador, ideólogo, cientista, homem público de relêvo nacional, de quem ao se ouvir ganha-se o dia apenas com este prazer espiritual, e ao mesmo tempo seria impossível não deixar consignados os reflexos do meu coração pelas encomiásticas palavras do talentoso poeta Dr. Venceslau Costa que, em nome do Instituto do Pará, viu mais na minha modesta personalidade do que os méritos reais do recipiendário.

Constituiu motivo de especial alegria nesta ocasião de emoções agradáveis a companhia do colega estudioso e amigo cordealíssimo que é o tenente Murilo Rangel Ribeiro Lopes, com soma apreciável de trabalhos publicados e esforçado lutador nas técnicas da Marinha.

A marcha dos povos exige a atenção vigilante de todos a quem brindou com alguma parcela de capacidade intelectual para o estudo das magnas questões, envolvendo o bem estar e a segurança de futuro auspicioso para a irrequieta humanidade. Os sócios deste Instituto continuarão empenhados, por certo, no mesmo ou com maior ritmo de intensidade nesses estudos do intrincado desenrolar dos acontecimentos, nos tempos idos ou nos viventes e os paraenses desfrutaram para isto de ambiente, de um belo passado, de estímulo de conterrâneos amantes das cruzadas destemerosas ao lado da natureza exuberante, empolgante, onde domina majestoso, na magnificência de suas roupagens, o maior rio do mundo...

Poder-se-ia até imaginar as paisagens encantadoras influenciando a marcha dos acontecimentos e moldando os gestos e os arroubos, se é certo a impressão da terra, do solo e do clima sobre a feição moral das gentes; falando ao viajor francês, em vale entre o Douro e o Tejo, nos arroubos do amor à terra natal, Fernando de Almeida, da Universidade de Coimbra, apontava a região e dizia:

“Aqui vosso Junot em marcha sobre Lisboa quis parar e renunciar à guerra. O país era muito belo...”

Por ser muito bela a majestosa Amazônia os indígenas a defenderam contra os invasores e êstes, pelo mesmo motivo, haviam de buscar a conquista; os ardores nos combates de um e outro lado se afiguravam tão grandes como gigantes são os rios e as florestas da imensidade da terra, e a sofreguidão pela busca dos triunfos se equiparava à correnteza impetuosa dos igarapés, ao zunido do vento pelas selvas, ao longínquo rugido do trovão, ou ao tumultuar das águas escoantes através dos meandros insulares; os vates a cantaram, esta Amazônia de sonho e de meiguice, e escolheram as lendas caboclas, o encanto das mulheres, das herdeiras das Içamiabas, valentes e destemerosas como elas, porém, como diz o poeta, súditas do amor, de suas leis e deveres, nas tardes cálidas e dolentes, tardes de namorados felizes que sorriem após o rubro sol que doira ainda os horizontes infindos; mas com a noite, sob a égide do Cruzeiro do Sul, ao suave murmúrio das águas ou aos mil indistintos ruídos da mata sonora, quando o jardim floresce, sistematiza-se, robustece-se, purifica-se o espírito místico das gentes e corações voltados para Deus,

obedientes aos mandamentos, pode-se compreender as diretrizes firmes da história religiosa dêste Estado, a fundação das igrejas, o suave domínio espiritual, a influência decisiva para a conquista e a civilização da Bacia, do missionário, prêso também aos encantos da natureza sempre prodigiosa, e derrubando com o gládio da fé e a auréola do sacrifício, quaisquer barreiras alterosas na estrada penosa dos Evangelhos.

Prossigui, eméritos historiadores do Pará, os vossos estudos magnânimos para brilho de vossa terra e glória da cultura dêsse esplêndido norte de significação destacada no conjunto de nosso imenso país; os lucros de vossos esforços, as recompensas de vossas lides, debruçados sobre as bancas da meditação e do raciocínio, a par do íntimo regozijo que satisfaz às almas nobres da amplitude de sua generosidade e no oceano de suas dádivas altruísticas, serão bem maiores, acima dos sonhos de vossa imaginação, os gratulatórios registos nos anais perenes da biografia dos homens, e ainda essa inigualável condecoração, incomparável por menos terrena que divina, o contraste do concreto, a antítese do olvido, o paroxismo do abstrato — o Panteon da Imortalidade.

Belém, 12 de outubro de 1948.

ELOGIO DOS SÓCIOS

PEDRO CALMON

ORAÇÃO DO SR. PEDRO CALMON

Cento e dez anos comemora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É a respeitável efeméride que lhe festejamos, reunidos com a antiga fidelidade de suas tradições mais caras, o que leva a dizer que, para interpretarmos devidamente a significação desta data, temos de cultura nacional. Fundado na hora mágica em que, sob o signo do romantismo político, renascia a Pátria para a construção de um regime, seu destino foi ser a academia de um regime, seu destino foi ser a academia dos estudos cívicos singularmente solidária com a vida brasileira. Tirou do seu programa inicial, de atribuir à jovem nacionalidade a consciência do passado, que lhe faltava, o senso conservador de sua ação educativa. Porém atravessou cento e dez anos a desfazer com prudência a tela do preconceito, a combater com dignidade o facciosismo intelectual, a proclamar com autoridade a crítica histórica, a bater-se discretamente pela rija verdade nas esferas arejadas desse douto debate, a fim de estabelecer, no Brasil, a coerência dos épicos através da justiça feita às gerações, como se fôsem as próprias linhas do seu futuro que descobrisse e esclarecesse. Ganhou com isto a nobre reputação que lhe assegura, como nos mais difíceis momentos da evolução nacional assegurou e impôs, o prestígio moral que desfruta no cenário das atividades literárias do país. Destacou-se — e em tanto tempo decorrido é admirável essa continuidade — pela obstina-

ção de seus propósitos no serviço da Nação. Enaltece-lhe o espírito público com vigilância de seus trabalhos; e bem merece dos brasileiros, pelo desinteresse puro e transparente desses cuidados, em que se combinam o entusiasmo da pesquisa, a serenidade da narração, a impavidez da atitude, o sentido perseverante do culto e da imparcialidade, nas afirmações inalteráveis de sua sabedoria.

Não se lhe interrompe o compromisso de acertar, nessa infindável campanha da verdade histórica contra o erro, que a injúria, ou o esquecimento, que a atraíçoa, ao coligir, uma vez por ano, — e exatamente a 21 de outubro — os nomes dos sócios desaparecidos. Dêstes o elogio é necessário à sua glória. Mandando o Instituto que se faça então o louvor solene dos companheiros mortos, quis consagrá-los, em muitos casos, ao patrimônio moral da Pátria. Antecipa pela abertura de um processo — o adequado processo dos testamentos que elevam e honram — o lento juízo da posteridade. É quando a história e a gratidão se enlaçam; nutram-se a emoção de saudade e o veredicto da opinião fria e honesta; e falam contemporâneos e admiradores a mesma linguagem de despedida e apresentação.

Começa-se pelos da casa, a análise esmiuçante das altas qualidades que os exornam; e para que, na homenagem devida a eminentes personalidades, ontem tão próximas de nossa estima, hoje tão lembradas de nossa melancolia, exulte a sociedade a que pertenceram. Exemplificam a natureza de suas energias espirituais. Enriquecem a galeria de suas

figuras magistrais. Constituem o tema respeitoso de sua celebração aniversária: que, na boa fama dos consócios extintos, revê o velho Instituto a poderosa influência do seu destino abençoado pelas grandes vidas que o iluminaram!

FIGEIRA DE MELO — Participava Jerônimo Avelar Figueira de Melo — falecido a 26 de dezembro de 1947 — do numeroso grupo dos diplomatas historiadores, organizado outrora por abnegados funcionários da estatura de Varnhagen, Rio Branco e Oliveira Lima. Oriundo de importante família que deu ao país estadistas e professores de amplo renome, nasceu em Petrópolis em 1879, bacharelou-se no Rio de Janeiro em 1906, investiu cedo a carreira, e nela se evidenciou por memoráveis serviços. Secretário e encarregado de negócios no Chile, no Vaticano, em Portugal, ministro em Caracas e Varsóvia, tendo peregrinado por La Paz, Lima, Viena, no desempenho correto de suas missões, cumpridas com a compostura e a distinção de exímio diplomata, não sacrificou a insaciável curiosidade ao mundanismo e à burocracia. Entrou argutamente os arquivos, remexeu bibliotecas e óticas, conviveu com alfarabistas e sábios, e galgou as escadas do Instituto com a exaustiva investigação sobre a correspondência do barão Wenzel de Mareschall e a corte d'Austria, na era da Independência, com o seu mergulho nos segredos da Santa Sé atrás dos primeiros representantes do Império junto ao Papa, com a coleta, em Lisboa, do rico material iconográfico do exército colonial. Humanista — que trazia do colégio Albert-le Grand, em Arcueil Siene dos Dominicanos, e do St. Georges College em Weylodge Surrey, na Inglaterra, o traço saliente da cultura cristã avivada de universalidade e estoicismo, Figueira de Melo era genuinamente um estudioso, hesitando entre a timidez, dos que só escrevem para ajuntar às verdades correntes uma nota ori-

ginal, e o retraimento, dos que preferem ao tumulto das vaidades a benévola solidão. Dedicou-se ao trabalho silencioso e fecundo, porém probo e valioso, como pedras de uma construção, que nunca desejou terminar, mas que estava inteira e resplandecente na pureza do seu sonho. Aquelas coleções de documentos, o resultado considerável daquelas pesquisas que enchem densos volumes de informação substancial, representam os elementos esparsos de uma obra que não quis realizar, indicando-lhe, todavia, os ângulos característicos, o forte desenho, a imponência presumível, a sóbria majestade; a história do Brasil vista de fora, através dos vitrais das bibliotecas estrangeiras onde se entesoiram os mais preciosos papéis que a elucidem e completem.

ÊCRAGNOLE DORIA — Luís Gastão de Escagnolle Doria, o infatigável cronista, foi, na sua diuturna batalha pelo verídico e pelo heróico, um dos mais apreciáveis operários dessa História retalhada em episódios, individualizada em biografias e distribuída em assuntos pitorescos. Nasceu em 1869, do casamento do General Chagas Doria, professor da Escola Superior de Guerra, e de D. Adelaide Escagnolle Taunay, irmão do visconde de Taunay; distinguiu-se como aluno aplicado e talentoso nos cursos de humanidades e de Direito em São Paulo; e estreou na vida prática como jornalista ardente e erudito, vocação esta de que nunca mais se desprende. Começou com Valentim Magalhães em *A Semana* — na inclita geração dos fundadores da Academia Brasileira; colaborou na *Fôlha da Tarde*, de Santos; e revelou sem demora a sua tendência pelas reivindicações do passado em forma de uma crítica cintilante e comovida. Atraiu-o o magistério, e em concurso dignamente ganhou se elegeu a professor de História Geral no Colégio de D. Pedro II, suprema aspiração para o seu idealismo severo e militante. Foi isto em 1906. De 1910 a 1917

pesquisou na Europa as fontes arquivísticas mais interessantes para a revisão da história brasileira. Dirigiu, entre 1917 e 1922, o Arquivo Nacional. E espalhou pela imprensa do Rio de Janeiro, frequentando com o seu artigo, o seu ensaio, o seu folhetim, quase todos os grandes jornais da cidade, o seu prodigioso conhecimento das tradições pátrias. Alguns livros estimáveis, monografias de fino labor e valia considerável, enobreceram essa atividade magnífica. Ao seu Colégio, por exemplo, consagrou a excelente Memória, do centenário, que se compagina entre os documentos mais brilhantes da história do ensino no país. Era, entretanto, o pequeno retrato, rapidamente traçado no espaço estreito de uma crônica, a sua especialidade de formidável miniaturista de figuras ilustres, de cenas e costumes, de fatos célebres e efemérides esquecidas. Aos milhares, com a pontualidade de um serviço organizado, sem deixar de imprimir no estilo, tão pessoal, a bizzarria de uma arte tôda sua, dispersou pelas publicações periódicas êsses estudos, que encheriam muitos volumes de boa, de autêntica, de palpitante verdade — como os de seus antecessores imediatos nessa tarefa insigne de reviver o passado com a graça amável dos reporteres e dos anedotistas: Moreira de Azevedo, Manuel de Macedo, Vieira Fazenda, Melo de Moraes Filho ou Ernesto Sena, biógrafo, ensaista, historiador admiravelmente instruído acêrca dos grandes e dos meudos acontecimentos, manteve até o final da laboriosa existência a preocupação do patriotismo. O que de panegírico houvesse na sua literatura, o que nela vibrasse de tradicionalismo polêmico, até o seu recorte vetusto de evocação repassada de contrastes com a mediocre atualidade correspondiam à energia, um tanto intratável, dêsse patriotismo intransigente. Dava aos moços, que o viam de longe, no isolamento austero de seus assuntos e de

sua idade, a impressão de um desterrado — não na sua terra, senão no seu tempo; pois conservava, intacta, a flama dos vinte anos, e, o que era mais a recordação e a sensibilidade da época em que os tivera. Dizia-se mal da originalidade de sua literatura espoliada de acessórios verbais que dispensava, para dar à frase uma suposta elegância, torcendo-a a seu geito. Que suprimia sistematicamente os artigos e abusava do jôgo de palavras... Mas não se negava a sua arte de recompôr as imagens, a engenhosa invocação dos cenários, a galanteria e o virtuosismo das descrições de que ressaltava o perfil vigoroso do seu personagem. Possuía o segredo dêsse gênero literário: e a seu serviço punha o insondável acêrvo de sua erudição, espécie de gaveta de feiticeiro donde, infalivelmente, o mago solitário retirava sem esforço o chiste, a raridade, a finura ou o esplendor dos episódios que contava. Contava-os com o vezo de ensinar. E ensinou honradamente até o fim, artífice modesto agarrado a vida tôda às ferramentas do ofício e que só as deixou quando, enregelada pela morte, já as não podia sustentar a mão laboriosa!

ROBERTO SIMONSEN — Poucos homens no Brasil viveram tão útilmente e morreram com tanta beleza como Roberto Simonsen. Êsse engenheiro esplendidamente apto para construir uma cidade, para criar uma indústria, para agigantar um empreendimento, para determinar uma política de moeda e crédito, para resumir um plano de reabilitação econômica, para levantar uma estatística de produção e consumo, para definir os rumos de um problema sociológico na nebulosa dos interêsses contraditórios, êsse luminoso estadista do progresso foi um misto de Mauá e Teixeira Soares, uma expressão intermediária da técnica e do gênio — a que não faltava o humanismo de sua formação literária. Santista; aliando na robustez física a influência inglesa de seu pai e a audácia bandeirante do ramo ma-

terno; amanhecendo com o século, para os estudos elementares, saiu dos bancos da Politécnica para os trabalhos de campo com a intuição de um general que traça e executa a vitória em três batalhas sucessivas. Venceu rapidamente a primeira: foi a conquista do nome. Tornou-se, na terra natal, um lúcido descobridor de fontes reais de riqueza. Não lhe custou ganhar a segunda: foi a reputação nacional de seus merecimentos. Transformou-se em "leader" do trabalho industrial no país, como resolutivo advogado de sua sobrevivência no centro fabril mais poderoso da América do Sul. E desdobrava os projetos de sua última batalha, que era a da consolidação dessa obra titânica — a racional industrialização do Brasil num quadro de inevitáveis harmonias econômicas — quando tombou, surpreendido pela morte, das alturas da tribo doutrinária.

A existência de Roberto Simonsen desenvolveu-se numa área quase ilimitada, de realizações, idéias, de interesses, de cálculos e de sonhos. Paulista, não circunscreveu ao território industrial do seu Estado a inquietação criadora; nem era, em rigor, um economista adstrito à esfera brasileira das questões do capital, da matéria prima e da mão de obra. O seu pensamento, de mestre da teoria econômica e primeiro operário das fábricas de São Paulo, como presidente da Federação das Indústrias, projetava-se nas conferências internacionais, ia a Londres e New York, procurava nos mercados estrangeiros a inspiração objetiva das soluções de que careciam as crises internas e, nessas viagens, se impregnava providencialmente de universalismo, experiência e autoridade. Fanático da grandeza material da Pátria pela incorporação na fortuna pública das indústrias básicas, sem as quais vegetariamos muito tempo ainda na subalternidade das civilizações simplesmente agrárias, assumiu o comando de uma cruzada que encheu de chaminés — como antigamente as cruza-

das enchiam de campanários — a paisagem do planalto. Era preciso fixar a mentalidade industrialista da nova geração: e foi, com o exemplo e a palavra, o guia e o profeta. Não lhe esqueceu a pedagogia. Fez o livro que lhe abriu as portas do Instituto e, mais tarde, o acesso à Academia Brasileira: essa inexcedível "História Econômica do Brasil" em dois tomos lastrados de números inéditos, de revelações sábias, de raciocínios conclusivos, que Afrânio Peixoto apresentou à literatura nacional encarecendo-lhe a estrondosa novidade. E fundou a sua Escola de Sociologia. Quer isto dizer que deu ao trabalho prático o seu relêvo de inteligência especulativa, e recortando-o um modelo universitário, associou habilmente a aspereza das forças da terra à suave espiritualidade das energias culturais, para constituir o moderno equilíbrio do humanismo brasileiro. Levado por ele ingressou no parlamento, dominou assembleias e comissões com o seu profundo conhecimento, dos problemas gerais, falava no Senado Federal como o portavoz, jamais desmentido, de sua classe, e continuou a servir-lhe na própria placidez — sublimada de poesia — do "Petit Trianon". Recebia, numa tarde festiva — em 25 de maio — o Sr. Zeeland, o Simonsen flamengo que nos visitava nas férias do seu enorme trabalho de repor a Holanda na paz social a que retorna. O salão resplandescia de boa sociedade e distinção intelectual. Comedido, pálido, aplaudido pela simpatia unânime de um auditório que dividia entre ele e o ilustre hóspede a curiosidade pontilhada de admiração, começou a discursar em homenagem, não só ao político daqueles frios climas, como às fortes características de sua ação restauradora. Aqui e lá, problemas e almas se equiparavam no vigor hercúleo das mesmas lutas... De súbito, fulminado, caiu para a frente, selando com a morte a frase incompleta. Deu àquele público o espetáculo grandioso,

da estátua demolida pelo raio, do herói que sucumbe no alto da trincheira, do orador prostrado na glória da tribuna, que tivesse, na presciência desse epílogo, convidando toda a gente para lhe assistir o majestoso trespassse. Mas não caiu desamparadamente num chão de cemitério. Caiu nos braços da multidão, na apoteose das forças que mobilizara e agora montavam guarda ao seu sepultamento, conduzido para a trégoa infinita da imortalidade pelo necrológio unísono da imprensa, do Estado, da inteligência e do trabalho, conjugados numa pomposa demonstração de respeito e justiça.

VIEIRA DA SILVA — Filho do visconde Vieira da Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1891, o advogado Luís Antônio Vieira da Silva escreveu o Congresso de História de 1931 valiosa monografia, sobre a Organização administrativa do Império. Esta contribuição para os estudos, que então se processavam, a respeito das instituições de outrora, e as suas finas qualidades de cavalheiro e filantropo, induziram Max Fleiuss, Ramiz Galvão, Agenor de Roure e Epitácio Pessoa a lhe indicarem o nome para sócio efetivo, elevado, logo em seguida, a tesoureiro do Instituto. Não foi denorado aqui o seu convívio, nem é sensível nos anais da Casa a sua passagem, porque os afazeres de intensa vida profissional pouco lhe permitiram dedicar-se à tranquila tertúlia dos historiadores. Conservamos a lembrança agradável do seu trato, a emoção que as reminiscências familiares produzia na sua linguagem vivaz e polida, a convicção de que, fugindo à letra de fôrma, guardava entretanto, para os vagares que nunca teve, muitas páginas de boa história, que algum dia talvez surjam a lume, revelando nas suas proporções inéditas, várias personalidades do passado que conhecera e admirara.

OTELLO REIS — O professor Otello Reis, de Itaboraí, onde nascera em 1890, foi exclusivamente mestre numa carrei-

ra benéfica de enciclopedista. Bacharel do Colégio de D. Pedro II, e em ciências jurídicas e sociais, lente do mesmo Colégio e da Escola Normal, aqui de inglês, ali de português, grangeou notoriedade e fama ensinando com extremos de zelo a gerações sucessivas, e por seus próprios compêndios. Aliás ensinava tudo. Línguas e ciências. Geografia ou latim, matemática ou grego, geofísica ou francês, a sintaxe de Shakespeare ou a métrica do Theatre Classique, dando-se ainda ao luxo de manter uma seção, pelos jornais, de consulta sobre o vernáculo, fiscalizando, dia por dia, a fala popular. A sua bibliografia é vasta, começando pela História do Brasil, que lhe assegurou, em 1921, o ingresso no Instituto: e compreende tratados de conjugação dos verbos, cosmografia, guia da análise léxica, primeiros passos de álgebra, pesos e medidas, aritmética, até um manual de redação oficial — que devera ser mais difundido... Esse amor à instrução, com a forma grave de apostolado da gramática, ajustava-se à modéstia, e ao mesmo tempo, ao heroísmo de sua desenganada vocação de professor. Dela não caiu, desde a mocidade, sem jamais ter abandonado, prisioneiro do magistério, a cátedra, o epitome, a convivência dos alunos, as suas profusas humanidades. Hauriu dessa abnegação que revestia de doura simplicidade — a bela reputação que o distinguia entre os de sua corporação e, em planos mais largos, na filologia brasileira. Recordava-nos uma série de outros professores — que também foram do Instituto Histórico —, distraídos dos tumultos do mundo pela música interior, de sua arte de ensinar, a que se juntava o alegre barulho das aulas que lhes completava a ambição de movimento e... de paz, desdenhosos das vaidades estranhas ao seu ofício, nêle confinados pela renúncia aos bens materiais, aperfeiçoando ano após ano, um método racional de explicação das áridas disciplinas: admi-

ráveis educadores, que deram o melhor de si mesmos para nutrir e formar os espíritos dirigentes do Brasil! O culto da língua portuguesa foi-lhes o misticismo da ação missionária: uma espécie de catequese branda, variando, entre a medicina da consulta pública, e a pregação insistente do correto modo de dizer. Porque sem uma língua uniforme e pura, em que se reflita a florescente literatura nacional, na sua pujança e no seu fulgor, carecerá a Pátria de sua alma vibrante, de sua unidade inconfundível, de suas permanentes razões de eternidade! Otelo Reis afiançava a prosperidade do Brasil regulamentando-lhe as dificuldades da escrita: foi, toda a vida, um professor de incontestáveis verdades.

PADRE LEONEL FRANCA — O jesuíta de vulto esquivo de palavra apostólica, de espantosa erudição e de santa fama que foi o Padre Leonel Franca, está a merecer — e o terá sem dúvida — um livro de interpretação biográfica que no-lo apresente inteiro: o filósofo, o sacerdote, o mestre-escola, o doutor da Igreja, o grande pensador. Já lhe fizeram o louvor algumas das vozes mais autorizadas da cultura brasileira. Estamos a vê-lo. Debil de natureza, na sua escassa vitalidade de cardíaco precoce, sumido na própria humildade como se o corpo se lhe espiritualizasse numa fugida sombra de padre indulgente; dividindo entre a biblioteca, o púlpito e a Universidade as forças que não tinha; fabuloso e manso, na sua sabedoria, insondável, como eram aquêles escolásticos góticos que de tudo entendiam fascinando os povos com a doutrina poliglota; autor de vários livros que correm mundo e ainda com tempo de curar as almas no seu piedoso ministério de servo de Cristo... Riograndense, porém de família baiana, nascido em São Gabriel, em 1893, discípulo e padre da Companhia de Jesus no vigor, que nunca lhe desfaleceu, da fé exaltada, especializou-se Leonel Franca desde os primeiros anos em ensinar aos moços; exatamente

como queria Santo Inácio nos mandamentos de sua Ordem. Sabia tudo: química, matemática, línguas, filosofia, essas ciências sociais que tão primorosamente versou e debateu em três obras clássicas. O Divórcio, a Igreja e a Reforma, a Crise do mundo moderno. Sabia principalmente que padece o mundo em crise do tormento sutil da dúvida, que começa por ser a descrença de si próprio no ceticismo dogmático das teorias que o enfeitiçaram. Achou-se em face das dores universais como os seus antepassados em magistratura filosófica diante dos cismas, das heresias, do faciosismo político, das revoluções estéreis e dos erros atrozes; convidado pelo dever cristão de falar às multidões uma linguagem apaziguadora. O que se observa no seu esplêndido manual de Filosofia, sobretudo no seu livro culminante, a "Crise do mundo moderno", é, antes de mais nada, o conhecimento analítico, a que acrescentava a crítica, de todas as doutrinas chamadas à discussão por sua honrada dialética — para delas inferir a precariedade e a progressão das forças destruidoras da dignidade humana, no conflito milenar do materialismo e da espiritualidade. Ao contrário dos filósofos sectaristas, a sua pregação era discreta, o seu gesto aliciante e benévolo, cheia de tolerância a sua erudição plena e modesta, que fazia por disfarçar, na doçura invariável de suas lições. Sábio, como o foram os maiores do nosso tempo, não deu à ciência a orientação profana e provocante de uma contenda. Encaminhou-a quase beatificamente, para o ensino que persuade, para a religião que purifica, para a renovação vital da sociedade num repúdio pacífico do egoísmo, da hipocrisia e da tradição burguesa, para que em seu lugar resplandecesse na terra a equidade cristã. Fêz a Universidade um objetivo. Os primeiros jesuitas criaram o Colégio. Sobre essa pedra fundamental edificou a nossa gente a civilização bra-

sileira. Quis êle concluir um ciclo, anexando ao Colégio, que professa as humanidades, a Universidade, que as emprega a bem dos povos. Como Nóbrega e Anchieta no século dos Descobrimentos. Leonel Franca, neste confuso século da crise inextricável, levantou a sua Escola. Antigamente e hoje, a ação pedagógica prosseguiu a sua inflexível coerência, que era o desbravamento das almas numa selva obscura. No outro tempo, copava ela o seu mistério verde pela extensão do país ignoto e deviam entrá-la, armados com a cruz e o evangelho, os “piagas do amor”. Agora, são as consciências que se escondem na espessa neblina de um mundo devolvido às sombras do caos: a “selva selvaggia” das gerações tontas e beligerantes sobre cuja angústia a boa palavra incide como um agulheiro de luz na penumbra da mata. Este mundo que o padre Leonel Franca estudou com paciência, pretendendo reeducá-lo com engenhosa caridade — no seu magistério dúplice, de lente de humanas e sagradas letras! Como se aditasse o seu tratado sobre a crise contemporânea com o apêndice que lhe faltava, traduziu mimosamente do latim a “Imitação de Cristo”. Depois de dizer às multidões a palavra sabia, disse-lhes com unção a palavra santa. De quem foi, afinal, êsse prodigioso compêndio de estoicismo católico em que é imitado Jesus — no perdão, na perfeição, na resignação das criaturas de boa vontade? De Thomas de Kempis, de Santo Antônio de Lisboa, de outro franciscano de excelsas virtudes que num convento medieval realizou, há três pares de séculos, a santidade, aquela divina flor de

consolação e de sublime aventura de cultivar, no seu jardim de bondade... Não importa! Traduzindo-a, Leonel Franca aprendeu melhor a vivê-la. Imitou o Cristo falando aos homens de duro coração, aos infortunados reunidos ao pé da montanha donde o Sermão da justiça social desceu como o orvalho dos céus sobre o seu desespero anônimo, às elites jovens convocadas por sua ilustre autoridade, a seus companheiros de ideal e de trabalho — numa hora vazia de esperanças, no crepúsculo de uma cultura indecisa, retintos os longínquos horizontes do sangue de uma imensa catástrofe e suspensas sobre as nações as tempestades da Ignorância, do Ódio e da Guerra. Proferiu em voz magistral algumas das advertências que salvariam o mundo, se o dispuzesse Deus a salvar-se; nem esqueceu, na sua pregação incançável, a paz do povo brasileiro, em cujo proveito empregou sem prêmios visíveis nem interesses profanos a vida impoluta de missionário do ensino.

Já se anuncia que, na Universidade que fundou, a sua estátua, em sítio de honra, constituirá para a posteridade, o testemunho emocionante de sua grandeza. É como desejamos contemplá-lo ou antes, como nos habituamos a imaginar o padre Leonel Franca: elevado à altura dos bemaventurados varões cujo perfil antigo, na moldura rendilhada dos nichos, dá às catedrais do passado uma deliciosa intimidade com o gênio e o sofrimento humano!”

A oração do professor Pedro Calmon foi longamente aplaudida.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

RELATÓRIO DO 1.º SECRETÁRIO, VIRGÍLIO CORREIA FILHO, LIDO NA SESSÃO (1778) COMEMORATIVA DO 109.º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

Quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorou o anterior aniversário, ressoou neste recinto, ao dar conta dos trabalhos da Secretaria, a palavra douda do professor Feijó Bittencourt, que superiormente substituiu o ausente, a quem os Estatutos incumbem de semelhante obrigação.

Andava por essa época o primeiro secretário pelo México, a serviço do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, para tomar parte, como representante do Brasil, na Primeira Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História, realizada de 18 a 26 de outubro.

Com a cooperação dos delegados de todas as nações americanas, exceto o Chile e Paraguai, e observadores enviados pela ONU, a UNESCO, União Pan-Americana, várias universidades e associações culturais, constituiu-se definitivamente a Comissão de História, dirigida pelo prorecto historiador Sívio Zavala, que ainda uma vez evidenciou suas excelentes qualidades de organizador e sua habilidade no conciliar opiniões divergentes.

Traçaram-se-lhe as bases e programas de trabalho, desdobrados por quatro subcomissões, consagradas à História da América, do Movimento Emancipador, aos Arquivos e ao Folclore.

Cada uma destas com os objetivos nessa ocasião combinados, tem por sede o país, cujo governo lhe proporcionou melhores condições de funcionamento, que foram, respectivamente, a República Argentina, a Venezuela, Cuba e o Peru.

O Brasil não poderia pleitear, pois que já lhe cabia a presidência do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares dignificou, e a da Comissão de Geografia, confiada ao Engenheiro Cristovão Leite de Castro.

Dois postos de relevância, que evidenciam não somente o alto conceito que mereceram

tão conspícuas individualidades, como inequívocas homenagens ao Brasil.

Todavia, ainda outras aflorariam, especialmente dedicadas ao Instituto Histórico.

Em verdade, não tardou a proposta apresentada pelo professor Angel Rubio, da Universidade do Panamá, que assim rezava:

I — Considerando que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemora amanhã o 109.º aniversário de sua fundação;

II — Que em tão dilatado prazo, desde sua fundação, a 21 de outubro de 1838, sempre se consagrou aos estudos do seu programa;

III — Que por suas atividades culturais, especialmente aquelas compreendidas dentro dos ramos do conhecimento humano que serão examinados nesta Primeira Reunião de Consulta sobre História, tem merecido singular estima entre as instituições congêneres,

Resolve:

1.º — Que se inclua na ata do dia desta primeira sessão plenária da Reunião de Consulta sobre História, um voto de sinceras congratulações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por motivo de completar o 109.º aniversário de sua criação, a 21 de outubro de 1838;

2.º — Que se envie um telegrama a seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para lhe comunicar a decisão tomada nesta sessão plena.

México, D. F., 20 de outubro de 1947. — *Angelo Rubio*, Delegado do Panamá na Comissão de Geografia."

E por maior requinte de gentileza, sustentou a sua *ponencia*, com o entusiasmo de leal amigo do Brasil, que teve ocasião de conhecer e admirar.

Defendida com fervorosa eloquência e aprovada por aclamação, a proposta serviu para espelhar os sentimentos de exuberante cordialidade das delegações, que decidiriam, mais tarde, ao cogitar dos planos de elaboração de grandiosa obra:

"Aceitar e agradecer o oferecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para

cooperar, oportunamente, na elaboração da História da América, na parte correspondente ao Brasil."

Destarte, competirá aos historiadores patrióticos, convocados pelo Instituto, apresentar à comunidade pan-americana a contribuição histórica da evolução do país, que resultou da viagem de Pedro Álvares Cabral. Insignificante colônia lusitana, de princípio, viçou e floresceu, em trajetória gloriosa, pontilhada de nobres anseios de generoso pacifismo, que a transitória atualidade poderá garbosamente evocar, sem ocultar os períodos sombrios de crise, que não evitam as mais famosas nacionalidades.

Para tamanha tarefa, não faltarão obreiros idôneos, tanto no quadro social do Instituto, como fora, pois, o seu número limitado não permite recolher todos quantos fizeram jus ao ingresso, mercê de valiosos trabalhos históricos.

QUADRO SOCIAL — Se as fileiras dos consagrados a miude se desfalcam, aos imperativos das contingências da vida, em compensação surgem outros batalhadores, igualmente bem aparelhados para a sadia campanha da cultura histórica. Ainda no derradeiro período, que nesta hora se remata, quantos não surmiram, emudecendo para sempre?

O Ministro Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, tão precavido em suas passadas, como diplomata avezado a não adiantar passo algum, antes de se considerár firme na posição em que se encontrasse, teve os dias atalhados a 26 de outubro, após o desastre, em que se viu colhido por veloz automóvel.

A 14 de janeiro, coube a vez ao douto professor Escragnoille Dória, cujo nome figura no cadastro social desde 1912, ao ser acolhido como sócio correspondente.

Para mostrar, porém, que nem sempre a velhice é preferida, baqueou, fulminado em plena glória, o senador Roberto Simonsen, quando, a 25 de maio, proferia formosa allocução, ao interpretar à justa os sentimentos dos seus pares da Academia de Letras, em homenagem a ilustrado visitante.

Também era dos menos idosos o Dr. Luís Vieira da Silva, que desapareceu a 5 de agosto, depois de ter prestado, no desempenho do cargo de tesoureiro, valiosos serviços ao Instituto, iniciados quando aceitou o encargo de elaborar a tese acerca da "Organização Administrativa do Império".

No dia seguinte, sucumbiu o professor Otelo Reis, que dedicara toda a sua energia ao magistério, e tivera maior prazo para cola-

borar nas tarefas do Instituto, desde 6 de agosto de 1921.

Por último e recentemente, a 3 de setembro, ainda outro educador, o padre Leonel Franca, deixou orfã da sua assistência animadora a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da qual era Magnífico Reitor.

Esbateu-se, a 4 de setembro, o vulto de quem andava como sombra, silenciosamente, entre os contemporâneos. Bem que lhe sobrasse cultura para versar qualquer assunto relativo à história, como demonstrou em obra magistral — *A Igreja, a Reforma e a Civilização* e a *História da Filosofia*, não se tinha em conta de historiador e assim achou excessiva a homenagem que lhe prestou o Instituto, ao recebê-lo entre os seus, a 21 de dezembro de 1943.

Para as vagas, então existentes, no quadro social na Assembléia Geral de 27 de agosto elegu-se sócios honorários o ministro Adroaldo Mesquita da Costa, professor Agnelo Bittencourt e comandante Luís Alves de Oliveira Belo.

Para sócios efetivos os professores Fernando Antônio Raja Gabaglia, Adolfo Moraes de los Rios e José Honório Rodrigues, e sócio correspondente o ministro Guerreiro de Castro.

Com os dois primeiros nomes o Instituto, além de escolher dois ativos pesquisadores, ainda prestou homenagem, em suas pessoas, aos Institutos Históricos estaduais, do Rio Grande do Sul e do Amazonas, que os tiveram para seus presidentes por longo prazo.

Raja Gabaglia adquiriu nomeada como professor e autor de livros de valia incontestável, como também o professor Moraes de los Rios, atual presidente do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura; o comandante Oliveira Belo, que já se fez ouvir neste recinto, em sessão especial; José Honório Rodrigues, chefe de Divisão na Biblioteca Nacional; Guerreiro de Castro, cujas preferências investigadoras se aplicaram à genealogia e heráldica.

O Instituto confia em que a sombra estimulante da sua organização centenária, contínuem os novos consócios a empreender obras que lhes acresçam a nomeada de argutos pesquisadores, em prol do engrandecimento cultural do Brasil.

CONFERÊNCIAS — Como de costume, a série de conferências foi iniciada no dia devotado à comemoração do pan-americanismo, que distingue os povos deste continente, irmãos por sadios sentimentos de solidariedade e aspirações pacifistas.

A manifestação mais remota, que registram as crônicas, partiu de um brasileiro, Alexandre de Gusmão, embebido de radioso idealismo, e natural seria que a outro patricio, embaixador Gurgel do Amaral, coubesse a iniciativa da sugestão bem acolhida, mercê da qual todos os países americanos reafirmam, a 14 de abril a sua crença nos princípios da política da boa vizinhança e confiante fraternidade.

A propósito, fêz-se ouvir a palavra abalizada do coronel J. B. Magalhães, que tomou para tema de sua conferência: *O Pan-Americanismo no Quadro Geral da Civilização Ocidental*.

A 5 de maio, proficientemente estudou Afonso Costa o vulto inconfundível de "Ferreira França, através da Política e da Anedota", assim comemorando o centenário de falecimento de culto baiano, que se distinguiu entre os contemporâneos, tanto pela inteligência, como por singularidades no proceder.

No mês seguinte, a 2, tratou o desembargador Vieira Ferreira do "Descobrimento do Brasil", para apresentar novos argumentos favoráveis à prioridade portuguesa nas explorações do litoral brasileiro.

Secundou-o, na tribuna, o almirante Gago Coutinho, com o entusiasmo de exímio navegante, que sabe utilizar-se dos seus conhecimentos náuticos em defesa da tese grata ao seu patriotismo.

Presente à sessão, o embaixador de Portugal, Dr. João de Bianchi, também participou dos comentários, com a eloquência que rapidamente lhe conquistou admiradores no Brasil.

Por ocasião do seu ingresso, a 25, o professor Haroldo Valadão preferiu confirmar, ainda uma vez, que bem andou o Instituto em elegê-lo, renovando coincidência rara, de figurarem pai e filho na lista dos sócios.

Não é comum a ocorrência, que realçou a simultânea presença dos dois Cêlso, visconde de Ouro Preto e conde de Afonso Celso, de Rodrigo Otávio, pai e filho, cuja companhia por largo prazo encantou os consócios.

A eleição do segundo Valadão, quando o primeiro ainda se conserva em plena atividade intelectual, exigia solenidade no ato da posse.

E como lhe fôsse o assunto de inteiro aprazimento, explanou da tribuna expressivo tema — "Pimenta Bueno, grande constitucionalista do Império".

De maneira semelhante, o ministro Alfredo Valadão, traçou a 11 de agosto, a biografia de "Lourenço Ribeiro, primeiro Diretor e primeiro Professor de Curso Jurídico de Olinda e primeiro Comentador da Constituição do Império".

Ambos professores, souberam tratar a primor dos iniciadores dos estudos jurídicos no Brasil, assim na cátedra, como igualmente nos livros que ainda resistem à ação do tempo.

Entre uma e outra, realizaram-se duas sessões comemorativas, de sucessos memoráveis.

Para falar a respeito do conselheiro Rodrigues Alves, convidou a Presidência do Instituto o ministro Tavares de Lira, cuja voz oracular relembrou, a 7 de julho, os aspectos financeiros da administração do insigne estadista, que veio da Monarquia à República, sempre devotado a nobres aspirações.

A contribuição do Instituto, pela palavra judiciosa e douda do seu intérprete, assinalou-se entre as mais valiosas homenagens com que foi festejado o centenário do nascimento do preclaro patricio que tanto conseguiu atuar em prol do engrandecimento do Brasil.

De René, o eterno entediado, tratou, a 19 de julho, o Dr. Luís Filipe Vieira Souto, que descreveu a época e o ambiente em que viveu Chateaubriand, sempre insatisfeito.

Apesar dos triunfos literários, políticos e sociais, que lhe deram glorioso renome, exilou dos seus escritos a alegria de viver.

E a melancolia, espelhante em frases emotivas, contaminaria mais de uma geração, como a provar a influência avassaladora do inigualável estilista, na formação sentimental do romantismo.

Ao findar agosto, o general Pedro Cavalcanti de Albuquerque dissertou acerca de tese de sua predileção: *A Democracia e seus antecedentes históricos*.

E como, sem apropriada educação, debalde se manterá a democracia em país algum, valeu-se do ensejo para propagar as idéias que lhe abraçam o entusiasmo de patriota, no sentido da maior ampliação e eficiência da organização educativa no Brasil.

Mais recentemente, a 28 de setembro, data memorável, que lembra vitoriosos esforços legislativos na campanha emancipadora, o centenário do professor Brasília Machado deveria levar à tribuna, que ele tanto enobrecceu, com a sua eloquência arrebatadora, o deputado Ataliba Nogueira, juntamente com o orador oficial, professor Pedro Calmon.

Por impedimento à última hora do primeiro, coube unicamente a este a incumbência de evocar o tribuno, cuja fama derivou principalmente do precioso dom da palavra, fôsse na cátedra, fôsse nas defesas forenses.

Bem merecia as homenagens do Instituto quem por seus méritos lhe ingressou no quadro social, a que também pertenceram o pai, brigadeiro Machado de Oliveira, e o filho, Alcântara Machado. Três gerações seguida-

mente consagradas aos estudos históricos, demonstrados em obras de valia incontestável.

A sessão comemorativa honrou-se com a presença do embaixador da Argentina, D. Juan Cooke, que, saudado pelo orador oficial, respondeu com expressões indicativas de cordialidade reinante entre os dois povos.

Congressos — O relatório último assinalou a deliberação do Instituto, que perfilhou a indicação apresentada pelo seu magnífico orador, Pedro Calmon, para a realização do quarto Congresso Nacional de História, por ocasião do quarto centenário da instituição do Governo Geral.

De conformidade com a deliberação da Assembléia Geral, o seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, nomeou a Comissão Organizadora que se constituiu dos seguintes sócios:

Augusto Tavares de Lira — Alfredo Valadão — Pedro Calmon Moniz de Bittencourt — José Wanderley de Araujo Pinho — Virgílio Corrêa Filho — Rodolfo Garcia — Afonso d'Escagnolle Taunay — Braz Hermenegildo do Amaral — Carlos da Silveira Carneiro — Francisco Radler de Aquino — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Artur Cesar Ferreira Reis — Afonso Costa — José Pedro Leite Cordeiro.

Sob a presidência do ministro Tavares de Lira, que semanalmente comparece à reunião, foram tomadas as providências destinadas a garantir o êxito da iniciativa.

Assim organizado o temário, distribuíram-se convites aos conhecedores dos assuntos nêles especificados, e as respostas, em maioria afirmativas, prometem excelentes contribuições.

Já se acham na Secretaria, enviados pelos seus autores, os trabalhos seguintes:

General Liberato Bittencourt — A Arte e seus principais representantes no período colonial.

Tomaz Oscar Marcondes de Sousa — O códice de Piero Valenti ou 1910 da Biblioteca Riccardiana de Florença, na parte que interessa à primeira e segunda tese de História Geral.

Tomaz Oscar Marcondes de Sousa — A expedição de 1501 e 1502 e Américo Vespucci.

General Pedro de A. Cavalcanti de Albuquerque — Organização Militar da Colônia no Século XVIII.

Cônego Paulo Florêncio da Silveira — Padre Angelo de Siqueira e sua época religiosa.

Luís da Câmara Cascudo — Geografia do Brasil Holandês.

Alberto Langeo — As invasões francesas no Rio de Janeiro. Duclerc e Duguay-Trouin. Documentos Históricos.

Coronel Luís Tenório de Brito — Memória sobre Itapeperica da Serra.

Tito Lívio Ferreira — Função Econômica do Bandeirismo.

Outros certames efetuaram-se com intuios semelhantes.

Ainda recentemente, de 5 a 12 do corrente, realizou-se o I Congresso de História Catarinense, em comemoração ao Segundo Centenário da Colonização Açoriana.

Embora convidada, não pôde a Diretoria comparecer, como pretendia. Mas solicitou ao comandante L. Boiteux para representar o Instituto, que, aliás, contou vários dos seus membros entre os presentes, como o professor Helio Viana, que daqui seguiu, especialmente para tomar parte nas sessões, e teve as honras de vice-presidente, o Dr. Osvaldo Cabral, que fazia parte da Comissão Organizadora.

Publicações — Apesar dos esforços do seu diretor, Cláudio Ganns, a Revista, que se conservava em dia longamente, começou a retardar o prazo de saída, que vai crescendo de continuo.

Contribuiu para esse resultado o aumento dos compromissos da Imprensa Nacional, obrigada a atender a todas as tarefas que se concentraram em suas oficinas, dificultando-lhe ultimá-las no devido período.

Assoberbado pela tarefa crescente, o diretor e brilhante escritor, Paulo Achilles, esforça-se a todo o seu poder para reduzir o atraso da publicação, que ainda perdura.

Melhoramentos — Embora esteja este prédio condenado a desaparecer, de acordo com o plano urbanístico há muito aprovado, a sua condição, de ruína dissimulada, obriga os ocupantes a promover-lhe de continuo melhoramentos que lhe facilitem as tarefas a que se entregam.

É sabido que está o cupim danificando o madeiramento, fato que já lhe causou a substituição de algumas vigas, inteiramente estragadas, por novas peças. O soalho, afistulado de covas e sulcos, também necessita de reparos em vários lugares visíveis, além dos que não denunciam ainda o trabalho destruidor de insetos vorazes.

Urge a mudança do Instituto para sede isenta de caruncho, onde o seu patrimônio bibliográfico e documental seja melhormente conservado.

Enquanto permanecer nas atuais condições de progressiva danificação, irá, todavia, promovendo a defesa do que possui, condicionada aos auxílios de que disponha. Assim, quando lhe foi possível, promoveu a revisão de sua instalação elétrica, especialmente nos pontos de luz indicativos de anormalidades perigosas. Refor-

mou a canalização da água para melhorar o serviço de abastecimento, que então alcançou o depósito superior, por longo prazo vazio.

Substituiu o elevador de livros na sala de leitura, por aparelhagem elétrica, a fim de poupar o esforço manual dos empregados, de que dependia até então o transporte vertical dos volumes solicitados pelos consulentes.

Restaurou os móveis que se achavam em grande número fora de uso, e assim os tornou de novo utilizáveis inclusive as estantes, que ameaçavam desabar com o peso dos livros, em consequência da destruição parcial causada pelo cupim.

Encadernou ou reencadernou 608 volumes cujo continúo manuseio, em consultas frequentes, lhes deteriorizou a lombada, desarticulando-lhes as páginas.

Manteve o serviço de desinfecção dos livros, para ao menos evitar maiores estragos do que os verificados até a atualidade, em consequência das precárias condições de prédio, viveiro de insetos bibliófagos.

Em todos esses consertos, a mingua de recursos aconselhou a mais estrita parcimônia, que, aliás, domina todas as iniciativas do Instituto, cujos funcionários dão exemplo de abnegada renúncia.

A tabela de vencimentos longe está de comparar-se à adotada para cargos análogos em repartições existentes nesta Capital.

E, não obstante, desempenham a contento as suas obrigações, desde a diretora da secretaria, Adelaide Morosini Alba, até o de menor graduação.

E como se dedicam às tarefas que lhes cabem, a estatística registra-lhe as atividades, com os números seguintes:

<i>Secretaria</i> — Offícios, cartas e telegramas recebidos	1.708
Offícios, cartas e telegramas expedidos	3.267
<i>Sala de leitura</i> — Consultas de livros	27.908
Consultas de jornais	8.480

Consultas de revistas	10.431
Consultas de mapoteca	4.597
Consultas de arquivos (documentos) ..	25.996
<i>Museu</i> — Visitantes	565

Arquivo — Revisão e catalogação de 20 volumes da coleção "Conselho Ultramarino" e dos documentos de 456 latas.

<i>Biblioteca</i> — Recebimento de obras oferecidas	317
Recebimento de mapas	81
Recebimento de revistas e jornais	817
Continuação da revisão, arrumação nas estantes e catalogação.	

Antes de encerrar este relatório, não virá fora de propósito breve referência à homenagem, que dedicou a Aeronáutica à memória de quem animou por mais de quatro décadas as sessões do Instituto.

A um dos seus aviões deu o nome de Max Fleiuss, e para seu padrinho convidou o embaixador José Carlos de Macedo Soares, que se fez representar pelo segundo secretário, professor Feijó Bittencourt, por não poder pessoalmente comparecer.

As alocações proferidas ainda uma vez lembraram o inesquecível Secretário Perpétuo do Instituto, cuja efígie já se acha impressa em medalha, artisticamente gravada pelo professor Girardet para distribuição, entre os que merecerem o prêmio denominado "Max Fleiuss". Ao instituí-lo, por doação especial, o embaixador José Carlos de Macedo Soares acrescentou este a outros atos indicativos de sua generosa benemerência, à qual ainda espera o Instituto dever a sua transferência para sede condigna do prestígio adquirido em 110 anos de atividades culturais, inspiradas por indefectível amor às luminosas tradições do Brasil, de que se tornou o guardião vigilante e fervoroso.

LOURENÇO RIBEIRO, PRIMEIRO DIRETOR E PROFESSOR DO CURSO JURÍDICO DE OLINDA E PRIMEIRO COMENTADOR DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO —
ALFREDO VALLADÃO

FEIJÓ BITENCOURT

O ministro Alfredo Valladão, reavivando uma figura de magistrado a quem foi dado servir de maneira excepcional o ensino brasileiro, compôs um retrato daquele que leu aos primeiros discípulos da Faculdade de Recife as verdades aprendidas com a experiência a respeito da Constituição do Império, tendo sido assim um dos primeiros comentadores do Direito Constitucional brasileiro, ajustando desse modo a mentalidade de homens do seu tempo à inteligência da lei. O retrato de um comentador da constituição, que se nega a tomar parte em uma revolução projetada para comprometer a magna carta, é um retrato moral por todos os títulos apreciável. Mais vale de certo o homem que ilustra, o homem que mantém, o que há, o homem que se mostra juízo firme a respeito do Direito já implantado, do que os que pensam em se precipitar nas inovações. Lourenço Ribeiro é um que retém o país do perigo das transformações, e foi homem profundamente consciente do seu dever. Sem dúvida que valia a pena retrair, para a posteridade, um caráter que por si mesmo se impõe pelo valor incomparável de se opor aos erros da inconstância de um povo, fazendo finalmente compreender quando ela é danosa.

Só isto já explica a desvelada atenção com que o ministro Valladão procurou acompanhar a vida de um vulto do passado "até hoje sem aquela inteira consagração a que se impõe".

Mas o assunto, desta vez, caiu em mão de historiador, e o historiador é um espírito afeito a devassar os quadros, em que, no decorrer dos acontecimentos, fica assinalada a vida das criaturas humanas.

Adiantando esclarecimentos a respeito das Minas Gerais do tempo em que se educou Lourenço Ribeiro, o ministro Valladão reconstituiu uma época assinalada por se terem reti-

rado do Brasil os jesuitas, e com eles a instrução, quer dizer, as escolas.

Já tive ocasião de me referir a como foi pitoresco o ensino dos mestres de Maciel Monteiro, em Pernambuco. Porém o ministro Valladão, chegando a outros lugares do Brasil de tempos de outrora, ele se surpreende com a improvisação de um ensino superior, a que louva como sendo principalmente o da latim, professado no Seminário de Mariana, "realmente fadado para os mais altos destinos". Essa instituição pedagógica completaria, pois, no capítulo da educação, uma sociedade culta como a sociedade mineira cuja história literária, com a escola mineira, fala, de vez, pela sua cultura.

Outras achegas bem escoimadas, reuniu o ministro Valladão a respeito de Minas daqueles tempos e novas. Confere ele quantos estudantes houve que, preparados na antiga terra do ouro, entraram para o curso universitário de Coimbra. Diz que ali estiveram "cento e sessenta e quatro estudantes nascidos em Minas Gerais e apenas trinta e sete nascidos em São Paulo", e isto de 1772 a 1872, quer dizer, durante um século. Os mineiros são significativos. Minas, com a sua próspera feição econômica naquela época impar no Brasil tinha, no século XVIII, sobejos meios de ilustrar os seus filhos. E ainda revela mais o illustre jurista e historiador mineiro contemporâneo: "interessante... que, pelo menos, igual ao número dos estudantes nascidos em São Paulo, já era, por si só, aquêles dos nascidos apenas na Vila de São João d'El-Rei e outros pontos da comarca com Ouvidoria".

Ora, é com estas palavras que ressurge, como era no passado, a cidade porta de entrada da província, solo em que se radicou população densa, que vivia, exportando, logo comerciando o ouro, para que logo na entrada da província

mineira, estivesse a multidão que o comércio reúne, e que de fato deu fisionomia espiral a São João d'El-Rei. Daquele centro havia de surgir uma classe culta.

A Geografia humana deve estar alerta com a fisionomia histórica de São João d'El-Rei. De fato o ministro Valladão logo encontrou os dados que confirmam o ensinamento de uma ciência que não é propriamente a história, mas traça a estrutura histórica dos lugares da terra. Os documentos, no presente caso, o ministro Valladão, no-los, oferece.

Mas é assunto da monografia do ministro Valladão, Lourenço Ribeiro, primeiro comentador da Constituição do Império. Já dissemos que esse seu escrito é um belo retrato moral de um constitucionalista. Lourenço Ribeiro versou o Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Recife, com imensa vantagem não só dos discípulos como também de toda a Província, porque Lourenço Ribeiro foi um dos mestres políticos que lhe deu programa, consciência da vida jurídica do povo, o que se tornou em um partido, em um critério partidário. Afirma, pois, Alfredo Valladão:

"Na sua clássica Memória, sobre a fundação das Faculdades de Direito no Brasil, escrita em 1857, e publicada em 1859 na Revista deste Instituto, Honório de Figueiredo, que se formou em Olinda no ano de 1843, quando bem viva era ali a tradição de Lourenço Ribeiro, e que a este ainda pediu informes, conta o que se segue.

"Teve o Sr. desembargador Lourenço Ribeiro a tarefa de analisar no segundo ano a Constituição do Império, e deste insano trabalho imensa vantagem resultou não só aos seus discípulos (como eles diziam), como também a toda a Província, porque era a Constituição ali olhada com horror pelos dois partidos que então se retalhavam. Os absolutistas a desprezavam receando que pelas suas demasiadas franquias viesse a degenerar em um Governo Republicano, e os republicanos a detestavam por causa do Poder Moderador que consideravam hostil às liberdades públicas e um despotismo encoberto! As lições do Sr. desembargador Ribeiro os desenganaram de semelhante erro, muito mais quando transcritas nos periódicos correram toda a Província e foi então que se formou o grande partido constitucional que é hoje o maior e o mais forte de toda a Província".

E isso repetem Pereira da Costa, Clóvis Beviláqua, e quantos outros escritores versados nas tradições do Curso Jurídico de Olinda.

Na verdade, bem conhecidos em nossa história, são os extremismos que na época agi-

tavam Pernambuco; o dos chamados "Colunas", conservadores com tendências absolutistas, e o dos republicanos, com as vivas tradições da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, no seu libelo contra a Monarquia, articulando sobretudo de fato o Poder Moderador, instituído na Constituição, e que frei Caneca havia condenado, em 1824, com palavras candentes, como "a chave mestra da opressão da Nação Brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos".

E alta conquista política, realmente, foi essa da formação de um grande partido constitucional, o mais forte da Província, que tanto auxílio prestaria à própria unidade do Brasil, e ao estabelecimento do campo em que se pôde afinal desenvolver, o longo e glorioso reinado de paz, de progresso, e de justiça, e de liberdade, que foi o de Dom Pedro II, e do "Neto de Marco Aurélio"; alta conquista política, operada pela Análise da Constituição do Império, feita na cátedra por Lourenço Ribeiro, e expandida através da imprensa.

Ensinou, pois, o que devia ensinar fiel a seu dever de professor. Ficou então naquele tempo a lição que se devia retomar pela sua elevação moral, critério consumado, e sobriedade de atitude honesta.

O que Lourenço Ribeiro, professou, seria a "alta conquista política". A tudo pode então chegar o ensino, e a tanto deve ele chegar. É o que desejava eu realçar no trabalho do ministro Valladão, que no caso, fala com a consciência nobre de quem foi também professor ilustre.

O PATRÍCIO E A CORTEZÁ — De Eduardo Correia

O escritor Eduardo Correia, lançou a público romance de sua autoria "O Patrício e a Cortezá". Do gênero literário que é o romance histórico, esta publicação é uma das expressões originais da literatura brasileira. Já o teatro dramático e principalmente a ópera lírica brasileira, que nos princípios do século passado tiveram grande desenvolvimento no Brasil, contam peças originais para depois abandonar-se de toda essa arte. Ora, a atualidade do romance histórico, que concorre muito para as exhibições cinematográficas, está em grande evidência. O livro do romancista Eduardo Correia é, pois, da sua época e representa a vivacidade da literatura brasileira, que se atualiza.

No gênero histórico, o Sr. Eduardo Correia foi buscar a época de Roma em que a cidade antiga chegou ao seu apogeu, ostentando con-

juntamente com a sua grandeza, os seus vícios e misérias, espetáculo que se tornou surpreendente.

Nesse meio tão violento em suas manifestações políticas, e tão decepcionante na incontinência das paixões que despontaram, o romancista recolheu, como o têm feito os melhores romancistas talvez mesmo a seguirem o exemplo de Chateaubriand dos Martires, a nota sentimental, a apuração e elevação do sentimento em contraste, ou mesmo em choque com a expressão de grandeza e miséria da História de Roma.

A arte, o esmero, com que o romancista toca nos sentimentos que se elevam para terem expressão própria na sua simplicidade, é significativo. O Sr. Eduardo Correia seguiu, pois, uma tradição no gênero que tanto êxito vem tendo.

FEIJÓ BITTENCOURT.

HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL — Helio Viana — Ed. Biblioteca Militar — 1948

Helio Viana, que é professor de história nacional e das Américas nas Universidades do Brasil e Universidade Católica, nosso companheiro destas páginas da "Revista", realizou, no decorrer de 1947, na Escola de Estado Maior, um curso especializado acerca da formação geográfico-histórica de nossa fronteira. E, como é natural, com aquela soma de conhecimentos que todos lhe reconhecemos, executou um programa interessantíssimo que se contém no presente volume, examinando extensiva e intensivamente o assunto.

O gênero, aliás, em que a literatura brasileira é tão rica, pois, os nossos melhores historiadores voltaram sua atenção para ele dando-lhe um vigor particular e assegurando-nos êxitos memoráveis nas justas que tivemos de sustentar com os vizinhos que nos disputavam vasto espaço sobre que exercíamos indiscutível e secular soberania, estava, assim, amplamente trabalhado. Nós mesmos a ele temos levado nossa contribuição, numa série de tomos escritos por incumbência de Braz Dias de Aguiar, quando na chefia da Comissão Demarcadora, Primeira Divisão.

Helio Viana, no livro de agora, em que se reafirma o sempre sereno e consciencioso operário das letras históricas, não pretendeu trazer novidades nem fazer interpretações sensacionalistas. Seu objetivo foi de natureza expositiva, dirigido que era a um público esco-

lar, embora de nível elevadíssimo como *soe* ser o daquele Instituto Técnico do Exército. Attingiu-o, porém, com galhardia. Porque a "História das Fronteiras do Brasil" é, realmente, um epitome magnífico, essencial ao conhecimento de um vasto capítulo de nossas origens territoriais.

Partindo do período colonial, do problema da partilha das terras descobertas no século XV, conduz-nos pelos esforços dispendidos na defesa da terra e na luta memorável para a ampliação do espaço, e para a criação do que podemos chamar de nova fronteira, distante da área que fora fixada em Tordesilhas. Estuda os tratados de Utrecht, Madrid e Santo Ildefonso. Examina a política exterior realizada após a chegada de Dom João ao Brasil. Assinala os grandes momentos, os episódios centrais da empresa que tivemos de empreender, no primeiro e no segundo reinados, em especial no palco platino: Levanta o quadro histórico-geográfico dos contêrminos com o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guianas Britânica, Holandesa e Francesa. Por fim, inscreve a participação que tivemos nos dois conflitos universais, o de 1914-18 e o de 1939-45, e na estruturação do panamericanismo, para concluir com uma síntese da política que nos distinguiu na Colônia, no Império e na República visando a fixação dos extremos da pátria.

Em Lima, faz alguns anos, Raul Porras Barrenechea, escreveu uma ótima síntese da "História de los limites del Peru" que conquistou a situação de obra modelo na espécie. A "História das Fronteiras do Brasil", de Helio Viana, superando aquele trabalho, passa a ocupar-lhe o lugar na literatura especializada das Américas.

A. C. FERREIRA REIS

GALERIA DOS BRASILEIROS ILUSTRES — S. A. Sisson (*Os Contemporâneos*). Livraria Martins Editora S.A. — São Paulo, 1948. Dois tomos. 336, 354, ils. (Biblioteca Histórica Brasileira, vol. XVIII).

Feliz iniciativa teve a Livraria Martins, de São Paulo, incluindo em sua Biblioteca Histórica Brasileira a reedição, em formato menor, porém sem prejuízo para as ilustrações, da *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*, em 1859-1861 aqui publicada pelo litógrafo francês S.A. Sisson.

Trata-se da maior e melhor coleção de "Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a Guerra da Independência" até meados do reinado de Dom

Pedro II. Acompanhados, esses quase sempre insubstituíveis documentos iconográficos, pelas respectivas biografias, foi pena que não apparecessem indicados os respectivos autores, de acôrdo com a relação levantada pelo bibliógrafo Sr. Tancredo de Barros Paiva, em suas preciosas *Achêgãs a um Dicionário de Pseudônimos*. Embora geralmente encomiásticos, úteis são esses dados, por conterem, muitas vêzes, minúcias pouco conhecidas. Dão

idéia do valioso material humano com que contou o Império do Brasil para atingir a fase de fastígio que geralmente colocam os historiadores entre 1850 e 1865.

A *Galeria dos Brasileiros Ilustres* é, portanto, obra indispensável às bibliotecas históricas do Brasil, merecendo louvores a Livraria Martins por torná-la acessível a todos os estudiosos.

HELIO VIANA.

CATÁLOGO DOS QUADROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Organizado por

MARIA CAROLINA MAX FLEIUSS

— A —

ABAETÉ (Visconde de) — Vide — Abreu (Antônio Paulino Limpo de).

ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS — *Fotografia* da missa campal, no Campo de São Cristóvam, em homenagem à princesa Isabel, 17-5-1888 — Foto de A. Luís Ferreira (402). — *Litografia* — Homenagem da Revista Ilustrada às principais personagens da Lei 13 de Maio de 1888 (425).

ABRANTES (Marquês de) — Vide — Almeida (Miguel Calmon du Pin e — Marquês de Abrantes).

ABREU (Antônio Paulino Limpo de — Visconde de Abaeté). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853 (454). — Vide — Pedro II e seu ministério de 12 de dezembro de 1858 (394).

ABREU e LIMA (José Inácio de — General). — Vide — Lima (José Inácio de Abreu e — General).

ACABAYA DE MONTEZUMA (Francisco Gê — Visconde de Jequetinhonha). — Vide — Montezuma (Francisco Gê Acabaya de — Visconde de Jequetinhonha).

AFONSO ARINOS. — Vide — Franco (Afonso Arinos de Melo).

AFONSO CELSO (Conde de). — Vide — Figueiredo (Afonso Celso de Assis — Conde de Afonso Celso).

AFONSO CELSO JÚNIOR. — Vide — Figueiredo (Afonso Celso de Assis — Conde de Afonso Celso).

AGUIAR (João Lourenço da Costa — D.) — Bispo do Pará e parlamentar. Retrato a óleo, não assinado (409).

ALBERTO I — REI DOS BELGAS — *Desenho* assinado V. Mignot, 1914. Auto-

grafado. Ofertado ao Instituto Histórico por intermédio de seu sócio Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida (18). — *Fotografia* tomada em 21 de setembro de 1920, por ocasião da visita dos soberanos belgas ao Instituto Histórico. Não assinada (4).

ALBUQUERQUE (Antônio Coelho de Sá e) — Vide — Pedro II e seu Ministério de 2 de março de 1861.

ALENCAR (José Martiniano de) — Estadista, parlamentar e literato — *Fotografia*, não assinada (288). — *Litografia* e desenho de A. Sisson — Autografada (144).

ALENCAR ARARIPE (Tristão de). — Vide — Araripe (Tristão de Alencar).

ALMEIDA (Cipriano José Barata de) — Parlamentar — *Ampliação fotográfica* de um desenho — Não assinada (121).

ALMEIDA (Miguel Calmon du Pin e — Marquês de Abrantes) — Estadista e parlamentar — *Litografia* de A. Maurin Ainé. Desenho de Boulanger — Impressores. Lemercier, Paris (58).

ALMEIDA (Tomaz José Coelho de). — Vide — Abolição dos escravos.

ALMEIDA AREIAS (João Carlos de — Visconde de Ourém). — Vide — Areias (João Carlos de Almeida — Visconde de Ourém).

ALVES (Francisco de Paula Rodrigues) — Estadista, Presidente da República de 1902 a 1906 — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira (203). — *Fotografia*, não assinada — Autografada (98).

ALVES LEITE DE OLIVEIRA (André — Tenente-Coronel). — Vide — Oliveira (André Alves Leite de — Tenente-Coronel).

ALVES DE LIMA E SILVA (Luís — Duque de Caxias). — Vide — Silva (Luís Alves de Lima e — Duque de Caxias).

ALVES PACHECO (José Felix). — Vide — Pacheco (José Felix Alves).

ALVIM (Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e Marechal e Visconde de Jerumirim). — Militar e estadista — *Retrato a óleo*, não assinado (154).

MARAL (José Maria do). — Médico, advogado, diplomata e poeta — *Desenho a "crayon"*, não assinado (353).

AMAZONAS (AS). — Cópia do quadro de Arturo Michelena, feito em Paris, 1891. Assinado: G. d'Empaire, 1946 (522).

AMELIA (Imperatriz D.). — *Fotografia* de um quadro a óleo. Não assinada (297).

ANDRADA (Martim Francisco Ribeiro de). — Estadista e parlamentar — *Litografia e desenho* de S.A. Sisson. Autografada (142).

ANDRADA MACHADO E SILVA (Antônio Carlos Ribeiro de). — Vide — Silva (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e).

ANDRADE PINTO (Eduardo de). — Vide — Pinto (Eduardo de Andrade).

ANDRADE PINTO (Sérgio Bizarro de). — Comandante. — Vide — Pinto (Sérgio Bizarro de Andrade). — Comandante.

ANTÔNIO CARLOS. — Vide — Silva (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e).

ANQUEDUTO (O). — *Litografia* de Loeillot. Desenho de Wm. Therman. Impressores, Druck y. L. Sachse & Berlin (478).

AQUINO E CASTRO (Olegário Herculano de). — Vide — Castro (Olegário Herculano de Aquino e).

ARAGUAIA (Visconde de). — Vide — Magalhães (Domingos José Gonçalves de). — Visconde de Araguaia.

ARARIPE (Tristão de Alencar). — Estadista, parlamentar e magistrado — *Ampliação fotográfica*, não assinada (56).

ARAÚJO (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de). — Diplomata, parlamentar e historiador — *Desenho a "crayon"* de Rodolfo Chambelland (375). — Vide — Abolição dos escravos.

ARAÚJO (José Tomás Nabuco de). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853.

ARAÚJO (Urbano Santos da Costa). — Estadista e parlamentar — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira (208).

ARAÚJO LIMA (Pedro). — Marquês de Olinda. — Vide — Lima (Pedro de Araújo — Marquês de Olinda).

ARAÚJO PORTO ALEGRE. (Manuel de — Barão de Santo Ângelo). — Vide — Porto Alegre (Manuel de Araújo) — Barão de Santo Ângelo).

ARAÚJO ROZO (José de). — Vide — Rozo (José de Araújo).

ARAÚJO TORREÃO (Antônio Augusto de). — Vide — Torreão (Antônio Augusto de Araújo).

AREIAS (João Carlos de Almeida). — Visconde de Ourém. — Diplomata e parlamentar — *Fotografia*, não assinada (403).

ARGENTINA (Independência da). — Quadro com três *fotografias* da Casa Histórica de Tucumán — Foto Martin. Oferta do sócio honorário Dr. Honório Silgueira (506).

ARGOLLO FERRÃO FILHO (Alexandre Gomes). — Visconde de Itaparica. — Vide — Ferrão Filho (Alexandre Gomes Argollo) — Marechal — Visconde de Itaparica.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 1859 — *Agua-rela* de Henrique Fleiuss (462) — Oferta de Max Fleiuss.

ASSIS FIGUEIREDO (Afonso Celso de). — Conde de Afonso Celso. — Vide — Figueiredo (Afonso Celso de Assis). — Conde de Afonso Celso.

ASSIS FIGUEIREDO (Afonso Celso de). — Visconde de Ouro Preto. — Vide — Figueiredo (Afonso Celso de Assis). — Visconde de Ouro Preto.

ATAÍDE (Batalha de). — *Fotografia* do desenho de Pedro Américo (420). — *Fotografia*, não assinada, do quadro a óleo de Pedro Américo (448).

AZEVEDO (Antônio Mariano de). — Retrato a óleo do Conselheiro Antônio Mariano de Azevedo — Oferta de seu filho General Mariano de Azevedo (520).

— B —

BANDEIRA NACIONAL — *Aquarelo*, não assinada — Projeto da Bandeira Nacional, apresentado à Constituinte pelo Dr. Lopes Trovão, 1891. (232). — *Fotogravura*, não assinada, do quadro de Eduardo de Sá, que representa a formação da Bandeira Nacional — Oferta do Professor Eduardo de Sá (479). — *Gravura*, não assinada — Uma das primeiras provas da Bandeira Nacional (256). — Quadro que representa as diversas fases da Bandeira Nacional — Trabalho didático de Romário Martins (278).

BATISTA DE OLIVEIRA (Cândido) — Visconde de Itaúna. — Vide — Oliveira (Cândido Batista de). — Visconde de Itaúna.

BATISTA DE OLIVEIRA MONTAURY (João) — Tenente. — Vide — Montauray (João Batista de Oliveira). — Tenente.

BATISTA DOS SANTOS (João) — Visconde de Ibituruna. — Vide — Santos (João Batista) — Visconde de Ibituruna.

BARATA (Manuel de Melo Cardoso) — Parlamentar e historiador — Retrato a óleo, assinado F. de Sá, 1901 (172).

BARATA DE ALMEIDA (Cipriano José). — Vide — Almeida (Cipriano José Barata de).

BARBACENA (Marquês de). — Vide — Horta (Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e) — Marquês de Barbacena.

BARBACENA (2.º Visconde de). — Vide — Pontes (Felisberto Caldeira Brant) — Visconde de Barbacena.

BARBOSA (Francisco Vilela) — 1.º Marquês de Paranaguá — Estadista e parlamentar — *Litografia* e desenho de A. S. Sisson — Autografada (137).

BARBOSA (Januário da Cunha) — Cônego. Orador, jornalista e historiador — *Litografia* e desenho de A. Sisson — Impressor Barandier — Autografada (146). — Retrato a óleo não assinado (163).

BARBOSA (Luís Leopoldo Arsénio) — Cadete. — Vide — Riachuelo (Batalha do).

BARRAL (Condessa de). — Vide — Barros (Luiza Margarida Borges de) — Condessa de Pedra Branca, Condessa de Barral e Marquês de Monferrat.

BARRETO (Francisco Xavier Pais). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859.

BARRETO (João Propício de Menna) — Marechal. — Vide — Uruguai (Campanha do).

BARRETO (Pedro Velho de Sá) — Alferes. — Vide — Riachuelo (Batalha do).

BARRETO JÚNIOR (Francisco Antônio de Sá) — Alferes. — Vide — Riachuelo (Batalha do).

BARRETO NABUCO DE ARAÚJO (João Joaquim Aurélio). — Vide — Araújo (João Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de).

BARRETO DE MENEZES (Francisco) — General. — Vide — Menezes (Francisco Barreto de) — General.

BARROS (Antônio Carlos de Mariz e) — Tenente. — Vide — Uruguai (Campanha do).

BARROS (Francisco do Rêgo) — Conde de Boa Vista — General. — Miniatura de J. Palomé (29).

BARROS (Luiza Margarida Borges de) — Condessa de Pedra Branca — Condessa de Barral e Marquês de Monferrat. — Retrato a óleo, assinado U. Stefe, 1822 — (Ulrich Steffen) (260).

BARROS (Prudente José de Moraes) — Estadista, Presidente da República de 1891 a 1898. — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (199).

BARROS (Sebastião do Rêgo) — Estadista e parlamentar. — *Litografia*, assinada Ch. Vogt. 1852 — Desenho de Vienot. Paris, 1851 — Editor, Brocard & Klein Paris (234).

BARROS (Sebastião do Rêgo). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859.

BATALHAS NAVAIS — *Litografia* de Carlos Linde. — Publicação da "Semana Ilustrada" (238) — Oferta de Max Fleiss.

BELLEGARDE (Pedro de Alcântara) — General — Estadista. — *Desenho a "crayon"*, não assinado (341). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853.

BELO (André Alves Leite de Oliveira) — Tenente Coronel. — Vide — Uruguai (Campanha do).

ELO HORIZONTE (Planta da Cidade de) — *Aquarela*. Trabalho executado pelo Serviço de Estatística Geral do Estado (513).

ENEVIDES (Salvador Correia de Sá e) — Almirante. — *Reprodução fotográfica*, não assinada e com o seguinte autógrafo: "O Almirante Salvador Correia de Sá, natural do Rio de Janeiro. Reconquistador de Angola em 1648. Cópia de um retrato a óleo existente na galeria antiga de Florença. Oferecido ao Instituto Histórico do Brasil pelo seu sócio efetivo Rio Branco" (45).

ERNARDES (Artur da Silva) — Estadista e parlamentar, Presidente da República de 1922 a 1926. — *Ampliação fotográfica* não assinada (211).

IBLIOTECA BRASILEIRA — *Litografia* e *desenho* de Henrique Fleiuss, 1866 (446) — Oferta de Max Fleiuss.

OA VISTA (Conde da) — Vide — Barros (Francisco do Rêgo) — Conde da Boa Vista.

OLIVAR (Simon) — *Fotografia*, não assinada, de um medalhão de autoria de David D'Agera, 1820 (295). — Retrato a "creyon" não assinado (365). — Retrato a *pastel* assinado R. Acevedo Bernal, Bogotá — Oferta do Sr. Alberto Urbaneja, Ministro da Venezuela no Brasil (171).

OLIVIA E PARAGUAI — *Fotografia* tomada em Buenos Aires, a 21 de julho de 1938, durante a assinatura do Tratado de Paz entre a Bolívia e o Paraguai. Não assinada (75).

ORGES (Abílio César) — Barão de Macaúbas. — Médico e educador. — Retrato a *óleo*, não assinado (488). — Retrato a *óleo*, não assinado (30).

ORGES DE BARROS (Luíza Margarida) — Condessa de Pedra Branca — Condessa de Barral e Marquês de Monferrat. — Vide — Barros (Luíza Margarida Borges de) — Condessa de Pedra Branca, Condessa de Barral e Marquês de Monferrat.

ORGES GALVÃO UCHÔA (Leopoldo) — Capitão. — Vide — Uchôa (Leopoldo Borges Galvão) — Capitão.

ORMANN (José Bernardino) — Marechal. — *Fotografia*, não assinada (436).

BOTAFOGO (Vista de) — *Litografia* de St. Martin. Representa um aspecto de Botafogo em 1852. Desenho de Desmons. — Impressores: Lemer cier, Paris (493).

BRAGANÇA (Miguel de) — Dom. — Retrato a *óleo* oferecido pelo Dr. Virgílio de Sá Pereira, que em carta atribui o quadro à autoria de José Leandro ou Ubaldo (184).

BRANT PONTES (Felisberto Caldeira) — Visconde de Barbacena. — Vide — Pontes (Felisberto Caldeira Brant).

BRANT PONTES OLIVEIRA E HORTA (Felisberto Caldeira) — Marquês de Barbacena. — Vide — Horta (Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e) — Marquês de Barbacena.

BRASIL (Descoberta do) — *Cromolitografia* não assinada, do quadro de Oscar Pereira da Silva. — Publicação da "Ilustração Brasileira" (320).

BRASIL (Esquema da História do) — *Cromolitografia* que representa três fases da História do Brasil: Colônia, Império e República. — Impresso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (500).

BRASIL (Primeira Missa no) — *Fotografia colorida* que representa a Primeira Missa no Brasil. 26-4-1500. O quadro original é de autoria de Vitor Meireles. Publicação da "Ilustração Brasileira" de maio de 1922 (453).

BRASILEIROS ILUSTRES — *Cromolitografia*, não assinada, com os seguintes retratos: Imperador D. Pedro II; José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú; José Bonifácio, o patriarca; Padre Diogo Antônio Feijó, e Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias — Impressores: Monroco, Paris (410).

BRAZ (Wenceslau). — Vide — Gomes (Wenceslau Braz Pereira).

BUARQUE DE MACEDO (Manuel). — Vide — Macedo (Manuel Buarque de).

BULHÕES (Leopoldo) — Estadista e parlamentar — *Fotografia* de L. Musso. — Autografada (85).

— C —

CABO FRIO (Visconde de). — Vide — Moreira (Luís da Cunha) — Almirante, Visconde de Cabo Frio.

CABRALIA (Baía) — *Desenho a pena* de Antônio Parreiras — Representa um aspecto da Baía Cabralia, Corôa Vermelha, lugar onde se rezou a primeira missa e onde se plantou a primeira cruz — Oferecido, pelo autor, ao Dr. Vieira Fazenda, que por sua vez o transmitiu ao Instituto Histórico (380). — Outro aspecto da Baía Cabralia — Oferecido por Parreiras ao Dr. Vieira Fazenda que transmitiu ao Instituto Histórico (381). — *Desenho a pena* de Antônio Parreiras ainda sobre a Baía Cabralia. Oferecido pelo autor ao Dr. Vieira Fazenda que o transmitiu ao Instituto Histórico (382).

CACHOEIRA (Visconde de). — Vide — Melo (Luís José de Carvalho e) — Visconde de Cachoeira.

CALDAS (Antônio Pereira de Sousa) — Padre — Orador e poeta — Retrato a óleo não assinado (162).

CALDEIRA BRANT PONTES (Felisberto: 2.º Visconde de Barbacena). — Vide — Pontes (Felisberto Caldeira Brant Pontes — 2.º Visconde de Barbacena).

CALDEIRA BRANT PONTES OLIVEIRA E HORTA (Felisberto — Marquês de Barbacena). — Vide — Horta (Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e) — Marquês de Barbacena.

CALADO (João Crisóstomo) — Marechal — *Litografia* de S. A. Sisson, 1859. Desenho de Barandier. Autografado (135).

CALMON DU PIN E ALMEIDA (Miguel) — Marquês de Abrantes. Vide — Almeida (Miguel Calmon du Pin e) — Marquês de Abrantes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DE 1869 — *Litografia* de Teixeira (287).

CÂMARA (José Antônio Correia da) — 2.º Visconde de Pelotas. Estadista e parlamentar. *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (369). Oferta de Max Fleiuss.

CÂMARA (José Antônio Correia da) — 2.º Visconde de Pelotas. Vide — Lei n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à).

CÂMARA (Patrício José Correia da) — General — 1.º Visconde de Pelotas. *Litografia*, não assinada (386).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (Instituição da). — *Fotografia*, não assinada, do quadro de Antônio Parreiras.

Oferecido pelo pintor Antônio Parreiras ao Dr. Vieira Fazenda que o ofertou ao Instituto Histórico (470).

CAMARGO (Antônio Eleutério). — Vide — Ministério de 6 de maio de 1885.

CAMPO GRANDE (Batalha de). — Nhuguacu. — *Fotografia*, não assinada, do quadro de Pedro Américo (258). — Nhuguacu — *Esquema* explicativo do quadro de Pedro Américo (257).

CAMPOS (Carlos Carneiro de) — 3.º Visconde de Caravelas. Estadista e parlamentar — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (285). — Oferta de Max Fleiuss.

CAMPOS (José Joaquim Carneiro de) — Marquês de Caravelas. — Estadista e parlamentar — *Ampliação fotográfica* de Chapelin Rio (188). — *Litografia* e desenho de A. S. Sisson. Autografado (131).

CAMPOS SALES (Manuel Ferraz de). — Vide — Sales (Manuel Ferraz de Campos).

CAMPOS VERGUEIRO (Nicolau Pereira de). — Vide — Vergueiro (Nicolau Pereira de Campos).

CANSANSÃO SINIMBÚ (João Lins Vieira) — Visconde de Sinimbu. — Vide — Sinimbu (João Lins Vieira Cansansão) — Visconde de Sinimbu.

CAPELA DE SÃO PANTALEÃO — Quadro a óleo de Henrique Bernardelli — Representa a Capela de São Pantaleão do antigo engenho do Monteiro, fundado em Pernambuco no século XVI (164).

CARAVELAS (Marquês de). — Vide — Campos (José Joaquim Carneiro de) — Marquês de Caravelas.

CARAVELAS (2.º Visconde de) — Vide — Campos (Carlos Carneiro de) — 2.º Visconde de Caravelas.

CARDOSO DE MELO BARATA (Manuel) — Vide — Barata (Manuel Cardoso de Melo).

CARNEIRO DE CAMPOS (Carlos) — 2.º Visconde de Caravelas. — Vide — Campos (Carlos Carneiro de) — 2.º Visconde de Caravelas.

CARNEIRO DE CAMPOS (José Joaquim) — Marquês de Caravelas. — Vide — Campos (José Joaquim Carneiro de) — Marquês de Caravelas. — Vide — Campos (José Joaquim Carneiro de) — Marquês de Caravelas.

CARNEIRO LEÃO (Honório Hermeto) — Marquês de Paraná. — Vide — Leão (Honório Hermeto Carneiro) — Marquês de Paraná.

CARRAM VASCONCELOS (Antônio da Mota). — Vide — Vasconcelos (Antônio da Mota Carram).

CARVALHO (Alfredo Ferreira de) — Engenheiro e historiador — *Fotografia*, não assinada. Autografada (92).

CARVALHO (Carlos Leôncio de). — Vide — Ministério de 1878. (Homenagem ao).

CARVALHO (João Manuel de) — Padre. — Parlamentar — Retrato a óleo assinado, Fragozo (Rocha Fragozo) 1887 (266).

CARVALHO (José da Costa) — Marquês de Mont'Alegre. — Estadista — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira (190).

CARVALHO E MELO (Luís José de) — Visconde da Cachoeira. — Vide — Melo (Luís José de Carvalho e) — Visconde de Cachoeira.

CASEROS (Quadro Histórico da Batalha de Monte) — *Litografia colorida* de autoria de Madrileña — Alsina — Organizada pelo Tenente Coronel David Marambio Catan (360).

CASTILHO (Antônio Feliciano de) — Filólogo, romancista e poeta. — *Litografia* de Hanhart. Autografada (304).

CASTRO (Augusto Olímpio Gomes de) — Parlamentar e jurisconsulto — *Desenho a "crayon"* de Rodolfo Chambelland (269).

CASTRO (João Vicente Leite de) — General. — *Ampliação fotográfica*, não assinada (430).

CASTRO (Olegário Herculano de Aquino) — Magistrado, parlamentar e historiador. — Retrato a óleo de Rodolfo Amoedo. — Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao seu Presidente Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro. (36). — Mensagem congratulatória dos sócios do Instituto Histórico pelo aniversário natalício (30-3-1905) do Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, que foi presidente do mesmo Instituto — Ilustração de Rodolfo Amoedo (42). — *Reprodução fotográfica* da mensagem congratulatória (41).

CASTRO (Plácido de) — Sertanista — *Fotografia* tirada pelo então capitão Ale-

xandre Leal, que a ofereceu ao Instituto Histórico (259).

CAXIAS (Duque de) — Vide — Silva (Luís Alves de Lima e) — Duque de Caxias.

CAYRÚ (Visconde de) — Vide — Lisboa (José da Silva) — Visconde de Cayrú.

CHAFARIZ DO CAMPO DE SANTANA — Litografia de Locillot — Desenho de Wm. Therman — Impressores, Druck v. L. Sachse & Berlin (474).

CHAVES (Felipe Firmino Rodrigues) — Primeiro tenente. — Vide — Riachuelo (Batalha do).

CHEVREUL (Michel Eugène) — Médico — *Fotografia*, não assinada (235).

CLAPP (João). — Vide — Abolição dos escravos.

COELHO (José Joaquim — General — Barão da Vitória). — Estadista e parlamentar. — *Litografia* de S.A. Sisson. Autografada (230). — Retrato a óleo assinado: U. Steffen — 1860 (396).

COELHO DE ALMEIDA (Tomaz José) — Vide — Almeida (Tomaz José Coelho de).

COELHO DE SÁ E ALBUQUERQUE (Antônio). — Vide — Albuquerque (Antônio Coelho de Sá).

COIMBRA (Justino José de Macedo) — Primeiro Tenente — Vide — Riachuelo (Batalha do).

COLOMBO (Cristovão) — *Gravura* de F. Wagner — Desenho de G. Wappers — Casa Editora: Karl Müller & Comp. — Impresso por Georg. Peter, em Munique (59).

COMETA — Aguarela que representa o aparecimento de um cometa no ano de 1843. — Assinado: J.R. Carvalho (José dos Reis Carvalho) (298).

CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA (Primeiro — 1914) — *Fotografia* de Chapelin, que representa a comissão executiva (13).

CONSTITUIÇÃO DE LISBOA (Rio de Janeiro, 1821). — Desenho de J.B. Debret — Litografia de Thieray Frères (524).

CORDEIRO DA SILVA TORRES E ALVIM (Francisco) — Marechal — Visconde de Jerumirim. Vide — Alvim (Francisco Cordeiro da Silva Torres) — Visconde de Jerumirim.

- CORREIA DA CÂMARA** (José Antônio) — 2.º Visconde de Pelotas. Vide — Câmara (José Antônio Correia da) — 2.º Visconde de Pelotas.
- CORREIA DA CÂMARA** (Patrício José) — General — 1.º Visconde de Pelotas. Vide — Câmara (Patrício José Correia da) — General — 1.º Visconde de Pelotas.
- CORREIA DE MELO** (José Antônio) — 2.º Tenente. Vide — Melo (José Antônio Correia de) — 2.º Tenente.
- CORREIA DE SÁ** (Salvador) — Almirante. Vide — Sá (Salvador Correia de) — Almirante.
- CORREIA** (Manuel Francisco) — Estadista e parlamentar — Retrato a óleo, assinado. F. de Sá (Franco de Sá) (481).
- CORREIA** (Pedro) — Caçador de Índios do Litoral. *Fotografia* do quadro de Benedito Calixto. (Painel decorativo da Igreja de Santa Catarina em São Paulo) — Oferta do Dr. Martim Francisco (289).
- CORREIA DE OLIVEIRA** (João Alfredo) — Vide — Oliveira (João Alfredo Correia de) — Conselheiro.
- COSTA** (João Severiano Maciel de) — Marquês de Queluz. Estadista e parlamentar. *Ampliação fotográfica* de um desenho. Não assinada (120).
- COSTA** (José Lamego) — Tenente Coronel. Vide — Uruguai (Campanha do).
- COSTA AGUIAR** (João Lourenço da) — Dom. Vide — Aguiar (João Lourenço da Costa) — D.
- COSTA ARAUJO** (Urbano Santos da). Vide — Araujo (Urbano Santos da Costa).
- COSTA CARVALHO** (José da) — Marquês de Monte Alegre. Vide — Carvalho (José da Costa) — Marquês de Monte Alegre.
- COSTA FERREIRA** (Antônio Pedro da) — Barão de Pindaré. Vide — Ferreira (Antônio Pedro da Costa) — Barão de Pindaré.
- COSTA LIMA DRUMOND** (João da). Vide — Drumond (João da Costa Lima).
- COSTA PEREIRA FURTADO DE MENDONÇA** (Hipólito José da) — Vide — Mendonça (Hipólito José da Costa Pereira Furtado de).
- COSTA PEREIRA JÚNIOR** (Joaquim Fernandes da). — Vide — Pereira Júnior (Joaquim Fernandes da Costa).
- COSTA RIBEIRO** (Delfim Moreira da). — Vide — Ribeiro (Delfim Moreira da Costa).
- COTEGIPE** (Barão de). Vide — Wanderley (João Maurício) — Barão de Cotegipe.
- COUTINHO** (Aureliano de Sousa e Oliveira) — Visconde de Sepetiba. Estadista e parlamentar. *Fotografia* de Luís Aleixo Boulanger (499).
- COUTINHO** (José Cândido de Lacerda) — Médico. *Fotografia*, não assinada (505).
- COUTINHO** (José Lino) — Estadista e parlamentar. *Ampliação fotográfica* de um desenho. Não assinada (122).
- COUTINHO TAVARES** (Elieser) — Guarda-marinha. Vide — Tavares (Elieser Coutinho) — Guarda-marinha.
- COUTO FERRAZ** (Luís Pedreira do) — Visconde de Bom Retiro. Vide — Ferraz (Luís Pedreira do Couto) — Visconde de Bom Retiro.
- CRUZ MACHADO** (Antônio Cândido da) — Visconde de Serro Frio. Vide — Machado (Antônio Cândido da Cruz) — Visconde de Serro Frio.
- CUNHA BARBOSA** (Januário da) — Cônego. Vide — Barbosa (Januário da Cunha) — Cônego.
- CUNHA MATOS** (Raimundo José da) — Marechal. Vide — Matos (Raimundo José da Cunha) — Marechal.
- CUNHA MOREIRA** (Luís da) — Almirante — Visconde de Cabo Frio. Vide — Moreira (Luís da Cunha) — Almirante — Visconde de Cabo Frio.
- CURADO** (Joaquim Xavier) — Marechal — Conde de São João das Duas Barras. Retrato a pastel de D. Fallutti. Oferta do sócio benemérito Dr. Afonso d'Escragonolle Taunay (357).
- CURUZÚ** (Assalto e ocupação de). *Litografia* de Huascar. Esboço de Victor Meireles. Publicações do Fígaro (492).

— D —

DANTAS (Manuel Pinto de Sousa). Vide — Abolição dos Escravos.

DANTAS (Manuel Pinto de Sousa). Vide — Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à).

DENIS (Ferdinand) — Historiador. Desenho a *crayon*, não assinado (455).

DIAS (Antônio Gonçalves). — Poeta — *Fotografia*, não assinada, de uma litografia de Henrique Fleiuss, publicada no suplemento da *Semana Ilustrada* (107). — Oferta de Maz Fleiuss. — Vide — Poetas Brasileiros (Três).

DINASTIA PORTUGUESA — Árvore genealógica da Dinastia Portuguesa para demonstrar o direito de Felipe II à Corôa Portuguesa, 1580 (16).

DISTRITO FEDERAL — *Fotografia* do mapa em relevo do Distrito Federal e de parte do Rio de Janeiro, feito sob a direção de Mauro Montagna, professor de Geografia do Instituto Benjamin Constant. O trabalho de escultura foi executado pelo entalhador e escultor Manuel Costa Carvalho (523).

DOIS DE JULHO (Monumento). *Fotografia* não assinada, do monumento Dois de Julho, comemorativo à retirada das tropas portuguesas da Bahia e à entrada do exército brasileiro, 2 de julho de 1823 (498).

DRUMOND (João da Costa Lima). Magistrado e Professor de Direito. *Fotografia*, não assinada (19).

DUARTE (José Rodrigues de Lima) — Visconde de Lima Duarte. Vide — Lei número 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Allegoria à).

DUTRA (Eurico Gaspar) — General. *Fotografia*. Presidente da República (31-1-46) (516).

DUGUAY-TROUIN (Invasão do Rio de Janeiro por). *Gravura*. Desenho de Perrot.

— E —

ECLIPSE SOLAR — Quadro com cinco *fotografias* e uma descrição de Alberto Amaral sobre o eclipse solar verificado em 29 de maio de 1919. Não assinadas (504).

EQUADOR (Confederação do). *Aquarela*. — Original do projeto da bandeira da Confederação do Equador. Oferta do sócio Dr. Manuel Duarte Moreira de Azevedo (419).

ESGRAGNOLLE TAUNAY (Alfredo d') Taunay.

— Visconde de Taunay. Vide — Taunay (Alfredo d'Esgragnolle) — Visconde de

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Reprodução da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. 4 de julho de 1776 (17).

EU (Conde d'). Vide — Orléans (Gastão de) — Conde d'Eu.

EU (Condessa d'). Vide — Isabel (Princesa) — Condessa d'Eu.

EWERTON (Sebastião Raimundo) — Alferes. Vide — Riachuelo (Batalha do).

EXPOSIÇÃO CAMONEANA — *Fotografia* de Marc Ferrez. Representa um aspecto da Exposição Camoneana, organizada pela Biblioteca Nacional em 1880. Ofertada a S.M. o Imperador D. Pedro II, que a doou ao Instituto Histórico (511).

EXPOSIÇÃO CHILENA — *Aquarela* de Aurélio de Figueiredo. Feita por ordem do Imperador D. Pedro II para figurar na exposição organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no paço da Cidade, em homenagem à visita do couraçado chileno, "Almirante Cochrane", comandado pelo Comodoro Constantino Bannen. Ofertado ao Instituto Histórico por S.M. o Imperador D. Pedro II, a 8 de novembro de 1889 (153).

— F —

FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS — Quadro de formatura da 1.^a turma da Faculdade de Filosofia e Letras. *Fotografias* de Chapelin (284).

FACUNDO TAVARES (Joana) — Viscondessa de Serro Alegre. Vide — Tavares (Joana Facundo) — Viscondessa de Serro Alegre.

FAMÍLIA IMPERIAL DO BRASIL — *Aquarela* de Wandike Brown. Oferta do Comte. Sérgio Bizarro de Andrade Pinto (301). — *Fotografia*, não assinada (40). — *Fotografia*, não assinada, tomada por ocasião de uma visita às cataratas do Niagara (231). — *Heliogravura*, não assinada (510). — *Heliogravura*, não assinada (21). — *Litografia* de Carlos Linde (249). — *Litografia* de Er. Moreaux. Desenho de Henrique Fleiuss (89) Ofertada de Max Fleiuss.

FAUSTO DE SOUSA (Augusto) — Coronel. Vide — Sousa (Augusto Fausto de) — Coronel.

FAZENDA (José Vieira) — Historiador. — *Ampliação fotográfica* de Chapellin (218).

- FEIJÓ** (Diogo Antônio) — Padre. Estadista e parlamentar. *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira — Rio (193). — *Fotografia* de Luís Aleixo Boulanger (499). — *Litografia* de S. A. Sisson; autografada (138 e 308). — Vide — Brasileiros Ilustres.
- FERRÃO FILHO** (Alexandre Gomes Aragollo) — Marechal — Visconde de Itaparica. *Litografia* de Henrique Fleiuss (408). Oferta de Max Fleiuss.
- FERRAZ** (Ângelo Moniz da Silva) — Barão de Uruguiana. Vide — Pedro II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859.
- FERRAZ** (Luís Pedreira do Couto) — Visconde de Bom Retiro. Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853.
- FERRAZ DE CAMPOS SALES** (Manuel). Vide — Sales (Manuel Ferraz de Campos).
- FERREIRA** (Antônio Pedro da Costa) — Barão de Pindaré. Estadista e parlamentar. Retrato a óleo, não assinado (282).
- FERREIRA** (Pedro Afonso) — Major. Vide — Riachuelo (Batalha do).
- FERREIRA DE CARVALHO** (Alfredo). Vide — Carvalho (Alfredo Ferreira de).
- FERREIRA FRANÇA** (Ernesto) — Vide — França (Ernesto Ferreira).
- FERREIRA DE MOURA** (João). Vide — Moura (João Ferreira).
- FERREIRA DE PAIVA** (Gregório) — 2.º Tenente. Vide — Paiva (Gregório Ferreira de) — 2.º Tenente.
- FERREIRA DE SOUSA** (Antônio Tibúrcio) — Tenente. Vide — Sousa (Antônio Tibúrcio Ferreira de) — Tenente.
- FERREIRA VIANA** (Antônio). Vide — Viana (Antônio Ferreira).
- FIGUEIREDO** (Afonso Celso de Assis) — Conde de Afonso Celso. Parlamentar, literato e historiador. Foi Presidente Perpétuo do Instituto Histórico. *Fotografia* de Anunciato (97). — Retrato a óleo, assinado Su, Paris, 1891 (466). — Retrato a óleo assinado, Carlos Oswald. Oferta do sócio benemérito. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, atual Presidente Perpétuo do Instituto Histórico (176). — Retrato feito sobre círculos concêntricos, assinado Alvaro de Barros, 1917 (74).
- FIGUEIREDO** (Afonso Celso de Assis) — Visconde de Ouro Preto. Estadista e parlamentar. *Ampliação fotográfica*, assinada V. Morel (413). — *Fotografia* de C. Alberto & Filhos. Autografada (100). — *Litografia* de Pinho (373). — Retrato a pastel assinado, Rodolfo Chambelland. Homenagem do Instituto Histórico ao Visconde de Ouro Preto, então 1.º Vice-Presidente do mesmo Instituto (65).
- FIGUEIREDO** (Francisca de Paula de Toledo de Assis) — Viscondessa de Ouro Preto — *Ampliação fotográfica*, assinada V. Morel (414).
- FLEIUSS** (Henrique) — Artista. *Fotografia* não assinada (90). Oferta de seu filho Max Fleiuss.
- FLEIUSS** (Max) — Historiador, professor e jornalista. Foi Secretário Perpétuo do Instituto Histórico. *Ampliação fotográfica* de Paulo Erbe, Rio. Homenagem do Instituto Histórico ao Dr. Max Fleiuss (220). — *Fotografia* não assinada (227). — Retrato a pastel de Rodolfo Amoedo (521). — Retrato a óleo, assinado, Carlos Chambelland (106). — *Sanguinea* de Antônio Carneiro. Dedicada pelo autor ao Dr. Max Fleiuss, 1916 (53).
- FONSECA** (Eduardo Emílio da) — Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).
- FONSECA** (Hermes Rodrigues da) — Marechal. Presidente da República de 1910 a 1914. — *Litografia* de Hri. Hébert, 1877 (290). — *Fotografia* de Chapelin & Pereira, Rio (206).
- FONSECA** (João Severiano da) — Médico. *Fotografia* não assinada (286).
- FONSECA** (Manuel Deodoro da) — Marechal. *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (197). — Cópia a óleo do quadro de Henrique Bernardelli. Assinada, J. R. Ferreira, 1932 (155).
- FONSECA** (Mariano José Pereira da) — Marquês de Maricá. Estadista e parlamentar. *Litografia* e desenho de S. A. Sisson. Autografado (132).
- FORTALEZA DE S. JOÃO** (Desastre na). *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss. Publicação do Instituto Artístico (458). Oferta de Max Fleiuss.
- FRANÇA** (Ernesto Ferreira) — Jurisconsulto e poeta. Desenho a crayon de V. Vanier. Ofertado ao Instituto Histórico por

uma filha do Dr. Ernesto Ferreira França, e por intermédio do sócio Evaristo Nunes Pires (351).

FRANÇA E ALEMANHA EM 1870. *Litografia* — Desenho de Rachet (2).

FRANCISCO JOSÉ, IMPERADOR DA ÁUSTRIA, E IMPERATRIZ ELIZABETH — *Fotografia* de um quadro a óleo que representa a visita dos Imperadores da Áustria ao Imperador Maximiliano do México, no Castelo de Miramar, Itália. Foto. C. Malovich. Trieste (7).

FRANCISCO MANUEL — Vide — Silva (Francisco Manuel da).

FRANCO (Afonso Arino de Melo) — Historiador e literato. *Heliogravura*. Autografado (94).

FREITAS (Francisco José de) — Primeiro Tenente. — Vide — Riachuelo (Batalha do).

FREITAS (Francisco José de) — Primeiro Tenente. — Vide — Uruguai (Campanha do).

FREITAS (Teixeira de) — Primeiro Tenente. — Vide — Uruguai (Campanha do).

FRONTIN (André Gustavo Paulo) — Conde de Frontin. *Fotografia* não assinada. Ofertada ao Instituto Histórico por seus filhos (73).

FUNDAÇÃO DA CIDADE — Esbôço a óleo de F. Acquareone. Representa a fundação da Cidade do Rio de Janeiro no Morro Cara de Cão. Ofertado ao Instituto Histórico pelo autor F. Acquareone (166).

FUNDADORES DA CIDADE — *Fotografia* tomada durante a inauguração do marco em homenagem aos fundadores da cidade, mandado erigir pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na planície do Morro Cara de Cão (Fortaleza de São João), a 20 de janeiro de 1915 (49). — *Fotografia*, não assinada. Representa o Dr. Vieira Fazenda pronunciando, durante a inauguração do Marco no Morro Cara de Cão (Fortaleza de São João), a 20 de janeiro de 1915, o discurso em homenagem aos fundadores da cidade. (50). — *Fotografia* não assinada, tomada durante a chegada dos representantes oficiais e demais convidados à Fortaleza de São João, para assistirem, na planície do Morro Cara de

Cão, à cerimônia da inauguração do marco em homenagem aos fundadores da Cidade, 20 de janeiro de 1915 (61).

FURTADO DE MENDONÇA (Hipólito José da Costa Pereira). Vide — Mendonça (Hipólito José da Costa Pereira Furtado de).

FURQUIM LAHMAYER (Lúcia). Vide — Lahmayer (Lúcia Furquim).

— G —

GALVÃO (Benjamin Franklin Ramiz) — Barão de Ramiz. *Fotografia* não assinada, com dedicatória do titular ao Instituto Histórico, 3-12-1918 (102). — Retrato a "crayon" de Rodolfo Chambelaud (222).

GALVÃO UCHÔA (Leopoldo Borges) — Capitão. Vide — Uchôa (Leopoldo Borges Galvão) — Capitão.

GAMA (Luís Philippe Saldanha da) — Almirante. *Litografia* — Desenho de Walle. 1895 (38).

GAMA (Luís Philippe Saldanha da) — Guarda-marinha. Vide — Uruguai (Campanha do).

GARÇAO STOCKLER (Francisco de Borja) — General — Barão da Vila da Praia. Vide — Stockler (Francisco de Borja Garção) — General — Barão da Vila da Praia.

GARCIA (José Maurício Nunes) — Padre. Maestro — *Ampliação fotográfica* de um quadro de Henrique Bernardelli, que representa o Padre José Maurício Nunes Garcia ao piano, tendo ao lado o maestro Marcos Portugal e em frente D. João VI (104). — *Fotografia* reduzida do quadro de Henrique Bernardelli (84).

GLOBO JAGELLONICUS — Quadro com três *fotografias* do globo mais antigo depois do de Colombo no qual se vê o nome da América. Departamento Municipal de Propaganda de Cracow — Oferta do Embaixador Raul Régis de Oliveira (15).

GOETHE — *Litografia* não assinada. Ofertada ao Instituto Histórico, pelo sócio Hubert Knipping, Ministro da Alemanha no Brasil, março 22, 1932 (223).

GOMES (Wencesláu Braz Pereira) — Estadista, parlamentar, Presidente da República de 1914 a 1918. *Fotografia* de Chapelin. Rio (207).

GOMES ARGOLLO FERRÃO FILHO (Alexandre) — Visconde de Itaparica. — Vide — Ferrão Filho (Alexandre Gomes Argollo) — Marechal — Visconde de Itaparica.

GOMES DE CASTRO (Augusto Olimpio). Vide — Castro (Augusto Olimpio Gomes de).

GOMES PEREIRA (Antônio Coutinho) — Almirante. Vide — Pereira (Antônio Coutinho Gomes) — Almirante.

GONÇALVES (José Tomás Teodorico) — 2.º Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).

GONÇALVES (Lázaro José) — Tenente-coronel. Miniatura a óleo, não assinada (424).

GONÇALVES DIAS (Antônio). Vide — Dias (Antônio Gonçalves).

GONÇALVES LEDO (Joaquim). Vide — Ledo (Joaquim Gonçalves).

GONÇALVES DE MAGALHÃES (Domingos José) — Visconde de Araguaia. Vide — Magalhães (Domingos José Gonçalves de) — Visconde de Araguaia.

GONÇALVES DA SILVA (Bento). Vide — Silva (Bento Gonçalves da).

GUARARAPES (Batalha dos) — *Fotografia colorida* de um quadro de Vitor Meireles. Publicação da Ilustração Brasileira (486).

GUARDA NACIONAL DA CORTE (Embarque do Contingente da). *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss. Publicação da "A Semana Ilustrada" (393). Oferta de Max Fleiuss.

GUIMARÃES (Francisco Pinheiro) — General. *Fotografia* não assinada (20).

GUIMARÃES PEIXOTO (Francisco Maria dos) — Capitão. Vide — Peixoto (Francisco Maria dos Guimarães) — Capitão.

— H —

HALFELD (Henrique Guilherme Fernando). Engenheiro — *Daguerreotipo* — Oferta do Sr. Albino Esteves, Rio, 1939 (277).

HENRIQUES LEAL (Antônio). Vide — Leal (Antônio Henriques).

HERVAL (Marquês do). Vide — Osório (Manuel Luís) — General — Marquês do Herval.

HIPÓLITO DA COSTA. Vide — Mendonça (Hipólito José Pereira da Costa Furtado de).

HOMEM DE MELO (Francisco Inácio Marcondes) — Barão Homem de Melo. Estadista e parlamentar. *Fotografia* não assinada (364). — Vide — Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à).

HOONHOTZ (Antônio Luís von). — Almirante — Barão de Teffé. *Desenho a "crayon"* de Carlos Chambelland (322).

HORTA (Felisberto de Caldeira Brant Pontes de Oliveira e) — Marquês de Barbacena. Estadista, parlamentar e diplomata. *Litografia*, desenho de S.A. Sisson, 1859. Autografado (133).

HUGO (Vitor). Vide — Musset (Alfredo) e (Vitor).

HUMAITÁ (Reconhecimento de). *Litografia*, assinada, A. Pontremoli, 1874 (276).

HUMAITÁ (Tomada da Igreja de). *Litografia* não assinada (459).

HUMBOLDT (Frederic Henri Alexandre). Naturalista. *Desenho a "crayon"* assinado por Antunes, 1891 — Rio (438).

— I —

IBITURUNA (Visconde de). Vide — Santos (João Batista dos) — Visconde de Ibituruna.

IBITURUNA (Viscondessa de) — Retrato a óleo, assinado, Fragozo (Rocha Fragozo) 1881 (267).

INÁCIO (Joaquim José) — Almirante — Visconde de Inhauma. Vide — Ministério de 2 de março de 1861.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — *Litografia* de Loeillot — Desenho de Wm. Therman. Impressores: Druck v. L. Sachse & Berlin (472).

IGREJA DE S. SEBASTIÃO (Morro do Castelo) e Igreja de N. S. da Glória (Morro da Glória). *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss, 1881. Publicação do Suplemento do "O Globo" (418). Oferta de Max Fleiuss.

IGREJINHA DE COPACABANA — *Fotografia* não assinada, da antiga Igrejinha de Copacabana hoje, Fortaleza de Copacabana. — Quadro a óleo de Virgílio Lopes Rodrigues. Oferta do autor ao Instituto Histórico (243).

INCONFIDENTES (Casa dos) — Quadro a óleo, assinado M.L.C.S. (300).

INDEPENDÊNCIA (Conselho da). *Fotogravura colorida* do quadro de Georgina de Albuquerque. "Conselho da Independência". Publicação da Ilustração Brasileira (483).

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS — *Gravura* de John Trumbull. Representa a assinatura da proclamação da independência dos Estados Unidos. Editor — George U. Buchanan, Filadelfia (8).

INDEPENDÊNCIA (Hino da). *Fotogravura colorida* do quadro de Augusto Bracet. Publicação da Ilustração Brasileira (450).

INDEPENDÊNCIA OU MORTE — *Fotogravura colorida* do quadro de Pedro Américo. Publicação da Ilustração Brasileira (484).

INDIA BRASILEIRA — Cópia a óleo feita pelo pintor Lytzen, por ordem do Imperador D. Pedro II, do quadro de Van Eckout. Oferta do Imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico (147). — Cópia a óleo feita pelo pintor Lytzen, por ordem do Imperador D. Pedro II, do quadro de Van Eckout. Oferta do Imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico (151).

INDIO BRASILEIRO — Cópia a óleo feita pelo pintor Lytzea, por ordem do Imperador D. Pedro II, do quadro de Van Eckout. Oferta do Imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico (148). — Cópia a óleo feita pelo pintor Lytzea, por ordem do Imperador D. Pedro II, do quadro de Van Eckout. Oferta do Imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico (152).

INDIO DO BRASIL (Almirante). Vide — Silva (Artur Índio do Brasil — Almirante — Marquês Índio do Brasil).

INDIO DO BRASIL (Clarisse Lage). Vide — Silva (Clarisse Lage Índio do Brasil e).

INDIOS BRASILEIROS — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (444). Oferta de Max Fleiuss.

INHAUMA (Visconde de). Vide — Inácio (Joaquim José) — Almirante — Visconde de Inhauma.

INHOMERIM (Visconde de). Vide — Torres-Homem (Francisco de Sales) — Visconde de Inhomirim.

INSTITUTO HISTÓRICO — *Fotografia* de vários aspectos do Instituto Histórico — Não assinada (241). — *Fotografia* não assinada, representa um aspecto do arquivo (251). — *Fotografia*, não assinada, representa outro aspecto do arquivo (253). — *Fotografia*, não assinada, representa um aspecto da biblioteca (250). — *Fotografia*, não assinada, representa outro aspecto da biblioteca (252). — *Fotografia*, não assinada, representa ainda outro aspecto da biblioteca (254). — *Fotografia* de Chapelin, representa a Sala de sessões no antigo edifício na Praça 15 de Novembro (302). — *Fotografia* de Chapelin, representa outro aspecto da Sala de Sessões no antigo edifício na Praça 15 de Novembro (303). — *Fotografia*, não assinada, tomada durante a visita do Conselheiro Rodrigues Alves, Presidente da República, às obras do antigo edifício à Praça 15 de Novembro, 30 de julho de 1906 (80).

ISABEL (Princesa) — *Ampliação fotográfica* de Chapelin (196). — *Fotografia* de Pierre Petit. Autografada (33). — Retrato a "crayon" de Carlos Chambelland (179). — Retrato a óleo de Augusto Petit 1916. Oferta do Dr. José Carlos Rodrigues (35). — (Juramento da Princesa) — *Fotogravura colorida* do quadro de Vitor Meireles. Publicação da Ilustração Brasileira (452).

ISABEL (Regência da Princesa — 1876). *Litografia*, assinada, Assis. Representa a Princesa Isabel e o Ministério de 1876 (456).

ISABEL (Princesa). Vide — João VI (D), Pedro I (D), Pedro II (D); Princesa Isabel.

ISABEL E LEOPOLDINA (Princesas) — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss, 1860 (362). Oferta de Max Fleiuss.

ITABORAÍ (Visconde de). Vide — Tôrres (Joaquim José Rodrigues). — Visconde de Itaboraí.

ITAPARICA (Visconde de). Vide — Ferção Filho (Alexandre Gomes Argolo) — Marechal — Visconde de Itaparica.

ITAUNA (Visconde de). Vide — Oliveira (Cândido Batista de) — Visconde de Itauna.

IVINHEMA (Barão de). Vide — Pinto (Francisco Pereira) — Chefe de Divisão — Barão de Ivinhema.

— J —

JEQUITINHONHA (Visconde de). Vide — Montezuma (Francisco Gê Acabaia de) — Visconde de Jequitinhonha.

JERUMIRIM (Visconde de). Almirante — Vide — Alvim (Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e) — Almirante — Visconde de Jerumirim.

JOANA ANGÉLICA (Soror). *Sanguinea* de Eduardo de Sá (309).

JOÃO ALFREDO (Conselheiro). Vide — Oliveira (João Alfredo Correia de).

JOÃO MANUEL (Padre). Vide — Carvalho (João Manuel de).

JOÃO VI (D.) — *Ampliação fotográfica* de Chapelin, Rio (186). — *Gravura*. Desenho de D. Pelegrini. Oferta do Dr. Afonso Arinos de Melo Franco (404). — Retrato a óleo. Oferta do Dr. Virgílio de Sá Pereira, que em carta acompanhando a oferta atribui a autoria aos pintores José Leandro ou Ubaldo (173).

JOÃO VI (D.) PEDRO I (D.) PEDRO II (D.) PRINCESA ISABEL — *Fotografia* de um desenho de Treidler — Wendt. Foto — Musso & Cia. — Oferta do General Thaumaturgo de Azevedo — 27 de fevereiro de 1909 (390).

JOAQUIM CAETANO DA SILVA. Vide — Silva (Joaquim Caetano da).

JOAQUIM INÁCIO (Almirante — Visconde de Inhauma). Vide — Inácio (José — Almirante — Visconde de Inhauma).

JOAQUIM NORBERTO. Vide — Silva (Joaquim Norberto de Sousa e).

JOSÉ BONIFÁCIO. Vide — Silva (José Bonifácio de Andrada e).

JOSÉ CLEMENTE. Vide — Pereira (José Clemente Pereira).

JOSÉ MAURÍCIO (Padre). Vide — Garcia (José Maurício Nunes).

JUBILEU DOS SOBERANOS INGLESES: JORGE V e RAINHA MARY. *Cópia colorida* do quadro do pintor Frank O. Salisbury. Reprodução feita pela "The Times World Copyright", e assinado pelo pintor Frank O. Salisbury. Oferta do Embaixador Raul Régis de Oliveira (10). — Esboço explicativo feito pelo autor do quadro, Frank O. Salisbury, 1935 (11).

JUNTA GOVERNATIVA — *Fotografia* de Annunciato. Representa a Junta Governativa de 24 de outubro de 1930 (213).

— L —

LABATUT (Pedro) — General. *Ampliação fotográfica*, não assinada (127).

LACERDA COUTINHO (José Cândido de) Vide — Coutinho (José Cândido de Lacerda).

LAHMAYER (Lúcia Furquim) — *Fotografia*, não assinada. Homenagem do Instituto Histórico.

LAMARE (João Vitor de) — Guarda-Marinha. Vide — Uruguai (Campanha do).

LAMARE (Joaquim Raimundo de) — Guarda-Marinha. Vide — Uruguai (Campanha do).

LARGO DO PAÇO EM 1852 — *Litografia* de J. Arnout e V. Adam. Impressores: Lemercier, Paris (391).

LEAL (Antônio Henrique). Filólogo. *Fotografia*, não assinada. Oferta de seu filho General Alexandre Leal (108).

LEAL (Aurelino). *Ampliação fotográfica* feita pelo Studio D'Ávila (217).

LEAL (Hugo) — Poeta. Retrato a óleo de Franco de Sá. Oferta do General Alexandre Leal (457).

LEÃO (Domingos de Sousa — Barão de Vila Bela). Vide — Ministério de 5 de janeiro de 1878 (Homenagem ao).

LEÃO (Honório Hermeto Carneiro — Marquês de Paraná). Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853.

LEÃO (Luís Filipe de Sousa). Vide — Ministério de 6 de maio de 1885.

LEDO (Joaquim Gonçalves) — *Ampliação fotográfica*, não assinada (124).

LEGISLATURA DE 1867 (Crítica à). — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (379). Oferta de Max Fleiuss.

LEI N.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à). *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (312). Oferta de Max Fleiuss.

LEI DO VENTRE LIVRE (Alegoria à). — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss. Editada pelo Imperial Instituto Artístico (378). Oferta de Max Fleiuss.

- LEITE DE CASTRO (João Vicente) — General. Vide — Castro (João Vicente Leite de) — General.
- LEITE DE OLIVEIRA BELO (André Alves) — Tenente-Coronel. Vide — Belo (André Alves Leite de Oliveira) — Tenente-Coronel.
- LEITE VELHO (Bernardo Teixeira de Moraes). *Fotografia* (415).
- LEOPOLDINA (Imperatriz D.) — *Fotografia* de um quadro. Foto: Chapelin, Rio (134). — *Gravura*, não assinada (405). — *Litografia colorida*, não assinada, do quadro do professor D. Faillutti (26). — Retrato a óleo de Eduardo Beviláqua. Cópia do que se vê no quadro de Manuel Dias de Oliveira Brasileiro, alegórico ao nascimento de D. Maria da Glória depois D. Maria II, rainha de Portugal. Ofertado pelo pintor Eduardo Beviláqua ao Dr. Max Fleiuss, que o transmitiu ao Instituto Histórico (81).
- LEOPOLDINA (Princesa D.) — *Litografia* de S.A. Sisson (354).
- LEOPOLDINA (Alegoria ao casamento da Princesa D.) — *Litografia*, não assinada. Desenho de Carlos Linde. Publicação da "Semana Ilustrada" (323).
- LEOPOLDO I, REI DOS BELGAS — *Reprodução fotográfica*, não assinada (39).
- LIMA (José Inácio de Abreu e) — General. *Ampliação fotográfica*, não assinada. — Retrato a óleo, não assinado (116).
- LIMA (Manuel de Oliveira). Diplomata e historiador. *Desenho* de Mário Vaz (182).
- LIMA (Pedro de Araújo) — Marquês de Olinda. Estadista e parlamentar — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (194).
- LIMA DUARTE (José Rodrigues de) — Visconde de Lima Duarte. Vide — Duarte (José Rodrigues de Lima) — Visconde de Lima Duarte.
- LIMA DRUMOND (João da Costa). Vide — Drumond (João da Costa Lima).
- LIMA JÚNIOR (José Antônio de) — Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).
- LIMA E SILVA (Francisco de) — General. Vide — Silva (Francisco de Lima e).
- LIMA E SILVA (Luís Alves de) — Duque de Caxias. Vide — Silva (Luís Alves de Lima e) — Duque de Caxias.
- LIMPO DE ABREU (Antônio Paulino) — Visconde de Abaeté. Vide — Abreu (Antônio Paulino Limpo de) — Visconde de Abaeté.
- LINHARES (José). Presidente da República de 29-10-1945 a 31-1-1946. *Fotografia* (515).
- LINO COUTINHO (José). Vide — Coutinho (José Lino).
- LISBOA (João Francisco). Historiador. — *Desenho a crayon*, não assinado (372).
- LISBOA (Joaquim Marques) — Marquês de Tamandaré. Vide — Uruguai (Campanha do).
- LISBOA (José da Silva) — Visconde de Cairú. Estadista, parlamentar e juriscônsulto. *Litografia* e *desenho* de A. Sisson. Autografado (145). — Retrato a óleo, não assinado (128). — Vide — Brasileiros Ilustres.
- LOBATO (Francisco de Paula Negreiros de Sayão) — Visconde de Niterói. Vide — Pedro II e seu Ministério de 2 de março de 1861.
- LOUREIRO (Brasiliano Bandeira de Melo Cesar) — Cadete. Vide — Riachuelo (Batalha do).
- LUCENA (Henrique Pereira de) — Barão de Lucena. Vide — A Abolição dos escravos.
- LUÍS I e D. MARIA PIA — *Litografia* de Armanino Genova. Desenho de P. Barabino (305).
- LUÍZ FILIPE I, REI DOS FRANCESES. *Gravura impressa em sêda*, de Verzier Bonnard et Cie. — Lyon (399).
- LUZ (Joaquim Delfino Ribeiro da). Estadista e parlamentar. *Litografia*, não assinada. Desenho de Sousa Lobo, 1876. Impressão de Acropólio (32).

— M —

- MACAUBAS (Barão de). Vide — Borges Abílio Cesar) — Barão de Macaubas.
- MACEDO (Manuel Buarque de). Vide — Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à).
- MACEDO (Sérgio Teixeira de). Vide — Pedro II e seu Ministério de 12 de dezembro de 1858.

- MACEDO COIMBRA** (Justino José de) — Primeiro-Tenente. Vide — Coimbra (Justino José de Macedo) — Primeiro-Tenente.
- MACEDO SOARES** (Antônio Joaquim de). Vide — Soares (Antônio Joaquim de Macedo).
- MACEDO SOARES** (José Carlos de). Vide — Soares (José Carlos de Macedo).
- MACHADO** (Antônio Cândido da Cruz) — Visconde de Serro Frio. Vide — Abolição dos escravos.
- MACHADO E SILVA** (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada). Vide — Silva (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e).
- MACIEL DA COSTA** (João Severiano) — Marquês de Queluz. Vide — Costa (João Severiano Maciel da).
- MAGALHÃES** (Descoberta do Estreito de). *Gravura*, não assinada, tirada do quadro de O.W. Brierly (426).
- MAGALHÃES** (Domingos José Gonçalves de) — Visconde de Araguaia. Diplomata, historiador e poeta. *Desenho a crayon* de Jorge de Oliveira (348). — Vide — Poetas Brasileiros (Três).
- MAGALHÃES** (Pedro Jacques de) — General. *Reprodução fotográfica*, não assinada. Oferta do Barão do Rio Branco com o seguinte autógrafo: "Pedro Jacques de Magalhães, general da esquadra que bloqueou Recife em 1645. Cópia de um retrato a óleo existente na Galeria Antiga de Florença. Oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil pelo seu sócio efetivo Rio Branco" (44).
- MAIA** (Cláudio Velho da Mota) — Conde da Mota Maia. Médico — *Litografia* de A. de Pinho (72).
- MAIA** (Francisco do Rego) — D. Sacerdote. Retrato a óleo de Auguste Petit, 1896 (437).
- MAIA** (José Antônio da Silva) — Estadista e parlamentar — Retrato a óleo, não assinado (385).
- MALHEIRO** (Agostinho Marques Perdigão) — Jurisconsulto — Retrato a óleo, não assinado (489).
- MALLET** (João Nepomuceno de Medeiros) Capitão — Vide — Uruguai (Campanha do).
- MANUEL CÍCERO** — Vide — Silva (Manuel Cícero Peregrino da).
- MANUEL VITORINO** — Vide — Pereira (Manuel Vitorino).
- MARANHÃO** (Luís Francisco de Perez Albuquerque) — Cadete — Vide — Riachuelo (Batalha do).
- MARANHÃO** (Timoteão Peres de Albuquerque) — Capitão — Vide — Riachuelo (Batalha do).
- MARCO PORTUGUES EM PÓRTO SEGURO** — *Desenho a pena* de Antônio Parreiras — Oferecido pelo autor ao Dr. Vieira Fazenda, que por sua vez o ofereceu ao Instituto Histórico (383).
- MARIA DA GLÓRIA** (D. Maria II) — Rainha de Portugal — Quadro a óleo de Manuel Dias de Oliveira Brasiense, cognominado "O Romano". Representa uma alegoria ao nascimento da Princesa Dona Maria da Glória, mais tarde D. Maria II, Rainha de Portugal (281).
- MARIA I E PEDRO II** — *Gravura*, não assinada — Oferta do Comte. Sérgio Bizarro de Andrade Pinto (82).
- MARIA QUITÉRIA** — Vide — Medeiros (Maria Quitéria de Jesus).
- MARICÁ** (Marquês de) — Vide — Fonseca (Mariano José Pereira de — Marquês de Maricá).
- MARIS e BARROS** (Antônio Carlos de) — Tenente — Vide — Barros (Antônio Carlos de Maris e) — Tenente.
- MARQUES LISBOA** (Joaquim) — Marquês de Tamandaré — Vide — Lisboa (Joaquim Marques) — Marquês de Tamandaré.
- MARQUES DE SOUSA** (Manuel) — Conde de Pôrto Alegre — Vide — Sousa (Manuel Marques de) — Conde de Pôrto Alegre.
- MARTIM FRANCISCO** — Vide — Andradá (Martim Francisco Ribeiro de).
- MARTINS** (Domingos José) — Vide — Revolução Pernambucana de 1817.
- MARTINS** (Gaspar da Silveira) — Vide — Ministério de 5 de janeiro de 1878 (Homagem ao).
- MARTINS** (Henrique Francisco — 1.º Tenente) — Vide — Uruguai (Campanha do).

- MARTIUS (Carlos Frederico Philipe von) — Naturalista — *Litografia*, não assinada. Desenho de Correns, 1850 (54).
- MATOS (Raimundo José da Cunha — Marechal) — *Reprodução fotográfica*, não assinada, de um retrato a óleo — Oferta de D. Gerusa Soares, bisneta do Marechal Cunha Matos, 1929 (55).
- MAUÁ (Visconde de) — Vide — Sousa (Irineu Evangelista de — Visconde de Mauá).
- MAXIMILIANO, IMPERADOR DO MÉXICO — *Fotografia* de um quadro a óleo que representa o Imperador Maximiliano do México recebendo no Castelo de Miramar, Itália, a delegação da Assembléia do México que lhe fôra oferecer a corôa de Imperador. Foto — C. Malovich, Trieste (6).
- MAXIMILIANO, IMPERADOR DO MÉXICO E IMPERATRIZ CARLOTA — *Fotografia* de um quadro a óleo que representa os Imperadores partindo de Miramar, Itália, para o México, 14 de abril de 1864 — Foto — C. Malovich Trieste (5).
- MEDEIROS (Maria Quitéria de Jesus) — Retrato a *pastel*, não assinado — Oferecido ao Instituto Histórico pelo sócio benemérito Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay (160).
- MEIRA DE VASCONCELOS (João Florentino de) — Vide — Vasconcelos (João Florentino Meira de).
- MELO (Antônio Francisco Dutra e) — Romancista e poeta — Oferta feita pelo sócio Dr. Luís Felipe Vieira Souto (517).
- MELO (José Alexandre Teixeira de) — Historiador e poeta — *Fotografia*, não assinada (407).
- MELO (José Antônio Corrêa de — 2º Tenente) — Vide — Uruguai (Campanha do).
- MELO (Luís José de Carvalho e — Visconde da Cachoeira) — Estadista e parlamentar — *Fotografia* de Huberti, Rio — Oferecido ao Instituto Histórico pelos bachareis de 1927 da Universidade do Rio de Janeiro (181).
- MELO (Manuel Felizardo de Sousa e) — Vide — Pedro II e seu Ministério de 12 de dezembro de 1858. — Vide — Pedro II e seu Ministério de 2 de março de 1861.
- MELO CARDOSO BARATA (Manuel de) — Vide — Barata (Manuel de Melo Cardoso).
- MELO FRANCO (Afonso Arinos de) — Vide — Franco (Afonso Arinos de Melo).
- MENDONÇA (Augusto Neto de — Tenente) — Vide — Uruguai (Campanha do) n. 401.
- MENDONÇA (Hipólito José da Costa Pereira Furtado de) — Jornalista — *Ampliação fotográfica* de um desenho não assinado (125). — *Gravura* de H. R. Cook 1811 — Impressão de G. H. Harlow (95).
- MENDONÇA (José Luís de) — Vide — Revolução Pernambucana de 1817.
- MENEZES (Francisco Barreto de — General) — *Reprodução fotográfica* não assinada. Oferta do Barão do Rio Branco com o seguinte autógrafo: "O General Francisco Barreto de Menezes, vencedor das duas batalhas dos Guararapes, e restaurador de Pernambuco. Cópia de um retrato a óleo da Galeria Antiga de Florença. Oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil pelo sócio efetivo Rio Branco." (43).
- MENA BARRETO (João Propício de — Marechal) — Vide — Barreto (João Propício de Mena — Marechal).
- MIGUEL (D.) — Vide — Bragança (Miguel D.).
- MINISTÉRIO DE 6 DE MAIO DE 1885 — Quadro com a *fotografia* de todos os componentes do Ministério de 6 de maio de 1885. Não assinada (428).
- MINISTÉRIO DE 5 DE JANEIRO DE 1879 (Homenagem ao) — *Litografia*, não assinada — Publicação do jornal "Comédia Popular" (398).
- MITRE (Bartolomé) — *Citolitografia* de J. Weiss & Preusche — Pintura de C. Soto (270).
- MONÇÃO (A Partida da) — *Cromolitografia* do quadro de Almeida Júnior. Publicação da "Ilustração Brasileira" (318).
- MONIZ (João Bráulio) — Estadista — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (192).
- MONIZ DA SILVA FERRAZ (Ângelo — Barão de Uruguiana) — Vide — Ferraz (Ângelo Moniz da Silva — Barão de Uruguiana).

MONT'ALEGRE (Marquês de) — Vide —
Carvalho (José da Costa) — Marquês de
Mont'Alegre.

MONT'ALVERNE (Francisco do — Frei)
— Orador — *Desenho a "crayon"* não as-
sinado (342).

MONTANHAS DO BRASIL (Altitude
Comparada das) — *Litografia colorida*,
representa a altitude comparada dos pon-
tos culminantes do sistema orográfico bra-
sileiro, pelo conselheiro F. I. Homem de
Melo. Editado pelo Imperial Instituto Ar-
tístico (497).

MONTAURY (João Batista de Oliveira) —
Tenente — Vide — Uruguai (Campa-
nha do).

MONTFERRAT (Marquesa de) — Vide —
Barros (Luiza Margarida Borges Portu-
gal de) — Condessa de Pedra Branca,
Condessa de Barral e Marquesa de Mont-
ferrat.

MONTEZUMA (Francisco Gê Acayaba de)
— Visconde de Jequetinhonha. *Litografia*
e desenho de S.A. Sisson. Autografado.
(136).

MORAIS BARROS (Prudente José de). —
Vide — Barros (Prudente José de Mo-
rais).

MORAIS E SILVA (Antônio de). — Vide
— Silva (Antônio de Moraes e).

MOREIRA (Delfim). Vide — Ribeiro (Del-
fim Moreira da Costa).

MOREIRA (Juliano). Médico — *Fotografia*,
assinada, mas ilegível. Autografada (91).

MOREIRA (Luís da Cunha) — Almirante
— Visconde de Cabo Frio. *Fotografia*,
não assinada, de um desenho de Krumholz
— Rio (321).

MOREIRA PENA (Afonso Augusto). Vide
— Pena (Afonso Augusto Moreira).

MOTA CARRAM VASCONCELOS (Antô-
nio da). Vide — Vasconcelos (Antônio
da Mota Carram).

MOTA MAIA (Conde da). Vide — Maia
(Cláudio Velho da Mota) — Conde da
Mota Maia.

MOURA (João Ferreira de). Vide — Mi-
nistério de 6 de maio de 1855.

MULATA BRASILEIRA — Cópia a óleo
feita pelo pintor Lytzen, por ordem do
Imperador D. Pedro II, do quadro de Van
Eckout. Oferta do Imperador D. Pedro II
ao Instituto Histórico (149).

MÜLLER (Fritz). Naturalista — *Fotografia*,
não assinada, da estátua erigida em Santa
Catarina ao naturalista, Fritz Müller —
Oferta do sócio Dr. Roquete Pinto (28).

MÜLLER (Viagem Diplomática do Ministro
Lauro). *Cromolitografia*, não assinada,
1913 (512).

MURITIBA (Marquês de). Vide — Tosta
(Manuel Vieira) — Marquês de Muritiba.

MUSSET (Alfred) e HUGO (Victor). —
Flores colhidas nos túmulos de Alfred
Musset e Vitor Hugo.

— N —

NABUCO (Joaquim). Vide — Araújo (Joa-
quim Aurélio Barreto Nabuco de).

NABUCO DE ARAÚJO (José Tomás). —
Vide — Araújo (José Tomás Nabuco de).

NAPOLEÃO (Artur). Compositor e pianis-
ta. *Litografia* de M.N. Hanhart (31).

NASSAU (João Maurício — Príncipe de).
Cópia fotográfica, não assinada, de um re-
trato a óleo (46).

NAVEGAÇÃO PORTUGUESA (Planisfé-
rio da). *Litografia*, não assinada. Oferta
do sócio grande benemérito Dr. Manuel
Cícero Peregrino da Silva (443).

NITERÓI (Visconde de). Vide — Lobato
(Francisco de Paula Negreiros de Sayão)
— Visconde de Niterói.

NOVA FRIBURGO (Barões de). Vide —
Pinto (Antônio Clemente e D. Laura Cle-
mentina da Silva) — Barões de Nova
Friburgo.

NUNES GARCIA (José Maurício) — Pa-
dre. Vide — Garcia (José Maurício Nu-
nes) — Padre.

— O —

OCEAN MONARCH — *Litografia* de Alf.
Martinet. Publicada por L.A. Boulanger,
tirada de um desenho feito pelo príncipe
de Joinville, que se achava a bordó do va-

- por nacional "Afonso" que socorreu a galera americana "Ocean Monarch", em Liverpool, 24-8-1840. Impressores: Heaton e Rensburg. Rio de Janeiro (237).
- OLEGÁRIO** (Conselheiro). Vide — Castro (Olegário Herculano de Aquino e).
- OLINDA** (Marquês de). Vide — Lima (Pedro de Araújo) — Marquês de Olinda.
- OLIVEIRA** (Cândido Batista de) — Visconde de Itaúna. Estadista e diplomata. *Desenho a crayon*, não assinado (347). — *Fotografia* de Luis Aleixo Boulanger (499).
- OLIVEIRA** (João Alfredo Correia). Estadista e parlamentar. *Desenho a crayon* de Rodolfo Chambelland, 1912 (174). — Vide — Abolição dos escravos.
- OLIVEIRA** (Samuel de) — General. Professor e escritor. *Ampliação fotográfica*, não assinada (236).
- OLIVEIRA BELO** (André Alves Leite de) — Tenente Coronel. Vide — Belo (André Alves Leite de Oliveira) — Tenente-Coronel.
- OLIVEIRA COUTINHO** (Aureliano de Sousa e) — Visconde de Sepetiba. Vide — Coutinho (Aureliano de Sousa e Oliveira) — Visconde de Sepetiba.
- OLIVEIRA E HORTA** (Felisberto Caldeira Brant Pontes) — Marquês de Barbacena. Vide — Horta (Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e) — Marquês de Barbacena.
- OLIVEIRA LIMA** (Manuel de). Vide — Lima (Manuel de Oliveira).
- OLIVEIRA MONTAURY** (João Batista de) Tenente. Vide — Montauray (João Batista de Oliveira) — Tenente.
- ORLEANS** (Gastão de) — Conde d'Eu. — *Fotografia* de Pierre Petit, 1912. (37).
- OSÓRIO** (Manuel Luís) — General — Marquês do Herval. *Cópia fotográfica colorida*, não assinada (423). — *Diversas fotografias* da espada ofertada ao General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, pelo Exército Brasileiro, na Guerra do Paraguai. Não assinadas. Oferta feita ao Instituto Histórico por sua filha D. Manuela Osório Mascarenhas (359). — *Fotografia*, não assinada, de duas lanças que pertenceram ao General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval. Oferta feita ao Instituto Histórico por sua filha D. Ma-
- nuela Osório Mascarenhas (361). — *Fotografia*, não assinada (440). — *Fotografia*, não assinada (416). — *Fotografia* não assinada, tomada por ocasião da inauguração de sua estátua equestre, na praça 15 de Novembro (473). — *Fotografia*, desenho de Angelo Agostini. Homenagem ao General Osório, por ocasião de sua morte (445). — *Litografia* e desenho de Angelo Agostini (412). — *Litografia* e desenho de Angelo Agostini. Publicação da Revista Ilustrada (514). — *Litografia* que representa o General Osório prestando juramento no Senado em 2 de maio de 1879. Desenho de Bordallo Pinheiro. Publicação do "O Mosquito" (515). — *Litografia*, não assinada (502). — Vide Ministério de 1878 (Homenagem ao). Relação dos ferimentos por êle recebidos na batalha de Avaí.
- OSÓRIO** (Homenagem ao General Manuel Luís) — Marquês do Herval. — *Litografia*, assinada: A. Representa uma homenagem ao General Osório por ocasião de sua vinda ao Rio de Janeiro para tomar assento no Senado. Publicação da "Revista Ilustrada" (490).
- OURÉM** (Visconde de). Vide — Areias (João Carlos de Almeida) — Visconde de Ourém.
- OURO PRETO** (Visconde de). Vide — Figueiredo (Afonso Celso de Assis) — Visconde de Ouro Preto.
- OURO PRETO** (Viscondessa de). Vide — Figueiredo (Francisca de Paula de Toledo de Assis) — Viscondessa de Ouro Preto.

— P —

PACHECO (José Felix Alves). Estadista, parlamentar e literato. *Sanguinea* de Carlos Oswald. Homenagem do Instituto Histórico (225).

PAÇO DA CIDADE — *Litografia* de Loeillot. Desenho de Wm. Therman. Impressores, Druck v. L. Sachse & Berlím (476).

PAIS BARRETO (Francisco Xavier). Vide — Pedro II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859.

PAEZ (José Antônio) — General. *Ampliação fotográfica*, não assinada (344).

PAIVA (Gregório Ferreira de) — 2.º Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).

- PAÍSES DA AMÉRICA. *Cromolitografia*. com escudos de todos os países da América. Não assinada (86).
- PALÁCIO IMPERIAL DE PETRÓPOLIS — *Aquarela*, assinatura ilegível (306).
- PARADA MILITAR — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss. Representa o Imperador D. Pedro II passando revista no Campo da Aclamação à Guarda Nacional e Tropa de Linha que formou em parada no dia 2 de dezembro, aniversário do mesmo Imperador. Oferta de Max Fleiuss (389).
- PARAGUAI (Guerra do). — *Fotografia* de formatura e partida de Ouro Preto, a 10 de maio de 1865, da 1.^a Brigada Mineira destinada à defesa de Mato Grosso e à invasão do norte da República do Paraguai. Não assinada. Oferta de João Raimundo Duarte (246). — *Fotografia*, não assinada, que representa a partida de Ouro Preto da 1.^a Brigada Mineira, a 10 de maio de 1865 (469). — *Litografia* de A. de Pinho. Representa o ataque à ilha da Redenção. Desenho de Pedro Américo. Editor "Vida Fluminense" (296). — *Litografia* de Carlos Linde. Representa o combate dos encouraçados brasileiros (501). — *Litografia* e desenho de Carlos Linde. Homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai. Publicação da (A Semana Ilustrada" (434). — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (377). Oferta de Max Fleuss. — *Litografia*, não assinada. Representa um dos aspectos do combate dos encouraçados brasileiros (299).
- PARAGUAI (Monumento às Vitórias Alcançadas no). *Litografia*, não assinada. Representa o projeto do monumento de autoria dos arquitetos, D. de A. Caminhó e P. Bernard e que deveria ser erigido no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro. Oferta do sócio Dr. Alfredo Nascimento e Silva — 1897 (503).
- PARAGUAI (Quadro alegórico à Campanha do Paraguai). *Litografia* e desenho de J. Mill. Impressão de Ed. Rensburg, Rio de Janeiro (311).
- PARANAGUÁ (Marquês de). Vide — Barbosa (Francisco Vilela) — Marquês de Paranaguá.
- PARANÁ (Marquês de). Vide — Leão (Honorário Hermeto Carneiro).
- PARANAGUÁ (João Lustosa da Cunha) — 2.^o Marquês de) — Estadista, magistrado. *Fotografia* de L. Musso, 1907. Homenagem do Instituto Histórico ao Marquês de Paranaguá, que foi seu Presidente (34). — Vide — Ministério de 10 de agosto de 1859. — Vide — Ministério de 6 de maio de 1885.
- PARANHOS (Antônio da Silva) — Tenente Coronel. Vide — Uruguai (Campanha do).
- PARANHOS (José Maria da Silva) Visconde do Rio Branco. Estadista e parlamentar. *Fotografia* de Marc Ferrez, tirada durante a inauguração de sua estátua no Largo da Glória. (51). — *Fotografia* de Marc Ferrez, representa outro aspecto da inauguração de sua estátua no Largo da Glória. (508). — *Fotografia* de Marc Ferrez, tomada por ocasião da inauguração de sua estátua no Largo da Glória (509). — *Fotografia* de Marc Ferrez, representa a estátua do Visconde do Rio Branco, no Largo da Glória. (507). — Vide — Pedro II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853. — Vide — Ministério de 2 de março de 1861.
- PARANHOS JUNIOR (José Maria da Silva) Barão do Rio Branco. Historiador, estadista e diplomata. *Fotografia* de Bastos Dias (70). — *Fotografia* não assinada (96). — *Fotografia* não assinada tomada durante a sua posse no cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (48). — Retrato a óleo de Teixeira da Rocha (272). — Retrato a pastel de Rodolfo Chambelland. Homenagem do Instituto Histórico ao seu Presidente 20-4-1909 (180).
- PASSEIO PÚBLICO (Entrada do). *Litografia* de Loiellet — Desenho de Wm. Therman. Impressores: Druck C. L. Sachse & Berlin (475).
- PASSO DA PÁTRIA (Combate do). *Fotogravura*, não assinada (464).
- PATROCÍNIO (José Carlos do). Vide — Abolição dos escravos.
- PEÇANHA (Nilo). Estadista. *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (205).
- PEDRA BONITA (Pernambuco). *Desenho*, cópia de Antônio Benevenuto (?). Representa alguns aspectos da Pedra Bonita ou Reino Encantado na comarca de Vila Bela, província de Pernambuco e das cenas que

nela tiveram lugar (240). — Quadro explicativo do desenho da Pedra Bonita (244).

PEDRA BRANCA (Condessa de). Vide — Barros (Luiza Margarida Borges Portugal de). — Condessa de Pedra Branca. Condessa de Barral e Marquesa de Montferrat.

PEDREIRA DO COUTO FERRAZ (Luís) — Visconde de Bom Retiro. Vide — Ferraz (Luís Pedreira do Couto) — Visconde de Bom Retiro.

PEDRO I (D.) *Ampliação fotográfica* de Bastos Dias. Rio (68). — *Ampliação fotográfica* de Chapelin — Rio (187). — Cópia em tamanho reduzido, a óleo, do quadro que representa D. Pedro I a bordo da nau portuguesa "União", ordenando a retirada das tropas portuguesas. A cópia e o original são de autoria do Professor Oscar Pereira da Silva (242). — *Fotografia* do quadro a óleo de Oscar Pereira da Silva (441). — *Fotogravura*. Desenho original de Debret (463). — *Gravura* de E. Smith — Liverpool, 1887, tirada de uma pintura de Simplicio Roiz de Sá, pintor da Câmara Imperial, 1826 (9 a 411). — Retrato a óleo, assinado Ubaldo. Oferta do Dr. Virgílio de Sá Pereira (178). — Retrato a óleo, cópia de J. R. Ferreira de um quadro de Simplicio Roiz de Sá (118). — Vide — João VI (D.), Pedro I (D.), Pedro II (D.); Princesa Isabel. — Retrato a óleo de Simplicio, Roiz de Sá (27).

PEDRO II (D.) *Ampliação fotográfica* de Bastos Dias — Rio (68). — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira — Rio (195). — *Cópia fotográfica* de um retrato de D. Pedro II tirado em Paris. Fotógrafo-Comercial (233). — *Cromolitografia* do quadro do Professor J. Baptista da Costa, que foi oferecido pelo autor à cidade de Petrópolis. Publicação da "Ilustração Brasileira" — 1926 (143). — *Desenho a "crayon"* que representa o Imperador no seu leito de morte. Assinado: Jacquemard André (467). — *Desenho a "crayon"* de Antônio Alves Vale de Sousa Pinto (175). — *Dois fotografias* da Câmara Ardente do Imperador e do seu leito de morte. Não assinado (480). — *Esboço* de um retrato a óleo feito pelo Professor Carlos Oswald e por êle oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (25). — *Fotografia* de Riel (292). — *Fotografia* de Insley Pacheco (67). — *Fotografia* de um retrato a óleo

existente na Câmara Municipal de Itaguaí. Não assinado (88). — *Fotografia*, não assinada. — Oferta do Sr. Raul Barreto (307 e 368). — *Heliogravura*, não assinada. Oferta do Dr. Sousa Melo (64). — *Litografia* de A. Maurin Ainé. Desenho de L. A. Boulanger. Impressores: Lemerrier, Paris — Autografado (271). — *Litografia* e desenho de J. Mill — Impressão de Rensburg, Rio de Janeiro (427). — *Litografia* e desenho de Joaquim Gomes Tourinho da Silva. Impressores: Lemerrier, Paris (345). — *Litografia* e desenho de Vale e Teixeira da Rocha (69). — *Litografia* não assinada (366). — *Litografia* publicada pelo Instituto Artístico. Representa a estátua em bronze do Imperador D. Pedro II, fundida no estabelecimento de Ponta da Arcia (Niterói), que pertencia ao Visconde de Mauá, e que figurou na primeira exposição brasileira de 1861, no Rio de Janeiro (22). — *Reprodução de uma fotografia* tirada no Paço da Cidade em 16 de novembro de 1889. Publicada pela revista "Século XX" (23). — Retrato a óleo. Assinado Vienot, 1868 (1). — Retrato a óleo, não assinado (255). — Retrato a óleo. Assinado: Poluceno (Poluceno da Silva Manuel), 1857 (169). — Retrato a óleo. — Assinado: E. Paft, 1874 (167). — Retrato a óleo. — Assinado: Cav.° D'Almeida, 1852 (161). — Retrato a óleo. — Assinado: J. Zermati (158). — Retrato a óleo, não assinado (156). — Retrato a óleo. — Assinado: Truche, 1873 (495). — Retrato a óleo, não assinado (291).

PEDRO II — Retrato a óleo, não assinado (291).

PEDRO II e seu Ministério de 6 de setembro de 1853. — *Litografia* e desenho de Sisson (454).

PEDRO II e seu Ministério de 12 de dezembro de 1858. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (394). Oferta de Max Fleiuss.

PEDRO II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (431). Oferta de Max Fleiuss.

PEDRO II e seu Ministério de 2 de março de 1861. — *Litografia* e desenho de S. A. Sisson (392).

PEDRO II e D. TERESA CRISTINA — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss, 1859 (247). Oferta de Max Fleiuss.

PEDRO II e D. TERESA CRISTINA (Alegoria ao Regresso de). *Litografia* e desenho de Carlos Linde (429).

PEDRO II (Coroação de D.) — Esquema do quadro a óleo de Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo. Desenho de Juvenal Martins (115).

PEDRO II (Coroação de D.) — *Fotografia* do esboço original pintado a óleo por Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (114).

PEDRO II (Coroação de D.) — Quadro a óleo, não terminado, de autoria de Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (113).

PEDRO II (Estrada de Ferro D.) — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa uma parte da 2.^a secção da mesma Estrada, perto da residência do Dr. Gunning, 1863 (324). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a Ponte do Desengano, 1863. Publicação do Imperial Instituto Artístico (326). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa vistas dos pontos mais importantes da mesma Estrada. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (325). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a Ponte sobre o Rio Santana, trecho da 2.^a secção da mesma Estrada. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (328). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa uma vista de "Barra do Pirai". — Publicação do Imperial Instituto Artístico (329). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a Estação de Vasouras. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (330). — Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a ponte sobre o rio Pirai. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (331). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde — Representa outro aspecto

da ponte sobre o rio Pirai. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (338). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa o portal superior do túnel n.º 2 da segunda secção da mesma estrada. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (332). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a entrada superior do túnel n.º 4 A. da segunda secção da mesma estrada. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (333). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a estação de Santana. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (334). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a ponte do Paraíso, sobre o rio Paraíba. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (335). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa o Túnel Grande, visto do lado inferior. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (336). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa a estação do Rodeio e Viaduto sobre o "Ribeirão dos Macacos". — Publicação do Imperial Instituto Artístico (337). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa outro aspecto da Estação de Rodeio. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (340). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss e Carlos Linde. — Representa um trecho da Estrada perto do Túnel Grande. — Publicação do Imperial Instituto Artístico (339). Oferta de Max Fleiuss. — Vide — Brasileiros Ilustres. — Vide — João VI (D.); Pedro I (D.); Pedro II (D.); Princesa Isabel.

PEIXOTO (Floriano) — Marechal. — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (198).

PEIXOTO (Francisco Maria dos Guimarães) Capitão. Vide — Uruguai (Campanha do).

PELOTAS (1.º Barão e Visconde de). Vide — Câmara (Patrício José Correia da) — Tenente-General — 1.º Barão e Visconde de Pelotas.

- PELOTAS (2.º Barão e Visconde de). Vide — Câmara (José Antônio Correia da) — Visconde de Pelotas.
- PENNA (Afonso Augusto Moreira). Estadista. *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira — Rio (204). — Vide — Ministério de 6 de maio de 1855.
- PEREIRA (Antônio Coutinho Gomes) — Almirante. — *Fotografia*, não assinada (93).
- PEREIRA (José Clemente). Estadista — *Litografia* e desenho de A. Sisson. Impressor: Melo, Rio de Janeiro. Autografado (139).
- PEREIRA (Lafayette Rodrigues). Vide — Ministério de 5 de janeiro de 1878 (Homenagem ao).
- PEREIRA (Manuel Vitorino) — Professor e estadista. *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira — Rio de Janeiro (200).
- PEREIRA FILHO (João de Almeida). Vide — Pedro II e seu Ministério de 10 de agosto de 1859.
- PEREIRA DA FONSECA (Mariano José) Marquês de Maricá. Vide — Fonseca (Mariano José Pereira da) — Marquês de Maricá.
- PEREIRA FURTADO DE MENDONÇA (Hipólito José da Costa). Vide — Mendonça (Hipólito José Pereira Furtado de).
- PEREIRA GOMES (Wencesláu Braz). Vide — Gomes (Wencesláu Braz Pereira).
- PEREIRA JÚNIOR (Joaquim Fernandes da Costa). Vide — Abolição dos escravos.
- PEREIRA PINTO (Francisco) — Barão de Ivinhema. Vide — Pinto (Francisco Pereira) — Barão de Ivinhema.
- PEREIRA PINTO (Francisco Felix da Fonseca) 2.º Tenente. Vide — Pinto (Francisco Felix da Fonseca Pereira) — 2.º Tenente.
- PEREIRA REBOUÇAS (Antônio). Vide — Rebouças (Antônio Pereira).
- PEREIRA DE SOUSA (Pedro Luís). Vide — Sousa (Pedro Luís Pereira de).
- PEREIRA DE SOUSA (Washington Luís). Vide — Sousa (Washington Luís Pereira de).
- PEREIRA DE SOUSA CALDAS (Antônio) — Padre. Vide — Caldas (Antônio Pereira de Sousa) — Padre.
- PEREIRA DE VASCONCELOS (Bernardo). Vide — Vasconcelos (Bernardo Pereira de).
- PERNAMBUCANA (Revolução). *Aquarela* não assinada que representa a passagem da Ponte dos Afogados, em 12 de setembro de 1824. Oferecido ao Instituto Histórico pelo General Francisco de Lima e Silva (439).
- PERNAMBUCANO (Ginásio). Quadro com as *fotografias* do Reitor, depois Cardeal Arcoverde, dos professores e do edifício do Ginásio Pernambucano (273).
- PERNAMBUCO (Pôrto de). — *Fotografia*, não assinada (315).
- PESSOA (Epitácio). Estadista. Presidente da República de 1918 a 1922 — *Ampliação fotográfica* de Minervino (210). — *Ampliação fotográfica* de Minervino, 1921. Homenagem do Instituto Histórico, 21-10-1921 (219).
- PESTANA (Miguel Antônio) — 1.º Tenente. Vide — Riachuelo (Batalha do).
- PETRÓPOLIS (Barão de). Vide — Pimentel (Manuel de Valadão) — Barão de Petrópolis.
- PETRÓPOLIS (Hotéis Bragança e Império) — *Aquarela*, não assinada (465).
- PIMENTEL (Helvecio de Sousa — 1.º Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).
- PIMENTEL (Manuel de Valadão) — Barão de Petrópolis. — *Litografia* mandada executar pelos doutorandos de 1861 em homenagem ao Dr. Manuel de Valadão Pimentel, professor da Faculdade de Medicina. Assinada: A. de Pinho (Augusto de Pinho). Oferecido ao Instituto Histórico pelo sócio Evaristo Nunes Pires. — Autografado (432).
- PIN E ALMEIDA (Miguel Calmon du) — Marquês de Abrantes. Vide — Almeida (Miguel Calmon du Pin e) — Marquês de Abrantes.
- PINDARÊ (Barão de). Vide — Ferreira (Antônio Pedro da Costa) — Barão de Pindaré.
- PINHEIRO GUIMARÃES (Francisco) — General. Vide — Guimarães (Francisco Pinheiro) — General.

PINTO (Antônio Clemente e D. Laura Clementina da Silva) — Barões de Nova Friburgo. Quadro a óleo assinado A. Bauch (157).

PINTO (Eduardo de Andrade). Vide — Ministério de 5 de janeiro de 1878 (Home-nagem ao).

PINTO (Francisco Felix da Fonseca Pereira) — 2.º Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).

PINTO (Francisco Pereira) — Barão de Ivinhema. Vide — Uruguai (Campanha do).

PINTO (Joaquim José) — Capitão-Tenente. Vide — Riachuelo (Batalha do).

PINTO (Sérgio Bizarro de Andrade) — Comandante. *Desenho* de Eduardo de Sá (262).

PINTO DE SOUSA DANTAS (Manuel). Vide — Dantas (Manuel Pinto de Sousa).

PIQUET (Luís Maria) — Capitão-Tenente, Barão de Santa Marta. Vide — Uruguai (Campanha do).

POETAS BRASILEIROS (Três). *Fotografia* de Antônio Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto Alegre e Domingos José Gonçalves de Magalhães. Autografada (109).

POINCARÉ (Raymond). Estadista — *Fotografia* de Pierre Petit, com a seguinte dedicatória: À l'Institut Historique et Geographique Brésilien R. Poincaré, Mai de 1915". Oferta feita por intermédio do sócio Dr. Miguel Calmon (71).

POMPÉIA (Raul). Escritor. Retrato a óleo. Assinado: Rodolfo Amoêdo, 1897 (471).

PONTE RIBEIRO (Duarte da) — Barão de — Diplomata. *Ampliação fotográfica*, não assinada (110).

PONTES (Felisberto Caldeira Brant) — 2.º Visconde de Barbacena. Industrial — *Fotografia*, não assinada (275).

PONTES DE OLIVEIRA E HORTA (Felisberto Caldeira Brant) — Marquês de Barbacena. Vide — Horta (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e) — Marquês de Barbacena.

PÔRTO ALEGRE (Conde de). Vide — Sousa (Manuel Marques de) — Conde de Pôrto Alegre.

PÔRTO ALEGRE (Manuel de Araújo) — Barão de Santo Ângelo. Vide — Poetas Brasileiros (Três).

PÔRTO SEGURO (Marco Português existente em). Vide — Marco Português em Pôrto Seguro.

PÔRTO SEGURO (Visconde de). Vide — Varnhagen (Francisco Adolfo de) — Visconde de Pôrto Seguro.

PRADO (Eduardo da Silva). Publicista e historiador. *Fotogravura*. Gravador Berlin (193) — Vide — Abolição dos escravos.

PRUDENTE DE MORAIS. Vide — Barros (Prudente José de Moraes).

— Q —

QUELUZ (Marquês de). Vide — Costa (João Severiano Maciel da) — Marquês de Queluz.

QUESTÃO RELIGIOSA — *Aguarela*, não assinada. Oferta do Sr. Raul Barreto.

QUITUTE POLÍTICO (Um) — *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss. Representa uma crítica a política da época. Publicação da "A Semana Ilustrada" 460). Oferta de Max Fleiuss.

— R —

RAMIZ (Barão de). Vide — Galyão (Benjamin Franklin Ramiz) — Barão de Ramiz.

REBOUÇAS (Antônio Pereira). Parlamentar. *Ampliação fotográfica*, não assinada (123).

RECIFE (Paisagem). — Quadro a óleo de Franz Post. Oferta da Viscondessa de Cavalcanti (159).

RECLUS (Elisée). Geógrafo — *Fotografia*, não assinada (24).

REGO BARROS (Sebastião do). Vide — Barros (Sebastião do Rego).

REGO MAIA (Francisco do — D.). Vide — Maia (Francisco do Rego — D.).

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 — *Ampliação fotográfica* de Malta. Representa dois membros do governo pro-

visório da Revolução Pernambucana de 1817, Dr. José Luís de Mendonça e Domingos José Martins (406).

RESENDE (Estêvão Ribeiro de) — Marquês de Valença. Estadista e parlamentar. — *Ampliação fotográfica*, não assinada (126).

RIACHUELO (Batalha do). *Litografia* de F.H. Carls. Desenho de L. Schlappri. (496).

RIBEIRO (Delfim Moreira da Costa). Estadista. — *Ampliação fotográfica* de Chapelin, Rio (209).

RIBEIRO DE ANDRADA (Martim Francisco). Vide — Andrada (Martim Francisco Ribeiro de).

RIBEIRO DA LUZ (Joaquim Delfino). Vide — Luz (Joaquim Delfino Ribeiro da).

RIBEIRO DE RESENDE (Estêvão) — Marquês de Valença. Vide — Resende (Estêvão Ribeiro de) — Marquês de Valença.

RIO BRANCO (Barão do). Vide — Paranhos Junior (José Maria da Silva) — Barão do Rio Branco.

RIO BRANCO (Visconde do). Vide — Paranhos (José Maria da Silva) — Visconde do Rio Branco.

RIO DE JANEIRO — *Aquarela* de Henrique Fleiuss. Representa diversos aspectos do Rio de Janeiro em 1860. Oferta de seu filho Dr. Max Fleiuss, que foi Secretário Perpétuo do Instituto Histórico (422). — *Fotografia* do quadro de Henrique Fleiuss, não assinada (83). — *Fotografia*, não assinada, do porto do Rio de Janeiro (279). — *Fotografia*, feita pelo Serviço Geográfico Militar (77). — *Fotografia*, feita pelo Serviço Geográfico Militar (79).

RIO DE JANEIRO (Estabelecimento da Iluminação a Gás no). *Litografia* de L. Thierier. Daguer, por Biranyi e Kornis. Empresa Dois de Dezembro (327).

RIO DE JANEIRO (Fundação da Cidade do). — *Litografia Colorida* do quadro de Firmino Monteiro. Lit. de Hartmann. Juiz de Fora (494).

RIO DE JANEIRO (Mapa Topográfico do Porto do). — De autoria de Domingos Capassi, da Companhia de Jesus, 1830. —

Copiado e oferecido a D. Manuel de Menezes, Conde dos Arcos, por Joaquim dos Santos e Araújo, Lisboa, 1776 (221).

RIO DE JANEIRO (Panorama do). — *Cromolitografia* de J. Vogler, executada sob a direção de Conrad Grefe. Impresso no Instituto Artístico de Leop. Sommer, Viena, Áustria. Assinado: Emília Bauch (215).

RIO DE JANEIRO (Panorama do). — *Litografia* de Mr. Roumy, conforme desenhos enviados do Brasil por Félix Tournay (487).

RIO DE JANEIRO (Planta da Cidade de São Sebastião do). Desenhada no Real Arquivo Militar por I.A. dos Reis, dirigida por J.C. Rivara. *Gravura* de B.S.T. Souto — Imprensa Régia, 1808 (216).

RIO DE JANEIRO (Vista do). — *Fotografia* de um desenho. — Não assinada (313). — *Fotografia* de um desenho. — Não assinada (314). — *Fotografia* de um desenho. — Não assinada (316). — *Fotografia* de um desenho. — Não assinada (317). — Conjunto de *fotografias*. Não assinadas (319). — *Aquarela*, assinada, Tenente Chamberlain, 1820 (442). — *Litografia* de Engelmann, tirada de um desenho de Rugendas. Impressor: Sabatier (229).

ROCHA (José Joaquim da). Parlamentar e publicista. *Litografia* e desenho de S.A. Sisson. Autografado (129).

RODRIGO SILVA. Vide — Silva (Rodrigo Augusto da).

RODRIGUES ALVES (Francisco de Paula). Vide — Alves (Francisco de Paula Rodrigues).

RODRIGUES CHAVES (Felipe Firmino) Primeiro-Tenente. Vide — Chaves (Felipe Firmino Rodrigues) — Primeiro-Tenente.

RODRIGUES DA FONSECA (Hermes) — Marechal. Vide — Fonseca (Hermes Rodrigues da) — Marechal.

RODRIGUES DE LIMA DUARTE (José) Visconde de Lima Duarte. Vide — Duarte (José Rodrigues de Lima) — Visconde de Lima Duarte.

RODRIGUES TORRES (Joaquim José) — Visconde de Itaboraí. Vide — Tôrres (Joaquim José Rodrigues) — Visconde de Itaboraí.

ROSA E SILVA (Francisco de Assis). Vide — Silva (Francisco de Assis Rosa e).

ROZO (José de Araújo). Estadista — *Reprodução* fotográfica de L. Musso. Oferta do Dr. Manuel Cardoso de Melo Barata — 1905 (352).

— S —

SÁ (Aurélio Garcindo Fernando de) — Capitão Tenente. Vide — Riachuelo (Batalha do).

SÁ E ALBUQUERQUE (Antônio Coelho de) — Vide — Albuquerque (Antônio Coelho de Sá e).

SÁ BARRETO (Pedro Velho de — Alferes) — Vide — Barreto (Pedro Velho de Sá — Alferes).

SÁ BARRETO JÚNIOR (Francisco Antônio de) — Vide — Barreto Júnior (Francisco Antônio de) — Alferes.

SÁ E BENEVIDES (Salvador Corrêa de — Almirante) — Vide — Benevides (Salvador Correia de Sá e) — Almirante.

SAENS PEÑA (Roque) — Estadista — *Fotografia*. Original de Luís de Servi — Cópia de J. Peuser, Buenos Aires — Editor: Cooperativa Artística Ltda. Autografada (358).

SAINT HILAIRE (Augustin François César Prouvençal de) — Naturalista — *Desenho a "crayon"*, assinado: Antunes, 1891 (376).

SALDANHA DA GAMA (Luís Felipe de) — Almirante — Vide — Gama (Luís Felipe de Saldanha da) — Almirante.

SALES (Manuel Ferraz de Campos) — Estadista, Presidente da República de 1898 a 1902 — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (201).

SANTA MARTA (Barão de) — Vide — Piquet (Luís Maria) — Barão de Santa Marta — Capitão Tenente.

SANTANDER (Francisco de Paula) — Cópia a *crayon* do medalhão de David. Assinado M. Constantino, 1941 (367).

SANTO ANGELO (Barão de) — Vide — Porto Alegre (Manuel de Araújo) — Barão de Santo Angelo.

SANTOS (João Batista dos) — Visconde de Ibituruna — Médico e Estadista — Re-

trato a *óleo*, assinado Fragoso (Rocha Fragoso), 1881 (268).

SANTOS (Suplício de Felipe dos) — *Fotogravura colorida* do quadro de Antônio Parreiras. Publicação da *Ilustração Brasileira* (451).

SANTOS DA COSTA ARAÚJO (Urbano) — Vide — Araújo (Urbano Santos da Costa).

SANTOS LOGARES (Batalha dos) — *Litografia e desenho* de J. Adam. Publicado por L.A. Boulanger. Impressores Lemercier, Paris (400).

SÃO JOÃO DAS DUAS BARRAS (Conde de) — Vide — Curado (Joaquim Xavier) — Conde de São João das Duas Barras.

SÃO PAULO (Fundação de) — *Fotografia* não assinada, de um quadro de Antônio Parreiras, oferecida pelo pintor Antônio Parreiras ao Dr. Vieira Fazenda, que a ofereceu ao Instituto Histórico (468). — *Fotogravura colorida* do quadro de Oscar Pereira da Silva. Publicação da *Ilustração Brasileira* (485).

SÃO SALVADOR (Conde de) — Vide — Silveira (Manuel Joaquim de) — Conde de São Salvador.

SARAIVA (José Antônio) — Vide — Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à). — Vide — Ministério de 6 de maio de 1885. — Vide — Pedro II e seu Ministério de 2 de março de 1861.

SARAIVA (Ministério) — *Fotografia* de Insley Pacheco (280).

SAIÃO LOBATO (Francisco de Paula Negreiros de) — Visconde de Niterói — Vide — Lobato (Francisco de Paula Negreiros de Saião) — Visconde de Niterói.

SEABRA (José Joaquim) — Estadista e parlamentar — *Fotografia* de Guimarães & Cia. Autografada (87).

SENADO IMPERIAL DE JUNHO DE 1889 — *Desenho* de Medina (112).

SEPETIBA (Visconde de) — Vide — Coutinho (Aureliano de Sousa e Oliveira — Visconde de Sepetiba).

SERRO ALEGRE (Visconde de) — Vide — Tavares (João da Silva — Visconde de Serro Alegre).

SERRO ALEGRE (Viscondessa de) — Vide — Tavares (Joana Facundo — Viscondessa de Serro Alegre).

SERRO FRIO (Visconde de) — Vide — Machado (Antônio Cândido da Cruz) — Visconde de Serro Frio.

SILVA (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e) — Estadista e Parlamentar — *Fotografia* de Luís Aleixo Boulanger (499). — *Litografia* e desenho de A. Sisson. 1852. Autografado (140).

SILVA (Antônio de Morais e) — Lexicógrafo — *Fotografia* de J. Soares, Rio, tirada de um desenho não assinado (3).

SILVA (Artur Índio do Brasil e) — Almirante — *Ampliação fotográfica*, não assinada — Homenagem do Instituto Histórico ao Almirante Índio do Brasil, 21 de outubro de 1928 (263). — Retrato a óleo, assinado: A. Axilette. Paris. 1913 — Oferta do Almirante Índio do Brasil (447).

SILVA (Bento Gonçalves da) — *Gravura* assinada, Pastor (433).

SILVA (Clarisse Lage Índio do Brasil e) — Retrato a óleo, assinado: Décio Vilarés (261).

SILVA (Francisco de Assis e Rosa e) — Estadista e Parlamentar — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira (202).

SILVA (Francisco de Lima e) — General — Estadista — *Ampliação fotográfica* de Chapelin & Pereira, Rio (191).

SILVA (Francisco Manuel da) — Compositor — *Cópia ampliada* de uma velha fotografia, executada pelo Sr. Lahera y Castillo — Oferta do sócio Dr. Edgar Riquette Pinto, 1916 (435). — *Desenho a "crayon"*, de Henrique Bernardelli (356). — *Reprodução* de uma fotografia de A. Malta — Oferta de Francisco Paula Aguiar (248).

SILVA (Inocêncio Francisco da) — *Desenho a "crayon"*, não assinado (343).

SILVA (Joaquim Caetano da) — *Ampliação fotográfica*, não assinada, de um desenho de Belmiro, oferecido pelo desenhista ao Barão do Rio Branco, que o ofertou ao Instituto Histórico (105).

SILVA (Joaquim Norberto de Sousa e) — Historiador — *Fotografia*, não assina-

da (63). — *Fotografia*, não assinada. — Oferta do sócio Dr. Alfredo Nascimento Silva. 1892 (62).

SILVA (José Bonifácio de Andrada e) — Estadista e Parlamentar — *Litografia* de Luís Aleixo Boulanger (499). — *Litografia* e desenho de S. Sisson — Impressor: Melo, Rio de Janeiro, Autografada (141). — Vide — Brasileiros Ilustres.

SILVA (José Correia da) — Vide — Riachuelo (Batalha do).

SILVA (Luís Alves de Lima e) — Marechal — Duque de Caxias — Estadista — *Litografia* não assinada (417). — *Tricromia*, da "Ilustração Brasileira", 1924 (395). — Vide Brasileiros Ilustres. — Vide Pedro II e seu Ministério de 2 de março de 1861.

SILVA (Luís Antônio Vieira da) — Visconde de Vieira da Silva — Vide — Abolição dos Escravos.

SILVA (Manuel Cícero Peregrino da) — *Heliogravura*, não assinada (99).

SILVA (Rodrigo Augusto da) — Vide — Abolição dos Escravos.

SILVA BERNARDES (Artur da). Vide — Bernardes (Artur da Silva).

SILVA FERRAZ (Ângelo Moniz da) — Barão de Uruguaiana. Vide — Ferraz (Ângelo Moniz da Silva) — Barão de Uruguaiana.

SILVA LISBOA (José da) — Visconde de Cairú Vide — Lisboa (José da Silva) — Visconde de Cairú.

SILVA MAIA (José Antônio da). Vide — Maia (José Antônio da Silva).

SILVA PARANHOS (Antônio da) — Tenente-Coronel. Vide — Paranhos (Antônio da) — Tenente-Coronel.

SILVA PARANHOS JUNIOR (José Maria da) — Barão do Rio Branco. Vide — Paranhos (José Maria da Silva) — Barão do Rio Branco.

SILVA PARANHOS (José Maria da) — Visconde do Rio Branco. Vide — Paranhos (José Maria da Silva) — Visconde do Rio Branco.

SILVA PRADO (Eduardo da). Vide — Prado (Eduardo da Silva).

SILVA TAVARES (João da) — Visconde de Serro Alegre. Vide — Tavares (João da Silva) — Visconde de Serro Alegre.

SILVA TORRES E ALVIM (Francisco Cordeiro da) — Visconde de Jerumirim. Vide — Alvim (Francisco Cordeiro da Silva Torres) — Visconde de Jerumirim.

SILVEIRA (Manuel Joaquim da) — Arcebispo — Conde de São Salvador. Deputado e historiador. *Fotografia*, não assinada (371).

SILVEIRA JUNIOR (Joaquim Xavier da) — Jurisconsulto. *Fotografia* de C. Huebner & Amaral, Rio de Janeiro (111).

SILVEIRA MARTINS (Gaspar da). Vide — Martins (Gaspar da Silveira).

SILVEIRA TÁVORA (João Franklin da). Vide — Távora (João Franklin da Silveira).

SINIMBÚ (João Lins Vieira Cansanção) — Visconde de Sinimbu. Vide — Ministério de 10 de agosto de 1859. — Vide — Ministério de 5 de janeiro de 1878 (Homenagem ao).

SOARES (Antônio Joaquim de Macedo) — Magistrado. *Sanguinea* de Carlos Oswald. Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares (224).

SOARES (José Carlos de Macedo). Historiador, estadista e diplomata. Retrato a óleo de Carlos Oswald (117). — *Sanguinea* de Carlos Oswald. 1940 (101).

SOUTHEY (Roberto). Historiador. — *Desenho a "crayon"* assinado Antunes — 1891 (370).

SOUTO (José Joaquim Vieira) — Tenente-Coronel. Deputado e jornalista. *Fotografia*, não assinada. Oferta do sócio doutor Luís Felipe Vieira Souto (518).

SOUSA (Antônio Tibúrcio Ferreira de) — Tenente. Vide — Riachuelo (Batalha do).

SOUSA (Augusto Fausto de) — Coronel. — Engenheiro Militar. *Ampliação fotográfica*, não assinada (388). — *Desenho a crayon* assinado: Antunes — 1891 (228).

SOUSA (Irineu Evangelista de) — Visconde de Mauá. Industrial e Parlamentar. — *Aquarela*, assinada: M. E. André-Verde, 1862 (350). — *Fotografia* não assinada (283). — Retrato a óleo, assinado Vienot

— Ofertado ao Instituto Histórico, por sua filha D. Irene de Sousa Ribeiro (170).

SOUSA (Manuel Marques de) — Conde de Porto Alegre. *Litografia* e desenho de Henrique Fleiuss (363). Oferta de Max Fleiuss.

SOUSA (Paulino José Soares de) — Estadista e Parlamentar. — *Litografia* de Luís Aleixo Boulanger (499). — *Litografia* não assinada (293).

SOUSA (Pedro Luís Pereira de). Vide — Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Alegoria à).

SOUSA (Washington Luís Pereira de) — Estadista, Parlamentar, Presidente da República de 1926 a 1930. *Ampliação fotográfica*, não assinada (212).

SOUSA CALDAS (Antônio Pereira de) — Padre. Vide — Caldas (Antônio Pereira de Sousa) — Padre.

SOUSA DANTAS (Manuel Pinto de). Vide — Dantas (Manuel Pinto de Sousa).

SOUSA LEÃO (Domingos de) — Barão de Vila Bela. Vide — Leão (Domingos de Sousa) — Barão de Vila Bela.

SOUSA LEÃO (Luís Felipe). Vide — Leão (Luís Felipe de Sousa).

SOUSA MELO (Manuel Felizardo de). Vide — Melo (Manuel Felizardo de Sousa).

SOUSA PIMENTEL (Helmécio de) — 1.º Tenente. Vide — Pimentel (Helmécio de Sousa) — 1.º Tenente.

SOUSA E SILVA (Joaquim Norberto de). Vide — Silva (Joaquim Norberto de Sousa e).

STOCKLER (Francisco de Borja Garção) — General — Barão de Vila da Praia, Estadista e Parlamentar. Retrato a óleo, não assinado (168).

SUCRE (Antônio José de). *Litografia* de Sackett & Wilhems, N. Y. — Ofertado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo então Ministro da Venezuela no Brasil, Dr. Alberto Urbaneja, 1934 (355).

SYMPSON (Pedro Luís) — Major. *Desenho a "crayon"*, assinado: J. Almeida — Rio (239).

— T —

TAMANDARÉ (Marquês de). Vide — Leão (Joaquim Marques de) — Marquês de Tamandaré.

TAQUES (Pedro) — Fotografia de um quadro da galeria do Museu Paulista de Framta Richter, 1943. Representa Pedro Taques discutindo, com seus irmãos frei Gaspar da Madre de Deus e frei Miguel Arcanjo da Anunciação, pontos da História do Brasil. Local: Mosteiro de São Bento em Santos. Época aproximada: 1763. Oferta do sócio benemerito doutor Afonso d'Escragnolle Taunay (519).

TAPUIA. (Dança). Quadro a óleo. Cópia feita pelo pintor Lytzen, por ordem do Imperador D. Pedro II, do quadro de Van Eckout, que se acha no Museu de Copenhage. Ofertado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Imperador D. Pedro II (150).

TAUNAY (Alfredo d'Escragnolle) — Visconde de Taunay. Estadista e Parlamentar; Historiador e romancista. *Desenho a "crayon"* de Eduardo de Sá (183).

TAVARES (Elieser Coutinho) — Guarda Marinha. Vide — Uruguai (Campanha do).

TAVARES (Joana Facundo) — Viscondessa de Serro Alegre. Retrato a óleo assinado: Trebbi, 1884. Oferta do Comandante Adalberto Rechsteiner (264).

TAVARES (João da Silva) — Visconde de Serro Alegre. Retrato a óleo, assinado: Trebbi, 1884. Oferta do comandante Adalberto Rechsteiner (265).

TAVORA (João Franklin da Silveira). Historiador e romancista. *Desenho a crayon*, não assinado (349).

TEATRO IMPERIAL — *Litografia de Loellot*. Desenho de Wm. Theremin. Impressores: Druck v. J. Sachse & Berlin (477).

TEFFÉ (Barão de). Vide — Hoonholtz (Antônio Luls von) — Barão de Teffé.

TEIXEIRA DE FREITAS (Primeiro Tenente). Vide — Freitas (Teixeira de).

TEIXEIRA DE MACEDO (Sérgio). Vide — Macedo (Sérgio Teixeira de).

TEIXEIRA DE MELO (José Alexandre). Vide — Melo (José Alexandre Teixeira de).

TEIXEIRA DE MORAIS LEITE VELHO (Bernardo). Vide — Leite Velho (Bernardo Teixeira de Moraes).

TERESA CRISTINA (Imperatriz) — *Heliogravura*, não assinada. Oferta do doutor Sousa e Melo (66). — Vide Pedro II e D. Teresa Cristina. — Vide — Pedro II e D. Teresa Cristina. (Alegoria ao regresso de).

THIERS (Adolphe) — Estadista e Parlamentar. *Fotografia* de Ad. Braun, tirada de um retrato a óleo. Autografada (119).

TOLEDO (Joaquim Floriano de) — Retrato a óleo, não assinado (461).

TONELEROS (Passagem do). *Litografia* de C. Müller. Publicação do Arquivo Militar (421).

TORREÃO (Antônio Augusto de Araújo) — Guarda-Marinha. Vide — Riachuelo (Batalha do).

TÔRRES (Joaquim José Rodrigues) — Visconde de Itaboraí. Estadista e Parlamentar. *Fotografia colorida a óleo*, não assinada (12).

TÔRRES E ALVIM (Francisco Cordeiro da Silva) — Visconde Jerumirim. Vide — Alvim (Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e) — Visconde de Jerumirim.

TÔRRES HOMEM (Francisco de Sales) — Visconde de Inhomerim. Vide — Pedro II e seu Ministério de 12 de dezembro de 1858.

TOSTA (Manuel Vieira) — Marquês de Muritiba. Vide — Pedro II e seu Ministério de 12 de dezembro de 1858.

TUIUTI (Batalha de) — *Litografia* não assinada. Esboço levantado pelo major Conrado Maria da Silva Bittencourt, comandante do Corpo de Engenheiros na vanguarda do Exército. Publicação do Imperial Instituto Artístico (449). Oferta de Max Fleiuss.

— U —

UCHÔA (Leopoldo Borges Galvão) — Capitão. Vide — Riachuelo (Batalha do).

URUGUAI (Campanha do). *Litografia* de Carlos Linde. Publicação da "Semana Ilustrada" (401). Oferta de Max Fleiuss. — *Litografia* e desenho de Carlos Linde (397).

URUGUAIANA (Barão de). Vide — Ferraz (Ângelo Muniz da Silva) — Barão de Uruguaiana.

URUGUAIANA (Rendição de). *Litografia* não assinada, de um desenho de Pedro Américo. Publicação da "Vida Fluminense" (482).

— V —

VALENÇA (Marquês de). Vide — Resende (Estêvão Ribeiro de) — Marquês de Valença.

VALADÃO PIMENTEL (Manuel de) — Barão de Petrópolis. Vide — Pimentel (Manuel Valadão) — Barão de Petrópolis.

VARGAS (Getúlio Dorneles). Estadista e Parlamentar. Presidente da República desde 1930 até 1945. Ampliação fotográfica não assinada (214). — *Fotografia*, de Rembrandt. Rio. Autografada (78).

VARNHAGEN (Francisco Adolfo de) — Visconde de Porto Seguro. Historiador e diplomata. Ampliação fotográfica de Anunciato (165). — *Desenho* de Rodolfo Amoêdo — 1917 (52). — *Fotografia* de Augusto Malta. Representa a maquete da herma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez erigir como um dos números comemorativos de seu centenário. 21 de outubro de 1938. O trabalho de escultura é de autoria do Professor Correia Lima (14). — *Litografia* não assinada. — Desenho de Madrazo. Autografada (374).

VASCONCELOS (Antônio da Mota Carram). Médico — Alvará de Dom José, Rei de Portugal, permitindo a Antônio da Mota Carram de Vasconcelos exercer o ofício de cirurgião (491).

VASCONCELOS (Bernardo Pereira de) — Estadista e parlamentar. *Litografia* de A. Maurin Ainé, tirada de uma pintura de Krumholtz — 1880. Impressores: Lemerrier — Paris. O retrato trás o *fac-simile* da assinatura do mesmo Bernardo Pereira de Vasconcelos (384).

VASCONCELOS (João Florentino Meira de) — Parlamentar. Vide — Ministério de 6 de maio de 1885.

VASSIMON (Francisco Antônio de) — Tenente. Vide — Uruguai (Campanha do).

VEIGA (Luís Francisco da). *Fotografia*, não assinada. Autografada (57).

VERGUEIRO (Nicolau Pereira de Campos) — Estadista e parlamentar. *Ampliação fotográfica* de Chapelin — Rio (189).

VERGUEIRO (Nicolau Pereira de Campos) — Estadista e parlamentar. *Litografia*, não assinada. Autografada (130). — *Pastel* de autoria do pintor D. Failutti. Oferta do sócio benemérito Dr. Afonso d'Escragnoille Taunay (76).

VIANA (Antônio Ferreira) — Estadista e parlamentar. — *Fotografia*, não assinada. Dedicada pelo mesmo Conselheiro Ferreira Viana ao Conde de Afonso Celso — 1886 (60). — *Litografia* não assinada (226). — Vide — Abolição dos escravos.

VIEIRA FAZENDA (José). Vide — Fazenda (José Vieira).

VIEIRA DA SILVA (Visconde de). Vide — Silva (Luís Antônio Vieira da) — Visconde de Vieira da Silva.

VIEIRA SOUTO (José Joaquim). Vide — Souto (José Joaquim Vieira).

VIEIRA TOSTA (Manuel) — Marquês de Muritiba. Vide — Tosta (Manuel Vieira) — Marquês de Muritiba.

VILA BELA (Barão da). Vide — Leão (Domingos de Sousa) — Barão da Vila Bela.

VILA DA PRAIA (Barão da). Vide — Stockler (Francisco de Borja Garção) — Barão da Vila da Praia.

VILLEGAINON (Ilha de). — Quadro a óleo, assinado: C. — F. (245).

VILELA BARBOSA (Francisco) — Marquês de Paranaguá. Vide — Barbosa (Francisco Vilela) — Marquês de Paranaguá.

VITÓRIA (Barão da). Vide — Coelho (José Joaquim) — Barão da Vitória.

— W —

WANDERLEY (João Maurício) — Barão de Cotegipe. Estadista e parlamentar. *Desenho a crayon*, assinado: E. Braga — 1889 (387). — Litografia, não assinada (294).

WASHINGTON LUÍS. Vide — Sousa (Washington Luís Pereira de).

WEERDENBURG (Theodoro). *Reprodução fotográfica*, não assinada (47).

WENCESLAU BRAZ. Vide — Gomes (Wencesláu Braz Pereira).

Outubro de 1948

- Bulletin of the New York Public Library* — August, 1948, vol. 52, n.º 8 — New York.
- Britain To-Day* — Septiembre 1948, n.º 149 — London.
- Think* — August, 1948, n.º 8, vol. XIV — New York.
- Legislacion para la defensa politica en las Republicas Americanas* — Tomos 1 e 2, 1947 — Montevideu.
- Correio do Sul* — 20 de junho e 22, 25 a 29 de agosto e 7 de setembro de 1948 — Ns. 224, 278, 280, 284 e 291, ano XXXIV — Bagé.
- O Puritano* — 10 de setembro de 1948 — N.º 1.927, ano L — Rio de Janeiro.
- Boletim do Circulo de Técnicos Militares* — Junho de 1948 — N.º 32, ano 10 — Rio de Janeiro.
- Items* — Vol. 2, n.º 2 — June 1948 — New York.
- Revista Duperial do Brasil* — N.º 44 — Julho-agosto de 1948 — São Paulo.
- Publicações do Arquivo do Estado da Bahia* — Vol. VI — Bahia.
- Belgique Amerique Latine* — 20 Aout, 1948 — Bélgica.
- Revista Genealógica Brasileira* — Ano VIII, 1.º e 2.º semestres de 1947, ns. 15 e 16 — São Paulo.
- Lista Diplomática* — Setembro de 1948 — Rio de Janeiro.
- Boletin del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nacion Argentina* — Enero de 1948, n.º 25, año III — Buenos Aires.
- Boletim Bibliográfico Mexicano* — Julho-agosto de 1948, ns. 103-104, año IX — México.
- Boletim del Archivo General de la Nacion* — Tomo XIX, n.º 2 — 1948 — México.
- Revista de Folklore* — Julio de 1948, n.º 3 — Bogotá.
- Rubicon* — 26 de setembro de 1948, n.º 258, ano XIII, 2.ª fase — Barbacena.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — Fasc. 4, tomo 45, ano 1947 — Rio de Janeiro.
- Revista dos Tribunaes* — 30 de junho de 1948, n.º 1.572, ano 66 — Pôrto.
- Correio de Uberlândia* — 30 de setembro de 1948, n.º 2.499, ano XI — Minas Gerais.
- Guia quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina* — N.º 29, 2.ª quincena de octubre de 1948, año XX — Buenos Aires.
- Renascença* — 1 de agosto de 1948, n.º 417, ano XVIII — Lisboa.
- Kaskastia Under the French Regime* — 1948.
- Boletim Informativo* — Mayo-junio de 1948, n.º 18, ano IV — Chile.
- Nação Brasileira* — Setembro de 1948, n.º 301, ano XXVI — Rio.
- Catálogo n.º 5 (Folhas Avulsas)* — Rio de Janeiro.
- The Anticlerical Program as a disruptive factor in the solidarity of the late french republics*, by Leo L. Rummel — Vol. XXXIV — N.º 1, april, 1948.
- The Catholic Historical Review* — Vol. XXXIV, n.º 1, april 1948, by Leo L. Rummel.
- Moçambique* — Março de 1948, n.º 53 — Lourenço Marques.
- Urbanismo e Tráfego*, por Côrtes Sigaud, engenheiro civil — 1948 — Rio de Janeiro.
- Informações Argentinas* — Junho de 1947, n.º 21 — Buenos Aires.
- Anais do Museu Histórico Nacional* — Vol. IV — 1943 — Rio de Janeiro.
- Boletim del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nacion Argentina* — Febrero de 1948, n.º 26, año III — Buenos Aires.
- Boletim da R.A.E. (Repartição de Águas e Esgotos)* — Abril de 1948, n.º 20, ano X — São Paulo.
- Handbook of Latin American Studies* — 1945, n.º 11.
- Lista de Altitudes de Precisão dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo* — Publicação n.º 3 da série B; Paraná, n.º 4, série B; Coordenadas Geográficas Seleccionadas do Território do Acre, do Estado de Alagoas e da Fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, n.º 6, série B — 1948 — Rio de Janeiro.
- Ocidente* — N.º 125, vol. XXXV, setembro de 1948 — Lisboa.

Boletim Informativo — Julio-agosto de 1948, año IV, n.º 19 — Chile.

Arquivos de Biologia e Tecnologia — Vol. II, 1947 — Paraná.

Arquivo de D. Bernardo O'Higgins — Tomo IV — Santiago do Chile.

Boletim Bibliografico de Antropologia Americana — Vol. noveno, 1946 — Rep. Mexicana.

Boletim Informativo — Febrero-julio de 1948, n.º VI, año IV — Quito.

Sul América — Junho de 1948, ano 29, n.º 113 — Rio de Janeiro.

Boletín de la Academia Nacional de Letras — Tomo II, n.º 5, junio de 1948 — Uruguai.

Educacion — Revista para el Magisterio — Julio de 1948, n.º 55, año 9 — Venezuela.

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vol. VIII — Dezembro de 1947 — Rio de Janeiro.

Revista Nacional — Tomo XXXVIII, año XI, mayo de 1948, n.º 113 — Uruguai.

Papeles sobre la toma de la Habana por los ingleses en 1762 — XVIII — La Habana.

Correio de Uberlândia — 13, 15, 20, 21, 25 e 27 de setembro de 1948 — Ns. 2.486, 2.491, 2.492, 2.495 e 2.496, ano XI — Minas Gerais.

Triângulo — Outubro de 1948, n.º 2.636, ano XIX — Uberaba.

A'biside — XIII-3-1948 — México.

Belgique Amerique Latine — Nouvelle serie n.º 36 — 20 septiembre de 1948 — Bélgica.

Correio de Uberlândia — 13 de Outubro de 1948 — N.º 2.506, ano XI — Minas Gerais.

Sbornik Ceskoslovenské Společnosti Zemepisne de 1 a 8 (18 exempl.).

1.º Centenário da Cidade de Resende — Município de Resende — 27 de agosto de 1948, n.º 71, ano 2 — Resende (1848-1948).

Colima of new spain in the sixteenth Century — Carl Sauer.

Catálogo da Biblioteca Americana.

Think — September de 1948, n.º 9, vol. XIV — New York.

Agronomia — Julho-setembro de 1948, n.º 3, vol. 7, ano 7 — Rio de Janeiro.

Bulletin of the New York Public Library — September 1948, n.º 9, vol. 52 — New York.

Catalogue n.º 777 — Voyages and Travels — vol. 3, parts VI & VII — London.

Boletim XC-Etnografia e Língua Tupi-Guarani, n.º 14 — São Paulo.

Boletim da União Pan-Americana — Outubro de 1948, n.º 10, vol. L — Washington.

A Aspiração — Ns. 1 e 2, 1947-1948, anos LIV-LV — Rio de Janeiro.

Lista Diplomática — Outubro de 1948 — Rio de Janeiro.

Bem-Te-Vi — 31 de maio e 15 de agosto de 1948, ns. 1 e 2, ano II — Rio de Janeiro.

Boletim A.E.C. — Setembro de 1948, n.º 52, ano IV — Rio de Janeiro.

Boletín de Historia y Antigüedades — Abril-maio de 1948, ns. 402-403, vol. XXXV — Bogotá.

Correio de Uberlândia — 11 e 12 de outubro de 1948, ns. 2.504 e 2.505, ano XI — Minas Gerais.

Novembro de 1948

Boletín Bibliográfico Mexicano — Julio-agosto de 1948, ns. 103-104, año IX — México.

Trinidad de Cuba — Esteban A. de Varona — La Habana.

Informações Argentinas — Diciembre de 1947 — Buenos Aires.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — N.º 121 — Enero-marzo de 1948, tomo XXXI — Caracas.

Ex-Combatente — 2.º Quinzena de setembro de 1948, n.º 23, ano II — Rio.

Revista Cubana — Enero-diciembre de 1948, vol. XXIII — Cuba.

Archivo José Martí — Enero-junio de 1948, n.º 2, tomo IV — Cuba.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — Octubre-diciembre de 1947, n.º 120, tomo XXX — Caracas.

Boletim Informativo — Julio-agosto de 1948, n.º 19, año IV — Chile.

Correio de Uberlândia de 16 e 29 de setembro de 1948, ns. 2.489 e 2.498, ano XI — Minas Gerais.

Boletim da União Pan-Americana — Outubro de 1948, n.º 10, vol. L — Washington.

Ocidente — N.º 126, vol. XXXV — Outubro de 1948 — Lisboa.

Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala — Marzo-junio de 1947, ns. 1 y 2, tomo XXII — Guatemala.

Correio de Uberlândia — 21 de outubro de 1948, n.º 2.512, ano XI — Minas Gerais.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — Enero-junio de 1948, n.º 71, vol. XXVIII — Quito.

- La Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala* — 25 de julio de 1948 — Guatemala.
- Tradição* — Maio-junho de 1948, n.º 7, ano XII — Petrópolis.
- International Health Division* — 1947 — New York.
- Journal de la Société des Americanistes* — Nouvelle serie — tome XXXI — Paris.
- Quarterly Journal* — August, 1948, n.º 4, vol. 5 — Washington.
- Estudio* — Enero y febrero de 1948. ns. 184 y 185, año XVII — Bucaramanga.
- Guia quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina* — Año 20, n.º 30, 2.ª quincena de outubro de 1948 — Buenos Aires.
- Anais do Arquivo da Marinha* — Junho de 1948, n.º 10, ano VI — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 22 e 28 de setembro e 2 e 18 de outubro de 1948, ns. 2.493 e 2.497 e 2.500 e 2.509, ano XI — Minas Gerais.
- Boletim do Instituto Brasil Estados Unidos* — Novembro de 1948, n.º 65, ano VI — Rio de Janeiro.
- Bulletin e Boletim* — Abril-maio de 1948, números 4-5 — Rio de Janeiro.
- Boletim reconstituição y rehabilitación* — Vol. II, n.º 6, junio de 1948.
- O Puritano* — 10 de outubro de 1948, n.º 1.929, ano L — Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — Setembro de 1948, número 41, ano VI — Rio de Janeiro.
- Zemepisny Magazin* (2 exemplares).
- Engenharia* — Outubro de 1948, n.º 74, volume VII, ano VII — São Paulo.
- Nação Brasileira* — Outubro de 1948, n.º 302, ano XXVI — Rio de Janeiro.
- Dharana* — Agosto de 1948, n.º 136, ano XXIII — Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C.* — Outubro de 1948, n.º 53, ano IV — Rio de Janeiro.
- Comemorações Euclidianas* — 1946, São José do Rio Pardo.
- Dauro Litoral* — 3.ª série, vol. II, 1948 — Pôrto.
- The Population of Central Mexico in the Sixteenth Century* — 1948 — Califórnia.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia* — Outubro-diciembre de 1947 e enero-marzo de 1948, ns. 120-121, tomos XXX e XXXI — Caracas.
- Revista Nacional* — Junio de 1948, n.º 114, ano XI, tomo XXXVIII — Uruguai.
- Bulletin de L'Unesco á l'intention des Bibliothéques* — September 1948, n.º 9, vol. II — Paris.
- Correio de Uberlândia* — 25 e 26 de outubro de 1948, ns. 2.514 e 2.515, ano XI — Minas Gerais.
- Boletín del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — N.º 36, año V, 1948 — Madrid.
- Oie* — Ns. 25, 26, 27, 28 e 29 (folhetos) — Enero a mayo de 1948 — Madrid.
- Boletim Geográfico* — Abril e maio de 1948, ns. 61 e 62, ano VI — Rio de Janeiro.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Janeiro de 1948, n.º 161, ano XIII — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Geografia* — Janeiro-março de 1948, n.º 1, ano X — Rio de Janeiro.
- Informaciones Argentinas* — Octubre-noviembre de 1947, n.º 112 — Buenos Aires.
- Engenharia* — Novembro de 1948, n.º 75, ano VII, vol. VII — São Paulo.
- Estudio* — Mayo de 1948, ns. 186-188, año XVII.
- Boletim Trimestral de Estatística* — Ano XXIII, 2.º trimestre de 1947, n.º 2 — Moçambique.
- Revista Nacional de Cultura* — Julho-agosto de 1948, n.º 69, año IX — Caracas.
- Província de São Pedro* — Setembro-dezembro de 1947, n.º 10 — Pôrto Alegre.
- Correio de Uberlândia* — 10 e 11 de novembro de 1948, ns. 2.525 e 2.526, ano XI — Minas Gerais.
- O Puritano* — 10 de novembro de 1948, número 1.931, ano L — Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — Julho-agosto de 1948, ns. 1-2, ano XVI, vol. XXXII — Rio de Janeiro.
- Cuaderno Comemorativo del Cinquentenario de la Muerte del Gran Venezolano Pintor Arturo Michelena* — 1898-1948.
- Bulletin of the New York Public Library* — October 1948, vol. 52, number 10 — Nova York.
- Revista Militar Brasileira* — Julho a dezembro de 1947, vol. XLVI, ns. 3-4, ano XXXV — Rio de Janeiro.
- Guia quincenal de la Actividad intelectual y artistica argentina* — Año XX, n.º 31, 1.ª quincena de noviembre de 1948 — Buenos Aires.
- Anales del Museo Argentino de Ciencias Naturales* — "Bernardino Rivadavia" — Tomo XLII — Buenos Aires.
- El Yacimiento de Carbon de Rio Turbio* — Buenos Aires.
- Britain To-Day* — October 1948, number 150 — London.

Catalogo n.º 186 — Livres anciens et modernes. *Tradição* — Agosto-setembro de 1948 n.º 9, ano XI — Petrópolis.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Abril-maio de 1948, ns. 254-255, ano XXIII — São Paulo.

Belgique Amerique Latine — Nouvelle série n.º 37, 20 octobre de 1948 — Bruxelas.

Vozes de Petrópolis — Setembro-dezembro de 1948, fascículo 5, vol. 6 — Petrópolis.

Bibliografia de História do Brasil — 1.º e 2.º semestres de 1947 — Rio de Janeiro.

Orientação Orgânica — (Documentos) — Rio de Janeiro.

Tradição — Maio-junho de 1948, n.º 7, ano XII — Petrópolis.

Catálogo Infantil 1949.

Rubicon — 14 de novembro de 1948, n.º 265, ano XIII, 2.ª fase — Barbacena.

Levantamento de custo de vida no Brasil — III volume, 1948 — Rio de Janeiro.

Catalogue n.º 191 — Early Printed and fine Books.

Lista Diplomática — Novembro de 1948 — Rio de Janeiro.

The Catholic Historical Review — October, number 3, vol. XXXIV — Washington.

Guía quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina — Año XX, n.º 32, 2.ª quincena, noviembre de 1948 — Buenos Aires.

Dezembro de 1948

Joint Newsletter of the Association of American Geographers and the American Society for Professional Geographers — September, 1948.

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina — 15 de setembro de 1948, n.º 3.785, ano XV Florianópolis.

Bookforecast (Catálogo n.º 1) — 15 de outubro de 1948 — Holanda.

Ocidente — N.º 127, vol. XXXV, novembro de 1948 — Lisboa.

Saúde — Ns. 7, 8 e 9 de julho, agosto e setembro de 1948, ano I — Rio.

Correio de Uberlândia — 24 de novembro de 1948, n.º 2.534, ano XI — Minas.

Revista Nacional — Tomo XXXIX, año XI, julio de 1948, n.º 115 — Uruguay.

Rubicon — 21 e 28 de novembro de 1948, números 266 e 267, ano XIII, 2.º fascículo — Barbacena.

Bulletin de L'Unesco á l'intention des Bibliothèques — October 1948, n.º 10, vol II — Paris.

Interpretacion Petrográfica de la "Masa de Constitucion de Algunos Carbones — por Mercedes Aznarez — Buenos Aires.

Revista Brasileira de Estatística — Outubro a dezembro de 1947, n.º 32, ano VIII, janeiro-março de 1948, n.º 33, ano IX — Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — 24 de novembro de 1948, n.º 2.534, ano XI — Minas Gerais.

Revista do Serviço Público — Ano XI, volume III, ns. 1 e 2, setembro e outubro de 1948 — Rio de Janeiro.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — Vols. XX y XXI — 1947-1948 — Buenos Aires.

Boletín de la Comision Nacional de Museos y Monumentos Historicos — n.º 9. año IX, 1948 — Buenos Aires.

Documentos Historicos — (Livro 1.º de Regimentos) — 1653-1684, vol. LXXIX-LXXX, 1684-1725 — Rio de Janeiro.

Boletín Bibliografico de Antropologia — Volume décimo, 1947 — México, D.F.

Ex-Combatente — Outubro de 1948, n.º 24, ano II — Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — 20 de novembro de 1948, n.º 2.531, ano XI — Rio.

O Puritano — 25 de outubro e 25 de novembro de 1948, ns. 1.930 e 1.932, ano I — Rio de Janeiro.

Catalogue n.º 693 — 1948 — London.

Boletín do Instituto Brasil-Estados Unidos — Dezembro de 1948, n.º 66, ano VI — Rio de Janeiro.

Universidad Pontificia Bolivariana — Febrero-mayo de 1948, n.º 51, vol. XIII — Colômbia.

Universidad de Antioquia — Marzo-abril-maio de 1948, n.º 86 — Colômbia.

Boletín Informativo — 1 de dezembro de 1948, n.º 30, ano II — Rio de Janeiro.

Arte Contemporânea do Hemisfério Ocidental.

Revista de História de América — Junio de 1948, n.º 25 — México.

Catálogo de Livros Antigos, Raros, Esgotados Curiosos e de Ocasão.

Revista Militar Brasileira — Janeiro-junho de 1948, números de 1 a 2, ano XXXVI volume XLVII — Rio de Janeiro.

Subsídios para a História Marítima do Brasil — Vol. VI — Rio de Janeiro.

Síntese das Realizações do Ministério da Guerra no Triênio Democrático de 1945 a 1948 — Rio de Janeiro.

Boletim Bibliográfico — Vol. II, 1948 — São Paulo.

- Oie — Octubre de 1948, n.º 33 — España.
- Publications of the American Jewish Historical Society* — Number 38 — September 1948, part I — New York.
- Índice Cultural Español* — N.º 30, 1 de julio de 1948, año III — España.
- Oie — Ns. 22, 23 e 24 de octubre, noviembre y diciembre de 1947 — España.
- Bolívar* — Ns. 26 a 30, vol. VII — 1947 — Colômbia.
- Boletim Municipal* — Ano IX, vol. X, ns. 28, 29 e 30 — Rio Grande do Sul.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — N.º 5, 1948 — Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C.* — Novembro de 1948, n.º 54, ano IV — Rio de Janeiro.
- Biblioteca del Jockey Club* — N.º 73, ano XIV, octubre, 1948 — Buenos Aires.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* — Vol. XXII, ns. I, II e III — Dezembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — Ano XXVI — Novembro de 1948, n.º 303 — Rio de Janeiro.
- O Itabiraçaba* — 7 de novembro de 1948, n.º 2, ano III.
- Problemas de Petrópolis* — 1948 — Rio de Janeiro.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — Março de 1948, n.º 28, ano IX — Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 de dezembro de 1948, número 1933, ano L — Rio de Janeiro.
- Boletim Socialista* — Outubro de 1948, n.º 8, ano I — Rio de Janeiro.
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* — Julho de 1948, n.º 11, vol. III — Guiné.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 30 de setembro de 1948, n.º 33, tomo XX — Rio de Janeiro.
- Revista Duperal do Brasil* — Setembro-outubro de 1948, n.º 45 — São Paulo.
- Revista Marítima Brasileira* — Julho, agosto e setembro de 1948; ns. 1, 2 e 3, ano LXVIII — Rio de Janeiro.
- Guía quincenal de la actividad intelectual y artística argentina* — Año XX, n.º 33, 1.ª quincena, diciembre de 1948 — Buenos Aires.
- Bulletin of the New York Public Library* — November 1948, n.º 11, vol. 52 — New York.
- Boletim de Historia y Antigüedades* — Junio-julio-agosto de 1948 ns. 404 a 406 vol. XXXV — Bogotá.
- Informações Argentinas* — Outubro-novembro e dezembro de 1947, n.º 23 — Buenos Aires.
- Anales del Instituto Nacional de Antropología e Historia* — Tomo II, 1941-1946 — México.
- Britain To-Day* — November de 1948, n.º 151 — London.
- The Hispanic American Historical Review* — August, 1948, n.º 3, vol. XXVIII — U.S.A.
- A Guide to the A.R.T. of Latin America* — 1948 — Washington.
- Boletim do Ministério da Agricultura* — Ano 35, abril a junho de 1946, ns. 4 a 6 — Rio de Janeiro.
- Primera Reunion de Consulta de la Comision de Historia* — N.º 86 — México.
- Nação Brasileira* — Dezembro de 1948, número 304, ano XXVI — Rio de Janeiro.
- Riquezas de Nossa Terra* — Dezembro de 1947, n.º 33 — Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — 15 de dezembro de 1948, n.º 31, ano II — Rio.
- Correio de Uberlândia* — 13 de dezembro de 1948, n.º 2.547, ano XI — Minas.
- Informação Agrícola* — 15 de junho, 15 de julho, 1 de agosto, 15 de agosto de 1948, ns. 25, 27, 28 e 29, ano II — Rio de Janeiro.
- Cultura é Preparo da Erva Mate*, por João Cândido Ferreira Filho.
- Doenças dos Animais Transmissíveis ao Homem*, por Osmane Hipólito e *Combate aos Ratos*, por Eurico Santos — Rio de Janeiro — Ministério da Agricultura.
- História da Lepra no Brasil* — Vol. II — 1889-1946 — Dr. H.C. de Sousa Araújo — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.
- Discursos Parlamentares* — Adroaldo Mesquita da Costa — Rio de Janeiro — 1948.
- Problemas de Intervisibilidade na Triangulação e Determinação do Azimute pela Observação de Octantis* — Alirio Hurguey de Matos — Conselho Nacional de Geografia — 1948 — Rio de Janeiro.

Outubro de 1948

- Comandante Brás Dias de Aguiar* — Virgílio Correia Filho — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1948.
- Estrangeiros em Santa Catarina* — Lourival Câmara — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1948.
- Los Orientales en Ituzáingo (20 febrero, 1827)* — O. Vasquez Ledesma — Montevideo — 1948.

- Instruções para nivelamentos de precisão* — Honório Bezerra — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1948.
- Bibliografia de Varnhagen* — Armando Ortigas Fontes — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1948.
- As sessões de clientela e a interdição de concorrência nas alienações de estabelecimentos comerciais e industriais* — Vol. XL — 1913 — Tomo I — Obras completas de Rui Barbosa — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1948.
- Roda e Asa* — Moacir M.F. Silva — Rio de Janeiro — 1941.
- Urbanismo e Tráfego* — José Cortes Sigaud — Rio de Janeiro — 1948.
- Poesias (Cuadernos de Cultura — Octava serie)* — Ursula Céspedes de Escanaverino — La Habana — 1948.
- Trinidad de Cuba* — Esteban A. de Varona — Edit. Alfa — La Habana — 1948.
- La Precision de mapas compilados un capítulo de la historia cartografica del Territorio Argentino* — Dr. Guillermo Schultz — Inst. de Estudios Ge.º — Tucuman.
- Parecer sobre o acôrdo ortográfico interacadêmico da lingua portuguesa* — Jorge Henrique A. Padberg Drenkpol — Rio de Janeiro — 1948.
- O Cinquentenário de Belo Horizonte (12 de dezembro de 1947)* — Nelson de Sena — Imprensa Oficial do Estado — Minas Gerais — 1948.
- China, Desague y Aguas subterráneas en la Argentina* — Juan Keidel — Tucuman.
- La Geografía Actual* — Albrecht — Penck — Tucuman.
- Novembro de 1948**
- A catã de ouro e diamantes* — Vol. III — Virgílio Corrêa Filho — Paulo Pongetti & Cia. — Rio de Janeiro — 1926.
- A sombra dos Hervaes Matogrossenses* — Vol. IV — Virgílio Corrêa Filho — São Paulo Editora Ltda. — Rio de Janeiro — 1926.
- A propósito do Boi Pantaneiro* — Virgílio Corrêa Filho — Paulo Pongetti & Cia. — Rio de Janeiro — 1926.
- Estradas de Ferro para Minas Gerais* — I.E. Viriato de Medeiros — Tip. Perseverança — Rio de Janeiro — 1865.
- Novos Impostos* — Lei n.º 1.507, de 26-9-1867 — João Rufino — Laemmert — Rio de Janeiro — 1868.
- Provincia do Amazonas — Eleição geral de 1878* — Tip. Perseverança — Rio de Janeiro — 1878.
- Memorial ao Exmo. Sr. Barão de Cotegipe* — H. José Pinto — Rio de Janeiro — 1877.
- Municipalidade da Côte ou o Vereador Henrique Alves de Carvalho* — Tip. do Brejo — Maranhão — 1883.
- Jornal das Conferências Radicais* — Senador Silveira da Mota — Diário do Rio de Janeiro — 1870.
- Discurso proferido no dia 27 de junho de 1874 na discussão do Voto de Graças* — Senador Firmino R. Silva — Tip. do Apóstolo — Rio de Janeiro — 1874.
- Estudo de uma tese Constitucional para o Povo* — Tip. Progresso — Rio de Janeiro — 1868.
- O Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité ao Cariri e os Açudes na Provincia do Ceará* — Engenheiros Amarílio de Vasconcelos e Henrique Foglare — Tip. Gazeta do Norte — Fortaleza — 1881.
- Padre Bento* (Conferência a 15-5-1948) — Itú — Novelli Júnior — Rio de Janeiro — 1948.
- Assuntos Insulanos* — Osvaldo R. Cabral — Florianópolis — 1948.
- Una figura patricia* — Mariano Fragueiro — Juan Antônio Solari — Buenos Aires.
- El Indio en la Colonia* — José Maria Arboleda Llorente — Ministério Educacion — Bogotá — 1948.
- Introdução à Antropologia Brasileira* — 2.º vol. — Artur Ramos — C.E.B. — Rio de Janeiro — 1947.
- A Constituição Brasileira de 1946* — 1.º, 2.º e 3.º vols. — José Duarte — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1947.
- Zoogeografia do Brasil (Brasiliana)* — C. de Melo Leitão — Edit. Nacional — São Paulo — 1947.
- O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América* — 2.ª edição (Brasiliana) — Hildebrando Accioly — Editora Nacional — São Paulo — 1945.
- História antiga do Oriente próximo* — H.R. Hall — C.E.B. — Rio de Janeiro — 1948.
- Cartas Chilenas* — Critilo — Livraria Martins Editora — São Paulo — 1944.
- Reflexões sobre a vaidade dos homens* — Matias Aires — Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1948.
- Zola e seu tempo* — Mathew Josephson — Edit. Nacional — São Paulo — 1947.

- Árvores e plantas úteis* (Brasileira) — Paul Le Cointe — Editora Nacional — São Paulo — 1947.
- A Amazônia que eu vi* (Brasileira) — Gastão Cruis — Editora Nacional — São Paulo — 1945.
- Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* — L. Cruis — Editora Nacional — São Paulo — 1947.
- O Destino da China* — Chiang Kai-Shek — Editora "A Noite" — Rio de Janeiro.
- A Luta pelo Mundo* — James Burnham — Editora "A Noite" — Rio de Janeiro.
- Bases e Fundamentos do Trabalho* — Clement Attlee — Editora "A Noite" — Rio de Janeiro.
- Espões Soviéticos* — Richard Hirschen — Editora "A Noite" — Rio de Janeiro.
- Escolhi a Liberdade* — 3.ª edição — Victor Kravchenko — Editora "A Noite" — Rio de Janeiro.
- Discursos e Trabalhos Parlamentares — Centenário do Marquês de Pombal — O Desenho e a Arte Industrial* — Vol. IX — 1882 — Tomo II — Obras completas de Rui Barbosa — Ministério da Educação — Rio de Janeiro — 1948.
- Discursos e Pareceres Parlamentares* — Vol. XIX — 1892 — Tomo III — Obras completas de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1948.
- Queda do Império* — Vol. XVI — 1889 — Tomos II e III — Obras completas de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1948.
- Reforma do Ensino Primário* — Vol. X — 1883 — Tomo IV — Obras completas de Rui Barbosa — Rio de Janeiro.
- Sistema Tributário Brasileiro* — 1.ª edição — Gerson Augusto da Silva — D.A.S.P. — Rio de Janeiro — 1948.
- História Geral das Bandeiras Paulistas* — Tomo IX — Afonso de E. Taunay — Imprensa Oficial do Estado — São Paulo — 1948.
- Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires* — XVII — Rubens Borba de Moraes — Livraria Martins Editora — São Paulo — 1948.
- Bragança e Miranda* — III — Padre José de Castro — Tipografia Pôrto Médico — Pôrto — 1948.
- Os Fortes de Fernando de Noronha* — Guilherme Auler — Imprensa Oficial — Recife — 1947.
- Origem de Lisboa — O nome Lisboa* — Arlindo de Sousa — Câmara Municipal — Lisboa — 1948.
- The Role of Metternich in Undermining Napoleon* — Josephine Bunch Stearns — Illinois — Urbana — 1948.
- Trabalhos Jurídicos* — Vol. XXV — 1898 — Tomo IV — Obras completas de Rui Barbosa — Rio de Janeiro.
- Interpretación Petrográfica de la Masa de Constitución de alguns carbonos* — Mercedes Aznarez — Impr. y Casa Edit. — Buenos Aires — 1948.

Dezembro de 1948

- Um Intérprete da Revolução Praieira* — Amaro Quintas — Imprensa Oficial — Recife — 1948.
- Queda do Império* — Tomos IV e V — Vol. XVI — 1889 — Obras completas de Rui Barbosa — Rio de Janeiro.
- Leis, Ato, Decretos e Decretos Individuais* — Janeiro a março de 1948 — Gabriel Pedro Moacir — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1948.
- A Gênese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817* — Amaro Soares Quintas — Imprensa Industrial — Recife — 1939.
- Biografia do Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira* — 1865-1925 — Manuel José Nogueira da Gama — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.
- Roberto Simonsen* — Ciro Berlink — São Paulo — 1948.
- América Latina* — Luís Sousa Gomes — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.
- Excertos dos trabalhos da 44.ª sessão ordinária em homenagem à memória do Deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal* — 17 de maio de 1948 — São Paulo — 1948.
- Carlos Frederico, Cirurgião-Mor da Armada (1825-1893)* — Dr. José Aires Neto — São Paulo — 1948.
- Anacleto Goianense* — Mário Santiago — Pernambuco — 1948.
- Um Estadista quase desconhecido* — Mercedes Lopes de Sousa — Imprensa da Bahia — 1948.
- Trabalhos Jurídicos* — Vol. XXV — 1898 — Tomo V — Obras completas de Rui Barbosa.

Questões de Limites — Exposição de Motivos — V — Barão do Rio Branco — M.E.S. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.

Estudos Históricos — VIII — Barão do Rio Branco — M.E.S. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.

Discursos — IX — Barão do Rio Branco — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1948.

Efemérides Brasileiras — VI — Barão do Rio Branco — M.R.E. — Rio de Janeiro — 1948.

Cartas del Libertador — Tomo VI — 1802-1830 — Vicente Lecuna — The Colonial Press Inc. — New York — 1948.

Pelo Sertão — Afonso Arinos — Rio de Janeiro.

INSTITUTO HISTÓRICO

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 14 DE ABRIL DE 1948 (SESSÃO 1.768), EM HOMENAGEM AO "DIA PANAMERICANO". — CONFERÊNCIA DO CORONEL DR. JOÃO BATISTA MAGALHÃES. — *Presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares.*

Aos dias 14 de abril do ano de mil e novecentos e quarenta e oito, se reuniu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para comemorar o "Dia Panamericano". Às dezessete horas o Presidente Perpétuo do Instituto, Embaixador Macedo Soares, ocupou a mesa da presidência acompanhado dos Srs. Primeiro e Segundo Secretários.

Ao declarar aberta a sessão deu a palavra ao Primeiro Secretário que leu as efemérides do dia, e em seguida mandou que o Segundo Secretário lesse a seguinte mensagem:

"La Habana, 7 de enero de 1948.

Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares,

Presidente del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro.

Señor Presidente:

Me complace en dirigirme a usted por este medio en mi condición de Presidente de la Academia de la Historia de Cuba para informarle que la Corporación de mi presidencia tuvo el alto honor de recibir en su sesión ordinaria del día 18 de diciembre último al señor doctor Arthur César Ferreira Reis, ilustre miembro de ese Instituto, de quen tuvimos el gusto de recibir su mensaje de 18 de noviembre.

Además, tuvimos el placer de escuchar de labios del doctor Ferreira Reis un inspirado discurso, en el que nos informó ampliamente sobre la fecunda y trascendente labor historiográfica que lleva a cabo el Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Con este motivo felicitamos a usted muy sinceramente y me complace en expresarle, en nombre de nuestra Academia,

que ésta se halla en la mejor disposición para colaborar con ese Instituto, por medio de intercambios de publicaciones y de frecuente comunicación, en la realización de nuestros comunes ideales culturales, enderezados a servir altos intereses de América.

Me es grato quedar suyo muy cordial y afectuosamente. — *Emeterio S. Santovenia, Presidente*".

"Havana, 7 de janeiro de 1948.

Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de me dirigir a V.Ex.^a, como Presidente da Academia de História de Cuba para lhe informar que esta Corporação teve a honra de receber, em sua sessão ordinária de 18 de dezembro último, o Sr. Dr. Artur Cesar Ferreira Reis, ilustre membro desse Instituto, de quem tivemos a satisfação de receber sua mensagem de 18 de novembro.

Tivemos, ainda, o prazer de ouvir do Dr. Ferreira Reis um inspirado discurso, no qual nos informou amplamente sobre o fecundo e transcendente trabalho historiográfico que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro levou a cabo. Por esse motivo, felicitamos V.Ex.^a muito sinceramente comprazendo-me em lhe expressar, em nome de nossa Academia, que esta se acha com a melhor disposição de colaborar com esse Instituto, por meio de trocas de publicações e frequente comunicação, na realização de nossos ideais comuns de cultura, para servir aos altos interesses da América.

Saúdo-o muito cordial e afetuosamente. — (a.) *Emeterio S. Santovenia, Presidente*".

Agradeceu o Sr. Presidente os oferecimentos e saudações enviados, agradecimentos

que seriam transmitidos ao Presidente da conspícuo Academia de la Historia de Cuba.

Em seguida, S.Ex.^a communicou o oferecimento de livros norte-americanos, que o Adido Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Seaver Richmond Gilcreast, fazia ao Instituto Histórico. As obras ofertadas trazem tódas a dedicatória assinalando que a homenagem então prestada era "em comemoração do Dia Panamericano", e são claes intituladas: *The Complete Jefferson*, de Padover; *Information Please Almanac 1947*. A éstes livros acompanhavam outras publicações. O Sr. Embaixador Macedo Soares dirigiu-se ao Sr. Adido Cultural do Embaixador dos Estados Unidos apresentando os agradecimentos em nome do Instituto a que preside.

Foi dada a palavra, a fim de pronunciar a conferência do dia, ao sócio Coronel João Batista Magalhães que versou acêrca do panamericanismo.

Ao pronunciar as últimas palavras, o conferencista foi muito aplaudido pelo trabalho que produziu, estudando qual o espírito e questão militar, decorrente do pan-americanismo.

Secundou o Sr. Coronel J.B. Magalhães o Sr. Pedro Calmon, orador do Instituto Histórico, apresentando a seguinte moção, que foi aprovada e aplaudida por calorosa salva de palmas:

"O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tem consagrado a sua existência centenária ao culto da Pátria, e nêle incorporou, desde a primeira hora, o amor da paz e a cooperação internacional, como fórmula definitiva de união das Américas, quer solenizar o Dia Panamericano, nesta hora difícil que vivem as nações, com a declaração formal de sua confiança — que é o miludível sentimento do povo brasileiro — nos princípios, nos ideais e na consolidação do panamericanismo através dos tratados que o estruturaram e das Conferências continentais que lhes deram realidade e pujança. Dirige outrossim uma saudação efusiva à IX Conferência Panamericana que ora realiza os seus trabalhos em Bogotá, e à gloriosa Pátria colombiana que teve a honra de hospedá-la, com os votos que faz, pelo êxito da reunião, pelo robustecimento ali do espírito fraterno e democrático do Novo Mundo, pela continuidade imperturbável da grande obra anfictiônica que o tem fortalecido para a defesa comum e o respeito recíproco, tudo a bem das Repúblicas que se irmanam na aliança, das populações que se aproximam na cultura e na amizade, das forças substanciaes que se coligam na recomposição de uma Paz permanente, laboriosa, justa e civilizadora".

Pedi a palavra o Adido Cultural da Embaixada Americana, Sr. Seaver Richmond Gilcreast, para declarar que não saía da sessão realizada sem manifestar a sua satisfação pelas palavras ouvidas acêrca da política de união americana, que o conferencista do dia, Coronel João Batista Magalhães, proferira, e pela moção de solidariedade para com a IX Conferência Interamericana, em Bogotá, apresentada pelo orador do Instituto, o professor Pedro Calmon, e aprovada por unanimidade.

Em seguida, pedindo a palavra, falou o senhor Luís Felipe Vieira Souto:

"Sr. Presidente. No domingo, 4 de julho de mil novecentos e quarenta e oito, passará o centenário da morte de um dos nossos mais eminentes sócios honorários. Pertenceu ao nosso quadro, desde a vigésima quarta sessão do Instituto, sob a presidência de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, — que aliás o precederia um ano menos dois dias no túmulo, falecido que foi aos seis de julho de mil oitocentos e quarenta e sete — quando foi junto com Frederico-Henrique Alexandre, barão de Humboldt, proposto pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, quer dizer de vinte e dois de outubro de mil oitocentos e trinta e nove até a data mortuária.

O Cônego Januário da Cunha Barbosa, que acompanhou melhor do que ninguém nossa formação política, da colônia ao segundo imperador, já maior, sabia como todos nós, ora o reconhecemos e proclamamos, a influência exercida nas diretrizes dos postulados consubstanciados na constituição do império, bem maiores do que a tão decantada é propalada de Benjamin Constant, de quem como político, orador é romancista, era bem maior.

Figura que encheu o fim de um século, de dezoito, e a primeira metade de outro, a dezenove, foi quem com maior pureza e perfeição de estilo escreveu e manejou a língua francesa, só tendo encontrado, nisto capaz de com êle ombrear, outro de Saint-Malo, Felicité Robert De Laménais, seu parêlho em tudo, salvo na glória, que para êste veio tarde, e que uma vala comum anônima, guardaria o mirrado corpo, ao contrário do nosso consócio honorário, cujo túmulo, sobre o penhasco do Grand Bé, domina a imensidão do oceano enfurecido, em sua grandeza tumultuária, semelhante ao talento e à cultura destes dois filhos da terra dos dolmens e dos menhirs.

Enamorado da América, em seus maravilhosos poemas em prosa, livros únicos na história do romantismo, de que foi epígono em França, foi dela a inspiração e a cada momento surge o historiador metuculoso narrando detalhes e costumes dos autoctones da América

do Norte que a mim que tenho sido há cerca de seis lustres, — desde que minha Mãe pôs-me nas mãos, admiradora que era e é, com sua vasta cultura do polímora escritor e homem público gaulês, — estudioso constante de sua obra, falas as suas observações, a pedra angular para a aproximação comparativa entre os “pele-vermelha” e o nosso íncola, de que dei notícia no meu ensaio sobre *Anchieta mé-dico*.

Ante o imperador, que em effigie, ora patrocina nesta sala nossos trabalhos, e que dela já era o Mecenaz, sob a presidência do Conselheiro Cândido José de Araújo Viana, futuro marquês de Sapucaí, dos quinze de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, o orador Manuel de Araújo Porto Alegre, que seria mais tarde o Barão de Santo Ângelo, terminava sua notável oração fúnebre enaltecadora dos que haviam deixado a esta Casa, o cuidado honroso de perpetuar-lhes a memória dos feitos terrenos — (e eram eles os lembrados neste discurso: Santiago Nunes Ribeiro, Saturnino de Sousa Oliveira, João Antônio de Azevedo, Domingos Marinho de Azevedo Americano, Getúlio Monteiro de Mendonça, José Francisco da Silva Cardoso, Jacinto Roque de Sena Pereira, Paulo da Conceição Moura, Manuel José Pires da Silva Pontes, João José de Moura Magalhães, Manuel Gameiro Rodrigues Pessoa, Barão e Visconde de Itabaiana, Antônio Ladislau Monteiro Baena, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, Luís Augusto May, José Marcelino da Rocha Cabral, Joaquim Franco de Sá, Francisco Vilela Barbosa, primeiro Visconde e primeiro Marquês de Paranaguá, Januário Meralla, Florêncio Varela, Joaquim Nunes Machado, José de Araújo Coutinho, Pedro Afonso de Carvalho, José Carlos Pereira de Almeida Tanes, Visconde de Macaé, Manuel Antônio Galvão, Júlio Frederico Kocher, Tomáz José Soares de Avelar, Tomé Maria da Fonseca Silva, Venceslau Antônio Ribeiro, José Domingos de Ataíde Moncorvo, Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá, José Elói Otoni, José Joaquim da Rocha, José Antônio Lisboa, Francisco de Paula Sousa e Melo e João Batista Debret), estudando a obra daquele de que ora aqui me ocupo, sob o prisma de estudioso da terra e da gente americana e da inspiração que ao nostálgico gentilhomem lutam as flores do novo mundo deram para uma parte considerável de sua obra.

São de Araújo Porto Alegre as frases: “deixemos o que pertence à Europa para somente vermos o que há nêle de americano, e o quanto influíu nos destinos da literatura de

dois mundos as inspirações que recebem na América”.

Por estes ligeiros motivos — por mais não permitir o tempo — que na cultura humanística de V. Ex.^a e de todos nós, perpassam neste instante catadupas de razões que tornam merecedor o nosso consócio honorário de tódas as homenagens que os pósteros devem àqueles que, além dos exemplos de seus talentos singulares, deixaram, a coerência, de atitudes, de dignidade política, de respeito e honra pessoal, de desassombro em matéria de religião, de despreendimento aos bens materiais, de sobranceira ao abandonar os cargos públicos — e foram os mais elevados possíveis, os que occupou — de patriotismo verdadeiro, de amor ao próximo, e que se possuiu o orgulho quase narcísico que lhe querem alguns contemporâneos e vários críticos que depois vieram, teve razão para tê-lo, pois quem sabe o que vale, pode e deve reconhecê-lo, de vez que “o conhece-te a ti mesmo”, é preceito divino: *proponho*, que em honra a este homem que fiel ao seu Deus, à sua Pátria, ao seu Rei e à sua gente, nasceu, viveu e morreu, sintetizando toda a sua glória numa pequena frase: “*Illustre et belle Patrie, je n'aurai désiré un pëu de gloire, que pour augmenter la tienne*”, realize o Instituto Histórico e Geográfico, nesta Sala Dom Pedro Segundo — convidando autoridades diplomáticas francesas acreditadas junto ao nosso governo e dirigentes das sociedades culturais francesas existentes nesta cidade, para aqui virem ter conosco, por ser indiretamente uma homenagem à França, esta França eterna e imortal, à qual intellectual e politicamente tanto deve nossa formação — uma sessão especial, nos primeiros dias do mês de julho próximo à escôlha de V. Ex.^a que designará um dos nossos consócios para que faça estudo sobre a vida e a alma de François René, Visconde de Chateaubriand”.

O Sr. Presidente do Instituto, Embaixador Macedo Soares, submetendo à consideração dos sócios a proposta feita, convidou o sócio Dr. Luis Felipe Vieira Souto para versar o assunto que propunha fôsse objeto de uma conferência em sessão especial.

Em seguida, leu o Segnudo Secretário a seguinte proposta, subscrita por grande número de sócios do Instituto:

“É o Dr. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro, catedrático de História do Instituto de Educação do Distrito Federal e docente da mesma cadeira, no Colégio Pedro II. Professor de grande nomeada, atingiu, nas instituições mais elevadas de cultura, em que se ensina a história, postos do magistério, para o que prestou

concurso apresentando as teses de valor assinalado intituladas: "A idéia de Independência na América" e "O gênio e a coletividade na História". O título das duas publicações mostram a inteligência do escritor a corresponder o amplo campo dos assuntos históricos, que revelam ora o espírito de investigador a dar corpo às questões particulares da história, ora a lançar os olhos ácerca do que a História possui de geral nas suas concepções. Não há aspecto histórico que lhe tenha assim escapado à atenção. Colaborou êle com o historiador Pandiá Calógeras (o que muito o recomendou), organizando a edição especial d'*O Jornal*, comemorativo do Primeiro Centenário do nascimento de Pedro II, em 1925, publicação que se enfeixou, dado o seu valor, em volume da Revista do Instituto Histórico (Tomo 98, vol. 152), sendo então de sua autoria os estudos: "A infância do Imperador"; "O casamento do Imperador" e "A família imperial", trabalhos muito citados, inclusive no livro "D. Pedro, The Magnanimous", do ilustre professor norte-americano Mary Wilhelmine Williams. É copiosa a produção deste historiador e jornalista, subindo a mais de 40 ensaios. Entre conferências e artigos, citam-se os seguintes, de autoria do professor Mozart Monteiro: A Missão histórica do Novo Mundo e a necessidade do Panamericanismo; Revolução que nos honra; O Dia do Novo Mundo; Pedro I e José Bonifácio; Na Terra dos bandeirantes; Uma profecia histórica; Rui, abolicionista; Pela Nossa História; Os problemas históricos — "Quem descobriu o Brasil"; Terão os portugueses descoberto a América? A Inconfidência dos poetas; Os escravos; Gonçalves Dias no Ceará; O Uruguai e o seu destino histórico; Um grande acontecimento na nossa História; Com Pedro I, ao romper da manhã; O sonho de Bolívar; Os depoimentos de Tiradentes e o seu papel na Inconfidência; O Espírito Santo e a Revolução de 1817; A abolição e a República; A República Catarinense de 1837; O pecado original da República; Sobre as origens da Faculdade de Direito de São Paulo; Um frade medicante da Sabedoria; A mais feliz e mais bela de todas as cruzadas; Historiadores brasileiros; O sentimentalismo na abolição dos escravos etc.

Estudioso e sagaz pesquisador dos assuntos históricos, o professor de História e Jornalista ilustre que é o Dr. Francisco Mozart do Rego Monteiro, é um nome para fazer parte do quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que fazem os subscritores desta proposta".

Não havendo mais quem usasse da palavra, o Sr. Presidente do Instituto agradeceu ao conferencista a importante contribuição para comemorar a data festejada, e a todos mais que concorreram para o brulho da sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Desembargador Vieira Ferreira; João Batista Magalhães; Afonso Costa, Lucas A. Boiteux; Valentim Benício da Silva; Nelson de Sena; Serafim Leite S.J.; Pedro Cavalcanti; H. Canabarro Reichardt; Estevão Leitão de Carvalho; Frei Basílio Rower, O.F.M.; Carvalho Mourão; José Luis Batista; Francisco Marques dos Santos; Luís F. Vieira Souto; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Artur Cesar Ferreira Reis; Helio Viana; Pedro Calmon; Frei Pedro Sinzig, O.F.M.; Cláudio Ganns; Mário Augusto Teixeira de Freitas; Julião Rangel de Macedo Soares; Alcindo Sodré.

Entre os presentes, notavam-se os senhores: Embaixador Porfírio Herrera Baez, da República Dominicana; Sr. Seaver Richmond Gilcreast, adido Cultural dos Estados Unidos; 2.º Tenente José Almeida Santos, representando o General Onofre de Gomes; Coronel Nunes de Carvalho, representando o Clube Militar; João Barcelos, pelo Instituto dos Advogados; Washington Perry de Almeida; Isidoro Dias Lopes; Eneida de Sousa Coelho; Anita Fontenelle; Dr. Adalzira Bittencourt; Virgílio Vilaronga Fontenele, Gabriel Osório Mascarenhas; Bruno de Almeida Magalhães; Oliveira Belo; Teresa Cadiz Carnus e Lourenço Monaco, Piratinino de Almeida.

Agradeceram o convite para a sessão em que se fizeram representar, a Associação Brasileira de Imprensa e o Touring Clube do Brasil.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE MAIO DE 1948 (SESSÃO 1.769) COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA MORTE DO DOUTOR ANTÔNIO FERREIRA FRANÇA. — CONFERÊNCIA DO SR. AFRÂNIO COSTA SOBRE — *Ferreira França através da política e da anedota.*

Reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 5 do corrente mês, para a sessão especial comemorativa do centenário

da morte do Dr. Antônio Ferreira França, ocorrido neste ano. Aberta a sessão pelo Presidente do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, foi dada a palavra ao conferencista, o sócio efetivo Sr. Afonso Costa que discorreu a respeito do baiano ilustre, personalidade curiosa de médico, professor, político, e principalmente de grande agitador de idéias. Discorreu o orador, com leveza, sobre a vida anecdótica de figura tão marcada e popular de baiano, a quem não só a Bahia, como Portugal e o Rio de Janeiro conheceram. Português principalmente como estudante de Coimbra, e o Rio de Janeiro, como político e médico.

Ao terminar a sua oração, o Sr. Afonso Costa foi muito aplaudido, sendo a sessão encerrada às 19 horas.

Compareceram os seguintes sócios: Srs. José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, Vieira Ferreira, Pedro Calmon, Afonso Costa, Estevão Leitão de Carvalho, Joã Batista Magalhães, H. Canabarro Reichardt, Alfredo Valadão, Valentim Benício da Silva, Dídio Iratim da Costa, Bernardino José de Sousa, Rodrigo Otávio Filho, Artur Cesar Ferreira Reis, Luís F. Vieira Souto, Julião Rangel de Macedo Soares e Cláudio Ganns. Justificou a ausência o sócio Pedro Cavalcanti.

Na assistência, entre outras pessoas contavam-se os Srs. Cristino Castelo Branco, Focion Serpa, M. Braga de Miguez Garrido, Pedro Lago, Tito Cavalcanti Medeiros, Carlos Miguez Gomide, Cesar Xavier, Saladino Gusmão, Odila M'Allester, Sptuns M'Allester, Aloísio de Carvalho Filho, Mário Ferreira França, Esmeraldo Gaspar S. de Queiroz Couto, Augusto Carvalho Armando, representando a Sociedade Sul Rio-Grandense; Agostinho B. Barbosa, F. Costa, Aloísio da Silva, Deolindo Amorim, B. Barbosa, Ernani Lopez, Carlos da Silva Queiroz de Oliveira Ribeiro.

Ofícios da Associação Brasileira de Imprensa e Associação Comercial.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário.

4.º CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

Em sessão de 14 de maio de 1947, o professor Pedro Calmon apresentou à consideração dos confrades presentes à Assembléia Geral, uma proposta que teve aprovação unânime.

Referia-se à convocação do 4.º Congresso de História Nacional em comemoração do 4.º Centenário da fundação da cidade da Bahia, em 1949, primeira cidade da América Portuguesa e centro inicial da Nacionalidade.

E, acrescentou "será principalmente de temas da história da formação e da organização nacional o programa desse Congresso, aberto, entretanto, à colaboração irrestrita dos historiadores, dos sociólogos, dos ensaístas que queiram associar-se aos seus trabalhos".

De acordo com a autorização que ao mesmo tempo lhe foi concedida, o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, apressou-se em nomear a respectiva Comissão Executiva, que ficou assim constituída: Ministro Augusto Tavares de Lira, Ministro Alfredo Valadão; Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; Dr. José Wanderley de Araújo Pinho; Eng.º Virgílio Corrêa Filho; Dr. Rodolfo Garcia; Professor Afonso d'Escragnolle Taunay; Professor Brás Hermenegildo do Amaral; Capitão de Mar e Guerra Carlos da Silveira Carneiro; Capitão de Mar e Guerra Francisco Radler de Aquino; Eng.º Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Dr. Artur Cesar Ferreira Reis; Dr. Afonso Costa; Dr. José Pedro Leite Cordeiro.

Sob a presidência do Ministro Augusto Tavares de Lira, sem tardança a Comissão Executiva deu princípio aos trabalhos em reuniões semanais. Apressou-se em elaborar o *Regimento do 4.º Congresso* e o respectivo *temário*, distribuído por oito secções, a saber:

- História Geral.
- Geografia Histórica e cartografia.
- Etnografia.
- História Econômica e Social.
- História Militar e Diplomática.
- Religião, Ciências, Letras e Artes.
- Instituições Políticas e Jurídicas. Evolução das Cidades.
- Bio-bibliografia.

Uma vez relacionados os temas, de que deverá ocupar-se o Congresso, e divulgados entre os sabedores da matéria, não tardaram adesões promissoras, consoante as quais estão sendo elaboradas teses em número mais que suficiente para lhe garantir o êxito.

Já prometeram as suas contribuições escritas os Doutores: Alfredo Amaral Rocha; Edmundo Amaral; Comandante Oliveira Belo; Edmundo Queiroz; Pedro Crescenti; Durval Ferreira; Almeida Prado; Renato Mendonça; Edgar Falcão; Olinto San Martin; Valter

Spalding; Costa Brochado; Osvaldo R. Cabral; Haydée P. Bastos; Alberto Lamego; Coronel João Batista Magalhães; Professor Ernesto de Sousa Campos; Ismael Alberto de Sousa; General Liberato Bittencourt; Drs. L. F. Vieira Souto; José Dias de Moraes; Mário da Silva; José da Costa e Silva Sobrinho; Jarbas S. de Carvalho; Alberto Silva; Guisard Filho; Dante Laytano.

Semanalmente, registra a Comissão Executiva a oferta de novas colaborações, que já se avolumam apreciavelmente, pois que muitos autores pretendem ultimar mais de um trabalho.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 2 DE JUNHO DE 1948 (SESSÃO 1.770)

— CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFETIVO DESEMBARGADOR F. LUÍS VIEIRA FERREIRA SOBRE O "DESCOBRIMENTO DO BRASIL".

Em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Desembargador Vieira Ferreira dissertou a respeito do "Descobrimento do Brasil".

E apesar de estar sobejamente discutido o assunto, apresentou argumentos novos, baseados na interpretação do Tratado de Tordesilhas e documentos contemporâneos, que o levaram a concluir não caber a Cabral a primazia do conhecimento do litoral brasileiro.

Antes dêle, outros navegantes lusitanos teriam visto o monte Pascoal, que se destaca à maneira de balisa inconfundível.

Terminada a conferência, pediu a palavra o Almirante Gago Coutinho, que se tem consagrado a examinar as viagens dos seus predecessores à luz dos ensinamentos náuticos em que se especializou.

Para bem avaliar as condições proporcionadas pelas correntes marítimas e ventos no Atlântico Sul, cruzou-o mais de uma vez em navio de vela, à semelhança dos navegantes manuelinos.

E verificou ser perfeitamente explicável a atração que exerceu a costa pernambucana sobre as caravanas que se afastassem da África, por conveniências de ordem náutica.

Antes de Cabral, mais de um português teria chegado a algum ponto nas imediações do cabo de São Roque ou Santo Agostinho, em viagens que o regime adotado conservou em segredo.

E, assim, valendo-se de raciocínio diverso, chegou o Sr. Almirante Gago Coutinho, que iniciou a sua carreira em explorações de vastas regiões do continente africano, à mesma con-

clusão apresentada pelo Conferencista, que o precedeu na tribuna.

Por último, o Sr. Embaixador de Portugal, Dr. João de Bianchi, que fôra convidado a tomar parte na mesa, com o Sr. Almirante Gago Coutinho, levantou-se para expressar a sua satisfação em assistir àquela tertulia, em que dois oradores, um do Brasil e outro de Portugal, explanaram um tema de glória comum a ambos os povos.

E valendo-se de raciocínios diferentes, harmonizaram-se em análogo resultado, indicativo da ciência náutica portuguesa, de acordo com a qual atuou a diplomacia de Dom João II.

Aprazia-lhe naquêlre recinto das tradições brasileiras testemunhar seu amor aos temas americanistas, especialmente os que se referem ao Brasil, que prolonga, através do Atlântico, a civilização portuguesa.

Ao encerrar a sessão, o primeiro Secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho, que a presidiu, na ausência do Presidente Perpétuo, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, congratulou-se com a assistência pela feliz oportunidade, não só de ouvir a conferência anunciada como ainda a outra, que trouxe o sábio depoimento de velho nauta, de espírito moço. E, mais ainda, a palavra douta e fervorosa do Embaixador de Portugal, cuja clara eloquência ressoou no salão acostumado à presença de seus eminentes antecessores na missão insigne de intensificar os elos de amizade e aproximação cultural entre os dois povos irmãos.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho; Pedro Cavalcanti; Dídio Iratim Afonso da Costa; Estevão Leitão de Carvalho; Julião Rangel de Macedo Soares; Frei Pedro Sinzig, O.F.M.; Luís Felipe Vieira Souto, Cláudio Ganns e F.L. Vieira Ferreira.

A sessão encerrou-se às 18 horas e 30 minutos.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL REALIZADA PARA A RECEPÇÃO DO NOVO SÓCIO, SR. PROFESSOR HAROLDO VALADÃO. — CONFERÊNCIA SOBRE "PRIMENTA BUENO, O GRANDE CONSTITUCIONALISTA DO IMPÉRIO". — Sessão n.º 1.171, em 25 de junho de 1948.

As 17 horas de vinte e cinco de junho de mil novecentos e quarenta e oito, em sessão especial realizada, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu como sócio o

Sr. Dr. Haroldo Valadão, Professor Cate-drático da Faculdade Nacional de Direito e Consultor Geral da República.

Estiveram presentes os Srs. Drs. Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro da Justiça; Augusto Tavares de Lira; José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto, e Antônio de Sampaio Dória, todos os três ex-Ministros da Justiça.

O orador do Instituto, Dr. Pedro Calmon, fazendo uso da palavra para saudar o recipiendário, lembrou ser o Instituto "casa de pais e escola de filhos, pelo fato de a ela terem pertencido o Visconde de Taunay e Afonso de Escagnolle, Taunay, o Visconde de Ouro Preto e Conde de Afonso Celso, Rodrigo Otávio, pai e filho, continuando agora a tradição com Alfredo Valadão e Haroldo Valadão."

As figuras evocadas, umas já de um passado remoto e outras de tempos mais recentes, bem como a que é contemporânea e estava ali presente (e isso acentua o sócio benemérito do Instituto, Sr. Professor Alfredo Valadão), levaram o orador a traçar os perfis de vultos tão expressivos para, diante dêles, trazer a figura dos filhos, mostrando, por vêzes, no aparente e natural contraste entre homens de gerações diferentes, a grande sugestão, a grande unidade que representa para todos o estudo da História.

Realçando o acontecimento, as palavras do orador então passaram a ser de admiração e respeito pela figura do seu antigo mestre. Professor Alfredo Valadão, estimulando-lhe os méritos de cultor do Direito e da História, duas grandes expressões da inteligência humana, que, com tanta elevação e nobreza de espírito, Valadão pai soubera transmitir a Valadão filho.

O Sr. Professor Haroldo Valadão principiou a sua oração recordando a figura de seu pai no dia em que, numa sessão, como aquela, era ele recebido no ilustre sodalício, também rememorando a sessão magna de comemoração do primeiro centenário do Instituto, em que o seu pai foi o orador. Desfiou assim uma série de reminiscências que ficaram sendo da sua casa, da sua família, para, finalmente, declarar que tão gratas impressões lhe despertaram cedo a ambição de algum dia ser daquela corporação; e à sua aspiração antiga é que satisfazia comovido e agradecido. O discurso do Sr. Professor Valadão apresentou duas partes.

A primeira versou a respeito da interpretação da lei, da aplicação do Direito e da con-

tribuição que presta a História à ciência jurídica.

A segunda, então, foi aquela em que, estudando a figura do grande publicista brasileiro Marquês de São Vicente, destacou o orador as teses que o jurista do Império formulou no seu famoso e admirável livro — *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Eram, pois, asserções que, uma vez lançadas, iriam com o tempo se incorporar ao Direito pátrio. Neste ponto o orador prendeu, à custa da ciência, que já é do historiador, a atenção de todos, quando analisou as páginas que o Marquês de São Vicente traçou, concisas e cerradas, como é próprio dos estilos jurídicos, projetando-as e desdobrando-as o Sr. Professor Haroldo Valadão através do desenrolar do tempo, que a História vai espreitar para tornar eloquentes e impressionantes os acontecimentos.

Realçou, assim, o Sr. Professor Haroldo Valadão o espírito criador do Marquês de São Vicente, como jurista. Mas, ao historiador, além desses aspectos amplos que passam a ter os assuntos, torna-se curioso apreciar os homens que se projetam no desenvolvimento da vida das nações, e foi assim que, demorando-se na análise da personalidade do grande vulto do passado, o orador mostrou que o sábio jurista, tendo ocupado as mais altas posições políticas, retirou-se delas em momento de grande interesse nacional e em que se decidiria a modificação social e jurídica pela qual o Marquês de São Vicente sempre pugnara, no seu país, passando êle então o mando a outro mais indicado no momento e de mais feito político, como o foi o Visconde do Rio Branco. O orador concluiu como é diferente o jurista, o homem devotado à ciência, do político. Os dois hão de concorrer com grandes serviços e préstimos para o bem da humanidade, mas de maneira diferente. Julgando os homens neste particular, o novo membro do Instituto Histórico vinha, pois, fazer que incidissem no painel da História os grandes cultos de cultores de Direito, dando-lhes a verdadeira expressão.

O recipiendário revelou como, do campo do Direito, se chega sempre à História, para ela ser compreendida, investigada e explicada principalmente pelo estudioso do Direito, o que o recipiendário então proclamava como sendo a sua profissão de fé ao ingressar na vetusta instituição de historiadores, aquela que é das mais antigas e de maiores tradições, no Brasil.

Quando cessaram as palmas que acolheram a oração do novo sócio, falou o Sr. Professor Alfredo Valadão, pai do recipiendário dêse

dia, para dizer que o quanto não alcançara fazer naquela casa, estava ali o filho para realisar.

As palavras do Sr. Professor Alfredo Valadão foram ouvidas com muito carinho, atenção e respeito por toda a assistência, que aplaudiu o orador demoradamente.

Além dos mencionados, estavam presentes os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, Afonso Costa, Pedro Cavalcanti, Aureliano Leite, João Batista Magalhães, Leão Teixeira, Didio Iratin A. da Costa, Padre Serafim Leite S. J., Julião Rangel de Macedo Soares, Ruben Rosa, Cristovão Leite de Castro, José Carlos Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Pedro Calmon, Alfredo Valadão, Haroldo Valadão, Artur César Reis, Américo Jacobina Lacombe, Luís Viana.

Justificaram a ausência os Srs.: Basílio de Magalhães e Rodrigo Otávio Filho, por estar em convalescência.

Estiveram presentes à sessão: Orlando Pimenta Bueno, Nelly Pimenta Bueno Rocha, Helena Pimenta Bueno Paiveri Pereira, Nilza Diniz Pimenta Bueno, W. Pimenta Bueno, G. Eulálio do Nascimento, representante do Embaixador Raul Fernandes, Targino Ribeiro, Plínio Doile, pela Ordem dos Advogados; Raul da Cunha Ribeiro, pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; Sérgio Correia do Lago, pelo Sr. Embaixador Hildebrando Accioli; Luciano Pereira da Silva, Anazildo Bastos Ribeiro, representante do Sr. General Comandante da Força Militar do Distrito Federal; Marcílio de Lacerda, Pedro Monteiro de Almeida e senhora, Senhora Leite de Castro, Senador Atilio Vivaqua, Ana Rosa Viveiros de Castro, Lindolfo Xavier, pela Sociedade Brasileira de Geografia; José Nunes Ribeiro, Washington de Almeida, Padre Paulo, Vice-Reitor da Universidade Católica; Américo Lacombe, pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Ana Maria Valadão, Jacinto D. Moreira Lobato, Augusto O. Gomes de Castro, J. Leonel de Ramos Alvim, Mário Viana, Bruno de Almeida Magalhães, Rodolfo Vilhena, Camilo Raul Prates, Otávio Nunes, Alfredo Magia, Edgar Viana, Décio Miranda, L. P. Doile, Francisco Otávio Haley Neves, Inácio Tavares Guimarães, Maurício Rodrigues Pôrto, Albertino Fernandes, Jonas Correia Neto, Monsenhor Gastão Neves, representante de Sua Eminência Cardeal D. Jaime Câmara. O Sr. Pantaleão José Pinto de Moraes, chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Viação, enviou em nome de S.Ex.^a os seus

cumprimentos justificando a ausência do titular daquela pasta por se encontrar em viagem.

Encerrou-se a sessão, às 19 horas.

FEIJÓ BITTENCOURT.

2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. — CONFERÊNCIA DO MINISTRO AUGUSTO TAVARES DE LIRA. — Sessão n.º 1.772, em 7 de julho de 1948.

Este mês, no dia 7, comemorou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o centenário do nascimento do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República cujo governo se assinalou como sendo uma das fases mais brilhantes do Brasil.

Comparecendo à solenidade S.Ex.^a o Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto, convidou S.Ex.^a a assumir a presidência da sessão. Ocupou lugar na mesa o Exmo. Ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, que esteve presente bem como o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho. Ainda fizeram parte da mesa que presidiu a comemoração, S. Ex.^a o Sr. Prefeito do Distrito Federal, General Ângelo Mendes de Moraes; Embaixador José Moniz de Aragão, Embaixador Hildebrando Accioli, Ministro Fonseca Hermes, Desembargador Ademar Tavares, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Cônsul Geral Domingos de Oliveira Alvés, e o Primeiro Secretário do Instituto, Dr. Virgílio Corrêa Filho.

Foi dada a palavra ao sócio grande benemérito e primeiro vice-presidente da colenda instituição, Sr. Dr. Augusto Tavares de Lira, que por três vezes ocupou pastas ministeriais, tendo sido elevado a Senador e Deputado durante a República. Republicano histórico é um dos nomes provenientes da política, em que militou por todo tempo que vigorou a constituição de 1891, documento no seu dizer que honra uma geração.

Subiu êle a tribuna para examinar um período governamental que analisou minuciosamente com o elevado critério superior de um homem de estado, apontando os aspectos de uma época de grandes transformações da vida brasileira.

Presidiu então o país, lembrou o orador, uma das figuras dominantes na história do Brasil, homem de governo que conheceu no poder dificuldades consideráveis, de toda espécie, e que entretanto soube promover empreendimentos surpreendentes mantendo ao mesmo tempo o equilíbrio da administração que o orador apontou no cuidadoso exame por ele feito, do equilíbrio financeiro mantido no país.

O discurso do Ministro Tavares de Lira foi modelo de critério com que se apreciar a vida pública de um grande homem de governo, terminando o sócio grande benemérito a sua peça oratória por uma página cujo valor literário prendeu a atenção do auditório. Lembrando-se o orador de que afirmavam de Rodrigues Alves: Era um cético! Desenvolveu o tema. Rodrigues Alves parecia um cético; mas era um espírito ponderado que se afastava do acirramento das lutas partidárias, e sabia pesar os interesses políticos, tornando-se em uma das mais conspícuas inteligências que sagaz, serena e consciente, tudo fez pela unidade nacional. A extraordinária significação humana da personalidade do antigo presidente surgiu assim retratada em toda a sua estatura. O senso dos homens políticos de eleição para compreenderem e analisarem caracteres, se revelou toda na parte em que o orador, terminando a sua oração, concluiu por um desses perfis em traços seguros, a ficarem para a posteridade como páginas da literatura política brasileira, que conta com escritores célebres.

O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, Embaixador Macedo Soares, tomou a palavra para salientar a alta significação da presença do Presidente da República, em uma comemoração em que se salientava a maneira elevada pela qual foi conduzida a República do Brasil, agradecendo a presença de S. Ex.^a em uma casa de que ele é um dos Presidentes Honorários. Passando a se dirigir ao Ministro Tavares de Lira, agradeceu mais um dos grandes serviços prestados à instituição, no momento que outro se não ele era a figura de quem esperava ouvir a palavra, pelo papel que teve no regime político em que a figura de Rodrigues Alves é vulto assinalado.

Estiveram presentes os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho; Desembargador Vieira Ferreira; Augusto Tavares de Lira; Frei Basílio Röwer, O.F.M.; Julião Rangel de Macedo Soares. Afonso Costa; L. A. Feijó Bittencourt; Mário Melo; Pedro Cavalcanti; Dídio Aratín A. da Costa; Alfredo Valadão; Haroldo Valadão; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Cris-tóvão Leite de Castro; Manuel Tavares Ca-

valcanti; Aureliano Leite; Cândido Mariano da Silva Rondon; Raul Tavares; Eurico Gaspar Dutra; Thiers Fleming; Leitão de Carvalho; Luís Felipe Vieira Souto; João Batista Magalhães; Américo Jacobina Lacombe; Artur Cesar Ferreira Reis; Francisco Marques dos Santos; Mário Augusto Teixeira de Freitas; Herbert Canabarro Reichardt; Joaquim de Sousa Leão Filho; Cláudio Ganns e Hildebrando Accioli.

O sócio frei Pedro Sinzig justificou não comparecer a sessão bem como o sócio Rodrigo Otávio Filho e Basílio de Magalhães por motivo de saúde.

Entre as pessoas presentes estavam as seguintes, cujos nomes pudemos anotar: Silvia Guilhobel Betin Pais Leme; Renato R. Rodrigues Pereira; Auto de Sá; João Pedro Mata; Thompson Ribeiro; Ismael Faisant; Cecília Ribeiro de Almeida; Anita Fontenele; Virgílio Vilaronga Fontenele; Carmen Vilaronga Fontenele; Marquesa de Barral; Adolfo de Alvim Menge e Senhora; Coronel Amauri Kruehl; Sra. Pedro Cavalcanti; Flávio da Silveira; Sra. Manuel Leão; Mário Bulcão; Marieta Alves; Ministro Adroaldo Costa por seu representante Tenente Jason Soares; Marina Vergne de Araujo; Carolina Nabuco; Viúva General Lírio; Leonor de Beaurepaire M. de Aragão; Beatriz de Aragão Bulcão; Inácia Pinto Lima Monteiro de Castro; João Faria de Lima; Capitão Carvalho, representando o Sr. General Lima Câmara; José Masson Oliveira; Virgílio Mag. Rodrigues Alves; Representante do Dr. F.V. de Miranda Carvalho, Superintendente da Administração do Cais do Porto do Rio de Janeiro, Luiz Gama; Paulo José Pires Brandão pela Sociedade Brasileira de Geografia; Eugênia Fleury de Amorim; Taygoara Fleury de Amorim, Dir. Instituto de Química Agrícola, do Ministério da Agricultura; Tasso Coimbra, representando o Sr. Ministro da Educação e Saúde; Gabriel Osório Mascarenhas; Afonso Pena Jr.; F. V. Tavares de Lira; Maria José Rodrigues Alves; Júlio Barbosa, representando o Sr. Senador Melo Viana, vice-presidente do Senado; Bruno de Almeida Magalhães; Príncipe e Princesa Sanguskis; Albano Castro; Afonso de Toledo Piza; João Alves Calvas; Oscar Garcia de Sousa; José de Oliveira Moura; Viúva Antero Botelho; Cirilo Júnior; Plínio Cavalcanti; José Alves Palma; Luís Peixoto; Dr. Nelson R. Prado, Delegado a A. G. da C.N.E.; Mukim Prado; Moacir Malheiros Fernandes Silva; Professor Raja Gabaglia; J. Góis Marcondes; Jorge Moura; Irene Travassos; Bastos Ferreira; Benedito Quintino;

Lauro Sampaio; Orestes Gomes; Martins Gomes; A. Raja Gabaglia e Senhora; Carlos Delgado de Carvalho, pela Federação das Bandeirantes do Brasil; Lafaiete Pereira; Roseta Sampaio, pela Família Carlos Sampaio; José Joaquim de Castro Silva; Paulo Vilaboim; Isabel de Melo Franco; João de Melo Franco; Orlando Sousa Dantas; José Armando de Afonseca; Conceição Vicente de Carvalho; José Carlos Junqueira Schmidt; Rosalba Martins; J. de Sousa Leão Filho; David Moritzsohn; Jorge Pais de Carvalho; Joaquim Eulália, representante do Ministro das Relações Exteriores; Armando Augusto; Carlos Tavares de Lira; Adelaide Mário Zacconi Parea; Olga Zacconi; Rafael Tavares e Senhora; Fróis Abreu; Mendes de Carvalho; Valdemar de Mendonça; José Pedro Moura; Luiza Ceccarelli Pereira; P. da Silva Castro; H. Feder; Pereira Bastos; Benjamin Segismundo; Anibal França.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE CHATEAUBRIAND, SOBRE O TEMA: "O ETERNO ENTEDIADO", PELO SR. LUIS F. VIEIRA SOUTO. — Sessão número 1.773, em 19 de julho de 1948.

Em sessão especialmente convocada pelo seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para comemorar o primeiro centenário de falecimento do imortal escritor francês, Visconde de Chateaubriand, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 19 do corrente.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Batista Magalhães, Vieira Ferreira, Afonso Costa, Luís Felipe Vieira Souto, Valentim Benício da Silva, Mário Melo, Herbert Canabarro Reichardt e Hélio Viana, bem como representantes das altas autoridades, e da colônia francesa, ao mais graduado dos quais coupe um lugar à mesa, a convite do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que também distinguu de igual maneira o representante do Instituto Histórico de São Paulo, Dr. Bueno de Azevedo Filho, e o da Sociedade Brasileira de Geografia.

Após a leitura regulamentar das *Efemérides* do Barão do Rio Branco, referentes ao dia, foi dada a palavra ao Dr. Luís Felipe Vieira Souto, que principiou a sua conferência pela evocação do último ato do drama vivido pelo glorioso guia intelectual do romantismo. Relembrou seu

enterro no mesmo chão da Bretanha, fecundo em navegadores ousados e pioneiros que espalharam a energia da sua gente pelo mundo inteiro. Lá nascera a criança, predestinada, que se transfiguraria no colaborador de Napoleão, e depois seu adversário. Romancista, panfletário, historiador, memorialista, chanceler, tudo quanto iluminasse com a sua inteligência peregrina, adquiria novos esplendores, que o extremaram entre os contemporâneos.

Tamanha lhe era a fama que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de bom grado o acolheu em seu quadro, na categoria de sócio honorário.

Não lhe faltaram, então, honrarias de toda espécie, que lhe realçavam a glória. Entretanto, em meio de louvores e vitórias, que lhe atestavam prestígio nos meios sociais, não o deixou jamais o tédio, que seria uma das peculiaridades daquela fase literária ou nevrose, que se comprazia em ostentar. E quanto mais se elevava no conceito dos admiradores, mais o entristecia o *tedium vitae*, que o privou de usufruir as conquistas alcançadas pelo seu talento admirável de escritor.

Mestre inconfundível no estilo, também o seria dos enfatiados, que à luz de seus conceitos aprenderam a considerar a vida pela fase aborrecida.

E quando tombou, aureolado embora de glória, ainda era o mesmo *René*, a eterna entediado.

Ao terminar, o conferencista foi longamente aplaudido.

Entre os presentes, estavam os senhores Washington de Almeida, Vanda de Moura, Anita Fontenele, Moacir Batista dos Santos, Ugo Pinheiro Guimarães, Araci Massena Jansen de Melo, Janßen de Melo, J. A. dos Santos Júnior, Marques Rabelo, Phocion Serpa, representante da Polícia Militar, Tenente Helio Pestana; José de Moraes, do Centro Sergipano; Antônio Maria Ferreira Filho, Edouard Legris, Adido de Imprensa da Embaixada de França; Hélène Ruffeer, Tenente-Coronel A. Guerreiro, Maria da Graça Cordeiro, Ligia de Mendonça Uzeda, José Teixeira de Oliveira, Nelson Romero, Adalgiza Bittencourt, Olímpio da Fonseca Filho, Wellington Uzeda, Israel Assuncion, Heloisa Gonzaga dos Santos e Luísa Teixeira de Castro.

Encerrou-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO, REALIZADA A 11 DE AGOSTO DE 1948 (SESSÃO N.º 1774). — COMEMORAÇÃO DA CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS. — *Conferência do Sr. Ministro Alfredo Valadão. — Votos de pesar.*

Aos dias 11 do corrente de 1948, em sessão comemorativa da data da criação dos cursos jurídicos no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se reuniu para usar da palavra o seu sócio benemérito, Ministro Alfredo Valadão, que produziu uma conferência a respeito de "Lourenço Ribeiro, primeiro diretor e professor do Curso Jurídico de Olinda e primeiro comentador da Constituição do Império".

Compareceram à sessão os seguintes sócios: Srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho; Feijó Bittencourt; Augusto Tavares de Lira; Gago Coutinho; Benecio da Silva; Afonso Costa; Leão Teixeira Filho; J. Batista Magalhães; Rubem Rosa; Alfredo Valadão; Haroldo Valadão; Rodrigo Otávio Filho; Príncipe Dom Pedro.

O sócio Sr. Professor Basílio Magalhães justificou a sua ausência, por motivo de saúde.

Estiveram presentes os Srs. Tenentes Janson Soares, representante do Sr. Ministro da Justiça; Cônsul José Carlos, representante do Sr. Ministro das Relações Exteriores; Angelo José Vaula, representante do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Augusto Viegas; Gondim Neto; Desembargador Júlio de Faria; Professor Odilon de Andrade; Dr. Décio Miranda; Rodolfo Vilhena; Eurico Portela, do Instituto dos Advogados Brasileiros, e muitos outros.

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, ocupou a presidência da mesa que ficou constituída dos Srs. Desembargador Júlio de Faria, Vice-Presidente do Instituto Histórico de São Paulo; Deputado Augusto Viegas; Gondim Neto, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil; Dr. Virgílio Corrêa Filho, 1.º Secretário do Instituto Histórico.

O conferencista realçou a figura de Lourenço Ribeiro como professor, assinalando a repercussão que suas aulas na escola de Olinda tiveram nas províncias, transformando as correntes políticas, até então reacionárias à Constituição, e dando origem ao partido constitucionalista.

Foram citados diversos alunos do emérito professor e a aceitação de seus ensinamentos, tendo sido a conferência uma página da histó-

ria do Direito Constitucional Brasileiro e da formação de sua política conservadora.

Ao encerrar a sessão, o Sr. Presidente do Instituto agradeceu a colaboração do conferencista, e submeteu à apreciação do Instituto o voto de pesar pelo falecimento de dois sócios, fazendo acompanhar sua proposta das seguintes palavras:

"Otel de Sousa Reis — Foi proposto para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 16 de julho de 1920, por proposta assinada por Max Fleiuss, Sebastião de Vasconcelos Galvão Laudelino Freire, Juliano Moreira, Jônatas Serrano Souto, Major e Barão de Studart.

A 6 de agosto do ano seguinte, depois de emitido parecer pela Comissão de Geografia, e da qual foi relator o almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira, foi eleito sócio efetivo.

Apresentou vários trabalhos para a Revista do Instituto, entre os quais um sobre a *Grafia de nomes Geográficos*.

Em 1931, foi elevado à categoria de sócio honorário."

"Luís Antônio Vieira da Silva — Eleito sócio efetivo a 22 de agosto de 1931 por proposta assinada pelos Srs. Epitácio Pessoa, Ramiz Galvão e Agenor de Roure.

Ocupou o cargo de Tesoureiro do Instituto e colaborou no Congresso de História de 1931 com a monografia: *Organizações administrativas do Império*.

O voto foi aprovado por unanimidade.

Encerrou-se a sessão às 18 horas.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário

ASSEMBLÉIA GERAL—ELEITO SÓCIO HONORÁRIO O SENHOR MINISTRO ADROALDO MESQUITA DA COSTA — NOVOS SÓCIOS HONORÁRIOS E EFETIVOS — CONFERÊNCIA DO SENHOR GENERAL PEDRO CAVALCANTE — ATA DAS SESSÕES (1775 E 1776).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se a 31 de agosto, em segunda convocação marcada para este dia, conforme edital já publicado. Consultado o livro de sócios, verificou-se que havia número para a assembléia pronunciar-se e deliberar.

Compareceram à sessão os Srs. José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo; Vir-

gílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, Carlos Delgado de Carvalho, José de Mesquita, Cláudio Ganns, Helio Viana, Cristóvão Leite de Castro, Afonso Costa, Serafim Leite, S. J.; João Batista Magalhães Estêvão Leitão de Carvalho, Pedro Cavalcante, Valentim Benício da Silva.

Assumiu o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares a presidência da assembléia, acompanhado do primeiro e segundo secretários, Srs. Virgílio Corrêa Filho e Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. Dando S. Ex.^a a sessão por aberta, foi aprovada a ata da sessão anterior, sendo lido pelo primeiro secretário o parecer de tomada de contas relativo ao exercício de 1947, exarado nos seguintes termos:

“A Comissão de Fundos e Orçamentos, após examinar o balanço geral relativo ao exercício de 1947, acompanhado dos necessários documentos comprobatórios da despesa, quer relativa ao pessoal, quer relativa ao material, é de parecer que seja o mesmo aprovado, com um voto de louvor ao Tesoureiro do Instituto Histórico, Comandante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1948. — *Oliveira Viana — Manuel Tavares Cavalcanti — Christovão Leite de Castro.*

Tendo se oferecido, à assembléia, os documentos comprobatórios para o sócio que os quisesse examinar, ninguém pediu a palavra. Em seguida, procedeu-se à votação, sendo aprovado unanimemente o parecer que antes fôra submetido à discussão.

Em seguida, o Sr. Presidente submeteu à discussão e aprovação as seguintes propostas de sócios depois de lidas, bem como os devidos pareceres das comissões.

Proposta para sócio honorário do Ministro Adroaldo Mesquita da Costa. — O Congresso de Geografia e História do Rio Grande do Sul, realizado em 1945, teve como seu Presidente o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, que na época dirigia o Instituto Histórico e Geográfico daquele Estado.

Já então havia conquistado lisonjeiro renome o laureado bacharel de 1917, a quem a Faculdade de Direito de Porto Alegre premiara com distinção em todas as matérias do curso.

Professor de História do Brasil e Universal no Ginásio Júlio de Castilhos, não tardou a elevar-se ao nível universitário, para lecionar Direito Comercial na mesma Escola em que se formara, na de Comércio, como igualmente na Universidade Católica.

Promotor Público em Taquari, sua terra natal, e em Porto Alegre, também exerceu a Procuradoria da República. Eleito deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte, renunciou ao mandato, assim que se ultimou a elaboração da respectiva Carta Constitucional de que participou ativamente. Viu-se, porém, em breve eleito para a Assembléia Constituinte Estadual, onde lhe coube colaboração de relevância.

Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, de que foi orador, assim como do seu Instituto Histórico e Geográfico, oportunidade não lhe faltaria de evidenciar persuasiva eloquência. Versaria assuntos de suas preferências, como: *Descobrimento do Brasil — Tiradentes — Pródromos da Independência — História eclesiástica do Rio Grande do Sul*, com a biografia de Dom Feliciano, seu primeiro Bispo — *Causas da Revolução Farroupilha*.

Além dos ensaios históricos, já publicou obras a respeito de assuntos jurídicos da sua especialidade, como “A Cambial” e “A Falência” e parlamentar, ao enfeixar em volume os “Discursos” pronunciados na Câmara.

Eleito Deputado Federal, deixou mais tarde as funções legislativas para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Sobejam-lhe, portanto, credenciais para atender às condições do art. 7.^o dos Estatutos, que prescreve:

“Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia”.

Propomos assim, para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, que preenche cabalmente as exigências estatutárias.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1948. — *José Carlos de Macedo Soares. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Virgílio Corrêa Filho. — Augusto Tavares de Lira. — Afonso de Escragnolle Tannay. — Carlos Delgado de Carvalho. — Cláudio Ganns. — Cristóvão Leite de Castro. — Serafim Leite, S. J. — Alvaro Rodrigues de Vasconcelos. — Helio Viana. — Afonso Costa.*

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios: — Presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, depois de lhe ter sido orador oficial, deputado estadual e federal, Ministro de Estado, o professor Adroaldo Mesquita da Costa possui credenciais sobejas que

justifiquem a indicação do seu nome para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Comissão de Admissão de Sócios opina pela aprovação da proposta respectiva à vista dos termos em que se baseia, demonstrativos da valiosa colaboração que o historiador sul-riograndense poderá trazer ao Instituto.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Alfredo Nascimento*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*.

Foi o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa eleito por unanimidade.

Proposta do Comandante Luís de Oliveira Belo, apresentada para vaga de sócio honorário.

Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Comandante Luís de Oliveira Belo, residente nesta Capital, à rua das Palmeiras n.º 80.

O proposto reúne as condições que o fazem merecedor da acolhida neste Instituto, pois, tem versado com abundância assuntos de história geográfica, em monografia e artigos de revistas.

Relação nominal de trabalhos

- A Independência da República Cisplatina. Na *Revista Marítima Brasileira*, ano LII, ns. 3-4, pág. 223 — Setembro-outubro de 1932.
- A descoberta do Brasil por Cabral não foi obra do acaso. (Conferência). Na *Revista Marítima Brasileira*, ano LIX, julho-agosto de 1939.
- 3 de Maio, data intrusa na História Nacional — em *Revista da Semana*, ano XLI, n.º 18 — 4 de maio de 1940, página 21.
- Caxias na intimidade — em *Revista da Semana* — Ano XLI, n.º 34, agosto de 1940, pág. 18.
- Jerônimo de Dorneles e a fundação da cidade de Porto Alegre — em *Revista da Semana* — Ano XLI, n.º 47 — 23 de novembro de 1940, pág. 7.
- Joaquim Silvério dos Reis — na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Grande do Sul* — Ano XXI — IV trimestre — Dezembro de 1941.
- As primitivas rotas comerciais marítimas — na *Revista Marítima Brasileira* — Ano LX — Março-abril de 1941.

- Tamandaré e Caxias teriam sido parentes? — em *Revista da Semana*, ano XLII — 13 de dezembro de 1941.
- Dois Titãs do Império — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1941.
- Almirante Tamandaré — Em Nação Armada — Rio, 1942.
- Vital de Oliveira (oração). *Revista do I.G.H.M.B.*, 1943.
- Dois de Julho — em Respiga — Na *Revista Marítima Brasileira* — Ano LXIII, 1943.
- Algumas verdades acerca do descobrimento do Brasil — Imprensa Naval, 1944.
- Caxias e o combate de São Luís, na *Revista do I.G.H.M.B.*, 1944.
- Acerca da Atlântida de Platão — Na *Revista do Instituto Geográfico do Rio*.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945. — *Thiers Fleming*. — *H. Canabarro Reichardt*. — *Radler de Aquino*. — *Braz do Amaral*. — *Feijó Bittencourt*. — *Bernardino de Sousa*. — *Tavares de Lira*. — *Serafim Leite, S.J.* — *Lucas Boiteux*. — *Helio Viana*. — *Cândido Mariano da Silva Rondon*. — *José Luís Batista*. — *Francisco Marques dos Santos*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Pedro Cavalcanti*. — *Rodolfo Garcia*. — *Ataulfo de Paula*. — *Wanderley Pinho*. — *Helio Lobo*. — *Pedro Calmon*. — *Julião Rangel de Macedo Soares*.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios: — Entre os oficiais da Marinha incluí-se o Comandante Luís de Oliveira Belo, cuja bibliografia já se apresenta volumosa, conforme indica a relação anexa.

Tanto pela sua posição social, como pelos escritos, em que explana com erudição assuntos de geografia e história, justifica-se plenamente sua escolha para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acordo com o art. 7.º dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Alfredo Nascimento*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*.

Foi o Comandante Luís de Oliveira Belo eleito por unanimidade.

Proposta para sócio honorário: — Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o professor Agnelo Bittencourt.

Em Manaus, onde nasceu a 14 de dezembro de 1876, exerceu seguidamente o magistério, desde o primário até o ginasial, como professor de Geografia Geral.

Também lecionou Geografia e História do Comércio, antes de ser nomeado diretor geral de Instrução Pública do Estado.

Representante do Amazonas perante o VI Congresso Brasileiro de Geografia em Belo Horizonte, e Congresso Internacional de História Americana, de 1922, coube-lhe, desde 25 de março de 1931, a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, de cuja fundação participou.

A sua incessante atividade expressa-se em centenas de artigos, geralmente de interesse geográfico ou histórico, e monografias, entre as quais se arrolam: *O Estado do Amazonas* — estudo apresentado ao VI Congresso Brasileiro de Geografia (1919); *Prontuário bibliográfico do Estado do Amazonas* (até 1922); *Estado do Amazonas, síntese corográfica* (1942), além de inúmeras contribuições referentes ao ensino.

Não lhe faltam, portanto, credenciais para ser bem acolhido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sócio honorário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1947. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Cristóvam Leite de Castro*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Afonso Costa*. — *Carlos Delgado de Carvalho*. — *Oliveira Vianna*. — *Manuel Tavares Cavalcanti*. — *Cláudio Ganns*. — *José de Mesquita*. — *Helio Viana*.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMIS- SÃO DE SÓCIOS

O Professor Agnello Bittencourt, em abnegada carreira, distinguiu-se como Professor de História e Geografia, em diversos estabelecimentos de ensino amazonenses. Consagrado ao estudo de tais assuntos em sua terra, tornou-se afinal um dos mais doutos sabedores, como indica a sua bibliografia, ainda que mencionada em parte. Não admira que o Instituto Histórico Amazonense o elegeisse para seu Presidente, em períodos renovados, que lhe permitiram assinalar a sua direção com fecundas iniciativas, tanto em sua Biblioteca especializada, como igualmente no Museu, onde os arqueólogos e etnógrafos encontrarão material opulento para suas pesquisas.

Bem merece, portanto, a sua inclusão, como sócio honorário, no quadro do Instituto, de

acôrdo com a proposta, à qual dá a Comissão de Sócios seu apoio por julgá-la justificada de acôrdo com os Estatutos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Alfredo do Nascimento e Silva*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*.

Foi o Professor Agnello Bittencourt eleito por unanimidade.

PROPOSTA PARA SÓCIO EFETIVO

Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, professor catedrático de Geografia do Colégio Pedro II, antigo professor do Instituto de Educação e da Universidade do Distrito Federal, docente da Universidade do Brasil (Faculdade Nacional de Direito), Professor da Faculdade Católica de Filosofia; Presidente da Comissão Organizadora do X Congresso de Geografia, membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia; sócio dos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo e do Ceará, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da American Geographical Society, da Sociedade de Geografia de Lima; autor de numerosos e valiosos trabalhos Geográficos e históricos entre os quais — *As Fronteiras do Brasil, Leituras Geográficas, Práticas de Geografia, Litoral do Brasil, Da Estrutura da Sul América, Das Linhas de Penetração da Civilização no Brasil*.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1945. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Wanderley de Araújo Pinho*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Edmundo da Luz Pinto*. — *Américo Jacobina Lacombe*. — *Helio Viana*. — *Francisco Marques dos Santos*.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

O Professor Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, que no Brasil tem exercido os cargos mais destacados como o de Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Diretor do Colégio Pedro II por muitos anos, é um nome que cedo se recomendou quando, por concurso, foi classificado em primeiro lugar para catedrático de geografia dessa tradicional instituição, datando dessa época a notável tese que apresentou, intitulada *As Fronteiras do Brasil, Leituras Geográficas, Práticas*.

cas de Geografia, Litoral do Brasil, Da Estrutura da Sul América, Das linhas de penetração da Navegação Brasileira, são outras tantas publicações que vêm confirmando o valor do geógrafo em apreço. *Dos Mandatos Internacionais* é a tese de grande repercussão com que se apresentou no concurso de livre docente da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Os méritos do Professor Universitário que tem prestado serviços apreciáveis à cultura brasileira, é que o recomendamos para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Valentim Benício da Silva. — Basílio de Magalhães..

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

O Professor Fernando J. Raja Gabaglia foi proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Comissão de História está de acôrdo, conforme declarou o seu parecer, e também a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — Alfredo do Nascimento e Silva. — Augusto Tavares de Lira. — Cláudio Ganns.

Houve um voto contrário à proposta. Foi o Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia eleito pelos demais sócios presentes.

PROPOSTA

Indicamos para sócio efetivo do Instituto Histórico o Sr. José Honório Rodrigues, historiador e publicista patricio que, apesar de jovem, já possui uma brilhante fé de officio intelectual. Do seu "curriculum vitae", a justificar esta proposta, destacamos os seguintes fatos: nascido em 1913 e bacharel em ciências jurídicas em 1937, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil — alcançava nesse ano de formatura o 1.º prêmio de erudição da Academia de Letras, com o seu notável trabalho: "A civilização holandesa no Brasil", publicado em colaboração com o Sr. Joaquim Ribeiro.

Esteve nos Estados Unidos da América em 1943-1944, em viagem de estudos e pesquisas, da bolsa subvencionada pela "Fundação Rockefeller" — do que resultou o interessante relatório publicado na "Revista do Instituto", volume 188.

É professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores) e Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional; membro da Comissão de Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores e "American Historical Association".

Trabalhador arguto e consciencioso tem divulgado pela imprensa e em revistas especializadas inúmeros estudos, comentários, críticas e observações à margem da nossa história econômica e social, e especialmente com relação ao período da dominação holandesa, de que se constituiu autoridade especializada. O seu nome honrará os quadros do Instituto, e a sua incansável atividade há de ser útil à tarefa árdua das nossas pesquisas históricas, em que cooperará por certo com a sua brilhante capacidade profissional.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1946. — Afonso de E. Taunay. — Francisco Marques dos Santos.. — Pedro Calmon. — Cláudio Ganns. — Wanderley de Araujo Pinho. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. — Helio Viana. — Carlos da Silveira Carneiro. — Américo Jacobina Lacombe. — Oliveira Viana. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Virgílio Corrêa Filho. — Artur Cesar Ferreira Reis..

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

O Professor Dr. José Honório Rodrigues, escritor premiado, autor da "A Civilização holandesa no Brasil, erudito conhecedor da História Pátria, o que levou a receber uma bolsa da Fundação Rockefeller, a ser nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, bem como a fazer parte da comissão de texto de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, e da "American Historical Association", é um nome tantas vezes distinguido para que tenha o seu mérito apontado a fim de fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Valentim Benício da Silva. — Basílio de Magalhães.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de História, ao apresentar parecer a respeito das obras do Sr. José Honório Rodrigues, concluiu pela sua aceitação como

sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Com essa conclusão está de acôrdo a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Alfredo do Nascimento e Silva*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*.

Houve um voto contrário à proposta. Foi o Dr. José Honório Rodrigues eleito pelos demais sócios presentes.

PROPOSTA

Dos meritos do professor Adolfo Morales de los Rios Filho, para fazer parte de um centro de estudos históricos, basta revelar obras que o notabilizam como escritor laureado, merecedor do "Prêmio de Erudição, João Ribeiro", outorgado pela Academia Brasileira de Letras ao livro *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*, publicação essa que o escritor fez seguir de outra de igual tomo e valor, intitulada *O Rio de Janeiro Imperial*.

É o Sr. Morales de los Rios (o que muito o recomenda), um historiador feito no aturado e constante estudo do passado, o que aprendeu por certo na escola de seu ilustre e inesquecível pai. Arquiteto, distinguiu-se pelo conhecimento dos estilos, sendo neste caso um pesquisador apromorado da História, e isto fez ao mesmo tempo que de há muito conserva na mão a pena que traçou trabalhos como *Ensino Artístico, subsídios para a sua história no Terceiro Congresso de História Nacional*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que promoveu esse certame realizado em 1938, já mereceu do Sr. Morales de los Rios Filho a valiosa colaboração, que é a terceira dessas suas obras maiores aqui citadas, e colaboração que por si já lembra lhe abram as portas do sodalicio, para que conte entre os seus sócios o escritor ilustre. O Professor Morales de los Rios Filho é membro do magistério, tendo feito carreira no ensino superior, e, com grande projeção, fora do Brasil, o seu nome é acatado nos maiores centros culturais estrangeiros, que o quiseram ouvir como conferencista culto.

Títulos valiosos como conferencista culto são es daquê que propõem, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os que esta subscrevem.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1947. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Leopoldo*

Antônio Feijó Bittencourt. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira*. — *Thiers Fleming*. — *Cláudio Ganns*. — *Rodrigo Otávio Filho*. — *Alcindo Sodré*. — *Afonso de E. Taunay*. — *Pedro Calmon*. — *Cristóvam Leite de Castro*. — *Jerônimo de A. Figueira de Melo*. — *Artur Cesar Ferreira Reis*.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

O Professor Adolfo Morales de los Rios, arquiteto, e um dos mais destacados pesquisadores da História do Brasil em que se aprofundou ao versar a História da Arte no país, é um dos escritores que em obras sistematizadas tem dado ao público visão de conjunto da cultura brasileira. Autor de uma dúzia de obras entre as quais se destaca *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*, obra que mereceu o prêmio "João Ribeiro", conferido pela Academia Brasileira de Letras, outros trabalhos de tomo publicou êle a respeito do ensino artístico no Rio de Janeiro Imperial. Para não citar tanto quanto tem escrito não se há de deixar entretanto de mencionar o trabalho que traçou a respeito da psicologia nas letras espanholas. Grande foi o campo de investigações do escritor de nomeada para que, pelos seus méritos de historiador faça êle parte do quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Valentim Benício da Silva*. — *Basílio de Magalhães*.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de Admissão de Sócios manifesta-se inteiramente favorável à aceitação da proposta que indicou o Professor Adolfo Morales de los Rios para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à vista das obras valiosas que tem publicado ultimamente como salientou o parecer da Comissão de História.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — *Alfredo do Nascimento e Silva*. — *Augusto Tavares de Lira*. — *Cláudio Ganns*.

Houve dois votos contrários à proposta. Foi o Professor Adolfo Morales de los Rios eleito pelos demais sócios presentes.

PROPOSTA PARA SÓCIO CORRESPONDENTE

Propomos para sócios correspondentes o senhor Ministro Orlando Guerreiro de Castro. O distinto diplomata é, sem dúvida, um dos mais ilustres heraldista e também genealogista do nosso país. O Dr. Orlando Guerreiro de Castro nasceu na Bahia, aos 29 de março de 1892. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia. Desde junho de 1918 pertence ao Ministério das Relações Exteriores.

Vários são os trabalhos de Guerreiro de Castro, e entre eles avulta o capítulo "Os parentes de Santo Antônio em Portugal e no Brasil", da obra "Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil".

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1946. — José Carlos de Macedo Soares. — Virgílio Corrêa Filho. — Aureliano Leite. — José Carlos de Ataliba Nogueira. — Oliveira Vianna. — José Pedro Leite Cordeiro. — Afonso de Escragnolle Taunay. — Ernesto Leme. — Eugênio Egas. — Ernesto de Sousa Campos. — Pirajá da Silva. — Almeida Prado. — Vicente Azevedo. — Djalma Forjas. — Feijó Bittencourt.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

É o Dr. Orlando Guerreiro de Castro, ilustre genealogista que muito se tem distinguido em capítulo tão expressivo da História. Os parentes de Santo Antônio em Portugal e no Brasil é escrito de acuradas investigações que revela uma tradicional família portuguesa através dos tempos, para ficar assinalada em um dos vultos mais expressivos da História. A investigação genealógica que fez o Dr. Orlando Guerreiro de Castro não revela somente os seus conhecimentos especializados, como trouxe a lume dados que servirão para ilustrar a história social das famílias portuguesas e brasileiras concorrendo com importante contribuição que muito servirá ao desenvolvimento da História.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Basílio de Magalhães. — Valentim Benício da Silva.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMIS- SÃO DE SÓCIOS

O Ministro Orlando Guerreiro de Castro especializou-se em estudos históricos relacionados com a genealogia e heraldica.

A proposta que o indicou para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro menciona-lhe algumas das obras publicadas, que levaram a Comissão de História a manifestar-se a favor de sua aceitação.

Nenhuma objeção tem que opor a Comissão de Admissão de Sócios, que também se declara de acordo.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1948. — Alfredo do Nascimento e Silva. — Augusto Tavares de Lira. — Cláudio Ganns.

Houve um voto contrário à proposta. Foi o Ministro Guerreiro de Castro eleito pelos demais sócios presentes.

Em seguida, o Sr. Presidente passou a expor à assembléia que, havendo já com que constituir o prêmio Max Fleiuss, submetia à consideração da assembléia se não era conveniente regular-se a maneira desse prêmio ser oferecido. O assunto ficou para objeto de explanação na seguinte assembléia, dizendo da conveniência desse critério o sócio Coronel João Batista Magalhães.

Após, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convidando os presentes para a sessão ordinária em que falaria o General Pedro Cavalcanti.

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao abrir a sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que o sócio General Pedro de Cavalcanti discorreria acerca da "Democracia Brasileira e seus antecedentes", convidou a tomarem parte na mesa os Srs. Generais F.J. da Silva Júnior, Presidente do Tribunal Militar; Coronel J. Daudt Fabrício, representante do Sr. Ministro da Guerra; Tenente J. Soares, representante do Sr. Ministro da Justiça; Ministro Ataúlfo de Paiva.

Convidou o Sr. Presidente a ocuparem lugar no recinto os Srs. General Onofre G. de Lima; General Estevão de Sousa Lima; General Raimundo Sampaio; General Floriano Buarque, e deu a palavra ao conferencista que discorreu a respeito da história do Brasil e da formação social do país. A conferência que provocou grande interesse quer pelo assunto como pelo desenvolvimento que foi tendo, mereceu prolongados aplausos da assistência.

Em seguida, o sócio Cristóvam Leite de Castro fez uma comunicação a respeito da escolha da área destinada à futura Capital Federal.

A Comissão para esse fim foi nomeada pelo Sr. Presidente da República, em obediência

a preceito constitucional e compunha-se de doze membros, sob a presidência do General D. Poli Coelho. Depois de estudos realizados no Planalto Central, apresentou o seu relatório, em que se apontaram duas soluções, uma preferida pela maioria de sete votos e outra por cinco.

Ambas se achavam representadas no mapa do Brasil, que o Engenheiro Leite de Castro exhibiu.

A primeira, do quadrilátero de Cruls para o norte e leste, com área superior a seis Estados do Brasil.

A segunda, menor, não distante da Uberlândia, para assinalar a fronteira econômica do país.

As duas soluções foram encaminhadas por mensagem presidencial, datada de Corumbá, ao Congresso Nacional, que assim disporá de elementos sobejos para a decisão final, a respeito da mudança da Capital Federal para a hinterlândia.

Achavam-se entre os presentes: Professor Veiga Cabral; Francisco Jardim; Otelo Rosa; Brício Filho, Carlos José de Sousa e Euclides de Carvalho, pelo Grêmio Floriano Peixoto; Coronel Amaurí Gruel; Major Norberto Glanghe; Manuel Marques da Silva; Tenente Coronel A. J. de Amarante e Senhora; General Fortes de Oliveira; Adolfo de Alvim Oliveira; José de Matos de Vasconcelos; Edmundo Lins Neto, representando a Ordem dos Advogados Brasileiros; Capitão Almir de Lemos Furtado; Capitão Augusto Diniz Carvalho; Jerônimo Sacramento; Frederico Mindello; Capitão Almir Jansen; Emi Machado Freire; Gilan F. Machado; Eduardo Cavalcanti; Ari Berner Veiga; Almeida Lamare; Alvaro da Silveira Gusmão e Senhora; José Fabrino de Oliveira; Rui Borba; Coronel Floriano Peixoto Keller; Fernando Raja Gabaglia; Ari Manuel Lobo; Luís Flávio de Faro; Pinheiro Guimarães; Alaor Prata; Prof. Jorge Figueira; Júlio Lobo; Celso Cavalcanti; Guaraci Silveira; Olavo Reis e Senhora; Valdemar da Silveira; Lauro Pinheiro Guimarães; Edisa Falcão Teles Ribeiro; Dr. Nelson Romero e João de Melo Franco.

Justificaram a ausência os sócios Basílio de Magalhães e Thiers Fleming.

Enviaram officios a Associação Brasileira de Imprensa e o Touring Clube.

As 16 horas encerrou-se a sessão.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário

A SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO PROFESSOR BRASÍLIO MACHADO. — VISITA DO SR. JUAN L. COOKE, EMBAIXADOR DA REPÚBLICA ARGENTINA (ATA DA SESSÃO N.º 1.777).

Reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão especial, no dia 28 de setembro para comemorar o centenário de nascimento do Professor Brasília Machado.

O Presidente perpétuo do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidou para fazerem parte da mesa que presidiu a sessão, os Srs. Dr. Juan Isaac Cooke, Embaixador da República Argentina no Brasil, Padre Paulo Baunwart, Reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Senador Aloísio de Carvalho Filho; Dr. Oliveira Machado; Brasília Machado Neto; Deputados Batista Pereira e Faria Lobato.

Depois de ter lido as efemérides do dia, o primeiro secretário deu conhecimento do seguinte telegrama:

“Estando doente não me é possível falar sobre personalidade Brasília Machado, bastando todavia que a evoque palavra Pedro Calmon um dos maiores oradores brasileiros. Cordiais saudações. — (a) *Ataliba Nogueira*”.

Em seguida, comunicou que justificaram a sua ausência os Srs.: Ministro Bernardino de Sousa; Rodolfo Garcia; Liberato Bittencourt, Canabarro Reichardt, José Bonifácio de Andrada e Silva e Lucas Boiteux.

Foi dada a palavra ao Sr. Professor Pedro Calmon para saudar o Sr. Embaixador da Argentina. O orador do Instituto disse que a instituição em nome da qual falava, sendo um centro de cultura, era um fator de união principalmente dos países da América pelas afinidades históricas dos povos americanos, o que fazia com que o Sr. Embaixador da Argentina estivesse em casa em que tudo lhe era familiar. Na sala em que se reuniu o Instituto, estava, mencionou o orador, o retrato de Dom Pedro II, presidente daquela instituição e figura sempre lembrada naquele sodalício que lhe cultua a memória e a tem como figura simbólica de quem esteve à frente dos destinos do Brasil, mas não o lembrava naquele momento como imperador, porém como amigo de Mitre, sendo essa amizade entre personalidades tão representativas a pauta dos grandes destinos das duas nações sulamericanas. Pediu o Dr. Pedro Calmon que o Sr. Embaixador da Ar-

gentina, hoje em um posto que grandes amigos do Instituto ocuparam, se considerasse em casa sua, pois, que a ela pertenceram nomes eminentes, figuras amigas do Brasil e personalidades de realce da grande República vizinha.

Usando da palavra, o Sr. Dr. Juan I. Cooke agradeceu a maneira por que era saudado, confessando que vinha a uma casa, que de há muito conhecia, para reconhecer naquêlê momento quanto ela lhe era familiar. O Instituto, disse S. Ex.^a, que, para um argentino, não é absolutamente estranho, era, não somente brasileiro, mas uma instituição americana, um centro de cultura principalmente a interessar à América. Demorou-se S. Ex.^a em considerar o panorama da América do Sul em certa época, em que a guerra civil irrompeu no continente para realçar a elite das figuras de estadistas que mantiveram o Brasil em paz. Referindo-se a êsse conjunto de homens, cuja expressão de cultura quis assinalar, ponderou S. Ex.^a que entre êles estava a figura do monarca do Brasil.

A figura do monarca então foi apreciada pelo Sr. Embaixador Cooke não como um símbolo, insistiu em dizer, porém como uma realidade, como uma expressão pessoal de grande projeção. S. Ex.^a evocou então a grande figura argentina de valor intelectual reconhecido universalmente, como o foi Sarmiento, mas antagonista extremado da monarquia e dos monarcas, que, tendo se encontrado com o imperador brasileiro nos Estados Unidos, era dêsse monarca, amigo e admirador, no fim de dez minutos de conversa.

Apreciando homens, relanceando panoramas políticos, S. Ex.^a, em palavras de agradecimento, mostrou quanto sabe apreciar os povos e a grande política das nações.

Em seguida, S. Ex.^a o Embaixador José Carlos Macedo Soares, declarando que aquella sessão era comemorativa do centenário de nascimento do grande professor e tribuno brasileiro, Brasília Augusto Machado de Oliveira, pronunciou as seguintes palavras:

“O Dr. Brasília Augusto Machado de Oliveira foi eleito sócio do Instituto Histórico aos 4 de agosto de 1890. Por ocasião de seu falecimento o elogio funebre foi feito pelo Barão de Ramiz Galvão.

O Dr. Brasília Machado era filho de um dos mais conspícuos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, que foi admitido em nosso sodalício em 1839, no ano seguinte ao da fundação, e publicou na Revista

do Instituto 21 trabalhos todos ricos em ensinamentos.

Um dos mais ilustres filhos de Brasília Machado, José de Alcântara Machado de Oliveira também fêz parte do Instituto Histórico, tendo sido eleito em 1931”.

Usou, em seguida, da palavra o Dr. Pedro Calmon, orador do Instituto, que de improviso, analisou a vida e a obra de Brasília Machado. O orador logo o evocou, como acadêmico, poeta, a figura de uma geração lírica e romântica reunida em torno de grandes nomes de poetas que passaram pela Faculdade de Direito de São Paulo deixando uma tradição imortal.

Depois de encontrar o homem no meio em que surgiu para a história, lembrou o orador que Brasília Machado era filho do Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Citando êsse nome, o orador desceu logo à particularidade de que o soldado era membro do Instituto Histórico, cuidadoso pesquisador de História com 21 trabalhos publicados na Revista do sodalício, que comemorava o centenário de nascimento do filho.

Mas nesta altura, o traço particular, característico, estava dado. Tratava-se de uma mentalidade que se ampliava e aprofundava diante dos assuntos pertinentes à nacionalidade. Esse traço é que ficou na família e vai de pai a filho, e reconhecidamente, já chegou a neto em obra de valor excepcional como a de Alcântara Machado. A herança de família, e a influência do meio familiar concorreram para a formação de homens de estirpe.

Ocupando-se de Brasília Machado estudante da Academia de São Paulo, o orador apontou a figura tão da sua admiração, que comovido descreve, moço e enfêrmo aureolado de uma das maiores glórias de poeta: Castro Alves. Esse encontro foi ensejo para uma das maiores efusões de sentimentos com que o orador recordou Brasília Machado rapaz de dezesseis anos, à cabeceira de Castro Alves que atravessa a agonia de enfermidade desoladora. Mas o tribuno já naquêlê momento era uma vida que desabrochava diferentemente. Poeta, e, discípulo fiel de Castro Alves, entretanto trazia em si o germe de uma personalidade que começa a formar-se na casa paterna, e que antes de ter chegado a Academia, atravessou dias em que no Seminário aguardou pelo destino que não o quis para sacerdote. Fora do Seminário, entretanto, não era um apóstata como Voltaire e, a sua linha de caráter não tem tergiversações viu que não tinha vocação para a carreira religiosa; mas o religioso não desa-

pareceu no rapaz que deixou o Seminário. A vida de ação, atraindo-o faria que ele tivesse no Brasil iniciativas, mais originais, em matéria de religião.

Descrevendo o orador a passagem de Brasília Machado pela política em que chegou a presidente da Província do Paraná, ponderou que nela não encontrara a sua musa. Mas o orador já tinha de fato assinalado o caráter de Brasília Machado, ora no seio da família que lhe transmitiu o pendor de ampliar e aprofundar a compreensão a respeito das coisas brasileiras, o que foi em parte o seu estro de tribuno, o calor da sua eloquência; ora, na sua trajetória, especial, em face da Igreja. Esses dois aspectos da sua vida como que lhe prepararam a vocação original que o levou a criar o partido católico brasileiro. Nisto tudo uma firmeza de caráter que faz a sua vida, unida, que explica, com a mocidade que teve, os seus atos, a sua vida impulsionada por um dom pela imaginação que levou por diversas vezes o orador como que a sentir a tentação de considerar Brasília Machado como um poeta.

Mas além de professor, de tribuno que rivalizou com os maiores, Alcântara Machado fôra Advogado. Advogado para ir ao encalço do Direito, onde ele estivesse. Para travar então uma luta pessoal, interessada, renhida, sincera, em que a profundidade da sua consciência se revelava a dedicar-se pelas menores coisas desde que nêle se apresentou o aspecto sagrado da justiça.

Trçando um perfil, difícil pela originalidade do vulto que apreciou, personalidade de caráter tão marcado e singular, o orador, durante cinquenta minutos, prendeu a atenção do auditório.

Estiveram presentes os seguintes sócios: — José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, João Batista Magalhães, Afonso Costa, Padre Serafim Leite, S.J.; Helio Viana, Luís Felipe Vieira Souto, Afonso de E. Taunay, Henrique Leão Teixeira Filho, Alvaro Rodrigues Vasconcelos, Cândido Rondon, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Raja Gabaglia, Cláudio Ganns e Julião Rangel de Macedo Soares.

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 110.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO. — ORAÇÃO DO PROFESSOR PEDRO CALMON. — ELOGIO DOS SÓCIOS FALECIDOS. — ATA DA SESSÃO N.º 1.778, EM 21 DE OUTUBRO DE 1948. — PRESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se, no dia 21 do corrente em sessão solene comemorativa do aniversário da sua fundação, há cento e dez anos.

O Sr. Presidente Perpétuo da instituição, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidou os Srs. Giordano B. Eccher, Embaixador do Uruguai, Professor Arnaldo Medeiros da Fonseca, Padre Paulo Baunwart, Reitor da Universidade Católica; Virgílio Corrêa Filho, 1.º Secretário, para fazerem parte da mesa que dirigiu os trabalhos.

S.Ex.ª proferiu então as seguintes palavras:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se reúne hoje em sessão solene para celebrar o centésimo décimo aniversário de sua fundação.

O ano social que ora finda, teve início a 14 de abril em comemoração ao Dia Panamericano.

Foram comemorados no curso do ano os centenários dos ilustres consócios: Dr. Antônio Ferreira Franca, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Chateaubriand e Brasília Machado.

Várias conferências foram ainda realizadas pelos nossos ilustres consócios sobre assuntos de relevante interesse.

Em nosso quadro social ingressaram em 1948 os seguintes senhores: Prof. Haroldo Valadão, Ministro Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro Orlando Guerreiro de Castro, Professor Fernando Antônio Raja Gabaglia, Prof. Agnelo Bittencourt, Dr. Honório Rodrigues e Comandante Luís de Oliveira Belo.

Temos a lamentar a perda dos ilustres consócios: Ministro Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Prof. Luís Gastão de Escragnolle Doria, Engenheiro Roberto Simonsen, Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, Prof. Otelo de Sousa Reis e Padre Leonel Franca, os quais serão recordados dentro de alguns momentos pelo nosso eminente orador oficial Prof. Pedro Calmon”.

Depois de lembrar a magna data, e de anunciar que para homenagear o nome dos sócios mortos no decorrer do transacto ano de vida da instituição veneranda, como é da tradição da casa, seria dada a palavra ao orador do Instituto Dr. Pedro Calmon, que convidou o segundo Secretário para saudar em nome dos seus consócios pela sua investitura no cargo de Reitor da Universidade do Brasil.

O orador disse que saudava aquêle que é sócio benemerito e ilustre orador da instituição de tanta projecção na vida cultural do país, figura de historiador e escritor notável cuja vida se prende tanto à tradicional corporação. Recordou que, quando jovem, por ocasião do Congresso Internacional de História da América, com que o Instituto comemorava o centenário da Independência do Brasil, o Prof. Pedro Calmon, em discurso proferido naquela mesma sala, lançou, entre a atenção de todos, uma interrogação a respeito do que era a História. Em seguida, o orador referiu-se a obra do Prof. Pedro Calmon, reavivando-lhe a finura de expressão e finalmente a compreensão dos largos panoramas históricos. Serviu essa apreciação para dizer que uma obra tão significativa levava a grande lição a respeito do espirito de democracia que o professor ministrou aos seus alunos da Faculdade de Direito. A democracia, no espirito do Prof. Pedro Calmon, afirmou o orador, é esse largo espirito de compreensão do momento histórico e a arte elevada de conduzir os homens. Tais qualidades eram as que convinham ao exercicio da função de Reitor da Universidade do Brasil. Recordou a origem desse cargo nas Universidades tradicionais. Mostrou que o Reitor era o eleito dos procuradores das nações reunidas no seio das universidades. Referiu-se ao espirito de democracia do qual proveio a alta investidura. Lembrou a significação do cargo no Brasil em época tão complexa. E felicitou o Prof. Pedro Calmon pelas suas qualidades para exercer de tão alta função de Reitor Magnífico da Universidade do Brasil. O homenagem respondeu, agradecendo.

Em seguida, o primeiro secretário leu o relatório, depois do qual o orador official, Professor Pedro Calmon, fez o elogio dos sócios falecidos:

Compareceram à sessão os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, João Batista Magalhães, Helio Viana, Carvalho Mourão, Afonso Costa, Luís Norton de Matos, Alfredo Valadão, Padre Serafim Leite, S.J.; Rubem Rosa, Luís de Oliveira

Belo, Pedro Cavalcanti, José Luís Batista, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Adolfo Morales de los Rios Filho, Alcindo Sodré, Agnello Bittencourt, Haroldo Valadão, Caio de Melo Franco, Artur Cesar Ferreira Reis, Julião Rangel de Macedo Soares, Luís Felipe Vieira Souto, Pedro Calmon, Cláudio Ganns, Raja Gabaglia, Francisco Marques dos Santos Valentim Benício da Silva, José Pedro Leite Cordeiro.

Justificaram ausência os sócios: Ministro Augusto Tavares de Lira, Nelson de Sena e Américo Jacobina Lacombe.

Entre a numerosa assistência, notavam-se os Srs.: Dr. Roberto Simonsen Filho, Ministro Daniel de Carvalho, representado pelo seu official de Gabinete Jósio de Sales; Viúva Escragnolle Dória, Família Dr. Otelo Sousa Reis, Viúva Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, Dr. Fernando Vieira da Silva, pela Sociedade de Geografia; Sr. Roberto M. da Costa Lima, representando o Sr. Ministro da Marinha; Tenente Renato Tavares, representando o Sr. General Lima Câmara, Chefe de Polícia; Capitão Carvalho, representante do Sr. Comandante da Polícia Militar, Dr. Melo e Sousa, representando o Centro Paulista, Federação dos Bandeirantes do Brasil, Dr. Juvenal Murтинho Nobre, representante do Sr. Ministro da Justiça, Prof. Arnaldo Medeiros da Fonseca, Presidente do Instituto dos Advogados, Família Figueira de Melo, Prof. Genolino Amado, Presidente da Congregação do Colégio Pedro II, Alfredo Domingues, Major Sombra, representante do Instituto Brasileiro da História da Medicina, Dr. Virgílio Vilaronga Fontenele, Major Frederico Mindello.

Justificaram a sua ausência os Srs. Ministros Augusto de Lira, Ministro Oliveira Viana, Dr. Nelson de Sena, Dr. Américo Lacombe, e mais o Embaixador H. Guérin, Professor Pereira Lira, General Milton de Freitas Almeida, Coronel Jaguaribe de Matos, Embaixador da Argentina, Dr. Juan Cooke, Ministro da Índia Sr. M.R. Masani.

Enviaram cumprimentos: Associação Brasileira de Imprensa, Associação Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Academia Carioca de Letras, Gabinete Português de Leitura, Touring Club, Sociedade Brasileira de Geografia, Liga Espiritista Brasileira, Instituto Histórico Geográfico do Pará.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

FEIJÓ BITTENCOURT
2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO EM 21 DE DEZEMBRO DE 1948 (SESSÃO N.º 1.779), COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE JOAQUIM MURTINHO. — HOMENAGENS AO PADRE DIOGO SOARES E AO DR. DOMINGOS NOGUEIRA JAGUARIBE FILHO. — VOTO DE PEZAR PELA CATÁSTROFE QUE ASSOLOU A ZONA DA MATA, EM MINAS GERAIS. — POSSE DO NOVO SÓCIO MINISTRO ADROALDO MESQUITA DA COSTA.

No dia 21 de dezembro de 1948 reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar os centenários de nascimento do Dr. Joaquim Duarte Murtinho, Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e bicentenário do falecimento do Padre Diogo Soares, ocorridos no corrente ano.

Ao abrir a sessão, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares convidou para tomar lugar na mesa que dirigiu os trabalhos, o senhor Ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Ao sentar-se S. Ex.ª à direita do Presidente do Instituto, este dirigiu-lhe a palavra para recebê-lo na instituição, não só na qualidade de Ministro da Justiça, como de sócio honorário, em que acabava de ser empossado, pelo que lhe apresentava felicitações, em nome do Instituto.

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares deu, em seguida, a palavra ao historiador, Padre Serafim Leite, que ia discursar a respeito do ilustre matemático e naturalista, o Padre Diogo Soares, figura destacada dos tempos do Brasil Colonial.

Falou depois o Primeiro Secretário do Instituto, Virgílio Corrêa Filho, que estudou o grande vulto de Joaquim Murtinho, Ministro de Finanças do Governo de Campos Sales.

Pediu a palavra o sócio do Instituto Ministro Alfredo Valadão, que leu e enviou à mesa a seguinte proposta:

“Propomos que se lance em ata um voto do mais profundo pesar pela calamidade que acaba de assolar diversas povoações de Minas Gerais, com o quadro de tantas vítimas; e que esse voto seja comunicado ao Sr. Governador daquele Estado.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1948. — *Alfredo Valadão*. — *Haroldo Valadão*”.

Submetida a proposta acima à aprovação, o Sr. Presidente do Instituto declarou-a aprovada por unanimidade.

Em seguida, usou da palavra o terceiro dos conferencistas, o sócio Feijó Bittencourt, que discorreu a respeito do Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, figura de grande realce e sobremaneira expressiva na fase de transição política em que o Império declina e se implanta a República e vulto significativo de homem de ciência na época em que de um materialismo estrito a dominar a ciência, se passou a um renascimento do espiritualismo.

Pediu a palavra o sócio L.F. Vieira Souto, que propôs se congratulasse o Instituto Histórico por ter sido o sócio Feijó Bittencourt elevado a professor catedrático interino da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em substituição do Prof. Pedro Calmon, atual Reitor da Universidade, e figura de grande relêvo a quem o Instituto elegeu para seu orador, cargo que ele tem preenchido há anos com inextinguível brilho.

Ainda propôs o sócio Sr. L.F. Vieira Souto para que se comemorasse no ano próximo o centenário de Goethe e de Chopin, bem como tomava a liberdade de se associar na proposta feita pelo Ministro Alfredo Valadão, apresentada a mesa. Passando a se referir a figuras desaparecidas, o orador propôs votos de pesar pela morte do General Liberato Bittencourt, do Dr. Cândido Firmino de Melo Leitão e do Dr. A.C. Simões da Silva, a respeito de cujas personalidades teceu elogios.

O Sr. Embaixador Macedo Soares, tomando em consideração as propostas do sócio L. F. Vieira Souto, submeteu a votação para serem aprovados os votos de pesar, e dirigiu em nome do Instituto as felicitações ao sócio Feijó Bittencourt pela sua ascensão ao alto posto de ensino para que foi nomeado, agradecendo este comovido as homenagens que lhe eram feitas.

Por fim, comunicou ter o Instituto recebido o IX e último volume das obras completas do Barão do Rio Branco, antigo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sugeriu, então, que fôsse enviado telegrama de felicitações ao Sr. Embaixador Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, pelo êxito da incumbência do Itamarati, em que tomou parte relevante o diplomata Roberto Assunção, presente à sessão, que dirigiu dedicada e inteligentemente a tão valiosa edição.

Ao Instituto foi oferecida a fotografia da cópia do Mapa Topográfico do Pôrto do Rio de Janeiro, feito por Domingos Capassi da Companhia de Jesus, no ano de 1730, aliás documento único, correndo como perdido o ori-

ginal. O fotógrafo Pierre Carntel conseguiu fotografar o mapa, cujo estado de deterioração causada pelo tempo lhe fez as côres, desbotadas, e fixou assim um documento de alto valor.

Ainda fizeram parte da mesa os Srs. General Cândido Rondon, Cel. F. Jaguaribe de Matos e Dr. Francisco Guimarães.

Foram convidados para tomar assento no recinto: Padre Pedro Veloso, Diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica, o Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Tenente Coronel Joaquim Vicente Rondon, Dr. Eusébio Nailor, representando o Clube de Engenharia; Dr. Ordival Gomes, representando o Instituto Brasileiro de História da Medicina; Dr. Jarbas Suetônio de Carvalho, Presidente do "Curso de História do Município de Ponte Nova", em Minas Gerais.

Compareceram os seguintes sócios: Drs. José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lira, Feijó Bittencourt, Padre Serafim Leite, Afonso Costa, Alfredo Valadão, Helio Viana, Américo Jacobina Lacombe, Cândido Mariano da Silva Rondon, Coronel João Batista Magalhães, Henrique C. Leão Teixeira Filho, Cristóvam Leite de Castro, L.F. Vieira Souto, H. Canabarro Reichardt, Rubem Rosa, Almirante Jorge Dodsworth Martins, Julião Rangel de Macedo Soares, Joaquim de Sousa Leão Filho, Cláudio Ganns e Adroaldo Mesquita da Costa.

Justificaram a ausência os sócios Carvalho Mourão, Thiers Fleming e Pedro Cavalcanti.

FEIJÓ BITTENCOURT

2.º Secretário

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 28 DE DEZEMBRO DE 1948 (SESSÃO NÚMERO 1.780), COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO PRAIEIRA. — CONFERÊNCIA DO DR. ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se no dia 28 do corrente para ouvir o sócio Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Governador de Pernambuco, que o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em nome do Instituto de que é Presidente Perpétuo convidou para falar a respeito da Revolução Praieira comemorando o centenário

da ocorrência política de grande expressão e vulto na vida do país.

Afluiu à sessão comemorativa numerosa assistência, convidando o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para tomarem lugar na mesa que presidiu aos trabalhos os senhores Ministro Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro Clemente Mariani, Ministro Ataúlfo de Paiva, Governador Macedo Soares e Silva, Senador Etelvino Lins, General Onofre Gomes de Lima, Desembargador Ademar Tavares e Dr. Múcio Leão.

Em nome do Instituto Histórico, saudou o conferencista o orador oficial, Sr. Pedro Calmon, que, disse, ia falar sobre a revolução praieira quem tinha dupla autoridade para interpretar os acontecimentos fundamentais da história pernambucana como estudioso, dos mais eminentes, e homem de Estado a quem coube a honra de governar — e governa com altitude e dignidade — a sua grande terra: o Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Na extensão e importância do seu trabalho intelectual, a cuja densidade sociológica não falta o fulgor literário, projeta-se a tradição do seu povo, vive e resplandece o civismo de sua gente, reflete-se em proporções verídicas, a alma vibrante de seu nordeste. Antes de ser político, o Sr. Barbosa Lima foi historiador; ou, se quiserem, saiu dos livros, em que o passado é perspectiva e panorama, para a vida pública, em que o presente e o futuro se entrelaçam nas grandes soluções da cultura. Mas não houve descontinuidade nessa passagem, dos labores acadêmicos, em que demonstrou nas suas altas qualidades de escritor e pesquisador, para a ação, a luta, o êxito e as agruras do Poder — que se habituara a analisar em doutos capítulos de boa crônica. Levou para o governo o seu coerente entusiasmo pelas coisas pátrias, êsse escaldante amor de Pernambuco que é um sopro de enlévo justo ou uma razoável exaltação democrática em quantos lhe têm descrito ou cantado a epopéia, quer da formação heroica, nas batalhas nacionalizantes, quer do idealismo republicano, nas revoluções liberais. Agora mesmo, vem do Recife para a tribuna, que lhe pertence, do nosso venerando Instituto, para dizer com sabedoria e justiça as razões por que lá se comemora, como aqui comemoramos, a glória sem fortuna dos insurrectos de 1848. Estas são as razões do espírito envoltas nas homenagens que deve a pátria aos que sonharam a liberdade — o que foi exemplar — e deram por ela o sangue — o que foi sagrado: invictos vanguardeiros das massas, capitães das barricadas, mártires das convicções invioláveis, apóstolos das formas prematuras do Estado.

sacrificados nos combates infelizes na mesma hora — era em 1848: — em que pelo mundo todo flamejavam esses ideais. Nem estavam sós no aparente isolamento da revolta praieira com o seu caudilho girondino, Nunes Machado, e a sua espada lendária, Pedro Ivo. Outra história ainda se fará, à margem da história oficial, em que veremos como repercutiu nas províncias adjacentes aquêlo movimento, despertando na imprensa, no parlamento, nas academias, na poesia generosa e na imaginação popular as intermináveis ressonâncias de uma solidariedade malograda. Poderia citar em testemunho disto os écos que as agitações liberais de Recife encontraram na Bahia, em 1817, em 1824, em 1848. E lêr os jornais do tempo, investigar a literatura contemporânea, inquirir dos panfletos e dos discursos que então retumbaram no cenário nacional, a atividade, quase improficua e quase decisiva, dos correligionários desarmados dos heróis da Pátria, para verificarmos que nas semelhanças sociais e econômicas das regiões vizinhas palpitavam as afinidades veementes do lirismo e da ação prática. A Nação pode ter tardado em compreender o profundo significado da “Praia”. Mas não errou no seu julgamento, identificando-o com a seqüência das revoluções que definiram, no país, a altivez da soberania, o sentimento democrático, as irrenunciáveis liberdades essenciais à dignidade humana. Para falar desses ilustres antecessores da nossa civilização política ninguém melhor do que o historiador que governa a sua terra, associando, numa obra administrativa patriótica e impolita, o zelo no serviço e o amor da tradição de Pernambuco”.

Recebidas as palavras do orador com grande salva de palmas, ocupou, então, a tribuna o conferencista.

O Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho em uma brilhante página de história prendeu a atenção do auditório fazendo-o compreender o sentido político da Revolução Praieira, tão entrelaçada à política brasileira e a sua expressão particular.

Fez vêr o que significava a adesão dos revolucionários à monarquia, antes uma facção oposta, ao partido conservador. Insistiu na violência de um desses partidos contra o outro quando subia ao poder.

Deu o orador a perceber a ligação dos praieiros com o político Aureliano de Sousa Coutinho, uma das figuras do momento naquela ocasião de grandes expectativas para a revolução, a fim de que se pense que o movimento tenha sido um grande golpe político.

Com meridiana clareza e sagacidade insuperável, analisou o orador a corrente revolução:

nária acastelada em grandes engenhos, e em antagonismo à velha corrente conservadora constituída de elementos rurais poderosos. Nêste caso se defrontaram duas facções de potentados regionais, da mesma espécie.

Lembra o orador que nos seus baluartes no interior de Pernambuco, é que a revolução teve de ser vencida e onde entrou com os seus elementos poderosos. Mostrou o contraste então êsse esteio de revolucionários praieiros, que eram os senhores rurais, e os elementos da cidade a que se aliaram de que tomaram a bandeira política e que talvez lhe tenham dado o nome de partido da Praia. Assinalou em seguida magistralmente a maneira dos elementos exaltados, portadores das idéias mais avançadas aderiram ao movimento político, retratando o orador a cada um dêles nas suas atitudes mais surpreendentes, estranhos ao que era o movimento praieiro, na sua origem, mas por fim se transformando como desenvolvimento próprio das revoluções.

Concluiu o orador a página de história, traçando um retrato de Nunes Machado, que não aprovou o movimento, nem teve nêle esperanças mas veio ficar ao lado do povo pernambucano, para aceitar a revolução como a um sacrifício. Nunes Machado é então o nome que respeitoso e sincero o orador lembrava como digno do coração de todos os pernambucanos.

Os dois oradores foram longamente aplaudidos.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, L. Vieira Ferreira, Agnello Bittencourt, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Lucas A. Boiteux, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Francisco Marques dos Santos, L.F. Vieira Souto, Américo Jacobina Lacombe, Afonso Costa, Frei Pedro Sinzig, O.F.H.; Frei Basílio Rower, O.F.M.; Adroaldo Mesquita da Costa, Carlos da Silveira Carneiro, Helio Viana, José Luís Batista, Ataúlfo de Paiva, Alvaro de Vasconcelos, Cláudio Ganns, Julião Rangel de Macedo Soares, João Batista de Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho, Fernando Raja Gabaglia, Jorge Dodsworth Martins, Artur Cesar Ferreira Reis, Padre Serafim Leite, Pedro Calmon, Alvaro Alberto, José Honório Rodrigues, Rodrigo Melo Franco de Andrada.

Notavam-se entre os presentes: Ministro Clemente Mariani, Ministro Ataúlfo de Paiva, Governador Edmundo Soares, Ministro Anibal Freire, Ministro Adroaldo Mesquita da Costa, Deputados Sousa Leão, Edgard Fernandes, Negreiros Falcão, Senador Apolônio Sales,

José Maciel, Capitão Carvalho, representante do Sr. General Lima Câmara; Dr. Ademar Tavares, Francisco Cavalcanti, representante do Ministro do Trabalho; Ivan de Campos Guimarães pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Dr. Antônio Coelho, representante do Ministro da Agricultura, Comandante Euclides Sarmento, Comandante do Regimento Deodoro, Professor Antônio Austregésilo, Prof. Clementino Fraga, Walfrido Advinaldo, do Diretório Municipal de Olinda; Clodomir Moreira, pelo Diretório Municipal do P.S.D. de Recife; Joaquim Leite Tôrres, representante do Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco; General Onofre Gomes de Lima; Coronel Deodoro Sarmento; João Ribeiro Mendes, pela Sociedade de Geografia; Moacir Campos Valadares, pelo "Jornal do Comércio", de Recife; José Castelo Branco, representando o "Globo"; Mário Cesar, pela "Revista Brasileira de Criminologia"; Cirilo do Amaral, Josios Melo Alves, Doralécio Valadares, Castro Azevedo, Gil de Methodio Maranhão, Marcondes Lins, José Tavares Brandão Cavalcanti, Maria da Glória Maranhão, José Luís Sarmento Maranhão, Major João Sarmento, Antônio Pais de Andrada, Prof. Abigail Sarmento, Maria Zuleika S. Maranhão, Lucí Maranhão Vieira, Miguel Costa Filho, Hilton Fortuna, General Onofre

Guerra Lima, 1.º Tenente Ribeiro Lopes, Vieira Filho, Coronel Deodoro Sarmento, L. de Thoring, A. Sombra, Arshir de Moura, Joaquim Leite Tôrres, Ivo Deloma, Mário Azevedo Leão, José M. J., Orlando de Paula Remí, João Pessoa, J.M. de Santa Rosa, Vieira da Cunha, Adolfo Pessoa de Queirós, Lineu de Albuquerque Fialho, João Castro, Romeu Gibson, Washington Perry de Almeida, Valdemar Jofily, Paulo Mesquita Lara. T.H. Montenegro, Eduardo Teixeira de Sousa, Jarbas Maranhão, Otávio Morais, Sérgio Pinheiro por si e por Breno Pinheiro e senhora; José de Ponte Oliveira, Solange O. de Sousa, Helio Washington Pereira, José de Pina Mourão, Saverio Montenegro, Jean Gerard Fleury, Desiré Guaraní e Silva, A. Pôrto da Silveira, José Nogueira, Leal Guimarães, Cacilda Fernandes, João Freire, Ivan Carneiro, Elviro Lemos, e muitos outros cujos nomes nos escaparam.

Enviaram telegramas justificando a ausência o Sr. Nereu Ramos, Vice-Presidente da República e o Sr. General Pedro Cavalcanti.

Enviou offício a Associação Brasileira de Imprensa.

FEIJÓ BITTENCOURT
2.º Secretário

SÓCIOS FALECIDOS

No último trimestre do ano, teve ainda o Instituto que registrar a perda de mais dois dos seus prestimosos sócios: o Dr. João da Costa Ferreira, falecido em 24 de outubro e o General Liberato Bittencourt, desaparecido em 15 de dezembro.

I — *João da Costa Ferreira* — Carioca. Engenheiro da Prefeitura, onde fez quase toda a sua carreira e onde exerceu importantes cargos da sua especialidade. Lente da Escola Politécnica, onde exerceu, por muitos anos, a docência livre de Desenho topográfico.

Com atração pelos estudos históricos da cidade — em virtude das funções que desempenhou, escreveu o livro, que se tornou clássico, intitulado: “Ensaio urbanológico do Rio de Janeiro”, completado mais tarde por outra importante memória: “A Cidade do Rio de Janeiro e o seu termo” (tese — *Revista*, vol. 164).

Nos quadros do funcionalismo municipal foi diretor do Cadastro da Prefeitura.

Proposto para sócio efetivo por indicação de Max Fleiuss (de 30-5-31) — visto ter tomado parte no II Congresso de História Nacional — contribuindo com a tese acima referida — mereceu parecer favorável da comissão, de que foi relator Epitácio Pessoa, em 11-8-31, sendo ainda signatários: Ramiz Galvão e Agenor de Roure. Esse parecer foi aprovado pela assembléia geral de 22-8-31, sendo desde essa data o ilustre engenheiro sócio efetivo do Instituto.

Aqui proferiu, em 1940 notável conferência sobre: Baltazar Lisboa, o cronista da cidade — que está publicada na *Revista* (vol. 175), Costa Ferreira (fazia parte da “Comissão de Estatutos” do Instituto).

II — *General Liberato Bittencourt* — Natural de Florianópolis onde nasceu em 1869. Engenheiro Militar e educador.

Afastou-se, ainda major da carreira das armas, para assumir os de lente: quer da Escola Militar, onde se formara, quer da Escola de Estado-Maior do Exército, em que se conservou até 1910.

Reformou-se em coronel, com graduação de general. Publicou inúmeras obras técnicas sobre: organização militar, ensino militar, reforma do Exército. Por outro lado tem valiosa contribuição histórica: “Psicologia do Barão do Rio Branco”, “Homens do Brasil” e três livros sobre os ocupantes da Academia de Letras. Foi fundador e diretor do “Colégio 28 de Setembro”, renomada instituição de ensino secundário.

Pertencia a numerosas sociedades estaduais de geografia e era professor *honoris causa* da Universidade de Ciências, de Roma.

Entrou para o Instituto Histórico em 27 de maio de 1912 como sócio efetivo, em virtude de proposta de 23-4-1912, assinada por Max Fleiuss, Artur Guimarães Manuel Cícero e Carlos Lix Kleth — eleição essa que teve a ampará-la o parecer favorável de 28-4-1912 da comissão de história de que foi relator o senhor Ramiz Galvão e signatários Clóvis Beviláqua

e Viveiros de Castro; e o da comissão de admissão de sócios, de 11-5-1912 subscrito por Miguel de Carvalho (relator), Antônio Olineto e Barão de Alencar.

Em 22-12-1931 passou por deliberação da assembléia geral, da “classe de sócio efetivo” para a de sócio honorário. (*Revista* —

vol. 164) — Liberato Bittencourt fazia parte da “Comissão de Bibliografia” do Instituto.

Em 1923, prestou homenagem a memória do Duque de Caxias (*Revista* n.º 148), pronunciando breve alocução, em nome do Instituto, no túmulo do egrégio soldado. Trabalho póstumo seu, sobre “Lauro Müller”, foi aqui publicado (*Revista* n.º 197).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SEU 110º ANIVERSÁRIO — A SESSÃO MAGNA DE HOJE

Quando foi apresentada, a 18 de agosto de 1883, ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a indicação firmada pelo Marechal R. J. da Cunha Matos e cônego Januário da Cunha Barbosa, nenhuma objeção de alta monta a reclamaria.

O momento afigurava-se propício a empreendimentos culturais, que exigissem esforços de cooperação. A própria Sociedade Auxiliadora avultava como expressivo exemplo de energias que se congregavam em benefício de interesses coletivos.

Conseguira agremiar sábios, do quilate de Frei Custódio Alves Serrão, presidente da sessão memorável, de cuja deliberação resultou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não lhe faltou o apôio de personalidade de amplo tirocínio em atividades construtivas, da classe do Marechal Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e Alvim, mais tarde Visconde de Jerumirim, seu primeiro presidente, e quantos ansiavam por ensaiar, no Brasil, organização de eficiente centro de estudos.

A proposta dos dois secretários aflorou em momento oportuno, com aplausos de todos que poderiam concorrer para lhe dar maior alento.

A fase de efervescência política, dilatada por duas décadas, desde a Independência, incumbia idênticos renovadores, que transbordariam dos domínios acentuadamente partidários para os de altas cogitações culturais. Proporcionaria nova agremiação o terreno polí-

ticamente neutro, em que se pudessem entender, à luz de claro patriotismo, os defensores de facções diversas.

À sombra de sadios propósitos, inaugurou-se a 21 de outubro de 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituído de pesquisadores, que souberam imprimir-lhe a marca das criações imperecíveis.

E recebeu, logo de início, o amparo do jovem Imperador D. Pedro II, o mais devotado de seus animadores e que frequentou com assiduidade as suas sessões, a ponto de contar 506 em que esteve presente, inclusive 499 por ele presididas. Deu-lhe sede, ao lado do seu Palácio. E prestigiou-lhe as iniciativas de significação cultural. Não admira que, assim honrada oficialmente, se esmerasse a predeterminada instituição na escolha dos seus dirigentes.

As individualidades que lhe passaram pela Presidência incluem-se entre as de maior nomeada nos meios intelectuais do país.

A lista respectiva abrange os nomes de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, de 21 de outubro de 1838 a 6 de junho de 1847, de Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, de 12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1875, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, de 21 de dezembro de 1875 a 12 de agosto de 1836, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, de 21 de dezembro de 1836 a 14 de maio de 1891, conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, de 28 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906, João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá), de 21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907,

de José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), de 21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912, Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Afonso Celso), de 12 de fevereiro de 1912 a 13 de junho de 1938; Manuel Cícero Peregrino da Silva, de 22 de junho de 1938 a 3 de novembro de 1939; Embaixador José Carlos de Macedo Soares, desde 5 de maio de 1937, quando assumiu, como vice-presidente, o cargo em que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, e sendo declarado Presidente Perpétuo a 16 de dezembro de 1941.

Para comemorar o seu 110.º aniversário de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro realizará hoje a sessão magna de encerramento dos seus trabalhos, na qual o orador oficial, Dr. Pedro Calmon, atual reitor da Universidade Nacional, fará os elogios dos sócios falecidos durante o ano social: Ministro Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Professor Luís Gastão de Escagnolle Dória, Senador Roberto Simonsen, Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, Professor Otelo Reis, o reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Padre Leonel Franca.

A sessão é pública.

(*Jornal do Comércio*. 21-10-1948).

O QUE É O INSTITUTO HISTÓRICO

MOZART MONTEIRO

(Catedrático do Instituto de Educação do D. Federal)
(Especial para o "Diário de Notícias")

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma nobre instituição que, honrando e servindo o país, ininterruptamente, há mais de um século, se tornou imprescindível à cultura nacional. No campo da inteligência e do civismo, nenhuma outra tem sido mais constante, mais eficiente nem mais desinteressada a serviço da pátria. Sem os elementos fornecidos pelo Instituto, com especialidade através de sua monumental Revista, que já conta 109 anos de brilhante existência, e que é o maior tesouro da historiografia nacional, não é possível escrever, atualmente, a História do Brasil.

Vejamos, a traços rápidos, o que é o Instituto Histórico. Todos os brasileiros que se interessem pela vida cultural do país devem sabê-lo; e já agora convém que o saibam todos os que legislam para a República, e até aqueles que tomam parte no governo; porque tudo faz presumir que o Instituto não é devidamente conhecido de todos eles.

* * *

A 21 de outubro de 1838, sendo regente do Império Araújo Lima, reuniram-se numa sala do Museu Nacional, no Campo de Santana, 27 pessoas ilustres, para o fim de fundarem, como com efeito fundaram, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O edificio onde estava o Museu é o mesmo onde hoje se encontra o Arquivo Nacional, à Praça da República, e o Instituto nascia sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por proposta do marechal Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, pregador imperial e cronista do Império. Entre os sócios fundadores, além de Cunha Matos e Januário Barbosa, figuravam: Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo; José Clemente Pereira, senador e conselheiro de Estado; Aureliano Coutinho, visconde de Sepetiba, senador do Império; Francisco Gê Acaia-

ba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha; Bento da Silva Lisboa, barão de Cairu; José Silvestre Rebêlo, que fôra encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos. Cumpre notar que o cônego Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira já se haviam notabilizado como próceres da independência nacional.

De acôrdo com os estatutos aprovados naquêle ano, os fins da associação eram: 1.º, coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos úteis à História e à Geografia do Brasil; 2.º, corresponder-se com agremiações congêneres do estrangeiro; 3.º, ramificar-se nas províncias do Império; 4.º, publicar uma revista trimestral.

Há 110 anos que o Instituto desempenha essa vasta e nobre missão, procurando e atingindo a finalidade para que nasceu. É caso raro, se não único, na história da cultura brasileira.

* * *

Quer no Império, quer na República, têm sido sócios do Instituto muitos dos homens mais eminentes do país. Desde 1838 até hoje, no largo período de 110 anos, o Instituto Histórico teve apenas, e por eleição, nove presidentes efetivos, inclusive o atual. Foram: o Visconde de São Leopoldo (1838-1847); o Marquês de Sapucaí (1847-1875); o Visconde do Bom Retiro (1875-1886); Joaquim Norberto (1886-1891); Conselheiro Aquino e Castro (1891-1906); o Marquês de Paranaguá (1906-1907); o Barão do Rio Branco (1907-1912); o Conde de Afonso Celso (1912-1938); e, desde 1939, o atual presidente, o ilustre historiador José Carlos de Macedo Soares, autor de vários livros, inclusive "Santo Antônio de Lisboa, militar no Brasil", obra de que, dentro em breve, trataremos.

E' de notar, nessa relação, que o Marquês de Sapucaí foi presidente durante 27 anos e meses, e que o Barão do Rio Branco faleceu no

exercício da presidência do Instituto, ao qual se dedicava tanto quanto ao Ministério das Relações Exteriores.

Na lista dos vice-presidentes, notam-se, além de alguns que chegaram à presidência: Marechal Cunha Matos; o Visconde de Sepetiba, o Visconde de Beaurepaire Rohan; o Visconde de Ouro Preto; Manuel Cícero Peregrino da Silva; Pedro Lessa; Tavares de Lira; Rodrigo Otávio; Alfredo do Nascimento Silva e Vanderlei Pinho.

O lugar de 1.º secretário tem sido ocupado, desde 1838, por vários homens ilustres, inclusive: Cônego Januário Barbosa, o primeiro que exerceu o cargo; Varnhagen, o eminente historiador; Joaquim Manuel de Macedo, cultor das letras históricas e notável romancista; Araújo Porto Alegre; Cônego Fernandes Pinheiro; Moreira de Azevedo; Barão Homem de Melo; Henrique Raffard; Max Fleiuss, que, com inteligência e rara operosidade, exerceu o cargo durante 43 anos (1900-1943); e o atual, Virgílio Corrêa Filho, fecundo trabalhador da nossa História, já uma vez substituído, quando esteve no estrangeiro por Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, um dos poucos cultores, entre nós, da História econômica.

O cargo de orador, no Instituto, é uma das tradições daquela casa, e existe desde a sua fundação. É ao orador oficial que compete pronunciar os discursos de recepção dos novos sócios, fazer o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano, e falar em nome do Instituto quando este se faz representar em qualquer solenidade. Durante 110 anos, tem tido o Instituto poucos oradores, talvez menos de vinte, inclusive o atual, que é o historiador Pedro Calmon. Foram oradores: Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Franklin Távora, o visconde de Taunay, o Conde de Afonso Celso, o barão de Ramiz Galvão, o Ministro Alfredo Valadão.

* * *

Dom Pedro II foi grande amigo do Instituto Histórico. Em 1839, quando contava ainda quatorze anos de idade, aceitou o título de "Protetor" da recém-fundada agremiação cultural. Desde que, tornando-se maior, em 1840, assumiu o poder majestático, passou a assistir, no Instituto, a uma sessão por ano. Quando, em 1850, completou 25 anos de idade, começou a interessar-se mais pelos estudos históricos, passando a presidir, com assiduidade, às sessões — o que fez durante quarenta anos, até ser destronado. Além das reuniões a que assistiu até 1849, presidiu, desde 1850 até à proclama-

ção da República, a 499 sessões — com o interesse e o carinho de sócio, de presidente, de protetor, de soberano altamente esclarecido e culto, de brasileiro apaixonado pelo Brasil, compreendendo também que, para se amar completamente a pátria, é mister conhecê-la. Lamentável país — consoante várias vezes disse ao autor deste artigo o historiador e estadista Pandiá Calógeras — lamentável país aquele cujos dirigentes não procurem o passado nacional, isto é, o conhecimento de sua História, sem o qual ninguém conhece, em verdade, a própria pátria! Durante oito lustros, Pedro II chegou a presidir a 17, 18 e 19 sessões do Instituto, por ano.

Muito tempo esteve instalado o Instituto em dependências do paço imperial.

O imperador fez-lhe diversos donativos, entre os quais uma biblioteca de oitocentos volumes, sobre a América, e que pertencera a Von Martius; o catálogo da coleção de manuscritos relativos ao Brasil, organizado por ordem do governo imperial; e quando, proclamada a República, o imperador foi banido, ainda fez algo por aquela associação cultural, que então devia estar, e tem estado, à margem das paixões políticas, acima dos regimes de governo, para se conservar apenas, e sempre, com a pátria. Ainda fez algo por aquela associação, que bem pode ser considerada a Casa do Brasil; já destronado, mas antes de tudo brasileiro, ainda brindou o Instituto Histórico com grande parte da sua biblioteca particular.

O Instituto, portanto, não fez mais do que cumprir o seu dever — aliás brilhantemente — quando, por ocasião do centenário do nascimento do grande monarca, em 1925, envidou os seus melhores esforços no sentido de reverenciar a memória de Dom Pedro II, bastando, para mostrar a grandeza do soberano, contar imparcialmente a sua história.

O autor desta coluna do "Diário de Notícias" — consoante já o lembrou aqui — teve a honra de colaborar com Calógeras na organização e publicação da obra mais notável que então apareceu sobre o monarca ilustre — obra coletiva, em que tomaram parte os mais ilustres historiadores e eruditos do país, e que, depois de publicada em edição especial de "O Jornal", do Rio, foi enfeixada em volume pelo Instituto Histórico.

* * *

O Instituto Histórico e Geográfico não é propriamente uma academia; é mais ainda, pois, além da sua produção intelectual, substanciada sobretudo em sua Revista, fran-

queia diariamente ao público uma biblioteca, um museu, uma mapoteca e um arquivo.

Contém a biblioteca cerca de 100.000 volumes, devendo notar-se que se trata de uma livraria um tanto especializada. Aí se vê, entre outras preciosidades, um exemplar da 1.^a edição de "Os Lusíadas", livro que Dom Pedro II foi lendo a bordo na viagem para o exílio, e que o grande monarca ofertou ao Instituto.

Há na mapoteca perto de 4.000 mapas, inclusive raridades.

No museu, onde existem centenas de objetos, encontra-se a espada que Caxias usou na guerra do Paraguai; e uma mesa onde Dom Pedro II despachava com seus ministros, acompanhada aliás das respectivas cadeiras e três raras moedas holandesas de ouro, cunhadas em 1646, e que circularam no Brasil. Com elas ocorreu há pouco tempo um caso curioso: desapareceram do museu e, uma semana depois, foram levadas por um frade ao Instituto: arrependido, o ladrão as entregara ao monge, quando, no confissãoário, revelava seus pecados.

No arquivo, copioso e rico, existem cerca de 50.000 manuscritos, inclusive coleções e arquivos particulares, como os de José Bonifácio, Marquês de Olinda, Varnhagen, General Osório, Conselheiro Saraiva, Conde d'Eu, Barão de Loreto, Visconde de Ouro Preto, Visconde de Ourem, Marquês de Paranaguá, Caxias, Melo Barata, Afonso Celso, Max Fleiuss. O mais recente arquivo particular que ali entrou foi o do Barão de Cotegipe, doado pela família desse ilustre estadista do Império e composto de perto de 8.000 documentos. São também inestimáveis, como fonte histórica, o arquivo do Conselho Ultramarino e o do Conselho de Évora. É tão vasta a chamada "coleção do Instituto", que se acha contida em nada menos de duzentas caixas. A do General Osório é tão ampla, que se guarda em 42.

Todo esse tesouro — do arquivo, da mapoteca, do museu e da biblioteca — é diariamente franqueado ao público.

Conforme o Relatório agora apresentado pelo 1.^o secretário do Instituto, houve no arquivo, durante o ano transato, 25.996 consultas — o que prova que o Instituto, também sob este aspecto, é útil às letras históricas; e prova, ainda, que no Brasil já se começa a estudar e escrever História indo-se às fontes e fazendo-se pesquisas. De acordo com esse relatório, as consultas à mapoteca chegaram a 4.597 — o que constitui outro sintoma cultural igualmente lisonjeiro. Subiram a 46.819 as consultas de livros, jornais e revistas. No ano de 1947, conforme o relatório apresentado pelo

secretário Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, o número de consultas foi também muito alto.

* * *

A mais notável realização do Instituto é a sua Revista. É um monumento — o maior monumento — da historiografia nacional. Principiou a ser publicada em 1839 e vem saindo, sem interrupção, até hoje. Sem incluir os especiais, já apareceram 192 volumes, cada qual abrangendo centenas e centenas de páginas. Toda a História do Brasil aí se encontra — sob a forma de documentos, crônicas, artigos, discursos, conferências, memórias, biografias, autobiografias, etc. É a maior e mais rica fonte impressa da História brasileira. Ninguém pode hoje escrever sobre qualquer ponto da nossa História, sem consultar a Revista do Instituto.

Outro grande serviço prestado pelo Instituto Histórico é o de haver promovido, organizado e dirigido os congressos de História reunidos entre nós. Foi assim que já se realizaram três congressos de História nacional e um, internacional, de História da América. Todos os trabalhos desses certames estão publicados em volumes especiais da Revista: sobre os três congressos de História pátria foram editados 19 grandes volumes, a saber: 5 relativos ao 1.^o Congresso; 5 ao 2.^o e 9 ao 3.^o; e sobre o de História da América saíram 9 volumes. Também sob os auspícios do Instituto, e por proposta de Pedro Calmon, vai reunir-se no Rio, em 1949, um congresso de História, comemorativo do 4.^o centenário da fundação da cidade do Salvador, que foi, como se sabe, a primeira do país e, até 1763, capital do Brasil.

A realização desses congressos e a publicação de suas monografias constituem relevantes serviços à cultura brasileira.

* * *

Na presidência do Instituto, e considerando que essa agremiação precisava de instalação própria e condigna, o Barão do Rio Branco procurou obter, em cinco exercícios orçamentários, a importância de mil contos de réis, em parcelas de duzentos, para construir um edifício em que o Instituto — com o seu arquivo, a sua mapoteca, o seu museu e outras seções — ficasse convenientemente instalado. Quando faleceu o grande ministro em 1912, o Congresso Nacional havia concedido apenas a primeira quota. Com esta verba, o Conde de Afonso Celso, sucessor de Rio Branco na direção da Casa, mandou construir, em terreno do Silo-

geu, e junto a êste, um prédio para o Instituto. É aí, nêsse prédio, que se acha o Instituto, desde 1913. Construído com a 5.^a parte da importância necessária para uma instalação conligna, tal edifício não podia, nem pode, satisfazer. Em 1922, no governo Epitácio Pessoa, foi o Ministério da Fazenda autorizado a ceder ao Instituto um prédio adequado, porquanto (como se lê no Boletim do Instituto, de 1928) o edifício atual "é insuficiente, pelo número de dependências, para comportar sua vasta biblioteca, que funciona em lugar úmido, o arquivo, em análogas condições, a mapoteca, os quadros de grande valor, objetos históricos etc.". Foi isto escrito — é bom frisar — há vinte anos passados.

* * *

Como já tivemos o ensejo de dizer nesta coluna, o arquivo, a mapoteca e a biblioteca do Itamarati, não tinham organização nem instalação apropriadas: o arquivo, sobretudo, era como um riquíssimo tesouro, quase desconhecido e quase abandonado. Desde que o autor dêste artigo, ao lado de Calógeras e Tobias Monteiro, começou a frequentar aquêlê arquivo, em 1919, passou a sugerir, sempre que se lhe oferecia oportunidade, fôsem tomadas providências. Em 1923, em escrito intitulado "Pela nossa História", inserto na "Gazeta de Notícias", dirigida por Laudelino Freire, mostrou — com o seu testemunho, o de Calógeras e o de Tobias — o estado de quase desamparo em que se achavam as fontes históricas amontoadas no Itamarati. E esperava que apparecesse um ministro que organizasse e preservasse tudo aquilo. Três anos depois, appareceu êsse ministro: Otávio Mangabeira.

* * *

O Instituto Histórico é, em poucas palavras, um centro de cultura, cem por cento brasileiro que conta mais de um século de existência fecunda e ininterrupta; é uma associação intellectual, que além de editar a publicação mais importante do país no que concerne ao estudo do passado, franqueia ao público, diáriamente, um verdadeiro tesouro cultural, constituído do seu arquivo, da sua biblioteca, da sua mapoteca e do seu museu.

Ora, todo êsse patrimônio da inteligência brasileira, que é o Instituto, está precisando agora da atenção dos poderes públicos, os quais têm o dever de resguardá-lo e engrandecê-lo.

Há mais de vinte anos que se reclama contra a impropriedade das instalações do Instituto,

e, todavia, não foram tomadas as devidas providências. O prédio não oferece boas condições; e, mesmo querendo melhorá-lo, internamente, não dispõe o Instituto de verba para isso. O Instituto — gloriosa Casa que serve e honra o Brasil há 110 anos — é pobre. Só é rico em tradições, documentos, estudos, conceito, prestígio; não em dinheiro. A propósito, quase que escrevemos para esta coluna um artigo intitulado "A História e o dinheiro", no qual incluiríamos observações feitas por Calógeras sobre o assunto, em palestra conosco.

O arquivo, a biblioteca e a mapoteca do Instituto precisam ser ampliados; mas não há verba. Precisam ser preservados — das traças, das goteiras, de uma fagulha, de um curto-circuito — mas não há verba. Está tudo em perigo, como no Itamarati, antes do ministro Mangabeira. Neste assunto, o grande Rio Branco apenas iniciou, mas não concluiu, suas providências, nem no Itamarati, nem no Instituto Histórico.

Milhares de livros necessitam ser encadernados ou reencadernados, assim na biblioteca como no arquivo do Instituto; mas não o são, por falta de verba. Preciosas coleções de jornais, especialmente a do "Jornal do Comércio", que é uma das melhores fontes da História do Brasil desde o 1.^o Reinado, quase a partir da Independência, carecem de defesa e precisam ser reencadernadas; mas não há verba.

O Instituto, no último ano social, expediu 3.267 officios, cartas e telegramas, sem franquia postal nem telegráfica, porque dessa vantagem, que gozou por algum tempo, já não goza.

O Instituto está empenhado em prosseguir no serviço, imprescindível e urgente, de sua catalogação (de livros, mapas e manuscritos); mas não há verba. Sem verba, tem feito o que tem podido; e até já classificou numerosos documentos, tão numerosos que se guardam em quase quinhentas latas.

O Instituto deseja, e deve, organizar e publicar um catálogo geral, que divulgue, para o Brasil e para o estrangeiro, o que existe de interessante no arquivo, na biblioteca, na mapoteca e no museu, mas, para isso, não há verba.

A tiragem da Revista do Instituto era de 1.500 exemplares; atualmente o Instituto recebe apenas 500, para serem distribuídos aos sócios, às associações congêneres dos Estados, e no estrangeiro.

* * *

Praticamente, o Instituto não tem renda. No Império, o monarca, seu "Protetor", dava-lhe

tudo; na República, uns governos lhe dão mais, outros lhe dão menos, e todos lhe têm dado muito menos do que merece.

Com 110 anos de existência gloriosa, honrando e servindo o Brasil, não tem ainda, sequer, instalação condigna.

A diretoria do Instituto, composta de historiadores, cidadãos ilustres, trabalha de graça; e sabemos, apesar do sêgrêdo que se guarda em tôrno disso, que tem custeado, discretamente, várias coisas, inclusive as medalhas comemorativas dos centenários do Barão do Rio Branco e da Princesa Isabel em 1945 e 1946. Os funcionários da Secretaria do Instituto, cheios de responsabilidade pela própria natureza do seu serviço, assíduos, pontuais, dedicados — como podem atestar quantos frequentam aquela Casa — são em número insuficiente, e miseravelmente remunerados.

A exiguidade da subvenção que o Govêrno Federal concede ao Instituto Histórico é a ra-

zão de todos, ou quase todos, os males que aqui apontamos. É uma subvenção insignificante, a qual, se não fôr convenientemente aumentada, continuará a impedir que o Instituto cumpra, como deve, e sem maiores sacrifícios, a alta missão de que está investido. Os grandes serviços que o Instituto gratuitamente presta ao Brasil devem ser considerados pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República; porque, em verdade, não é o Instituto que precisa de verba para poder existir; quem precisa de verba é a cultura nacional, neste caso representada, e muito bem representada, pelo Instituto Histórico. Afinal, no Brasil, não há muita coisa que se possa comparar a êsse Instituto, de cuja presidência tanto se honravam Dom Pedro II, no Império, e o Barão do Rio Branco, na República. E' uma grande e desinteressada agremiação intelectual, a serviço da cultura e da Pátria; e talvez não haja outra, no país, com maior mérito.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1948

<i>Trimestre</i>	1948			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Obras oferecidas	15	45	18	78
Revistas nacionais e estrangeiras	92	81	70	243
Catálogos recebidos	3	2	3	8
Mapas recebidos	—	—	—	—
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	6.200	5.004	2.700	13.904
Museu (visitantes)	48	52	38	138
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas	4.132	3.598	2.389	10.119
Jornais	1.430	1.154	558	3.142
Revistas	2.004	1.324	790	4.118
Mapas consultados	1.708	905	300	2.913
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos	380	120	882	1.382
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	576	157	320	1.053

RELEMBRANDO OS MORTOS (*)

CLAUDIO GANNES

Por dever estatutário — como aquela sentinela — que se possa invariavelmente, ao lado da cova, para prestar continência aos companheiros, mortos em combate, aqui estamos de novo, para lembrar, exaltando-lhes os feitos, em nome do Instituto Histórico de Petrópolis, os consócios falecidos no decorrer de 1948.

Dos três que, neste ano, se foram “da lei da morte libertando” e que evocamos, e com emoção e saudade, nenhum deles era petropolitano de nascimento; embora dois, sem exhibir êsses foros da nobreza territorial, como alguns “bairristas” tanto exigem, para aqui se poder gozar dos “direitos de cidade”, com a longa convivência e o afeiçoamento ao clima e aos aspectos desta privilegiada zona montanhosa, possam ser considerados filhos adotivos da “urbs”, a cujos encantos se renderam ou em cujas lutas cívicas participaram.

ESCRAGNOLLE DORIA —

O mais distante dela — foi o professor Escragnolle Doria, nosso sócio honorário, nascido no Rio de Janeiro, ou, se melhor quizerem situá-lo no panorama moral do seu temperamento, na antiga Côrte. Tem êle, apesar disso, ou por isso mesmo, títulos especiais, numa casa em que se cultiva, enternecidamente, o passado brasileiro e as belas tradições do espírito nacional, para merecer a nossa referência comovida e vôtiva, e ficar lembrado na admiração dos contemporâneos.

Cronista dos fastos idos e vividos, como tantas vêzes se destacou, em farta

colaboração na imprensa carioca — a mais assídua delas aparecida nos últimos anos, na *Revista da Semana* — catedrático de história do Colégio Pedro II, cuja cuidadosa “memória” publicou em 1938, por ocasião do centenário daquela ilustre instituição de ensino oficial; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a nossa mais antiga sociedade do gênero, em cuja *Revista* evocou, entre outros trabalhos, em *Coisas do Passado*, alguns dos episódios mais curiosos da vida teatral e social do 2.º Reinado. A atividade de Escragnolle Doria no Instituto Histórico foi variada e fecunda. Além do referido trabalho, que lhe deu entrada, como sócio correspondente, em 1912, êle ainda publicou na sua *Revista* mais os seguintes estudos:

1) *Notas de história financeira*. : O Visconde de Sousa Franco (1909), tomo LXXI, 2.ª parte, pag. 323.

2) *Uma testemunha diplomática do 7 de Abril* (1911), tomo LXXIV, 2.ª parte, pag. 179.

3) *Um amigo do Brasil* (Ferdinand Denis) (1912), tomo LXXV, pag. 217.

4) *Parecer* acêrca dos trabalhos do Capitão Tenente Raul Tavares (1912), LXXV, parte 2.ª, pag. 423.

5) *Parecer* acêrca do livro “Diogo Feijó” do Sr. Eugênio Egas (1913), tomo LXXVI, parte 2.ª, pag. 553.

(*) Discurso proferido no Instituto Histórico de Petrópolis, em 2 de dezembro de 1948 pelo orador oficial.

6) Parecer acêrca dos trabalhos do Dr. David Lopes (1913), tomo LXXVI, 2.^a parte, pág. 476.

7) *Ubique Patriae Mensor* (3 conferencias européas sôbre o Brasil) (1913), tomo LXXVI, pág. 569.

8) *A significação da obra de Anchieta, na História do Brasil* (Conferências), 1910 — Tomo LXXVI, pág. 589.

9) Conferências sôbre *A História e a Moda* (1913), tomo LXXVI, parte 2.^a, pág. 603.

10) "Reminiscências do Palácio de São Cristóvam" (1925) — Tomos 152-98, págs. 99-104. Com obrigatório discurso (Tomo LXXV, 2.^a parte, pág. 341).

Empossado solenemente no Instituto, Escagnolle Doria foi logo ali 2.^o secretário interino e, servindo de 1.^o, elaborou o relatório que foi lido na sessão magna de 21-10-1912 (*in* Revista — Tomo LXXV, pág. 423).

Por êsses relevantes serviços foi êle ali elevado à dignidade de sócio honorário, na sessão de 28-8-1931 (Revista — Vol. 164, pág. 521).

Só essas referências, meramente elucidativas, seriam bastantes para justificar o aprêço com que distinguimos, no encañecido mestre de tantas gerações, a figura exemplar, digna de honrar uma das cadeiras da nossa ainda recente associação. A era velha enfeita o muro novo, mas também lhe dá, com o seu revestimento sombreado, aquêlê tom de perpetuidade, com que arrosta as intempéries e melhor resiste ao tempo; a caligem do passado também confere às instituições um caráter próprio, com que se defendem do assalto dos "parvenús"...

Mas se êsses predicados, embora eminentes, não chegassem para justificar todo o nosso aprêço intelectual e moral, à figura de Luís Gastão de Escagnolle Doria mais haveria que citar. Oriundo

de uma das mais respeitáveis e dignas famílias brasileiras, das que, apesar dêstes tempos dispersivos de imigração e miscigenação, ainda encontram as suas raízes nos começos da monarquia, êle era, por isso mesmo, pelo influxo recebido no lar, um zeloso guardador das coisas antigas: na memória do sabedor privilegiado armazenando os episódios da vida de antanho e, nos desvãos da sua casa modesta, nos escaninhos dos velhos móveis — as lembranças familiares e amigas, que remontavam ao Conde d'Escagnolle, aos pintores da "missão francesa", aos Taunay, aos Chagas Doria, — seus parentes próximos — numa aliança feliz das artes com as armas, que êle cultivava com devotado respeito pelos braços dos seus maiores.

Não foi, pois, sem justificada emoção que os funcionários do "Museu Imperial" viram-no, em dia recente, talvez ao sentir, melancólico, que lhe vinha perto o fim da jornada, trazer parte dêsse valioso relicário dos seus afetos, em objetos raros (o ponche de Lopes, leques custosos), êle, que fôra sempre um homem pobre dos bens terrenos, para dá-los à instituição que, por sua própria natureza, era também a mais adequada para recebê-los, e conservá-los com carinho técnico. Exemplo magnífico de desprendimento, digno de imitação para tantos colecionadores endinheirados, cuja ganância e avidez de "nouveaux-riches" só se explica na ostentação vaidosa de objetos, cujo sentido não apreendem e cuja história ignoram ou desfiguram, ao sabor da sua fantasia.

Só por êsse gesto de genuína fidalguia, se não fôsssem tantos os seus notáveis atributos, merecia êle ser lembrado neste recinto.

JOSÉ VIEIRA

José Vieira é o outro soldado a quem a sentinela apresenta agora as suas armas.

depois dêle descer ao descanso definitivo da necrópole, na silenciosa cidade dos mortos.

Veio do norte, da incandescente Paraíba, e, no entanto, — modesto e reticente e ensimesmado — nada tinha dos arroubos e veemências dos seus co-estaduanos, quase sempre turbulentos mata-mouros. Era tranqüilo, quase tímido, inteligente, persuasivo e culto. Lembrava, nos modos e na conversa à meia voz, o ex-aluno de seminário, que êle o foi no começo da carreira, no Ceará. Daí, sem dúvida, êsse sólido preparo lingüístico e de humanidades, que o destacava, tanto na profissão literária, como na carreira burocrática a que se adaptou, onde ascendeu aos mais altos postos, sem atropelar, nem preterir aos demais.

Das suas inclinações para os temas históricos, temo-las por demonstradas, na bela série de flagrantes com que, ainda moço, e servindo na Secretaria da Câmara dos Deputados, arrolou, nas suas crônicas, feitas sem preocupação, "*au jour le jour*", para a imprensa, e que depois recolheu e refundia no livro *A Cadeia Velha*: Crônica contemporânea, evidentemente, mas que se vai tornando, aos poucos, quase que história antiga, pois, o que, ainda ontem era, aos olhos dos seus participantes, um relato fiel ou pitoresco de episódios recentes, já agora, com o "rolar do tempo" é legítima e genuína crônica de quase meio século atrás. A contribuição do cronista, de visão aguda, é nesse ponto inestimável — para situar uma época, de onde os historiadores do futuro apresentarão as suas premissas para chegarem às conclusões, tanto quanto possível rigorosamente científicas.

Outra manifestação que, por dever de ofício, destacou a atividade de José Vieira, como amigo das boas tradições brasileiras, está na direção que imprimiu à preciosa publicação dos "Documentos Parlamentares" — sem os quais, não se-

ria mais possível, dentro em pouco conhecer a atuação da Câmara e do Senado, na 1.^a República.

Mas a sua tarefa mais ostensiva, nesse setor, foi a esmerada edição dos *Anais* da 1.^a Constituinte Republicana, em três sólidos volumes — o que fez acompanhar de excelente prefácio, da sua lavra.

Ainda agora, acabam de sair, com estudo prévio seu, os *Discursos e Trabalhos Parlamentares* (Vol. IX — 1882 — Tomo II), de Rui Barbosa, que por iniciativa do Governo Federal e diligência assídua de Américo Jacobina Lacombe, seu competente diretor, a "Casa de Rui Barbosa" vem editando, nas beneméritas "obras completas" do seu patrono. Monumento de cultura que as gerações vindouras ficam a dever à atual — só comparável à iniciativa idêntica com que o Governo argentino promoveu a edição dos trabalhos dos seus pro-homens — que se vêem ali divulgados no "pensamento vivo" de Mitre, de Alberdi e de Sarmiento.

É de justiça assinalar que, no Brasil, só existia o precedente de Tobias Barreto — mandado editar pelo Governo do seu Estado Natal, em 1925, e agora aqui, na correspondente aos trabalhos de Rio Branco, homenagem generosa do Ministério que o famoso Chanceler, com a sua atuação, tanto engrandeceu.

Mas a contribuição marcante de José Vieira, no terreno movediço da história, não está nessas publicações de rotina ou de especialidade — a que, por mais triviais, o homem superior imprime sempre cunho próprio, na originalidade das suas pesquisas, de erudito, ou na clareza concludente das suas observações.

O que êle foi, principalmente, foi um escritor seguro, um notável romancista, dos melhores que temos tido. Aí, é que está, sem querer raiar pelo paradoxo, a sua melhor contribuição de historiador —

porque o romancista é sempre um “historiador social” da sua época, se assim me posso exprimir. Ao naturalista foi possível reconstituir um animal pre-histórico, com o osso estranho do seu esqueleto disforme. Com notícias antigas de jornal, e até “anúncios de escravos fugidos”, já é possível fazer boa sociologia e verdadeira história de outras idades. O panorama social desenhado pelo romancista, o “ambiente” de uma sociedade pintado pelo talento do escritor permitem ao historiador de amanhã reconstituir o passado de que um foi a testemunha e o outro será então o julgador ou o crítico. Assim: no romance *Bota-abaixo* está fixado o Rio das demolições do prefeito Passos, quando José Vieira chegou ao Rio; em *Espelho de Casado*, através do enredo psicológico, aparece fotografada uma época bem contemporânea, a dos dias quase atuais, com a paisagem atlântica de Copacabana a emoldurar alguns perfis, a que o traço do artista, para generalizar e converter em símbolos, não desfigurou tão demasiadamente os personagens, ao ponto de se desconhecer inteiramente as fisionomias retratadas.

Em *Pedro Malazarte* é notória a coleta folclórica nos recantos de seu nordeste, entremeiada de cabriolas e diabruras da vida de menino, a que o narrador não está de todo ausente.

Há, porém, um traço moral da vida de José Vieira que merece referência especial. Homem de gabinete e grande trabalhador, não pôde resistir aos pedidos de colaboração do afamado historiador que, sentindo-se velho e impotente para o esforço intelectual, e dizendo seu amigo, prometeu-lhe recompensar a tarefa de redação, não só remunerando-o, como era devido, como ainda, mencionando-lhe expressamente o nome, na obra que seria completada a quatro mãos de parceria. Depois de redigido o volume inteiro por José Vieira, em trabalho que levou mais

de ano, recebe ele um dia, do usurário erudito, mingüado cheque de quatrocentos cruzeiros, que foi discretamente devolvido ao emitente, pela volta do Correio. Claro está que, na série editada e agora para sempre, ao que consta, interrompida, nem sequer o nome de José Vieira aparece no volume por ele inteiramente composto, com a documentação que o falso Mecenaz lhe proporcionou. Desdenhoso das gloriolas, lá do seu “descanso etéreo” deve ele sorrir desta indiscreção — a lembrar-se do poema de Rostand, onde o comparsa galanteia a sua dama, com os versos alheios...

José Vieira que atingira afinal a direção do expediente do Palácio do Catete e mal assumira a Secretaria da Academia de Letras — onde merecia sentar-se no recinto — guardava, entretanto, o mesmo ar acolhedor de 20 anos atrás, envolvido na mesma capa de discreção e modéstia, quer para os velhos amigos, quer para os estranhos.

Uma nota afetiva liga, porém, José Vieira à paisagem petropolitana. Esse retraído, quase viúvo em vida, aqui se refugiara por muitos anos, no recanto solitário do seu “chalezinho” do Palatinato, entre os filhos órfãos do carinho da mãe, enferma e ausente. Ali os educou e os viu crescer, no lar partido, dando-lhes a instrução nos colégios da cidade. Nessa modesta casa de operário, vazia dos afetos da esposa, na entrelinha do trem, escreveu ele, por noites frias, embuçado no “russo” do Alto da Serra, muitas das suas páginas de romancista — especialmente as do *Livro de Tilda* — onde ele se refugiara na ficção, para esquecer um pouco as agruras e as feridas da existência mediocre e injusta. Arte também é isso — ou é só quase isso: — transplantação dorida do real para o irreal, sangrenta ascensão, sofrida decantação, evasão purificadora!

DUARTE SILVEIRA —

João Duarte Silveira, que aqui morreu, acima de octogenário, era fluminense, mas natural de Capivari. Quem o conheceu, já encanecido, não poderia nunca suspeitar que aquelas neves escondiam, como acontece na natureza, na sua placidez imaculada, vulcões extintos.

Nem o menino pobre, que foi pequeno empregado da estrada de ferro Príncipe de Grão Pará (hoje Leopoldina), pezan-do certa vez, na balança da estação, S.M. o Imperador, nem o jovem e ardoroso republicano que então já era, nem o zeloso funcionário municipal, que ele foi mais tarde ali se lobrigariam.

Das atividades propriamente de escritor local, sem pretensões literárias — o que nele tem reição, além das suas polémicas políticas e das suas atrevidas acutiladas nos adversários de cada dia, não esquecendo a sua esparsa colaboração em jornais da cidade, especialmente na *Tribuna de Petrópolis*, no *Jornal de Petrópolis* e na *Pequena Ilustração* são alguns poucos trabalhos, feitos com entusiasmo e devotamento, para a “Comissão do Centenário de Petrópolis” (1943), de que participou, editados nos respectivos volumes da publicação municipal — vol. II — “A rua do Imperador” (pág. 163), vol. III — “Revivendo o passado” (página 51); “Anúncios pitorescos” (página 55); “As festas do Ano Bom” (página 59); “Os primeiros foreiros de Petrópolis” (pág. 171). Vol. V — “Portuguêses na formação de Petrópolis” (pág. 7). Meras crônicas e episódios da vida cidadina em que a anterior atividade partidária e poemística de Duarte Silveira se desviou, num preito à gleba a que se enraizara pelo correr da vida, algumas feitas no rebuscar de papéis velhos, outras, no revelar as chapas da própria retentiva, ainda alerta, depois de sentir “des ans l’irreparable outrage”.

Mas o que Duarte Silveira fez, na vida política municipal, foi verdadeiramente história, participe dela, figurante obrigatório, em quase todos os seus rencontros, nestes últimos 60 anos — dado o seu ardor cívico e a sua combatividade partidária, de vereador ou de oposicionista, em mais de meio século de existência militante.

Temperamento exaltadamente político, de acentuada vocação para os prêmios eleitorais, onde se destacava pela habilidade das manobras inteligentes, estrategista vivo e temeroso — as suas energias se desenvolveram através dessas lutas locais — um dia acompanhando a Hermogêneo Silva, outro dia ajudando na ascensão a Paula Buarque — na tribuna e na imprensa, na Câmara Municipal e nos comícios e no pretório — algumas delas bastante áduas e ásperas.

Em certo ensejo, quando acabava já de batalhar e vencer ao lado de Ari Barbosa, como prêmio dessa vitória, vê o filho destemido, em plena rua, fuzilado por adversários rancorosos e traiçoeiros.

De outra feita — numa tarde de turbulência de rua, já depois de 30, instigada por demagogos vulgares e metecos — sem entranhas — tentando evitar a depredação dos “bondes” que profligava da sua janela, vê a residência apedrejada. Destemido, entre dois filhos corajosos, enfrenta a cólera da multidão, que tenta invadir-lhe o lar — onde se achavam os velhos sogros octogenários, aflita a esposa e uma netinha de dois meses. Opôs-lhe heróica resistência — espingardeando e matando, em defesa do lar — os dois primeiros assaltantes que tentaram subir-lhe, ferozes, para a chacina canibalésca, as escadas da residência!

Desde aí — a máscara do lutador se encrespa, ainda mais, dos vincos onde a saudade paterna pelo filho morto trans-

parecia — dando aos que o viam passar, com os cabelos soltos, a impressão de um leão ferido...

Com o andar dos tempos a sua antiga combatividade esmorecia, mas nunca a lealdade aos companheiros, aos ideais, aos princípios por que sempre combatera — como se evidencia, na sua ação de presença, já bem velho, mas altivo, nos últimos “meetings” do brigadeiro.

Recolhido, por fim, à inatividade burocrática do seu cartório e, em seguida, à aposentadoria, ou aos ócios do seu *bric-a-brac* de antiguidades preferidas, ou das suas coleções de jornais, estampas e objetos ligados à vida de Petrópolis, ele era ainda, na vida quotidiana da cidade, apesar da ancianidade, sempre respeitável, um conversador espirituoso e mordaz — a pontilhar sempre os acontecimentos ou a fraqueza — dos adversários, com uma ponta de aguda malícia, dos sarcasmos os mais ferinos, que, dir-se-ia, saíam dos lábios de um moço irreverente. O leão, agora de unhas aparadas, ainda arranhava, mas, não mais feria... Nessas ocasiões o olhar amortecido reacendia-se-lhe, em chispantes centelhas, que lhe denunciavam, no corpo já valetudinário, em passos tardos — a bela fibra do lutador dos outros tempos, expressa ainda na alma arrogante e varonil e no caráter imperturbável, sem transigências nem perdições!

* * *

Ao descer um soldado à sepultura — exige a pragmática militar — seja ele humilde ou glorioso, que tenha as honras fúnebres, compatíveis com a sua graduação. Também a vida civil obriga a esse cerimonial de despedidas, não para exaltar a vaidade dos mortos, aos quais destina apenas, por mais poderosos, os sete

palmos igualitários de terra, para o descanso definitivo, mas para lembrança educativa dos vivos, aos quais o exemplo do que se foi, por mais modesto, serve sempre de terapêutica moral aos que ficam.

Ainda na vida íntima e familiar, a dor dilacerante dos que perdem os seus, arrastados pela mão da “funérea Beatriz de mão gelada”, significa a solidariedade que liga umas gerações às outras — como aquela em que deve sangrar a terra, quando se lhe arranca pelas raízes as belas árvores. O coração humano, nesses transe dramáticos, fica como um campo revolvido.

Não direi que esse sentimento seja apenas humano — porque, para nosso escarmento, os animais também choram a falta irreparável dos que estimam — como tantas vezes assistimos, atônitos: a queixa muda dos cães quando perdem os seus donos, ou, num cair de tarde, no campo, ouvimos surpresos o canto-chão lúgubre e pungente do gado, reunido em pranto, em torno da novilha morta...

Solidariedade, pois, que até os bichos nos ensinam. Não é assim demais que as instituições do espírito e da cultura, onde os afetos íntimos tem outra sublimação, num dia do ano, ponham o crepe do luto à sua porta, para dizer aos passantes, através da máscara do sentimento, que muita vez se reprime e esconde, só para não dar aos outros, por pudor, o espetáculo da própria aflição — ao menos para significar aos desatentos que, neste mundo de egoísmos exacerbados, vale talvez a pena de ter vivido a sua vida de sacrifícios e esforços meritórios, não pela esperança de recompensas fugidias, mas só para deixar na lembrança de amigos, na pedagogia viva dos exemplos, a memória de virtudes perenes!

Virtudes, às vêzes, tão mal julgadas
ou negadas, tão mal queridas e, apesar
disso, obstinadas e estoicas virtudes.

Porque a morte assim, já não é morte
fria — é vida; não a vida encrespada e
triste, entrecortada de invejas mesqui-

nhas, de ódios implacáveis e retalhada de
incompreensões e amarguras, mas a
grande vida, a serena e alta, a vida imor-
tal das ressurreições!

Cláudio Ganns.

Petrópolis, 2-12-1948.

INSTITUTO HISTÓRICO

LISTA DOS SÓCIOS

Em 31 de dezembro de 1948

Presidentes Honorários

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2 — Dr. Artur da Silva Bernardes.....	15-12-1923	Rua Valparaíso, 40 — Rio de Janeiro. Tel. 28-2458
3 — Dr. Washington Luís Pereira de Sousa	18- 7-1927	São Paulo.
4 — Dr. Getúlio Dorneles Vargas.....	9- 1-1934	São Borja — Rio Grande do Sul ou Av. Rui Bar- bosa n.º 430, apt.º 1.001 — Rio.
5 — General Eurico Gaspar Dutra.....	13- 5-1947	Palácio do Catete.

Sócios Grandes Beneméritos (5)

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Dr. Alfredo Nascimento Silva.....	12-12-1890	Rua São Clemente, 413 — Tel. 26-1891 — Rio.
2 — Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21- 7-1905	Rua das Palmeiras, 54 — Botafogo — Rio — Tel. 26-0740.
3 — Ministro Dr. Augusto Tavares de Lira	16- 9-1907	Rua das Laranjeiras, 550, apt.º 701 — Tel. 45-1484 — Rio.
4 — Prof. Basílio de Magalhães.....	27- 8-1914	Rua Paulino Fernandes, 27 — Rio — Tel. 26-7815.
5 — Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo, 2 — Rio — Tel. 25-3311.

(A) Nota — “Os sócios Grandes Beneméritos serão da classe dos Beneméritos, que tiverem, no mínimo, 20 anos de serviço na Diretoria ou nas Comissões Permanentes”. (Arts. 4.º e 8.º dos Estatutos).

Só a Assembléia Geral poderá resolver quanto à elevação dos sócios grandes beneméritos e beneméritos.

(B) Nota — Para ser sócio benemérito é preciso que o sócio efetivo ou correspondente tenha “prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargo na Diretoria por mais de 10 anos consecutivos”. A proposta deve reunir 12 assinaturas (Arts. 4.º e 8.º dos Estatutos).

Sócios Beneméritos (15) (B)

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Dr. Nelson Coelho de Sena.....	23- 8-1901	Rua Bernardino Guimarães, 1.082 — Belo Horizonte — Minas.
2 — Dr. Braz Hermenegildo do Amaral	22- 6-1911	Av. Joana Angelica, 105 — Cidade do Salvador — Bahia.
3 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Radler de Aquino	26- 8-1911	Rua Raul Pompéia, 133 — Copacabana — Rio — Tel. 27-0308.
4 — Dr. Afonso d'E. Taunay	2- 9-1911	Rua Lupércio de Camargo, 74 — Jardim América — São Paulo.
5 — Ministro Dr. Alfredo Valadão	19- 7-1912	Regina Hotel — Rua Fer- reira Viana, 29 — Rio. Tel. 25-7280.
6 — Almirante Raul Tavares	23- 8-1912	Rua Visconde de Carandaí, 23 — Rio — Tel. 26-1755.
7 — Ministro Bernardino José de Sousa	6- 8-1921	Rua Cândido Gaffré, 196 — Rio — Tel. 26-2662.
8 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Rua Aníbal de Mendonça, 151 — Copacabana — Rio — Tel. 27-4949.
9 — Dr. Rodolfo Garcia	6- 8-1921	Rua República do Peru, 380 — Copacabana — Rio — Tel. 37-6916.
10 — Ministro Dr. Francisco José de Oli- veira Viana	18- 6-1924	Alameda São Boaventura, 41 — Niterói — Estado do Rio — Tel. 2-0208.
11 — Arcebispo D. Francisco José de Aquino Correia	10- 7-1926	Cuiabá — Estado de Mato Grosso ou: Colégio Santo Inácio — São Clemente, 226.
12 — D. Ricardo Levene	1-10-1928	Melo, 2.134 — Buenos Aires.
13 — Dr. Pedro Calmon Moniz de Bit- tencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara, 415 — Copacabana — Rio — Tel. 37-4004.
14 — Dr. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Av. Pasteur, 415 — Praia Vermelha — Rio — Tel. 26-1536, ou: 7 Setembro, 379 — Cidade do Salva- dor — Bahia.
15 — Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Praça André Rebouças, 17 Engenho Velho — Rio — Tel. 28-0864.

Sócios Efetivos (40) (C)

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Embaixador Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva	15- 7-1911	Rua Voluntários da Pátria, 371 — Rio — Tel. 26-6076.
2 — Ministro Hêlio Lobo	6- 7-1912	Praia do Russel, 158, apt.º 101 — Glória — Rio — Tel. 25-5898.
3 — Dr. Edgar Roquete Pinto	4- 8-1913	Avenida Beira Mar, 210, apt.º 504 — Tel. 42-3275.
4 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Thiers Fleming	10- 7-1918	Praia do Flamengo, 186 — 5.º and., apt.º 503 — Tel. 25-2626 — Rio.
5 — Dr. Eugênio Vilhena de Moraes...	6- 8-1921	Arquivo Nacional (Praça da República) — Rio — Tel. 22-4441.
6 — Tenente-Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Rua Japeri, 32-A, apt.º 1 — Rio Comprido — Rio.
7 — Desembargador Dr. Fernando Luis Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César, 66 — Niterói — Estado do Rio.
8 — Dr. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira, 123 — Copacabana — Rio — Tel. 27-2895.
9 — Dr. Henrique Carneiro Leão Tei- xeira Filho	22- 8-1931	Avenida Rio Branco, 311 — 5.º and. — Rio — Tel. 22-2147, ou: São Clemen- te, 259-A, apt.º 3 — Tel. 26-3421.
10 — Dr. Levi Fernandes Carneiro.....	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio, 92 — Leme — Rio — Tel. 27-4871.

(C) Nota — Para ser sócio efetivo é preciso residir no Rio de Janeiro e ter apresentado “trabalho próprio sobre história, geografia, etnografia ou arqueologia ainda inédito.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
11 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho, 30 — Rio — Tel. 28-4120
12 — Dr. Luís Felipe Vieira Souto....	22- 8-1931	Rua Voluntários da Pátria, 69 — Rio — Telefone 26-1700.
13 — Dr. Manuel Tavares Cavalcanti..	22- 8-1931	Rua Urbano dos Santos, 58 — Urca — Rio — Tel. 26-1046.
14 — Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Rua Inglês de Sousa, 160 — Gávea — Rio — Tel. 26-3623.
15 — Dr. Rodrigo Otávio de Langaard Menezes Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente, 421 — Rio — Tel. 26-0953.
16 — Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção, 77 — Botafogo — Rio — Tel. 26-4861, ou: Palácio do Governo — Recife — Pernambuco.
17 — Dr. Artur César Ferreira Reis....	4-12-1936	Rua Jardim Botânico, 305, apt.º 302 — Rio — ou: Ministério do Trabalho, Tel. 42-8080 — Ramal 614.
18 — Dr. Herbert Canabarro Reichardt.	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras, 29 — Rio — Tel. 25-0022.
19 — Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bit- tencourt	12- 5-1937	Rua Otávio Correia, 84 — Urca — Rio — Telefone 26-1501.
20 — Dr. Alcindo Sodré	31- 5-1939	Rua Sá Earp, 99 — Petró- polis — Estado do Rio.
21 — Dr. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida, 36 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-2684.
22 — Dr. José Luís Batista	31- 5-1939	Rua Miguel Lemos n.º 21, apt.º 701 — Copacabana — Rio — Tel. 27-1014.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
23 — Dr. Cláudio Ganns	15-12-1939	Avenida Copacabana, 99, apt.º 501 — Rio — Tel. 37-0767.
24 — Dr. Cristóvam Leite de Castro...	26- 6-1940	Rua Barão de Jaguaribe, 366 — Tel. 47-0457.
25 — Ministro Rubem Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo n.º 48, apt.º 25 — Rio — Tele- fone 25-5800.
26 — Ministro Dr. João Martins de Car- valho Mourão	9- 7-1943	Rua São Salvador, 38 — Rio — Tel. 25-3718.
27 — Dr. Rodrigo Melo Franco de An- drade	9- 7-1943	Rua Bulhões de Carvalho n.º 181 — Copacabana — Rio — Tel. 27-2503.
28 — General Pedro de Alcântara Caval- canti de Albuquerque	19- 5-1944	Rua Uruguai n.º 526 — Te- lefone 38-4321 — Tijuca — Rio.
29 — Francisco Marques dos Santos.....	21-10-1944	Travessa Soledade. 14 — Tel. 28-5595 — Eng. Ve- lho — Rio.
30 — Professor Hélio Viana	27-12-1944	Avenida Alexandre Fer- reira, 55 — Tel. 26-1980 — Lagoa — Rio de Ja- neiro.
31 — Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas	27-12-1944	Rua Dr. Satamini, 77 — Tel. 28-0804 — Tijuca — Rio.
32 — Dr. Américo Jacobina Lacombe...	28- 9-1945	Rua 19 de Fevereiro, 105 Tel. 26-7914 — Botafogo — Rio.
33 — General Valentim Benício da Silva.	17-12-1945	Rua Paissandú, 191 — Tel. 25-1655 — Flamen- go — Rio.
34 — Afonso Costa	13- 5-1947	Rua Correia Dutra, 24 apt.º 13 — Tel. 25-6361 — Rio.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
35 — Coronel João Batista Magalhães...	16-12-1947	Rua Júlio de Castilhos, 83 — Copacabana — Tele- fone 27-8799 — Rio.
36 — Prof. Fernando Raja Gabaglia....	31- 8-1948	Av. Pasteur, 419 — Urca — Rio.
37 — Dr. José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Ed. Eduardo Guinle n.º 6, apt.º 202 — Tel. 26-5212.
38 — Prof. Adolfo Morales de Los Rios Filho	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro, 159, apt.º 602 — Rio de Janeiro.

Sócios Correspondentes (40) (D)

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Prof. José Feliciano de Oliveira..	19- 2-1904	Rua de Longchamp, 25 — Paris — França.
2 — Dr. Washington Luís Pereira de Sousa	4- 5-1912	São Paulo.
3 — Dr. Eugênio de Andrada Egas....	28- 6-1913	Rua Bela Cintra, 801 — São Paulo.
	28- 7-1913	Caixa Postal, 2.926 — São Paulo.
4 — Dr. Fidelino de Figueiredo	31- 5-1917	Recife — Pernambuco.
5 — Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo		
6 — Ministro Dr. Sílvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Embaixada do Brasil em Haia — Holanda.
7 — Embaixador Dr. Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Via de Vila Emiliani, 9 — Parioli — Roma.

(4) Nota — Para ser sócio correspondente é preciso preencher as mesmas condições de sócio efetivo — menos a residência (Art. 6.º dos Estatutos).

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
8 — Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio, 225 São Paulo.
9 — Dr. Estêvão de Mendonça	22- 8-1931	Cuiabá — Mato Grosso.
10 — Embaixador Doutor Hildebrando Accioly	22- 8-1931	Rua Sousa Lima, 87 — Tel. 27-7029 — Rio.
11 — Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Frederico Lacroze, 2.100 — Buenos Aires.
12 — Dr. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Embaixada do Brasil em Haia — Holanda.
13 — Dr. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Natal — Rio Grande do Norte.
14 — Ministro Caio de Melo Franco....	30- 7-1934	Av. Copacabana, 1.424 — Tel. 27-3004.
15 — Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio, 118 — São Paulo.
16 — Ministro Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Rua República do Peru, 193 — Tel. 37-2427 — Copacabana — Rio.
17 — Dr. Antônio Augusto Mendes Correia	15-12-1934	Rua do Moreira, 263 — Pôrto — Portugal.
18 — Prof. Armando de Matos	15-12-1934	Rua São João da Foz do Douro — Portugal.
19 — Almirante Carlos Viegas Gago Cou- tinho	15-12-1934	Pálace Hotel — Av. Rio Branco — Rio, ou: R. Esperança, 164 — Lisboa — Portugal.
20 — Monsenhor Frederico Lunardi	28- 5-1935	Honduras — América Central.
21 — Enrique de Gandia	4-12-1936	Calle Charcas, 3.440 — Buenos Aires.
22 — Desembargador José de Mesquita..	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
23 — Dr. Buenaventura Caviglia (hijo).	13- 4-1938	Calle Paraguai, 1.291 — Montevideu.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
24 — Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima	13- 4-1938	Rua das Amoreiras n.º 83, 3.º — Lisboa.
25 — Dom Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Por- tugal.
26 — Desembargador Jorge Hurley	31- 5-1939	Av. Nazaré, 189 — Be- lém — Pará.
27 — Dr. Luís Norton de Matos.....	31- 5-1939	Ministério dos Estrangei- ros — Lisboa.
28 — Padre Serafim Leite, S.J.	31- 5-1939	Rua São Clemente, 226 — Rio — Tel. 26-7555.
29 — Dr. Ernesto Sousa Campos	21- 8-1939	Rua Bela Cintra, 1.768 — São Paulo.
30 — Dr. Aureliano Leite	29- 9-1942	Rua Brigadeiro Luís Antô- nio, 2.791 — São Paulo, ou: Av. Prado Júnior n.º 23, apt.º 903 — Tele- fone 37-7019.
31 — João Fernando de Almeida Prado..	27-12-1944	Av. Brigadeiro Luís Antô- nio, 966 — São Paulo.
32 — Dr. Luís Viana Filho	27-12-1944	Faculdade de Direito de Salvador — Bahia, ou: Av. Churchill, 60, apt.º 2 — Rio.
33 — Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Instituto Histórico e Geo- gráfico do Rio Grande do Norte — Natal.
34 — Professor Valter Spalding	28- 9-1945	Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
35 — Dr. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Rua Estêves Júnior, 138 — Florianópolis — Santa Catarina.
36 — Dr. José Pedro Leite Cordeiro ...	21-10-1946	Alameda Jaú, 212 — São Paulo.
37 — Dr. José Carlos de Ataliba No- gueira	21-10-1946	Câmara dos Deputados — Rio.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
38 — Dr. Renato Costa de Almeida ...	13- 5-1947	Conde de Irajá, 117 — Rio.
39 — Dr. Renato Mendonça	16-12-1947	Fernando El Santo, 6 — Madrid — Espanha — Embaixada do Brasil, ou: Anibal Mendonça n.º 80.
40 — Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Rua Haddock Lobo, 220, ou: Embaixada do Brasil (Portugal).

Sócios Honorários (50) (E)

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
1 — Dr. Cincinato César da Silva Braga	28- 8-1895	Rua das Laranjeiras, 83 — Rio — Tel. 25-1320.
2 — Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Rua General Dionísio, 64 — Rio — Tel. 26-1659.
3 — Dr. Norival Soares de Freitas....	5-10-1908	Rua São José, 33 — Rio. Tel. 22-6356 — ou: Vis- conde de Itaboraí, 474 — Niterói — E. do Rio.
4 — Henry R. Lang	22- 6-1911	New York — Estados Unidos da América do Norte.
5 — Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Rua Valparaíso n.º 36 — Rio — Tel. 28-0416.
6 — Francisco Agenor de Noronha San- tos	6- 6-1912	Av. Antenor Navarro, 414 — Braz de Pina — Rio.
7 — Dr. Alberto Lamego	28- 7-1914	Rua Gomes Carneiro, 161, apt.º 201 — Copacabana — Rio.

(E) Nota — Sócio honorário só poderá ser quem tenha alta representação social ou revelado competência em história, geografia, etnografia ou arqueologia (Art. 7.º dos Estatutos).

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
8 — Prof. Carlos Delgado de Carvalho.	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos, 7 — Tel. 47-3611 — Rio.
9 — Ministro Dom Diego Carbonell ...	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
10 — Dr. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Peru.
11 — Embaixador Luis Martins de Sousa Dantas	29- 6-1928	Embaixada do Brasil — Paris — França.
12 — Professor Paul Rivet	13- 9-1930	Rua Buffon, 61 — Paris.
13 — Padre Paul Coulet, S.J.	22- 6-1931	Paris.
14 — Dr. Joaquim Bensaúde	22- 8-1931	Boulevard Frandrin, 56 — Paris.
15 — Ministro Hubert Knipping	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse, 3 — Hannover — Ale- manha.
16 — Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
17 — Dr. Luis Pasteur Vallery Radot..	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
18 — Dr. Elmano Cardim	17-12-1937	Avenida Portugal, 38 — Urca — Tel. 26-5595 — Rio.
19 — Embaixador Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco, 11, apt.º 850 — Rio.
20 — General de Divisão Cândido Maria- no da Silva Rondon	14- 4-1939	Av. Copacabana, 1.394 — Tel. 27-2318 — Rio.
21 — Professor Clarence Henry Haring.	14- 4-1939	Universidade de Cambridge, Mass. — Estados Unidos da América do Norte.
22 — Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros	14- 4-1939	Rua Hermenegildo de Bar- ros, 158 — Santa Teresa — Tel. 22-7113 — Rio.
23 — Dr. Júlio Dantas	14- 4-1939	Rua Castilho, 30 — 2.º — Lisboa — Portugal.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
24 — Prof. Nels Andrew Nelson Cleven	14- 4-1939	Universidade de Pittsburg, Pensilvania — Estados Unidos da America do Norte.
25 — Dr. Tobias do Rêgo Monteiro....	14- 4-1939	Rua Bela Vista — Petró- polis.
26 — Dr. Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Tupi, 425 — S. Paulo.
27 — Dr. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Washington, D.C. — Es- tados Unidos da América do Norte.
28 — Embaixador Dr. Osvaldo Aranha..	15-12-1939	Rua Campo Belo, 199 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-1119.
29 — Frei Pedro Sinzig (O.F.M.).....	15-12-1939	Convento Santo Antônio, Largo da Carioca — Rio.
30 — Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Alameda Itu, 911 — São Paulo.
31 — General Estêvão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Rua Uruguai, 572 — Ti- juca — Rio — Telefone 38-0432.
32 — Dr. Félix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
33 — Reverendo Joseph F. Thorning...	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland — Estados Unidos da Amé- rica do Norte.
34 — Dom Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Palácio Grão Pará — Pe- trópolis.
35 — Contra-Almirante Augustin H. Be- auregard	9- 7-1943	El Cordova — Coronado — Califórnia.
36 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Álvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro, 560 — Copacabana — Rio — Tel. 27-4434.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	RESIDÊNCIAS
37 — Coronel Laurênio Lago	9- 7-1943	Rua Maria Antônia, 159, apt.º 204 — Engenho Novo — Rio.
38 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Dídio Ira- tin Afonso da Costa	21-12-1943	Rua Afonso Pena n.º 10, apt.º 604 — Tel. 28-5272 — Rio.
39 — Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Rua Santo Amaro, 21 — Tel. 25-8070 — Rio.
40 — Cardeal D. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória n.º 106 — Tel. 42-0551 — Rio.
41 — Ministro Heitor Lira	9- 7-1945	Embaixada do Brasil em Copenhague — Dina- marca.
42 — Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Av. Portugal, 102 — Te- lefone 26-1593, Urca. Rio.
43 — Almirante Jorge Dodsworth Mar- tins	17-12-1945	Av. Atlântica, 950 — Co- pacabana — Rio.
44 — Frei Basílio Rower (O.F.M.) ...	13- 5-1947	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio.
45 — Dr. Haroldo Teixeira Valadão ...	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro n.º 20, 5.º and. — Rio.
46 — Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Vergueiro n.º 45 — Rio.
47 — Ministro Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Rua Visconde de Caravelas n.º 55 — Botafogo — Rio de Janeiro.
48 — Prof. Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Jardim Botânico, 228, apt.º 7 — Rio.
49 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Palmeiras, 80 — Rio.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	CLASSE ATUAL
1 — Alfredo do Nascimento e Silva...	12-12-1890	Grande Benemérito e 2. ^o Vice-Presidente.
2 — Cincinato César da Silva Braga...	25- 8-1895	Honorário.
3 — Nelson Coelho de Sena	23- 8-1901	Benemérito.
4 — José Manuel Cardoso de Oliveira..	22- 5-1903	Honorário.
5 — José Feliciano de Oliveira.....	19- 2-1904	Correspondente.
6 — Manuel Cícero Peregrino da Silva.	21- 7-1905	Grande Benemérito.
7 — Augusto Tavares de Lira	16- 9-1907	Grande Benemérito e 1. ^o Vice-Presidente.
8 — Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Honorário.
9 — Brás Hermenegildo do Amaral....	22- 6-1911	Benemérito.
10 — Henry R. Lange	22- 6-1911	Honorário.
11 — José Bonifácio de Andrada e Silva	15- 7-1911	Efetivo.
12 — Francisco Radler de Aquino	26- 8-1911	Benemérito e tesoureiro.
13 — Afonso d'E. Taunay	2- 9-1911	Benemérito.
14 — Washington Luís Pereira de Sousa	4- 5-1912	Correspondente e presiden- te honorário.
15 — Ataulfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Honorário.
16 — Francisco Agenor de Noronha San- tos	6- 6-1912	Honorário.
17 — Hélio Lobo	6- 7-1912	Efetivo.
18 — Alfredo Valadão	19- 7-1912	Benemérito.
19 — Raul Tavares	23- 7-1912	Benemérito.
20 — Eugênio de Andrada Egas	28- 7-1913	Correspondente.
21 — Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Correspondente.
22 — Edgar Roquette Pinto	4- 8-1913	Efetivo.
23 — Alberto Lamego	28- 7-1914	Honorário.
24 — Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Grande Benemérito.
25 — Mário Carneiro do Rêgo Melo....	31- 5-1917	Correspondente.
26 — Thiers Fleming	10- 7-1918	Efetivo.
27 — Bernardino José de Sousa	6- 8-1921	Benemérito.
28 — Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Honorário.
29 — Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Benemérito.
30 — Eugênio Vilhena de Moraes	6- 8-1921	Efetivo.
31 — José Carlos de Macedo Soares.....	6- 8-1921	Grande Benemérito e Pre- sidente Perpétuo.
32 — Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	6- 8-1921	Benemérito.
33 — Diego Carbonell	20- 7-1923	Honorário.
34 — Francisco José de Oliveira Viana..	18- 6-1924	Benemérito.
35 — Dom Francisco de Aquino Correia.	10- 7-1926	Benemérito.
36 — Pedro Dulanto	18- 7-1927	Honorário.
37 — Luís Martins de Sousa Dantas ...	26- 6-1928	Honorário.
38 — Ricardo Levene	1- 1-1928	Benemérito.
39 — Paul Rivet	13- 9-1930	Honorário.
40 — Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
41 — Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
42 — Joaquim Bensaúde	22- 8-1931	Honorário.
43 — Antônio Leôncio Pereira Ferraz..	22- 8-1931	Efetivo.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	CLASSE ATUAL
44 — Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
45 — Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
46 — Estêvão de Mendonça	22- 8-1931	Correspondente.
47 — Fernando Luís Vieira Ferreira....	22- 8-1931	Efetivo.
48 — Gustavo Barroso	22- 8-1931	Efetivo.
49 — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Efetivo.
50 — Hildebrando Accioli	22-8 -1931	Correspondente.
51 — Hubert Knipping	22- 8-1931	Honorário.
52 — José Wanderley de Araújo Pinho.	22- 8-1931	Benemérito e 3.º Vice-Pre- sidente.
53 — Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Efetivo.
54 — Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Efetivo.
55 — Luís Filipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.
56 — Manuel Tavares Cavalcanti	22- 8-1931	Efetivo.
57 — Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Efetivo.
58 — Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22- 8-1931	Benemérito — Orador.
59 — Rodrigo Otávio de Langgaard Me- nezes Filho	22- 8-1931	Efetivo.
60 — Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Benemérito e 1.º Secre- tário.
61 — Alexandre José Barbosa Lima So- brinho	22- 8-1931	Efetivo.
62 — Argeu de Segadas Machado Gui- marães	30- 7-1934	Correspondente.
63 — Caio de Melo Franco	30- 7-1934	Correspondente.
64 — Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
65 — Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Correspondente.
66 — Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Honorário.
67 — Antônio Augusto Mendes Correia.	15-12-1934	Correspondente.
68 — Armando de Matos	15-12-1934	Correspondente.
69 — Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
70 — Joaquim de Sousa Leão Filho.....	15-12-1934	Correspondente.
71 — Vicente de Paula Vicente de Aze- vedo	15-12-1934	Correspondente.
72 — Frederico Lunardi	28- 5-1935	Correspondente.
73 — Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Efetivo.
74 — Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
75 — Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Efetivo.
76 — José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
77 — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt	12- 5-1937	Efetivo — 2.º Secretário.
78 — Luís Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Honorário.
79 — Elmano Cardim	17-12-1937	Honorário.
80 — Buenaventura Caviglia (hijo)	13- 4-1938	Correspondente.
81 — Henrique de Campos Ferreira Lima	13- 4-1938	Correspondente.
82 — Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
83 — Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Honorário.
84 — Cândido Mariano da Silva Rondon.	14- 4-1939	Honorário.
85 — Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	CLASSE ATUAL
86 — Hermenegildo Rodrigues de Barros	14- 4-1939	Honorário.
87 — Júlio Dantas	14- 4-1939	Honorário.
88 — Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Honorário.
89 — Tobias do Rêgo Monteiro	14- 4-1939	Honorário.
90 — Alcindo Sodré	31- 5-1939	Efetivo.
91 — Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Efetivo.
92 — Jorge Hurley	31- 5-1939	Correspondente.
93 — José Luís Batista	31- 5-1939	Efetivo.
94 — Luís Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
95 — Serafim Leite	31- 5-1939	Correspondente.
96 — Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
97 — Ernesto de Sousa Campos	21- 8-1939	Correspondente.
98 — Valdo Gifford Leland	21- 8-1939	Honorário.
99 — Cláudio Ganns	15-12-1939	Efetivo.
100 — Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
101 — Pedro Sinzig	15-12-1939	Honorário.
102 — Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Efetivo.
103 — Manuel Augusto Pirajá da Silva..	29- 6-1940	Honorário.
104 — Rubem Rosa	29- 5-1941	Efetivo.
105 — Aureliano Leite	29- 5-1942	Correspondente.
106 — Estêvão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Honorário.
107 — Félix Guisard	29- 9-1942	Honorário.
108 — Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
109 — Pedro de Orléans e Bragança.....	29- 9-1942	Honorário.
110 — Augustin T. Beauregard	9- 7-1943	Honorário.
111 — Álvaro Alberto da Mota e Silva..	9- 7-1943	Honorário.
112 — João Martins de Carvalho Mourão	9- 7-1943	Efetivo.
113 — Laureño Lago	9- 7-1943	Honorário.
114 — Rodrigo Melo Franco de Andrade.	9- 7-1943	Efetivo.
115 — Dídio Iratin Afonso da Costa.....	21-12-1943	Honorário.
116 — Julião Rangel de Macedo Soares..	19- 5-1944	Honorário.
117 — Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Efetivo.
118 — Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Honorário.
119 — Francisco Marques dos Santos....	21-10-1944	Efetivo.
120 — Hélio Viana	27-12-1944	Efetivo.
121 — Mário Augusto Teixeira de Freitas	27-12-1944	Efetivo.
122 — João Fernando de Almeida Prado.	27-12-1944	Correspondente.
123 — Luís Viana Filho	27-12-1944	Correspondente.
124 — Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Correspondente.
125 — Heitor Lira	9- 7-1945	Honorário.
126 — Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Efetivo.
127 — Álvaro Rodrigues de Vasconcelos.	28- 9-1945	Honorário.
128 — Valter Spalding	28- 9-1945	Correspondente.
129 — Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Honorário.
130 — Valentim Benício da Silva	17-12-1945	Efetivo.
131 — Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Correspondente.
132 — José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Correspondente.
133 — José Carlos de Ataliba Nogueira.	21-10-1946	Correspondente.
134 — Afonso Costa	13- 5-1947	Efetivo.

NOMES	DATAS DE ENTRADA NO INSTITUTO	CLASSE ATUAL
135 — Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Correspondente.
136 — Frei Basilio Rower (O.F.M.) ...	13- 5-1947	Honorário.
137 — Haroldo Teixeira Valadão	13- 5-1947	Honorário.
138 — Afonso Toledo Bandeira de Melo.	13- 5-1947	Honorário.
139 — Renato Mendonça	16-12-1947	Correspondente.
140 — João Batista Magalhães	16-12-1947	Efetivo.
141 — Fernando Raja Gabaglia	31- 8-1948	Efetivo.
142 — José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Efetivo.
143 — Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.
144 — Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
145 — Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Honorário.
146 — Luis de Oliveira Belo	31- 8-1948	Honorário.
147 — Adolfo Morales de Los Rios F.º..	31- 8-1948	Efetivo.

ORDEM ALFABÉTICA

- ACIOLI (Hildebrando — Correspondente.
- ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
- ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
- AMARAL (Braz Hermenegildo do) — Benemérito.
- ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
- AQUINO (Francisco Radler de) — Benemérito.
- ARANHA (Osvaldo) — Honorário.
- ÁZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
- AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
- BATISTA (José Luís) — Efetivo.
- BARROS (Hermenegildo Rodrigues de) — Honorário.
- BARROSO (Gustavo) — Efetivo.
- BEAUREGARD (Augustin T.) — Honorário.
- BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
- BENSAUDE (Joaquim) — Honorário.
- BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
- BITTENCOURT (Leopoldo Antônio Feijó) — Efetivo. 2.º Secretário.
- BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo.
- BRAGA (Cincinato César da Silva) — Honorário.
- BRAGANÇA (Pedro de Orleans e) — Honorário.
- CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.
- CALMÓN (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt) — Benemérito. Orador.
- CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
- CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
- CARBONELL (Diego) — Honorário.
- CARDIM (Elmano) — Honorário.
- CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito.
- CARNEIRO (Levi Fernandes) — Efetivo.
- CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
- CARVALHO (Estêvão Leitão de) — Honorário.
- CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente.
- CASTRO (Cristóvão Leite de) — Efetivo.
- CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
- CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente.
- CAVALCANTI (Manuel Tavares) — Efetivo.
- CAVIGLIA (hijo) (Buenaventura) — Correspondente.
- CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
- CERNACHE (Henrique Pereira de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
- CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.
- CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
- CORREIA Filho (Virgílio) — Benemérito — 1.º Secretário.
- CORREIA (Antonio Augusto Mendes) — Correspondente.
- CORREIA (Dom Francisco de Aquino) — Benemérito.
- COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
- COSTA (Afonso) — Efetivo.
- COSTA (Dídio Iratim Afonso da) — Honorário.
- COULET (Padre Paul) — Honorário.
- COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.

- DANTAS (Júlio) — Honorário.
- DANTAS (Luís Martins de Sousa) — Honorário.
- DULANTO (Pedro) — Honorário.
- EGAS (Eugênio de Andrada) — Correspondente.
- FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
- FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Efetivo.
- FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
- FLEMING (Thiers) — Efetivo.
- FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
- FRANCO (Caio de Melo) — Correspondente.
- FREITAS (Mário Augusto Teixeira de) — Efetivo.
- FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
- GABAGLIA (Fernando Raja) — Efetivo.
- GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
- GANNIS (Cláudio) — Efetivo.
- GARCIA (Rodolfo de Amorim) — Benemérito.
- GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
- GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente.
- GUISARD (Félix) — Honorário.
- HARING (Clarence Henry) — Honorário.
- HURLEY (Jorge) — Correspondente.
- KNIPPING (Hubert) — Honorário.
- LACOMBE (Américo Lourenço Jacobina) — Efetivo.
- LAGO (Laurênio) — Honorário.
- LAMEGO (Alberto) — Honorário.
- LANG (Henry R.) — Honorário.
- LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente.
- LEITE (Aureliano) — Correspondente.
- LEITE (Padre Serafim) — Correspondente.
- LELAND (Valdo Gifford) — Honorário.
- LEME (Ernesto) — Honorário.
- LEVENE (Ricardo) — Benemérito.
- LIMA (Henrique de Campos Ferreira) — Correspondente.
- LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.
- LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Efetivo.
- LIRA (Augusto Tavares de) — Grande benemérito e 1.º Vice-presidente.
- LIRA (Heitor) — Honorário.
- LÓBO (Hélio) — Efetivo.
- LUNARDI (Monsenhor Frederico) — Correspondente.
- MAGALHÃES (Basílio de) — Grande benemérito.
- MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo.
- MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
- MATOS (Armando de) — Correspondente.
- MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.
- MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
- MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.
- MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
- MENDONÇA (Estêvão de) — Correspondente.
- MENDONÇA (Renato) — Correspondente.
- MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Efetivo.
- MESQUITA (José de) — Correspondente.
- MONTEIRO (Tobias do Rêgo) — Honorário.
- MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Efetivo.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo.
- MOURÃO (João Martins de Carvalho) — Efetivo.
- NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
- OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
- OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
- PAIVA (Ataulfo Nápoles de) — Honorário.

- PINHO (José Vanderlei de Araújo) — Benemérito e 3.º Vice-presidente.
- PINTO (Edgar Roquete) — Efetivo.
- PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
- PRADO (João Fernando de Almeida) — Correspondente.
- RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.
- REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.
- REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo.
- RIVET (Paul) — Honorário.
- RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.
- RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário.
- ROSA (Rubem) — Efetivo.
- ROWER (O.F.M.) — Frei Basílio — Honorário.
- SANTOS (Francisco Agenor de Noronha) — Honorário.
- SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
- SENA (Nélson Coelho de) — Benemérito.
- SILVA (Alfredo do Nascimento) — Grande benemérito, 2.º Vice-presidente.
- SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
- SILVA (José Bonifácio de Andrada e) — Efetivo.
- SILVA (Manuel Cícero Peregrino da) — Grande benemérito.
- SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.
- SILVA (Valentim Benício da) — Efetivo.
- SINZIG (Frei Pedro) — Honorário.
- SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande benemérito — Presidente perpétuo.
- SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário.
- SODRÉ (Alcindo) — Efetivo.
- SOUSA (Bernardino José de) — Benemérito.
- SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.
- SOUSA (Washington Luis Pereira de) — Correspondente.
- SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
- SPALDING (Valter) — Correspondente.
- TAUNAY (Afonso d'Escragnolle) — Benemérito.
- TAVARES (Raul) — Benemérito.
- TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Efetivo.
- THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
- VALADÃO (Alfredo) — Benemérito.
- VALADÃO (Haroldo Teixeira) — Honorário.
- VASCONCELOS (Álvaro Rodrigues de) — Honorário.
- VIANA (Francisco José de Oliveira) — Benemérito.
- VIANA (Hélio) — Efetivo.
- VIANA FILHO (Luís) — Correspondente.

SÓCIOS FALECIDOS EM 1948

- Dr. Luís Gastão de Escragnolle Dória — Eleito sócio efetivo em 4-5-1912. Sócio honorário em 22-8-1931. Falecido no Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1948.
- Dr. Roberto Simonsen — Eleito sócio correspondente em 31-5-1939, falecido no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1948.
- Dr. Luís Antônio Vieira da Silva — Eleito sócio efetivo em 31-5-1939, falecido em Rio de Janeiro em 5 de agosto de 1948.
- Dr. Otelo de Sousa Reis — Eleito sócio efetivo em 6-8-1921 e Honorário em 4-12-1936, falecido no Rio de Janeiro em 6 de agosto de 1948.
- Padre Leonel Franca — Eleito sócio Honorário em 21-12-1943, falecido no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1948.
- Dr. João da Costa Ferreira — Eleito sócio efetivo em 22-8-1931, falecido no Rio de Janeiro a 27 de outubro de 1948.
- General Liberato Bittencourt — Eleito sócio efetivo em 27-4-1912, falecido no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1948.

ÍNDICE DA REVISTA N.º 201

Outubro a Dezembro de 1948

I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1 — <i>O Escudo de Belém do Pará</i> — pelo Dezebargador Vieira Ferreira..	3
2 — <i>Estudo sôbre as disposições a inserir na nova Constituição relativamente à defesa nacional e às Classes Armadas</i> — pelo Cel. J. B. Magalhães..	13
II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO	
3 — <i>Joaquim Murtinho</i> — por Virgílio Corrêa Filho	72
4 — <i>Segundo centenário do cartógrafo P. Diogo Soares</i> — P. Serafim Leite S. J.	84
5 — <i>Domingos José Nogueira Jaguaribe</i> — Feijó Bittencourt	88
6 — <i>A Revolução Praieira</i> — Barbosa Lima Sobrinho	102
III — DISCURSOS	
7 — <i>Santo Antônio autor da Imitação de Cristo</i> — José Carlos de Macedo Soares . . .	120
8 — <i>No Instituto Histórico do Pará</i> — Carlos Carneiro	127
IV — ELOGIO DOS SÓCIOS	
9 — Discurso proferido na sessão magna de 21-X-48, por Pedro Calmon....	138
V — ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO	
10 — Relatório pelo 1.º Secretário Virgílio Corrêa Filho	145
VI — CRÍTICA DE LIVROS	
11 — <i>Lourenço Ribeiro</i> — Alfredo Valladão — Feijó Bittencourt.....	150
12 — <i>O Patrício e a Cortesã</i> — Eduardo Corrêa — Feijó Bittencourt	
13 — <i>História das Fronteiras do Brasil</i> — Hélio Viana — Artur Cesar Ferreira Reis	
VII — INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	
14 — <i>Catálogo dos seus quadros</i> — organizado por Maria Carolina Max Fleiss	154
VIII — 15 — PUBLICAÇÕES	184
IX — ATAS	
X — NOTICIÁRIO	217
16 — Sócios falecidos	
17 — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (110.º centenário — <i>Jornal do Comércio</i>)	
18 — O que é o Instituto Histórico — Mozart Monteiro (<i>Diário de Notícias</i>)	
19 — Estatística do Instituto Histórico	
XI — RELEMBRANDO OS MORTOS — Claudio Ganns	
XII.—LISTA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO.....	
	227
	234

ÍNDICE DA REVISTA N. 201

Quarta e Quintas de 1950

1950

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil

